e-book

III CONGRESSO INTERNACIONAL E V SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial

Organizadores
Andressa Soares dos Santos
Daniel Luciano Geverhr
Dilani Silveira Bassan

CAPES

MESTRADO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FACCAT

2025

III CONGRESSO INTERNACIONAL E V SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Andressa Soares dos Santos
Daniel Luciano Geverhr
Dilani Silveira Bassan
Organizadores

e-book

Realização:

CONCEITO MÁXIMO 5 na avaliação do MEC
Avaliação ocorrida de 26 a 28 de abril de 2023

MESTRADO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FACCAT

Apoio:

CAPES

Taquara
2025

III CONGRESSO INTERNACIONAL E V SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DIREITOS RESERVADOS DESTA EDIÇÃO: FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA - FACCAT
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE - FEEIN - MANTENEDORA DA FACCAT

CONSELHO DELIBERATIVO
PRESIDENTE: NICOLAU RODRIGUES DA SILVEIRA
VICE-PRESIDENTE: SIRLEI TEREZINHA SILVA
SECRETÁRIA: MARISA DELTRUDES DRESCH

DIRETORIA EXECUTIVA
DIRETOR-PRESIDENTE: VICTORIO ALTAIR CARARA JÚNIOR
DIRETORA-TESOUREIRA: KIRA MACEDO THOMAZ
DIRETORA-SECRETÁRIA: ELENA WEBER

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA - FACCAT
DIRETOR GERAL: PROF. DELMAR HENRIQUE BACKES
VICE-DIRETORA DE GRADUAÇÃO: PROFA. CARINE RAQUEL BACKES DÖRR
VICE-DIRETOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO: PROF. ROBERTO TADEU RAMOS MORAIS
VICE-DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: PROF. SÉRGIO ANTONIO NIKOLAY
VICE-DIRETOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS: PROF. DORNELES SITA FAGUNDES

Congresso Internacional (3.: 2023: Taquara, RS) e Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional (5.: 2025: Taquara, RS)

E-Book do III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional, 11 a 13 de junho de 2025, Taquara, RS: desafios do desenvolvimento regional e territorial (recurso eletrônico) / organizadores Andressa Soares dos Santos, Daniel Luciano Geverh e , Dilani Silveira Bassan. – Taquara, RS: FACCAT, 2025

ISBN 978-65-87502-41-0
Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/?q=e-book-mestrado-3-congresso-5-seminario

1. Desenvolvimento Regional. 2. Desafios. I. Faculdades Integradas de Taquara. II. Congresso Internacional. III. Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional. IV. Santos, Andressa Soares dos. V. Geverhr, Daniel Luciano. VI. Bassan, Dilani Silveira.

Catalogação na Publicação: Biblioteca Eldo Ivo Klain
Bibliotecária responsável: Tânia Mayer Evangelista CRB-10/1846

CONSELHO EDITORIAL

- **CARLOS FERNANDO JUNG (FACCAT)**
- **DANIEL LUCIANO GEVEHR (FACCAT)**
- **DIEILA DOS SANTOS NUNES (FACCAT)**
- **DILANI SILVEIRA BASSAN (FACCAT)**
- **JORGE LUIZ AMARAL DE MORAES (FACCAT)**
- **MARCOS PAULO DHEIN GRIEBELER (FACCAT)**
- **MOEMA PEREIRA NUNES (FACCAT)**
- **PATRÍCIA MANOZZO COLOSSI (FACCAT)**
- **ROBERTO TADEU RAMOS MORAIS (FACCAT)**

SUMÁRIO

PREFÁCIO..... **9**

1 DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
CINTIA BEATRIZ KORTE MENTZ, DILANI SILVEIRA BASSAN..... **10**

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E NEUROEDUCAÇÃO: PROMOÇÃO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NATHANE ANGELI, CÁRMEN MARILEI GOMES..... **19**

ESTUDOS EM EDUCAÇÃO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL E DEMOGRAFIA NO ESTADO DO PARANÁ: ANÁLISE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
CRISTIANE SCHMITT, VITÓRIA NICOLINI NUNES, DIEILA DOS SANTOS NUNES..... **28**

DO CAMPO À PONTE: ENCONTROS ENTRE PRÁTICAS MULTISSERIADAS E A APRENDIZAGEM POR GRUPO DE INTERESSE
ÁGATA SANTOS DA SILVA, DIEILA DOS SANTOS NUNES..... **37**

AS COOPERATIVAS ESCOLARES COMO POTENCIALIZADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VITÓRIA NICOLINI NUNES, ZILÁ JACQUELINE AUBEL, MOEMA PEREIRA NUNES.... **47**

AS POSSIBILIDADES DE UMA PROPOSTA DE APRENDIZAGEM NA EXPLORAÇÃO DOS NÚMEROS DA BOLSA DE VALORES POR MEIO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS
MONIQUE DE MORAES, ZENAR PEDRO SCHEIN..... **56**

2 ORDENAMENTO TERRITORIAL

A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST) E A GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO FÓRUM REGIONAL DE TURISMO DO VALE DO PARANHANA/RS
CRISTINA ESPINDOLA ROMOR VARGAS, JORGE LUIZ AMARAL DE MORAES..... **65**

URBANIZAÇÃO E COMUNIDADES LOCAIS: APLICAÇÃO DA LEI 13.465/2017[2]
GERSON LAMBERTI, LETICIA ORRIJO DA SILVA, DILANI SILVEIRA BASSAN..... **74**

PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E OS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTOS
PEDRO LUÍS BÜTTENBENDER, ROBERTA RODRIGUES VALANDRO, LAIANE FRESCURA FLORES, NELSON JOSÉ THESING..... **79**

ZONEAMENTO AMBIENTAL PARA MINERAÇÃO DE AREIA COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO JACUÍ, RIO PARDO - RS
THALES HERZOG LEIPNITZ..... **84**

ORIGEM FORMAL E INFORMAL DOS PARCELAMENTOS DO SOLO E SUA RELAÇÃO COM O TAMANHO MÉDIO DE LOTES EM SAPIRANGA - RS
DANIEL TRINDADE PAIM, RENATO TIBIRIÇÁ DE SABOYA..... **95**

CRESCIMENTO URBANO, (DES)ENVOLVIMENTO E LIBERDADE: UM DIÁLOGO ENTRE AMARTYA SEN E MILTON SANTOS
MICHELEN TATIANE RODRIGUES FRANCO DE CAMPOS ANDRIGHETTO, ANDRÉ DOS SANTOS BALDRAIA SOUZA..... **106**

CONTRIBUIÇÕES DAS COOPERATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL
JOEL QUEIROZ DA SILVA, CARLOS FERNANDO JUNG..... **110**

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

AVANÇO DA LONGEVIDADE HUMANA: REPERCUSSÕES NA PREVIDÊNCIA SOCIAL
OSIEL PIMENTEL DE BITENCOURT, LETÍCIA ORRIJO DA SILVA, DILANI SILVEIRA BASSAN..... **118**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO UMA DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REFLEXÕES DESDE O LITORAL NORTE/RS
CARLOS EDUARDO MARTINEZ, ANELISE GRACIELE RAMBO..... **128**

QUAIS EXPERIÊNCIAS TEM SIDO RELEVANTES PARA REDUZIR AS DESIGUALDADES NO REGIONAIS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA
AHMED MOHAMED SOLIMAN IBRAHIM, OLAVO RAMALHO MARQUES **138**

POLÍTICAS DE INCLUSÃO; UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS QUE INVESTEM NA ACESSIBILIDADE COMO DIREITO Á EDUCAÇÃO
ELEN FERNANDA DE LIMA, PROF. ROBERTO TADEU RAMOS MORAES..... **148**

DIAGNÓSTICO E RESIGNIFICADO DA DEFESA CIVIL NAS CIDADES BANHADAS PELO RIO PARANHANA
GERSON LAMBERTI, CARLOS FERNANDO JUNG..... **160**

4 PROCESSOS E MANIFESTAÇÃOS CULTURAIS

OS ODS COMO AGENDA SETTING NA COMUNICAÇÃO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO JORNAL REPERCUSSÃO NO VALE DO PARANHANA, RS
AUGUSTO RODRIGUES PARADA..... **171**

O HAITI COMO CATALISADOR DAS LUTAS POR LIBERDADE NO MUNDO COLONIAL
DANIEL ALEXANDRE NUNES, DANIELA LUCIANO GEVERHR, DIEILA DOS SANTOS NUNES..... **179**

OS DIFERENTES GRUPOS ÉTNICOS EXISTENTE ANTES E APÓS A CRIAÇÃO DA COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO LEOPOLDO NO SÉCULO XIX
RODRIGO LUIS DOS SANTOS..... **188**

ENTRE SOM, CORPOREIDADES E TERRITORIALIDADES: RITUAIS TRANCE, MÚSICA ELETRÔNICA E ESPIRITUALIDADE CONTEMPORÂNEA NO RIO GRANDE DO SUL
RAPHAEL DA CUNHA ROSA, OLAVO RAMALHO MARQUES..... **195**

JUVENTUDE RURAL: REALIDADE E RELEVÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PALMARES DO SUL
ALINE CARDOSO DE ARAUJO TEIXEIRA, JAQUELINE MALLMANN HASS..... **203**

PRA ALÉM DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ: TERRITÓRIOS NEGROS DA CIDADE DE TAQUARA/RS
EDUARDA FARIAS DA SILVA, DIEILA DOS SANTOS NUNES..... **212**

IDENTIDADE , TERRITÓRIO E AS DANÇAS TRADICIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL
MATEUS FERNANDES DE SOUZA..... **220**

5 SAÚDE E DESENVOLVIMENTO

ESTADO LAICO, LIBERDADE RELIGIOSA E AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA COMO RESISTÊNCIA DECOLONIAL
MARIA PAULA LOPES ANTUNES, PATRICIA MININI WECHINEWSKY GUERBER, DANIEL LUCIANO GEVEHR..... **229**

CONEXÕES PROTETIVAS NA ESCOLA E NA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CAMILA ROBERTA LAHM VIEIRA, FERNANDA GRASIELE DA SILVA, PATRÍCIA MANOZZO COLOSSI..... **233**

DIÁLOGO E DESENVOLVIMENTO: A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO POTENCIAL TRANSFORMADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO
KETLIN DA SILVA VIANA, PATRÍCIA MANOZZO COLOSSI..... **243**

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO AGRÁRIO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA NO CONTEXTO BRASILEIRO
PATRICIA MININI WECHINEWSKY GUERBER, DANIEL LUCIANO GEVEHR, JAIRO MARCHESAN..... **254**

6 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SUPERANDO A DESIGUALDADE TERRITORIAL ATRAVÉS DA INOVAÇÃO: AS LIÇÕES APRENDIDAS DO PROCESSO DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA (PDE) NO FRAMEWORK ESTRATÉGIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PARA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)
GABRIEL SCHMITT MORAIS, MOEMA PEREIRA NUNAS, ROBERTO TADEU RAMOS MORAIS..... **258**

PILARES DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIRI DE SCHUMPETER E DOS NEOSCHUMPTERIANOS
IVONEI SOZIO, ALEX ALEXANDRE MENGEL..... **270**

FRANQUIAS COMO OPORTUNIDADE DE INOVAÇÃO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MICHELY PEREIRA DAVID ZANELATTO, MOEMA PEREIRA NUNES..... **279**

PREFÁCIO

É com imensa satisfação que apresentamos os anais do III Congresso Internacional e IV Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional um evento que se propôs a ser um ponto de encontro vital para pesquisadores, professores e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento. Nosso objetivo principal foi promover um diálogo acadêmico aprofundado acerca dos conflitos globais e suas complexas repercussões no território, buscando ampliar o debate e a construção de um entendimento mais amplo sobre as diferentes realidades regionais.

Realizado nos dias, 11 e 12 de junho de 2025, o Congresso oportunizou um espaço de interação e troca de saberes, onde a comunidade acadêmica pôde comunicar os resultados de suas pesquisas. A programação diversificada incluiu sessões de apresentação de trabalhos nos Grupos de Trabalho (GTs), que permitiram a discussão de temas que se relacionam diretamente com a contemporaneidade e as múltiplas dimensões que constituem o espaço.

Tivemos a honra de contar com palestras de destaque, como a do Professor Dr. Fabiano Quadros Rückert, que, na noite de abertura, nos conduziu por uma "Breve história dos parques urbanos: entre o higienismo, o paisagismo e o ambientalismo". No dia seguinte, a discussão foi enriquecida com a participação do Professor Dr. Armindo Armando, de Moçambique, que abordou o tema "Resiliência, território e neoliberalismo: Caminhos e Pontes". Essas contribuições, somadas às sessões de perguntas e discussões abertas, fomentaram um ambiente de intensa reflexão crítica.

Este volume de anais é o resultado de todo esse esforço e dedicação. Nele, estão reunidos trabalhos que representam o compromisso de nossa comunidade com a produção e disseminação do conhecimento científico. Esperamos que este material sirva como uma referência duradoura, inspirando novas pesquisas e fortalecendo as redes de colaboração entre todos os participantes. Agradecemos a cada um que contribuiu para o sucesso deste evento e para a vitalidade do debate acadêmico.

Prof. Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR
Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

Taquara, agosto de 2025.

1 Direitos Humanos e Movimentos Sociais

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO[1]

CHALLENGES AND PROSPECTS FOR MEASURING HUMAN DEVELOPMENT

Cintia Beatriz Korte Mentz[2]
Dilani Silveira Bassan[3]
Carlos Fernando Jung[4]

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma revisão sistemática voltada à análise de estudos que investigam o desenvolvimento humano, a qualidade de vida e o bem-estar em diferentes contextos. A busca resultou na seleção de 42 artigos científicos, o que sugere um aumento recente do interesse pelo tema, em resposta às inúmeras transformações globais. Os trabalhos analisados propõem diferentes abordagens e modelos de mensuração que vão além dos indicadores tradicionais, como foco na integração de dimensões sociais, psicológicas e ambientais. A revisão revela avanços, mas também desafios metodológicos, reforçando a necessidade de pesquisas interdisciplinares para superar algumas limitações das métricas utilizadas. Os resultados oferecem subsídios relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas e para o aprofundamento do debate acadêmico sobre o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; indicadores; bem-estar; qualidade de vida.

ABSTRACT

This article presents the results of a systematic review focused on the analysis of studies investigating human development, quality of life, and well-being in different contexts. The search led to the selection of 42 scientific articles, suggesting a recent increase in interest in the topic, likely in response to ongoing global transformations. The analyzed studies propose various approaches and measurement models that go beyond traditional indicators, emphasizing the integration of social, psychological, and environmental dimensions. The review highlights significant advances, as well as methodological challenges, reinforcing the need for interdisciplinary research to overcome some of the limitations of existing metrics. The findings offer relevant contributions to the development of public policies and to the advancement of academic discussions on human development.

Keywords: *human development; indicators; well-being; quality of life.*

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano tornou-se uma questão científica e social atraindo cada vez mais atenção tanto de pesquisadores e estudiosos quanto da sociedade de uma forma geral, uma vez que a diversidade das necessidades humanas traz a necessidade de estudá-lo a partir de uma perspectiva multidimensional. Mesmo que a riqueza material e a capacidade de serviço social sejam os aspectos importantes do desenvolvimento

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.
2 Mestranda em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: cintiamentz@sou.faccat.br
3 Professora Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: dilanib@faccat.br
4 Professor Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: carlosfernandojung@gmail.com

humano, não são suficientes para capturar a complexidade do desenvolvimento humano, que envolve também aspectos como justiça social, sustentabilidade ambiental e respeito às diversidades culturais (Liang et al., 2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), instituído pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) existe desde 1990, e é a base para relatórios anuais sobre desenvolvimento, fornecendo classificações de países, sendo que a partir de 2010, incorporam elementos relacionados ao bem-estar. Os conceitos de desenvolvimento humano são associados frequentemente com os termos qualidade de vida e bem-estar, sendo até utilizados de forma intercambiável como apontado por Morse (2023) e Pawliczek; Kurowska-Pysz e Smilnak (2022).

O IDH utilizado em mensurações de países ou regiões tornou-se um indicador importante no campo do desenvolvimento internacional, corroborando com esta avaliação Alaimo e Seri (2023) colocam, que esse índice, tornou-se ao longo dos anos um dos principais indicadores para medir o bem-estar, porém é alvo de inúmeras críticas de alguns pesquisadores como Zehba e Firoz (2024), Morse (2023), Holubec e Tomka (2023), Dědeček e Dudzich (2022), Pawliczek; Kurowska-Pysz e Smilnak (2022), Sant'Anna e Barreto (2020), Liang et al. (2019) e Karpenko et al. (2019). Entretanto Herrero; Martínez e Villar (2019) consideram o IDH, como um indicador de bem-estar multidimensional mais bem-sucedido elaborado até então.

Muitos trabalhos buscaram contribuir com soluções para os problemas relacionados ao IDH, visto a relevância da compreensão do que envolve e dos fatores que contribuem para o desenvolvimento humano. Várias pesquisas se dedicam a propor melhorias, adaptações e ou até mesmo estruturar novas metodologias de análise como Pawliczek; Kurowska-Pysz e Smilnak (2022), Michalos e Hatch (2020), Kilimova e Lysikova (2019), Liang et al. (2019), Herrero; Martínez e Villar (2019), Celemín e Velázquez (2018) e Pugno (2017).

Mensurar o progresso das sociedades através de um índice de qualidade de vida pode auxiliar administradores e responsáveis pelo planejamento a trabalhar na busca de melhores condições de vida dos indivíduos (Zehba e Firoz, 2024). O que é reforçado por Moghayedi et al. (2023), Murray e Pauw (2022) e De Rosa (2018) quando argumentam que é de suma importância desenvolver e aplicar ferramentas confiáveis para medir a qualidade de vida em contextos distintos.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as pesquisas realizadas sobre indicadores de mensuração do desenvolvimento humano e seus desdobramentos. A organização do artigo compreende: a seção 2 apresenta a metodologia de pesquisa, a seção 3 os resultados. Na seção 4 são apresentadas as discussões a partir desta revisão e a seção 5 conclui o estudo.

2 METODOLOGIA

Esse artigo de revisão sistemática organiza as contribuições relevantes sobre os desafios da mensuração do desenvolvimento humano, envolvendo temas como de qualidade de vida e bem-estar além dos indicadores econômicos.

Na presente pesquisa foram utilizados cinco critérios de inclusão, sendo necessário para que o artigo integre essa revisão: (i) conter a expressão "Desenvolvimento Humano" nas palavras chaves; (ii) ter sido publicado em inglês; (iii) ser publicado em periódicos com fator de impacto; (iv) ano de publicação a partir de 2014 e (v) ser artigo científico.

Para a seleção dos artigos foi utilizada a base de dados Scopus, onde em uma busca resultou, em 3.584 periódicos, de 2014 a 2024, sendo 100 triados. Após a leitura dos trabalhos selecionados, foi possível compreender que alguns não se referiam aos critérios de inclusão propostos, assim 42 artigos foram incluídos na revisão.

Os artigos foram organizados em uma planilha eletrônica e as seguintes informações foram ordenadas: (i) ano da publicação; (ii) autores; (iii) título; (iv) periódico; (v) área da revista e (vi) país. A análise focou em quatro aspectos principais: (i) diferentes indicadores utilizados para a mensuração do desenvolvimento humano; (ii) características identificadas como positivas e ou negativas de indicadores de avaliação do desenvol-

vimento humano; (iii) correlações estabelecidas entre diferentes índices; (iv) proposição de novas estruturas metodológicas para mensuração.

3 RESULTADOS

Verifica-se que entre os anos de 2017 e 2019 houve um aumento de interesse pelo estudo do tema, apresentando uma regressão no momento da pandemia COVID-19. Na medida em que muitas atividades são retomadas a nível global percebe-se o aumento de publicações, uma vez que somente o ano de 2023, concentra 23,8% dos periódicos selecionados. Dessa forma, esta evidência aponta para um interesse crescente no tema, além deste apresentar-se como relevante e pertinente.

Observa-se que o país no qual há maior concentração de publicações são: Estados Unidos da América (EUA), com 21,4% dos periódicos selecionados, seguido do Reino Unido, com 16,7%. Este fato, revela que os países desenvolvidos valorizam e fomentam pesquisas que envolvem o desenvolvimento humano, qualidade de vida e bem-estar. Identifica-se que a maior parte dos artigos foram publicados em periódicos das áreas de Ciências Sociais (92,9%), sendo que a área de Economia representa (7,1%).

4 DISCUSSÃO

O desenvolvimento humano despontou como um tema de grande relevância científica e social, despertando um interesse crescente. Tendo como propósito fundamental aprimorar as condições de vida, ampliar as oportunidades disponíveis aos indivíduos e promover maior autonomia para que possam construir e desfrutar de uma existência alinhada aos seus valores e aspirações. A teoria do desenvolvimento humano ganhou importância na década de 1980, e através de estudos teóricos e científicos o entendimento acerca do tema modifica gradualmente (Liang et al., 2019).

Desde a década de 1990, houve uma revisão fundamental nas abordagens sobre o desenvolvimento humano, com maior foco em qualidade de vida, bem-estar e felicidade, desafiando o índice Produto Interno Bruto (PIB) como indicador de progresso. Conforme apontado por Francesconi et al. (2023), pesquisadores de diversas partes do mundo vem buscando mensurar a qualidade de vida das regiões. Para Holubec e Tomka (2023), o IDH, almeja oferecer uma visão sintética do desenvolvimento humano, tendo como base dimensões distintas do bem-estar: renda, saúde e educação, mantendo seu conceito inalterado desde 1990, passando por alterações na composição e nas formas de cálculo.

A intenção no desenvolvimento e implementação do índice IDH, segundo Morse (2023) foi distanciar o discurso de desenvolvimento da economia e estabelecer uma visão mais equilibrada e humana do desenvolvimento. Alinhando-se a este entendimento Sant'Anna e Barreto (2020) apontam que o objetivo da elaboração do IDH é possibilitar ter um índice único que combine características importantes, uma vez que há aspectos que compõem as medidas de qualidade de vida que não podem ser avaliados em termos monetários, mas que possuem igual ou maior importância.

Para Karpenko et al. (2019), o desenvolvimento humano consolida-se como um conceito inovador e moderno do crescimento econômico, orientando decisões estratégicas globais em desenvolvimento sustentável por governos, organizações internacionais, corporações e sociedade civil. Sendo o crescimento econômico desencadeado pela aceleração da globalização como apontado por Jordá e Sarabia (2015) e Shafeeq; Raza e Ramzan (2019).

Uma análise crítica dos índices compostos de bem-estar é proposta por Peterson (2014), que traz que muitos destes índices que tem como objetivo ir além do Produto Interno Bruto (PIB) não consideram a desigualdade. Entretanto, os que a consideram incluem somente a desigualdade econômica. A desigualdade,

também é incorporada no estudo de Sant'Anna e Barreto (2020), que destacam a importância de considerar a desigualdade e os desafios enfrentados pelos países de baixo desempenho.

O estudo de Cibulka e Giljum (2020) investiga as interações entre o uso de recursos, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, enfatizam que a qualidade de vida pode melhorar devido a fatores como equidade social, qualidade ambiental e bem-estar da comunidade. Nesse sentido, os autores Dědeček e Dudzich (2022), discutem índices alternativos e apontam que as políticas macroeconômicas almejam o crescimento quantitativo da economia, além de descreverem sobre críticas e fragilidades do PIB.

O estudo proposto por Nikolaev (2014) apresenta um enfoque holístico, envolvendo um conjunto de indicadores de bem-estar que podem capturar dimensões relevantes da qualidade de vida. Os resultados sugerem que a liberdade econômica pode colaborar para a melhoria do desenvolvimento econômico tanto a curto quanto a longo prazo, e que seus efeitos positivos podem resultar em benefícios que vão além dos padrões de vida materiais dos indivíduos.

As pesquisas científicas sobre bem-estar, qualidade de vida e felicidade são bastante recentes como observado por Francesconi et al. (2023), que destacam o empenho de instituições para mensurações sob estes temas, que dão origem a um movimento denominado 'para além do PIB'. Esses autores descrevem sobre a importância histórica do 'Movimento da Qualidade de Vida'. Entretanto Zehba e Firoz (2024) também apresentam visões de investigadores e de autores de índices de diversas nacionalidades que tem por finalidade medir a qualidade de vida.

A qualidade de vida e a relação com o desenvolvimento do potencial humano é abordada por Kilimova (2016), que sugere que a qualidade de vida é um determinante do desenvolvimento humano e da acumulação de capital humano. Destaca que a base do crescimento econômico está no potencial humano e seu desenvolvimento, que por sua vez é também a base da segurança da população. Já Fakhrutdinova et al. (2014) apontam ainda, para a necessidade de avanços na metodologia de um modelo de avaliação que contemple uma nomenclatura padronizada de indicadores que considere o uso em diferentes escalas.

Em pesquisa, Celemín e Velázquez (2018) analisam o IDH, o Índice de Necessidades Básicas Não Satisfeitas (UBN) e o Índice de Qualidade de Vida e apontam que pobreza, desenvolvimento humano e qualidade de vida são conceitos interconectados, cada um fornecendo uma perspectiva diferente sobre o bem-estar social. Como proposta, de estudo incorporam dimensões socioeconômicas, condições ambientais e atrações paisagísticas em sua análise que considera variáveis objetivas e subjetivas.

A lacuna entre indicadores de qualidade de vida considerados pelas políticas públicas e os fatores considerados pelas pessoas é abordada no estudo de Zorondo-Rodríguez et al. (2014). No entanto as políticas nacionais e a relação com a satisfação com a vida é analisada por Hennig e Laier (2023), os autores apontam que a satisfação com a vida é influenciada pelas condições de estrutura e espaços de possibilidade em uma sociedade.

O impacto ambiental causado por setores específicos e produtos, no contexto de pegadas ecológicas e o IDH é tratado por Tukker et al. (2016), sendo que essa investigação aponta que países com o mesmo nível de desenvolvimento humano podem ter pegadas ecológicas diferentes, o que está correlacionado com a forma como organizam suas sociedades e economias. A adaptação do IDH incorporando indicadores de ecologia e de justiça é apontada por Liang et al. (2019).

Os pesquisadores defendem que essa perspectiva tem como objetivo abordar os efeitos negativos da degradação ambiental e da desigualdade social, colaborando assim para uma abordagem holística do desenvolvimento humano. Já o trabalho de Karpenko et al. (2019) defende uma abordagem holística da segurança social e do desenvolvimento, além de uma reformulação do IDH.

Segundo o que justificam Liang et al. (2019), é necessário compreender o desenvolvimento humano de uma perspectiva multidimensional em função da diversidade das necessidades humanas e dos inúmeros pro-

cessos em que o atendimento dessas estão envolvidos. O que pode comprometer a sustentabilidade e causar degradação ambiental, afetando o bem-estar humano como explicado pelos autores. Ao analisar os contextos dos países selecionados, Liang et al. (2019) apresentam os resultados de acordo com cada realidade concluindo que a preocupação não deve estar apenas direcionada a aumentar a riqueza material e os serviços sociais, entretanto a promoção da sustentabilidade ambiental, a redistribuição de renda e a igualdade social devem ser consideradas.

A relevância do contexto ambiental que influencia a qualidade de vida negativamente da população da Ucrânia integra a avaliação de Kovalyshyn; Yaremak e Kovalyshyn (2023), sendo defendido por esses autores uma transição para uma economia inovadora e atuações do governo de forma estratégica com foco na melhoria da qualidade de vida.

Questões ambientais também fazem parte dos estudos de Makarova; Kalashnikova e Novak (2020), que buscam esclarecer a relação existente entre qualidade de vida, consumo de energia, participação de energia renovável, emissões de CO^2 e PIB, sendo o IDH uma das variáveis incorporadas no estudo. As evidências mostram que nem todos os países conseguem transformar o uso de energia em avanços econômicos e melhorias na qualidade de vida, em função de modelos de produção e consumo ineficientes.

A saúde é identificada como um dos principais indicadores de qualidade de vida tanto para o indivíduo como para uma nação, conforme o estudo de Kilimova e Lysikova (2019). Entretanto Drastichová e Filzmoser (2021) também apontam para a saúde como fator fundamental de qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento sustentável. Esses pesquisadores identificam outros fatores que igualmente afetam a qualidade de vida: moradia, renda, emprego, comunidade, educação, meio ambiente, engajamento cívico, saúde, satisfação com a vida, segurança e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. educação, emprego, segurança, renda, mobilidade e sustentabilidade ambiental, para compreender esse conceito.

Os autores, Michalos e Hatch (2020), enfatizam em suas conclusões a complexidade de mensurar a qualidade de vida, a relevância das relações entre medidas objetivas e subjetivas. Integrando outros indicadores em uma investigação, Gau; Duong e Kim (2022) envolvem áreas diferentes de uma sociedade: saúde, exercício e economia, dando origem a um índice geral de diversidade esportiva de lazer, com a possibilidade de ser associado ao desenvolvimento de um país e ao progresso social.

O Índice Mundial de Felicidade, utilizado em conjunto com o IDH compõe a pesquisa de Pawliczek; Kurowska-Pysz e Smilnak (2022), que estabelecem um comparativo entre indicadores de qualidade de vida humana e localizações geográficas. O estudo salienta o desenvolvimento desigual das regiões e conclui que há uma correlação significativa entre o IDH, o Índice Mundial de Felicidade e a latitude, propondo assim uma nova estrutura teórica. Já a diversidade nas estruturas populacionais e as características demográficas são importantes para as possibilidades de desenvolvimento conforme Herrero; Martínez e Villar (2019).

Em atenção a 45 países africanos, o Índice de Boa Sociedade é desenvolvido por Botha (2016), propondo como componentes de avaliação: desempenho econômico; democracia; liberdade e governança; bem-estar infantil; meio ambiente e infraestrutura; segurança e proteção; saúde e sistemas de saúde; integridade e justiça; educação e coesão social e sustentabilidade social. Já em alguns países da África Subsaariana analisados, Sarpong e Bein (2021) indicam que a governança e o desenvolvimento sustentável aprimoram a qualidade de vida.

De outra forma, o continente africano é investigado por Murray e Pauw (2022), que abordam a teoria das necessidades de Max-Neef, apresentando-se como uma tentativa de guiar o processo de desenvolvimento em direção a uma qualidade de vida melhorada. As características socioeconômicas dos agregados familiares e das situações da vizinhança ao bem-estar dos indivíduos integram os estudos de Moghayedi et al. (2023), também no continente africano, que destacam sobre a importância de abordagens para contextos específicos de cada município, alinhando assim as necessidades e condições de cada território.

Na busca de avaliar as desigualdades regionais na Índia, Zehba e Firoz (2024), revelando que fatores geográficos, topográficos, infraestrutura e serviços impactam diretamente a qualidade de vida. Também em território indiano, Kulkarni et al. (2023) identificam os fatores associados às mudanças no bem-estar subjetivo utilizando-se dos dados da Pesquisa de Desenvolvimento Humano da Índia. Os autores justificam a importância da ampliação do foco para além dos aspectos econômicos, como a renda *per capita*.

As abordagens do economista Amartya Sen é referência para os estudos de Greco et al. (2015), Hirai; Comim e Ikemoto (2016), Pugno (2017), Mauro; Biggeri e Maggino (2018) e De Rosa (2018) que de uma forma geral sugerem que há um conjunto de aspectos essenciais da qualidade de vida que podem ser compreendidos como condições essenciais para uma vida com dignidade humana, indo além da sobrevivência defendendo uma compreensão abrangente do bem-estar que vai além do PIB.

A implementação de políticas seletivas, ajustadas as realidades e as necessidades do território avaliado é apontado Halisçelik e Soytas (2019), entretanto Shi e Land (2021) apontam para as implicações na elaboração de políticas públicas e análises sociais tendo como base indicadores sociais compostos. A elaboração de políticas públicas também integra os estudos de Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2023), que destacam a importância dos governos considerarem os diversos fatores envolvidos no desenvolvimento humano, assim como mensurações avaliando seus efeitos. As análises de Xiao e Bialowolski (2023), correlacionam variáveis além do IDH, como: expectativa de vida, escolaridade esperada, escolaridade média, renda nacional bruta *per capita*, avaliações de vida, comportamento financeiro, alfabetização financeira e capacidade financeira. A importância desse estudo conforme os autores para as políticas públicas está na possibilidade de informação de estratégias em diferentes estágios de desenvolvimento humano.

Na tentativa de alcançar soluções para algumas críticas ao IDH, Alaimo e Seri (2023) defendem a elaboração de indicadores multidimensionais justificando que o desenvolvimento humano consiste em um conjunto interligado de elementos que se relacionam entre si e com o ambiente ao seu redor. Nessa perspectiva Holubec e Tomka (2023), propõem a integração de perspectivas de economia, sociologia e história, indo além das medidas econômicas tradicionais.

Os resultados da análise destacam o crescente interesse e esforço científico para abordar o desenvolvimento humano de forma interdisciplinar, considerando a complexidade das interações entre qualidade de vida, bem-estar e os múltiplos contextos que os influenciam, como tratado por Liang et al. (2019), Francesconi et al. (2023) e Holubec e Tomka (2023). O estudo reforça a importância de transcender métricas econômicas tradicionais, promovendo indicadores com o propósito de contribuir para a elaboração de políticas públicas que coloquem os indivíduos no centro processo de desenvolvimento, e que reconheçam a importância do desenvolvimento humano na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise compreende uma revisão sistemática, com base em 42 publicações extraídas da base Scopus, refletindo o esforço de diversos pesquisadores em compreender e mensurar o desenvolvimento humano, a qualidade de vida e o bem-estar em diferentes realidades. Os dados revelam uma concentração significativa de estudos no ano de 2023, o que pode indicar um aumento do interesse pelo tema, possivelmente relacionado aos recentes desafios sociais, econômicos e ambientais enfrentados globalmente.

A origem das publicações evidencia a relevância internacional do debate, com destaque para a produção dos Estados Unidos e de diversos países europeus, essa distribuição reforça a natureza global da temática. A predominância de estudos na área de Ciências Sociais indica um viés multidisciplinar. O que se apresenta de forma relevante, uma vez que o desenvolvimento humano envolve dimensões psicológicas e ambientais. Nesse sentido os trabalhos analisados não somente propõem diferentes modelos de mensuração, mas também con-

tribuem para ampliar a compreensão de dinâmicas que moldam a qualidade de vida em distintas sociedades.

Embora se observe um avanço teórico e metodológico, persistem desafios importantes, principalmente no que diz respeito à construção de modelos capazes de captar a complexidade do desenvolvimento humano e da qualidade de vida como colocado por Michalos e Hatch (2020), Drastichová e Filzmoser (2021) e Zehba e Firoz (2024). Diante disso, destaca-se a necessidade de pesquisas que sejam sensíveis às especificidades locais que possam orientar políticas públicas mais efetivas e sustentáveis.

Essa revisão oferece subsídios relevantes tanto para o avanço do conhecimento acadêmico quanto para a formulação de ações práticas voltadas à melhoria das condições de vida. Ao evidenciar lacunas e possibilidades, o trabalho também se propõe a estimular novos estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de modelos de avaliação mais abrangentes e conectados com os desafios contemporâneos do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAIMO, L.S.; SERI, E. Measuring human development by means of composite indicators: open issues and new methodological tools**. Quality and Quantity**, [*s. l.*], 2023.

BOTHA, F. The Good African Society Index**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 126, n. 1, p. 57–77, 2016.

CELEMÍN, J.P.; VELÁZQUEZ, G.Á. Spatial Analysis of the Relationship Between a Life Quality Index, HDI and Poverty in the Province of Buenos Aires and the Autonomous City of Buenos Aires, Argentina**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 140, n. 1, p. 57–77, 2018.

CIBULKA, S.; GILJUM, S. Towards a comprehensive framework of the relationships between resource footprints, quality of life, and economic development**. Sustainability (Switzerland)**, [*s. l.*], v. 12, n. 11, 2020.

CUADRADO-BALLESTEROS, B.; BISOGNO, M. The relevance of budget transparency for development**. International Review of Administrative Sciences**, [*s. l.*], v. 89, n. 1, p. 239–256, 2023.

DE ROSA, D. Capability Approach and Multidimensional Well-Being: The Italian Case of BES**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 140, n. 1, p. 125–155, 2018.

DĚDEČEK, R.; DUDZICH, V. Exploring the limitations of GDP per capita as an indicator of economic development: a cross-country perspective**. Review of Economic Perspectives**, [*s. l.*], v. 22, n. 3, p. 193–217, 2022.

DRASTICHOVÁ, M.; FILZMOSER, P. Factors of quality of life in a group of selected european union and oecd countries**. Problemy Ekorozwoju**, [*s. l.*], v. 16, n. 2, p. 75–93, 2021.

FAKHRUTDINOVA, L.R. *et al.* Methodological approaches of formation of evaluative indicators of quality of life**. Mediterranean Journal of Social Sciences**, [*s. l.*], v. 5, n. 24, p. 251–255, 2014.

FRANCESCONI, D. *et al.* Quality of life movement: Historical overview of the policies and challenges for the future of education**. Policy Futures in Education**, [*s. l.*], v. 21, n. 8, p. 868–885, 2023.

GAU, L.-S.; DUONG, P.T.; KIM, J.-C. Parallel Leisure Sport Activities Diversity with Economic, Social and Human Development Indicators**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 164, n. 3, p. 1403–1425, 2022.

GRECO, Giulia *et al.* What is a good life? Selecting capabilities to assess women's quality of life in rural Malawi**. Social Science & Medicine**, [*s. l.*], v. 130, p. 69–78, 2015.

HALISÇELIK, Ergül; SOYTAS, Mehmet Ali. Sustainable development from millennium 2015 to Sustainable Development Goals 2030**. Sustainable Development**, [*s. l.*], v. 27, n. 4, p. 545–572, 2019.

HENNIG, M.; LAIER, B. Social Resources and Life Satisfaction: Country-Specific Effects?**. International Journal of Sociology**, [*s. l.*], v. 53, n. 1, p. 36–58, 2023.

HERRERO, C.; MARTÍNEZ, R.; VILLAR, A. Population Structure and the Human Development Index**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 141, n. 2, p. 731–763, 2019.

HIRAI, T.; COMIM, F.; IKEMOTO, Y. Happiness and Human Development: A Capability Perspective**. Journal of International Development**, [*s. l.*], v. 28, n. 7, p. 1155–1169, 2016.

HOLUBEC, S.; TOMKA, B. Human Development Index: Changes in East Central Europe, 1913–2010**. Politicka Ekonomie**, [*s. l.*], v. 71, n. 2, p. 130–152, 2023.

JORDÁ, V.; SARABIA, J.M. Well-Being Distribution in the Globalization Era: 30 Years of Convergence**. Applied Research in Quality of Life**, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 123–140, 2015.

KARPENKO, L. *et al.* Human development in the context of provision of the social safety of society**. Journal of Security and Sustainability Issues**, [*s. l.*], v. 8, n. 4, p. 727–736, 2019.

KILIMOVA, Lyudmila. **Quality of life as a human development determinant in the context of economic instability**. [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://ea21journal.world/index.php/ea-v157-18/. Acesso em: 10 jul. 2024.

KILIMOVA, L.; LYSIKOVA, O. Health as a fundamental basis of population life quality**. Economic Annals-XXI**, [*s. l.*], v. 180, n. 11–12, p. 191–199, 2019.

KOVALYSHYN, Volodymyr; YAREMAK, Zoryana; KOVALYSHYN, Oleksandr. The standard of living in Ukraine in 2014-2022 and its impact on the environment**. International Journal of Environmental Studies**, [*s. l.*], v. 80, n. 2, p. 284–290, 2023.

KULKARNI, V.S. *et al.* Changes in Subjective Well-Being in India**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 168, n. 1–3, p. 607–644, 2023.

LIANG, M. *et al.* International Comparison of Human Development Index Corrected by Greenness and Fairness Indicators and Policy Implications for China**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 142, n. 1, p. 1–24, 2019.

MAKAROVA, O.; KALASHNIKOVA, T.; NOVAK, I. The impact of energy consumption on quality of life in the world: Methodological aspects of evaluation**. Economic Annals-XXI**, [*s. l.*], v. 184, n. 7–8, p. 29–37, 2020.

MAURO, V.; BIGGERI, M.; MAGGINO, F. Measuring and Monitoring Poverty and Well-Being: A New Approach for the Synthesis of Multidimensionality**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 135, n. 1, p. 75–89, 2018.

MICHALOS, A.C.; HATCH, P.M. Good Societies, Financial Inequality and Secrecy, and a Good Life: from Aristotle to Piketty**. Applied Research in Quality of Life**, [*s. l.*], v. 15, n. 4, p. 1005–1054, 2020.

MOGHAYEDI, A. *et al.* Modeling the Neighborhood Wellbeing of Townships in South Africa**. Sustainability (Switzerland)**, [*s. l.*], v. 15, n. 11, 2023.

MORSE, S. Quality of Life, Well-Being and the Human Development Index: A Media Narrative for the Developed World?**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 170, n. 3, p. 1035–1058, 2023.

MURRAY, M.; PAUW, C. A novel tool for quality-of-life assessment in the household context**. International Journal of Sustainable Development**, [*s. l.*], v. 25, n. 1–2, p. 95–113, 2022.

NIKOLAEV, B. Economic freedom and quality of life: Evidence from the OECD's your better life index**. Journal of Private Enterprise**, [*s. l.*], v. 29, n. 3, p. 61–96, 2014.

PAWLICZEK, A.; KUROWSKA-PYSZ, J.; SMILNAK, R. Relation between Globe Latitude and the Quality of Life: Insights for Public Policy Management**. Sustainability (Switzerland)**, [*s. l.*], v. 14, n. 3, 2022.

PETERSON, L. The Measurement of Non-economic Inequality in Well-Being Indices**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 119, n. 2, p. 581–598, 2014.

PUGNO, M. Scitovsky meets Sen: Endogenising the dynamics of capability**. Cambridge Journal of Economics**, [*s. l.*], v. 41, n. 4, p. 1177–1196, 2017.

SANT'ANNA, A.P.; BARRETO, M. Inequality Assessment by Probabilistic Development Indices**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 148, n. 3, p. 733–746, 2020.

SARPONG, S.Y.; BEIN, M.A. Effects of good governance, sustainable development and aid on quality of life: Evidence from sub-saharan Africa**. African Development Review**, [*s. l.*], v. 33, n. 1, p. 25–37, 2021.

SHAFEEQ, F.; RAZA, S.H.; RAMZAN, S. The impact of globalization on quality of life: An empirical investigation for asian countries**. Journal of Globalization Studies**, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 97–110, 2019.

SHI, C.; LAND, K.C. The Data Envelopment Analysis and Equal Weights/Minimax Methods of Composite Social Indicator Construction: a Methodological Study of Data Sensitivity and Robustness**. Applied Research in Quality of Life**, [*s. l.*], v. 16, n. 4, p. 1689–1716, 2021.

TUKKER, A. *et al.* Environmental and resource footprints in a global context: Europe's structural deficit in resource endowments**. Global Environmental Change**, [*s. l.*], v. 40, p. 171–181, 2016.

XIAO, J.J.; BIALOWOLSKI, P. Consumer Financial Capability and Quality of Life: a Global Perspective**. Applied Research in Quality of Life**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 365–391, 2023.

ZEHBA, F.M.P.; FIROZ, M.C. Assessing regional quality of life with an integrated framework: An application to district of Kozhikode in the state of Kerala (India), 2011**. Regional Statistics**, [*s. l.*], v. 14, n. 1, p. 159–193, 2024.

ZORONDO-RODRÍGUEZ, F. *et al.* What Defines Quality of Life? The Gap Between Public Policies and Locally Defined Indicators Among Residents of Kodagu, Karnataka (India)**. Social Indicators Research**, [*s. l.*], v. 115, n. 1, p. 441–456, 2014.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E NEUROEDUCAÇÃO: PROMOÇÃO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL[1]

UNIVERSITY EXTENSION AND NEUROEDUCATION: PROMOTING SOCIOEMOTIONAL SKILLS IN ELEMENTARY SCHOOL CHILDREN AS A CONTRIBUTION TO REGIONAL DEVELOPMENT

Nathane Angeli[2]
Cármen Marilei Gomes[3]

RESUMO

Este estudo investigou as percepções de pais e professores sobre os impactos das intervenções em neuroeducação realizadas por meio do projeto de extensão *"A Neuroeducação como ferramenta para estímulo de aprendizagem em crianças"*, voltado para o desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças da rede pública de ensino. A pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória foi realizada com 4 pais e 8 professores. A análise dos dados, coletados através de entrevistas semiestruturadas, resultou na categoria principal, denominada de Habilidades Socioemocionais e de três subcategorias, sendo elas, Aspectos Gerais, Comunicação/Concentração e Relações Interpessoais. Na subcategoria Aspectos Gerais, 38,10% dos relatos destacaram melhorias no desempenho acadêmico e em questões emocionais. Em Comunicação/Concentração, 33,33% dos participantes relataram avanços significativos na habilidade dos alunos de expressão e concentração em atividades escolares. Já nas Relações Interpessoais, 28,6% dos relatos mencionaram melhorias nas interações sociais, evidenciando a importância das intervenções no fortalecimento das competências socioemocionais. Os resultados indicaram que as intervenções não apenas impulsionaram o desempenho cognitivo, mas também promoveram avanços significativos no desenvolvimento emocional dos alunos, com ênfase na autorregulação, comunicação e socialização. As práticas de neuroeducação demonstraram um impacto positivo no fortalecimento da autoestima e da segurança emocional, facilitando o desenvolvimento integral dos alunos. Esses achados destacam a importância dos projetos de extensão universitária, que vão além do contexto escolar e têm um papel crucial no fortalecimento da comunidade e no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Neuroeducação; Habilidades Socioemocionais; Extensão Universitária; Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This study investigated the perceptions of parents and teachers regarding the impacts of neuroeducation interventions carried out through the extension project "Neuroeducation as a Tool for Stimulating Learning in Children," focused on the cognitive and emotional development of children in public schools. The qualitative and exploratory research was conducted with 4 parents and 8 teachers. The analysis of the data, collected through semi-structured interviews, resulted in the main category called Socioemotional Skills, along with three subcate-

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.
2 Acadêmica do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: natiangeli@sou.faccat.br.
3 Professor(a) das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: cmarilei@faccat.br.

gories: General Aspects, Communication/Concentration, and Interpersonal Relationships. In the General Aspects subcategory, 38.10% of the reports highlighted improvements in academic performance and emotional issues. In Communication/Concentration, 33.33% of participants reported significant progress in students' abilities to express themselves and focus on school activities. In Interpersonal Relationships, 28.6% of the reports mentioned improvements in social interactions, emphasizing the importance of interventions in strengthening socioemotional competencies. The results indicated that the interventions not only boosted cognitive performance but also promoted significant advancements in students' emotional development, with a focus on self-regulation, communication, and socialization. Neuroeducation practices demonstrated a positive impact on strengthening self-esteem and emotional security, facilitating the students' overall development. These findings highlight the importance of university extension projects, which go beyond the school context and play a crucial role in strengthening the community and regional development.

Keywords: *Neuroeducation; Socioemotional Skills; Extension Projects; Regional Development.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a importância da estimulação de habilidades socioemocionais em alunos do ensino fundamental e sua relação com o desenvolvimento regional, especialmente no contexto de intervenções educacionais baseadas na neuroeducação. A neuroeducação, ao unir neurociência, psicologia e pedagogia, busca aprimorar o processo de aprendizagem, explorando como fatores cognitivos e emocionais impactam o desempenho e a motivação dos estudantes (OH et al., 2023). Essa abordagem permite aos profissionais ajustarem práticas educacionais conforme o funcionamento do sistema nervoso dos alunos.

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais no ambiente escolar é essencial para formar cidadãos críticos, empáticos e colaborativos (Paula et al., 2025). Competências como equilíbrio emocional, responsabilidade, autoconfiança e cooperação são fundamentais para promover relações saudáveis e fortalecer a vida em sociedade. Intervenções em neuroeducação têm se mostrado eficazes no estímulo às funções cognitivas e socioemocionais, favorecendo a plasticidade neural e melhorando o desempenho acadêmico, a comunicação e a convivência (Consenza & Guerra, 2011).

Este estudo pretende responder à seguinte questão: Como a estimulação de habilidades socioemocionais em alunos do ensino fundamental, por meio de intervenções extensionistas em neuroeducação, pode contribuir para o desenvolvimento regional? A realização deste trabalho justifica-se pelo reconhecimento de que as habilidades socioemocionais são fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos e, por extensão, das comunidades em que estão inseridos. Projetos extensionistas fortalecem a articulação entre universidade, escola e sociedade, promovendo práticas educacionais mais humanizadas e contribuindo para a transformação social e regional (Gil, 2023).

Além dos ganhos individuais, crianças mais resilientes e colaborativas geram impactos positivos no clima escolar, nas relações familiares e no fortalecimento do capital humano, influenciando diretamente o desenvolvimento sustentável das regiões. Investir no desenvolvimento integral das crianças por meio da neuroeducação fomenta uma cultura de paz, pertencimento e bem-estar coletivo.

O objetivo geral deste estudo é investigar como intervenções em neuroeducação voltadas à estimulação de habilidades socioemocionais podem contribuir para o desenvolvimento regional. Os objetivos específicos são: identificar impactos das intervenções sobre habilidades socioemocionais conforme a percepção de pais e professores; verificar mudanças no desempenho cognitivo e na regulação emocional dos alunos; analisar a relação entre as intervenções e o ambiente escolar; e refletir sobre o fortalecimento do capital social e humano no contexto regional.

A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com pais e professores

de alunos participantes de um projeto de extensão universitária focado na neuroeducação. O artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a fundamentação teórica; a seção 3 descreve os métodos utilizados; a seção 4 expõe e discute os resultados obtidos; e a seção 5 traz as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E NEUROEDUCAÇÃO

A neuroeducação tem como base fundamentos de teóricos clássicos como Vygotsky, Piaget e Feuerstein, incorporando avanços da neurociência, especialmente no que se refere à neuroplasticidade, para estimular o desenvolvimento cognitivo dos estudantes (Souza, 2021). De acordo com Viana (2023), embora o cérebro siga um padrão genético de desenvolvimento, esse processo é amplamente moldado pelas experiências do ambiente. Nessa linha, Lima (2017) ressalta que a plasticidade cerebral é essencial para a aprendizagem, pois permite a adaptação contínua do sistema nervoso central frente a novas vivências e informações. A neuroeducação, nesse contexto, propõe práticas pedagógicas alinhadas ao funcionamento cerebral, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos (Lent, 2022).

O desenvolvimento socioemocional refere-se à capacidade de reconhecer e lidar com emoções, construir vínculos saudáveis, tomar decisões conscientes e enfrentar desafios de forma eficaz. Embora o ensino tradicional privilegie conteúdos acadêmicos, é fundamental considerar a formação integral dos estudantes para prepará-los para as complexidades do cotidiano (Freitas & Marin, 2022). As competências socioemocionais são essenciais em diversos contextos, como no ambiente profissional e nas relações interpessoais, sendo determinantes para a adaptação e o sucesso dos indivíduos (Lent, 2022).

Rocha e Sampaio (2020) destacam que, apesar de essas competências terem uma base inata, é necessário cultivá-las continuamente para favorecer a convivência social e a autorregulação emocional. As emoções, nesse processo, desempenham um papel central ao impactar diretamente as representações mentais e influenciar a motivação, a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual (Gil, 2023; Bear et al., 2017).

2.2 HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS NO DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Matias e Mélo (2024), relatam em seus estudos que as competências socioemocionais contribuem para que a pessoa compreenda melhor a si mesma e o contexto em que está inserida, além de favorecer a construção de atitudes e relações sociais positivas. Quando trabalhadas na escola, essas habilidades vão além da preparação para o trabalho, contribuindo também para que o indivíduo lide melhor com os desafios da vida acadêmica, profissional, pessoal e social.

Em relação a importância do desenvolvimento dessas habilidades, Brackett e Katulak (2021) reforçam que as competências socioemocionais abrangem diversos aspectos, como a inteligência emocional, a capacidade de tomar decisões, a empatia e a comunicação. Essas habilidades são essenciais para criar um ambiente escolar equilibrado e propício ao aprendizado.

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais está associado a resultados positivos a longo prazo, como sucesso acadêmico, profissional e bem-estar psicológico (Cordeiro et al., 2024). Essas competências ajudam os indivíduos a enfrentarem desafios, se adaptar a mudanças e, além disso, fortalecem a resiliência, essencial para lidar com dificuldades e estresses ao longo da vida (Mcclelland et al., 2020).

Nacimento et al. (2023) defendem que investir no desenvolvimento das habilidades socioemocionais é essencial para uma formação mais completa, contribuindo significativamente para a redução de comportamentos violentos, desrespeito mútuo, ansiedade e outras emoções negativas do cotidiano. Essas competências

ajudam os indivíduos a compreenderem suas emoções, promover a empatia e assumir responsabilidade por suas ações.

2.3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As universidades desempenham um papel crucial na formação de pessoas, na disseminação de conhecimento e na produção científica. Nesse contexto, o tripé ensino, pesquisa e extensão potencializa a aplicação prática do saber e promove avanços sociais e locais (Aguiar et al., 2020).

A extensão universitária é um compromisso fundamental das instituições de ensino superior, atuando como um canal de conexão entre a universidade e a comunidade. Seu propósito é fomentar a construção de conhecimento e integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão por meio de processos formativos. Assim, o conceito de "extensão" envolve a ideia de compartilhar saberes, levando-os a diferentes realidades e públicos. Por meio dessa interação, torna-se possível compreender de forma mais ampla as demandas e especificidades da região em que a instituição está inserida (Santos et al, 2020).

Em relação a importância da extensão universitária, Siqueira et al (2024), destaca que esta é fundamental para aplicar a teoria aprendida em sala de aula na prática, permitindo que os alunos se envolvam diretamente com a comunidade. Esse contato oferece uma formação mais rica, com troca de experiências e aprendizado prático, além de contribuir para a ampliação das redes de contatos de alunos e professores.

A atuação da universidade em uma comunidade exerce influência direta no fortalecimento e progresso da região. Santos et al (2020) reforçam em seus estudos que o desenvolvimento regional, nesse sentido, é um processo amplo e interligado, que abrange mudanças em diversas dimensões, como a social, econômica, política, ambiental e cultural.

3 METODOLOGIA

Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, contou com 4 responsáveis e 8 docentes de crianças com dificuldades de aprendizagem, participantes do projeto de extensão "A Neuroeducação como ferramenta para estímulo de aprendizagem em crianças", desenvolvido na FACCAT desde 2023. As crianças, oriundas da rede pública municipal de Taquara (RS), foram encaminhadas para sessões semanais de 45 minutos realizadas no Laboratório de Reabilitação Infantil ou no Centro de Serviços em Psicologia (CESEP), com atividades de estimulação cognitiva e autorregulação emocional. Foram incluídos apenas pais e professores de alunos com frequência mínima de 80%.

A coleta de dados envolveu entrevistas semiestruturadas com quatro perguntas abertas sobre o impacto das intervenções no desempenho cognitivo e na regulação emocional, além da aplicação de um questionário sociodemográfico.

As entrevistas, individuais e presenciais, ocorreram em sala reservada na FACCAT ou nas escolas, com duração aproximada de 30 minutos e registro em áudio mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise dos dados seguiu a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1988), envolvendo pré-análise, exploração e tratamento dos dados (Souza & Santos, 2020).

O estudo foi conduzido conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT, sob CAAE: 83726624.9.0000.8135, e teve apoio financeiro da FAPERGS por meio de bolsa de iniciação científica concedida à estagiária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico apresenta os achados das entrevistas semiestruturadas realizadas com 8 docentes e 4 responsáveis por alunos que integraram o projeto de extensão em neuroeducação. A maior parte dos respondentes era do sexo feminino (83,33%), solteiros (58,33%) e com idade média de 35 anos. Quanto ao nível de escolaridade, 66,67% concluíram o ensino superior, 16,67% não finalizaram o ensino médio, 8,33% tinham o ensino médio completo e outros 8,33% não completaram o ensino fundamental. No grupo de pais, 75% relataram ter dois ou mais filhos, enquanto 25% tinham apenas um.

A pesquisa investigou como pais e professores percebem os efeitos das intervenções em neuroeducação, relacionadas ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em crianças participantes do projeto. A categoria principal identificada foi Habilidades Socioemocionais, subdividida em três aspectos: Aspectos Gerais, que destacam melhorias em processos de aprendizagem e aspectos emocionais dos alunos, Comunicação/ Concentração e Relações Interpessoais.

Os detalhes da categoria e subcategorias estão presentes no Quadro 1.

QUADRO 1 – CATEGORIA E SUBCATEGORIAS

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	NÚMERO DE CITAÇÕES E FREQUÊNCIA
Habilidades Socioemocionais	Aspectos Gerais	5 (38,10%)
	Comunicação e Concentração	4 (33,33%)
	Relações Interpessoais	3 (28,6%)

Fonte: dados do presente estudo.

De acordo com Junior et al. (2024), as intervenções baseadas em neurociência promovem benefícios que vão além do rendimento escolar, abrangendo também aspectos como motivação, comportamento e inclusão no ambiente social. Os autores ressaltam que, para alcançar resultados significativos, tais intervenções precisam contribuir para o desenvolvimento emocional e social dos estudantes, algo que se reflete no relato da participante 12 (professora): *"Além da aprendizagem, ela está evoluindo em outras coisas junto, sim. Acho que a questão é emocional também. Ela tá conseguindo não descarregar tanta raiva dela. Ela consegue respirar e vem falar pra gente as coisas"*. Essa percepção aponta para avanços na autorregulação emocional, uma competência fundamental tanto para a aprendizagem quanto para a convivência social.

Outro elemento importante identificado nos depoimentos foi o efeito positivo da leitura, conforme relatado pela participante 5 (professora): *"É que essa participação dele no projeto abriu portas pra ele, pra que ele começasse a entender mais as outras áreas do conhecimento também. Ciências, geografia, história... Porque a leitura abriu esse espaço pra ele, né? Ao iniciar a leitura facilitou para ele interpretar as outras coisas, as outras áreas também"*. Araújo e Vizibeli (2024) apontam que a leitura é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, sendo um estímulo essencial desde a primeira infância. Mais do que aprimorar a linguagem e a escrita, ela promove empatia, amplia a compreensão do mundo e desperta a criatividade. Pereira (2024) complementa essa visão ao afirmar que tais competências são indispensáveis para a formação de sujeitos conscientes e engajados, contribuindo diretamente para a construção de uma sociedade mais humanizada.

Nesse sentido, Medeiros (2023), ressalta que a alfabetização, portanto, não é apenas um processo técnico, mas uma ação educativa que permite à criança construir significados, compreender seu papel na sociedade e transformar a realidade em que está inserida.

Além dos avanços apontados na subcategoria Aspectos Gerais — como maior controle emocional e desenvolvimento da leitura —, também foram observadas melhorias expressivas relacionadas à subcategoria Comunicação e Concentração, presente em 33,33% dos relatos. Pais e professores observaram avanços na expressão verbal e na capacidade de concentração dos alunos, como destacou a participante 10 (professora): " *No começo do ano, ele era um menino mais, assim, quietinho, mais na dele. Agora, ele já é bem comunicativo. Ele se comunica bastante com os colegas, sabe? Ele já tá naquela fase, já, de conversar, assim, ali, cochichar com os amigos, sabe? Então, ele demonstra, assim, mais, assim, ele está mais aberto, assim, pra conversar com os amigos. Antes, ele era mais retraído. Agora, ele já conversa mais*".

De acordo com Amaral e Guerra (2020), ambientes que promovem e estimulam o diálogo têm um papel importante no desenvolvimento de habilidades de comunicação, fundamentais para o aprendizado, o processamento de informações e, principalmente, para a socialização. Quando essas competências são estimuladas desde a infância, especialmente em contextos educacionais, contribuem significativamente para o crescimento individual dos alunos e no fortalecimento de cidadãos mais preparados para atuar de forma participativa na sociedade, corroborando, também, para o desenvolvimento regional.

A participante 11 (professora), reforça o impacto positivo que o desenvolvimento da comunicação trouxe ao aluno: *"A gente via ele muito quietinho, né? E agora ele está mais expressivo, mais comunicativo, assim, rostinho mais alegre, né? Tem uma fisionomia melhor, porque ele era muito quietinho, por isso que ele estava sempre escondido, com vergonha. E agora ele se sobressai. Está mais seguro disso, parece*". Gutierres e Monteiro (2019) ressaltam que, à medida que a criança desenvolve suas habilidades comunicativas e recebe feedback positivo do ambiente, sua autoconfiança se fortalece, favorecendo seu engajamento tanto escolar quanto social.

A concentração, elemento crucial tanto para o desenvolvimento emocional quanto escolar, impacta diretamente a aprendizagem e as interações sociais. Como destaca Chaves (2023), essa habilidade cognitiva envolve processos neurais de seleção e organização de estímulos, priorizando informações relevantes para a construção do conhecimento.

Duas participantes destacaram, em seus relatos, as melhorias que observaram na concentração de seus filhos, refletindo os avanços no processo de aprendizagem e socialização. A participante 8 (mãe) relata: *"Percebo que na concentração dele também teve uma mudança. Ele, tipo, não prestava muita atenção, assim, eu vi que ele já tá mais prestando atenção, em como ele ouve, vê a gente. Agora ele olha pra gente quando a gente fala, né, e olhando, ele consegue ver o que a gente tá falando, né, presta atenção mesmo, isso eu notei também, consegue fazer prestando atenção, isso ele conseguiu também desenvolver, além da alfabetização, ele tinha um pouco mais de dificuldade."*

Da mesma forma, a participante 7 (mãe) observa: *"Ele está mais concentrado para fazer as atividades dele. Está mais concentrado, tem mais vontade para ficar fazendo as atividades dele, ele está conseguindo focar mais."*

Os relatos evidenciam o impacto positivo da concentração no desenvolvimento infantil. Amaral e Guerra (2020) explicam que o cérebro prioriza estímulos relevantes, ativando circuitos neurais que melhoram a retenção de informações. Esse mecanismo não só favorece a aprendizagem, mas também prepara os indivíduos para uma participação social mais ativa, promovendo autonomia por meio da motivação intrínseca.

Além das competências já abordadas, 28,6% dos relatos demonstraram a relevância das relações interpessoais para o desenvolvimento emocional e escolar dos alunos. As interações sociais, conforme Oliveira (2025), estão associadas à ativação de funções cerebrais ligados ao prazer e ao bem-estar, como a liberação de dopamina, o que contribui para comportamentos positivos e repetição de experiências satisfatórias. Em relação à isso, a participante 1 (professora), menciona: "*Na verdade, eu percebi uma mudança maior nela, sim, mas com relação às relações interpessoais dela, que isso também era uma das questões que acabavam atrapalhando ela. Ela sempre teve bastante dificuldade em matemática e essas dificuldades ainda permanecem, mas o fato dela ter*

melhorado, vamos dizer assim, um pouquinho emocionalmente e nas relações com os colegas, a gente percebe que ajudaram ela como um todo". Este relato demonstra como a melhora nos vínculos interpessoais reflete positivamente em todos os aspectos do aluno, contribuindo assim, para um ambiente emocionalmente mais acolhedor, favorecendo o bem-estar coletivo.

Segundo Júnior et al. (2023), ao desenvolver habilidades como empatia e cooperação, os estudantes passam a se relacionar de forma mais respeitosa e harmoniosa. Pensando no contexto regional, esse fortalecimento da habilidade de relações interpessoais favorece a colaboração de comunidades mais colaborativas, nas quais os indivíduos se sentem mais engajados e interessados com a transformação do ambiente em que estão inseridos.

Nessa mesma perspectiva, a participante 2 (professora) destaca: *"Ele tem uma dificuldade muito grande de socializar com os colegas. Ele é um aluno reprovado, então ele é um aluno que já tá com uma idade diferente das colegas dele. E que a gente via ele muito apático. E muito depressivo, até, nos recreios, assim. Então, depois que a gente fez os encaminhamentos, ele melhorou. Hoje a gente vê ele interagindo com os colegas, isso é bem positivo, assim. Brincando no recreio, claro que continua o peso da questão da faixa etária. Mas isso melhorou bastante. Ele tá mais sociável*". O avanço do aluno pode ser compreendido através da ideia de Dias et al. (2024) de que o fortalecimento dos vínculos sociais entre os alunos contribui para o aumento da autoestima, o engajamento com a escola e a motivação para aprender. Esse progresso contribui significativamente para que os estudantes consigam enfrentar os desafios cotidianos com mais recursos emocionais e sociais, favorecendo o desenvolvimento individual e comunitário.

Portanto, o fortalecimento de habilidades socioemocionais são essenciais para formar indivíduos preparados para contribuir com a formação de comunidades mais colaborativas. Essa discussão demonstra a importância de intervenções focadas no desenvolvimento dessas habilidades, já que elas não favorecem apenas o desempenho acadêmico, mas também contribuem para ambientes mais engajados, fundamentais para o desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar os efeitos das intervenções em neuroeducação no desenvolvimento das habilidades socioemocionais de crianças participantes de um projeto de extensão universitária, além de analisar como essas intervenções, voltadas à estimulação de habilidades socioemocionais em alunos do ensino fundamental, podem contribuir para o desenvolvimento regional. A partir da análise dos depoimentos de pais e professores, foi possível perceber avanços significativos em diversos aspectos, como autorregulação emocional, comunicação, concentração e relações interpessoais.

Os resultados evidenciam que as intervenções realizadas, baseadas em neurociência, não apenas promovem a melhoria no desempenho cognitivo dos alunos, mas também contribuem para o fortalecimento de suas competências socioemocionais, fundamentais para o seu desenvolvimento integral. As crianças mostraram avanços na capacidade de lidar com suas emoções, o que refletiu positivamente em seu comportamento e nas suas interações sociais. Além disso, o aumento da comunicação e da concentração demonstrou um impacto direto na melhoria do desempenho escolar e nas suas relações com os colegas.

O estudo também revelou que a integração entre a universidade e a comunidade, por meio de projetos de extensão, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional. Ao aplicar o conhecimento acadêmico de forma prática, as universidades podem ajudar a transformar realidades locais, proporcionando aos alunos da educação básica ferramentas que favorecem o desenvolvimento acadêmico e social.

No entanto, uma limitação importante deste estudo foi a falta de uma análise mais detalhada das condições familiares, que poderiam ter fornecido uma compreensão mais completa sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento dos alunos. A investigação mais profunda do papel da família no processo de desenvolvi-

mento de habilidades socioemocionais seria uma contribuição relevante para a área.

É importante destacar que o impacto dessas intervenções vai além do ambiente escolar, contribuindo também para o desenvolvimento social e regional. Indivíduos mais preparados emocional e socialmente favorecem, além do seu crescimento pessoal, as comunidades, promovendo maior colaboração e interação entre seus membros.

Por fim, a continuidade e a ampliação de projetos de neuroeducação são recomendadas, pois seus benefícios não se limitam ao contexto escolar, mas reverberam em várias dimensões do desenvolvimento infantil, impactando positivamente a formação de cidadãos mais preparados e engajados socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. R. V. et al. **Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016.** Interações - Campo Grande. v. 21, p. 305-316, 2020.

AMARAL, A. L. N.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: olhando para o futuro da aprendizagem.** Brasília: SESI/DN, 2020.

ARAÚJO, C. A.; VIZIBELI, D. **A importância da leitura para a formação do aluno: visões na gestão escolar.** Revista Eixos Tech, v.11, n.2, 2024.

BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. **Neurociências: desvendando o sistema nervoso.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BRACKETT, Marc A.; KATULAK, N.A. **Socioemotional development in education: Current research and future directions.** Journal of Applied Developmental Psychology, v. 75, p. 101266, 2021.

CHAVES, J. M. **Neuroplasticidade, memória e aprendizagem: uma relação atemporal.** Revista Psicopedagogia, v. 40, n. 121, p. 66-75, 2023.

CORDEIRO, J.G et al. **O ensino de habilidades socioemocionais: seu papel no sucesso escolar.** Revista Visão, Caçador-SC, v. 13, n. 1, p. e3500-e3500, jan./jun. 2024.

CUNHA, A.C.B; MAFFAZIOLI, A.N; ALBUQUERQUE, K.A. **Relações entre regulação emocional parental e desenvolvimento dos filhos.** Saúde e Desenvolvimento Humano, Canoas, v. 10, n. 3, 2022.

DIAS, M. A. D. et al. **Desenvolvimento socioemocional no ambiente escolar: o papel dos professores.** Lumen et virtus.São José dos Pinhais, v. XV, n. XLIII, p. 7808-7822, 2024.

FERNANDES, R.A.S et al. **A importância das habilidades socioemocionais nas escolas - um estudo comparativo entre escolas privadas e públicas.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 8, n. 02, fev. 2022.

FREITAS, B.I; MARIN, A.H. **Aprendizagem socioemocional e atenção plena no contexto escolar brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Gênese, 2022.

GIL, D.F.V.S et al. **A importância do desenvolvimento socioemocional na educação de crianças e jovens.** Revista Camalotes, 2023.

GUTIERRES, M. F.; MONTEIRO, C. F. B. **Habilidades sociais na infância**. Revista Uningá, Maringá, v. 56, n. S1, p. 118-129, 2019.

JÚNIOR, J. F. C. et al. **A importância de um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz para os alunos.**

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 6, p. 324-341, 2023.
JUNIOR, J. C. G. et al. **Eficácia das intervenções baseadas em neurociência para alunos com necessidades especiais**. Revista Cad.Pedagógico, Curitiba, v. 21, n. 10, p. 01-17, 2024.

LENT, R.. **Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais em neurociências**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2022.
LIMA, K.R. et al. **Trabalhando conceitos da neurociência na escola: saúde do cérebro e plasticidade cerebral**. Revista Ciência em Extensão, UNESP. 2017.

MATIAS, J.B.O; MÉLO, A.M. **As habilidades socioemocionais e seus impactos na aprendizagem**. Rev. Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024.

MCCLELLAND, M. M. et al. **SEL interventions in early childhood.** Future of Children, v. 30, n. 1, p. 109-127, 2020.

MEDEIROS, C.G. **A necessidade e importância da leitura na educação infantil para o desenvolvimento do indivíduo.** XIV Fórum de Pesquisa e Extensão da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. 2022.

NACIMENTO, E.C.S et al. **Desenvolvimento das habilidades socioemocionais para estudantes da educação infantil.** Rev.Cad. Pedagógico,v. 21, n. 1, p. 2346-2370. CUR. 2024.

OH, Henry et al. **Neuroeducação: quais são as técnicas mais usadas nas escolas utilizando a neurociência.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, 2023.

OLIVEIRA, A. C. P. S. **A influência da dopamina na motivação, aprendizagem e comportamentos de risco: implicações para a neuropsicopedagogia.** Revista Ciências Humanas, Pensamento Crítico e Transformação Social, cap. 14, 2025.

PAULA, R.H.F. et al. **Neurociência em contexto escolar: uma investigação do impacto da neurociência no aprendizado de estudantes.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 1, p. 01-18, 2025.

PEREIRA, M. A. **Papel transformador da literatura na formação integral dos jovens brasileiros.** Rev. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 27, n. 2, p. 275-286, 2024.

ROCHA, M.M; SAMPAIO, M.A.P. **A importância do desenvolvimento das competências socioemocionais para a aprendizagem: uma revisão de literatura,** 2020.

SANTOS, A.D. et al. **Extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento regional.** Revista de Extensão da UNESC, v. 5, n. 1, 2020.

SIQUEIRA, F.R. et al. **A extensão universitária no desenvolvimento regional sustentável: relato de experiência.** Rev. Cad. Pedagógico – Studies, Curitiba, v. 21, n. 5, p. 01-13, 2024.

SOUZA, R.C.S; MENDONÇA, A.C.S; BARBOSA, A.L.C. **A neuroeducação e a neurociência: tecendo saberes e otimizando práticas inclusivas.** Aracaju: Criação Editora, 2021.

VIANA, T.R.X. **Neuroplasticidade: uma análise da neurociência moderna.** Contemporary Journal, 2023.

ESTUDOS EM EDUCAÇÃO NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL E DEMOGRAFIA NO ESTADO DO PARANÁ: ANÁLISES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL[1]

Cristiane Schmitt[2]
Vitória Nicolini Nunes[3]
Dieila dos Santos Nunes[4]

RESUMO

Este artigo tem como tema os estudos em educação vinculados à área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia (PLURD) no Estado do Paraná, com ênfase nas produções acadêmicas que versam sobre "formação docente". A pesquisa busca responder à seguinte questão: quais estudos relativos à formação docente têm sido realizados nos programas de pós-graduação da área PLURD, especialmente nas dissertações de mestrado com enfoque na educação no Estado do Paraná? O objetivo geral é identificar e analisar as dissertações de mestrado que tratam da temática "formação docente" nos programas de pós-graduação do Paraná, além de verificar quais são os tópicos recorrentes relacionados à educação e analisar as tendências educacionais nelas evidenciadas. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, com análise documental de dados coletados em repositórios de universidades e faculdades paranaenses, além de dados primários, secundários e sites governamentais. Os resultados indicam que o Estado do Paraná valoriza a formação docente e fomenta ações educacionais voltadas ao desenvolvimento humano.

Palavras-chave: educação; desenvolvimento regional; formação docente; desenvolvimento humano.

ABSTRACT

This article focuses on studies in education related to the area of Urban, Regional and Demographic Planning (PLURD) in the State of Paraná, with an emphasis on academic productions that deal with "teacher training". The research seeks to answer the following question: what studies related to teacher training have been carried out in graduate programs in the PLURD area, especially in master's dissertations focusing on education in the State of Paraná? The general objective is to identify and analyze master's dissertations that deal with the theme "teacher training" in graduate programs in Paraná, in addition to verifying which are the recurring topics related to education and analyzing the educational trends evidenced in them. To this end, a qualitative approach is adopted, with documentary analysis of data collected in repositories of universities and colleges in Paraná, as well as primary and secondary data and government websites. The results indicate that the State of Paraná values teacher training and promotes educational actions aimed at human development.

Keywords: *education; regional development; teacher training; human development.*

1 INTRODUÇÃO

A educação, em suas múltiplas expressões, seja ela pública ou privada, está fundamentada em um conjunto diverso de metodologias, teorias e políticas públicas. No cenário nacional, o Estado do Paraná tem se

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Mestranda em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Licenciada em Pedagogia. Bolsista FACCAT. Email: cristianeschmitt@sou.faccat.br.
3 Mestranda em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Licenciada em História. Bolsista CAPES. Email: vitorianunes@sou.faccat.br.
4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Faculdades Integradas de Taquara. Email: dieilanunes@faccat.br.

destacado como referência na promoção do desenvolvimento humano, tanto pela diversidade de estratégias e métodos utilizados quanto pelo empenho dos alunos e profissionais da educação, desde a educação infantil até o ensino superior. Paulo Freire (1996) afirma que a educação muda as pessoas, as quais são agentes de transformação no mundo. Essa reflexão ressalta o papel do capital humano, em sua dimensão subjetiva, como aquele que cria condições para o desenvolvimento da sociedade, da inovação e da tecnologia como suportes para a vida humana e de toda a sociedade. Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento econômico deve estar acompanhado do desenvolvimento humano, o que ele denomina de "liberdade". Ainda, a maior contribuição do desenvolvimento de um país está ligada às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania, não apenas para garantir os direitos sociais básicos como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

Ao analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área de Planejamento Urbano Regional e Demografia (doravante PLURD), de todos os 54 programas de pós-graduação existentes no Brasil, observa-se que as produções na área da educação se sobressaem em quantidade no Estado do Paraná, o que levantou o questionamento em relação à importância desta área do desenvolvimento humano, fazendo-se necessária a compreensão das temáticas abordadas. Assim, demonstrar este cenário cria a possibilidade de observar como uma região desenvolve-se a partir de uma área fundamentada e em constante evolução. Essa expressiva incidência suscita o seguinte questionamento: quais estudos relativos à formação docente são realizados nos programas de pós-graduação da área PLURD, especialmente nas dissertações de mestrado com ênfase em educação no Estado do Paraná?

Para responder ao problema exposto, este estudo tem como objetivo geral identificar e analisar as dissertações de mestrado que abordam a temática "formação docente", produzidas nos programas de pós-graduação da área PLURD no Paraná, o Estado do Paraná foi selecionado a partir da quantidade de dissertações em relação ao restante do Brasil[5]. São objetivos específicos: a) identificar as dissertações de mestrado com ênfase em educação nas universidades do Estado do Paraná dentro da área PLURD; b) verificar quais os temas mais recorrentes; c) compreender as tendências educacionais nelas presentes; d) analisar as dissertações que discutem diretamente a formação docente.

De acordo com Milton Santos (2006), a noção de intencionalidade não é apenas válida para revisitar criticamente a produção do conhecimento, mas também igualmente eficaz para compreender o processo de produção das coisas, enquanto resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e seu entorno. Justifica-se, portanto, este estudo pelo valor do tema gerador, visto que a formação docente é um dos pilares fundamentais para a melhoria da qualidade da educação.

A estrutura deste artigo compreende duas seções analíticas. A primeira seção apresenta um panorama da educação paranaense, considerando as políticas públicas, os indicadores educacionais e as próprias dissertações sobre o tema "educação". A segunda dedica-se à análise das dissertações cujo tema é "formação docente". Por fim, a conclusão aponta uma conexão entre os achados da pesquisa, sintetizados, e a sua referência para o desenvolvimento regional.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental, considerando a necessidade desses dois formatos. Segundo Gil (2008), ambas as pesquisas se assemelham, distinguindo-se principalmente pela origem das fontes, pois enquanto a bibliográfica traz diversos

5 A título de comparação, o Paraná produziu 127 dissertações com o tema "educação", enquanto que os outros Estados da Região Sul do Brasil produziram 32 (Rio Grande do Sul) e 17 (Santa Catarina). A Região Sudeste produziu um total de 76 dissertações, ao passo que Nordeste, Norte e Centro-Oeste produziram, respectivamente, 44, 40 e 11 dissertações.

autores a respeito de uma temática, a pesquisa documental vai contribuir com outras fontes sem tratamento anterior como jornais, reportagens e/ou documentos oficiais.

Uma das fontes utilizadas é o banco de dados criado pelos acadêmicos de mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara, no qual é possível encontrar as dissertações de 54 programas de pós-graduação na área de Planejamento Urbano Regional e Demografia de todo o Brasil. O referido banco utilizado foi elaborado pelos acadêmicos vinculados à linha de pesquisa "Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-estar social" e é aprimorada constantemente pelos alunos responsáveis e professores doutores engajados no processo de orientação.

Em consonância com a relação das dissertações encontradas, também foi necessária a busca em fontes externas do banco de dados, das universidades e faculdades do Paraná, que trazem indicadores importantes e mostram frações do que a educação no Estado tem se mobilizado para aprimorar as práticas.

3 PANORAMA EDUCACIONAL PARANAENSE

Inserido na Região Sul do Brasil, o Estado do Paraná conta com 399 municípios, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), distribuídos em uma área de 199.307,922 km² e com uma população de 11.444.380 milhões de habitantes. Atualmente, segundo a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), o Estado possui 2088 escolas estaduais e um total de 1.278.700 milhão de matrículas distribuídas em 58.498 mil turmas.

Em 2015, o Estado elaborou o Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR), em consonância com o Plano Nacional de Educação, e com uma vigência de dez anos (2015-2025). Antes de propor metas educacionais para o Estado, o plano traçou um perfil socioeconômico, cultural e demográfico do Paraná, cujos resultados são apresentados a seguir.

Dentre os 399 municípios, os 10 mais populosos são Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Paranaguá. Sobre o perfil racial da população paranaense, em 2010, 71,7% se declarava branca, ao passo que 28,3% se declarava negra, o maior índice da região Sul do Brasil (IBGE, 2010).

Em 2010, o Paraná tinha uma taxa de analfabetismo de 6,3%, uma das menores do país. Em 2022, segundo o IBGE, a taxa caiu para 4,3%, sendo Curitiba o município com o melhor índice de alfabetização. Na capital, apenas 1,5% dos residentes com 15 anos ou mais são analfabetos (IBGE, 2022).

Segundo o governo do Estado, essa redução nos índices de analfabetismo é resultado da implantação de políticas públicas como o programa Educa Juntos, cujo objetivo é apoiar os municípios na melhoria da aprendizagem e alfabetização desde a educação infantil.

Além disso, o governo estadual instituiu, em 2019, a Prova Paraná, uma avaliação que visa diagnosticar os níveis de aprendizagem dos alunos em relação aos conhecimentos considerados essenciais em cada etapa de ensino. A prova é aplicada trimestralmente nas turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental e de 1º a 3º ano do Ensino Médio.

Outro dado que chama a atenção é sobre a taxa da população com Ensino Superior no Estado do Paraná. De acordo com o Censo de 2022, 1/5 da população paranaense possui formação universitária, o que resultou num salto de 8% (de 12,75% para 20,74%) nas pessoas com 25 anos ou mais (IBGE, 2022).

Todos esses dados confirmam a posição alcançada pelo Estado do Paraná, qual seja, a de melhor educação do Brasil no ranking geral do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2023. O Paraná lidera os Estados com maior média desde 2021, ano em que alcançou uma nota de 4,8 na avaliação relativa ao Ensino Médio. Em 2023, a nota subiu para 4,9 na mesma categoria, ao passo que de 5,4 para 5,5 na modalidade Ensino Fundamental. A média nacional é de 5 no Ensino Fundamental e de 4,3 no Ensino Médio

(Inep, 2023).

Esses resultados refletem o investimento contínuo do Paraná na qualificação da educação básica, articulando políticas públicas, avaliação diagnóstica e programas de apoio à aprendizagem como estratégias para o desenvolvimento humano e regional.

4 DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO PARANÁ

A partir da delimitação temática deste estudo, buscou-se identificar, inicialmente, a quantidade de dissertações de mestrado advindas desses programas que tratam do tema "educação". Foram identificados 347 trabalhos em todo o Brasil que abordam essa temática, com a Região Sul despontando como a região com mais produções (176 dissertações). Dentro da Região Sul, destaca-se o Estado do Paraná, com 127 dissertações - número expressivo que justifica sua escolha como objeto central desta pesquisa.

As universidades paranaenses que possuem programas de pós-graduação na área PLURD são, respectivamente, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Passemos, então, ao perfil desses cursos dentro da área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia. A PUC Paraná, dentro do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, produziu apenas uma dissertação de mestrado cuja temática é educação. Esse único trabalho levou em consideração a Educação a Distância como instrumento de mudança do funcionalismo público no Brasil.

A UNIOESTE originou cinco dissertações de mestrado dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. A UFPR, assim como a PUC-PR, também produziu apenas uma dissertação de mestrado com o tema "educação" no programa de pós-graduação em Planejamento Urbano. Essa dissertação relacionou aprendizagem e espaço público. Já a UNILA, universidade com sede em Foz do Iguaçu, deu origem a doze dissertações de mestrado que levaram em consideração a educação como tema.

A UTFPR é uma universidade que merece atenção especial, visto que foram produzidas 108 dissertações de mestrado abordando o tema "educação" dentro de dois programas de pós-graduação distintos: Desenvolvimento Regional e Planejamento e Governança Pública. Tendo em vista que a referida universidade possui dois programas de pós-graduação dentro da área PLURD, faz-se necessário distingui-los.

O programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, com sede na cidade de Pato Branco, foi criado no ano de 2010 e possui duas linhas de pesquisa: Educação e Desenvolvimento; e Regionalidade e Desenvolvimento. Esse único programa produziu 96 dissertações de mestrado, o que claramente pode ser explicado pela existência de uma linha de pesquisa voltada exclusivamente para a educação. De acordo com a própria universidade (2024), essa linha de pesquisa objetiva contribuir para a formação de agentes de desenvolvimento, bem como para a formação de educadores. As especificidades das temáticas abordadas dentro da educação serão listadas posteriormente.

Já o programa de pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, sediado em Curitiba, foi criado em 2011 e também possui duas linhas de pesquisa: Governança Pública e Desenvolvimento; e Planejamento e Políticas Públicas. O referido programa produziu 12 dissertações cuja temática é "educação", o que justifica-se levando em consideração que o programa volta-se ao setor público.

Passaremos agora para a listagem das temáticas mais recorrentes nessas 127 dissertações de mestrado produzidas nas universidades paranaenses cujo tema é "educação". Os dois temas mais recorrentes, ambos com 28 dissertações cada, são Educação Superior e Educação Ambiental. Na sequência, aparecem Políticas Educacionais, com 18 dissertações, e Aprendizagem, com 17. Esses quatro temas destacaram-se pela quantidade de trabalhos produzidos.

Em seguida, aparecem temas como Formação Docente (10 dissertações), Educação Profissional (7), Educação e Tecnologia (5), Pós-Graduação (3), Educação Infantil (3), Educação do Campo (2), Educação Cooperativista (1), Educação a Distância (1), Educação Sexual (1) e Outros (3).

4.1 A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS PERSPECTIVAS

Após a análise geral das produções acadêmicas relacionadas à educação, as dissertações que tratam da formação docente foram minuciosamente analisadas, a fim de compreender as diversas perspectivas sobre o assunto. Em cada uma das análises realizadas, foram considerados o objetivo principal de cada trabalho, assim como os resultados das pesquisas e conclusões apresentadas pelos acadêmicos-autores. Dentre todos os dez documentos encontrados, oito deles estavam disponíveis nos repositórios digitais das universidades.

A primeira dissertação analisada, escrita por Leticia Cristina Antunes e publicada em 2016, que tem como título "A Formação de Educadores Para a Pedagogia da Alternância no Brasil nos Movimentos Italiano e Francês: Limitações e Possibilidades", faz parte do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O tema de formação docente é direcionado para o uso da pedagogia da alternância no Brasil inspirada nos movimentos italianos e franceses. Inicialmente o projeto contava com o objetivo de analisar a formação do jovem rural através do uso da pedagogia da alternância e, ao longo do trabalho, ainda é possível encontrar a tendência da educação rural e da formação dos professores para a aplicação das metodologias consideradas na bibliografia. Porém, com a inviabilidade da pesquisa de campo, considerando que o estado do Paraná fechou centros de formação rural, o objetivo do estudo passou a se fundamentar na análise da formação docente com os movimentos mencionados, apresentando similaridades e diferenças dos modelos incluídos na pesquisa.

A autora não desconsidera o trabalho docente no meio rural, permeia a formação do professor para este espaço de aprendizagem e faz uma apresentação das licenciaturas para a formação no campo. Segundo Antunes (2016), o sistema de educação italiano ganha força como um formato possível para o estado do Paraná, que busca adequar a sua aplicabilidade de acordo com as necessidades do território, enquanto o modelo Francês não trouxe mudanças significativas e está sendo "dissolvido" gradativamente, à medida que nem mesmo na formação docente tem força para seguir sendo mediado e incentivado. Concluiu-se que a formação para educadores do campo ganhou território mais específico e que, de forma geral, tem apresentado maior engajamento do poder público, para um currículo mais eficiente e que, da mesma forma que a cidade, também seja um espaço educativo com metodologias como a italiana ou a francesa (se necessário).

A segunda dissertação foi escrita por Solange Natalina Boesing Crestani, no ano de 2018, e apresenta o título "Formação Inicial do Profissional de Pedagogia na Região Sudoeste do Paraná". O tema é direcionado para a formação inicial na Pedagogia, delimitado à região Sudeste do Paraná e tem por objetivo analisar a formação inicial do pedagogo na região determinada e, de acordo com a análise dos dados, dos quarenta e dois municípios apenas dezesseis oferecem o curso de Pedagogia. A maioria das instituições de ensino superior oferecem a modalidade à distância e tem sido uma alternativa muito utilizada pela maioria dos acadêmicos que buscam formação na área, porque consideram facilitada a maneira e o tempo que podem utilizar para seus estudos, independente da hora e do local que será utilizado para aprender.

Depois de realizadas as pesquisas refletiu-se acerca das referências e também da análise da pesquisa de dados, percebendo que houveram mudanças significativas e positivas na formação do professor, embora a maioria esteja cursando em instituições que oferecem EAD. Esta formação inicial é apenas um momento que precisa ser levado em consideração, pois a continuidade dos processos de formação permitem que a região se beneficie a partir de práticas que auxiliem no desenvolvimento da sociedade, dentro do espaço escolar, com-

prometendo o processo de ensino em sua integralidade e conforme a realidade dos espaços de trabalho.

A dissertação seguinte, do ano de 2018, escrita por Clarice Donizete da Silva Santos e intitulada "Dos Limites às Possibilidades do Trabalho do Professor Pedagogo Por Meio da Clínica da Atividade Docente: Uma Proposta para a Educação Básica, é do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Faculdade Tecnológica Federal do Paraná. Traz, em seu escopo de formação docente, uma proposta para aprimorar a educação básica por meio da clínica da atividade docente. Com o objetivo de analisar as propostas de formação docente no estado do Paraná, propõe-se ainda em uma escola estadual de Ensino Médio, a implementação da Clínica, com processos de intervenção para o fazer pedagógico, onde os profissionais têm a oportunidade de confrontar a si mesmo, no que concerne às suas práticas e das oportunidades que são ofertadas em sala de aula, para os educandos.

A partir da técnica de autoconfronto realizada com a implementação da clínica, foi possível observar que a medida que os professores apresentavam sua metodologia de trabalho, eles mesmos tiveram a iniciativa de apontar situações que poderiam ser melhores, assim como a análise das filmagens que proporcionou aos educadores uma reflexão capaz de aprimorar a prática pedagógica. Por intermédio da Clínica da Atividade, o profissional pode "enxergar" a si mesmo, superar limites e continuar desenvolvendo sua prática com autonomia e mudanças necessárias. A acadêmica ainda reitera que é um formato para a formação continuada dos profissionais da educação com êxito na sua elaboração e aplicabilidade.

A próxima produção científica analisada foi escrita em 2023, por Marcelo Guilherme Kühl, e faz parte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Campus de Pato Branco) é intitulada "Novas Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Formativos do Curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual de Pato Branco". Esta temática trata do uso de tecnologias de informação e de comunicação para a formação de docentes de um colégio estadual em Pato Branco.

O objetivo principal era investigar o uso das tecnologias de informação e comunicação por parte dos professores do curso de formação docente, nessa escola estadual. De acordo com os resultados das pesquisas, diversos alunos que participaram da coleta de dados trazem em suas falas que nem sempre tem contato com as tecnologias da informação e comunicação tanto dentro dos espaços de aula que são ofertados pelo colégio quanto nas estratégias para o próprio trabalho futuro como docentes.

Ao concluir sua dissertação, Kühl (2023) identifica que o currículo do curso de formação docente precisa ser aprimorado para o incentivo do uso das tecnologias, assim como os próprios alunos sentem essa falta e a relutância dos professores formadores em trabalhar com estas ferramentas.

Considerando que a própria coordenação e direção da escola trazem esta afirmação, apontando que, por vezes, a falta de recursos pode ser um dos fatores que impede o uso mas que, mesmo com algumas faltas, a equipe gestora se esforça para que sejam incentivados a criar momentos que envolvem o uso das tecnologias.

A quinta dissertação, publicada em 2023 por Wesley Emannuel Ribeiro de Freitas, faz parte do mesmo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional dos escritos revisados anteriormente e é intitulada "Tecnologias Digitais e Formação Docente: Vivência de uma Licenciatura em Matemática". O tema está voltado para a formação de docentes na licenciatura de matemática. O objetivo desta pesquisa foi analisar os processos mediados pelas tecnologias digitais nas vivências pedagógicas tanto de professores quanto de acadêmicos, nos cursos de Licenciatura em Matemática. A pesquisa de campo realizada com acadêmicos dos cursos de licenciatura em formação, bem como com docentes vinculados ao programa de graduação, evidenciou um consenso: o processo formativo precisa ir além do modelo tradicional. Quanto mais forem oferecidas possibilidades diferenciadas, por meio da investigação e da construção colaborativa do conhecimento, maiores serão as oportunidades efetivas de aprendizagem.

A partir do estudo desenvolvido, fundamentado nas referências teóricas e na pesquisa de campo, o autor destaca a importância da inserção das tecnologias digitais na formação docente, especialmente a partir do contexto da pandemia, período marcado por uma demanda emergente por competências tecnológicas. Ressalta, ainda, que o uso dessas ferramentas pode - e deve - ser mantido como estratégia para promover aulas mais dinâmicas, contribuindo significativamente para o processo de ensino e aprendizagem, tanto dos professores quanto, sobretudo, dos estudantes.

Partindo para outra análise, escrita por Roberto Carlos Bianchi no ano de 2016, intitulada: "Relação Universidade-Escola: O PIBID Como Instrumento de Intervenção Sobre o Real da Formação de Professores" e também faz parte do Programa de Pós Graduação da Faculdade Tecnológica do Paraná. Trata do tema do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), como um instrumento real da formação docente e tem como objetivo fazer uma análise da relação entre a universidade e escola com o PIBID na formação inicial do docente, no contexto do programa no Instituto Federal do Paraná. Mesmo sendo considerado um Programa importante para complementar a formação docente dos acadêmicos, existem grandes riscos de descontinuidade devido o corte de custos entre outras desconfigurações.

Ao concluir o trabalho, Bianchi (2016) destaca que o tema da formação docente e da continuidade da mesma necessita de mais aprofundamento, assim como encontrar outras propostas e caminhos para a oportunidade de mediar a aquisição de conhecimentos por parte dos educadores. Surgem análises positivas do PIBID na formação profissional e, portanto, a possível descontinuidade do Programa sugere que estas outras proposições sejam realizadas para contribuir com o crescimento profissional em formação inicial.

Entre as dez dissertações encontradas pelos programas de desenvolvimento regional, sete destas puderam ser acessadas e analisadas segundo os objetivos deste artigo. Com os acessos realizados, finaliza-se com o estudo de Daiana Aparecida Furlan Ecker, do ano de 2016, intitulado: "Aspectos do Desenvolvimento da Experiência Docente na Educação Superior: Um Estudo Sob a Ótica da Teoria dos Gêneros de Atividade", do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Uma dissertação que trata o tema a partir do estudo de uma ação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para formação docente continuada em Educação Superior e o principal objetivo é investigar aspectos relacionados à experiência de dois docentes que participaram do Programa de Formação Docente Continuada. Assim como outras dissertações trazem sobre a técnica de autoconfronto, esta pesquisa também relata a técnica vivenciada pelos docentes, ao identificarem suas situações vivenciadas em sala e que poderiam ser diferentes, explorando outras possibilidades e alternativas na prática pedagógica.

A conclusão de Ecker (2016) é de que o gênero docente foi adquirido ao longo dos anos à medida que os professores se aprimoraram, imprimem engajamento e a interação real com os alunos. O desenvolvimento da profissão também trouxe ao docente mais liberdade em suas ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das sete dissertações de mestrado nos Programas de Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná evidencia, de forma clara, que a formação docente, seja ela inicial ou continuada, é um elemento estratégico para que a educação regional seja transformada por intermédio de métodos cada vez mais eficazes nos processos de ensino e de aprendizagem. Os estudos analisados revelam que processos formativos consistentes impactam diretamente a qualidade do ensino, a promoção da inclusão, a valorização sociocultural e a construção de uma identidade territorial baseada na educação como vetor de desenvolvimento.

Assim, a educação assume um importante papel na promoção do desenvolvimento social e econômico, especialmente em nível regional, visto que assume a função de agente transformador, fortalecendo vínculos e promovendo a base para o desenvolvimento dos locais em que as instituições de ensino estão inseridas. Estas,

por sua vez, aprimoram sua função social ao contribuírem para a solução de problemas, sendo o maior deles o compromisso de auxiliar a sociedade a ajudar a si própria (Perdoná; Soares, 2021).

As dissertações aqui analisadas demonstram que a formação não pode ser compreendida de maneira isolada, isto é, como um processo pontual, mas sim como uma trajetória permanente, capaz de acompanhar as mudanças da sociedade e os desafios educacionais emergentes, compreendendo as características regionais. Quando o acesso às oportunidades de desenvolvimento são ofertadas para os professores, as práticas inovam, trazem criticidade e contexto, possibilitando atuações eficazes diante das demandas que precisam ser levadas em consideração.

Para tanto, os processos formativos precisam ser consistentes, preparando professores críticos e reflexivos em relação ao ensino e às condições sociais nas quais este se processa e fornecendo aportes teórico-práticos para o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais. Os docentes precisam dominar suas especialidades, compreender o ensino enquanto prática social, estabelecer conhecimentos teóricos sobre sua realidade, produzir e transformar continuamente seus saberes-fazeres e articular tudo isso a um processo de valorização identitária e profissional (Diogo; Bianchetti, 2020).

O diálogo com a realidade local, quando mediado por uma formação comprometida, fortalece a identidade de uma comunidade, sempre que o professor consolida sua prática com a necessidade do público-alvo, seja no ensino básico, superior ou técnico. A prática docente, quando amparada pela formação consistente e contínua, bem como atenta às demandas específicas dos territórios, torna-se uma força transformadora que ultrapassa as fronteiras da educação formal e promove espaços de escuta, trocas intergeracionais e fortalecimento do tecido social. Nesse sentido, o professor formado de maneira crítica e contextualizada atua não como transmissor de conteúdos, mas como mediador de experiências significativas e promotor de cidadania.

No contexto do desenvolvimento e em sua amplitude, a educação desenvolve vários papéis importantes, seja na formação e capacitação profissional, seja na geração de conteúdo e aprimoramento intelectual dos indivíduos em uma sociedade, mas todas as ideias culminam para o ser social enquanto pensador, detentor da liberdade e da escolha do seu futuro (Chagas Lima *et al*., 2021).

Os resultados das dissertações analisadas também apontam para a urgência de investimentos estruturados em políticas públicas de formação docente vinculadas ao desenvolvimento regional. Afinal, tal processo formativo é parte integrante para a possibilidade de desenvolvimento de uma região, em que os professores preparados, orientados e cada vez mais capacitados estão aptos a enfrentar desafios como em regiões vulneráveis, por exemplo. Constituir programas de formação, sejam eles na esfera pública ou privada, impulsionam a formação do ser humano em sua integralidade. É fundamental articular os saberes acadêmicos com as experiências da prática pedagógica, em benefício de uma educação que se compromete e transforma um território, seja ele uma sala de aula formal ou um espaço destinado aos processos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Roberto Carlos. **Relação universidade–escola:** o PIBID como instrumento de intervenção sobre o real da formação de professores**.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**. Brasília, DF: Inep, 2023.

CHAGAS LIMA, Brandon; PAULA JUCHNESKI, Daniele; OTÁVIO ZAMBERLAN, Carlos; BUESA

BUSÓN, Carlos. **A EDUCAÇÃO COMO INDUTORA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, IJUÍ - RS - BRASIL, v. 2, n. 2, 2021.

CRESTANI, Solange Natalina Boesing**. Formação inicial do profissional da pedagogia na região sudoeste do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

DIOGO, Maria Fernanda; BIANCHETTI, Lucídio. **Qualificação docente e desenvolvimento regional:** um estudo de caso em uma faculdade municipal. Revista Eletrônica de Educação, *[S. l.]*, v. 14, 2020.

ECKER, Daiana Aparecida Furlan. **Aspectos do desenvolvimento da experiência docente na educação superior: um estudo sob a ótica da teoria dos gêneros de atividade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KUHL, Marcelo Guilherme. **Novas tecnologias de informação e comunicação nos processos formativos do curso de formação de docentes do Colégio Estadual de Pato Branco PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2023.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação do Paraná.** Lei nº 18.492, de 24 de junho de 2015. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2015.

PERDONÁ, G.; COELHO SOARES, T. **O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 5, n. 1, 9 out. 2021.

SANTOS, Clarice Donizete da Silva**. Dos limites às possibilidades do trabalho do professor pedagogo por meio da clínica da atividade docente:** uma proposta para a Educação Básica. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DO CAMPO À PONTE: ENCONTROS ENTRE PRÁTICAS MULTISSERIADAS E A APRENDIZAGEM POR GRUPOS DE INTERESSE[1]

Ágata Santos da Silva[2]
Dieila dos Santos Nunes[3]

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema o trabalho interdisciplinar em classes multisseriadas no campo. Com o objetivo de identificar as potencialidades dessas práticas e relacioná-las a experiências pedagógicas inovadoras, como a da Escola da Ponte, o estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, realizando uma revisão de produções acadêmicas publicadas entre os anos de 2010 e 2020. A análise revelou que, embora os estudos consultados reconheçam os desafios enfrentados pelas classes multisseriadas, há uma predominância de narrativas que reforçam a lógica de marginalização, com pouca ênfase na valorização das práticas docentes e de sua potência transformadora. A pesquisa conclui que, apesar das adversidades, o trabalho pedagógico realizado nesses espaços revela-se fértil em estratégias criativas, colaborativas e emancipatórias, rompendo com modelos tradicionais e contribuindo para uma educação comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Práticas Multisseriadas. Educação do Campo. Escola da Ponte.

ABSTRACT

This research focuses on interdisciplinary work in multi-grade classrooms in rural areas. With the aim of identifying the potential of these practices and relating them to innovative pedagogical experiences, such as that of Escola da Ponte, the study is based on a qualitative approach, of a bibliographic nature, carrying out a review of academic productions published between 2010 and 2020. The analysis revealed that, although the studies consulted recognize the challenges faced by multi-grade classrooms, there is a predominance of narratives that reinforce the logic of marginalization, with little emphasis on the appreciation of teaching practices and their transformative power. The research concludes that, despite the adversities, the pedagogical work carried out in these spaces proves to be fertile in creative, collaborative and emancipatory strategies, breaking with traditional models and contributing to an education committed to social justice.

Keywords: *Multi-grade Practices. Rural Education. Escola da Ponte.*

1 INTRODUÇÃO

A organização da educação no território rural brasileiro é historicamente marcada por processos de exclusão, refletindo um modelo escolar que, ao longo do século XX, não contemplava as necessidades da população rural. Como destacam Santos et al. (2020), durante as primeiras décadas do século passado, a escolarização da população campesina não era prioridade do Estado, uma vez que seu trabalho era majoritariamente braçal. Com o avanço do capitalismo e da industrialização, surgiram novas demandas por qualificação, mas a escola do campo passou a reproduzir um modelo urbano e hegemônico, descolado da realidade local (Vighi, 2015). Esse cenário contribuiu para a construção de uma percepção negativa sobre o meio rural, muitas vezes associado ao atraso e à falta de escolarização.

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.
2 Acadêmica do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: agatasilva@sou.faccat.br.
3 Professora das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: dieilanunes@faccat.br.

Nesse contexto, a adoção das classes multisseriadas — muitas vezes justificadas pelo baixo número de alunos e pela tentativa de reduzir gastos — tornou-se comum em escolas rurais. No entanto, a ausência de políticas eficazes de formação e valorização dos profissionais que atuam nesse modelo, somada à falta de fiscalização na implementação de programas que visam valorizar a educação do e para o campo, tem reforçado a marginalização dessas instituições. Como aponta Freire (1987, p. 87), "o que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os", o que evidencia a necessidade de resistir aos discursos que invisibilizam as potências educativas do campo.

A proposta desta pesquisa é enxergar para além dos estigmas criados pelo imaginário social e educacional, destacando as potencialidades do trabalho interdisciplinar realizado em classes multisseriadas, assim como valorizando a atuação do professor unidocente que, mesmo diante da ausência de apoio institucional, busca alinhar conteúdo escolar à vida cotidiana dos alunos. Para Arroyo (2006), construir uma visão positiva dessas experiências é fundamental para romper com a lógica que associa a tradição camponesa à estagnação.

Diante desse cenário, esta pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, tem como objetivo identificar as potencialidades do trabalho interdisciplinar desenvolvido em classes multisseriadas, relacionando suas estratégias pedagógicas com aquelas adotadas por escolas contemporâneas referência no ensino mundial, como a Escola da Ponte (Pacheco, 2014). Busca-se, com isso, contribuir posteriormente para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a justiça social e a valorização da cultura e da identidade campesina. Para tanto, este artigo organiza-se em cinco seções: inicialmente, após a introdução, apresenta-se a metodologia adotada, seguida pelo referencial teórico que sustenta a análise proposta; em seguida, expõem-se os principais resultados e suas respectivas discussões; por fim, as considerações finais que sintetizam os achados da pesquisa, apontando suas contribuições e possíveis desdobramentos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa insere-se no campo da abordagem qualitativa, compreendida, segundo Minayo (2002, p. 20), como aquela que "[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes", explorando as dimensões subjetivas dos fenômenos sociais e revelando aspectos que não podem ser quantificados. Quanto ao delineamento, trata-se de uma investigação de natureza bibliográfica, definida por Gil (2002) como fundamental para o levantamento, sistematização e análise de referenciais teóricos que embasam o objeto de estudo, bem como para a identificação de lacunas e contribuições oriundas de pesquisas anteriores.

Esta pesquisa assume a forma de uma revisão da literatura científica, conforme caracterizada por Noronha e Ferreira (2000), cujo propósito é reunir, examinar criticamente e discutir produções científicas já publicadas sobre a temática, a fim de oferecer um panorama abrangente acerca do conhecimento explorado. Destaca-se, aqui, que este artigo constitui uma etapa exploratória de um processo investigativo mais amplo, configurando-se como uma pesquisa piloto que orientará a pesquisa de campo a ser realizada no segundo semestre de 2025.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados no período de 2010 a 2020, período cuja temática estivesse diretamente relacionada aos objetivos desta investigação, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas multisseriadas emancipatórias. Optou-se por não utilizar um recorte mais recente em razão da escassez de produções acadêmicas e científicas disponíveis sobre o tema nos anos subsequentes, o que reforça a invisibilidade desse campo de estudos. Como base de dados para a coleta do material foram utilizados o Google Acadêmico, por sua ampla cobertura de publicações acadêmicas e facilidade de acesso a artigos de diferentes periódicos e livros contendo coletâneas de artigos previamente adquiridos, os quais também se

mostraram relevantes para a construção do referencial teórico da pesquisa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

A Educação do Campo[4] como resposta do Estado à intensificação dos fluxos migratórios rural-urbanos, os quais passaram a ser interpretados como ameaça à estabilidade social e econômica. Nesse cenário, a implantação de escolas no meio rural visava, estrategicamente, conter o êxodo populacional e garantir a permanência dos trabalhadores em seus territórios de origem. Desde então, a educação oferecida à população camponesa estruturou-se com base em modelos pedagógicos urbanocêntricos, sendo funcionalizada pelos interesses das oligarquias agrário-industriais (Oliveira; Oliveira 2017). Este processo fomentou o chamado "ruralismo pedagógico", que, segundo Maia (1982), teve como propósito central prender o camponês no campo, por meio de uma formação utilitarista, desvinculada de uma perspectiva crítica e emancipatória que o permitiria desfrutar dos recursos ofertados nas grandes cidades.

Durante décadas, a escola rural foi marcada por insuficiência de recursos, ausência de planejamento e baixa qualificação docente — com prevalência de professores leigos, oriundos das próprias comunidades — o que contribuiu para uma concepção de educação pragmática, voltada à reprodução das condições históricas de subordinação social do campo (Arroyo, 1982). Mesmo quando, a partir dos anos 1950, o avanço industrial e o processo de modernização do campo demandaram maior qualificação da mão de obra rural, o papel da escola permaneceu ambíguo: ao mesmo tempo em que era convocada a promover transformações, seguia legitimando práticas tradicionais de exploração, como a valorização da mão de obra infantil (Vighi, 2015). A LDB de 1961 expressa essa contradição ao propor a adaptação do sujeito ao meio rural, reforçando a visão funcionalista da educação no campo, que mantinha como princípio básico a fixação do cidadão campesino no território rural.

O processo de redemocratização iniciado na década de 1980 marcou o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, como o MST, que reivindicam a reforma agrária e a garantia de direitos sociais básicos, incluindo a educação. A criação de propostas pedagógicas vinculadas à realidade camponesa inaugurou um novo paradigma, em que a escola é compreendida como espaço de construção coletiva de saberes e fortalecimento do território (Santos; Souza, 2017). A promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDBEN nº 9.394/96 ampliaram esse marco, ao reconhecerem a educação como direito público subjetivo e ao instituírem a adequação do calendário escolar às peculiaridades locais.

Esse movimento culminou na formulação de políticas públicas específicas, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) e as Diretrizes Complementares (2008), que consolidam os fundamentos político-pedagógicos da Educação do Campo. Tais normativas orientam-se por princípios democráticos e estão alinhadas ao Decreto nº 7.352/2010, que institui a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, reafirmando o direito da população do campo à educação de qualidade, ancorada em sua realidade histórica, social e cultural.

3.2 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR DAS CLASSES RURAIS MULTISSERIADAS

A Educação do Campo, quando observada sob a ótica mercadológica do sistema capitalista, é frequente-

4 Ao longo da pesquisa, optamos por transitar entre os termos Educação Rural e Educação do Campo. O primeiro, historicamente utilizado para designar as práticas educativas destinadas à população do campo, sob a perspectiva do Estado e das elites agrárias; o segundo, uma concepção construída a partir das lutas sociais do próprio povo do campo, respeitando suas culturas, seus modos de vida e suas formas próprias de organizar o trabalho, o tempo e as relações. A utilização de ambos os conceitos é fundamental para compreender criticamente a história e a transformação das propostas educativas nesse espaço.

mente tratada como um entrave ao desenvolvimento educacional do país, apresentando indicadores distantes das metas internacionais (Moura; Santos, 2012). Parte desse resultado é atribuído ao modelo multisseriado de ensino, marcado pela presença de alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem sob a responsabilidade de um único professor. Estigmatizadas como "anomalias" ou "pragas a serem exterminadas" (Idem, 2012), essas classes persistem como espaços de resistência, buscando uma educação emancipatória que valorize os saberes comunitários.

Essas turmas, comuns em comunidades rurais com poucos estudantes e localização remota, caracterizam-se pela heterogeneidade de seus participantes. Para Oliveira e Oliveira (2017), a permanência do aluno no campo favorece a articulação entre escola e comunidade, possibilitando que ele atue sobre a própria realidade. Ainda que fortaleçam laços sociais e culturais, essas classes sobrevivem como "arremedos de escola urbana com os pés fincados no campo" (Idem, p. 70), enfrentando preconceito, invisibilidade e políticas públicas frágeis.

À mercê da marginalização, do preconceito e do abandono, as classes multisseriadas possuem como políticas públicas de sustentação o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, sendo o segundo fonte de origem do Programa Escola da Terra, que busca ofertar formação continuada de profissionais que atuam nessa modalidade de ensino, bem como recursos pedagógicos para enriquecer as possibilidades dentro e fora de sala.

Apesar dessas políticas indicarem caminhos, são insuficientes diante do avanço da nucleação escolar, que desconsidera o papel central da escola rural na construção identitária das comunidades (Andrade, 2019). Mais do que um prédio, a escola do campo é espaço de pertencimento e transmissão cultural. A escassez de pesquisas que enfoquem as potencialidades da multisseriação contribui para seu apagamento, reforçando o paradigma da precariedade. Como elucida Arroyo (2010, p. 10-11), a escola do campo é compreendida, aos olhos da comunidade, como "[...] não escola, não educandário, sem qualidade; os educadores-docentes, como não educadores, não docentes; a organização curricular não seriada, multisseriada, como inexistente".

Contrapondo essa lógica, estudos recentes – como a presente pesquisa – reconhecem a classe multisseriada como um espaço propício para práticas pedagógicas democráticas e integradas, articulando saberes escolares e comunitários. Nesse contexto, o trabalho do professor unidocente se configura como essencialmente interdisciplinar, exigindo abordagens que integrem conteúdos diversos de forma significativa. Para Thiesen (2008), a interdisciplinaridade está em constante construção e demanda o rompimento com a lógica hierárquica da relação professor-aluno, promovendo a troca e a construção coletiva de saberes.

3.3 APROXIMAÇÕES ENTRE O AS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES MULTISSERIADAS E AS COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM DA ESCOLA DA PONTE

A multisseriação atua como um contradispositivo frente aos modelos convencionais de ensino, rompendo com estruturas hegemônicas ao propor uma construção coletiva do saber. Nesse cenário, como apontam Panni e Duarte (2019, p. 80), vislumbra-se "a possibilidade de constituição de uma docência que pode propiciar o rompimento das relações de uma organização educacional hierarquizada [...] com tendências homogeneizadoras". Longe de representar um entrave, a multisseriação constitui um espaço fértil para práticas pedagógicas baseadas na autonomia, no diálogo e na articulação de saberes diversos.

Embora marginalizada, a concepção multisseriada encontra respaldo em propostas inovadoras, como a da Escola da Ponte, em Vila das Aves, Portugal. Idealizada por José Pacheco na década de 1970, a escola emerge da insatisfação com a rigidez escolar tradicional. Com base no projeto "Fazer a Ponte", constrói-se uma proposta centrada na autonomia dos sujeitos e no exercício coletivo da aprendizagem. Pacheco (2014, p. 18) destaca que a escola promove "a relação entre o conjunto de saberes e saberes-fazer prévios com o que de novo se fazia

[...] privilegiando uma interação participativa".

Na Escola da Ponte, os estudantes organizam-se por interesses e não por idade ou série, desenvolvendo projetos em um ambiente que valoriza a coletividade, a responsabilidade e o protagonismo. Assim como nas classes multisseriadas do campo, valorizam-se o que Pacheco (2014) denomina "práticas cooperativas" ou "espontâneas", reforçando que a ruptura com o modelo tradicional potencializa uma educação emancipadora.

A solidariedade é um de seus princípios estruturantes: crianças que sabem ensinam as que ainda não sabem, consolidando a aprendizagem como empreendimento coletivo. Essa concepção dialoga com Hooks (2021, p. 87), ao afirmar que "professores dotados de visão democrática sobre a educação assumem que esse aprendizado nunca está confinado apenas à sala de aula institucionalizada". Para a autora, o diálogo é central na pedagogia da emancipação, pois "conversar para compartilhar informações e trocar ideias é a prática que, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico, afirma que o aprendizado pode ocorrer em durações variadas" (Hooks, 2021, p. 91).

Assim como na proposta de Pacheco (2019), na qual projetos surgem de necessidades e sonhos da comunidade, as classes multisseriadas também constroem o saber a partir do contexto social. Apesar da notoriedade de experiências internacionais como a Escola da Ponte, é fundamental reconhecer que práticas semelhantes emergem de territórios historicamente invisibilizados no Brasil. Ainda que desvalorizadas, as classes multisseriadas resistem e reinventam a escola com base em suas próprias realidades. O desafio está em romper com a lógica colonial que privilegia modelos externos e silencia as potências locais. Valorizar tais práticas é afirmar o direito a uma educação que reconhece as diferenças, promove a justiça social e se compromete com a emancipação dos sujeitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com os artigos selecionados para a análise.

QUADRO 1 - ARTIGOS ANALISADOS

TÍTULO	AUTOR E ANO	OBJETIVO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
A Pedagogia das Classes Multisseriadas: Uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente.	Terciana Vidal Moura e Fábio Josué Souza dos Santos -2012	Compreender a prática pedagógica dos professores que atuam em turmas multisseriadas.	Os professores das classes multisseriadas conseguem empreender estratégias didáticas que se revestem numa perspectiva contra-hegemônica na medida em que desafia e potencializa um fazer pedagógico que "burla" as orientações das políticas oficiais colocando-se como autor e sujeito de sua prática.
Práticas e Docência em Classes Multisseriadas.	Maria Rita Duarte de Oliveira e Nazareno do Socorro da Silva Oliveira - 2017	Analisar as práticas dos professores que atuam em classes multisseriadas a partir dos registros das narrativas de suas práticas.	É necessário elevar o nível de formação docente para que o processo de alfabetização desses alunos, inseridos nas classes multisseriadas, seja devidamente articulado com a vivência no campo. Não basta otimizar o acesso à escola, é necessário também afiançar os investimentos em projetos que devem beneficiar tais comunidades.
Trajetória de Vida e Profissional de Professoras de Classes Multisseriadas: Alguns apontamentos.	Fábio Josué Souza dos Santos e Elizeu Clementino de Souza - 2017	Compreender a atuação dos docentes de classes multisseriadas a partir de uma perspectiva histórica.	Houve uma progressiva racionalização do trabalho unidocente atrelada a uma forte subordinação dos profissionais às ingerências e vontades político-partidárias dos mandatários locais.
A Prática em uma Escola Quilombola Multisseriada do Município de Valença - BA.	Maria do Rosário Santos Souza e Patrícia dos Santos - 2020	Compreender o histórico do processo de implantação do sistema capitalista no campo e suas influências no campo.	O professor da classe multisseriada deve assumir um papel emancipado, reconhecendo sua função social e política. A escola deve estar articulada às demandas e especificidades de cada localidade, de modo a fortalecer a construção da identidade da comunidade.

Fonte: as autoras (2025).

A análise dos artigos sistematizados no quadro de resultados evidencia uma grande lacuna no que se refere à produção científica voltada às potencialidades pedagógicas das classes multisseriadas. No recorte temporal delimitado, observou-se a predominância de estudos que, embora contribuam para a compreensão da prática docente nesse contexto, ainda carecem de valorização das potências pedagógicas e as estratégias criativas desenvolvidas por esses profissionais no cotidiano escolar.

O artigo de Moura e Santos (2012) destaca a atuação dos professores como resistência contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. Esse posicionamento vai ao encontro da crítica de Freire (1987) ao projeto de silenciamento dos sujeitos historicamente oprimidos, reforçando a urgência de práticas pedagógicas capazes de romper com a lógica da subordinação institucional.

Na mesma direção, o estudo de Oliveira e Oliveira (2017) evidencia a necessidade de elevar o nível de formação dos docentes que atuam em classes multisseriadas, reafirmando o alerta de Arroyo (2007) quanto ao despreparo histórico dos educadores do campo em virtude da ausência de políticas estruturantes de formação. Embora mencionem a importância da articulação com a vivência camponesa, os autores não avançam na discussão acerca das possibilidades transgressoras que o trabalho rural multisseriado possui, quando bem-intencionado e estruturado.

O trabalho de Santos e Souza (2017), por sua vez, contribui ao apresentar uma leitura histórico-social da docência multisseriada, denunciando a racionalização do trabalho unidocente como mecanismo de controle político local. Tal crítica corrobora as reflexões de Maia (1982) e Oliveira (2017) sobre a funcionalização da escola do campo aos interesses das oligarquias rurais. Embora o estudo esboce considerações sobre o potencial emancipador da atuação docente nesse cenário, carece de aprofundamento no que diz respeito à valorização das práticas interdisciplinares e das construções pedagógicas singulares desenvolvidas pelos professores no

cotidiano dessas turmas.

Já a pesquisa de Souza e Santos (2020) enfatiza a função política e social do professor de escola multisseriada e a importância do reconhecimento das especificidades locais no processo educativo. Essa visão dialoga diretamente com os princípios da Escola da Ponte descritos por Pacheco (2014), em que a pedagogia se constrói a partir das demandas da comunidade e do protagonismo estudantil. No entanto, o estudo ainda se limita à descrição da prática em uma única instituição, sem propor modelos sistematizados de interdisciplinaridade que possam inspirar novas experiências.

A análise do conjunto aponta, portanto, não apenas para a escassez de publicações no período analisado, mas também uma carência de estudos que investiguem as práticas interdisciplinares desenvolvidas em contextos multisseriados. Tal lacuna reforça a pertinência da presente pesquisa, que propõe, à luz de Thiesen (2008), Arroyo (2010) e Pacheco (2014), a valorização da multisseriação como espaço fértil para a emergência de práticas pedagógicas colaborativas, contextualizadas e emancipadoras através da interação com o outro e o meio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou evidenciar as potencialidades do trabalho interdisciplinar em classes multisseriadas, articulando essas práticas com propostas pedagógicas emancipatórias, como a da Escola da Ponte. A análise de produções científicas entre 2010 e 2020 revelou que, embora os estudos reconheçam as dificuldades enfrentadas pelos docentes, como a precarização estrutural e a falta de políticas públicas efetivas, ainda prevalece uma abordagem centrada nas carências, o que contribui para a perpetuação do estigma e da marginalização desses espaços educativos.

Mais do que reforçar uma narrativa de ausências, este estudo propõe um deslocamento de foco: da deficiência para a potência. As práticas desenvolvidas em contextos multisseriados mostram-se capazes de romper com lógicas tradicionais, valorizando a autonomia, a solidariedade e os saberes locais. Ao se aproximarem de experiências como a da Escola da Ponte, revelam-se como espaços propícios para a construção de uma educação crítica e contextualizada.

Assim, reafirma-se a importância de reconhecer as classes multisseriadas não apenas como alternativas viáveis, mas como experiências pedagógicas legítimas, que contribuem para a construção de uma escola do campo comprometida com a justiça social e com a emancipação dos sujeitos que a constroem e constituem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Elizete Oliveira de. **Educação do Campo:** Narrativas de Professoras Alfabetizadoras de Classes Multisseriadas. Curitiba: CRV, 2019.

ARROYO, Miguel G. Escola, cidadania e participação no campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 1, n. 9, p. 5–12, set. 1982. Disponível em: https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1784. Acesso em: 4 maio 2025.

ARROYO, Miguel G. Escola: terra de direito. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). **Escola de direito:** reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 9–14. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; v. 2).

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157–176, maio/ago. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/. Acesso em: 24 maio 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 17 maio 2025

BRASIL. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais. Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo. Manual de Gestão da Escola da Terra. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/manual_escola_terra.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 4 abr. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento orientador do PRONACAMPO. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2013-pdf/13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf. Acesso em:27 mar 2025.

ESCOLA DA PONTE. **Projeto**. Escola Básica da Ponte, 2025. Disponível em: https://www.escoladaponte.pt/o-projeto/. Acesso em: 25 maio 2025

FAVARETO, Arilson. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas de desenvolvimento territorial. In: ARAUJO, Tania Bacelar de (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil:** avanços e desafios. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2010. p. 15–46. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. 10.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. 224 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade:** uma pedagogia da esperança. Trad. Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

MEDEIROS, Catiana de. Comunidades escolares do RS lutam pelas escolas no campo. **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.** 17 mai 2019. Disponível em: https://mst.org.br/2019/05/17/comunidades-escolares-do-rs-lutam-pelas-escolas-no-campo/. Acesso em: 27 mar 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso em: 03 abr 2025.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **Em Aberto**, Brasília, v. 1, n. 9, p. 5–11, set. 1982. Disponível em: https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1787. Acesso em: 17 maio 2025.

MOURA, Terciana Vidal; SANTOS, Fábio Josué Souza dos. A Pedagogia das Classes Multisseriadas: Uma Perspectiva Contra-Hegemônica Às Políticas De Regulação do Trabalho Docente. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 65-86, 2012. DOI: 10.28998/2175-6600.2012v4n7p65. Disponível em: https://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/658. Acesso em: 17 maio. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).O MST: **Nossa história**. 2025. Disponível em: https://mst.org.br/. Acesso em: 15 maio 2025.

NORONHA, Daisy P.; FERREIRA, Sueli M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/197553/mod_folder/content/0/fontes_de_informacao_para_pesquisadores_e_profissionais_parte_001.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 29 maio 2025.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de, OLIVEIRA, Nazareno do Socorro da Silva. Práticas e docência em classes multisseriadas. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.). **Formação e trabalho docente em contexto rural:** diálogos teórico-metodológicos. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 61-86.

PACHECO, José. **Escola da Ponte:** Formação e Transformação da Educação. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

PACHECO, José. Fazer a ponte: uma escola sem muros. In: CANÁRIO, Rui; MATOS, Filomena; TRINDADE, Rui (Orgs.). **Escola da Ponte:** defender a escola pública. Porto: Edições Afrontamento, 2003. p. 65–85. Disponível em: https://escolaecofeliz.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/escola_da_ponte.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

PACHECO, José. **Inovar é assumir um compromisso ético com a educação**. Petrópolis: Vozes, 2019.

PANNI, Mari Teresinha Alminhana; DUARTE, Claudia Glavam. A "docência-sabot" e as fissuras curriculares nas aulas de matemática em uma classe multisseriada. In: LIMA, Eliane Angela Galvão de; BERTONCELLO, Lucas; FISCHER, Rosa Maria Bueno (Orgs.). **Com(posições) pós-estruturalistas em educação matemática e educação em ciências**. Porto Alegre: Pimenta Cultural, 2019. p. 71–91. DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.515.71-93. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224165/001111125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 maio 2025.

SANTOS, Arlete Ramos dos, *et al.* Contradições entre teoria e prática na implementação da proposta de educação do MST na Bahia. In: SANTOS, Arlete Ramos dos, *et al.*(Org). **Educação do Campo:** políticas e práticas. Ilhéus: Editus, 2020, p. 81-98.

SANTOS, Fábio Josué Souza; SOUZA, Elizeu Clementino de. Trajetória de Vida e Profissional de Professoras de Classes Multisseriadas: Alguns Apontamentos. In: ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.). **Formação e trabalho docente em contexto rural:** diálogos teórico-metodológicos. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 87-114.

SOUZA, Maria do Rosário Santos; SANTOS, Patrícia dos. A prática pedagógica em uma escola quilombola multisseriada do município de Valença - BA. In: SANTOS, Arlete Ramos dos, *et al.*(Org). **Educação do Campo:** políticas e práticas. Ilhéus: Editus, 2020, p. 53-68.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-558, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 maio 2025.

VIGHI, Cátia Simone Becker. **Da escola na zona urbana para a escola do/no campo:** os professores em foco. 2015. 150 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/7839. Acesso em: 4 maio 2025.

AS COOPERATIVAS ESCOLARES COMO POTENCIALIZADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SCHOOL COOPERATIVES AS ENABLERS OF REGIONAL DEVELOPMENT

Vitória Nicolini Nunes[1]
Zilá Jacqueline Aubel[2]
Moema Pereira Nunes[3]

RESUMO

Este artigo discute a educação como ferramenta para promover os princípios do cooperativismo por meio do Programa Cooperativas Escolares. O programa é desenvolvido em parceria com instituições de ensino que incorporam os valores cooperativistas em sua proposta educativa. Os estudantes atuam como protagonistas, exercendo o papel de pesquisadores e produtores do conhecimento. Foi analisada a cooperativa escolar Cooperzimmer, desenvolvida dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental Hugo Zimmer, na cidade de Rolante, estado do Rio Grande do Sul. A base teórica que sustenta o artigo é amparada pela teoria de Amartya Sen e autores que contextualizam o movimento cooperativista. Como metodologia, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e pesquisa etnográfica com coleta de depoimentos. Os resultados obtidos indicam que as cooperativas escolares potencializam o desenvolvimento humano e regional na medida em que os estudantes são envolvidos como sujeitos autônomos e protagonistas de seu próprio conhecimento.

Palavras-chave: educação; cooperativismo; cooperativas escolares.

ABSTRACT

This article discusses education as a tool to promote the principles of cooperativism through the School Cooperatives Program. The Program is developed in partnership with educational institutions that incorporate cooperative values into their educational proposal. Students act as protagonists, playing the role of researchers and investigators of knowledge. This article specifically analyzes school cooperatives in Rolante, a municipality located in the Paranhana Valley/RS, specifically studying the Cooperzimmer school cooperative, developed within the Hugo Zimmer Municipal Elementary School. The theoretical basis that supports the project is supported by the theory of Amartya Sen and authors who contextualize the cooperative movement. The methodology used was a literature review and ethnographic research, in which testimonies were collected. The results obtained indicate that school cooperatives enhance human and regional development to the extent that they place the students involved as autonomous subjects and protagonists of their own knowledge.

Keywords: *education; cooperativism; school cooperatives.*

1 Mestranda em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Licenciada em História. Bolsista CAPES. E-mail: vitorianunes@sou.faccat.br
2 Mestranda em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Especialista em Cooperativismo. E-mail: zilaaubel@sou.faccat.br
3 Doutorado em Administração (UNISINOS). Professora da Universidade Feevale. Professora visitante da Otto-von Guericke-Universitat Magdeburg (Alemanha). E-mail: moemanunes@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como pauta a educação e as cooperativas escolares, temáticas inseridas no contexto do Programa Cooperativas Escolares. Neste estudo, o foco recai nas Cooperativas Escolares vinculadas ao Sistema (Sicredi), lançado em 2020, como um Programa específico e de identidade própria, com intuito de promover e capacitar os jovens através da educação cooperativa (Pollnow *et al.*, 2021).

O referido programa está diretamente ligado ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 4, que versa sobre Educação de Qualidade. Silva e Burigo (2022) relacionam o ODS 4, "Educação de Qualidade", com a aprendizagem ao longo da vida, visto que as cooperativas favorecem o acesso à educação de qualidade e à aprendizagem, fornecendo os meios necessários para financiar a educação, apoiando professores e escolas, criando seus próprios estabelecimentos de ensino para ofertar educação de qualidade para jovens e adultos e atuando como centros de aprendizagem. Nesse contexto, a associação ODS 4 e do relacionamento entre professor-estudante é a relação que contribui para atender as metas da "Agenda 2030" de uma educação de qualidade e equalitária (Canedo, *et al.*, 2023).

Diante disso, destaca-se a melhoria da qualidade de vida humana como objetivo do desenvolvimento sustentável, permitindo que as próximas gerações possam usufruir dos recursos e das conquistas das sociedades atuais (Silva; Burigo, 2022).

O programa também está diretamente relacionado aos princípios do cooperativismo, especialmente ao 5 – educação, formação e informação, e ao 7 – interesse pela comunidade.

Segundo a Fundação Sicredi, a proposta do programa é guiada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organizações Nações Unidas (ONU) em conjunto com os princípios do Cooperativismo, sendo eles os norteadores, pois criam uma unidade entre os valores que guiam o propósito de cada programa (Fundação Sicredi-Sicredi, 2025).

O presente estudo tem como objetivo compreender a importância da educação cooperativa no contexto das cooperativas escolares, identificando os princípios da educação e o funcionamento da cooperativa escolar Cooperzimmer. Para tanto, utilizou-se como método um caso de inspiração etnográfica realizado em uma cooperativa escolar situada no município de Rolante, no Rio Grande do Sul e os parceiros envolvidos na implantação e execução do Programa.

Esse estudo justifica-se diante da necessidade de compreender como se dá a formação cidadã e empreendedora proporcionada pelas cooperativas escolares, bem como o funcionamento da integração teoria-prática e o desenvolvimento local e sustentável. Ainda, destaca-se que as cooperativas escolares se constituem em alternativa pedagógica inovadora e que, apesar disso, existe pouca produção científica sobre o tema.

Entretando, para compreender a investigação que deu origem a este artigo é necessário conhecimento das cooperativas escolares. As cooperativas escolares nasceram do propósito de educar jovens estudantes através do cooperativismo. Compostas por alunos voluntários dos ensinos fundamental e médio, têm o objetivo de formar novos gestores e líderes de comunidades. As cooperativas escolares funcionam como uma espécie de laboratório de aprendizagem para os jovens, aliando conhecimentos a respeito do cooperativismo e empreendedorismo com os conteúdos de sala de aula. São uma proposta de melhoria da educação e de uma formação que contribua com o desenvolvimento de futuros líderes, gestores, empreendedores, e cidadãos com responsabilidade e participação por meio da vivência de um modelo cooperativo sustentável (Balzan et al., 2019).

Nesse sentido, as cooperativas escolares podem ser identificadas como associações de estudantes, que as administram com o acompanhamento de seus professores / orientadores, com o objetivo de fortalecer o espírito associativista, sentido de solidariedade, ajuda mútua e a promoção da democracia para o bem da escola e da comunidade (Cazarolli, 2021).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta os principais conceitos do referencial teórico, compreendendo o encadeamento entre cooperativismo e a teoria de Amartya Sen.

2.1 COOPERATIVISMO

Por cooperativa, entende-se uma livre associação entre trabalhadores que exercem uma mesma atividade econômica. Dito de outra forma, as cooperativas são compostas por pessoas que se unem voluntariamente em uma organização de propriedade comum e gerenciada democraticamente. Nesses termos, o cooperativismo, atuação que deriva da cooperativa, faz-se presente tanto no cenário econômico competitivo como na realidade social das comunidades, contribuindo para o desenvolvimento das localidades onde estão estabelecidas (Cazarolli, 2021).

O cooperativismo emergiu na Inglaterra, no final do século XIX. Os ideais cooperativistas surgiram para fazer frente às dificuldades impostas pelo capitalismo, como a exploração da mão de obra, avanços tecnológicos e desvalorização do trabalho manufatureiro (Cazarolli, 2021). Assim, o país berço da Revolução Industrial deu origem a um movimento que rapidamente se espalhou por vários lugares do mundo, inclusive o Brasil.

As cooperativas nascem, portanto, da solidariedade e da necessidade de unir dois aspectos valorosos para a sociedade – o econômico e o social – e, independentemente da complexidade, tamanho e competitividade do mercado, são sustentadas pelos valores da autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, equidade e solidariedade. Os seus membros acreditam nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros (Aliança Cooperativa Internacional-ACI, 2015).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o ano oficial de início do cooperativismo no Brasil foi 1889, marcado pela fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. Na sequência, foram constituídas outras cooperativas, também em Minas Gerais, e nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (Sistema OCB/RR, c2025).

Para atender aos princípios do cooperativismo, o quinto princípio: de educação, formação e informação, foram criadas as primeiras Cooperativas Escolares, que podem ser entendidas como um movimento de estudantes que acreditam no cooperativismo como uma possibilidade para transformar suas comunidades. Assim, as Cooperativas Escolares buscam a educação de qualidade, promovendo a seus integrantes uma oportunidade de formação para a vida, favorecendo ainda maiores conhecimentos e permitindo que desempenhem papéis de liderança em suas comunidades (Pollnow, et al., 2021).

Os primeiros registros de Cooperativas Escolares no Brasil datam da primeira metade do século XX, especialmente nas regiões nordeste e sudeste do país, e foram reconhecidas com a promulgação do Decreto Federal nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que as incluía entre as categorias principais das sociedades cooperativas (Pollnow, et al., 2021).

As Cooperativas Escolares idealizam o estudante como protagonista de seu aprendizado, rompendo, assim, com a transmissão vertical de conhecimento do ensino tradicional. A educação cooperativa está relacionada ao desenvolvimento do cidadão, valorizando a consciência e sua responsabilidade para com a sociedade (Pollnow, et al., 2021). Assim, a educação cooperativa pode ser compreendida como um conjunto de ensinamentos que aborda valores, princípios e uma série de normas previstas pelo estatuto do cooperativismo.

O modelo de Cooperativas Escolares implantado no Rio Grande do Sul é embasado no modelo argentino, país que, inclusive, introduziu um componente chamado "Educação Cooperativa" em sua grade curricular. No

Rio Grande do Sul, foi na década de 1990 que surgiram inúmeras Cooperativas Escolares, sendo a ECCUART, de Teutônia/RS, e a COOUNITRA, de Victor Graeff/RS, as duas mais antigas com registro na Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS) (Pollnow, et al., 2021).

A partir de entrevistas realizadas com egressos de instituições de ensino gaúchas e catarinenses que ofereceram Educação Cooperativa durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, Oliveira (2000) chegou a algumas interessantes conclusões: 82% dos entrevistados afirmaram que a cooperativa-escola contribuiu para seu bem-estar na comunidade escolar ao promover integração através da solidariedade; 52,4% responderam que a cooperativa-escola teve boa participação em sua formação humana e técnica e 71% atribuíram à cooperativa-escola sua formação em liderança sócio-comunitária.

Sobre os ensinamentos cooperativistas adquiridos, 87% dos entrevistados apontaram a participação como principal ensinamento; 84%, o desenvolvimento da liderança; 81%, a responsabilidade; 71%, o desenvolvimento de espírito solidário; 66%, a iniciativa; 55%, a comunicação; e, por fim, 50% dos entrevistados citaram a criatividade como aptidão desenvolvida pela cooperativa-escola (Oliveira, 2000).

Na década de 1990, em virtude da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem como um de seus objetivos a proteção integral da criança e erradicação do trabalho infantil, muitas escolas optaram por fechar suas cooperativas escolares sob a justificativa de que as atividades ali desenvolvidas poderiam ser confundidas com laborais. Em 2010, o projeto foi retomado, inicialmente, em Nova Petrópolis. O movimento se expandiu nos anos seguintes para outras cidades gaúchas e se difunde hoje pelo território nacional. Esse crescimento sustentou a criação de estrutura e metodologia próprias, as quais fundamentaram o desenvolvimento do Programa Cooperativas Escolares (Pollnow, et al., 2021).

De acordo com a Fundação Sicredi, o movimento das cooperativas escolares no RS voltou a ser estimulado com a parceria internacional firmada entre as cidades de Nova Petrópolis-RS e Sunchales-Santa Fé (Argentina). O intercâmbio entre pesquisadores, professores e gestores deu início a um amplo diálogo, sobretudo acerca da finalidade educativa das cooperativas escolares. Foi por meio dessas interações que muitas dúvidas foram dirimidas, chegando-se ao consenso de que as práticas educativas se sobrepõem aos aspectos produtivos e econômicos em uma cooperativa escolar (Cazarolli, 2021).

Na atualidade, o programa destaca pela sua abrangência geográfica, número de cooperativas escolares e de estudantes associados. O programa está presente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, abrange 4,9 mil estudantes associados em 145 cooperativas escolares, conforme apresenta o Relatório de Sustentabilidade 2020 (Sicredi, 2021). No que se refere ao impacto sistêmico, o programa está presente em 30 escolas, em mais de 137 municípios, com mais de 240 cooperativas escolares ativas e mais de 265 educadores capacitados (Sicredi, 2025).

2.2 EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

O filósofo e economista indiano Amartya Sen (2000), ganhador do Prêmio Nobel de Economia no ano de 1998, apresenta o conceito original de desenvolvimento centrado na qualidade de vida humana e no bem-estar, relação intimamente conectada com a educação. A teoria reflete que o ser humano deve ser o centro do processo de desenvolvimento, processo esse que se concentra no acesso dos indivíduos aos serviços que envolvem educação, saúde, exercício de direitos civis e demais liberdades (Saleh, 2023).

Em suas teorias sobre desenvolvimento humano, Sen destaca a importância das capacidades – ou seja, a liberdade das pessoas de escolherem e viverem a vida que valorizam. A educação amplia essas capacidades, proporcionando às pessoas as habilidades e o conhecimento necessários para tomar decisões informadas e exercer seus direitos de maneira plena. Com a educação, os indivíduos podem acessar melhores oportunidades

de emprego, participar ativamente da vida política e social e desfrutar de uma maior autonomia pessoal (Moser, 2024).

Amartya Sen defende, ainda, que o desenvolvimento econômico deve estar acompanhado do desenvolvimento humano (Wentroba; Botelho, 2021). Para o autor, o desenvolvimento é alcançado a partir da expansão das capacitações humanas. Para ele, a vida humana é um conjunto de "fazeres e seres", chamado de "funcionamentos", estando a qualidade de vida das pessoas associada ao acesso à capacidade de funcionarem como seres humanos (Reymão; Cebolão, 2017). Além disso, a educação é um catalisador crucial para o desenvolvimento econômico, visto que sociedades com altos níveis de alfabetização e educação tendem a ser mais produtivas e inovadoras (MOSER, 2024).

Dessa forma, deve-se considerar o bem-estar das pessoas, que está intrinsecamente ligado à liberdade de escolha e às oportunidades, sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, pois no processo de desenvolvimento os indivíduos possuem liberdade para desenvolver suas capacidades. E a educação faz parte do grupo das liberdades substantivas essenciais que oportunizam a inserção social e econômica dos indivíduos (Reymão; Cebolão, 2017).

É oportuno afirmar, segundo Saleh (2023), que as oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação que influenciam a liberdade substantiva do indivíduo para viver melhor. Nesse sentido, outro aspecto vital é o papel da educação na promoção da igualdade social. A formação educacional não apenas aumenta a eficiência e qualidade da força de trabalho, mas também fomenta o empreendedorismo e a criação de novas tecnologias. Investir em educação, portanto, é investir no crescimento econômico sustentável (Moser, 2024).

Neste contexto, a educação cooperativa é um processo de aprendizagem que abrange públicos distintos, diferentes demandas e que exige conteúdos variados nas propostas de capacitação. Contudo, a educação cooperativa deve ir além da educação formal, ao passo em que se compreende que esta proposta de educação estimula a participação dos cooperados e faz com que tenham conhecimento sobre valores, princípios e normas da cooperativa, enfatizando o ideal cooperativista e contribuindo para o desenvolvimento comunitário (Thesing; Sausen; Baggio, 2022).

Saleh (2023), baseando-se na teoria de Sen, elenca os cinco tipos de liberdades para a promoção do desenvolvimento, quais sejam:

a) Liberdades Políticas: dizem respeito às oportunidades de escolha dos governantes, bem como poder exercer o papel do cidadão na fiscalização dos atos do governo e ter liberdade de expressão política;

b) Facilidades Econômicas: dizem respeito às oportunidades para utilizar os recursos econômicos;

c) Oportunidades Sociais: são possibilidades nas áreas de educação e saúde, para uma vida melhor e com bem-estar, além de ter outros serviços sociais capacitantes;

d) Garantias de Transparência: diz respeito ao direito à informação em todos os níveis;

e) Segurança Protetora: oportunizar aos indivíduos uma rede de segurança social e assistência aos necessitados, impedindo a pobreza extrema, a fome e a morte.

Diante do exposto, entende-se que a teoria de Sen reflete que a educação é indispensável para que os indivíduos possam escolher com liberdade o tipo de vida que pretendem ter e ser um agente ativo para a expansão das capacidades, bem como ter aptidão para usufruir e reivindicar seus direitos. A maioria das liberdades são conquistadas pela educação (Saleh, 2023).

No que se refere às políticas públicas, a educação é preconizada como direito pela Constituição Federal de 1988. O artigo 6º proclama o direito à educação como o primeiro direito social e o anuncia, no artigo 205, como um direito de todos e dever do Estado e da família. Portanto, a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exer-

cício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desse modo, o Estado brasileiro reconhece a importância do tema e de assegurar aos cidadãos a dignidade da pessoa humana (Reymão; Cebolão, 2017).

Zambam e Kujawa (2017), afirmam, a partir da abordagem das políticas públicas, a importância da pessoa e a necessidade de ter as condições para o desenvolvimento das capacidades e agir como cidadão na condição de agente ativo, na atuação do Estado como organizador de políticas de promoção humana e combate às desigualdades. Sob essa ótica, as políticas públicas têm como objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento social, isto é, não estão submetidas exclusivamente às demandas do crescimento econômico nem têm como opção prioritária apenas a busca do bem-estar material.

O desenvolvimento, portanto, visa à realização do ser numa perspectiva baseada na participação responsável de todos os membros da sociedade. Assim, a educação tem papel fundamental, pois ela não serve apenas para fornecer pessoas qualificadas ao mundo da economia, visto que não se destina ao ser humano enquanto agente econômico, mas enquanto fim último do desenvolvimento (Mozetti; Ribeiro, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que fosse possível alcançar objetivo proposto deste estudo, foi conduzido pesquisa etnográfica, que segundo Rocha e Eckert (2008) a metodologia de pesquisa etnográfica que, constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele observado.

O método etnográfico encontra sua especificidade sendo composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do pesquisador junto ao grupo social a ser estudado (Rocha, Eckert, 2008).

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser enquadrada como descritiva. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Portanto, não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (Vergara, 2000).

Os procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica visou a fundamentar teoricamente o tema, ao passo que o estudo de caso é uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes (Yin, 2010). De acordo com Gil (1993), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo um amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível em outros tipos de estudo.

O universo de estudo é a Cooperzimmer, fundada no ano de 2016 pelos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Hugo Zimmer, em um programa idealizado pela Sicredi Caminho das Águas, cooperativa foi fundada em 1923, com atuação na região dos Vales do Paranhana e Sinos e Litoral Norte gaúcho, com um único propósito: liberar o potencial de pessoas e negócios.

A Cooperzimmer caracteriza-se por seu viés sustentável, visto que os objetos de aprendizagem produzidos pelos estudantes priorizam a utilização de resíduos cujo descarte incorreto pode causar danos ao meio ambiente, como o óleo de cozinha usado. Os associados da Cooperzimmer também recolhem tampinhas plásticas e outros itens com objetivo de reciclar corretamente os materiais, bem como a arrecadação de recursos para a cooperativa. As ações da cooperativa são definidas anualmente em assembleia e fixadas no estatuto da Cooperzimmer.

A técnica para a obtenção de dados foi a coleta de depoimentos dos atores envolvidos no planejamento, implantação, execução e participação da cooperativa. Usando os critérios de acessibilidade e disponibilidade

para participar do estudo, realizou-se contato por e-mail e obteve-se o aceite de três participantes. O plano para análise dos dados após o recebimento do termo de aceite e dos depoimentos consistiu em garantir o anonimato dos participantes, identificando-os como: Participante 1, Participante 2 e Participante 3, com números indicativos de seu nível de envolvimento no Programa, sendo o número 1 correspondente ao nível de coordenação municipal, 2 à docência / orientação e 3 ao estudante. Posteriormente, os dados obtidos receberam análise interpretativa por meio das comparações das respostas e a relação com o referencial teórico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo da Cooperativa Escolar Cooperzimmer possibilita refletir acerca dos modos em que a educação potencializa a participação dos jovens e o desenvolvimento da região, a partir do conceito de educação como liberdade.

Identificam-se as primeiras iniciativas na região e as suas relações referentes à abordagem do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 4. Este objetivo versa sobre Educação de Qualidade e as Oportunidades Sociais apresentadas na teoria de Amartya Sen, abrangendo as possibilidades nas áreas de educação para uma vida melhor.

> Em Rolante, as primeiras cooperativas escolares surgiram a partir de uma parceria da Sicredi Nordeste, Marini Coop. e Secretaria Municipal de Educação e Esportes. As Cooperativas Escolares iniciaram em escolas piloto: EMEF Hugo Zimmer (COOPERZIMMER) e EMEF Santo Antônio (UNISANTO), com data de fundação em 24 de outubro de 2016 através de Assembleia (Participante 1).

O mesmo participante, que integra o processo de planejamento, implantação e execução, relata que as Cooperativas Escolares são consideradas pauta principal do município "Desde 2016, com o planejamento estratégico do município de Rolante apontando para a busca em ser referência em educação empreendedora e cooperativa até 2030".

As cooperativas escolares certamente potencializam o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas, porém segundo Pollnow *et al.* (2021, p.17), "apesar de sua longa trajetória, ainda há poucos estudos científicos sobre as Cooperativas Escolares e seus impactos no desenvolvimento dos estudantes e de suas comunidades".

Os resultados ainda demonstram como a mobilização entre os professores, alunos e a comunidade propiciam reflexões e alinhamentos ao planejamento e para execução do programa.

> Uma de nossas preocupações é de cuidar das pessoas, do mundo e dos negócios. Ou seja, cuidar do lugar em que vivemos, para desenvolver, mas de forma sustentável. A CooperZimmer tem impactado de.forma positiva a comunidade escolar, pois tudo o que arrecadamos provém das famílias ou da comunidade onde está situada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Hugo Zimmer (Participante 2).

O participante 2 evidência, também, que "A cooperativa escolar CooperZimmer é um dos lugares onde os nossos estudantes potencializam sua autonomia". Nesse aspecto, os depoimentos analisados indicam que os alunos que participam das cooperativas escolares adquirem diferentes habilidades, como liderança, repertório cultural, senso crítico e de solidariedade, e participação cidadã.

> Eu sinceramente acho que não seria a mesma pessoa sem a cooperativa escolar. Sempre fui muito retraída, introvertida e acabei não compartilhando muitas das minhas ideias por vergonha ou insegurança, porém a cooperativa me ajudou a ter confiança em mim mesma (Participante 3).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite concluir que as cooperativas escolares, bem como a educação cooperativista, potencializam o desenvolvimento regional na medida em que contribuem para a formação de estudantes autônomos, solidários e responsáveis.

Os depoimentos coletados evidenciam o viés sustentável da Cooperativa Escolar Cooperzimmer, que busca formar indivíduos com espírito de liderança e cientes de sua responsabilidade ambiental individual e coletiva. Assim, foi possível concluir que a educação cooperativa e as cooperativas escolares são fatores que contribuem substancialmente para a formação de uma juventude dotada de consciência social e solidariedade.

Observa-se no trabalho desenvolvido pelas Cooperativas Escolares que os princípios cooperativistas são alcançados em sua integralidade e são fundamentais para a formação de uma nova geração cidadã e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. ACI. **Notas de orientación para los principios cooperativos.** Antalya: ACI, 2015. Disponível em: https://aciamericas.coop/wp-content/uploads/2023/09/Notas-de-Orientacion-sobre-la-Identidad-Cooperativa.pdf. Acesso em 23 abr. 2025.

BALZAN, Amanda da Rocha; REISDORFER, Vitor Kochhann; SCCOTT, Carla Rosane da Costa; BRASIL, Miguel Augusto Bauermann; MACEDO, Wagner Nart. Educação cooperativa: experiências em cooperativas escolares para preparação profissional. **Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações**, Santo Ângelo, v. 7, n. 2, p. 102-116, jul./dez. 2019. DOI:10.31512/gesto.v7i2.3364

CANEDO, Uelinton de Oliveira; CAMARDELO, Ana Maria Paim; LUCAS, João Ignacio Pires; MADALOZZO, Magda Macedo; MARCON, Silvana Regina Ampessan; BOHM, Verônica. ODS-4: Educação de qualidade e o relacionamento professor-estudante. **Revista Latinoamericana Ambiente e Saúde**, Lages-SC, v. 5, n. 4 (especial), p. 32-37, 2023. Disponível em: https://ojs.uniplaclages.edu.br/index.php/rlas/article/view/109. Acesso em: 5 abr. 2025.

CAZAROLLI, Micheli. **Cooperativas escolares e suas contribuições para a educação integral:** a experiência das escolas municipais de ensino fundamental da Região Centro Serra (RS). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOSTE, Cascavel, 2021. Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/5933. Acesso em: 23 abr. 2025.

FUNDAÇÃO SICREDI. **Cooperativas Escolares**. [*S. l.*], 2025. Disponível em: https://fundacaosicredi.org.br/cooperativas-escolares/. Acesso em: 12 abr. 2025.

FUNDAÇÃO SICREDI. **Relatório de Sustentabilidade 2020**. Porto Alegre, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOSER, Giancarlo. A educação como vetor de liberdade e desenvolvimento: reflexões pedagógicas em Amartya Sen. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales,** São José dos Pinhais, v. 17, n. 6, p. 1-13, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.6-242. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/7658. Acesso em: 23 abr. 2025.

MOZETTI, Rita Marta; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. O desenvolvimento como liberdade de Sen, a educação libertadora de Freire e o desenvolvimento humano: diálogo entre Sen, Freire e a educação para o século XXI. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 10, n. 1, p. 75-93, 2018. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/2072. Acesso em 20 abr. 2025.

OLIVEIRA, Heron Lisboa de. O papel do cooperativismo escolar na formação do aluno/associado em sua atividade profissional. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 8, n. 14, p. 147-164, mai. 2000. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4818. Acesso em: 23 abr. 2025.

POLLNOW, William; BENDER, Delci Cleonice; HERBERTZ, Fernanda; GROFF, Elisete Regina. Cooperativas escolares: o cooperativismo em prática para uma educação integral. *In*: CASTRO, Paula Almeida de. **VII CONEDU – Educação como (re)existência:** mudanças, conscientização e conhecimentos. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v.3, p. 620-639. *E-book* (Conedu em Casa).

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; CEBOLÃO, Karla Azevedo. Amartya Sen e o direito à educação para o desenvolvimento humano. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 88–104, jul./dez. 2017. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9881/2017.v3i2.2520. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/2520. Acesso em: 20 abr. 2025.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). **Ciências Humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SALEH, Sheila Martignago. **O programa de educação superior para o desenvolvimento regional (PROESDE) e a concepção de desenvolvimento em Amartya Sen**. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, 2023. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/11176. Acesso em: 10 abr. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Eloiza Andrá Moraes; BÚRIGO, Fábio Luiz. A contribuição do cooperativismo no desenvolvimento sustentável. *In*: FORNECK, Elisandra; MAYER, Leandro; KERN, Gilvane (org.).**Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 39-55.

SISTEMA OCB/RR. **História do Cooperativismo**. Boa Vista, c2025. Disponível em: https://www.ocbrr.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo. Acesso em 25 mar. 2025.

THESING, Nelson José; SAUSEN, Juliana da Fonseca Capssa Lima; BAGGIO, Daniel Knebel. Humanização na educação cooperativa: aplicações e contribuições na gestão e nas práticas do cooperativismo de crédito. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [*s. l.*], v. 12, n. ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 32–57, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3719. Acesso em: 25 abr. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WENTROBA, Jaíne; BOTELHO, Louise de Lira Roedel. A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. **Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976**, Foz do Iguaçu, v. 11, n. 2, p. 4-14, 2021. Disponível: https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/2967. Acesso em: 23 abr. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. **Revista Brasileira de Direito**, v. 13, n. 1, p. 60-85, 2017. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486. Acesso em 26 mar. 2025.

AS POSSIBILIDADES DE UMA PROPOSTA DE APRENDIZAGEM NA EXPLORAÇÃO DOS NÚMEROS DA BOLSA DE VALORES POR MEIO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS[1]

Monique de Moraes[2]
Zenar Pedro Schein[3]

RESUMO

O presente estudo apresenta a Bolsa de Valores como foco na aprendizagem com significado, articulado ao componente curricular de Matemática. A pesquisa tem como objetivo identificar quais aprendizagens ocorrem com os educandos pertencentes ao Novo Ensino Médio de uma escola pública Estadual do Vale do Paranhana/RS, quando utilizada uma sequência didática referente à Bolsa de Valores. O estudo foi construído por meio de referenciais bibliográficos e acessos a dados públicos, seguido de uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter exploratório e estudo de campo. Contou também com a aplicação de dois questionários e uma oficina. Os resultados apresentados demonstram uma aprendizagem com significado após a aplicação da oficina, pois os pesquisados conseguiram compreender os conceitos matemáticos vistos na Bolsa de Valores. A oficina serviu para trazer aos aprendizes reflexão sobre o mercado financeiro e prepará-los para o futuro, utilizando as ferramentas para auxiliá-los na tomada de decisões seguras, com vistas a compreenderem a Matemática inserida nos seus procedimentos. Conclui-se que trabalhar a Bolsa de Valores no componente curricular de Matemática abrange as demandas curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a temática de Educação Financeira, assim como empodera os estudantes a se tornarem seres ativos em suas próprias trajetórias.

Palavras-chave: Bolsa de Valores; Sequência de Fibonacci; análise técnica; aprendizagem com significado.

ABSTRACT

The present study presents the Stock Exchange as a focus on meaningful learning, linked to the Mathematics curriculum component. The research aims to identify what learning occurs with students belonging to the "New High School" program at a public state school located in Vale do Paranhana - RS, when using a teaching sequence related to the Stock Exchange. The study was structured based on bibliographic references and public data access, followed by a qualitative, exploratory field study. It also included the application of two questionnaires and a workshop. The results demonstrate a more meaningful learning experience after the workshop, as the researchers were able to understand the mathematical concepts observed in the Stock Exchange. The workshop is aimed to foster in students a reflection on the financial market and prepare them for the future, using tools to support them in making informed decisions and understanding the mathematics embedded in these processes. It is concluded that incorporating the Stock Exchange into the Mathematics curriculum meets the Common Core National Curriculum (BNCC) demands for Financial Education and empowers students to become active agents in their own life paths.

Keywords: *Stock Exchange; Fibonacci Sequence; Technical Analysis; Meaningful Learning.*

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.
2 Acadêmica do curso de Matemática das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: inserir e-mail institucional.
3 Professor(a) das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: zenar@faccat.br.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema a análise das possibilidades de ensino da Matemática no Novo Ensino Médio envolvendo a Bolsa de Valores (doravante BV), a partir da aplicação de uma oficina com estudantes de uma escola pública estadual do Vale do Paranhana/RS.

Nesse ínterim, sabe-se que em sala de aula é previsto na Base Nacional Comum Curricular, BNCC (Brasil, 2018) que seja trabalhada com os educandos a Educação Financeira. Tal temática tem a possibilidade de ser desenvolvida de diversas formas, entre elas, o professor de Matemática pode inserir o contexto da BV em suas aulas de Educação Financeira, visando trabalhar com os estudantes conceitos matemáticos vistos na análise de ações trazendo significado para essa aprendizagem.

Ao terem a possibilidade de articular a Educação Financeira com o funcionamento do mercado financeiro, esses educandos poderão ampliar seus horizontes e irão adquirir conhecimento sobre como gerir suas finanças e investimentos, pois "[...] a educação financeira tem como objetivo fundamental desenvolver, no indivíduo, um pensamento crítico e consciente em relação [...] as suas ações financeiras de forma mais ampla" (Schein; Bento, 2024, p. 11).

Dentro da temática, também é possível apresentar aos educandos o funcionamento da BV e de outros processos da Educação Financeira, pois "[...] uma grande parte dos alunos não possuem conhecimento suficiente sobre o tema abordado e que grande parte dos alunos possuem interesse em ampliar os conhecimentos nessa área" (Milano; Dutra, 2022, p. 5).

Nesse sentido, para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, os estudantes, "[...] por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras [...]" (2005, p. 5, tradução nossa).

Indo ao encontro da Educação Financeira e do ensino da Matemática, busca-se levar aos estudantes os conceitos matemáticos que são observados a partir das análises de ações da BV, trazendo a percepção de que a Matemática está em cada etapa da BV, desde as linhas de tendência, os gráficos e as projeções e retrações de Fibonacci, tão bem utilizadas para identificar o índice de crescimento das ações.

Para isso, tem-se o seguinte questionamento: Quais aprendizagens ocorrem com estudantes do Novo Ensino Médio de uma escola pública estadual do Vale do Paranhana/RS quando utilizada uma sequência didática referente à Bolsa de Valores?

Para responder ao problema apresentado, tem-se como objetivos: i) investigar conceitos matemáticos que podem ser observados na análise de ações da BV; ii) conhecer as linhas de tendência de alta e de baixa de uma ação na BV e suas implicações matemáticas; iii) analisar as tendências de ações na BV, traçando projeções e retrações de Fibonacci; e iv) planejar e executar uma oficina sobre a BV e Matemática para estudantes da terceira série do Ensino Médio de uma escola pública do Vale do Paranhana/RS, a fim de verificar a possibilidade de aprendizagens com significado a partir dessa relação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS MATEMÁTICOS NA ANÁLISE DE AÇÕES DA BOLSA DE VALORES

Ao apresentar a BV para os estudantes do Ensino Médio, é possível trabalhar, na prática, os conceitos matemáticos de probabilidade, porcentagem e juros, preparando esse educando para que consiga tomar as decisões de comprar ou vender determinada ação.

Nesse sentido, quando as oportunidades de investimentos surgem, é fundamental que o estudante esteja convicto e seguro da sua escolha. Para isso, é necessário que o educador o auxilie nesse processo, buscando torná-lo um ser questionador (Martins, 2022).

Em relação à porcentagem, quando é compreendida pelo estudante, o professor consegue iniciar o trabalho com os juros simples e compostos.

Na BV, utilizam-se os juros compostos porque "[...] ele é calculado sobre o capital apenas no primeiro período, nos demais períodos é calculado sobre o montante obtido no período anterior (Silva, 2021, p. 41).

Ao analisar graficamente as ações na BV, percebe-se que o gráfico mostra conceitos geométricos como, por exemplo, as retas paralelas. No gráfico das ações, elas são chamadas de linhas de tendência (LT).

Uma das formas mais utilizadas na análise da BV são os gráficos, pois eles facilitam a visualização e compreensão de um determinado conjunto de dados. Isto é, "Os gráficos se apresentam como uma ferramenta cultural que pode ampliar a capacidade humana de tratamento de informações quantitativas e de estabelecimento de relações entre as mesmas" (Monteiro, 2024, p. 1).

Dentro do gráfico da BV, é possível realizar a análise aplicando Fibonacci, de forma que possibilita verificar o comportamento de uma ação dentro de um determinado período de tempo.

Além da possibilidade de visualizar a sequência de Fibonacci e o número de ouro na natureza, eles também podem ser observados na conversão de milhas para quilômetros e no triângulo de Pascal. A sequência de Fibonacci ainda pode ser utilizada para analisar uma ação na BV, por meio das retrações de Fibonacci.

2.2 A BOLSA DE VALORES

A crescente entrada de novos investidores na BV não é proporcional ao conhecimento visto como necessário para que seja possível investir de maneira segura (Lacerda, 2021). Para operar na BV, é importante que, inicialmente, seja criada uma conta em uma corretora. As corretoras são instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central e fiscalizadas pela Bovespa[4]. Elas têm a função de facilitar a aproximação entre compradores e vendedores, unificando o mercado e proporcionando segurança (Rassier; Hilgert, 2009).

A própria corretora oferece uma plataforma digital para que seja possível fazer as negociações das ações. Essa plataforma é chamada de *Home Broker* (HB) e "O cliente entra no próprio site da corretora, acessa o home broker, escolhe suas ações e dá a ordem. O sistema da corretora recebe o pedido e executa a operação na Bovespa" (Rassier; Hilgert, 2009, p. 67).

Ao comprar ações, o acionista torna-se sócio da empresa (Lacerda, 2021), pois adquire uma fração do seu capital. Essas ações podem ser divididas em diversos tipos, entre os quais se destacam as ações ordinárias (ON) e as ações preferenciais (PN).

Quem possui uma ação ordinária (ON) tem direito a emitir suas opiniões em votações de assembleias. Então, "[...] o direito de voto ganha relevância nos casos em que há divergências entre os acionistas controladores (Rassier; Hilgert, 2009, p. 16).

As ações preferenciais (PN) garantem ao acionista o pagamento de proventos antes das ações ON, ou seja, "Os acionistas preferencialistas, como são chamados os detentores de ações PN, contudo, têm preferência no recebimento dos dividendos pagos pela empresa quando ela tem lucro (Rassier; Hilgert, 2009, p. 17-18).

Todavia, para comprá-las ou vendê-las, é importante ter o conhecimento sobre elas para que se consiga analisá-las. Existem diferentes meios de realizar essa análise, as mais conhecidas e utilizadas são a análise fundamentalista e a análise técnica (Lacerda, 2021).

4 Bolsa de Valores de São Paulo.

Dentro da análise fundamentalista, é possível realizar um estudo sobre os fundamentos de determinada empresa, analisando como sucedeu os seus últimos cinco balanços, assim como verificando o ciclo de contabilidade (Malta; Camargos, 2016).

Já a análise técnica é contrária à análise fundamentalista, porque necessita somente das avaliações e ações ocorridas no gráfico, ou seja, "Ela é focada unicamente no comportamento nos gráficos das ações" (Lacerda, 2021, p. 10).

O gráfico utilizado é denominado Candlestick, pois "O gráfico de Candlesticks, ou simplesmente de Candles (ou velas, em português) é o gráfico mais usado para análise técnica" (Ágora, 2024, p. 9).

Existem algumas vantagens na análise da ação por meio dos candles, pois eles podem informar: "o tamanho do corpo representa a variação do preço naquela data e a cor representa se naquela data a ação fechou com um valor maior ou menor do que abriu. Verde, se fechou com maior e vermelho se fechou com menor [...]" (Lacerda, 2021, p. 14).

Essa análise auxiliará o investidor a definir o melhor momento de comprar e vender uma ação. Para isso, são utilizadas as linhas de tendência que são adicionadas aos gráficos, chamadas de Linhas de Tendência de Alta (LTA) e as Linhas de Tendência de Baixa (LTB).

Em todas as movimentações ocorridas no mercado financeiro, nas compras e vendas de ações, na análise técnica, ocorrem oscilações. "A movimentação do mercado financeiro não ocorre em linha reta, mas sim por meio de impulsos e suas correções [...]. Essa formação, na verdade, corresponde às linhas de tendência [...]" (Nelogica, 2023a, N.A.).

Ao analisar essas linhas de tendência, elas indicam uma tendência de quando o preço tende a subir e quando tende a descer. É possível afirmar que "As linhas de tendência são relevantes, pois fornecem avisos importantes sobre o movimento do mercado, facilitando a tomada de decisões mais certeiras" (Nelogica, 2023a, N.A.).

Ao traçar uma LTA, o investidor consegue analisar o crescimento de determinada ação durante vários dias seguidos. Em outras palavras, "É caracterizada graficamente por uma sucessão de topos e fundos ascendentes, sendo esta tendência perdida somente quando o fundo anterior é perdido" (Ágora, 2024, p. 13).

Ao contrário da LTA, tem-se a LTB que é identificada quando uma ação está há vários dias apresentando um declínio, logo, "É caracterizada graficamente por uma sucessão de topos e fundos descendentes, mas é perdida somente quando o topo anterior é rompido" (Ágora, 2024, p. 13).

Além das LTA e LTB, também podemos analisar as ações traçando as projeções de Fibonacci, interpretando-as graficamente para avaliar se ocorreu um crescimento ou redução do seu valor.

É possível traçar graficamente a sequência de Fibonacci projetando linhas de tendência. Além disso, pode-se utilizar a inversão do número de ouro, pois toda parte da Sequência de Fibonacci será distribuída no gráfico por meio de porcentagens, aparecendo linhas de suporte e resistência.

Dentre as diversas formas de análise na BV, seja pela análise fundamentalista, análise técnica, utilizando as projeções de Fibonacci ou não, o investidor pode escolher qual a forma que mais lhe faz sentido, que traga entendimento e que consiga observar com clareza o crescimento de uma empresa ou ação.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo é o resultado de uma pesquisa de cunho qualitativo (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2021), de caráter exploratório e estudo de campo (Gil, 2002).

O universo da pesquisa correspondeu aos estudantes com idades que variam de 17 até 19 anos, pertencentes à terceira série do Ensino Médio do turno da noite de uma escola pública estadual situada no Vale do

Paranhana/RS.

Inicialmente, 23 estudantes participaram do primeiro questionário, mas o término com a oficina e o segundo questionário contou com a participação de 16 aprendizes, devido às atividades terem ocorrido em dias diferentes.

Esta pesquisa contou com a utilização de dois questionários e uma oficina. Os dois questionários foram aplicados por meio da ferramenta Google Forms, sendo um deles antes da oficina e o outro após ela.

4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

A coleta de dados realizada por meio do primeiro questionário (duas semanas antes da oficina) contou com 23 participantes e teve por objetivo investigar o que os estudantes já sabiam ou compreendiam sobre o tema em pesquisa.

Por conseguinte, foram questionados sobre o que pensam quando ouvem a expressão "Bolsa de Valores (BV)" e se têm o interesse em aprender situações relacionadas a ela. Dos investigados, 13 consideram a BV algo relacionado com investimento, 7 associam-na a dinheiro ou como um local para render o dinheiro, e 3 não sabem o que é. Do total, 22 demonstram interesse em aprender sobre a BV, pois buscam conhecimento para começar a investir nela, por isso a oferta da oficina da BV é oportuna, uma vez que ela foi ao encontro dos anseios dos pesquisados.

Dos entrevistados, 91,30% (21 participantes) apontaram que nunca realizaram nenhum tipo de investimento, somente 8,69% (2 participantes) já realizaram alguma aplicação financeira, comprando ações de determinada empresa ou ativos financeiros direto do banco.

Dos 21 aprendizes que nunca investiram, 12 deles relataram que não possuem conhecimento sobre o assunto e não sabem por onde começar. Outros 8 acreditam que é somente aplicar o dinheiro e esperar render, e 1 afirmou que não realiza aplicações na BV por ser algo difícil.

Os resultados supracitados denotam a importância dos pesquisados em ter mais conhecimento sobre o assunto, pois "analisar o mercado e tomar uma decisão de investimento é uma atividade complexa e requer bastante análise e estudo" (Lacerda, 2021, p. 8).

Sabe-se que a Matemática está presente em cada etapa da BV, então, os estudantes foram questionados se acreditam que é possível utilizá-la para aprender conceitos matemáticos. Dos questionados, 21 afirmaram que sim, e somente 2 apontaram que não. Em explicação a essas 21 respostas afirmativas, 7 responderam que é por conta dos cálculos presentes na BV, 4 afirmaram que o motivo é que a BV envolve dinheiro, 4 relataram que envolve gráficos, 3 expuseram a utilização da probabilidade, e 3 não souberam responder.

Ao encontro da fala dos estudantes, Martins (2022, p. 25) diz que: "Estudar o ambiente da Bolsa de Valores é entender, na prática, os conceitos aprendidos desde a tabuada, porcentagens e juros à subjetividade de tomar uma decisão de comprar ou vender um dado ativo de investimento".

Após responderem ao questionário, no dia 17 de setembro de 2024, a partir das 19 horas, ocorreu a oficina intitulada "Explorando a Bolsa de Valores: Matemática e aprendizagem com significado na análise de ações". Sua aplicação aconteceu em uma escola pública estadual de Ensino Médio do Vale do Paranhana/RS, no turno da noite e nos períodos disponibilizados durante a aula de Matemática. Contou com a participação de 16 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio, que também responderam ao questionário já analisado.

A oficina iniciou com o seguinte questionamento: "O que você pensa quando ouve Bolsa de Valores?". Esse questionamento inicial é importante porque quando os estudantes compartilham suas percepções com os professores, e estes as aceitam e utilizam como metodologia em sala de aula, os educandos se sentirão como parte atuante do processo de ensino, trabalhando a coletividade da turma (Oliveira, 2005).

Nesse caso, os pesquisadores partiram das respostas por eles citadas para dar início à sua oficina. Oralmente, os estudantes responderam a esse questionamento: "É um lugar para comprar e vender ações". Partindo desse ponto, ocorreu a explicação do que realmente é a BV, ou seja, informou-se de que a BV é um ambiente digital, no qual empresas e investidores negociam a compra e venda de ativos. Para Martins (2022, p. 14), "a bolsa de valores [...] é um ambiente de negociações financeiras onde negociam-se ações, títulos de dívida, contratos futuros, commodities, entre outros [...]".

Pelo motivo de os pesquisados responderem que a BV é o local onde ocorre a compra e a venda de ações, houve a discussão de que, quando se compra alguma ação, automaticamente torna-se um acionista da empresa vinculada à ação, pois "[...] você, ao adquirir ações, passa a ser também sócio da empresa – um acionista" (Rassier; Hilgert, 2009, p. 8).

Na sequência, foi explicado que, para começar a investir na BV, é necessário que o investidor crie uma conta em uma corretora porque "Sua principal função é promover, de forma eficiente, a aproximação entre compradores e vendedores de títulos e valores mobiliários [...]" (Rassier; Hilgert, 2009, p.50).

Posteriormente, foi apresentada como exemplo aos estudantes a corretora Mirae Asset, por se tratar de uma corretora de fácil acesso. Eles puderam compreender como criar essa conta e como preencher o perfil do investidor.

Na sequência, os participantes precisaram compreender os tipos de ações existentes na BV, sendo elas as ações ordinárias (ON) e as preferenciais (PN).

As ações possuem um ticker, que nada mais é do que a sigla que identifica a empresa na BV. Geralmente esse ticker corresponde às iniciais da empresa, no caso da Petrobras, seria PETR. Podemos identificar por meio do ticker se a ação é ordinária ou preferencial, sendo a ação ordinária com final 3, ou seja, PETR3, e a ação preferencial possui final 4, PETR4.

Após isso, foi apresentado o que é chamado de Home Brocker (HB), que funciona como um livro de ofertas, tanto para vender as ações como para comprá-las, pois, "O Home Broker é uma plataforma digital que possibilita a compra e a venda de títulos e ações. Ele pode ser acessado facilmente através do seu tablet, computador ou smartphone" (Martins, 2022, p. 33, grifo nosso).

O sistema funciona por meio da internet e está interligado com a Bovespa. Ele funciona quando o investidor acessa o site da corretora, consegue visualizar o livro de ofertas, podendo então escolher suas ações e realizar a oferta de compra e venda (Rassier; Hilgert, 2009).

Os participantes da pesquisa descobriram que no HB existe o quadro ORDEM. Onde está escrito "papel", deve-se colocar o ticker da ação. No local "quantidade", é preciso digitar a quantidade de ações que se quer comprar, sabendo que são múltiplos de 100 ou frações desta quantidade.

Para comprar ou vender ações, o investidor precisa identificar qual a melhor maneira de realizar a análise da BV. Por conseguinte, foi demonstrada aos aprendizes a diferença entre a análise técnica e a análise fundamentalista. Cabe ressaltar que o foco da oficina foi a análise técnica, pois, nesse caso, é preciso apenas focar no desempenho da ação junto ao gráfico (Lacerda, 2021).

A análise técnica tem como parâmetro o gráfico do tipo Candlestick, pois ele é apresentado em candles. Este é representado por um retângulo com pontas e cores, porque o verde significa que a ação subiu em relação à abertura do mercado, e o vermelho que ela caiu (Lacerda, 2021).

Após, foi explicada a diferença entre LTA e LTB, traçando-as junto com os estudantes e sempre ressaltando que dentro da BV é possível trabalhar conceitos matemáticos, como no caso da Geometria, no qual as retas no gráfico correspondem às linhas de tendência e às retas de suporte.

Após isso, demonstrou-se aos participantes as projeções e retrações de Fibonacci. Com o objetivo de detalhar na prática esta situação, voltou-se para o gráfico do tipo Candlestick e selecionou-se a ação VALE3.

Foi realizada a demonstração de como traçar a projeção e retração de Fibonacci, partindo de um determinado ponto em que a ação esteve em queda, indo para seu ponto de alta máxima e voltando para a queda da ação. Quando são traçadas essas projeções, surgem diversas linhas e percentuais no gráfico. Dessa maneira, foi apresentado aos estudantes que esses percentuais são conhecidos como o número de ouro. Quando a ação consegue atingir esse número, significa que ela chegou em seu "ponto perfeito" e, a partir disso, possuirá uma tendência de alta.

Um dos objetivos da oficina era identificar conceitos matemáticos observados na BV, por isso foram realizados com os estudantes alguns cálculos utilizando regra de três, com o intuito de demonstrar o crescimento ou a queda de uma ação.

No mesmo dia, assim que terminou a oficina, os 16 participantes receberam via plataforma Google Forms o segundo questionário para responder. Com isso, foi apresentado o seguinte enunciado: "Identifique que aprendizagens você teve após terminar a oficina". Como respostas, 8 estudantes afirmaram que conseguiram compreender sobre o funcionamento da BV e como abrir sua conta em uma corretora. Dos questionados, 5 apontaram que conseguiram compreender o funcionamento dos gráficos e como realizar as análises para identificar o melhor momento de comprar ou vender uma determinada ação. Os 3 restantes responderam que conseguiram compreender o conceito de investimento, como iniciar e onde investir de maneira segura. "Preparar os estudantes para a tomada de decisões a fim de torná-los atuantes, críticos e questionadores é necessário, uma vez que oportunidades de investimentos surgem de modo repentino" (Martins, 2022, p. 25).

Ao serem questionados novamente sobre os conceitos matemáticos presentes na BV, foi possível obter uma maior diversificação das respostas. Além de probabilidade e gráficos, os estudantes apontaram os seguintes conceitos: geometria, regra de três, número de ouro, juros compostos e porcentagem.

Nesse sentido, a análise desses dados denota que os pesquisados tiveram uma aprendizagem com mais significado, pois "[...] a busca do sentido de ensinar e aprender Matemática remete às questões de significação da Matemática que é ensinada e aprendida" (Fonseca, 2007, p. 75).

Por meio da oficina, os participantes conseguiram compreender o funcionamento das linhas de tendência (LTA e LTB), pois 14 deles entenderam que as linhas de tendência servem para identificar o crescimento ou a redução do preço de uma ação, além de observar o momento certo de comprar ou vender, funcionando como uma linha de segurança. Nota-se que 15 pesquisados compreenderam que as LTA e LTB são úteis para monitorar as tendências dos preços de uma ação (Nelogica, 2023a).

A seguir, perguntou-se sobre o traçado das projeções e retrações de Fibonacci. Essas geraram mais dúvidas entre os aprendizes, pois 7 observaram que as projeções e retrações devem ser traçadas do ponto mais baixo do gráfico para o mais alto. "Cada linha do estudo representa a porcentagem de retração do preço, que pode ser de 38,2%, 50,0%, 61,8%, e 100%" (Nelogica, 2023b, N.A.).

Enquanto isso, 2 pesquisados compreenderam que elas funcionam por meio do número de ouro e que, ao chegar nesse número, elas estão em seu "ponto perfeito", no inverso do número de ouro 0,618, pois indicam "[...] quais serão os suportes e resistências de um determinado ativo no decorrer do pregão" (Nelogica, 2023b, N.A.).

A última pergunta do questionário buscou trazer percepções dos pesquisados quanto à ideia da importância da BV em relação à Educação Financeira. Para isso, houve o seguinte questionamento: "Você acredita que a oficina sobre a Bolsa de Valores trouxe benefícios para a sua Educação Financeira? Por quê?" 15 participantes afirmaram que a oficina trouxe benefícios para sua vida financeira principalmente no quesito sobre o funcionamento da Bolsa de Valores.

Esta pesquisa demonstrou ser de grande importância na Educação Financeira dos estudantes, possibilitando um entendimento fundamental para a realização de investimentos, assim como demonstrando de

maneira prática os conceitos matemáticos presentes na BV.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a análise das possibilidades de ensino da Matemática no novo Ensino Médio contempla a Educação Financeira nas aulas de Matemática que está prevista na BNCC.

Nesse sentido, a problematização da pesquisa está centrada nas aprendizagens que ocorrem com estudantes do Novo Ensino Médio de uma escola pública estadual do Vale do Paranhana/RS em relação à análise da BV por meio da Matemática.

A abordagem prática e interativa contribuiu para uma participação ativa dos estudantes. Concluíram que há diversos conceitos matemáticos envolvidos na análise de ações: gráficos, cálculos, dinheiro, probabilidade, regra de três, juros compostos, geometria, número de ouro e porcentagem.

Conclui-se que a prática realizada proporcionou uma aprendizagem com significado por parte dos estudantes, porque relacionaram os conceitos matemáticos com algo que eles possuem interesse, como, por exemplo, aprender como a BV funciona.

A pesquisa ampliou o conhecimento sobre investimentos e também motivou os participantes a refletirem sobre suas práticas financeiras. Isso é fundamental para ajudá-los na formação de uma mentalidade crítica em relação aos investimentos que podem impactar positivamente na vida financeira desses jovens.

Nesse sentido, é essencial que toda a comunidade escolar reconheça a importância de proporcionar aos aprendizes experiências que unam teoria e prática, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para a vida adulta do estudante.

Portanto, esta pesquisa não só propõe a união entre a Matemática e a BV, mas também abre portas para futuros estudos na área. A abordagem prática aqui descrita apresenta as possibilidades para novos trabalhos que possam expandir e aprofundar o uso de oficinas como ferramenta pedagógica para o ensino da Matemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGORA. **Entenda a análise técnica**. 2024. Disponível em: https://www.agorainvest.com.br/uploads/educacional/E-book-Analise_Tecnica.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 mai. 2024.

FONSECA, Maria da Conceição F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos:** especificidades, desafios e contribuições. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

LACERDA, Állife Licio. **Análise Técnica E Visualização De Dados Do Mercado De Ações Utilizando Python**. 2021. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1759/1/Análise%20Técnica%20e%20Visualização%20de%20Dados%20do%20Mercado%20de%20Ações%20Utilizando%20Python.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

MARTINS, Paul Willame Costa. **Matemática Financeira na educação básica**. 2022. Disponível em: https://repositorio.uema.br/jspui/bitstream/123456789/1745/3/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PAUL%20MARTINS_1%20PDF-A.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

MALTA, Tanira Lessa; CAMARGOS, Marcos Antônio. Variáveis da análise fundamentalista e dinâmica e o retorno acionário de empresas brasileiras entre 2007 e 2014. **REGE - Revista de Gestão**. v. 23, 2016, p. 52-62. DOI: https://doi.org/10.1016/j.rege.2015.09.001

MILANO, P. H.D; DUTRA C. M. B. Atividade sobre Bolsa de Valores aplicada no Novo Ensino Médio Gaúcho. **ENCIF**: 6º Encontro de Ciência e Tecnologia do IFSul - Campus Bagé. 2022. Disponível em: http://www2.bage.ifsul.edu.br/encif2022/inscricao/pdf/20221010124826000000.pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.

MONTEIRO, Carlos Eduardo Ferreira. **Interpretação de gráficos:** atividade social e conteúdo de ensino. 2024. Disponível em: http://www.ufrrj.br/emanped/paginas/conteudo_producoes/docs_22/carlos.pdf. Acesso em 10 mai. 2024.

NELOGICA. **LTA e LTB na análise gráfica:** o que é e como utilizar para otimizar seus trades. 2023a. Disponível em: https://blog.nelogica.com.br/lta-ltb-analise-grafica/#:~:text=As%20LTA%20e%20LTB%20correspondem,das%20opera%C3%A7%C3%B5es%20no%20mercado%20financeiro. Acesso em: 27 abr. 2024.

NELOGICA. **Fibonacci**: uma ferramenta poderosa para a análise técnica. 2023b. Disponível em: https://blog.nelogica.com.br/fibonacci-uma-ferramenta-poderosa-para-a-analise-tecnica/. Acesso em: 02 mai. 2024.

OCDE. *Directorate for financial and enterprise affairs.* ***Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness.*** Jul. 2005, p. 1-7. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, Silmara Sartoreto. Concepções alternativas e ensino de biologia: como utilizar estratégias diferenciadas na formação inicial de licenciados. Curitiba: UFPR. **Educar em Revista**, n. 26, 2005, p. 233-250. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/RmGBrVJVsnBFgVhrqv7MjXg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 mar. 2024.

RASSIER, Leandro Hirt; HILGERT, Sílvio Paulo. **Aprenda a Investir na Bolsa de Valores**. Curitiba - PR: IESDE Brasil S.A., 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/35336106/Aprenda_a_investir_na_bolsa_de_valores_pdf. Acesso em: 05 mai. 2024

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2021, p. 154-174. Disponível em: https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/download/49/41. Acesso em: 24 mar. 2024.

SCHEIN, Zenar Pedro; BENTO, João Pedro Pedroso. A educação financeira e o planejamento financeiro na visão de jovens de 17 e 18 anos de idade. **Redin**, Taquara/RS, FACCAT, v.13, n.2, p.160-179, 2024. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/3321. Acesso em: 05 dez. 2024.

SILVA, Elba Marília Amaral da. **Ensino e aprendizagem de porcentagem e juros na educação de jovens e adultos**. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/40942/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Elba%20Mar%C3%ADlia%20Amaral%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

2 Ordenamento Territorial

A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST) E A GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO FÓRUM REGIONAL DE TURISMO DO VALE DO PARANHANA/RS

THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES AND TERRITORIAL GOVERNANCE: AN ANALYSIS OF THE REGIONAL TOURISM FORUM OF THE PARANHANA VALLEY/RS

Cristina Espindola Romor Vargas[1]
Jorge Luiz Amaral de Moraes[2]

RESUMO

A governança territorial sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) preconiza a adoção de estratégias e de ações compartilhadas entre os atores públicos, privados e associativos de um território para a oferta articulada de seus bens e serviços específicos e de qualidade para a valorização da identidade territorial. Neste contexto, uma Instância de Governança Regional (IGR) pode contribuir para a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Este trabalho tem o objetivo de analisar o potencial da IGR Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul/Brasil, para atuar como agente da governança territorial sob o enfoque da CBST. Através de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, o trabalho caracteriza o Fórum e relaciona suas ações com os preceitos da governança territorial na abordagem da CBST. Os resultados demonstram que o Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana tem participação essencial na governança territorial e no desenvolvimento desta região.

Palavras-chave: Governança Territorial; Cesta de Bens e Serviços Territoriais; Fórum Regional de Turismo.

ABSTRACT

Territorial governance under the Basket of Territorial Goods and Services approach advocates the adoption of strategies and actions shared between public, private and associative actors of a territory for the articulated offer of its specific and quality goods and services to enhance the territory identity. In this context, a regional governance instance can contribute to the construction of a Basket of Territorial Goods and Services. This paper aims to analyze the potential of the Regional Tourism Forum of the Paranhana Valley, in Rio Grande do Sul/Brazil, to act as an agent of territorial governance. Through qualitative, bibliographic and documentary research, the paper characterizes the Forum and relate its actions to the precepts of the territorial governance under the Basket of Territorial Goods and Services approach. The results demonstrate that the Regional Tourism Forum has an essential role in territorial governance and in the development of the region.

Keywords: *Territorial Governance; Basket of Territorial Goods and Services; Regional Tourism Forum.*

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT (Faculdades Integradas de Taquara/RS). E-mail: cristina-vargas@sou.faccat.br.
2 Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT (Faculdades Integradas de Taquara/RS). E-mail: jmoraes12@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A atuação da governança no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) tem papel importante no desenvolvimento do território, na medida que promove e organiza um sistema de produção de bens e serviços com qualidade territorial e valorização dos recursos específicos do território. Além disso, é uma forma de propor estratégias de marketing para a distribuição e comercialização compartilhada dos bens e serviços. O sistema de governança territorial da CBST preconiza a negociação e a mediação de conflitos entre as lideranças, permitindo a competição e a colaboração simultânea entre os atores territoriais (Cazella et al., 2019).

Entretanto, de acordo com Giombelli, Tecchio e Boni (2022), algumas lacunas em relação à governança territorial são encontradas em relação ao enfoque da CBST. Uma das lacunas se refere ao fato de que muitas ações e negociações políticas com atores públicos pode se dar apenas para um município polo, não abrangendo as demais municipalidades do território. Já outra lacuna está relacionada à intersetorialidade do desenvolvimento territorial, uma vez que algumas organizações sociais de menor porte podem não ser representadas e não ter abertura para participação.

Em estudo realizado no território da Quarta Colônia, na região central do Rio Grande do Sul/Brasil, Froehlich e Roque (2022) verificaram que a governança territorial criou dificuldades de mobilização e conexão entre os setores e atores do território no que tange a estratégia e o enfoque de investimentos e ações para o desenvolvimento do território. Os autores sugerem estudos que investiguem a dinâmica da governança territorial com base na perspectiva teórica da CBST, com o intuito de manter a articulação entre os atores locais e o contexto histórico do território.

A heterogeneidade dos atores na cadeia produtiva e a grande dimensão de um território podem dificultar a circulação de informação e a interação entre todos, além de prejudicar a percepção dos interesses em comum e a ação coletiva (Milano; Cazella, 2022). A partir desta constatação, estes autores questionam se o enfoque da CBST poderia promover a organização e a efetiva participação de atores da cadeia produtiva, além de coordenar as diversas iniciativas de especificação de recursos territoriais. E que se tratando de governança territorial, em diálogo com o enfoque da CBST, um sistema de governança deve conectar os múltiplos atores, seus objetivos e todos os níveis de tomada de decisão.

De acordo com Prado et al. (2022), são desafios ao sistema de governança territorial na aplicação da abordagem da CBST: a desarticulação entre as ações para a valorização de recursos e ativos territoriais específicos de qualidade de um território, no sentido de que estes não estejam interligados entre si; e, também, o distanciamento geográfico e social entre os atores envolvidos, devido ao tamanho do território. E, ainda, segundo os mesmos autores, são desafios as diferenças entre as organizações atuantes, a desigualdade social percebida dentro do território e a pouca articulação entre os atores públicos e os atores privados.

Diante do exposto, percebe-se as dificuldades na condução de ações territoriais, tais como, a desarticulação entre os atores envolvidos e as suas iniciativas e, consequentemente, a valorização exclusiva dos produtos e serviços destes. Com isso, não há o fortalecimento da identidade territorial, gerando a necessidade de um sistema de governança para coordenar o conjunto de iniciativas. Considerando a importância de uma governança territorial, o presente artigo apresenta o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como uma plataforma para a atuação do Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana, na forma de agente de governança territorial para o desenvolvimento da região.

O artigo tem o objetivo de analisar o potencial do Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana para atuar como agente da governança territorial sob o enfoque da CBST. Para tanto, o artigo se divide em mais quatro seções, além desta introdução: (i) fundamentação teórica, abordando os conceitos da CBST e da governança territorial; (ii) procedimentos metodológicos, apresentando a metodologia de pesquisa; (iii) resultados e

discussão, trazendo a caracterização do Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana e sua relação com a abordagem da CBST; e por fim, (iv) considerações finais, concluindo o trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão abordados os principais conceitos do referencial teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), de Governança Territorial e de como esta governança se manifesta na abordagem da CBST. O intuito é fundamentar os conteúdos relacionados ao estudo e amparar a discussão a respeito do tema que se pretende investigar neste estudo.

2.1 CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST)

O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) surgiu na França, no início dos anos 2000 e tem como procedimento teórico-metodológico a combinação de recursos territoriais para gerar renda através da oferta articulada de bens e serviços de qualidade. Os primeiros artigos publicados sobre o tema datam do ano de 2001, na revista francesa Economie Rurale trazendo o estudo realizado no sul da França (no território de Baronnies, Departamento de Drôme) pelos pesquisadores franceses Bernard Pecqueur e Amédée Mollard.

Neste estudo, foi evidenciado que a agregação de um produto líder de qualidade ancorado em um dado território, no caso o azeite de oliva de Indicação Geográfica (IG) "Azeite de oliva de Nyons", com outros produtos e serviços associados e ligados entre si (vinho, essência de lavanda, óleos essenciais, plantas aromáticas e medicinais, pousadas rurais, restaurantes e demais serviços turísticos) resultou num aumento de volume de vendas e em diferenciais de preços, gerando renda direta para a localidade. Assim, Cazella, Dorigon e Pecqueur (2022) concluem que a partir da compra de um produto específico do território, o consumidor percebe a utilidade de outros bens e serviços produzidos no local, componentes de uma "cesta de produtos", a "Cesta de Bens e Serviços Territoriais", onde de fato o que se compra é a reputação de qualidade do território e suas características específicas.

Conforme sintetiza Cazella et al. (2019), a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) é uma composição de bens e serviços produzidos em um determinado território, ofertados através de circuitos curtos de comercialização e que são reconhecidos por suas qualidades pelos consumidores locais e externos, sejam estes turistas ou outros apreciadores de produtos típicos.

Na perspectiva de desviar as formas convencionais e puramente economicistas de mercado e, frente à crise dos sistemas agrícolas intensivos, a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais foi elaborada para configurar novos projetos de desenvolvimento, através de iniciativas de atores locais, transformando empreendimentos isolados uns dos outros para a criação de uma oferta heterogênea de atributos territoriais valorizando o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural (Cazella et al., 2020).

Ainda segundo Cazella et al. (2020), a abordagem da CBST trata da oferta de uma "cesta" de bens e serviços que valoriza os recursos e ativos específicos de territórios rurais, articulada por um sistema de governança que é constituído por diversos atores (públicos, privados e associativos). Esta gera uma renda de qualidade territorial para os diversos segmentos produtivos e prestadores de serviços do território.

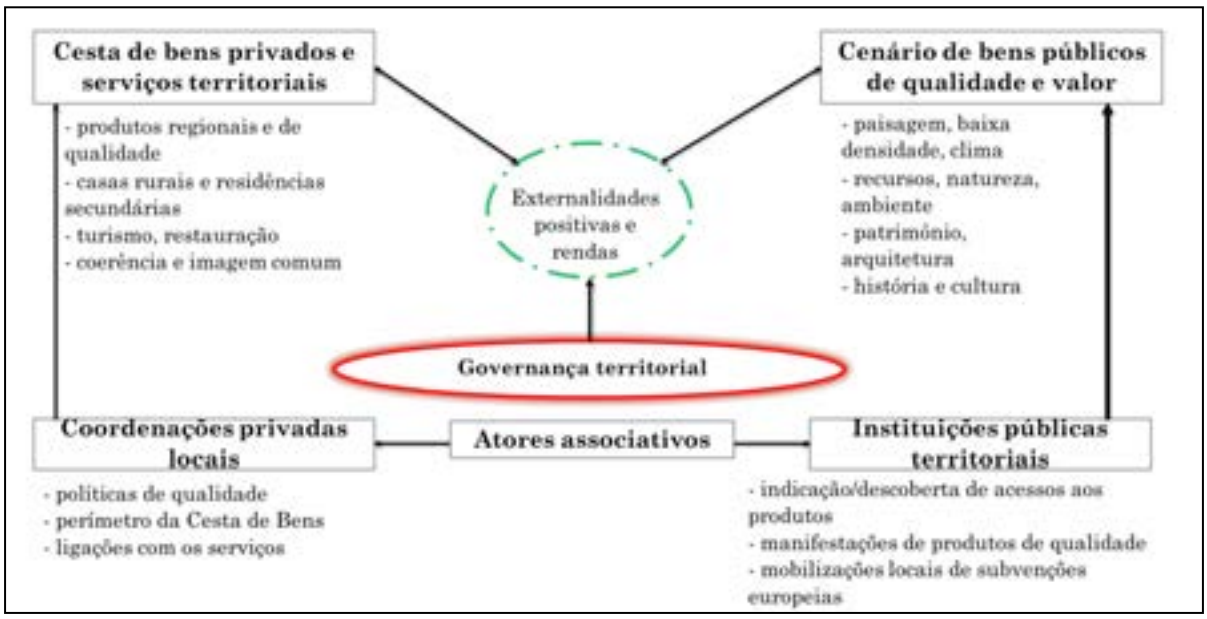
Para que aconteça um processo mais dinâmico de desenvolvimento territorial, sob o enfoque da CBST, é necessário um sistema de governança para a construção da territorialidade. Fazem parte deste sistema de governança os seus recursos e ativos específicos, a coordenação dos atores institucionais (públicos, associativos e privados) e as suas formas de cooperação e o reforço de redes.

2.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL SOB O ENFOQUE DA CBST

A presença de uma governança do território é essencial na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. No sistema de governança territorial, pesquisadores, representantes de órgãos públicos, empresários, associações, cooperativas e outros, compartilham suas ações e elaboram projetos inovadores para a valorização dos recursos e ativos do território (Cazella *et al.*, 2020).

As três categorias de atores (públicos, privados e associativos) e suas diferenciadas funções interagem no processo de construção da CBST. Cazella *et al.* (2020) explica que os atores têm atribuições diferenciadas, sendo que aos atores públicos, a responsabilidade é de criar e gerir bens e serviços públicos coletivos que facilitem o desenvolvimento territorial, como infraestrutura, modos de organização, formas de regulação e descentralização de políticas. Os atores privados, aqueles que criam suas empresas para a produção de bens e prestação de serviços, operacionalizam suas ações através de atividades e projetos voltados para os fatores específicos do território. Os atores associativos são responsáveis pela mobilização dos demais atores, a busca pela inovação e transformação dos bens e serviços territoriais e a organização e formação dos atores. Na figura 1 apresenta-se a estrutura de uma CBST e o sistema de governança territorial.

FIGURA 1 – ESTRUTURA DE UMA CBST E O SISTEMA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL



Fonte: Cazella et al. (2019)

Na estrutura de uma CBST, verifica-se na parte inferior da figura 1, as três categorias de atores que formam o sistema de governança territorial com seus respectivos papéis: 1) os atores privados com seus empreendimentos localizados dentro do perímetro do território da CBST, produzindo bens e serviços de qualidade e articulados entre si através de uma identidade territorial para compor a "cesta"; 2) os atores públicos mobilizando um cenário de bens e serviços públicos para sustentar a CBST; e, 3) os atores associativos, como cooperativas, associações, fóruns, conselhos, etc., congregando os demais atores e promovendo ações que produzam externalidades positivas e a geração de renda para o território (Cazella et al., 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados para o estudo caracterizam a pesquisa quanto à abordagem, como qualitativa; quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva; e, quanto aos procedimentos técnicos,

como bibliográfica e documental. A coleta dos dados bibliográficos foi realizada pela busca de artigos científicos já publicados e relacionados ao tema da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e de Instâncias de Governança Regional (IGR); enquanto que os dados secundários relativos ao Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana, foram buscados em documentos disponíveis em sítios eletrônicos e em uma ata de reunião do Fórum ocorrida na data de 29 de julho de 2024, que foi disponibilizada pela Coordenação da IGR. A análise dos dados se deu relacionando os fundamentos teóricos com as informações coletadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados do levantamento bibliográfico e documental a respeito da Instância de Governança Regional (IGR) Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, Brasil. Na discussão e análise dos dados, buscou-se relacionar o papel e atuação desta IGR com a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), a fim de atender o objetivo de analisar o potencial do Fórum Regional de Turismo como agente de governança territorial para o desenvolvimento da região do Vale do Paranhana/RS.

4.1 FÓRUM REGIONAL DE TURISMO DO VALE DO PARANHANA/RS

Instâncias de Governança Regional (IGR) estão previstas no Programa de Regionalização do Turismo (PRT); programa fomentado pelo Ministério do Turismo brasileiro no início da década de 2000, vista a necessidade de um espaço de gestão capaz de administrar o território turístico a nível regional. Neste espaço democrático, os agentes sociais envolvidos no turismo regional atuam de forma participativa e representativa (Bantim; Fratucci; Trentin, 2020).

De acordo com o Módulo Operacional 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional do PRT (Brasil, 2007), as IGRs podem assumir a estrutura e caráter jurídico sob a forma de fórum, sendo que

> Fórum é um espaço democrático que serve como instrumento de comunicação, reflexão, debate, intercâmbio, articulação, ajuda mútua na solução de dúvidas e problemas, exposição de ideias, opiniões e sugestões sobre um determinado tema. Normalmente, os Fóruns estão relacionados a uma área temática ou atividade específica. Neste espaço múltiplo e público, as pessoas podem se reunir para discutir sobre um determinado assunto por meio de debates temáticos, criação de agendas e pautas de discussão, articulação política, social, cultural e econômica, proposição e organização de atividades coletivas, sempre com um propósito determinado. (Brasil, 2007, p. 41)

A IGR Fórum de Turismo do Vale do Paranhana teve sua fundação no dia 24 de abril de 2000, conforme publicação no Horizontes - Boletim Informativo das Faculdades de Taquara (2000, p. 21) e registro na Ata nº 02/2024 do Fórum. Na apresentação do documento "Direcionamento Estratégico do Turismo Regional" (Paranhana, 2015), o Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana foi mencionado como figura fundamental no papel da governança local, reunindo representantes do poder público, do setor privado e da sociedade civil organizada; e que, "integra o processo de regionalização do turismo em nível nacional e desenvolve ações contínuas no planejamento e execução de tarefas de planejamento e organização turística" (Paranhana, 2015, p. 8).

O contexto de atuação do Fórum Regional de Turismo é a região do Vale do Paranhana, que está localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil e compreende seis municípios: Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Parobé, Riozinho e Rolante (figura 2). A região tem a predominância das culturas alemã e italiana e possui uma variedade de atrativos turísticos, como o setor de compras de calçados e confecções em couro; a produção artesanal de vinhos; a gastronomia típica; uma estrutura para esportes de

aventura; as festas tradicionais; e, a natureza exuberante e preservada (Paranhana, 2015).

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA

Fonte: Paranhana (2015)

O Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana integra o processo de regionalização do turismo em nível nacional, desenvolvendo ações de planejamento e organização turística na região. No ano de 2014, o Fórum Regional de Turismo apoiou a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul na elaboração do Plano Regional de Turismo da Região do Vale do Paranhana (Rio Grande do Sul, 2014). E em 2015, esteve presente na condução de oficinas de Planejamento Turístico para elaboração do documento "Direcionamento Estratégico do Turismo no Vale do Paranhana" (Paranhanha, 2015).

4.2 O FÓRUM COMO INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL E PROMOTOR DO "EFEITO CESTA"

O Plano de Ação Regional do Vale do Paranhana mostrou que a região possui uma diversidade de atrativos, facilidade de acesso e hospitalidade de seu povo, além da riqueza cultural e natural da região. Entretanto, "a região é muito heterogênea, o que dificulta a visão de trabalho conjunto. Muitas vezes, o grupo tem dificuldade de 'se ver como região', evidenciando seu atrativo, em vez do conjunto regional de atrativos" (Rio Grande do Sul, 2014, p. 5).

No planejamento de estratégias para o desenvolvimento regional, a articulação e integração entre os municípios que compõem a região turística pretende fazer com que os municípios se reconheçam como região. O processo turístico regionalizado precisa ser transparente e representativo, com a contínua participação de todos no planejamento e gestão dos produtos turísticos e na integração das ações interinstitucionais a fim de consolidar o posicionamento do turismo nas bases territoriais. Para tanto, os atores regionais devem demonstrar amadurecimento nas suas relações e nas relações com a governança local (Paranhana, 2015).

Nesse processo de articulação e fortalecimento da governança regional, o Fórum Regional de Turismo juntamente com outras instituições da região, buscou implementar o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Paranhana. Entre as ações que o Fórum coordenou com o objetivo de valorizar os atrativos da região e a integração dos municípios, destaca-se a seleção das Sete Maravilhas do Vale do Paranhana, feita através de uma eleição de forma online (Paranhana, 2015).

No ano de 2015, o Fórum Regional de Turismo promoveu oficinas de planejamento estratégico para definir o direcionamento estratégico para os programas e projetos da Região Turística Vale do Paranhana. As oficinas ocorreram nos municípios integrantes da região, entre os meses de agosto e setembro. Com debates

participativos, conhecimento empírico da região e sua realidade e técnicas de definição estratégica, definiu-se o Mapa Estratégico (figura 3), consolidando a região como um destino de bem-estar (Paranhana, 2015).

FIGURA 3 – MAPA ESTRATÉGICO DA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO PARANHANA

Fonte: Paranhana (2015)

A criação da marca turística e o slogan "Paranhana, Vale das Experiências" também foram debatidos e escolhidos pelo grupo de trabalho (figura 4). Assim, foi definido que o uso da marca e as novas tratativas para a construção de programas e projetos darão continuidade "a uma ação gestora sob uma concreta orientação técnica, delineada a partir do interesse e participação das vozes vivas do turismo regional" (Paranhana, 2015, p. 31).

FIGURA 4 – MARCA TURÍSTICA E *SLOGAN* DA REGIÃO TURÍSTICA VALE DO PARANHANA

Fonte: Paranhana (2015)

De acordo com a Ata nº 02/2024, verifica-se que o Fórum Regional de Turismo disponibiliza canais de promoção da região turística e demonstra preocupação em estruturar a promoção da região de forma conjunta em eventos a nível local, estadual e nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), elaborada por pesquisadores franceses no início dos anos 2000, evidencia a importância da existência de uma instância de governança formada por atores públicos, privados e associativos. Estes, através da articulação de ações mercantis e não mercantis, criam uma oferta heterogênea e coerente entre os atributos diferenciados e de qualidade que valorizam o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural do território (o "efeito cesta"), consolidando a identidade territorial. A governança territorial, articulando ações compartilhadas entre os atores, reforça a identidade do território, promovendo

a comercialização dos bens e serviços territoriais e, assim, gerando uma renda de qualidade que é revertida para o próprio território.

Com o objetivo de analisar o potencial da instância de governança regional IGR Fórum de Turismo Regional do Vale do Paranhanha para atuar como agente da governança territorial sob o enfoque da CBST, o estudo que deu origem a este artigo demonstrou que o Fórum tem um papel crucial na construção e consolidação da identidade territorial da Região Turística Vale do Paranhanha.

Nos moldes preconizados pelo enfoque da CBST, o Fórum integra os atores públicos, privados e associativos dos municípios que compõem a região. Estes auxiliam na mediação de conflitos e interesses políticos, formulando diretrizes para ações conjuntas e valorização dos bens e serviços turísticos diferenciados e de qualidade do território. Com isso, fomentam a promoção da região através do marketing territorial e sua identidade: Paranhana, Vale das Experiências.

Assim, verificou-se que o Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana, tem participação essencial na governança territorial e no desenvolvimento desta região. Como uma lacuna a ser pesquisada, sugere-se que novos estudos sejam realizados para melhor compreender de que forma o Fórum pode articular a oferta de outros bens e serviços de qualidade específicos do Vale do Paranhana, além dos turísticos, para compor a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANTIM, N.; FRATUCCI, A.; TRENTIN, F. **O papel do Estado nas Instâncias de Governança Regionais do Turismo.** Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica, Vol. XIV, nº 2, agosto, 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf. Acesso em: 05 mai.2025

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. **Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê "Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais".** Revista Raízes, Campina Grande, v. 42, jan./jul. 2022.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G.N. de. **O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR. Taubaté, SP, Brasil, v. 16, n. 3, p. 193-206, set-dez/2020.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G.N. de; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. **A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos.** Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p. 49-74, setembro-dezembro, 2019.

FROEHLICH, J. M.; ROQUE, A. P. **O Território Quarta Colônia sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma perspectiva histórica.** Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 168–185, 2022.

GIOMBELLI, G. P.; TECCHIO, A.; BONI, V. **A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina.** Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 186–204, 2022.

HORIZONTES. Boletim Informativo das Faculdades de Taquara. FACCAT. Maio/2000, nº 22. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/?q=horizontes. Acesso em: 11 mai.2025

KALAOUM, F.; TRIGO, L. G. G. **A análise documental de atas da instância de governança regional do turismo da Baixada Verde/RJ.** ReAT – Revista Eletrônica de Administração e Turismo, v. 18, n. 2, Jul-Dez, 2024.

MILANO, M. Z..; CAZELLA, A. A. **Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns.** Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 74–92, 2022.

PARANHANA. Direcionamento Estratégico do Turismo Regional. Taquara, 2015.

PRADO, F. H.; MILANO, M. Z.; DORTZBACH, D.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C. **O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, [S. l.], v. 59, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Plano de ação regional | Turismo RS, Vale do Paranhana. 2014. Disponível em: https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20180654/28095442-planejamento-vale-do-paranhana.pdf. Acesso em: 11 mai.2025

URBANIZAÇÃO E COMUNIDADES LOCAIS: APLICAÇÃO DA LEI 13.465/2017[1]

URBANIZATION AND LOCAL COMMUNITIES: APPLICATION OF LAW 13.465/2017

Gerson Lamberti[2]
Leticia Orrijo da Silva[3]
Dilani Silveira Bassan[4]

RESUMO

Este estudo propõe a análise da lei de regularização fundiária, assim como tem por objetivo, discutir acerca da sua efetividade, para além da perspectiva técnico-administrativa, mas do ponto de vista social, no que se refere as questões socioambientais, de combate às desigualdades, por meio da oferta de serviços básicos e participação social. A pesquisa é baseada em revisão bibliográfica acerca da lei 13.465/2017, enquanto ferramenta de inclusão, promoção socioambiental e direito a propriedade. Ainda que a regularização fundiária represente um avanço para as Políticas Públicas de Urbanização, bem como as funções técnico-administrativas se sobrepõem a função social da lei, sendo este um desafio para a efetivação do direito à cidadania e participação social.

Palavras-chave: regularização fundiária; participação social; inclusão.

ABSTRACT

This study analyzes the land regularization law and aims to discuss its effectiveness, not only from a technical-administrative perspective, but also from a social perspective, addressing socio-environmental issues and combating inequalities through the provision of basic services and social participation. The research is based on a literature review of Law 13.465/2017 as a tool for inclusion, socio-environmental promotion, and property rights. Although land regularization represents a step forward for public urbanization policies, its technical-administrative functions override the law's social function, posing a challenge to the effective implementation of the right to citizenship and social participation.

Keywords: *Land regularization, social participation, inclusion.*

1 INTRODUÇÃO

A regularização fundiária de áreas ocupadas busca diminuir o abismo existente entre a cidade regular que dispõe de serviços públicos de saneamento, energia elétrica e urbanização regular, e a cidade irregular com serviços públicos precários nas áreas de mobilidade urbana, segurança, devido à ausência de infraestrutura e atuação do Estado (Bachi; Souza, 2019). Frente a relevância do tema, surge o problema de pesquisa: A lei de regularização fundiária, além do acesso ao documento de propriedade, está garantindo à população beneficiada, o sentimento de pertencimento à cidade, por meio de acesso aos serviços de infraestrutura, moradia e vida digna, conforme preconizava a Lei Federal 11.977/2009 no artigo 46?

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Acadêmico do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: gersonlamberti@sou.faccat.br
3 Acadêmico do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: leticia.silva@sou.faccat.br
4 Docente do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: dilanib@faccat.br

O artigo tem como objetivo discutir sobre a efetividade da lei de regularização fundiária para o desenvolvimento sustentável, promoção da dignidade humana e combate à desigualdade social. Os objetivos específicos visam: (i) investigar como a regularização fundiária impacta a garantia do direito à moradia digna, a segurança da posse e valorização imobiliária do território; (ii) analisar a importância da gestão participativa no processo de regularização fundiária e na implementação de políticas públicas que visam a melhoria da infraestrutura urbana e implantação de serviços públicos no território. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, com revisão bibliográfica acerca da lei de regularização fundiária enquanto ferramenta de superação das desigualdades enfrentadas pelas comunidades ocupantes de áreas urbanas irregulares, promoção socioambiental e de direito à propriedade. Para tanto, foram consideradas as palavras: (i)"regularização fundiária urbana", (ii)"vulnerabilidade social", (iii)"saneamento básico"; e (iv)"participação social".

Estruturado em cinco partes, o artigo inicia com a contextualização sobre o tema, problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, justificativa e metodologia. A segunda parte é dividida em três momentos e aborda a trajetória e evolução do planejamento urbano, a promulgação da lei de regularização fundiária, sua função social e de direito à propriedade, avanços e desafios. A terceira conta com a conclusão e considerações finais acerca da pesquisa.

2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA EM ÁREAS VULNERÁVEIS

A partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), o planejamento urbano passa a contar com questões como direito à moradia, planejamento urbano e à regularização fundiária para a equidade e justa distribuição dos benefícios da urbanização em prol de uma cidade para todos.

O crescimento urbano desordenado e a falta de saneamento criaram áreas insalubres e marginalizadas dos serviços públicos. A regularização fundiária urbana em locais vulneráveis vai além da legalização da posse, sendo crucial para garantir moradia digna e condicionante para não perpetuar a exclusão social e econômica, negando direitos e oportunidades básicas aos cidadãos (Hianes et al., 2023).

Tal finalidade da regularização fundiária está expressa no artigo 46 da Lei 11.977/2009 e, na sequência, no artigo 47, estabelece que área urbana consolidada apresenta densidade superior a 50 habitantes por hectare, malha viária definida e, no mínimo dois dos equipamentos de infraestrutura implantados, a saber: (i) drenagem das águas pluviais urbanas; (ii) esgotamento sanitário; (iii) abastecimento de água potável; (iv) distribuição de energia elétrica e; (v) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos. Além disso, deveria atentar aos aspectos urbanísticos, vias de circulação, dimensão dos lotes, alocação de casas precárias em áreas vulneráveis ou não, com a finalidade de integrar esse espaço urbano na cidade regularizada e dar segurança jurídica e qualidade de vida social e ambiental aos moradores. Esses requisitos foram revogados pela Lei 13.465/2017 que institui a Regularização Fundiária Urbana – REURB, estabelecendo novos condicionantes para a regularização fundiária (BRASIL, Lei 11.977/2009, 2009).

Observa-se perdas e ganhos entre as referidas leis. A Lei 11.977/2009 foi a primeira legislação em âmbito federal a tratar da questão de regularização fundiária e direito do cidadão à moradia e aos serviços públicos, legitimando a posse e demarcação urbanística. A lei 13465/2017 simplifica o processo e reduz custos. O principal objetivo é a regularização fundiária documental, a inclusão no contexto legal da cidade, atualizando o banco de dados dos registros de imóveis, mas não necessariamente contribui para uma cidade mais justa do ponto de vista ambiental e social (Lima; Junior, 2020).

Existe interesse público em trazer assentamentos irregulares e zonas de interesse social para a legalidade. No entanto, a política pública, em nível federal, deveria diminuir a distância entre o urbanismo e as ciências sociais. As práticas contemporâneas de regularização fundiária não mobilizam os gestores municipais, a ponto de alterarem os processos adotados para o atendimento da população, no que tange o acesso à urbanidade, per-

manecendo um formato clientelista e assistencialista que caracteriza as administrações públicas (Pupo; Bueno, 2012).

2.1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA SOCIAL

A expansão das cidades brasileiras possui histórico vinculado ao alto fluxo migratório das populações rurais para as áreas urbanas que se tornaram atrativas para quem buscava por trabalho e melhores condições de vida. Tais mudanças ocasionaram um crescimento desordenado e sem planejamento, culminando em fragmentação espacial e disparidade social (Monteiro; Veras, 2017). Considerando a realidade brasileira e o frágil contexto de ordenamento territorial, com déficit no fornecimento de serviços de rede pública e de habitações de interesse social, os grupos sociais mais vulneráveis foram diretamente atingidos (Cavalcante et al., 2023).

Enquanto instrumento jurídico, a regularização fundiária de interesse social, tem em seu escopo a busca pelo cumprimento de direitos previstos na Constituição brasileira, com vistas a dar uma resposta aos contextos de segregação socioespacial e de exclusão social. É através deste instrumento que se dá a efetivação da função social da propriedade e da cidade, bem como da promoção da dignidade humana, sendo estes, princípios da política urbana brasileira (Meylan, 2016).

No entanto, Ceolim (2015), observa a importância das autoridades públicas considerarem as particularidades dos municípios ou regiões, para que o processo de legalização ocorra de forma a atender as necessidades das comunidades ocupantes, com a implantação de equipamentos e serviços públicos, porém, respeitando as características locais.

2.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AVANÇOS E DESAFIOS

Analiticamente, é através do processo de regularização fundiária que direitos como o acesso à moradia, infraestrutura e equipamentos públicos, essenciais para a vida digna, podem ser garantidos as comunidades ocupantes de áreas urbanas irregulares.

Para Gomes e Steinberger (2016) a regularização fundiária é o reconhecimento do espaço produzido informalmente pelos moradores de um determinado local. Os moradores são agentes de produção do espaço urbano, que ao produzirem força social, por meio da participação, também produzem forças políticas, de forma a adquirirem reconhecimento, o qual se materializa pela legalização da área ocupada. Observa que o processo de regularização dos espaços urbanos deve ser construído junto ao poder público, mas principalmente com a participação efetiva das comunidades, participação esta que pode ocorrer em maior ou menor escala, e que é preponderante nos resultados do processo de legalização de áreas irregulares.

Ao analisar a Lei nº 13.465/2017, Alfonsin; Berni e Pereira (2019), trazem considerações quanto ao modo como a regularização fundiária vem sendo concebida, pois tem como base a garantia de direito a cidade, sendo este um conceito amplo que vai além do direito à propriedade, o qual vem sendo priorizado, sobrepondo-se aos direitos básicos, sejam ambientais, sociais ou de infraestrutura.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a lei 13.465/2017 seja de caráter multidisciplinar, observou-se nos resultados de revisão bibliográfica o seu baixo aproveitamento, o que deve contribuir para a discussão na busca de melhorias na aplicação e cumprimento da legislação.

A regularização fundiária, em tese, atende a função social da cidade, o direito de propriedade e o direito à moradia digna. No entanto, a pesquisa constatou lacunas na aplicação da lei, em especial nos aspectos

sociais e ambientais, essenciais para condição de vida salubre e exercício da cidadania. Na prática, em grande maioria, o que ocorre são ações com vistas a garantir o direito à propriedade, que por consequência converge, diretamente, ao interesse do poder público em reduzir irregularidades nas áreas urbanas, por meio de produção documental comprobatória de que realmente houve regularização. Ainda que a lei de regulamentação fundiária seja importante instrumento de inclusão, tem apenas parte de sua potencialidade aplicada às comunidades.

Junto a isso, está a falta de políticas públicas complementares ao processo de regularização fundiária que atendam o cidadão. Daí, a importância do caráter multidisciplinar da lei 13.465/2017, visto a oportunidade de ampliação do debate e promoção da participação social, que também devem ser pensados no âmbito municipal, pelo Poder Público, mas junto àqueles que se encontram nesses espaços e que lá construíram uma identidade local.

Considera-se relevante a continuidade do processo de reflexão e discussão acerca da lei de regularização fundiária, assim como futuras pesquisas quanto ao seu caráter multidisciplinar e suas potencialidades para as camadas mais vulneráveis da sociedade, visando a efetiva garantia do acesso a infraestrutura e serviços básicos, necessários à vida humana e comunitária.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes; BERNI, Paulo Eduardo de Oliveira; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga. Inconstitucionalidade e retrocesso: análise dos efeitos da Lei nº 13.465/2017 sobre a Política Urbana no Brasil. **Seminário Internacional o Direito como Liberdade**, Brasília, dez. 2019.

BACHI, Israel; SOUZA, Leonardo da Rocha de. Direito humano à moradia e regularização fundiária. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania,** [s. l.], v. 4, n. 1, p. 163–175, 2019.

CAVALCANTE, Thaís Frota Ferreira; LIMA NETO, João de Campos; LIMA, Daniela de Freitas; SOUSA JUNIOR, Almir Mariano de. Regularização Fundiária em conjuntos habitacionais de Natal/RN. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana,** v. 15, 2023. e20210321. https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20210321

CEOLIM, Ana Caroline Santos. A regularização fundiária como instrumento de inclusão social e de superação da pobreza: estudo de caso da comarca de São João da Ponte em Minas Gerais. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade,** v.1, n.2, p. 75-104, jul/dez, 2015.

LEI 13.465. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art109. Acesso em: 12 abr. 2025.

LEI 11.977. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

GOMES, Ana Maria Isar dos Santos; STEINBERGER, Marília. Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. Sociologias, [s. l.], v. 18, p. 292–319, 2016.

HIANES, Anderson da Costa et al. Análise ambiental do saneamento básico no contexto da REURB: O caso de Sapucaia (Pará, Brasil). **Universidade e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 11–32, 2023.

LIMA, Daniela de Freitas; JUNIOR, Almir Mariano de Sousa. Marcos regulatórios da regularização fundiária urbana: foco nas leis 11.977/2009 e 13.465/2017 / Regulatory frameworks for urban land regularization: focus on laws 11,977/2009 AND 13,465/2017. **Revista de Direito da Cidade**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 1836–1863, 2020.

MEYLAN, Arleide. A regularização fundiária de interesse social e o processo regulatório jurídico-administrativo para consolidação do direito ã moradia. **Journal of Law and Regulation,** [S. l.], v. 2, n. 2, p. 345–366, 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/19240. Acesso em: 15 mar. 2025.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no brasil. **Mercator (Fortaleza**), v. 16, p. e16015, 2017.
DOI: https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015

PUPO, Samuel; BUENO, Laura Machado de Mello. Entre avanços e retrocessos: as contradições ou armadilhas da participação no planejamento urbano participativo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** [s. l.], v. 14, n. 1, p. 135–135, 2012.

PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E OS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO[1]

Pedro Luís Büttenbender[2]
Roberta Rodrigues Valandro[3]
Laiane Frescura Flores[4]
Nelson José Thesing[5]

1 INTRODUÇÃO

As disparidades e desigualdades regionais são desafios persistentes nas políticas de promoção do desenvolvimento regional, requerendo para tal a promoção de programas e projetos de valorização, expansão e promoção do capital humano, numa dinâmica da democracia participativa e com ênfase nas dimensões sociais, econômicas, ambientais e institucionais. A adoção de planejamento estratégico, participativos e com suporte de universidades e centros de referência no desenvolvimento regional, constroem agenda de prioridades regionais, acompanhados de processos de gestão e governança, acompanhamento, avaliação e contínua melhoria.

Vários estudos recentes vêm sendo realizados sobre a referida temática, abordando, questões sobre a participação social, planejamento participativo e a correlação ao desenvolvimento regional e a abordagem territorial do desenvolvimento, com ênfase multidimensional do patrimônio territorial (Dallabrida, 2020) e mecanismos de mensuração dos níveis de ativação de cada uma das dimensões do patrimônio Territorial (Dallabrida et al, 2023).

Explorar e entender melhor as dinâmicas de governança territorial para o , desenvolvimento motiva o objetivo de investigar contribuições da experiência dos Coredes/RS para o desenvolvimento regional com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento – PEDs (Coredes, 2022), a sustentabilidade e as novas agendas. A relevância do estudo baseia-se no reconhecimento das principais potencialidades deste arranjo participativo, suas limitações, dualidades existentes e possíveis alternativas para o aprimoramento e efetividade da governança.

Quanto a metodologia o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, procedimentos bibliográfica, documental e estudo de campo de campo (Gil, 2018), tendo como lócus os Coredes do Estado do Rio Grande do Sul (RS). A pesquisa bibliográfica envolveu a consulta a repositórios digitais, livros, artigos científicos, teses e dissertações relacionados aos temas de Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional, Coredes e Planejamento Estratégico. A pesquisa documental concentrou-se na análise dos quatro Planos de Desenvolvimento Estratégicos (PEDs) elaborados sob a coordenação dos Coredes do RS. A observação de campo foi realizada por meio de reuniões do Fórum dos Coredes/RS, questionário respondido via google-forms e diálogos com lideranças regionais e/ou atores locais, integrantes do referido fórum.

Também foi encaminhado e respondido questionário online do google formulários (goo-forms) por lideranças representativas de 22 dos 28 COredes, no período dos meses de fevereiro a março de 2025. Os sujeitos

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Professor do PPGDR/UNIJUÍ. Pós-Doutor em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS), Doutor em Administração (UNAM e UFMS). Mestre em Gestão Empresarial (FGV/Ebape). Administrador e Tecnólogo. Estagiário Pós-Doc no PPGDPP-UFFS. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e Pesquisador Gaúcho - FAPERGS. pedrolb@unijui.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7011-8552.

3 Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/UNIJUÍ. Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ). Bacharel em Administração (UNIJUÍ). Bolsista CAPES. roberta.valandro@sou.unijui.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4142-3328

4 Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/UNIJUÍ. Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ). Bacharel em Administração (UNIJUÍ). Bolsista CAPES. laiane.flores@sou.unijui.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7600-4698

5 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR/Unijuí RS. Doutor em Integração Regional (UFPel). nelson.thesing@unijui.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7123-0717

da pesquisa foram identificados como: R1 (Respondente 1), R2 (Respondente 2), R3 (Respondente 3), e assim sucessivamente até alcançar o último R18 (Respondente 18), considerando que se contou com o número total de 18 participantes. Todos os respondentes manifestaram concordância e aceite para fins de participação na pesquisa, por meio do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

Para o tratamento dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo Bardin (2009) a qual configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. São fases da análise de conteúdo: (i) Pré-análise; (ii) Exploração do material; (iii) Tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação. A triangulação dos dados foi realizada considerando o levantamento de pesquisas bibliográficas e documental, bem como, a partir da análise e interpretação das respostas obtidas no questionários.

2 RESULTADOS

2.1 INSTITUCIONALIDADES DOS COREDES

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento caracterizam-se como um fórum de discussão participativo visando a promoção de ações e políticas voltadas ao desenvolvimento regional. Foram criados em 1991, legalmente instituídos pela Lei nº 10.283/1994, e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Os objetivos dos Coredes visam a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo e da região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem em sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente. São definidos como espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões (Coredes/RS, 2010).

Os Coredes são compostos pela representação da sociedade regional, órgãos públicos formalmente constituídos, deputados (federais e estaduais) com domicílio na região, prefeitos, presidentes das câmaras de vereadores, presidentes de COmudes, e outros. Os 28 Coredes do RS entre si formam o Fórum dos Coredes do RS (Coredes/RS, 2019).

Desde 2006 os Coredes são agrupados em 9 Regiões Funcionais de Planejamento (RFs), definida a partir do Estudo Rumos - 2015 (Rio Grande do Sul, 2006), mantendo os 28 Coredes e o agrupamento nas 9 Regiões Funcionais, oficializada pelo decreto 54.572 de 14/04/2019 (Rio Grande do Sul, 2019)

Allebrandt (2010) argumenta que o processo de redemocratização do Brasil caracterizou-se por dois pontos principais no plano político: o primeiro foi a consolidação do sistema democrático e representativo; e o segundo a implementação de instrumentos legais inseridos na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que viabilizaram a instituição de formas que garantiam e auxiliavam a participação popular na gestão das políticas públicas, possibilitando a criação de um sistema que aliava a democracia com a participação social. Esse modelo já era conhecido no país anteriormente, mas estava isolado pela falta de leis e pelo regime de governo imposto.

Evidência expressa através de políticas públicas, na proposição de planos estratégicos, de diretrizes e soluções às demandas locais e regionais, com o envolvimento da participação cidadã, na articulação de parcerias e no monitoramento e avaliação de ações (Anes et al, 2025).

Dallabrida e Büttenbender (2006), destacam que na estrutura institucional do estado do RS, os Conselhos Municipais (Comudes) e Coredes, com alguma reestruturação organizacional, se constituem em espaços permanentes de concertação público-privada, complementadas por mecanismos técnico-operacionais expressas por Agências, públicas e/ou privadas, operacionalizadora de projetos e ações de promoção do desenvolvi-

mento.

Para Silveira (2018) o desenvolvimento regional envolve a promoção de um conjunto de ações e políticas públicas que visam à mudança estrutural, à melhoria das condições socioeconômicas da população e à ampliação dos níveis de qualidade de vida. Tal processo visa também à sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio de um sistema de planejamento e de governança que valorize a participação social e a descentralização da decisão política, e que esteja articulado com os demais níveis de governo, tanto na escala municipal quanto na estadual e na nacional.

2.2 OS PEDS E POSSIBILIDADES ARTICULADORAS PARA IMPULSIONAR A REGIÃO

O planejamento corresponde a uma abordagem transdisciplinar, este, por sua vez, se inicia através do levantamento de recursos de um ambiente, assim como das resoluções dos atores que atuam neste espaço a fim de promover o desenvolvimento para contribuir com ações conjuntas.

Posto isto, o planejamento estratégico compreende os objetivos, estratégias e ações de um ambiente, e o mesmo é criado pelos mais diferentes atores, numa ótica de participação dinâmica. De acordo com Valandro (2023, p. 13) "esse tipo de planejamento possui o poder de mapeamento em escalas adequadas, que compreende as dimensões territoriais de políticas públicas que possuem relação entre o governo e a sociedade civil". Logo, o planejamento é um mecanismo importante para a promoção do desenvolvimento regional.

Assim, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PEDs) que integram o Estado do RS apresentam no recorte das nove regiões funcionais, uma breve caracterização e as indicações das prioridades estratégicas e seus respectivos projetos. Em essência, os Coredes em parceria com o Estado e todas as entidades envolvidas, entregam ao RS um documento norteador e sistematizador dos trabalhos regionais, das ações e priorização dos recursos públicos (Coredes/RS, 2017).

Portanto, pode-se afirmar que o planejamento estratégico desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional, proporcionando uma abordagem organizada e direcionada para impulsionar o crescimento econômico, social e ambiental de uma determinada região. Assim, há diversas razões pelas quais o planejamento estratégico se faz importante e necessário nesse contexto, pois o mesmo é capaz de identificar e delinear a direção de metas e objetivos; Permite uma alocação eficiente de recursos disponíveis na região, facilita a identificação e o fortalecimento das vantagens competitivas do ambiente por meio da análise das potencialidades locais, indicando setores econômicos promissores, a fim de impulsionar a inovação, atrair investimentos e estimular o empreendedorismo, tornando a região mais competitiva no âmbito regional, nacional e até mesmo internacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aponta que os Coredes são importantes arranjos participativos regionais, onde se estabelecem diálogos entre os atores representativos, reconhecidos pela referência na governança territorial, promovendo a articulação entre sociedade civil e poder público para a formulação de políticas públicas, planejamento estratégico e gestão para o desenvolvimento sustentável das regiões.

Os resultados evidenciam que as principais lacunas indicam para a frágil relação entre o planejamento estatal governamental e os Planos Estratégicos de Desenvolvimento elaborados pelos Coredes. Resulta que os PEDs se constituem em processo e ambientes de mobilização coletiva regional, participativa, de aprendizagem, de apropriação do diagnóstico, cenários e tendências e a indicação de prioridades, que se constituem em diretrizes de referência para os planejamentos plurianuais municipais, estadual e até federal. Servem de referência para o planejamento de outras organizações localizadas e/ou focadas no território.

Indica o estudo para o estratégico e pertinente fortalecimento dos Coredes, reafirmando princípios originários, enquanto espaços plurais e contínuos de valorização das institucionalidades, da prática da democracia participativa e direta, da governança, o enfrentamentos das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta valorização acompanhada de um amplo programa de formação e capacitação de lideranças e agentes de governança regional, não atralados e dependentes às políticas governamentais transitórias e a descontinuidade entre os ciclos de gestão pública liderada por mandatários. A combinação destas iniciativas, servirá para manutenção e vitalidade de umas das mais robustas experiências dinâmicas duradouras de organização e governança regional para o desenvolvimento, presentes no ambiente brasileiro e sul-americano, como também de promover um processo de inclusão e desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEBRANDT, S. L. **Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento:** um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Unisc]. Santa Cruz do Sul, 2010.

ANES, C. E. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; ROTTA, E.; DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial e estratégias de desenvolvimento: uma análise das regiões do Corede no Rio Grande do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, 2025. DOI: 10.24302/drd.v15.5723. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5723. Acesso em: 30 abr. 2025.

COREDE/RS. **Planos Estratégicos dos Coredes (2022-2030).** Fórum dos Coredes do RS. 2022. Disponível em: https://consultapopular.rs.gov.br/planos-estrategicos-de-desenvolvimento Acesso em: 01 abr. 2025.

COREDES/RS. **Planos Estratégicos dos Coredes 2015-2030**: perspectivas estratégicas das regiões funcionais. Fórum dos Coredes do RS. 2017. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144414-plano-sintesers.pdf. Acesso em: 01 maio,2025.

COREDES/RS. **PRÓ-RS IV**: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). Passo Fundo: Passografic, 2010. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=ZLSG7-e8ceE%3D&tabid=5363&mid=7972 . Acesso em: 12 mar. 2025.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 12–32, 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.52.12-32. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10533. Acesso em: 29 mar. 2025.

DALLABRIDA, V. R; BUTTENBENDER, P.L.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; CARNIELLO, M.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E.C.O. **Abordagem territorial do desenvolvimento: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial.** Cruz Alta: Ilustração, 2023b. 313 p.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TERRITORIAL:** a experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste-RS-Brasil. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 54.572, de 14 de abril de 2019**. Regulamenta o funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs. 2019. Disponível em: https://diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE Acessado em: 01 abr 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n° 10.283 de 17 de outubro de 1994.** Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666> . Acesso em: 10 nov. 2024

RIO GRANDE DO SUL. **Rumos 2015** - Relatório Síntese. Secretaria de Planejamento e Gestão. Porto Alegre, 2006. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVEIRA, R. L. L. da. Território, rede e desenvolvimento regional – Notas para discussão. In: **Território, Redes e Desenvolvimento Regional:** Perspectivas e Desafios. (Org.) SILVEIRA, R. L. L.; FELIPPI, A. C. T. Florianópolis: Ed. Insular, 2018. p. 231-252.

VALANDRO, R. R. **Planejamento estratégico do município de Pejuçara/RS como instrumento de desenvolvimento local**. Ijuí, 2023. 131 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento Regional, 2023.

ZONEAMENTO AMBIENTAL PARA A MINERAÇÃO DE AREIA COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO JACUÍ, RIO PARDO - RS.[1]

ENVIRONMENTAL ZONING FOR SAND MINING AS AN INSTRUMENT FOR TERRITORIAL PLANNING: CASE STUDY IN THE PERMANENT PRESERVATION AREAS OF THE JACUÍ RIVER, RIO PARDO - RS.

Thales Herzog Leipnitz
Ney Feet Júnior

RESUMO

A mineração de areia é uma atividade antrópica essencial para construção civil, e importante indicador do perfil de desenvolvimento socioeconômico de uma região. Entretanto, apresenta diversos impactos ambientais, sobretudo nas Áreas de Proteção Permanente. Neste contexto, o zoneamento ambiental é um importante instrumento legal de diagnóstico do uso e ocupação do solo que permite auxiliar no ordenamento territorial desses recursos naturais diante da crescente extração mineral. De caráter exploratório e descritivo, a presente pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância do Zoneamento Ambiental na conservação das Áreas de Proteção Permanente frente às atividades de extração de areia no município de Rio Pardo - RS, por meio de análise documental e bibliográfica. O município de Rio Pardo apresentou boa conectividade das Áreas de Proteção Permanente, exceto em dois locais, com preservação de 84% de vegetações remanescentes naturais nesse trecho do zoneamento. Os resultados indicam um progressivo aumento de sensibilidade à extração de areia no setor leste do município. Foi possível observar padrão semelhante no grau de enquadramento das áreas impactadas entre o período de 2007 a 2023. Assim, esse instrumento permite extrair dados importantes que auxiliam no ordenamento territorial e na preservação dos recursos naturais no município.

Palavras-chave: Áreas de Proteção Permanente; zoneamento ambiental; mineração de areia; erosão fluvial.

ABSTRACT

Sand mining is an essential human activity for civil construction, and an important indicator of the socioeconomic development profile of a region. However, it presents several environmental impacts, especially in Permanent Protection Areas. In this context, environmental zoning is an important legal instrument for diagnosing land use and occupation, which allows it to assist in the territorial planning of these natural resources in the face of increasing mineral extraction. Exploratory and descriptive in nature, this research aims to demonstrate the importance of Environmental Zoning in the conservation of Permanent Protection Areas in the face of sand extraction activities in the municipality of Rio Pardo - RS, through documentary and bibliographic analysis. The municipality of Rio Pardo showed good connectivity in the Permanent Protection Areas, except in two locations, with preservation of 84% of remaining natural vegetation in this section of the zoning. The results indicate a progressive increase in sensitivity to sand extraction in the eastern sector of the municipality. It was possible to observe a similar pattern in the degree of classification of impacted areas between the period 2007 and 2023. Thus, this

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

instrument allows the extraction of important data that assist in territorial planning and the preservation of natural resources in the municipality.

Keywords: *Permanent Protection Areas; environmental zoning; sand extraction; fluvial erosion.*

1 INTRODUÇÃO

A extração de areia é uma atividade antrópica de grande relevância no desenvolvimento de um território. De acordo com a Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul (2018, p. 20), o consumo desse bem mineral é um importante indicador do perfil de desenvolvimento socioeconômico de uma região, contribuindo na arrecadação de impostos (CFEM, TAH, etc) e na geração de empregos diretos e indiretos, ligados a diversos setores econômicos, especialmente o da construção civil. Entretanto, a mineração é classificada como potencial modificadora do meio ambiente. Assim, a extração de areia é responsável por diversos impactos ambientais e sociais negativos intrínsecos a seu caráter, principalmente relacionados à perda acelerada das Áreas de Preservação Permanente[2], as quais tem papel fundamental na conservação das margens e na biodiversidade local (Filho e Quadros, 2018).

Diante disso, torna-se necessário a aplicação de instrumentos e ferramentas de ordenamento territorial com o objetivo de mitigar os danos causados pela extração de areia, sobretudo o intenso processo de erosão que ocorre nos cursos fluviais.

Hoje, existem diversos instrumentos de gestão, uso e ocupação do solo para minimizar os danos ambientais e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais. Baseado na articulação de diversos estudos interdisciplinares, o zoneamento ambiental é um desses instrumentos, que permite dividir o território em zonas, de acordo com diferentes critérios ambientais (restrições de uso, geológicos, sociais, econômicos, entre outros). Os critérios, ou atributos, ambientais dependem do tipo de zoneamento pretendido, cujo seu objetivo final é o uso sustentável dos recursos naturais (Santos e Ranieri, 2013).

A crescente demanda por essa *commodity* mineral no contexto regional, principalmente ligada ao ramo de agregados para construção civil (SME, 2018), movimentou esforços populares e de órgãos públicos na proteção dos mananciais. Em virtude desse aumento na extração de areia, impulsionado por iniciativas de diferentes atores e pelo número de processos judiciais relacionados a mineração clandestina no Rio Jacuí, elaborou-se o zoneamento ambiental para essa atividade nos cursos médio e baixo deste curso d'água (TRF4, 2022).

Assim, o presente artigo tem o objetivo de evidenciar a importância do zoneamento ambiental na conservação das APPs, diante do avanço da extração de areia no município de Rio Pardo, RS. Para isso, os objetivos específicos, são: i) analisar o processo de erosão das margens do canal fluvial e das Áreas de Proteção Permanente (APP) no município de Rio Pardo, assim como identificar os locais impróprias para mineração; e, ii) refletir sobre o zoneamento ambiental como instrumento de ordenamento territorial das Áreas de Proteção Permanente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DINÂMICA E EROSÃO FLUVIAL: IMPACTOS AMBIENTAIS DA EXTRAÇÃO DE AREIA EM RECURSOS HÍDRICOS

Erosão é um processo natural de desagregação, transporte e deposição de partículas produzidas pela ação

2 Neste artigo, entende-se Área de Proteção Permanente (APP) todo território protegido devido a suas funções de preservar os recursos hídricos, paisagem, estabilidade geológica, biodiversidade, dentre outros serviços ecossistêmicos (Brasil, 2012). A partir deste momento, ao se referir às Áreas de Preservação Permanente, será utilizado o acrônimo APP.

do intemperismo, como variação térmica, atividade biológica, entre outras (Pinto, 2018).

A erosão fluvial é causada pelo movimento gravitacional dos cursos d'água e pode se manifestar por escavações locais ou, geralmente, pela remoção de material do leito e das margens dos canais. A erosão de leito ocorre principalmente em decorrência da ação hidráulica (componentes de vetores de fluxo), acarretando a remoção do embasamento e dos sedimentos inconsolidados presentes no assoalho fluvial (Filho e Quadros, 2017).

Ao longo do ano, estações chuvosas favorecem o solapamento e a submersão de extensas massas de terra durante épocas de cheia do rio. Em períodos de estiagem, ocorre preferencialmente o solapamento das margens do canal, devido à descida do nível de base do rio, com erosão do material sobrejacente pela ação gravitacional, que é favorecida pela remoção do material da base. Este ultimo processo esta associado principalmente aos vetores de correnteza do rio (Bandeira *et al*, 2018).

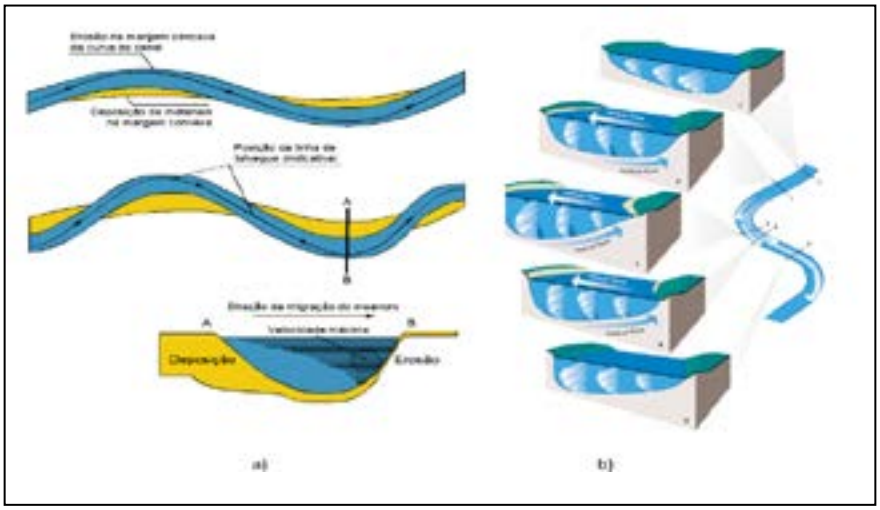
Os cursos fluviais apresentam diferentes padrões de canais, ou feições, que dependem de diversos fatores climáticos e geológicos. Tais padrões podem ser retilíneos, entrelaçados, meandrantes, e/ou anastomosados. De modo geral, a sinuosidade do rio tende aumentar da nascente em direção à foz, enquanto sua competência de transporte sedimentar tende a diminuir (Pinto, 2018, p. 13).

A Figura 1 ilustra a suscetibilidade à erosão em perspectiva longitudinal e transversal do canal fluvial. Em geral, os processos erosivos ocorrem nas margens côncavas dos rios, com predomínio da deposição nas margens convexas. Na seção transversal do rio, observa-se incremento de velocidade dos vetores de força (correnteza) nos diferentes segmentos do meandro, que são responsáveis pelo processo erosivo das margens côncavas e consequente migração lateral do canal.

As matas ciliares constituem um dos tipos de Áreas de Proteção Permanente (APP), definidos pelo Código Florestal Brasileiro, apresentando importante função ecossistêmica ao longo dos cursos hídricos. Entre suas diversas funções, as principais são: estabilidade das margens dos rios; corredor ecológico natural da fauna; preservação da biodiversidade local; proteção das nascentes e córregos; e, outros (Filho e Quadros, 2017).

Na mineração de areia em canais fluviais, é utilizado o processo de dragagem para sucção dos sedimentos. Quando realizado próximo às margens do rio, ou em volumes maiores do que o sistema fluvial consegue repor naturalmente, essa técnica promove a intensificação da erosão marginal (Filho e Quadros, 2017).

FIGURA 1 - SUSCETIBILIDADE À EROSÃO DOS CANAIS FLUVIAIS EM PERSPECTIVA LONGITUDINAL (A) E TRANSVERSAL (B), RESPECTIVAMENTE.



Fonte: Pinto (2018, p. 21).

Os principais impactos ambientais negativos da extração de areia em recursos hídricos, são: i) retirada da cobertura vegetal natural (desmatamento); ii) alteração dos cursos dos rios; iii) modificação da paisagem

natural pelas cavas; iv) geração de poeira; v) degradação da microbiota do solo; vi) assoreamento; vii) ruídos e compactação do solo pelo maquinário pesado; viii) fuga da fauna e ictiofauna pela poluição sonora; ix) erosão das margens dos canais; x) contaminação da água por vazamento de óleos e combustíveis fósseis; e xi) geração de rejeitos (Nogueira, 2016).

2.2. ZONEAMENTO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938 de 1981, o Zoneamento Ambiental serve como importante instrumento de ordenamento territorial e de gestão sustentável dos recursos naturais. Contribui para preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, assim como para o desenvolvimento socioeconômico regional (FEPAM, 2023).

> O Zoneamento Ambiental configura um instrumento de ordenamento territorial, que deve incorporar a variável ambiental no âmbito do ordenamento territorial, de modo que as atividades humanas a serem desenvolvidas em um determinado espaço sejam viáveis, considerando aspectos ambientais e não somente o ponto de vista econômico ou social, tendo como meta a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais (FEPAM, 2023, p. 34).

O conceito de ordenamento territorial é utilizado para definir a disciplina científica, a técnica administrativa e as políticas públicas direcionadas para a organização da ocupação, uso e transformação do território. Nesse sentido, os instrumentos de ordenamento territorial, com destaque para os zoneamentos, permitem estabelecer áreas e diretrizes ambientais com aptidões específicas, por meio da aplicação de geotecnologias (Quartaroli e Araújo, 2014,p. 216).

Em 2021, a FEPAM (2023) elaborou o zoneamento ambiental para a atividade de mineração de areia nos cursos médio e baixo do Rio Jacuí, abrangendo a calha atual e as margens do canal fluvial (Área de Preservação Permanente - APP). Nesse trecho o rio percorre os municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Pantano Grande, Minas do Leão, Vale Verde, Butiá, General Câmara, São Jerônimo, Triunfo, Charqueadas e Eldorado do Sul.

No contexto da mineração de areia em canais fluviais, esse instrumento tem como principal objetivo instituir diretrizes ambientais aos empreendimentos extrativistas, além de setorizar áreas com maior fragilidade ambiental. Esse enquadramento é possível por meio do cruzamento de dados sedimentométricos, hidrodinâmicos e ecossistêmicos coletados e interpretados no decorrer dos estudos em diferentes trechos do rio Jacuí (FEPAM, 2023).

Ao destacar a importância desse instrumento para a função de fiscalização do órgão ambiental,a FEPAM (2023, p. 37) menciona que:

> O Zoneamento constitui uma ferramenta valiosa de planejamento, pois alia o desenvolvimento econômico à sustentabilidade do sistema ambiental em análise. Ele permite que o poder público tome decisões mais assertivas no que diz respeito ao planejamento social, econômico e ambiental.

Segundo Santos e Ranieri (2013, p. 45), o Zoneamento Ambiental, ou suas variantes específicas (Zoneamento Ecológico-Econômico, Geoambiental, entre outras) permite ao gestor a visualização de áreas suscetíveis a processos naturais, assim como a aptidão ambiental para atividades econômicas específicas. Isso torna esse instrumento um norteador das tomadas de decisão, principalmente na determinação da capacidade de suporte do meio, e a outras formas de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA).

3 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo corresponde ao trecho do Rio Jacuí que atravessa o município de Rio Pardo, que está localizado na região central da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí, na Depressão Central do Rio Grande do Sul. A Área de Preservação Permanente (APP) limita-se a uma faixa de 200 m de largura, ao longo de ambas as margens do rio.

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

Fonte: Leipnitz (2023, p. 19).

Além da intensa captação de água para uso na agricultura, principalmente na cultura do arroz e soja, e pecuária (pastagens), a área de estudo tem diversos pontos de extração de areia ativos - todos próximos de APPs. Sua fiscalização fica a cargo da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM, que atua como órgão técnico do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi executado em duas etapas, com seus respectivos métodos e técnicas divididos em: i) seleção das informações; e, ii) compilação e interpretação dos dados.

4.1 SELEÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Inicialmente, foi feita a seleção das informações obtidas no Zoneamento Ambiental para a atividade de mineração de areia nos cursos médio e baixo do Rio Jacuí (FEPAM, 2023). Dados adicionais sobre a extração desse recurso mineral na área de estudo foram retirados da plataforma SIGMINE (2025).

Outras informações, como imagens orbitais e dados específicos de erosão das margens e APPs, foram retirados do estudo de Leipnitz (2023).

Nessa etapa, os critérios de seleção foram: priorização entre as áreas com maior impacto nas margens e Áreas de Proteção Permanente; e informações relevantes ao instrumento de zoneamento.

4.2 COMPILAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Inicialmente foram compiladas as informações de áreas impróprias para mineração na área de estudo, disponibilizadas pelo Zoneamento Ambiental da FEPAM (2023). Esses dados foram resumidos no Quadro 1.

Subsequentemente, foram compiladas as informações das áreas impactadas, com base na pesquisa de Leipnitz (2023). Por fim, elaborou-se o mapa temático que representa o zoneamento da área de estudo, que fundamentou a discussão e as reflexões sobre o ordenamento territorial das APPs no município de Rio Pardo.

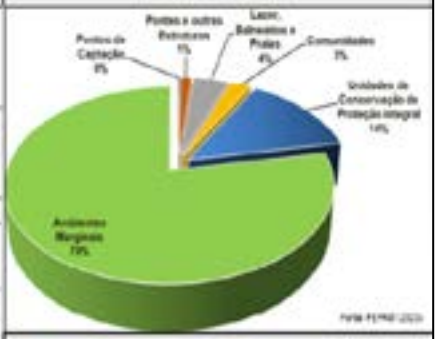
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ÁREAS IMPRÓPRIAS PARA MINERAÇÃO

No zoneamento da FEPAM (2023), foram estabelecidas áreas consideradas impróprias para a atividade de extração de areia, com base na interpretação da legislação vigente. Assim, foram definidos parâmetros baseados em zonas ou faixas de amortecimento (*buffers*), onde não é permitida a mineração.

O Quadro 1 apresenta essas áreas, seus respectivos parâmetros, além de quantificar porcentagem ao longo do canal do Rio Jacuí. As áreas consideradas impróprias são: ambientes marginais (78%; majoritariamente planícies de inundação); unidades de conservação (14%); lazer, balneários e praias (4%); áreas de comunidades (3%); e, pontes e outras estruturas (1%). As áreas do tipo pontos de captação de água bruta para abastecimento público foram consideradas irrelevantes, pois não representam 1% do total.

QUADRO 1 - TIPOS E DIRETRIZES DAS ÁREAS IMPRÓPRIAS PARA MINERAÇÃO DE AREIA.

Tipo de Área	Diretrizes Ambientais Associadas	Parâmetro	Percentual dos tipos de áreas impróprias no rio Jacuí
Pontos de Captação de água bruta para abastecimento público	Elaboração de estudos de qualidade de água e dispersão de pluma de contaminação.	Buffer de 200 metros.	
Pontes e outras Estruturas	No entorno de pontes e outras estruturas, assegurar a delimitação do buffer de 200 m (uma de elevadas mineradoras.	Buffer de 200 m no entorno das pontes e demais estruturas de engenharia (eclusas).	
Áreas de Lazer, Balneários e Praias	Consultar o município sobre a localização e atrativos das áreas mapeadas em escala regional por este estudo como balneário/praia/lazer durante o processo de licenciamento.	Buffer de 450 m ao longo das ocupações humanas nas margens do rio.	
Áreas de Comunidades	Consultar a municipalidade quanto à extensão do perímetro urbano e área de proteção resguardando a distância de proteção das margens do rio/marina.	Faixa de 100 m ao longo das ocupações humanas nas margens do rio.	
Unidades de Conservação	Consulta ao gestor das áreas de conservação com interferência nas áreas de interesse mineralário.	Limites das unidades de conservação.	Comparativo das áreas mapeadas como impróprias na calha do rio
Ambientes Marginais	Proibição de extração mineral nessas áreas.	Lagoas marginais terão seus contornos somados às suas APPs e à APP do rio.	

Fonte: Adaptado de FEPAM (2023)

5.1.1 ÁREAS IMPRÓPRIAS PARA MINERAÇÃO DE AREIA NO MUNICÍPIO DE RIO PARDO

A Figura 3 mostra a localização dos balneários, barragens e praias do rio Jacuí no município de Rio Pardo, mas não discrimina as áreas de ambientes marginais. No estudo de Leipnitz (2023), estima-se que, no município de Rio Pardo, essas áreas atinjam porcentagem superior à média total (>80%), em comparação a outros municípios do Zoneamento Ambiental (78%). Na sequência, aparecem áreas de lazer, balneários e praias, e áreas de pontes e outras estruturas.

Uma vez que o município de Rio Pardo apresenta um ponto de captação de água, essa categoria se torna significativa nesta escala - o que não ocorre quando se considera a área total abrangida pelo zoneamento da FEPAM (2023).

Como é possível observar na Figura 3, a região central do município de Rio Pardo, representada no mapa pela mancha urbana, é a região onde estão concentradas a maior parte das áreas impróprias para mineração.

Assim, é possível verificar que o município apresenta mais locais impróprios para mineração do que a média dos municípios incluídos no zoneamento ambiental. Entretanto, como o zoneamento não individualiza as unidades municipais, é impossível inferir se Rio Pardo está entre os municípios com maior proporção de áreas impróprias para a mineração de areia.

FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS IMPRÓPRIAS PARA MINERAÇÃO DE AREIA NO MUNICÍPIO DE RIO PARDO (EXCETO AMBIENTES MARGINAIS).

Fonte: Leipnitz (2023, p. 25).

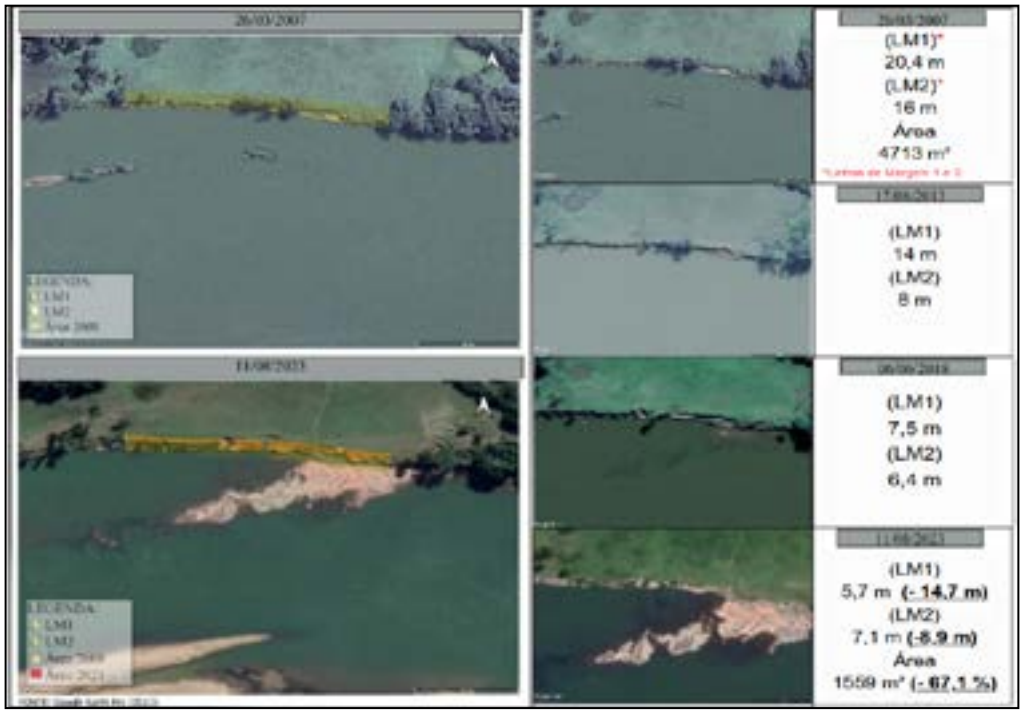
5.2 EROSÃO DAS MARGENS E ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE

Leipnitz (2023) identificou sete áreas consideradas impactadas pela erosão progressiva de suas margens e perda de Áreas de Preservação Permanente (APP) no município de Rio Pardo, entre os anos de 2007 e 2023. As áreas 6 e 7, situadas a leste do município, estão entre aquelas que apresentaram maiores impactos (Figura 4).

A área 6 (Figura 4) não tem mata ciliar nas suas margens e está localizada numa feição côncava do rio. A perda média de linha de margem (LM1 e LM2) ficou em 10,9 m, totalizando 67,1% de área. Esses dois fatores favorecem a erosão fluvial e aceleram os impactos indiretos da mineração na área. Essa área está a aproximadamente 1 km (a montante) da zona portuária de barcas utilizadas pela empresa Areal Baumgarten LTDA.

Segundo Leipnitz (2023, p. 59), os três principais fatores relacionados à erosão acentuada nesse trecho são: i) ausência de vegetação; ii) ângulo agudo das margens do canal; e iii) margem côncava, com aumento na velocidade das águas e incremento na poropressão do solo.

FIGURA 4 - IMAGENS DE SATÉLITE DA ÁREA 6 MOSTRAM A EROSÃO PROGRESSIVA DA MARGEM DO CANAL ENTRE 2007 E 2023.



Fonte: Adaptado de Leipnitz (2023, p. 58).

Também situada a leste do município (Figura 5), a área 7 consiste em uma ilha fluvial de maior dimensão, além de outras seis ilhas fluviais menores e descontínuas entre si. Uma vez que se localizam na feição côncava do Rio Jacuí, o processo de erosão fluvial é intensificado (Leipnitz, 2023). Essas ilhas estão inseridas em área de sensibilidade média para mineração de areia (FEPAM, 2023), com risco altíssimo de erosão do leito, devido aos fatores hidrodinâmicos do rio. Além disso, situam-se em área prioritária para conservação da biodiversidade local (Leipnitz, 2023).

Os mapas temáticos oeste e leste de Leipnitz (2023, p. 63) revelam que, no município de Rio Pardo, o grau de sensibilidade para mineração de areia, estabelecido pela FEPAM (2023), podem ser: médio (vermelho); baixo (laranja); e, muito baixo (amarelo). Também se observa que as com maior sensibilidade estão localizadas no setor leste.

Padrão semelhante ocorre com o enquadramento dos graus de impacto, que podem ser: alto (vermelho xadrez); médio (laranja xadrez); baixo (amarelo xadrez); e, muito baixo (branco xadrez). De acordo com Leipnitz (2023, p. 62), as três áreas analisadas no setor leste foram classificadas com alto grau de impacto.

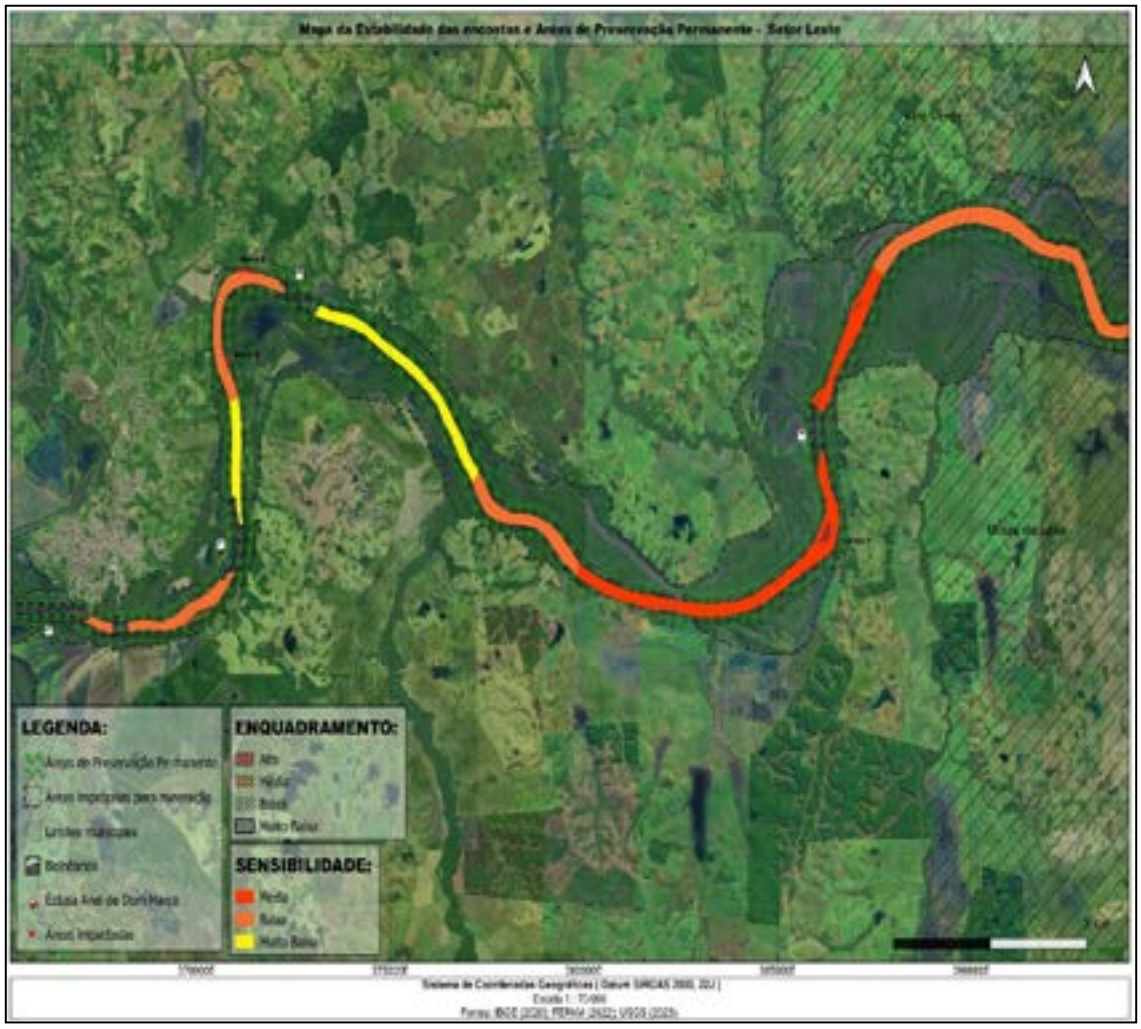
Vale ressaltar que, essa tendência de aumento da sensibilidade e enquadramento dos graus de impacto das áreas no setor leste está ligada também com maior instabilidade das margens e das APPs. No entanto, a maior parte das áreas impróprias para mineração de areia se encontra no setor oeste. Tal distinção pode indicar impacto indireto proveniente da extração de areia mais presente no setor leste.

Segundo este estudo, o município de Rio Pardo apresenta boa conectividade entre as APPs, exceto pelas áreas 3 e 6. Os trechos 1 e 3 do Zoneamento Ambiental exibiram valores maiores de áreas convertidas a outros usos, e menores de áreas naturais (50,6% e 54,7%, respectivamente). Por outro lado o trecho 2, onde se insere o município de Rio Pardo apresenta menor proporção de áreas convertidas e, consequentemente, maior percentual de áreas naturais (84%). As áreas convertidas são utilizadas principalmente para agricultura, ocupação e urbanização (Leipnitz, 2023, p. 62).

No mapa temático a seguir (Figura 5), Leipnitz (2023) considerou 200 m de largura, em ambas as margens, como Áreas de Preservação Permanente (APPs), de acordo com o Código Florestal Brasileiro (BRASIL,

2012). Esse valor se baseia na largura média do rio no município, entre 200 m e 250 m. As áreas impróprias para mineração de areia (lazer, balneários, e praias), de acordo com os *buffers* supracitados não apresentam cor.

FIGURA 5 - MAPA TEMÁTICO DA ESTABILIDADE DAS MARGENS DO CANAL E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NO SETOR LESTE.



Fonte: Leipnitz (2023, p. 64).

Em relação à estabilidade das margens, o Zoneamento Ambiental não apresentou dados comparativos entre os respectivos trechos. Entretanto, como a preservação das áreas remanescentes e APPs em Rio Pardo foram altas (próximas de 84%), é possível inferir que o município não está entre as zonas mais afetadas.

De acordo com Leipnitz (2023), as áreas com maior grau de instabilidade das margens geralmente tem uso intensivo de práticas agrícolas e pecuária próximas às margens do rio. Portanto, são espaços cuja utilização está em desconformidade com o Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Rio Pardo apresentou boa conectividade na maioria das Áreas de Proteção Permanente, além de elevado percentual (84%) de preservação de 84% de áreas naturais remanescentes - o maior valor entre os trechos analisados no Zoneamento Ambiental da FEPAM (2023). No mapa temático de estabilidade das margens do canal e APPs (Figura 5), é possível observar aumento da sensibilidade à extração de areia e maior grau de impacto nas áreas situadas a leste da zona urbana do município. As áreas impróprias para mineração de areia são representadas especialmente pelos ambientes marginais (78%), com áreas de lazer, balneários e praias

(4%) percentualmente maiores no município.

A erosão das margens e a perda progressiva das APPs causam diversas consequências ambientais negativas aos ecossistemas. Em reconheça que esses impactos diretos da extração de areia sejam difíceis de mensurar em razão da metodologia necessária (batimetria de varredura e outros métodos mais sofisticados), Leipnitz (2023) considera que esses resultados são importantes para o controle da intensa erosão das margens do Rio Jacuí pelos órgãos de fiscalização.

O zoneamento ambiental é um importante instrumento legal de diagnóstico do uso e ocupação territorial, que permite auxiliar na alocação de recursos e na adequada tomada de decisão (Santos e Ranieri, p. 58, 2013). O objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental somente se torna viável quando alinhado a outros instrumentos de gestão (Plano Diretor, EIA, RIMA, entre outros). Assim, os critérios e princípios norteadores do ordenamento territorial, por meio da aplicação desses instrumentos de planejamento ambiental, viabilizam um desenvolvimento regional pautado na conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DA MINERAÇÃO (ANM). **Sistema de Informações Geográficas da Mineração** – SIGMINE (2025). Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em: 3 abr. 2025.

BANDEIRA, I. N. B; ADAMY, A.; ANDRETTA, E. R.; CONCEIÇÃO, R. A. C.; ANDRADE, M. M. N. **Terras caídas**: Fluvial erosion or distinct phenomenon in the Amazon?. Environmental earth sciences, v. 77, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12665-018-7405-7>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências, 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLIX, n. 102, 28 maio 2012.

FILHO, L. C. Z.; QUADROS, T. F. P. **Efeito da dinâmica fluvial e da ação antrópica sobre a erosão de margens fluviais**: o caso da mineração de areia no rio Jacuí. Revista de Ciências Ambientais, Canoas, v. 11, n. 1, p. 49-64, 2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Rbca/article/download/3179/pdf>. Acesso em: 9 abr. 2025.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER (FEPAM). **Zoneamento ambiental para a atividade de mineração de areia nos cursos médio e baixo do rio Jacuí**: Relatório final. Porto Alegre. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, SEMA, FEPAM, 2023. Disponível em: <https://ww2.fepam.rs.gov.br/Zajacui/ZA_JACUI_RELATORIO_FINAL_pos_consulta_19jul23_semanexos_1.pdf> . Acesso em: 5 abr. 2025.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Leipnitz, T. H. **Análise temporal da estabilidade das margens e Áreas de Preservação Permanente no rio Jacui, Rio Pardo, RS**: O caso da mineração de areia. 72 p. TCC (Bacharel em Geologia) - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Caçapava do Sul, 2023.

PINTO, A. A. S. **Estabilização de margens fluviais. Uma abordagem multifuncional**. Repositório Aberto da Universidade do Porto FEUP – Faculdade de Engenharia FEUP – Tese, 2018.

SANTOS, M. R. R.; RANIERI, V. E. L. **Critérios para análise do Zoneamento Ambiental como instrumento de planejamento e ordenamento territorial.** Ambiente & Sociedade, v. 16, n. 4. p. 44 - 60, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/CdDcTNkgtxpzCPtsjBKLB5z/?lang=pt >. Acesso em: 13 abr. 2025.

QUARTAROLI, C. F. ARAUJO. L. S. **Ordenamento territorial e zoneamento**. 1 ed. cap 14. p. 215 - 248. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/988113?locale=en>. Acesso em: 10 abr. 2025.

TRF4 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. **Fepam apresenta Plano de Zoneamento do Rio Jacuí**. 2022. Disponível em: <https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=16604 >. Acesso em: 8 abr. 2025.

ORIGEM FORMAL E INFORMAL DOS PARCELAMENTOS DO SOLO E SUA RELAÇÃO COM O TAMANHO MÉDIO DE LOTES EM SAPIRANGA-RS[1]

*FORMAL AND INFORMAL ORIGINS OF LAND SUBDIVISIONS AND THEIR RELATIONSHIP WITH THE AVERAGE LOT SIZE IN SAPIRANGA, BRAZI*L

Daniel Trindade Paim[2]
Renato Tibiriçá de Saboya[3]

RESUMO

O presenta artigo investiga a relação entre a origem dos parcelamentos do solo, formais e informais, e o tamanho médio dos lotes em Sapiranga, desde os princípios de sua urbanização. Mesmo considerada como cidade de porte pequeno, Sapiranga destaca-se regionalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) pela expressiva quantidade de parcelamentos do solo. A pesquisa, através de uma abordagem quantitativa e descritiva, abrange seis períodos, definidos com base nas alterações do perímetro urbano (1920/30-1955; 1956-1976; 1977-1986; 1987-1999; 2000-2011 e 2012-2019/2022). Os resultados demonstram uma sutil tendência apontando que, quanto mais informal a ocupação, menor tende a ser a metragem dos lotes, indicando uma dinâmica fundiária que relaciona informalidade e maior fragmentação do solo.

Palavras-chave: formal; informal; lotes; parcelamento do solo; tamanho médio.

ABSTRACT

This article investigates the relationship between the origin of land subdivisions, formal and informal, and the average lot size in Sapiranga, from the early stages of its urbanization. Although considered a small-sized city, Sapiranga stands out regionally within the Porto Alegre Metropolitan Region due to the significant number of land subdivisions. The research, based on a quantitative and descriptive approach, covers six periods defined according to changes in the urban perimeter (1920/30-1955; 1956-1976; 1977-1986; 1987-1999; 2000-2011 e 2012-2019/2022). The results reveal a subtle trend suggesting that the more informal the occupation, the smaller the average lot size tends to be, indicating a land dynamic that links informality and greater land fragmentation.

Keywords: *formal; informal; lot; land subdivision; average size.*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de urbanização intensificou-se a partir da década de 1950, quando a taxa de urbanização cresceu de 26,35 % em 1940 para 68,86% em 1980 (Maricato, 1996; Santos, 1993). Esse crescimento populacional acelerado, sobretudo nas regiões metropolitanas, auxiliou a intensificar desafios para essas áreas, como violência, poluição e favelização (Silva, 2010), refletindo dinâmicas socioeconômicas do sistema capitalista que geraram intensa demanda por moradia e terra urbanizada.

A expansão urbana resultante desse contexto ocorre tanto pela ocupação de áreas vazias quanto pela

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Professor das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: danieltripaim@yahoo.com.br

3 Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: renato.saboya@ufsc.br.

consolidação de assentamentos informais em zonas periféricas e rurais, incluindo sítios e chácaras usados para recreação (Gonçalvez, 2002; Stifelman e Garcez, 2005; Zacchi, 2012). Para atender essa demanda habitacional, surgem parcelamentos do solo que podem ser formais e dotados de infraestrutura, ou informais, caracterizados por assentamentos irregulares, clandestinos e sem atendimento adequado aos serviços públicos (Barreiros e Abiko, 1998; Rolnik, 2015).

A desigualdade na distribuição de renda no Brasil influencia diretamente o mercado fundiário, excluindo grande parte da população do acesso à terra regulares, que, por sua vez, é mais cara e burocraticamente difícil de obter (Barreiros e Abiko, 1998). Assim, a cidade passa a ser marcada por um dualismo entre áreas legais e ilegais, sendo as ilegais frequentemente resultado da morosidade e da rigidez dos processos legais que regulam os parcelamentos.

A legislação que criminaliza o parcelamento irregular e regula a produção dos lotes formais é importante para o controle urbano, mas também pode reforçar exclusões sociais e moldar uma cidade idealizada, muitas vezes distante da realidade de grande parte da população (Rolnik, 1997). Essa divisão cria territórios legais e ilegais, onde os espaços informais apresentam traçados irregulares, ocupações espontâneas e carência de infraestrutura, gerando assentamentos precários que não atendem às condições mínimas de habitabilidade (Maricato, 2014; Cardoso, 2016).

Nos últimos anos, pesquisas voltadas às regiões metropolitanas buscam caracterizar a estrutura desses assentamentos informais para subsidiar processos de regularização e intervenções adequadas, ressaltando a necessidade de abordagens específicas para cada contexto urbano (Cardoso, 2016; Chaer et al., 2022; Denaldi, 2022; Krause et al., 2022; Petrarolli, Denaldi e Krause, 2022).

Este estudo tem como o município de Sapiranga-RS, cuja relevância regional se evidencia pela expressiva quantidade de parcelamentos do solo desde os anos 2000. Segundo dados da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - RS (IEDE), a cidade ocupa, de forma contínua, a segunda posição em número de parcelamentos do solo entre os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

A posição estratégica de Sapiranga, próxima à Serra Gaúcha e ao litoral norte do estado, favorece o turismo e contribui para a valorização do solo urbano. Embora classificada como cidade de pequeno porte, com 75.648 habitantes (IBGE, 2022), exerce influência regional relevante, o que pode explicar parte de seu crescimento e uma possível relação hierárquica no contexto metropolitano.

O presente estudo objetiva analisar os parcelamentos do solo segundo suas origens, formais (regulares e regularizados) e informais (irregulares e clandestinos), e verificar suas possíveis relações com o tamanho médio dos lotes na estruturação do território quando analisada a urbanização da cidade desde a sua formação até a atualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão dos elementos morfológicos que estruturam o espaço urbano, como os lotes e arruamentos, pode ser enriquecida por estudos voltados à análise das formas de parcelamento do solo, como loteamentos (Gonçalves, 2002; Guerra et al., 2018; Santos e Oliveira Junior, 2014; Silva e Polidori, 2008; Strohaecker, 2005) ou condomínios (Zacchi, 2012), além dos aspectos legais que permeiam esses processos (Ugalde, 2002).

A atuação do Estado no ordenamento urbano frequentemente reflete os interesses de grupos dominantes, que influenciam decisões sobre o uso do solo, mudanças legislativas, localização de infraestruturas e até mesmo processos de mudanças de uso da terra (Gonçalves, 2002; Santana, 2017; Zacchi, 2012). Essas estratégias aparecem tanto em grandes cidades como em pequenos municípios, resultando em distintas dinâmicas de produção do espaço urbano.

A localização dos parcelamentos, por sua vez, configura um dos principais fatores estruturantes da ci-

dade. Por exemplo, enquanto loteamentos costumam ser lançados de forma fragmentada no espaço urbano de Pelotas-RS, conjuntos habitacionais tendem a se concentrar em áreas mais compactas, embora essa lógica possa se inverter dependendo do contexto local (Silva e Polidori, 2008). Em geral, a periferização é recorrente, muitas vezes orientada pelo valor da terra e por mecanismos de segregação socioespacial, como ocorre com loteamentos fechados e condomínios (Santos e Oliveira Junior, 2014).

Nesse cenário, é comum a atuação conjunta entre proprietários fundiários e promotores imobiliários, combinando recursos, reconhecimento técnico e acesso à terra para viabilizar novos empreendimentos. Por vezes, são estabelecidos acordos entre investidores para promover o interesse e a valorização de determinadas regiões, inclusive por meio de investimentos cruzados em áreas periféricas ou de difícil aprovação (Santos e Oliveira Junior, 2014). Tais estratégias frequentemente precedem pressões pela ampliação dos perímetros urbanos, o que acarreta a criação de vazios e a disseminação de áreas urbanizadas sem infraestrutura (Guerra et al., 2018; Ugalde, 2002).

Os agentes do mercado fundiária se valem de táticas diversas para maximizar lucros: adquirem ações de empresas em áreas visadas, pressionam a extensão de serviços públicos, valorizam setores específicos por meio de construções planejadas e retêm lotes bem localizados para futura comercialização (Strohaecker, 2005). Isso contribui para a elevação do preço da terra em áreas centrais, ao mesmo tempo em que reforça a marginalização de quem não pode pagar por terrenos formalizados, empurrando parte da população para a informalidade.

A promulgação da Lei Federal nº 6.766/1979, ao estabelecer diretrizes para parcelamento do solo urbano, também elevou as exigências legais, contribuindo indiretamente para o avanço da informalidade em diversos contextos urbanos (Maricato, 1995, 2014; Rolnik, 1997). Em municípios como Rio Brando do Sul (PR), por exemplo, a partir de 1979 houve uma redução nas aprovações formais e um crescimento de loteamentos clandestinos, que transferiram os encargos da urbanização para os próprios moradores e, mais tarde, para o poder público (Fayad, 2018).

Conforme dados do IBGE (2017), mais de 3.000 municípios brasileiros apresentavam loteamentos irregulares ou clandestinos, além de ocupações por movimentos de moradia, favelas, palafitas e outros tipos de assentamentos precários. Tais áreas, frequentemente localizadas em zonas frágeis ou restritas, compartilham deficiências como infraestrutura precária (especialmente saneamento), edificações inadequadas, vulnerabilidade social e riscos ambientais.

A categorização desses assentamentos varia: loteamentos irregulares costumam ter algum grau de registro ou reconhecimento técnico, enquanto os clandestinos dependem, na maioria das vezes, de denúncias ou ações fiscalizatórias para serem identificados (Cardoso, 2016). Em comum, ambos revelam a precariedade da urbanização como uma de suas principais marcas.

Esses núcleos são reconhecidos como aglomerados subnormais, áreas urbanizadas de forma irregular, muitas vezes em terrenos impróprios e sem acesso adequado a serviços básicos (IBGE, 2017). Embora recebam denominações diversas conforme a região (vilas, invasões, palafitas etc.), compartilham a informalidade como elemento estruturante (Feitosa et al., 2022). Nesse contexto, a Lei nº 13.465/2017 introduziu o conceito de núcleo urbano informal (NUI), reconhecendo como tal os assentamentos à margem da legalidade, independentemente do grau posterior de conformidade jurídica.

A identificação desses núcleos depende da capacidade de fiscalização municipal e de metodologias adequadas, variando entre inspeções técnicas e denúncias espontâneas (Cardoso, 2016). A complexidade do fenômeno reforça a necessidade de articulação entre planejamento urbano, política fundiária e instrumentos legais que possibilitem maior justiça social.

3 MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem descritiva e quantitativa, fundamentada em métodos aplicados a estudos sobre parcelamentos do solo, adaptados conforme as particularidades de cada assentamento. O objetivo foi identificar elementos que evidenciam possíveis padrões ou tendências existentes nesses parcelamentos do solo.

3.1 ORIGEM DOS PARCELAMENTOS E SUA REPRESENTAÇÃO ESPACIAL

A classificação da origem dos parcelamentos foi definida a partir da forma como o território foi ocupado, se formal ou informal. A formalidade relaciona-se aos parcelamentos aprovados e estruturados, implantados segundo normas urbanísticas e legais ou regularizados, mesmo que tenham surgido de forma clandestina ou irregular.

Os informais foram categorizados em irregulares e clandestinos. Os irregulares são aqueles com alguma tramitação ou aprovação prévia, mas que não concluíram a regularização e acabaram consolidados à margem da lei. Enquanto os clandestinos, definidos com base no IBGE (2017) e autores como Chaer et al. (2022), Denaldi (2022), Feitosa et al. (2022), Krause et al. (2022) e Petrarolli, Denaldi e Krause (2022), são ocupações espontâneas, com divisão visível da terra, entretanto sem qualquer aval do poder público.

Os mapas representaram os parcelamentos conforme os processos de divisão do solo em cada período, mesmo quando localizados fora do perímetro urbano vigente. Os regulares foram representados em amarelo; os informais (irregulares e clandestinos), em vermelho; e os regularizados, após a efetivação da legalização, em marrom. A consolidação considerou, para os formais regulares, a data de recebimentos das obras, para os formais regularizados, a data de registro e, para os informais clandestinos ou irregulares, a data de ocupação física ou registros municipais disponíveis de sua comprovação.

3.2 PERÍODOS ANALÍTICOS

As análises foram organizadas em seis períodos, conforme alterações do perímetro urbano, desde o primeiro mapa de urbanização (1920/30) até a última revisão em 2022. Os recortes temporais foram: 1920/1930 a 1955; 1956-1976; 1977-1986; 1987-1999; 2000-2011; e 2012-2019/2022. A última etapa corresponde ao Plano Diretor de 2019 (Sapiranga, 2019) e à Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo de 2022 (Sapiranga, 2022).

3.3 CRITÉRIOS DE QUANTIFICAÇÃO DOS LOTES

A análise da área dos lotes considerou três parâmetros: menor lote, maior lote e média ponderada. Nos assentamentos formais (regulares ou regularizados) e nos informais irregulares, as informações foram obtidas a partir de projetos aprovados ou arquivados pelo município. Já nos assentamentos informais clandestinos, os dados foram estimados por imagens de satélite e levantamento in loco.

A média foi ponderada de acordo com o número de lotes de cada parcelamento, somando-se os produtos entre a média individual e a quantidade de lotes de cada parcelamento, por fim, divide-se esse total pelo número geral de lotes.

4 RESULTADOS

Ao longo de todos os períodos analisados, foram identificados 253 parcelamentos do solo, classificados conforme sua origem, formal ou informal, e organizados por faixa temporal. A tabela 1 apresenta a distribuição

desses casos por período, bem como o total consolidado.

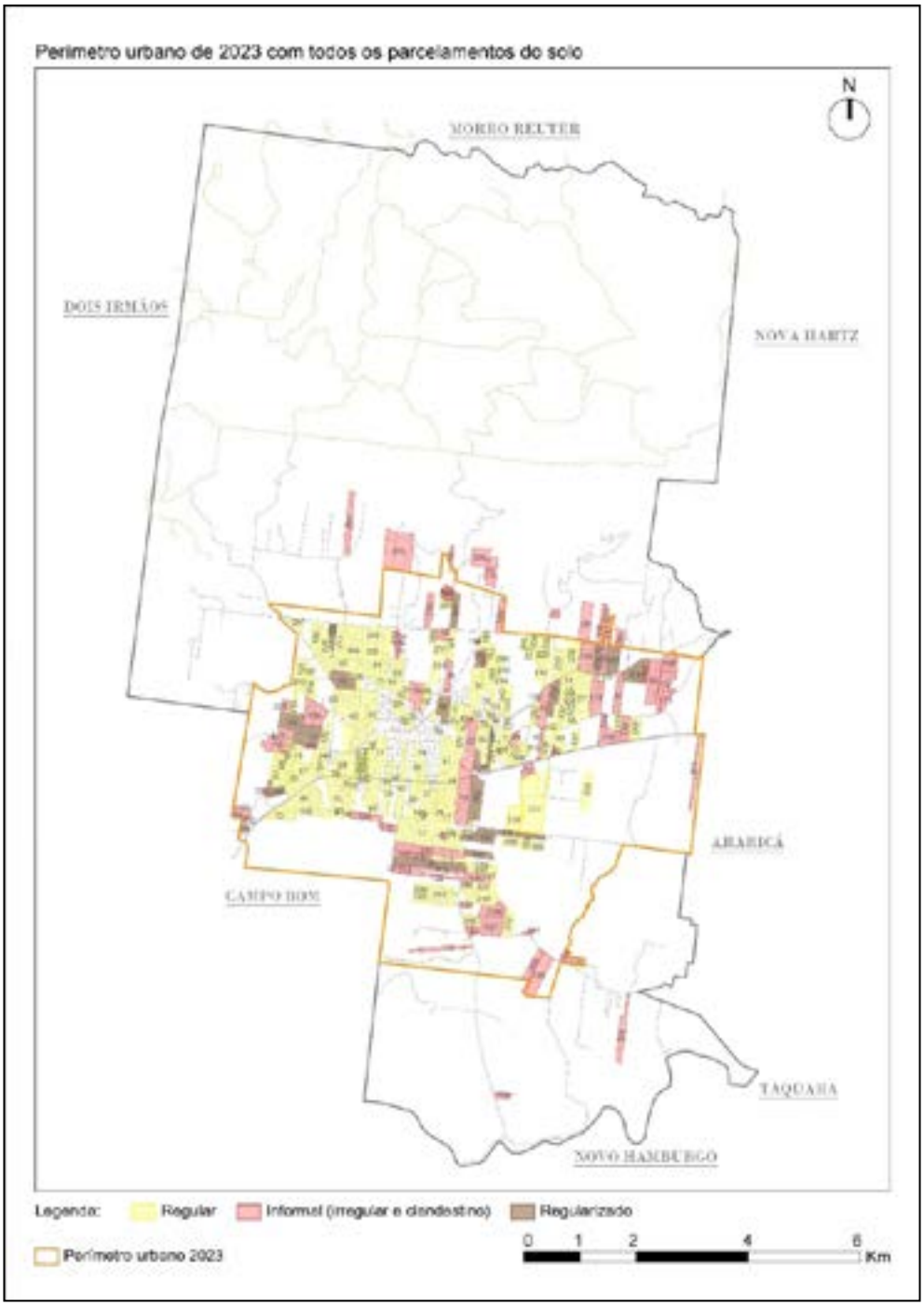
TABELA 1: QUANTIDADE DE PARCELAMENTOS FORMAIS E INFORMAIS DO SOLO SEPARADOS CONFORME CADA PERÍODO ANALISADO

Período de análise Quantidade		Total de parcelamentos do solo			
		Total	Porcentagem (%)	Total (%)	
1920/30 a 1955	Formal (Regular)	19	21	90,48	100,00
	Informal (Irregular)	2		9,52	
	Informal (Clandestino)	0		0,00	
1956 a 1976	Formal (Regular)	41	51	80,39	100,00
	Informal (Irregular)	6		11,76	
	Informal (Clandestino)	4		7,84	
1977 a 1986	Formal (Regular)	25	39	64,10	100,00
	Informal (Irregular)	4		10,26	
	Informal (Clandestino)	10		25,64	
1987 a 1999	Formal (Regular)	10	50	20,00	100,00
	Informal (Irregular)	30		60,00	
	Informal (Clandestino)	10		20,00	
2000 a 2011	Formal (Regular)	16	37	43,24	100,00
	Informal (Irregular)	10		27,03	
	Informal (Clandestino)	11		29,73	
2012 a 2019/22	Formal (Regular)	40	55	72,73	100,00
	Informal (Irregular)	5		9,09	
	Informal (Clandestino)	10		18,18	
Total	Formal (Regular)	151	253	59,68	100,00
	Informal (Irregular)	57		22,53	
	Informal (Clandestino)	45		17,79	

Fonte: os autores, 2025. Nota: Dados compilados de arquivos municipais e cadastrais de Sapiranga, documento oficiais, imagens de satélites e levantamentos in loco.

A partir da identificação dos parcelamentos do solo em cada período, buscou-se observar possíveis alterações na dinâmica de ocupação do território ao longo do tempo. Para oferecer uma visão abrangente da estruturação urbana em Sapiranga, a figura 1 reúne todos os assentamentos mapeados desde os primeiros registros de urbanização.

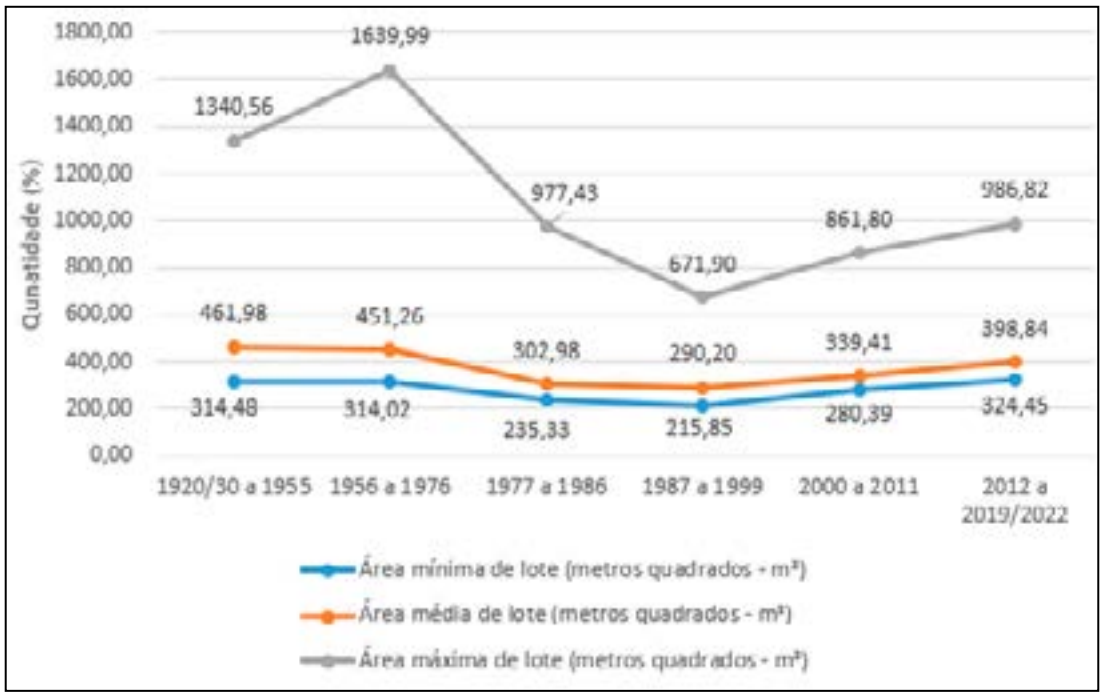
FIGURA 1: MAPA DE 2023 COM A REPRESENTAÇÃO DE TODOS OS PARCELAMENTOS DO SOLO IDENTIFICADOS EM SAPIRANGA



Fonte: Elaboração e análise: autoral, 2024. Nota: Exemplificação da representação espacial conforme sua origem: regulares; irregulares e clandestinos e os já regularizados.

As análises apontam uma sutil relação da tamanho médio dos lotes e a origem dos parcelamentos, quando formais ou informais. É possível visualizar como ocorre essa a tendência ao longo dos anos na figura 2.

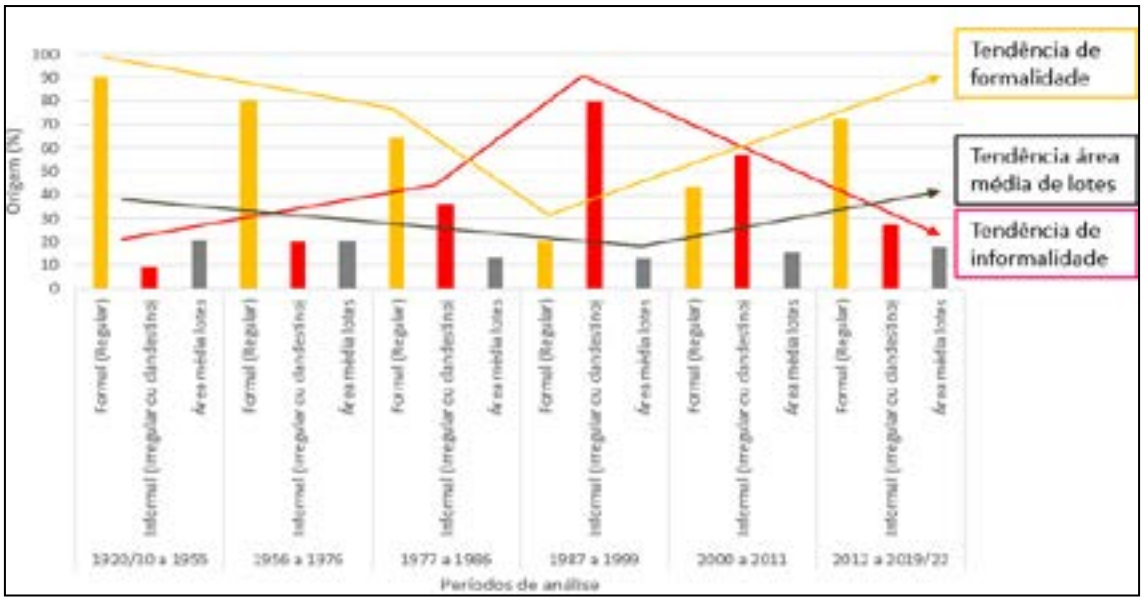
FIGURA 2: TAMANHO MÉDIO DE LOTES NOS PERÍODOS ANALISADOS



Fonte: Elaboração e análise: autoral, 2024.

A partir dos anos 2000, observa-se um aumento gradual da regularidade nos parcelamentos do solo em Sapiranga, acompanhado pela elevação do tamanho médio dos lotes produzidos. A figura 3 ilustra essa relação, evidenciando, por meio da linha de tendência (em preto), como a formalização dos assentamentos acompanha o crescimento dos lotes ao longo dos diferentes períodos analisados.

FIGURA 3: RELAÇÃO DA QUANTIDADE (EM PERCENTUAL) DE PARCELAMENTOS DO SOLO FORMAIS E INFORMAIS COM A ÁREA DE LOTES, POR PERÍODO ANALISADO



Fonte: Elaboração e análise: autoral, 2024.

A análise conjunta dos gráficos percebe-se que, nos períodos em que a informalidade apresentou tendência de crescimento, atingindo o ápice em 1999, houve também uma leve redução na área média dos lotes disponíveis. Isso indica que o tamanho médio dos lotes pode estar relacionado à origem dos assentamentos, isto

é, quanto mais prevalente a informalidade, menores tendem a ser as áreas disponíveis para comercialização.

5 DISCUSSÃO

A Lei nº 6.766/79, ao dificultar o acesso à terra regular, colaborou em parte para o avanço de loteamentos clandestinos e irregulares, cujas consequências recaem sobre o poder público, que posteriormente assume os encargos de infraestrutura desses assentamentos (Fayad, 2018; Maricato, 2014; Rolnik, 2015), os quais geralmente são marcados pela ausência de serviços básicos, precariedade construtiva, vulnerabilidade ambiental, violência urbana e alta densidade populacional.

Tais estudos reforçam que a informalidade ocorreria com maior intensidade a partir da lei federal de parcelamento do solo em 1979. Por consequência, o tamanho dos lotes tenderia a diminuir, muito provavelmente em função do preço da terra, entretanto, os resultados encontrados apontam que, nos últimos anos, começam a surgir uma maior formalidade dos parcelamentos do solo, seja por novos empreendimentos regulares ou regularizados.

Nos últimos anos, observa-se uma tendência de aumento da formalidade nos parcelamentos, acompanhada por uma redução relativa dos assentamentos informais. Ainda assim, nota-se uma correlação sutil entre a informalidade e o tamanho de lotes: quanto maior a informalidade, menores tendem a ser as áreas médias disponíveis, o que reforça a influência da origem do assentamento sobre a morfologia urbana.

Embora essa relação possa ser resultado de outros fatores, indicando que não necessariamente a informalidade diminui à medida que a formalidade aumenta, mas sim, que possa ser produzida por outros elementos não captados neste estudo, como a renda ou a vinda de pessoas que antes não eram atendidas pelos parcelamentos do solo existentes.

A partir de 1998, ano do primeiro processo de regularização fundiária no município, esse movimento de formalização se intensifica, indicando maior adesão às exigências legais e ao controle urbanístico. Desde então, parcelamentos formais tornam-se mais frequentes, enquanto os assentamentos informais tornam-se menos recorrentes. Esse cenário pode estar relacionado a um aprimoramento das ações de fiscalização e aplicação da legislação urbana, embora ainda persistam ocupações irregulares, sobretudo em zonas rurais e áreas periféricas, onde o controle segue limitado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo indica uma possível correlação entre a origem dos assentamentos e o tamanho médio dos lotes: quanto mais informal a ocupação, menor tende a ser essa metragem, sugerindo uma dinâmica fundiária que relaciona a precariedade e a fragmentação do solo.

Apesar da ampla produção acadêmica voltada aos parcelamentos formais e seus efeitos sobre o território urbano (Gonçalves, 2002; Silva e Polidori, 2008; Strohaecker, 2005; Zacchi, 2012), os estudos sobre ocupações informais ainda são escassos. A dificuldade de mapeamento, especialmente diante da ausência de dados por parte dos municípios, limita a sistematização e a análise integrada entre processos formais e informais (Denaldi, 2022).

A consolidação de metodologias e ferramentas que viabilizem o levantamento de informações sobre assentamentos precários pode ser um avanço importante para o campo, sobretudo considerando que os critérios para identificar essas ocupações costumam demandar análises específicas e diferenciadas.

Entender como se dá a escolha das áreas destinadas ao parcelamento, especialmente na expansão horizontal dos municípios, pode contribuir para apontar tendências territoriais e antecipar padrões de ocupação. Ao mesmo tempo, investigar a atuação dos agentes envolvidos no processo fundiário permite refletir sobre

quais políticas públicas seriam mais eficazes no enfrentamento da informalidade e no direcionamento do planejamento regional e urbano.

A escassez de dados consolidados dificulta a definição de prioridades de intervenção, mas estudos que cruzem a origem do parcelamento com a configuração morfológica dos lotes oferecem um caminho promissor para compreender a lógica fundiária e orientar ações mais precisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS, Mário Antonio Ferreira; ABIKO, Alex Kenya. A lei federal de parcelamento do solo (Lei 6766/79) e sua influência no ordenamento da expansão urbana: estudos de casos no município de Mogi das Cruzes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial da União. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. *In*: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleando; LIMA NETO, Vicente (Ed.). Caraterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016. p. 29-52.

CHAER, Tatiana Mamede Salum; FREITAS, Juliana de; BOMTEMPO, Mariana Roberti; SILVEIRA, Valéria Barroso da. Identificação e tratamento dos núcleos urbanos informais isolados – o caso de Brasília. In: KRAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana (orgs.). Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: IPEA, 391 p. 2022, p. 201-32.

DENALDI, Rosana. Identificação e caracterização da precariedade habitacional: desafios conceituais e metodológicos. In: KRAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana (orgs.). Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: IPEA, 391 p. 2022, p. 29-56.

FAYAD, Karime. A produção da cidade informal e o parcelamento do solo urbano: o caso de Rio Branco do Sul - PR. 2018. 282 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

FEITOSA, Flávia da Fonseca; CUNHA, Luis Felipe Bortolatto da; GONÇALVES, Gilmara da Silva; SILVA, Guilherme Frizzi Galdino da; SIMÕES, Pedro Reis Simões. Modelagem para a identificação de núcleos urbanos informais: uma proposta metodológica. In: KRAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana (orgs.). Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: IPEA, 391 p. 2022, p. 115-44.

GONÇALVES, Juliano Costa. A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos: um estudo de caso. 2002. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente), Instituto de Economia, Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.

GUERRA, Rosana; MONTEIRO, Deyvid; MENGUE, Vagner; SANTOS, Letícia; OLIVEIRA, Carolina; BERTOGLIO, Elizabeth; FREITAS, Cilulia. A identificação de fragilidades na aplicação das leis de parcelamento do solo na Região Metropolitana de Porto Alegre, Brasil. GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, n. 14, 2018. p. 225-49.

IBGE / INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Acesso em: 24 set. 2023.

IBGE / INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas populacionais - Aglomerados Subnormais de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/

geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>. Acesso em: 24 set. 2023.

KRAUSE, Cleandro; PETRAROLLI, Juliana Gomes; DENALDI, Rosana; CHAER, Tatiana Mamede Salum;

BOMTEMPO, Mariana Roberti; COUTO, Miriam Francisca Rodrigues. Identificação e caracterização dos Núcleos Urbanos Informais nas Regiões de Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Marabá e Juazeiro do Norte. *In*: KRAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana (orgs.). Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: IPEA, 391 p. 2022, p. 83-114.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

PETRAROLLI, Juliana Gomes; DENALDI, Rosana; KRAUSE, Cleandro. Notas sobre a caracterização dos núcleos urbanos informais. *In*: KRLAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana (orgs.). Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: IPEA, 391 p. 2022, p. 57-82.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo editora, 2015.

SANTANA, Ítalo Costa Vaz. Urbanização em cidades pequenas: o caso de Nova Canaã/BA. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Sitientibus, n. 57, jul/dez, 2017. p. 19-26.
SANTOS, Elizete de Oliveira. Propriedade privada da terra e expansão urbana: caso de concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza. Revista Ateliê Geográfico, Goiânia – GO, v. 6, n. 4, dez. 2012. p. 61-87.

SANTOS, Emmanuel Antonio dos; OLIVEIRA JUNIOR, Arlindo Aparecido Regis de. O parcelamento do solo através do loteamento: o Município e os loteamentos em São José dos Campos. Revista Univap, São José dos Campos – SP, v. 20, n. 35, jul. 2014. p. 151-70.

SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.

SAPIRANGA. Lei Municipal nº 6.381, de 18 de abril de 2019. Estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Sapiranga/RS, englobando a área urbana e rural, e dá outras providências. Câmara Municipal de Vereadores de Sapiranga, Sapiranga-RS, 2019.

SAPIRANGA. Lei Municipal nº 6.897, de 06 de abril de 2022. Regulamente o Uso e a Ocupação do Solo em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Sapiranga/RS, englobando a área urbana e rural, e dá outras providências. Câmara Municipal de Vereadores de Sapiranga, Sapiranga-RS, 2022.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros. 2010.

SILVA, Juliana Gadret da; POLIDORI, Maurício Couto. Evolução urbana, parcelamento do solo e fragmentação. In: ALQUATI, P. O.; CALDERÓN, P.; CATHARINA, R.; POLIDORI, M. (orgs.). Projectare: Revista de arquitetura e urbanismo. n. 2 (88-98). Pelotas (RS): FAUrb/UFPel. 2008.

STIFELMAN, Anelise Grehs; GARCEZ, Rochelle Jelinek. Do parcelamento do solo com fins urbanos em zona rural e da aplicação da Lei nº 6.766/79 e do Provimento nº 28/04 da CGJ/RS (Projeto More Legal III). Revista do Ministério Público do RS. Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 27 dez. 2005.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890 – 1950). Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Depósito Legal: B. 21. V. IX, n. 194 (13). Universidad de Barcelona. 2005. p. 741-98.

UGALDE, Cláudio Mainieri de. O Parcelamento do Solo na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: RABENO, Ricardo (org.). Horizonte Metropolitano; a gestão territorial urbana na região metropolitana de Porto Alegre, 1 ed. Porto Alegre: METROPLAN, 2002, v. 1, p. 11-48.

ZACCHI, R. O papel dos proprietários fundiários e do Estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados: Campos de Goytacazes/RJ (1980-2011). Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. 170 f: Campos dos Goytacazes, 2012.

CRESCIMENTO URBANO, (DES)ENVOLVIMENTO E LIBERDADE: UM DIÁLOGO ENTRE AMARTYA SEN E MILTON SANTOS.[1]

URBAN GROWTH, (UNDER)DEVELOPMENT, AND FREEDOM: A DIALOGUE BETWEEN AMARTYA SEN AND MILTON SANTOS

Michelen Tatiane Rodrigues Franco de Campos Andrighetto[2]
André dos Santos Baldraia Souza[3]

RESUMO EXPANDIDO

1. INTRODUÇÃO

O crescimento urbano no Brasil tem ocorrido de forma acelerada e desordenada, refletindo profundas contradições do processo de urbanização, marcado por desigualdades e exclusões. Como aponta França (2021, p. 116), "problemas diversos marcam a origem e o crescimento das cidades brasileiras de maneira geral", evidenciando um cenário urbano heterogêneo e desigual. Essa expansão, alheia a um planejamento inclusivo, marginaliza amplos segmentos da população, negando-lhes o acesso à cidade plena.

Rolnik (2008) afirma que o modelo urbano brasileiro foi historicamente impulsionado por uma lógica excludente, que privilegiou setores dominantes e relegou a população de baixa renda a espaços marginalizados, sem infraestrutura adequada. Nesse contexto, o artigo justifica-se pela necessidade de repensar as práticas de desenvolvimento urbano a partir de uma abordagem crítica, capaz de articular liberdade, justiça social e direito à cidade.

Nesse sentido, o diálogo entre as contribuições teóricas de Amartya Sen e Milton Santos mostra-se pertinente e fecundo. Sen propõe a noção de desenvolvimento como expansão das liberdades reais que os indivíduos podem exercer, enquanto Santos analisa o espaço urbano como um produto social que revela e reproduz desigualdades. Ambos convergem na crítica ao modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico e apontam caminhos alternativos ancorados na justiça social e na participação cidadã.

2. CRESCIMENTO URBANO E DESIGUALDADE: A PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS

Milton Santos, ao analisar o processo de urbanização brasileira, destaca que o crescimento das cidades, quando orientado pelos interesses do capital, reforça a concentração de recursos em áreas privilegiadas e aprofunda a exclusão das periferias. O autor diferencia o crescimento urbano de expansão física da cidade e de urbanização à transformação qualitativa nas relações sociais e nas condições de vida.

Santos observa que o espaço urbano se torna um instrumento de poder, onde os interesses políticos e econômicos moldam a distribuição dos equipamentos urbanos, gerando um território fragmentado e injusto. A mercantilização do espaço, via especulação imobiliária e valorização seletiva de áreas, reforça a segregação

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.
2 Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da UFRGS – Tramandaí/RS. E-mail: michelenf@gmail.com.
3 Professor da UFRGS – Campus Litoral Norte – Tramandaí/RS. E-mail: andre.baldraia@ufrgs.br

socioespacial e limita o direito à cidade. Para o autor, o espaço não é apenas um cenário, mas um agente ativo nas dinâmicas sociais, um campo de disputa entre diferentes forças e interesses. No livro "*A Urbanização Brasileira*", ele destaca que "[...] espaço vem sendo utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade" (SANTOS, 1993, p. 74).

O papel do Estado, segundo Santos, é ambíguo: ao mesmo tempo em que deveria atuar em prol do bem-estar coletivo, frequentemente favorece setores privilegiados, investindo em grandes obras e projetos voltados à acumulação de capital, em detrimento de políticas habitacionais e de infraestrutura para as populações de baixa renda. Além disso, ele cita o impacto da globalização, que homogeneíza as cidades, impondo modelos urbanos padronizados e afastados das realidades locais.

Apesar da crítica, Santos acredita no potencial transformador dos movimentos sociais e da participação cidadã como meios para democratizar o espaço urbano. A justiça espacial, segundo o autor, só será possível com o envolvimento ativo da sociedade na construção de políticas públicas inclusivas.

3. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: A TEORIA DE AMARTYA SEN

Amartya Sen apresenta uma concepção de desenvolvimento centrada na ampliação das liberdades reais. Para ele, "o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 2000, p. 17). Essa abordagem contrasta com modelos que medem o progresso apenas a partir de indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto.

Sen (2000) propõe o conceito de "capacidades", ou seja, as possibilidades efetivas que os indivíduos têm de viver a vida que valorizam. As privações de liberdade,como a ausência de saúde, educação, moradia e participação política, configuram-se como obstáculos centrais ao desenvolvimento humano. Tais privações são, em muitos casos, consequência de políticas públicas excludentes ou da negligência do Estado em garantir direitos fundamentais.

No contexto urbano, a teoria de Sen permite compreender como as desigualdades espaciais limitam as oportunidades de vida digna. A má qualidade do transporte público, a precariedade das moradias e a carência de serviços básicos impedem o pleno exercício da liberdade, reproduzindo ciclos de pobreza. Sen afirma que a participação ativa dos cidadãos na vida pública é essencial para assegurar o respeito aos direitos e a promoção da equidade social.

Assim como Santos, Sen também destaca o papel do Estado na criação de condições institucionais para a ampliação das capacidades. Ele defende políticas públicas que garantam o acesso universal a serviços e promovam a justiça social.

4. PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE SEN E SANTOS

Apesar de partirem de visões teóricas diferentes, Sen e Santos apresentam algumas convergências em suas análises. Ambos rejeitam a ideia de que o crescimento econômico por si só leva ao desenvolvimento humano. Para eles, é preciso considerar as condições concretas de vida da população e promover políticas que enfrentem as causas estruturais da desigualdade.

Sen foca na dimensão individual da liberdade, enquanto Santos analisa as estruturas sociais e espaciais que produzem privações. Juntos, oferecem uma visão ampliada e complementar: Sen mostra como as privações impactam os sujeitos, e Santos revela como o espaço urbano contribui para perpetuar essas privações.

Um exemplo concreto dessas convergências pode ser observado nas favelas urbanas: a falta de infraestrutura básica compromete as capacidades humanas (Sen) e é resultado da estrutura desigual do espaço urbano (Santos).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura integrada das teorias de Sen e Santos permite compreender que a privação de liberdades, no contexto urbano, é fruto de uma articulação entre fatores estruturais (como a configuração do espaço e a atuação do Estado) e fatores individuais (como as capacidades de agir e escolher). O crescimento urbano desordenado é tanto causa quanto consequência da exclusão social, e atua como um obstáculo à realização plena dos direitos de cidadania.

Os dados teóricos analisados apontam que as cidades brasileiras funcionam como espelhos das desigualdades históricas do país. Regiões centrais acumulam investimentos e equipamentos urbanos, enquanto as periferias permanecem à margem do planejamento. Como afirma Santos (1993, p.45) "a cidade é um espaço de contradições, onde a riqueza e a pobreza coexistem de forma dramática". Esse contraste não apenas reflete injustiças históricas, mas também reforça ciclos de exclusão e marginalização.

A ausência de acesso à saúde, educação, moradia e segurança impacta diretamente as liberdades reais dos indivíduos, como destaca Sen (2000). A pobreza, segundo ele, deve ser compreendida como uma privação de liberdade, e não apenas como escassez de renda. Nesse sentido, a precariedade das condições urbanas compromete o pleno desenvolvimento humano, perpetuando desigualdades intergeracionais.

Além disso, o enfoque dos autores reforça a necessidade de políticas públicas que atuem na raiz dos problemas, reorganizando o espaço urbano e garantindo igualdade de acesso aos bens comuns. A descentralização dos investimentos, a ampliação da oferta de transporte público, a construção de moradias populares e a valorização das periferias são estratégias essenciais para romper com a lógica excludente que estrutura muitas cidades brasileiras.

É importante destacar o papel da democracia e da mobilização social como instrumentos de transformação. Sen defende que "nenhuma política pode ser considerada eficaz se não leva em consideração as vozes das pessoas que ela pretende beneficiar" (SEN, 2000, p. 282). Santos, por sua vez, valoriza os movimentos sociais como sujeitos coletivos capazes de disputar o direito à cidade e de redefinir os rumos do desenvolvimento urbano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta neste trabalho mostra que o crescimento urbano, quando orientado por uma lógica mercantil, reforça desigualdades e compromete a liberdade dos cidadãos. Para reverter esse quadro, é fundamental repensar o planejamento urbano a partir dos princípios de justiça social, inclusão e participação democrática.

A contribuição de Amartya Sen oferece uma abordagem centrada na dignidade humana, destacando que o desenvolvimento exige a eliminação das "principais fontes de privação de liberdade" (SEN, 2000, p. 18). Suas ideias são especialmente úteis para avaliar políticas públicas e indicar caminhos que ampliem as capacidades individuais e coletivas. Milton Santos, por sua vez, nos ajuda a compreender como o espaço urbano é estruturado por relações de poder e como pode ser transformado a partir da ação coletiva.

A leitura conjunta desses autores revela que o verdadeiro desenvolvimento urbano não pode ser medido apenas pela expansão física das cidades ou por indicadores econômicos. Ele precisa ser orientado para a garantia do direito à cidade, que envolve não apenas acesso físico ao espaço urbano, mas também a possibilidade de apropriação, vivência e transformação desse espaço.

Portanto, o desenvolvimento urbano não pode ser medido apenas pelo crescimento físico das cidades, mas pela sua capacidade de oferecer condições reais para que todos os habitantes vivam com autonomia, dig-

nidade e liberdade. O verdadeiro desenvolvimento exige justiça social, participação popular e políticas públicas que combatam as desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANÇA, I.S. **Planejamento, Gestão Urbana e os seus desafios em escalas metropolitanas**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 43, v. 3, p. 103-128, set-dez, 2021.

ROLNIK, R. **Pactuar o território: desafio para a gestão de nossas cidades.** Princípios. Revista Teórica, Política de Informação, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: EdUSP, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

CONTRIBUIÇÕES DAS COOPERATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL[1]

Joel Queiroz da Silva[2]
Carlos Fernando Jung[3]

RESUMO

As transformações econômicas, culturais, políticas, ambientais, sociais e tecnológicas exigem a capacidade das organizações e governos de articularem alternativas que fortaleçam o coletivo para enfrentar desafios e possibilitar o acesso aos benefícios gerados por essas mudanças. A sustentabilidade é essencial para o desenvolvimento local, equilibrando crescimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social. A adoção de práticas sustentáveis fortalece as economias locais, promove inclusão social e aumenta a resiliência diante de desafios como mudanças climáticas e globalização. Integrar a sustentabilidade ao desenvolvimento local é fundamental para alcançar prosperidade duradoura. As cooperativas desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento local, inclusão econômica, fortalecimento das comunidades e práticas sustentáveis. Reconhecidas pela ONU, OIT e UNESCO, as cooperativas contribuem para impulsionar o desenvolvimento econômico e social, gerando empregos, fomentando negócios e promovendo desenvolvimento local endógeno. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a importância e a contribuição das organizações cooperativas para o processo de desenvolvimento local, através a análise de mais de quarenta estudos selecionados em periódicos de diversos países.

Palavras-chave: *Cooperativas; Desenvolvimento Local; Sustentabilidade.*

ABSTRACT

Economic, cultural, political, environmental, social and technological transformations require organizations and governments to articulate alternatives that strengthen the collective to face challenges and enable access to the benefits generated by these changes. Sustainability is essential for local development, balancing economic growth, environmental preservation and social well-being. The adoption of sustainable practices strengthens local economies, promotes social inclusion and increases resilience in the face of challenges such as climate change and globalization. Integrating sustainability into local development is essential to achieving lasting prosperity. Cooperatives play a crucial role in promoting local development, economic inclusion, strengthening communities and sustainable practices. Recognized by the UN, ILO and UNESCO, cooperatives contribute to driving economic and social development, generating jobs, fostering business and promoting endogenous local development. In this context, the objective of this paper is to highlight the importance and contribution of cooperative organizations to the local development process, through the analysis of more than forty studies selected from journals in several countries.

Keywords: *Cooperatives; Local Development; Sustainability.*

1 INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, culturais, políticas, ambientais, sociais e tecnológicas, cada vez mais aceleradas e intensas, exigem da sociedade, dos governos e das organizações públicas e privadas, capacidade de articularem alternativas que fortaleçam o coletivo para enfrentamento dos desafios impostos por essas mudan-

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Mestrando em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: joelsilva@sou.faccat.br .
3 Professor Dr. das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: carlosfernandojung@gmail.com .

ças, que possibilite o acesso aos benefícios gerados a um maior número de pessoas, com potencial para reduzir desigualdades, combater vulnerabilidades, proporcionar inclusão e desenvolvimento socioeconômico para as pessoas e comunidades.

As cooperativas têm sido vistas como instrumento importante na promoção do desenvolvimento local, comunidades e pessoas. Organizações baseadas na participação democrática e no benefício mútuo, elas promovem a inclusão econômica, fortalecem comunidades e incentivam práticas sustentáveis. Está no DNA dessas organizações as questões de sustentabilidade e desenvolvimento das pessoas, comunidades, localidades e regiões. São reconhecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU como instrumento de desenvolvimento econômico e social, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT como ferramenta de inclusão no território local e região, e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO como patrimônio cultural da humanidade (Sistema OCB, 2024).

Segundo pesquisas realizadas pela FIPE (2023), as localidades que contam com a atuação de cooperativas, revelam PIB *per capita*, geração de empregos e a criação de novos negócios, acima da média nacional, demonstrando o potencial dessas organizações para promover desenvolvimento local sustentável.

Um processo de desenvolvimento local consistente e sustentável exige a participação engajada das pessoas, e as organizações cooperativas possuem a mesma necessidade para sustentar o seu fortalecimento e crescimento, nesse sentido, a cooperativa é um elemento intrínseco ao local e a comunidade, identificada e que gera identidade para os membros e coletivo social, possuindo a capacidade de produzir um processo endógeno de desenvolvimento. Atualmente 12% da população mundial é cooperada, no mundo as cooperativas geram de forma direta 280 milhões de empregos, essas organizações estão presentes em 150 países e se as 300 maiores cooperativas do mundo juntas formassem um país, seria a oitava maior economia do planeta (Anuáriocoop, 2024).

A sustentabilidade é um elemento relevante no processo de desenvolvimento local, por buscar equilibrar o crescimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social. Ao adotar práticas sustentáveis, as comunidades atendem as suas necessidades atuais, garantindo que as gerações futuras também possam ter acesso aos recursos. Além disso, a sustentabilidade fortalece as economias locais por meio de práticas produtivas responsáveis, incentiva a inclusão social e promove a resiliência diante de grandes desafios, como as mudanças climáticas, a globalização e a concentração de riqueza e poder. Nesse contexto, pensar em sustentabilidade integrada ao desenvolvimento local não é apenas uma questão ética, mas também uma estratégia efetiva na busca por prosperidade solida e duradoura.

Esse trabalho foi desenvolvido com o intuito de contextualizar a importância e a contribuição das organizações cooperativas no âmbito do desenvolvimento local, a partir da análise de quarenta e sete estudos selecionados, publicados em periódicos de doze países, entre os anos de 2007 e 2024.

2 METODOLOGIA

A revisão sistemática aqui apresentada busca demonstrar o entendimento existente sobre os efeitos e contribuições das cooperativas para o desenvolvimento local, através de resultados e conclusões de estudos desenvolvidos sobre esse tema.

A fim de credenciar os artigos que compõem essa revisão, utilizou-se os seguintes critérios: (i) o documento expressar as relações entre "Cooperativas" e "desenvolvimento local"; (ii) ano de publicação a partir de 2007; (iii) artigos publicitados em português, espanhol e inglês; (iv) publicação em periódicos especializados; e (iv) tratar-se de artigo científico.

Uma busca exploratória foi realizada através da plataforma Google Acadêmico mapeando estudos publi-

cados entre os anos de 2007 e 2024. Após uma triagem foi utilizado o conteúdo de 46 trabalhos selecionados.

A partir da leitura dos periódicos selecionados construiu-se uma planilha eletrônica como instrumento de organização das seguintes informações: (i) ano da publicação; (ii) autores; (iii) título; (iv) periódico; (v) área da revista; (v) país.

Após a coleta de dados, foram analisados e consideradas as constatações, percepções e conclusões dos autores acerca da relação dos temas selecionados.

3 RESULTADOS

Analisando a distribuição anual das publicações selecionadas, dentro do intervalo temporal de 2007 a 2024, encontrou-se para os anos de 2015 e 2020, a produção da metade dos estudos analisados nessa revisão, 23 pesquisas ou 50% do total selecionado e analisado.

Os periódicos brasileiros reúnem 48% das pesquisas analisadas por esse artigo. Do total de trabalhos utilizados nessa revisão, 31 ou 67%, foram publicados em periódicos da América Latina, seguido por 24% em periódicos originários da Europa e 9% na América do Norte.

Verificou-se que a maior parte dos estudos selecionados para essa revisão foram divulgados por periódicos que publicitam conteúdos relativos a Ciências Sociais, 20,6% do total. Periódicos sem área específica recepcionaram 10 dos 46 estudos reunidos nesse trabalho. Das áreas especificas vinculadas aos periódicos consultados para a construção desse trabalho, Ciências Sociais, Economia e Desenvolvimento, foram as áreas que, somadas, tiveram o maior número de estudos realizados, 18 no total ou 39%.

Ao todo, 41 periódicos contribuíram para a composição desse documento, sendo que, somente 4 deles possuem mais de um estudo nos seus acervos. Trinta e sete periódicos, ou seja 90%, forneceram apenas um estudo, cada, para a construção dessa revisão.

4 DISCUSSÃO

As pessoas com dificuldades para acessar o mercado de trabalho, como membro de uma organização ou de forma independente, buscam associar-se a outras pessoas na mesma situação, organizando-se em grupos, associações e cooperativas. Essas organizações caracterizadas pela autogestão, cooperação, percepção de mercado justo e associativismo integrado sustentável desenvolvido localmente, aponta uma via alternativa ao sistema econômico capitalista tradicional e representa um movimento social, mais reformista do que revolucionário, e que é reconhecido como Empreendedorismo Social e compreendido como Negócios Inclusivos (Godói-de-Sousa e Valadão, 2013).

Por outro lado, inúmeras cooperativas tem sido criada nos últimos anos motivadas pelas evidências que demonstram que estas organizações contribuem de forma positiva para o desenvolvimento local. As cooperativas ao empregarem metodologias participativas, privilegiam o potencial endógeno das comunidades, fortalecendo o processo de desenvolvimento local e regional (Pelegrini, D. F., Shiki, S. D. F. N., & Shiki, S., 2015).

Desta forma, a atuação das cooperativas estimula um círculo virtuoso econômico local, com a criação de novos postos de trabalho e ampliação do número de empregos, viabilizando a comercialização de produtos dos associados e proporcionando a geração de renda que movimentará o comércio local (Wiese, A. F., Millanés, O. A. G., & Bovo, M. C., 2020). Os autores ainda constatam que, há geração de renda e circulação dos recursos na economia, fomentado pela atuação das cooperativas, que além de inibir o êxodo das pessoas, mantém e eleva a arrecadação dos municípios. Na percepção dos pesquisadores, as cooperativas influenciam não somente melhorias na qualidade de vida, mas em alguns casos contribuem para estabelecer uma identidade para a população de determinada localidade.

Partindo de uma visão segmentada e analisando as contribuições sociais e econômicas das cooperativas do ramo crédito para o desenvolvimento local, Moscoso, Oliveira & Oliveira (2024) observam que a eficácia dessas entidades vai além de somente atender necessidades financeiras básicas, essas organizações possuem a capacidade de oportunizar melhoria da qualidade de vida das pessoas, comunidades e, consequentemente, promover desenvolvimento humano.

Na sequência, a atuação das cooperativas do ramo agro possibilita aos agricultores, em especial os pequenos produtores, acessar os mercados globalizados e permite que cooperados assumam o controle das etapas de processamento e comercialização de seus produtos agrícolas no lugar de grandes corporações mercantis. Esse movimento possui a capacidade de elevar a renda, incrementar a atividade agrícola, criar e ampliar oportunidades de trabalho, de gerar condições favoráveis para o processo sucessório dos estabelecimentos familiares, fortalecendo o desenvolvimento local através de um processo endógeno (Deggerone e Oliveira, 2018).

Diante da abordagem da relação existente entre cooperativismo e desenvolvimento, verifica-se que as cooperativas possuem uma orientação para a evolução dos cooperados e para a promoção da inclusão dos seus membros, além de estar na essência dessa organização a preocupação genuína com as questões ambientais, bem como com a comunidade (Canquerino, Y. K., & Bertolini, G. R. F., 2019).

A cooperativa é considerada um motor para o desenvolvimento sustentável das comunidades, por ser uma iniciativa local, coletiva, inclusiva, que valoriza a identidade dos profissionais de diferentes atividades econômicas que impactam de forma positiva o bem-estar local (Rivera, V.S.; Cordero, P.M.; Rojas, D.C.; O'Riordan, B, 2017).

Em estudo realizado na Nicarágua, o esforço do trabalho em conjunto, o engajamento dos membros, tendo como instrumento as cooperativas, foi considerada a melhor composição para o desenvolvimento da principal atividade do país que ainda é a agricultura (Altisent Carulla, D., 2015).

No estudo conduzido por Newell et al. (2015), que buscou investigar se a sustentabilidade está integrada nas organizações cooperativas, através da análise da relação entre a teoria da sustentabilidade e os conceitos e as práticas das cooperativas, verificou-se que os princípios cooperativos possuem relação mais forte com os conceitos imperativos sociais, evidenciando a natureza sustentável das cooperativas e a missão dessas organizações com a justiça social.

Pode-se assim, considerar a cooperativa uma opção eficaz para o enfrentamento das injustiças geradas pelo sistema capitalista, porém, o autor alerta para o fato dessa opção, em muitos casos, carregar um elevado nível de idealismo, doutrina e, até mesmo, uma crença mágica de que essa alternativa possui a capacidade de solucionar as dificuldades sociais e promover desenvolvimento, em qualquer contexto e independente de outras variáveis (Vélez- Tamayo, J. M., 2014).

Com a intenção de contribuir para uma melhor compreensão sobre como formas especificas de governança de redes contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento sustentável, Hirschi (2010) destacou em estudo que a adoção de um modelo cooperativo de governança, demonstra-se eficaz por estimular a coesão entre atores de diferentes setores e esferas governamentais, preservando a flexibilidade necessária nas interações pelo seu caráter democrático e equitativo, bem como, mitigando a rigidez que a rede pode desenvolver em razão da forte coesão.

As cooperativas contribuem para a evolução dos seus membros na dimensão econômica através da melhoria do rendimento por meio da maior oferta dos produtos ou serviços dos cooperados no mercado, e na dimensão social através da inclusão social e dando acesso ao cooperado a novos conhecimentos, prestando assistência técnica, bem como, promovendo o *networking* entre os membros sócios da cooperativa, fomentando assim desenvolvimento sustentável (Da Silva, C.L. & Salanek, P., 2009). Segundo os autores, as cooperativas estimulam o desenvolvimento local criando um círculo virtuoso que envolve viabilizar trabalho e renda, que eleva o consumo local, a arrecadação de impostos também é incrementada e os resultados excedentes da coo-

perativa que são reinvestidos localmente, fortalecendo o desenvolvimento local de forma endógena.

Analisando o mundo desenvolvido e em desenvolvimento, observa-se que redes sociais e ações cooperativas com participação efetiva da comunidade local, podem contribuir significativamente para a conquista do desenvolvimento sustentável em diversos setores (Ramaswami, A.; Zimmerman, J. B. & Mihelcic, J. R., 2007). Segundo os autores o mundo em desenvolvimento contribui de forma significativa demonstrando a implementação resiliente e sustentável, no ambiente real, da gestão cooperativa de bens comuns ao longo de muitas gerações. O mesmo trabalho ainda relata que a cooperação em escala comunitária está ressurgindo como uma estratégia adicional para a governança eficaz e sustentável dos bens comuns no mundo desenvolvido. Os pesquisadores afirmam que a aplicação do conhecimento local e do capital social estão presentes, com destaque, em todos os exemplos bem-sucedidos de desenvolvimento sustentável pelo mundo.

O cooperativismo é tido como alternativa viável para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, concluem Leite & Amaral (2013), explicando que esse empreendimento requer baixo investimento para a sua instalação, é um gerador de renda e possui foco no desenvolvimento das pessoas, fator esse que contribui diretamente para a redução de desigualdades sociais e regionais. Os autores reiteram que o cooperativismo não está ligado somente ao aspecto econômico, mas também se vincula ao social e cultural, componentes importantes para atingir um desenvolvimento local sustentável e equilibrado, que beneficie de forma efetiva a comunidade. Acrescentam os pesquisadores que é necessário buscar o fortalecimento do setor no Brasil, sugerindo que políticas públicas sejam concebidas e implementadas no sentindo de ampliar o apoio e fomento, em conformidade com o exposto no artigo 174 da Constituição Federal de 1988.

Observa-se que, embora a cooperativa exerça uma função importante para a sociedade e possua propósito social, as práticas de gestão e desenvolvimento inspiradas na identidade cooperativa ainda são pouco exploradas e difundidas entre as metodologias da administração, pela história, pela educação ou programas políticos e livros (Ouro-Salim, O.; Ba, C. & Rosalem, V., 2019). Outra consideração do estudo reitera que as cooperativas são uma alternativa viável de geração de renda para diferentes grupos sociais, contribuindo eficazmente para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

A Organização das Nações Unidades – ONU, destaca os empreendimentos associativos considerando-os um modo sustentável de trabalho e geração de renda, com potencial de gerar dignidade aos mais pobres, conforme lembra Schneider (2015). Na visão do pesquisador, as organizações da economia cooperativa e solidária, são as estruturas mais adequadas para se alcançar um genuíno e consistente desenvolvimento sustentável, além de serem empreendimentos que não buscam o lucro, mas o excedente, sendo que o primeiro resulta em apropriação individual e o segundo em coletiva. A finalidade do empreendimento cooperativo visa atender as necessidades dos cooperados de forma equitativa, enfrentando assim as desigualdades econômicas e sociais, gerando dignidade e bem-estar material, social e humano (Schneider, J. O., 2015).

Inspirado pelo cooperativismo e tendo como foco o trabalho, o ser humano se identifica e busca sua satisfação plena, gera protagonismo, cria uma conexão com o produto que produz, tendo acesso à utilização do mesmo e não somente focado no capital. Este movimento de resistência, que surge como alternativa em meio ao processo do capitalismo industrial, se molda a um novo contexto de desafios, onde o cooperativismo aliado a outros empreendimentos da economia solidária, buscam uma economia mais solidária, humana e participativa, que viabilize um desenvolvimento que beneficie as pessoas e a comunidade (Schneider, J. O., 2015).

Estudo realizado por Lins & Pires (2011) em uma das regiões mais desfavorecidas do sul da França, pela perspectiva geográfica e social, constataram que, apesar adversidades existentes, a capacidade de organização da população é tida como uma vantagem na comparação com outras regiões produtoras de leite, condição essa, que proporcionou a valorização do produto e promoveu a autonomia do produtor frente às grandes empresas compradoras desse produto. Nesse contexto, as autoras perceberam que as cooperativas dessa região movimen-

tam toda a economia local, além das existentes inspirarem a criação de novas.

A região sudeste do estado de Roraima no Brasil, enfrentava enormes dificuldades para comercializar os produtos produzidos localmente, em razão da precificação imposta pelos compradores, que era injusta. A alternativa encontrada foi a constituição de uma cooperativa que pudesse centralizar e intermediar as transações, iniciativa que melhorou a renda dos produtores locais, proporcionou melhor qualidade de vida, bem-estar social e desenvolvimento (Pereira, M. J. A. & Santos, A. R. V., 2013).

O crescente interesse por iniciativas sociais inovadoras, tanto de empreendedores, como de organizações e de movimentos, demonstra uma importante tendência de mobilização e conscientização coletiva, para enfrentamento das diferenças sociais que é um dos grandes desafios do futuro da humanidade, segundo a perspectiva de Bignetti (2011).

Na análise do sistema de inovação social de Quebec, no Canadá, que é baseado na colaboração, na coesão social e na construção de consenso entre uma pluralidade de atores e lógicas econômicas, Klein et al. (2013) conclui que, governança participativa, coprodução de serviços, co-construção de políticas públicas, bem como o caráter plural da economia, representam aspectos importantes deste sistema.

Esteves (2011) alerta que o tema desenvolvimento não compreende somente à esfera econômica da organização social, sendo necessário uma articulação entre desenvolvimento humano, social e econômico, de modo a promover e garantir condições satisfatórias à vida, cabendo salientar que, não existe desenvolvimento social em um ambiente de desigualdades. Nesse contexto, ganha relevância os empreendimentos com foco na sociedade civil e com capacidade de promover parcerias envolvendo comunidade, governo e organizações privadas.

Portanto, o sistema cooperativo se destaca como um importante agente de estímulo ao desenvolvimento local, pois proporciona inclusão social, geração de trabalho e renda, oportunidades para os negócios dos diferentes segmentos de mercado, contribuindo assim para melhorar as condições de vida da população local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas se destacam como agentes de transformação local, promovendo crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade. Contudo, seu impacto pode ser ampliado por meio de políticas públicas que incentivem a criação, inovação e a conscientização das pessoas a respeito das cooperativas, seus benefícios, vantagens, características e peculiaridades.

Refletindo separadamente sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, economicamente verifica-se em diversos estudos realizados, principalmente na América Latina, que cooperativas agropecuárias geraram melhorias significativas na renda familiar em áreas rurais, além de evitar o êxodo de jovens e apoiar o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais, promovendo desenvolvimento local. No continente europeu e em país como o Brasil, as cooperativas têm contribuído para a inclusão bancária de populações de baixa renda, educação financeira e acesso a recursos de uma forma mais justa.

Os principais impactos econômicos, referenciados em diversos estudos e análises, dizem respeito a geração de empregos em regiões menos industrializadas e fragilizadas nos demais setores, e fortalecimento de pequenas economias por meio do aumento da renda local e do consumo.

Referente aos aspectos sociais, as cooperativas demonstram promover a inclusão, redução de desigualdades, combater as situações de vulnerabilidade, gerar acesso a trabalho e renda, além de proporcionar dignidade e identidade coletiva, impulsionando desenvolvimento local, das pessoas e da comunidade. A responsabilidade social está no DNA das cooperativas que possui preocupação genuína com as necessidades das pessoas e comunidades. O estímulo à educação é uma das iniciativas das cooperativas que contribui significativamente para o desenvolvimento dos cooperados, comunidades e regiões.

Do ponto de vista ambiental são evidentes as práticas de preservação e cuidado com o meio ambiente, das cooperativas do ramo agro e também a governança das cooperativas do ramo crédito a fim de garantir que não financiem operações ligadas a qualquer tipo de atividade que impacte negativamente na natureza.

A economia solidária estimula o desenvolvimento local consistente e sustentável por valorizar a diversidade, preocupar-se com a relação do ser humano com o meio ambiente que integra, oferecer alternativas para uma construção social de desenvolvimento econômico no pleno exercício da cidadania. Esse modelo tem demonstrado ser uma importante alternativa para o enfrentamento dos efeitos de crises econômicas, desemprego, desigualdades sociais e agressões ambientais, além de contribuir para a formatação de condições favoráveis que levem ao alcance do desenvolvimento sustentável. Em muitos dos casos existentes, em diversos lugares do mundo, pode-se observar a importante contribuição das cooperativas, de diferentes ramos, para obtenção dos resultados preconizados.

Embora os benefícios sejam claros, os desafios relacionados à profissionalização da gestão e à competitividade no mercado precisam ser abordados para aumentar o impacto positivo das cooperativas e alavancar os resultados gerados em prol de cooperados e comunidade.

Portanto esta pesquisa levantou aportes teóricos importantes acerca do potencial e da relevância das cooperativas para o processo de desenvolvimento local, apontando a necessidade de mais estudos sobre essa relação, avaliando de forma mais profunda os efeitos produzidos em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTISENT CARULLA, D. E**l caso UCA Tierra y Agua, un proyecto de desarrollo turístico en Nicaragua.** Letras Verdes Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales, 18, 71. https://doi.org/10.17141/letrasverdes.18.2015.1625 , 2015.

ANUÁRIOCOOP 2024. **Dados do cooperativismo mundial.** Disponível em: < https://anuario.coop.br >. Acesso em 01/05/2024.

BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa**. Ciências Sociais Unisinos, 47(1), 3–14. https://doi.org/10.4013/csu.2011.47.1.01 , 2011.

CANQUERINO, Y. K., & BERTOLINI, G. R. F. **A DISCUSSÃO CIENTÍFICA SOBRE O COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**. Informe GEPEC. https://doi.org/10.48075/igepec.v23i2.20423 , 2019.

DA SILVA, C. L., & SALANEK FILHO, P. **Capital Social y Cooperativismo Agropecuario: Una Evaluación del Funcionamiento de la Cooperativa COPACOL/Paraná/Brasil.** Revista de Ciencias Sociales - Universidad Del Zulia. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 15(1). https://doi.org/10.31876/rcs.v15i1.25428 , 2009.

DEGGERONE, Z. A., & DE OLIVEIRA, C. A. O. **A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na região do COREDE Norte (RS)**. Extensão Rural. https://doi.org/10.5902/2318179630340 , 2018.

ESTEVES, A. G. **Economia solidária e Empreendedorismo Social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho.** O social em questão, (25/26), 237-260. 2011.

GODÓI-DE-SOUSA, E., & VALADÃO JÚNIOR, V. M. **Social enterprises in Brazil: Socially produced knowledge versus social innovation.** Journal of Technology Management & Innovation, 8, 29–30. https://doi.org/10.4067/s0718-27242013000300015 , 2013

HIRSCHI, C**. Strengthening regional cohesion: Collaborative networks and sustainable development in Swiss rural areas**. Ecology and Society: A Journal of Integrative Science for Resilience and Sustainability, 15(4). https://doi.org/10.5751/es-03714-150416 , 2010.

KLEIN, J.-L., FONTAN, J.-M., HARRISSON, D., & LÉVESQUE, B. **The Quebec system of social innovation: a focused analysis on the local development field.** Finisterra, 47(94). https://doi.org/10.18055/finis2679 , 2013.

LEITE, G. S., & AMARAL, A. P. M. **O cooperativismo no contexto da ordem econômica e as perspectivas de desenvolvimento nacional.** Derecho y Cambio Social, 10(34), 23. 2013.

LINS, M. L. & PIRES, S. **Cooperativismo e dinâmicas produtivas em zonas desfavorecidas. O caso das pequenas cooperativas agrícolas do Sul da França.** Porto Alegre: Revista Sociologias, Ano XIII 13, nº 26, 2011. https://doi.org/10.1590/s1517-45222011000100010

MOSCOSO, E., OLIVEIRA, E., & DE OLIVEIRA, M. **Analysis of the contributions of credit cooperatives in the development of the municipality of Ji-Paraná (RO).** Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales, 17. https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-237 , 2024.

NEWELL, R., DALE, A., HERBERT, Y., DUGUID, F., FOON, R., & HOUGH, P. **Trans-disciplinary research: An academic-practitioner partnership effort on investigating the relationship between the cooperative model and sustainability.** International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences, 4(1), 23. https://doi.org/10.17583/rimcis.2015.1384 , 2015.

OURO-SALIM, O., BA, S. A. C., & ROSALEM, V. **Impacto socioeconômico das cooperativas: contribuição para um mundo melhor.** Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 5(10), 189. https://doi.org/10.5902/2359043231026 , 2019.

PELEGRINI, D. F., SHIKI, S. D. F. N., & SHIKI, S. **Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil.** Extensio Revista Eletrônica de Extensão, 12(19), 70. https://doi.org/10.5007/1807-0221.2015v12n19p70 , 2015.

PEREIRA, M. J. A., & SANTOS, A. R. V. **Cooperativismo na Amazônia setentrional: caminhos e descaminhos.** Revista de Administração de Roraima - RARR, 3(1), 187–210. https://doi.org/10.18227/rarr.v3i1.1579 , 2013

RAMASWAMI, A., ZIMMERMAN, J. B., & MIHELCIC, J. R. I**ntegrating developed and developing world knowledge into global discussions and strategies for sustainability. 2. Economics and governance.** Environmental Science & Technology, 41(10), 3422–3430. https://doi.org/10.1021/es0603047 , 2007.

RIVERA, V. S., CORDERO, P. M., ROJAS, D. C., & O'RIORDAN, B. I**nstitutions and collective action in a Costa Rican small-scale fisheries cooperative:** the case of CoopeTárcoles R.L. Maritime Studies, 16(1). https://doi.org/10.1186/s40152-017-0077-1 , 2017.

SCHNEIDER, J. O. **Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. Otra Economía**, v. 9, n. 16, enero-junio/2015.

VÉLEZ - TAMAYO, J. M. **Construcción del concepto de economía solidaria: una mirada a la teoría económica compreensiva.** Cooperativismo & desarrollo, 22(105). https://doi.org/10.16925/co.v22i105.690 , 2014.

WIESE, A. F., MILLANÉS, O. A. G., & BOVO, M. C. **AS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**: um estudo em dois municípios do Paraná. Revista Perspectivas Contemporâneas. https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3241 , 2020.

3 Políticas Públicas

AVANÇO DA LONGEVIDADE HUMANA: REPERCUSSÕES NA PREVIDÊNCIA SOCIAL[1]

ADVANCEMENT OF HUMAN LONGEVITY: REPERCUSSIONS ON SOCIAL SECURITY

Osiel Pimentel de Bitencourt[2]
Letícia Orrijo da Silva[3]
Dilani Silveira Bassan[4]

RESUMO

Este artigo tem como tema o aumento da expectativa de vida e repercussões no sistema previdenciário brasileiro. O principal objetivo do estudo é analisar os impactos socioeconômicos do envelhecimento populacional na previdência social, sendo os objetivos específicos propostos baseados em pesquisa bibliográfica, com vistas a investigar a dinâmica do processo de envelhecimento populacional e seus impactos nos benefícios sociais e previdenciários. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou-se de revisão bibliográfica. O sistema de Seguridade Social, ainda que previsto em Constituição, enfrenta desafios quanto ao acesso pleno de direitos, em especial, a previdência, uma vez que a sua manutenção e continuidade foi pensada a partir das contribuições por parte da população em idade ativa.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional; repercussões sociais; seguridade social.

ABSTRACT

This article focuses on the increase in life expectancy and its repercussions on the Brazilian social security system. The main objective of the study is to analyze the socioeconomic impacts of population aging on social security. The specific objectives proposed are based on bibliographic research, with a view to investigating the dynamics of the population aging process and its impacts on social and social security benefits. The research, of a qualitative nature, used a bibliographic review. The Social Security system, although provided for in the Constitution, faces challenges regarding full access to rights, especially social security, since its maintenance and continuity was designed based on contributions from the working-age population.

Keywords: *Population aging; social repercussions; social security.*

1 INTRODUÇÃO

A previdência é um dos pilares do Sistema de Seguridade Social brasileiro. Sistema este, que é integrado por ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, previsto em Constituição. Estudos demográficos apontam um aumento na expectativa de vida por maior acesso à saúde e à melhoria das condições, bem como a diminuição da taxa de fertilidade que está relacionado a crescente dos níveis de escolaridade e planejamento familiar (Cardozo, 2021).

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.
2 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: osielbitencourt@gmail.com.
3 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: leticia.silva@sou.faccat.br.
4 Professor(a) das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: dilanib@faccat.br.

Essas mudanças na estrutura populacional trazem ao país uma nova realidade, onde a população idosa estará em maior número, fora da faixa etária para atividade laborativa, gerando reflexos nítidos no sistema previdenciário (Amaro; Afonso, 2018). Uma vez que a previdência social no Brasil já se encontra num contexto de sobrecarga orçamentária e, relacionando com os estudos acerca do aumento da expectativa de vida dos brasileiros, considera-se a relevância do tema, o qual viabilizou o seguinte problema de pesquisa: quais as implicações da longevidade humana no contexto da previdência social no Brasil?

O objetivo do presente artigo é analisar os impactos socioeconômicos do envelhecimento populacional na Previdência Social, assim como os objetivos específicos pretendem: (i) investigar a dinâmica do processo de envelhecimento populacional; (ii) estudar quais os impactos do envelhecimento nos benefícios sociais e previdenciários.

Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, sendo realizada revisão bibliográfica sobre o aumento da expectativa de vida e suas repercussões no sistema previdenciário brasileiro, considerando as seguintes palavras: (i) envelhecimento populacional; (ii) impactos sociais; e (iii) seguridade social.

O artigo inicia com a contextualização sobre o tema e problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, justificativa e metodologia. Em seguida, trata-se sobre a análise e discussão em relação ao envelhecimento populacional, processo de transição demográfica no Brasil e implicações na previdência social. A última sessão aborda as conclusões resultantes da pesquisa.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO

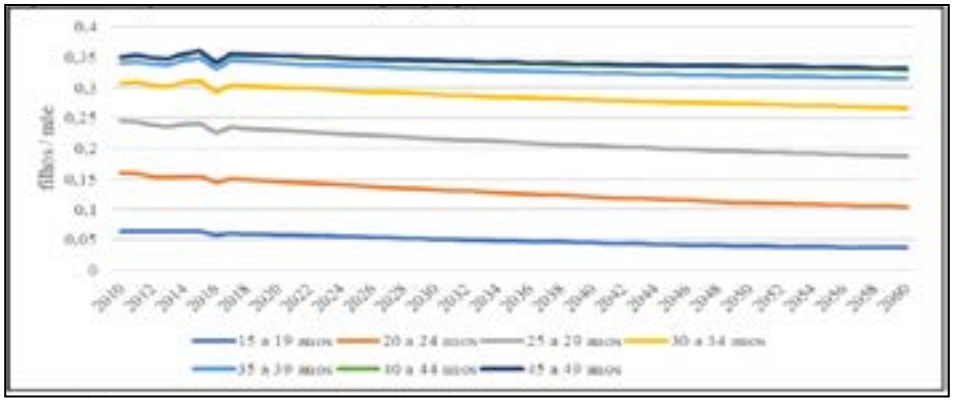
2.1 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, UM PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

O envelhecimento da população, resultado do desenvolvimento humano, é impulsionado pelos avanços em saúde, tecnologia e outras esferas sociais. Esse processo é marcado por mudanças físicas e psicológicas que ocorrem com o passar do tempo, trazendo diversas repercussões sociais. O envelhecimento se divide em três dimensões principais: a biológica, que reflete a vulnerabilidade crescente e a senescência; a social, que se relaciona aos papéis desempenhados pelos idosos na sociedade e a psicológica, que se refere à capacidade de tomar decisões e realizar ações (Melro, 2020).

Não resta dúvida que o processo de envelhecimento populacional é decorrente da transição demográfica produzindo impactos significativos na sociedade e contribuem para a mudança do comportamento demográfico, a redução nas taxas de fecundidade, a significativa redução da mortalidade e a elevação da expectativa de vida, que em conjunto respondem por um maior número de idosos. Por conseguinte, com a redução do grupo das crianças e a elevação sustentada do grupo dos idosos ocorre a intensificação do envelhecimento populacional, processo que provoca profundas transformações nos indivíduos, nas famílias e na sociedade, trazendo impactos sociais e econômicos que demandam a criação e adaptação das políticas públicas para atender com qualidade ao cidadão dessa faixa etária (Oliveira, 2019).

Em relação à taxa de fecundidade (filhos por mãe) é possível observar sua redução baixando de 1,83 em 2010 para 1,66 em 2020. As projeções para os anos vindouros, de acordo com o IBGE (2018) são de diminuição em todas as faixas etárias, conforme Figura 1.

FIGURA 1 – PROJEÇÃO FECUNDIDADE TOTAL POR GRUPOS ETÁRIOS 2010-2060



Fonte: Adaptado com base nos dados do IBGE, 2008 e Banco Mundial, 2018

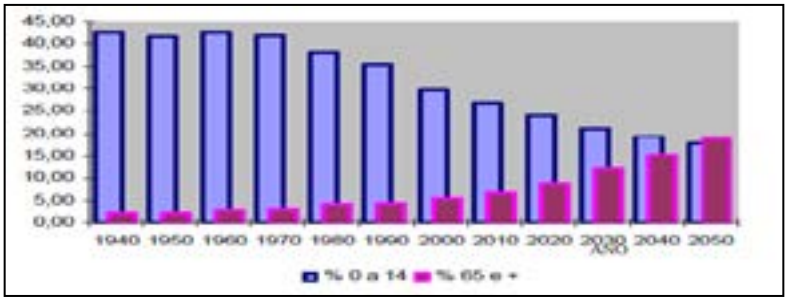
Neste sentido ainda, Lima *et al.* (2025), enfatiza que contribuem ainda para o aumento da expectativa de vida, o crescente número de mulheres no mercado de trabalho, com priorização da carreira profissional e consequente postergação da maternidade, as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias, acrescentando ainda os avanços da medicina e a melhoria dos índices de qualidade de vida em certos países. No Brasil, conforme dados da Agência Senado, em 1923 a quantidade de idosos no país representava 4% do contingente populacional, atualmente representa 15%, o que confirma o rápido processo de transição demográfica.

Assim, é possível observar que o envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno demográfico crescente e significativo, com profundos efeitos sociais e econômicos. O país está passando por uma transição demográfica marcada pela redução das taxas de mortalidade e fecundidade, que tem resultado em uma proporção crescente de idosos na população. O resultado na queda das taxas de fecundidade, especialmente desde a década de 1960, foi marcado pelo acesso a métodos contraceptivos e a participação das mulheres no mercado de trabalho (Souza, *et al.* 2021).

Outros aspectos também se destacam, pois conforme informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD indicam que, entre 1998 e 2003, houve uma melhoria nas condições de saúde dos idosos, provavelmente influenciada pelo aumento do nível educacional, pela melhoria nas condições socioeconômicas dos idosos e pelo maior acesso aos serviços de saúde (Melo, *et al.* 2017).

Estima-se que a última fase da transição demográfica ocorrerá quando as taxas de natalidade e de mortalidade estiverem em um nível próximo de zero associado à continuidade do aumento de idosos (65 anos ou mais) em relação à população total, que ocorrerá por volta de 2050. Esse processo de transição prevista para 2050, trará desafios para as políticas públicas, principalmente em relação aos jovens e idosos, pois em contrapartida ao envelhecimento, haverá significativa diminuição da população com menos de 15 anos (Nascimento *et al.*, 2020).

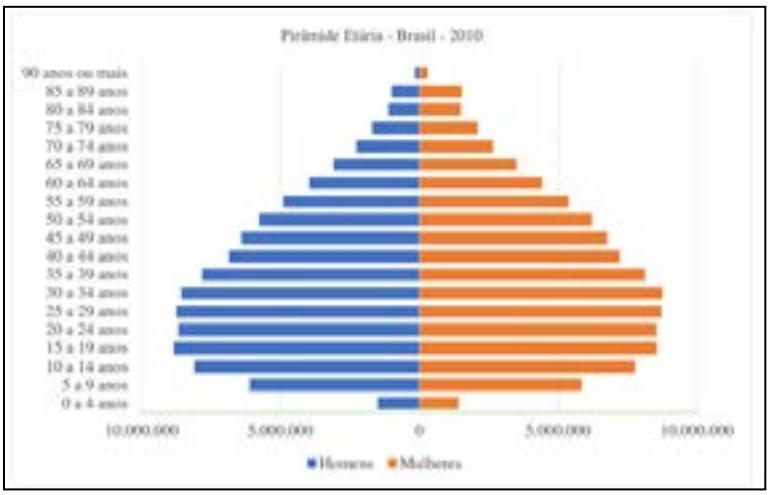
GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO BRASILEIRA JOVEM E IDOSA EM PERCENTAGEM DE 1940 A 2050



Fonte: Brito, 2007.

Souza, *et al*. (2021) destaca a diferença da Pirâmide Etária no Brasil em 2010 e sua projeção para 2040, conforme observamos nos Gráficos 2 e 3.

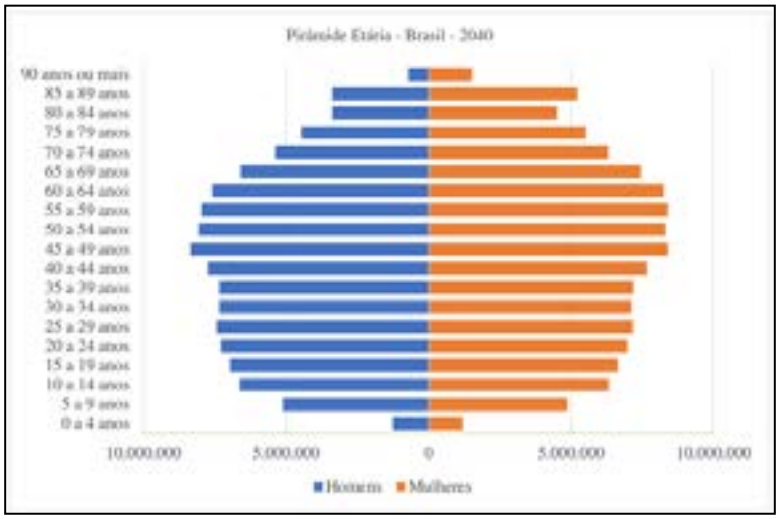
GRÁFICO 2 – PIRÂMIDE ETÁRIA – BRASIL 2010



Fonte: IBGE (2018)

Observa-se que a população idosa que antes era significativamente menor que a população jovem, em 2040 será maior, retratando a transição demográfica em que o país está passando.

GRÁFICO 3 – PIRÂMIDE ETÁRIA BRASIL 2040



Fonte: IBGE (2018).

Conforme observa Tizotte (2022) a população mundial com 60 anos ou mais está crescendo em ritmo mais acelerado do que os grupos etários mais jovens. De acordo com a Divisão de População das Nações Unidas (UN, 2019), em 1950, apenas 8% da população global tinha 60 anos ou mais, percentual que aumentou para 13,5% em 2020 e pode alcançar 28,2% até 2100. No caso das pessoas com 80 anos ou mais, os números são ainda mais impressionantes: representavam 0,6% da população em 1950, 1,9% em 2020 e estima-se que cheguem a 8,1% em 2100. Em termos absolutos, isso equivale a 14 milhões em 1950, 72 milhões em 2020 e 881 milhões em 2100.

De acordo com o IBGE, a expectativa de vida ao nascer no Brasil em 2024 é de 76,6 anos. O instituto prevê que a expectativa de vida no país chegue a 83,9 anos em 2070 (IBGE, 2022). O impacto desse crescimento, que em 2030 poderá exceder 40 milhões e em 2060 ultrapassar 60 milhões de pessoas no Brasil, é sentido na

economia, no mercado de trabalho, nas relações familiares, no sistema de saúde e, de forma significativa no Sistema de Previdência Social (Andrade, 2019).

Portanto, o envelhecimento populacional exige dos governantes uma postura ativa na elaboração de políticas públicas que atendam as necessidades desse grupo etário que se encontra em condições mais vulneráveis em razão de suas condições físicas, psicológicas, patrimoniais ou institucionais. Tais políticas são imprescindíveis para a proteção integral desse grupo etário (Carla, 2022).

Diante da projeção da OMS de 840 milhões de idosos ao redor do mundo em 2025, é justificável que líderes globais priorizem essa parcela da população, que necessita de políticas públicas para garantir seus direitos e promover melhorias sociais, devido as condições de vulnerabilidade as quais estão expostos. Embora toda a sociedade tenha o dever de cuidar de seus idosos, cabe especialmente ao poder público desenvolver ações que os protejam contra qualquer forma de negligência ou violência (Carla, 2022).

Como se pode observar, o amadurecimento da população é um fenômeno atual, mundial, ainda que venha ocorrendo em diferentes momentos, e, no caso do Brasil ocorre de forma acelerada, demandando atenção especial das autoridades na elaboração de políticas públicos que atendam as novas demandas decorrentes deste processo de transição da população.

2.2 IMPACTOS DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O amadurecimento da população se reflete tanto na esfera social como econômica, uma vez que atinge os gastos públicos, especialmente com a saúde pública, seguridade social e emprego. Assim, diante dessa nova realidade que se apresenta, é necessária a reformulação das políticas públicas existentes para que estas não sejam comprometidas e atendam de forma adequada as demandas do público idoso (Schwarz, 2022).

Conforme pesquisa realizada, em 2010 havia 39 idosos para cada grupo de 100 jovens, já a perspectiva para 2040 é que sejam 153 idosos para cada 100 jovens. Como essas mudanças vêm acontecendo de forma acelerada, é necessária uma resposta ágil e eficaz do Estado por meio da criação e execução de políticas públicas essenciais. Assim, um dos desafios do envelhecimento populacional é a adequação da Seguridade Social (Miranda, *et al*. 2016).

Para Bitencourt (2019) o aumento da população idosa exige a formulação de políticas públicas, destacando que a Constituição Federal de 1988 tem acenado positivamente neste sentido ampliando os direitos civis e sociais, entre eles a garantia de renda a pessoa idosa, por meio dos benefícios contributivos (previdenciários) ou não contributivos (sociais).

Dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que revelam o aumento da expectativa de vida nos últimos 120 anos (Tabela 1). Em 1920 a esperança de vida ao nascer era de 35,2 anos, enquanto em 2022 chegou a 75,5 anos e deve chegar a 79,9 anos em 2040. De acordo com a tabela apresentada, além da elevação da expectativa de vida, é possível observar o índice de envelhecimento e a evolução histórica de acordo com as faixas etárias.

TABELA 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS ENTRE OS ANOS DE 1920 E 2040.

FAIXA ETÁRIA	1920	1950	1980	2010	2022	2040
0 a 4 anos	4593103	8370880	16423700	13796159	12704800	11267417
5 a 9 anos	4575530	7015527	14773741	14969375	13749440	11813256
10 a 14 anos	3909530	6308567	14263322	17195751	13674007	12360437
15 a 19 anos	4217917	5602315	13575971	16990870	14375942	13019512
20 a 24 anos	2139364	4991139	11513220	17245190	15466463	13717223
25 a 29 anos	2487431	4132271	9442217	17104413	15469723	14514616
30 a 39 anos	3560225	6286052	14039109	29633093	31645908	31914624
40 a 49 anos	2401200	4365359	10377274	24842718	29712282	32893266
50 a 59 anos	1451319	2650314	7250094	18416621	24167687	32447959
60 a 69 anos	800896	1461468	4474511	11349929	17820621	25811887
70 ou mais	433310	753873	2741506	9240670	14292909	26380007
Esperança de vida ao nascer	35,2	52,3	64,7	73,9	75,5	79,9
Razão de dependência	89	85,6	79,6	55,2	44,9	64,7
Índice de envelhecimento	10,6	10,2	15,9	39,3	80	152,9

Fonte: Dados adaptados (IBGE 2015-2022).

No Brasil, a influência da dinâmica demográfica sobre a previdência social tem sido analisada por diversos estudiosos. Embora o país apresente uma taxa de dependência de idosos inferior a 10%, seus gastos previdenciários em relação ao PIB são comparáveis aos de nações com populações mais envelhecidas, como Itália, Grécia e Alemanha, que estão em estágios avançados da transição demográfica e com taxas de crescimento populacional próximas de zero. A transição demográfica praticamente dobra a alíquota necessária para o equilíbrio do sistema. Além disso, incluir no modelo previdenciário os trabalhadores informais, que não contribuem atualmente, poderia ajudar a reduzir o déficit. Uma pesquisa baseada em dados da PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE nos anos de 2012 a 2018, mostrou que a dinâmica demográfica teve impacto direto nos gastos previdenciários brasileiros, revelando uma relação positiva entre a razão de dependência e o aumento das despesas previdenciárias (Schwarz, 2022).

De acordo com dados do IBGE, a população brasileira com mais de 60 anos cresceu 42% entre 2000 e 2010. Esse aumento tem levado os formuladores de políticas públicas a reconsiderarem as necessidades desse grupo. É direito garantido pela CF a renda para os idosos, por meio de benefícios. Isso resultou em um aumento na proporção de idosos que recebem benefícios, tornando essa fonte de renda cada vez mais importante para a sustentação financeira dessa faixa etária. Por conseguinte, a Previdência Social cobre uma série de contingências e riscos garantindo diversos benefícios como aposentadorias, pensões por morte, auxílios (por doença, por acidente e por reclusão), salário (família e maternidade) e serviços (perícia e reabilitação profissional), se consolidando como o maior programa de transferência de renda do governo federal (Bitencourt, 2019).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), vinculado à Assistência Social, é uma transferência mensal de renda equivalente a um salário-mínimo, conforme estabelecido pelo artigo 203 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelos artigos 20 e 21 da Lei Orgânica de Assistência Social. Esse benefício não exige contribuições prévias ao sistema de Seguridade Social e é destinado a pessoas idosas com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho, cuja renda familiar *per capita* seja inferior a um quarto do salário-mínimo (Brasil, 1988, 1993).

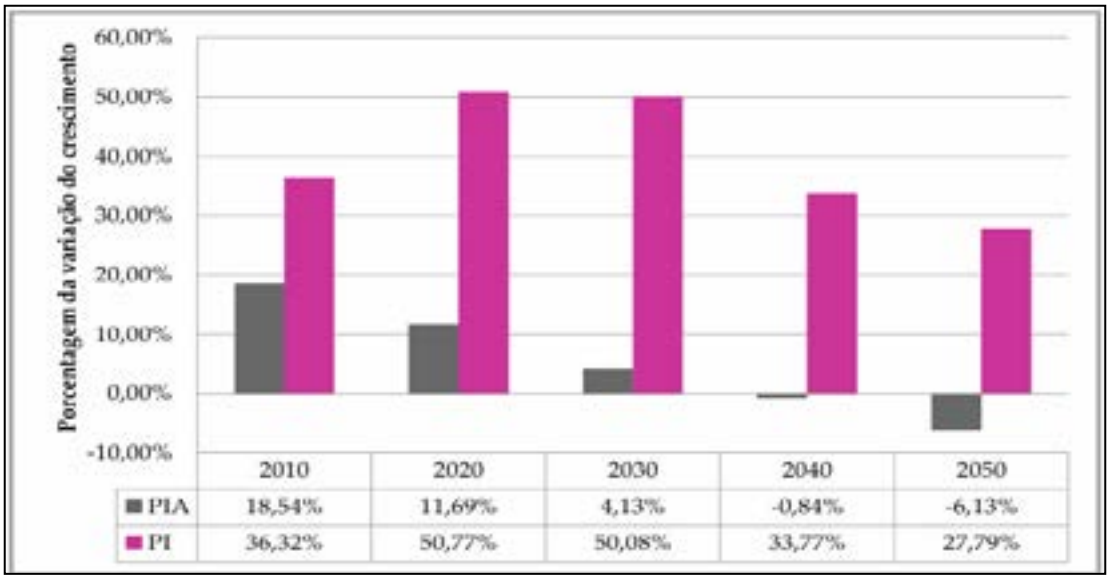
A gestão do BPC envolve o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como órgão operador e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como órgão regulador. Assim, apesar de o MDS coordenar o programa, o benefício deve ser solicitado nas agências do INSS. O financiamento do BPC é realizado com recursos da Seguridade Social, direcionados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Em 18 anos de existência, o BPC registrou um aumento superior a quatrocentas vezes no número de concessões para idosos e em 2014, 75,2% dos homens idosos e 74,7% das mulheres eram beneficiários da Previdência Social (Bitencourt, 2019).

Lima *et al*. (2024) refere que de acordo com Tribunal de Contas da União (TCU) (2019) o número de benefícios assistenciais (ao idoso e deficientes) era de 1,5 milhão para mais de dois milhões de pessoas no período de 1996 à 2018. Em levantamento realizado pelo mesmo órgão constatou-se que em razão do aumento da

expectativa de vida, o tempo médio de recebimento do benefício que era de 5,5 anos, passou mais de 10 anos e a idade média de morte dos beneficiários que era de 74,9 anos, passou para 77,9 anos. Os fatores destacados contribuem também para o aumento do déficit previdenciário do governo federal com gastos previdenciários, tendo uma taxa de crescimento de 11,9% ao ano, conforme o TCU (2020), o que pode comprometer a sustentabilidade da Previdência Social brasileira.

Mesmo em relação aos benefícios contributivos, em razão do sistema do regime de repartição simples, há necessidade de equilíbrio entre o pagamento de benefício e contribuintes, que também é afetado pela transição demográfica. A nova situação demográfica o número de jovens a custear os benefícios irá reduzir significativamente. Além do mais, a população em idade ativava (PIA) vai reduzindo cada vez mais enquanto aumenta a população idosa (Lima *et al.*, 2024).

GRÁFICO 04 - VARIAÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) E DA POPULAÇÃO IDOSA (PI), ENTRE 2010 E 2050.

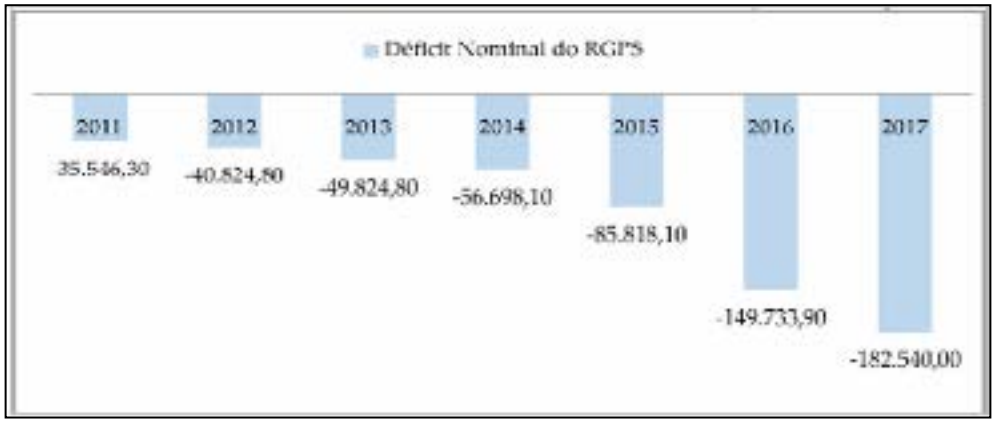


	2010	2020	2030	2040	2050
PIA	18,54%	11,69%	4,13%	-0,84%	-6,13%
PI	36,32%	50,77%	50,08%	33,77%	27,79%

Fonte: Adaptado de Projeção da População do Brasil do IBGE, 2013.

A realidade apresentada no Gráfico 4 demonstra o aumento constante do desiquilíbrio financeiro do Regime Geral de Previdência Social, que de 2015 para 2016 aumentou cerca de 75%, enquanto em 2017 ocorreu um acréscimo de 22% (Nascimento *et al.*, 2020).

GRÁFICO 05- DÉFICIT NOMINAL DO RGPS ENTRE 2011 E 2017 (EM MILHÕES).



Fonte: Adaptado de Secretaria de Previdência, 2017.

De outro lado, as aposentadorias desempenham um papel crucial na dinâmica econômica dos idosos, re-

presentando uma fonte fundamental de renda para essa parcela da população. Para muitos idosos, a aposentadoria é a principal ou até mesmo a única fonte de sustento financeiro após anos de contribuição para o sistema previdenciário. Assim, o grau de dependência dos idosos em relação ao suporte de renda oferecido pelo Estado é expressivo. Para muitos, os benefícios previdenciários representam uma base essencial para garantir um padrão de vida minimamente digno na terceira idade. Essa provisão estatal afeta não só a vida dos aposentados individualmente, mas também tem repercussões significativas na estrutura familiar, sendo frequentemente uma parte importante da renda total das famílias (Lira, 2023).

Portanto, não se pode deixar de reconhecer a relevância das aposentadorias e benefícios sociais não apenas para o bem-estar dos idosos, mas também para a estabilidade financeira de famílias inteiras. Qualquer alteração no sistema previdenciário demanda uma análise atenta e sensível, que vá além dos dados e das políticas, considerando o impacto direto na qualidade de vida de uma parcela significativa da população (Lira, 2023).

Para Lima *et al*. (2025), a sustentabilidade da previdência é uma preocupação que não se restringe ao Brasil, pois o crescimento da população idosa atinge diversos países, o que exige dos governantes a adoção de medidas para manutenção do sistema, destacando-se as reformas previdenciárias, com enfoque principal na elevação da idade mínima e aumento do tempo de contribuição, como recentemente ocorreu no Brasil.

Desta forma, um desafio a ser superado é de se conciliar a garantia fundamental à previdência social e o equilíbrio atuarial e financeiro pelo governo, para assegurar uma aposentadoria digna àqueles que contribuíram durante toda uma vida de trabalho, sem comprometer a sustentabilidade do regime previdenciário para as futuras gerações (Lima *et al*., 2025).

Considerando que o envelhecimento populacional é um fenômeno consolidado e possivelmente irreversível, a necessidade de ajustes e reformas na previdência social certamente estará entre as prioridades dos agentes públicos. Por fim, ressalta-se que nenhuma reforma oferecerá uma solução definitiva e permanente para o sistema previdenciário brasileiro. É essencial que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) seja continuamente revisado, em um processo de ampla discussão com todos os setores da sociedade, para assegurar a sustentabilidade dessa importante ferramenta de proteção e bem-estar social bem como a dignidade da população por ela amparada.

3. CONCLUSÕES

O processo de transição demográfica vivenciada em nosso país evidencia o amadurecimento da população trazendo repercussões socioeconômicas dentre elas em nosso sistema de Seguridade Social, fazendo-se necessária reformas e adaptação ao sistema para que sua manutenção seja sustentável.

Como se observou no estudo realizado, o sistema de Previdência Social brasileiro foi pensado de forma que a população em idade ativa sustente o sistema através de suas contribuições. Entretanto, com o aumento da população idosa e significativa diminuição da população em idade ativa, que se intensificará, conforme as projeções para os próximos anos, traz sérios riscos, impondo aos gestores a adoção de novas estratégias para que não se comprometa essa política pública.

Ademais, constatou-se também a significativa importância econômica dos benefícios concedidos pela Previdência Social na vida da população idosa, constituindo sua principal fonte de renda.

Portanto, diante da perspectiva de aumento da população idosa, um dos desafios dos gestores públicos é estabelecer medidas que garantam a sustentabilidade da Seguridade Social com vistas a atender as demandas que já se apresentam dentro do contexto econômico atual e que certamente serão acentuadas nos anos vindouros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Lucas Campos; AFONSO, Luís Eduardo. Quais os efeitos do envelhecimento populacional nos sistemas previdenciários do Brasil, Espanha e França? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, p. e0046, 2018.

ANDRADE, Fabienne Louise Juvêncio Paes de. O processo de envelhecimento populacional, apoio social e a institucionalização de idosos. **Revista Campo do Saber**, v. 5, n. 2, 2019.

Banco Mundial. Disponível em: < http://data.worldbank.org/ >. Acesso em: 18 de Outubro de 2018.

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel; Dalto de, Fabiano Abranches Silva. Envelhecimento populacional e o impacto da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada nos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral/RS. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 117-138, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em 10 de novembro de 2024

BRITO, F. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Texto para discussão – **CEDEPLAR, Belo Horizonte/MG**, 2007.

CARDOZO, Nelson Dionel. Os desafios da previdência social no mundo: uma polaroide desde América Latina. Campos Neutrais - **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 1, n. 3, p. 09–32, 2021. DOI: 10.14295/cn.v1i3.9671. Disponível em: https://periodicos.furg.br/cn/article/view/9671. Acesso em: 11 maio. 2025.

CARLA, Kely Krause de Jesus Cunha; DE CARVALHO, Meira Pires. Envelhecimento populacional e o bem-estar da população idosa. Seminário Interlinhas, v. 1, n. 2, 2022.

BRASIL, I. B. G. E. Censo Demográfico 2022. **Dados nacionais. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br >. Acesso em: 04 de abril de 2025.

LIMA, Diana Vaz de et al. Evidências do envelhecimento populacional e implicações fiscais no Brasil. Redeca, **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, v. 11, p. e66409-e66409, 2024.

LIMA, Jamiles Cordeiro de et al. A problemática do envelhecimento populacional e da Crise do Sistema Previdenciário e a Asseguração do Direito Fundamental à Previdência Social na Sociedade Brasileira. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 2, p. 1670-1687, 2025.

LIRA, Jonatha Rodrigo de Oliveira. Reforma previdenciária brasileira: uma análise sobre a perspectiva populacional1. Artigo apresentado no Encontro nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia. **editorarealize.com.br.** 2023.

MELO, L. A. D. et al. Socioeconomic, regional and demographic factors related to population ageing. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 4, p. 493–501, ago. 2017.

MELRO, Ana Rita da Mota. Adequação das respostas sociais no envelhecimento. 2020. **Tese de Doutorado Instituto Politécnico de Santarém Escola Superior de Educação**.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. D. C. G.; SILVA, A. L. A. D. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507–519, jun. 2016.

NASCIMENTO, Michelly Vieira; DIÓGENES, Victor Hugo Dias. Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo Sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 8, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, A. S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 32, p. 69–79, 1 nov. 2019.

ONU (Organização das Nações Unidas), (2017). **Cúpula da ONU discute envelhecimento populacional e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/cupula-da-onu-discute-envelhecimento-populacional-edesenvolvimento-sustentavel/. Acesso em: 30/04/2020. RS (Rio Grande do Sul), (2019).

SCHWARZ, J. O efeito de mudanças na estrutura etária sobre o envelhecimento populacional e sua consequência no Brasil. **Artigo de conclusão da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. 2022.**

SOUZA, Francisco Vitor Soldá de; CORREIO, Adriano de Santana Santos; CORREIO, Beatriz Andrade Oliveira Reis. Envelhecimento populacional, políticas públicas voltadas para o idoso e a pandemia da COVID-19: Alguns apontamentos possíveis. **Revista Longeviver**, 2021.

TIZOTTE, T. et al. Evolução da Razão de Dependência e Taxa de Envelhecimento Populacional no Âmbito dos 28 COREDEs do Rio Grande do Sul. **Conjecturas**, v. 22, n. 6, p. 59–73, 26 maio 2022.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO UMA DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REFLEXÕES DESDE O LITORAL NORTE/RS

CLIMATE CHANGE AS A DIMENSION OF REGIONAL DEVELOPMENT: REFLECTIONS FROM THE NORTH COAST/RS

Carlos Eduardo Martinez[1]
Anelise Graciele Rambo[2]

RESUMO

O presente trabalho, exploratório e baseado em pesquisa bibliográfica, propõe relacionar mudanças climáticas e desenvolvimento regional. Seu objetivo reside em evidenciar que as mudanças climáticas devem ser consideradas uma dimensão do campo do desenvolvimento regional, mas também das políticas regionais. Ao refletir sobre a realidade do Litoral Norte do RS, foi possível demostrar como políticas de adaptação climática precisam considerar as especificidades das regões para que de fato, promovam justiça climática.

Palavras-chave: justiça climática, adaptação climática, resiliência climática, vulnerabilidade

ABSTRACT

This exploratory work, based on bibliographic research, proposes to relate climate change and regional development. Its objective is to show that climate change should be considered a dimension of the field of regional development, but also of regional policies. By reflecting on the reality of the North Coast of RS, it was possible to demonstrate how climate adaptation policies need to consider the specificities of the regions in order to effectively promote climate justice.

Keywords*: climate justice, climate adaptation, climate resilience, vulnerability*

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o desenvolvimento regional têm se expandido no Brasil nos anos recentes, com o aumento e a interiorização dos Programas de pós-graduação (PPG) no tema. Diversos esforços têm sido empreendidos em reflexões sobre o campo do desenvolvimento regional, o que vem fortalecendo a área.

O que buscamos destacar aqui, é a importância da aproximação entre desenvolvimento regional e mudanças climáticas. Se antes considerávamos o social, o cultural, o político, o econômico, o ambiental como dimensões do desenvolvimento regional, parece urgente, incluirmos as mudanças climáticas como uma dimensão imprescindível.

Se, na escala global, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) não estão alcançando suas metas em reduzir o aquecimento global, uma vez que as instâncias e instituições de governança do meio ambiente, permanecem bem distantes daquelas que promovem a governança do desenvolvimento (Veiga, 2017), as escalas regionais e locais parecem ter de agir no sentido das adaptações e resiliências climáticas. Adaptações e resiliências, no plural, representando as diversas realidades regionais e locais.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar os desafios do desenvolvimento regional no tocante

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDREDES/UFRGS). cmartinezadv@gmail.com
2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDREDES/UFRGS). anelise.rambo@ufrgs.br

aos aspectos socioeconômicos e ambientais, considerando-se o atual contexto de emergência climática, ressaltando a indissociabilidade entre os aspectos climáticos, de desenvolvimento e as especificidades encontradas em termos regionais.

Discutiremos resiliência e adaptação climática enquanto dimensões relacionadas ao desenvolvimento regional, tendo por recorte a região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Litoral Norte/RS. A região é marcada por um conjunto de especificidades, que passam por ecossistemas frágeis e diversos, crescimento populacional, aumento sazonal da população, baixos indicadores socioeconômicos, uma população culturalmente diversa e sua função de refúgio. É, portanto, um interessante laboratório para refletir sobre este desafio do campo do desenvolvimento regional.

Este trabalho, de caráter exploratório, baseado em revisão bibliográfica, está organizado em quatro seções, além desta introdução. A seguir são apresentados alguns debates que teorizam o desenvolvimento regional para, na terceira seção abordar a resiliência e adaptação climática e sua relação com o desenvolvimento regional. Na quarta parte, apresentamos o Litoral Norte, destacando especificidades que devem ser levadas em conta nas estratégias de adaptação e resiliência climáticas. Por fim, seguem as considerações finais e referências bibliográficas.

2 DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Brasil tem mais de 60 anos de políticas de desenvolvimento regional, mas, mesmo não mostrou êxito necessário para reduzir, de forma significativa, as desigualdades regionais (Carleial, Cruz, 2012). As primeiras discussões sobre desenvolvimento regional no país passam por Celso Furtado, e se espacializaram quando da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959. Naquele momento, defendia que uma política de desenvolvimento não poderia prescindir de uma política regional, pois não poderia reproduzir, em escala nacional, o mesmo tipo de relação econômica entre a periferia e o centro (Mendes, Matteo, 2011).

Se durante o regime militar as preocupações com o desenvolvimento regional foram colocadas em segundo plano, na década de 1990 foram extintas. (Portugal, Silva, 2020). Nesse cenário de neoliberalismo, nas cidades médias e pequenas do interior, inexistiam recursos para enfrentar o súbito desamparo do Estado. Foi quando a cooperação entre agentes atuantes nos municípios menores produziu os antídotos para a sobrevivência em um mundo globalizado (THEIS, 2019) e quando foram criados programas de pós-graduação (PPG) em desenvolvimento regional. (Bellingieri, 2017; Theis, 2019).

A partir desses PPG, são retomados os debates sobre desenvolvimento regional (Theis, 2019). Mais recentemente, vem sendo empreendidos esforços para teorizar sobre o desenvolvimento regional.

Conforme Theis (2019), o desenvolvimento regional é um campo em construção e representa uma teoria de médio alcance, pois está mais próximo da realidade social podendo ser testado empiricamente. O autor detalha que o desenvolvimento regional tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e isso seria possível, se os membros das comunidades regionais recuperarem sua autonomia, de maneira a superar as condições materiais que, continuamente, recriam as desigualdades.

Matedi (2020) sugere pensar o modo regional de desenvolvimento, pensar a realidade em termos de desenvolvimento regional, como o desenvolvimento cria regiões e como regiões afetam o desenvolvimento. É preciso aprender a pensar com o desenvolvimento regional, entender como ele é representado no cotidiano, mas também como ele é utilizado no cotidiano científico, afirma o autor.

Para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual, segundo Etges (2020), é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão, identificar

suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. É preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir participação de todos, para permitir que uma nova forma de gestão do território possa ser gestada.

Segundo Silva, Lima e Deponti (2024), o desenvolvimento regional, assim, representa um novo espectro epistemológico do conceito de desenvolvimento, que passa a ser pautado por uma lógica igualmente multidisciplinar e interdisciplinar, a qual apresenta uma abordagem com o viés do território, desassociada dos modelos padronizados e muito mais pautada pelas suas repercussões sociais, fortemente vinculada à temática das políticas públicas, sobretudo pelas contribuições que a mesma apresenta para o desenvolvimento das regiões.

Ferrera de Lima (2024) discute a ciência do desenvolvimento regional, destacando que suas interpretações não devem ser alheias a realidade a suas mudanças. Ela deve ser evolutiva, pois de um lado depende da natureza e da conduta humana individual e em sociedade, num espaço subnacional geograficamente delimitado, a região. Ao mesmo tempo, se relacionam com outras sociedades em outras regiões, formando um sistema de regiões, para estimular, manter, conduzir e gerenciar o processo que leva ao fenômeno do desenvolvimento.

Já Favareto (2021), ao dissertar sobre a perspectiva do desenvolvimento regional, apresenta um quadro analítico, partindo da ideia base de que há correspondência entre desafios de contextos históricos específicos, as respostas a esses desafios produzidas pelas teorias do desenvolvimento, e sua tradução para domínios específicos das diferentes dimensões espaciais do desenvolvimento, o regional, o urbano, o agrário. O autor debate sobre uma trajetória das ideias sobre o desenvolvimento regional em quatro etapas e uma possível quinta etapa. Esta, caracterizada pela necessidade de se combinar o tratamento das desigualdades a um tratamento da dimensão ambiental coerente e consistente com o estatuto que este tema tem atualmente, em um contexto marcado por mudanças climáticas globais.

Considerando o aumento dos eventos climáticos extremos, é urgente, além da reflexão sobre o campo do desenvolvimento regional, refletir também, sobre como as mudanças climáticas impactam as regiões, sua natureza, sua cultura, sua economia. Se, em escala global, estamos falhando em atingir as metas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cabe às escalas locais e regionais apreenderem a conviver com esta nova realidade, tal como defendemos em Rambo et al (2024).

Brose (2024), ressalta que a resposta à emergência climática deve ser imediata, não podendo esperar pelo utópico consenso internacional, nem depende de novas organizações ou de fundos inovadores a serem capitalizados em um futuro distante.

Algo que, sob o viés defendido no presente texto, significaria dizer relacionar os processos de desenvolvimento regional as estratégias de adaptação climática. Sendo assim, seguimos a discussão sobre resiliência e adaptação climática.

3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PAUTA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As deficiências no planejamento regional, em habitação, infraestrutura e serviços, populações que residem em áreas inadequadas, são importantes fatores que contribuem para o aumento do risco em áreas de risco. Estas deficiências estão associadas, em muitos municípios brasileiros, ao crescimento e ocupação desordenada do solo urbano, fatores que afetam diretamente a capacidade das administrações locais de enfrentarem os impactos dos eventos climáticos (BRASIL, 2016).

Aliada a esses fatores, está a dificuldade de debate, diálogo e enfrentamento a questões que ultrapassam, todavia perpassem, aspectos meramente econômicos, que tratam de garantir dignidade à população, com enfoque regional, ao mesmo tempo em que trata cada localidade daquela região, em seus aspectos naturais, culturais, sociais e econômicos.

No posicionamento de Rambo, et al (2024), não houve outro momento da história humana que os vulneráveis estiveram tão expostos e submetidos a riscos em termos de sua própria sobrevivência. De modo que é imperativo pontuar que os desastres climáticos singularizam a condição humana e a convertem a uma espécie genérica ocupante desse espaço (planeta terra).

A quantidade e magnitude de eventos climáticos extremos restará intensificada, como o observado e vivenciado no Rio Grande do Sul no ano de 2023 e sobretudo 2024, mais precisamente entre o final de abril e durante o mês de maio. Fatos como este, aliados a estudos em âmbito global, indicam que a variabilidade climática impõe um importante desafio à sociedade, às regiões, figurando como inevitáveis mudanças no clima futuramente (ou em ocorrência). Imprescindível é o desenvolvimento de estratégias de adaptação, com enfoque especial para questões éticas e de justiça social (Brasil, 2016) e justiça climática[3].

Nessa esteira, o desenvolvimento regional, necessária e urgentemente, deve incluir a dimensão da adaptação climática, como defendemos acima. Não há como conceber, diante da realidade vivenciada, uma desconexão entre esses aspectos do desenvolvimento, ainda mais no contexto de emergência climática.

As mudanças climáticas podem aumentar a privação humana, dos mais vulneráveis, de forma diferente, nas diferentes regiões do mundo, inclusive, afetando desproporcionalmente os países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos.

Se torna imprescindível, quando tratamos de desenvolvimento regional, quando elaboramos políticas de desenvolvimento regional, relacionar o bem-estar humanos a dimensões como saúde, educação, segurança e relações sociais em conexão com os recursos naturais e serviços dos ecossistemas regionais (Correa-Macana, Comim, 2013) e como sobre estes, impactam as mudanças climáticas.

Nessa medida, adaptação e vulnerabilidade caminham lado a lado ao desenvolvimento sustentável. Ato contínuo, resta intensificada a vulnerabilidade à mudança climática pelas desigualdades em fatores socioeconômicos, o que reflete justificativas em medidas de adaptação ou fortalecimento de capacidades adaptativas que não guardam relação, fundamentalmente, com a certeza de *futuros climáticos* (Obermaier, Rosa, 2013), mas como e sob que premissas serão adotadas/aplicadas ferramentas de adaptação climática.

Inobstante, na análise sistêmica de resiliência socioambiental, adaptação e vulnerabilidade foram incluídas nas linhas de pesquisa relacionadas ao desenvolvimento regional *adaptação a mudanças climáticas*. O escopo é analisar e verificar a capacidade dos sistemas socioambientais em responder e se recuperar frente a desastres, incluindo as condições que permitem ao sistema absorver impactos e lidar com eventos climáticos, pós-eventos e processos adaptativos, facilitando ao sistema sua reorganização (Favareto, 2024).

A vulnerabilidade é suscetível a alterações na resiliência socioambiental, onde, em termos práticos, a redução de vulnerabilidade contribui para maior resiliência do sistema. Por essa razão, por não encontrar um nível em que não ocorram perdas, torna-se necessário delimitar níveis aceitáveis de vulnerabilidade, especialmente para os grupos mais vulneráveis, pois, a adaptação, para combater os impactos da mudança climática acontece neste momento, e não depois, num futuro idealizado.

Inicialmente, a adaptação foi aceita como medida necessária (imperativa) e independente ao lado de mitigação. Com o passar do tempo, adaptação passou a ser analisada de forma mais abrangente, tendo base forte em vertentes das ciências humanas e sociais, o que ultrapassou uma interpretação mais restritiva, ligada a problemas globais e seus impactos biofísicos. De maneira conceitual, as pesquisas sobre adaptação criaram relações claras com questões ligadas ao desenvolvimento e à vulnerabilidade (Obermaier, Rosa, 2013).

Nesse sentido, a adaptação climática está relacionada à vulnerabilidade socioambiental, sendo essencial identificar as causas e efeitos desta, para que haja um aumento da capacidade adaptativa e diminuição de expo-

3 O conceito de "justiça climática" surge como um desdobramento do paradigma da "justiça ambiental" e da percepção de que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos (Milanez, Fonceca, 2010)

sição e sensibilidade de sistemas socioambientais. Ponto este, também variável conforme os indivíduos, grupos ou instituições, a partir de definições que combinam condições biofísicas, socioeconômicas e tecnológicas distintas, levando em conta o sistema analisado (Obermaier, Rosa, 2013).

A resiliência enfatiza o processo de recuperação, inovação e capacidade de aprendizado e transformação, tendo por mote eventos futuros, enquanto a vulnerabilidade é condição fundante anterior ao evento. É a capacidade dos sistemas sociais, econômicos e ambientais de lidar com eventos, tendências ou perturbações perigosas, respondendo a eles ou reorganizando-se para preservar sua função, identidade e estrutura essenciais, de modo a manter a capacidade de adaptação, aprendizado e transformação. É necessária a adaptação para combater os impactos da mudança climática que acontecem, para aumentar a resiliência à futuros impactos para populações vulneráveis, setores, comunidades e ecossistemas e para favorecer o desenvolvimento resiliente ao clima (Obermaier, Rosa, 2013).

É comum certa confusão quanto aos termos adaptação e resiliência, no sentido de serem considerados como se fossem um só. Quando se fala, por exemplo, em adaptação climática, a norma de regência conceitua como iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima[4]. A resiliência configuraria o todo em que inserida a adaptação climática. Enquanto vulnerabilidade tem por conceito o que configura fragilidade física, social, econômica ou ambiental de população ou ecossistema ante evento adverso de origem natural ou induzido pela ação humana[5].

Conquanto, vale ressaltar que embora o conhecimento técnico-científico seja primordial, em se tratando de conhecimento que não se esgota em si mesmo, importante a reflexão quanto ao conhecimento da sociedade e sua participação nesse processo. O conhecimento da sociedade envolvida, como refere Ramos (2015), não pode ser olvidado, pois adquirido por aqueles que vivenciam os riscos no dia a dia e se adaptam com os recursos disponíveis e possíveis. Os conhecimentos práticos podem agregar dados importantes para os estudos realizados na academia, bem como servir de orientação para os formuladores de políticas públicas, visando sua efetividade.

Essa visão é importante, posto a necessidade de envolvimento, também da população, porque precisa entender os riscos aos quais estará sujeita no futuro e para compreensão e assimilação de ações de adaptação a ela destinadas. O conhecimento ausente contribui à vulnerabilidade dos sistemas humanos, de forma que a troca de conhecimento entre ciência, sociedade e tomadores de decisão constitui elemento essencial para que uma política adaptativa cumpra os objetivos traçados (Ramos, 2015).

A convivência com as mudanças climáticas significa não somente esperar pela ação da governança global, mas agir. Agir na escala do possível. Cabendo-nos aprender a conviver com a crise ambiental por meio da resiliência territorial, com capacidade adaptativa vislumbrando escolhas que influenciam a qualidade de vida das populações, humanas e não humanas (Rambo et al, 2024).

Eventos climáticos extremos, aumentam a vulnerabilidade e restringem as capacidades de adaptação das populações mais afetadas. Na visão de Correa-Macana e Comim (2013), considerando os desafios significativos que as comunidades vulneráveis enfrentam, a adaptação é fator fundamental para mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Essa adaptação, de estar "adaptada" às realidades regionais. E nesse aspecto, o campo do desenvolvimento regional deve voltar-se e incorporar a dimensão das mudanças climáticas.

4 BRASIL. Lei Federal n.º 12187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.

5 Artigo 1º, inciso XV, da Lei Federal n.º 12.608, de 10 de abril de 2012 (Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 15 fev.2025.

4 AS DINÂMICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NO LITORAL NORTE/RS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Litoral Norte do RS[6] é a região do estado que mais cresce em termos populacionais, nas últimas décadas Bertê (et. al., 2016). De acordo com o Censo de 2022, dos 10 municípios que mais cresceram em relação ao Censo de 2010, no RS, sete estão localizadas no Litoral Norte: Imbé (52%), Capão da Canoa (51%), Arroio do Sal (43%), Balneário Pinhal (38%), Cidreira (35%), Xangri-lá (32%) e Tramandaí (31%). São prováveis explicações para tal crescimento, o clima ameno proporcionado pelas praias, lagoas e presença da mata Atlântica, relativamente preservada, na borda do planalto Meridional. Assim, o turismo de sol e praia atrai população, principalmente, das duas regiões metropolitanas do estado, relativamente próximas à região. Junto a esse processo, a região atrai idosos pelo clima já referido e pela segurança, que é melhor comparada a grandes cidades. Também são atraídos trabalhadores, tanto aqueles voltados às atividades do turismo, quanto pela construção civil, que também se desta no Litoral.

Se o Idese[7] do Litoral Norte está situado na segunda pior colocação dentre os 28 Coredes, demonstrando vulnerabilidade nas dimensões educação, renda e saúde, por outro lado, é uma região riquíssima sob o ponto de vista ambiental. Devido a sua idade geológica recente, seus ecossistemas são frágeis e raros. São poucas as regiões do planeta em que ocorrem praias retilíneas e contínuas de tamanha extensão. O processo geológico, ainda em transformação, mostra uma sequência de ambientes de especial valor paisagístico e produtividade biológica. O cordão de lagoas, as barreiras de dunas, os banhados e os contrafortes da Serra Geral conferem à região um cenário diferenciado no continente latino-americano (FEPAM, 2000).

A urbanização inadequada vem trazendo, ao longo do tempo, prejuízos à população e ao ambiente (FEPAM, 2000), fato agravado pelo aumento populacional em geral, mas também, pela migração sazonal decorrente do turismo de sol e praia, entre os meses de novembro e fevereiro.

Esse crescimento observado reflete na disponibilização de serviços essenciais como o acesso e abastecimento de água potável. Observa-se que a escassez crescente de água é uma tendência geral e pode inviabilizar atividades econômicas e sociais, o que resulta em prejuízos ao desenvolvimento regional. Além disso, o saneamento básico que ainda é um tema não enfrentado pelos municípios.

Bertê et al (2016) destacam a importância da promoção da conservação e recuperação da vegetação das encostas dos morros e das matas ciliares, no intuito de proteção do solo contra a erosão e da rede de drenagem superficial, da preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica, de dunas, banhados, dentre outros.

Nesse ponto, os registros de desastres naturais destacam a ocorrência de vendavais ou ciclones e inundações bruscas em praticamente todos os municípios no período de 1991 a 2010, destacando-se Maquiné e Três Forquilhas, com sete eventos registrados de inundação brusca (Rio Grande do Sul, 2017).

Entre 2023 e 2024 apenas cinco municípios do Corede Litoral não registraram eventos extremos (Arroio do Sal, Cidreira, Imbé, Tramandaí, Xangri-lá). Merecem destaque as catástrofes ocorridas no dia 15 de junho de 2023 em dois municípios da região: Caraá e Maquiné. No primeiro, foram registradas três mortes, 2.960 pessoas foram desalojadas e outras 4.306 foram diretamente afetadas. Apenas 50 pessoas do município não haviam sido afetadas. Em Maquiné, 50 famílias ficaram desabrigadas, 1950 famílias desalojadas e 6.219 pessoas foram afetadas diretamente, sendo que destas 1000 pessoas ficaram isoladas. Houve três mortes. 500 casas foram danificadas e 15 destruídas, três pontes foram danificadas e outras três destruídas, além de bueiros e passagens molhadas que tiveram suas estruturas de concreto comprometidas (Rambo et al, 2024).

Esses dados reforçam a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas voltadas a adaptação climática. Ou seja, por meio de pesquisas acadêmicas relacionados ao desenvolvimento regional,

6 Nos referimos aqui, a regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).
7 Índice de Desenvolvimento Socioeconômico. Ver mais em: < https://visualiza.dee.rs.gov.br/idese/>.

é possível identificar que eventos climáticos ocorridos na região durante os anos, pelo menos desde o recorte iniciado em 1991, afetam direta ou indiretamente o desenvolvimento da região, levando-se em conta aspectos socioeconômicos e ambientais, que refletem na população.

No mesmo sentido, a análise realizada por Strohaecker (2016), a qual teve por objetivo tratar sobre a trajetória do planejamento territorial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, aponta que a região apresenta vulnerabilidade ambiental e a necessidade de um planejamento mais eficaz para redução das desigualdades socioeconômicas, algo que contrasta com o aumento populacional verificado nos últimos anos.

O fator de vulnerabilidade, demonstrado no estudo citado, não arrefeceu o aumento populacional e a procura pelo Litoral Norte como local de moradia, de lazer e mais recentemente, de refúgio, como apresentado em Rambo et al (2024). Em contrapartida não houve o incremento necessário em termos de planejamento de utilização e ocupação, especialmente, do espaço urbano. O que indica que a vulnerabilidade socioeconômica e ambiental persiste, incluindo a ausência de políticas públicas de adaptação ou mesmo resiliência climática.

A função de refúgio, assumida pela região desde a pandemia de Covid 19, e evidenciada quando das enchentes de maio de 2024 na região metropolitana de Porto Alegre, é um aspecto novo e importante a ser considerado no planejamento da região., uma vez que esse deslocamento populacional gera impactos sobre esse lugar. Um lugar riquíssimo do ponto de vista natural e cultural mas igualmente frágil, que demanda atenção do poder público e das coletividades no que se refere à gestão e ao planejamento das questões ambientais impostas por esta nova realidade (Rambo et al, 2024).

Tendo por base esses estudos, ainda se mantém o desconhecimento acerca do desenvolvimento regional, bem como ainda não se discute de maneira proativa e efetiva os impactos negativos do *estado de emergência climática*, ao qual o mundo está submetido, no Litoral Norte. Eventos climáticos extremos que afetam negativamente e significativamente a região e que denotam a urgência de serem pautados na seara política e social, como no caso de se incentivar e trabalhar em prol do desenvolvimento regional aliado a imprescindível *adaptação climática*.

Dessa forma, apresentam-se como estratégias: a) gestão sustentável dos recursos naturais, infraestrutura resiliente (que possa suportar eventos climáticos extremos); b) promoção de educação e capacitação da população (visando incentivar a conscientização sobre mudanças climáticas e ensinar habilidades de adaptação climática); c) fomentar a coesão social e a colaboração entre comunidades, elaboração e implementação de políticas públicas de adaptação climática (planos de desenvolvimento regional adaptativos); d) estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação dos impactos das mudanças climáticas e estratégias de adaptação; e) promoção da justiça climática (garantir voz e vez para as camadas da população mais pobres e vulneráveis, visto que mais expostas aos eventos climáticos e seus efeitos negativos). Evidentemente, a sugestão leva em conta os textos utilizados como apoio para este escrito, não ficando restrito a outros estudos que possam subsidiar outras estratégias de adaptação climática ao Litoral Norte, todavia baseadas no bem-estar e desenvolvimento humano.

Destarte, políticas de desenvolvimento regional, multiescalares, são indispensáveis à redução da vulnerabilidade das populações urbanas, influenciando o acesso aos recursos e a capacidade de respostas efetivas frente à emergência climática que enfrentamos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos conceitos sobre resiliência climática, adaptação climática e vulnerabilidade, os quais tem relação direta com a emergência climática global, com efeitos no Brasil e nas diferentes regiões que o compõem.

Nesse contexto, tratamos sobre a região Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Região esta que figura nos

últimos 30 anos, aproximadamente, como umas das regiões que apresenta maior crescimento populacional e baixo desenvolvimento, ocasionando ocupação desordenada da área urbana, além de problemas estruturais. Isso compromete o desenvolvimento da região e o aumento da vulnerabilidade e exposição acentuada aos efeitos dos eventos climáticos, demonstrando a inter-relação os fatores econômicos, sociais e ambientais.

Assim, destacamos o contexto de vulnerabilidade da população local frente aos eventos climáticos, o que subjaz uma interconexão entre as mudanças climáticas e suas implicações socioeconômicas. Apontamos para a necessidade de ações proativas de elaboração e efetivação de políticas públicas que integrem adaptação climáticas e desenvolvimento regional, como medidas frente à emergência climática que vivemos, na região, no país e no mundo, mas para a qual, a governança global não tem obtido êxito.

No caso analisado, o Litoral Norte, para haver desenvolvimento regional, medidas de adaptação climática são imprescindíveis no contexto de emergência climática mundial. É fundamental dedicarmos atenção à característica de refúgio da região, às áreas social e ambientalmente vulneráveis, com a adoção de políticas voltadas à educação, coesão social e promoção da justiça climática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. O Brasil no enfrentamento à mudança do clima. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima. Acesso em: 02 fev.2025.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico,** v. 2, n. 37, 2017. p. 6-34. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678/3228. Acesso em: 02 fev.2025.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline; LEMOS, Bruno de Oliveira; TESTA, Grazieli; ZANELLA, Marco Antonio Rey; OLIVEIRA, Suzana Beatriz de. Perfil Socioeconômico - COREDE Litoral. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, n. 26, p. 404-441, fev. 2016. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geográfico-rs/article/view/3828/3726. Acesso em: 10 fev.2025.

BROSE, Markus Ervin. Como gestores estão tomando decisões para a adaptação climática? Desafios para a extensão universitária no Rio Grande do Sul. In: AREND, Silvio Cezar; DEPONTI, Cidonea Machado (orgs.). **Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades.** Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2024/12/EBOOK_Desenvolvimento-Regional-em-tempos-de-emergencia-climatica.pdf. Acesso em: 02 fev.2025.

CARLEIAL, Liana; CRUZ, Bruno. A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo. **Ipea**, 2010.

CORREA-MACANA, Esmeralda; COMIM, Flávio. Mudança climática e desenvolvimento humano: uma análise baseada na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, v. 13, n. 43, p. 577-618, dez. 2013 . Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212013000300002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAVARETO. Arilson. Conhecimento interdisciplinar para a adaptação climática dos territórios. **Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, p. 52-67. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/desenvolvimento-regional-em-tempos-de-emergencia-climatica-desafios-e-oportunidades/. Acesso em: 15 fev.2025.

___. O desenvolvimento regional em perspectiva – uma abordagem territorial baseada na tríade atores, ativos e instituições. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; KARNOPP, Erica Karnopp (Orgs). Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 17-44. Disponível em:< https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/atores-ativos-e-instituicoes-o-desenvolvimento-regional-em-perspectiva/>.

FERRERA DE LIMA, Jandir. **O desenvolvimento regional e sua ciência**. Toledo: NDR, 2024.

FLEURY, Lorena Cândido Fleury; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renso Romano. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. **Sociologias**, [S. l.], v. 21, n. 51, 2019. DOI: 10.1590/15174522-0215101. p. 18-43. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/95441. Acesso em: 23 fev. 2025.

MATTEDI, Marcos. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. In: SOUSA, Cidoval Morais de; THEIS, Ivo Marcos; BARBOSA, José Luciano Albino. (orgs) Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): v. 3, EDUEPB, 2020. Disponível em:< https://books.scielo.org/id/swr8b>.

MENDES, Constantino Cronemberger; MATTEO, Miguel. Formação e evolução do planejamento regional no Brasil. In: CRUZ, Bruno de Oliveira et al. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011. p. 261-280.

MILANEZ, Bruno; FONSECA Igor Ferraz da. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. IPEA boletim regional, urbano e ambiental, 2010. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf>.

OBERMAIER, Martin; ROSA, Luiz Pinguelli. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 78, p. 155–176, 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68684.. Acesso em: 15 fev. 2025.

RAMBO, Anelise Graciele; DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr. LUFT, Rafael. FERNANDES, Pamela Souza. O novo regime climático e as dinâmicas migratórias no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Redes, v. 29, n. 1, 4 dez. 2024. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/19686. Acesso em: 16 fev.2025.

RAMOS, Alexandre Costa. **O crescimento populacional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o Desenvolvimento Regional: território e enfoque convencional.** Disponível em: https://cientifica.cnec.br/index.php/revista-gestao-premium/article/view/189/190. Acesso em: 16 fev.2025.

RAMOS, Marina Courrol. Políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas em face das populações vulneráveis e da justiça climática. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Disponível em: https://dspace.mackenzie.br/items/a5b3faff-a69b-4803-8c7b-1ea5411a609b. Acesso em: 02 fev.2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 5. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2020. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial. Acesso em: 15 fev.2025.

RIO GRANDE DO SUL. Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Litoral. 2017. Disponível em:https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144219-plano-litoral.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

SANTOS, Diogo Victor; ARALDI, Fernando; DA SILVA, Nina Aureliano Apparicio; OBERLING, Daniel. Adaptação às Mudanças Climáticas na Mobilidade Urbana. Ministério das Cidades. In: Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento – ITDP (org.). Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/ArquivosPDF/Estudo_Técnico_-_Adaptação_às_mudanças_climáticas_na_Mobilidade_Urbana.pdf. Acesso em: 02 fev.2025.

STROHAECKER, Tânia Marques. Trajetória do Planejamento Territorial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, n. 27, p. 68-93, mar. 2016. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3693/3702. Acesso em: 02 fev.2025.

SILVA, Luís Carlos Alves; LIMA, Julian Israel; DEPONTI, Cidonea Machado. Políticas públicas e processos decisórios: uma abordagem sob a perspectiva do desenvolvimento regional. In: AREND, Silvio Cezar; DEPONTI, Cidonea Machado (orgs.). **Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 255-278. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/desenvolvimento-regional-em-tempos-de-emergencia-climatica-desafios-e-oportunidades/. Acesso em: 02 fev.2025.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes,** v. 24, n. 3, p. 334-360, 3 set. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670. Acesso em: 15 fev.2025.

VEIGA, J.E. A primeira utopia do antropoceno. **Ambiente e Sociedade,** v. xx, n.2, p. 233-252, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n2/pt_1809-4422-asoc-20-02-00227.pdf

QUAIS EXPERIÊNCIAS TEM SIDO RELEVANTES PARA REDUZIR AS DESIGUALDADES NO REGIONAIS NO BRASIL E NA AMERICA LATINA

WHAT EXPERIENCES HAVE BEEN RELEVANT TO REDUCE REGIONAL INEQUALITIES IN BRAZIL AND LATIN AMERICA

Ahmed mohamed soliman Ibrahim[1]
Olavo Ramalho Marques[2]

RESUMO

O propósito deste artigo é revisar o processo de desenvolvimento regional no Brasil, adotando uma abordagem que leve em consideração a formação histórica de seu território. Para atingir esse objetivo, propõe-se um diálogo com diferentes intérpretes do pensamento social brasileiro. O foco está em reunir evidências que ajudem a compreender como as forças econômicas, políticas e culturais, tanto internas quanto externas, influenciaram a configuração territorial do país. Com base nessa análise, busca-se oferecer uma nova interpretação para a questão regional brasileira. Os resultados indicam que a configuração regional do Brasil, marcada por desigualdades espaciais e conflitos sociais ao longo de sua história, pode ser entendida a partir da maneira como o Brasil se inseriu no sistema econômico global moderno. Como consequência desse processo, desde sua independência política, o desenvolvimento regional no Brasil tem sido promovido como uma estratégia centrada na homogeneização da qualidade de vida, com origem nos centros econômicos mais desenvolvidos.

Palavras-chave: Brasil, desenvolvimento desigual, desenvolvimento regional, pensamento social brasileiro, sistema mundial moderno.

ABSTRACT

The purpose of this article is to review the process of regional development in Brazil, adopting an approach that takes into account the historical formation of its territory. To achieve this objective, a dialogue with different interpreters of Brazilian social thought is proposed. The focus is on gathering evidence that helps to understand how economic, political and cultural forces, both internal and external, have influenced the territorial configuration of the country. Based on this analysis, the aim is to offer a new interpretation for the Brazilian regional issue. The results indicate that the regional configuration of Brazil, marked by spatial inequalities and social conflicts throughout its history, can be understood based on the way in which Brazil has inserted itself into the modern global economic system. As a consequence of this process, since its political independence, regional development in Brazil has been promoted as a strategy focused on the homogenization of quality of life, originating in the most developed economic centers.

Keywords: **:** Brazil, brazilian social thought, modern world system, regional development, uneven development

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é reexaminar o desenvolvimento regional no Brasil, mas com vistas a construir uma interpretação um pouco diferente, que considere a formação de seu território. Essa intenção pode ser alcançada através do diálogo com alguns intérpretes selecionados do chamado pensamento social brasileiro.

1Mido_simpatico33@hotmail.com
2 olavo.marques@ufrgs.br

A pesquisa que originou o artigo partiu das seguintes questões: Como podemos explicar as regionalizações ocorridas durante o processo de formação territorial no Brasil? Existem ligações entre a configuração regional, a acumulação de desigualdades geográficas e a emergência de conflitos sociais na formação territorial do Brasil? O que explica a natureza da inserção do Brasil no sistema mundial moderno, ou seja, sua condição de formação social semiperiférica?

Para responder a estas questões, passamos a uma leitura da formação territorial do Brasil que tomou como referencial teórico, conforme indicado, alguns intérpretes do chamado pensamento social brasileiro. A preocupação era reunir evidências para explicar como as forças materiais (econômicas, sobretudo) e imateriais (políticas, culturais, simbólicas) condicionaram a formação do território brasileiro e como o Brasil aderiu ao sistema mundial moderno. Supõe-se que daí poderíamos conduzir o debate a uma interpretação alternativa para a questão regional no Brasil.

Os resultados sugerem que a configuração regional do Brasil, que está associada ao acúmulo de desigualdades espaciais e ao surgimento de conflitos sociais ao longo de sua formação, pode ser compreendida pela natureza da inserção do Brasil no sistema mundial moderno, em sua condição de país semiperiférico. Uma consequência concreta desse fato é que, desde a sua independência política, o desenvolvimento regional no Brasil se generalizou como uma estratégia emanada dos centros desenvolvidos, de homogeneização da qualidade de vida. Numa sociedade fundada em preceitos democráticos, esta estratégia não teria curso livre se as comunidades regionais tivessem autonomia para definir seus próprios projetos.

A propósito: o que se entende por desenvolvimento regional? Aqui o desenvolvimento regional é considerado objeto de estudo multidisciplinar, que se refere a um processo de desenvolvimento desigual (econômico, social, político e espacial) que não pode ser capturado por uma ou duas disciplinas do conhecimento humano, como economia e geografia. Baseia-se nas desigualdades (entre o campo e a cidade, entre pobres e ricos, restos de formações pré-capitalistas e capitalismo) que existiam antes e que cumulativamente conduzem a novas desigualdades (Theis, 2009; Theis e Butzke, 2012).

Por fim, uma palavra sobre o método: a pesquisa sobre a qual se baseia este artigo foi delineada com base (a) no método dialético de análise (Ritsert, 1997), (b) nos métodos processuais comparativos, estatísticos e históricos, (c) na delimitação do universo de pesquisa aos agentes e instituições que estiveram envolvidos na formulação de políticas regionais e/ou foram afetados por ela, e (d) a coleta de dados que inclui pesquisa documental (estudos, planos, relatórios), análise de levantamento bibliográfico e estatístico.

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Nesta seção apresentaremos e discutiremos os resultados da leitura crítica sobre a formação territorial do Brasil, com apoio na produção intelectual de intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro[1], levando em conta uma explicação alternativa das regionalizações que se seguiram no país. É claro que esta tentativa também se baseia na concepção de desenvolvimento regional e na abordagem histórica acima indicada.

Comecemos por recordar que tanto os povos originários como os negros do continente africano sofreram os infortúnios da dominação ibérica nas diversas colónias americanas. O transplante de africanos para o Brasil, como indústria altamente lucrativa, teve o propósito de substituir a dizimada "mão de obra indígena", não efetivamente suscetível ao trabalho em regime de *plantation*, e, que se tornou insuficiente para o trabalho nas enormes plantações de cana-de-açúcar do Nordeste e latifúndios do Sudeste. É através deste cenário que o povo brasileiro terá a sua verdadeira gênese (Bomfim, 2013). A relação dos europeus com os indígenas e os africanos transplantados resultaria no caldeirão étnico que hoje caracteriza o povo brasileiro[2]. Isso forja o intrincado e complexo cenário multiétnico da sociedade brasileira:

> Essa massa de mulatos e caboclos, lusitanizados pela língua portuguesa que falavam, pela visão do mundo, foram plasmando a etnia brasileira e promovendo, simultaneamente, sua integração, na forma de um Estado Nação. Estava já maduro quando recebeu grandes contingentes de imigrantes europeus e japoneses, o que possibilitou ir assimilando todos eles na condição de brasileiros genéricos (Ribeiro, 2012: p. 448)

A distinção fundamental aqui é entre a classe social que controla os meios de produção e a classe social que vive do trabalho, é a esta última que pertencem os brasileiros que vieram das três raças[3]. Assim, como aponta Darcy Ribeiro, "o que dilacera e separa os brasileiros em componentes opostos é a estratificação de classes". [...] é aquele que, no lado inferior, unifica e articula, como os brasileiros, as imensas massas predominantemente escuras" (Ribeiro, 2012:450).

Se estas massas predominantemente escuras são o resultado da relação dos europeus com os indígenas e os africanos transplantados, devemos interrogar-nos sobre as causas do modelo de colonização promovido pelos portugueses. Já viu-se que o desgaste dos indígenas conduziu à entrada de africanos, basicamente, para tocar a empresa açucareira inicialmente, mas abrindo-se a explorações diversas logo a seguir. Curiosamente, a ocupação não estava nos planos iniciais dos portugueses:

> […] daí o relativo desprezo por esses territórios primitivos e vazios que formam a América [...] A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre rotas marítimas e os territórios cobiçados, mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas (Prado Jr., 1981:15–16).

A expansão marítima europeia, iniciada pelos portugueses, baseou-se fundamentalmente nas instalações das suas empresas comerciais em territórios estrangeiros. Mudanças consideráveis seriam feitas com base na descoberta. Teriam que ocupar a Colônia, que se iniciaria no litoral, sendo Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco os centros de povoamento mais importantes (Prado Jr., 2000). A decisão seria correta: no século XVI, o Nordeste do Brasil tornou-se o epicentro das atividades econômicas europeias em solo americano, começando pela extração de madeira e depois pela construção de usinas de cana-de-açúcar. A extração de madeira foi realizada inicialmente pelos portugueses e depois pelos seus concorrentes espanhóis. No entanto,

> Foi rápida a decadência da exploração do pau–brasil. Em alguns decênios esgotara–se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse. Assim mesmo continuar–se–á a explorar esporadicamente o produto, sempre sob o regime do monopólio real (Prado Jr., 1981:27)

A ocupação efetiva, porém, não se concretizaria neste primeiro movimento de exploração de pau-brasil. Talvez tenha começado apenas com a necessidade de proteger as terras brasileiras dos invasores franceses. E quem estaria interessado no Brasil? Aparentemente, apenas traficantes de madeira. A questão da ocupação parecia exigir a concessão de vantagens consideráveis, incluindo poderes soberanos, a quem arriscasse a nova empresa portuguesa:

> O plano, nas suas linhas orientais, consistia no seguinte: era dividido no litoral brasileiro (ou interior, porém, e para todos os efeitos desconhecido), em doze trechos lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Esses setores são chamados de capitanias, e serão cedidos a titulares que gozarão de grandes royalties e poderes soberanos; "nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber impostos e taxas, distribuir terras, etc. (Prado Jr., 1981:31).

E aí surgiria a possibilidade de plantar cana-de-açúcar. O clima quente e úmido das terras costeiras já

era conhecido. Além disso, os portugueses contaram com o sucesso do plantio em outras colônias. E sabiam que o açúcar era um produto valioso na Europa. Por um lado, a sua produção, que durante mais de um século e meio representará a única base económica em terras brasileiras, terá considerável importância no mercado internacional. Por outro lado, tornaria o Brasil, até meados do século XVII, "o maior produtor de açúcar do mundo" (Prado Jr., 1981).

Contudo, tal como no caso da extração de madeira, a atividade açucareira também encontraria os seus limites. A partir do século XVIII, quando foram feitas as primeiras descobertas importantes de jazidas de ouro, a mineração passaria a ocupar o papel principal no sistema econômico brasileiro. Neste movimento de deslocamento territorial provocado pela mineração, haverá uma mudança significativa no eixo econômico da Colônia, que antes se apoiava nos grandes centros açucareiros do Nordeste e agora tem o Rio de Janeiro como ponte das minas para o exterior. (Prado Jr., 1981; Prado Jr., 2000).

Contudo, apesar das mudanças econômicas e geográficas, refletidas no declínio da importância da economia açucareira cultivada no Nordeste e no surgimento da economia do ouro na região de Minas Gerais, o caráter da atividade econômica durante o período colonial permaneceu o mesmo. Portanto ainda se tratava «da produção de bens tropicais e metais preciosos para o abastecimento do mercado internacional. Subsidiárias e derivadas dessa atividade essencial, encontramos outras que se destinam a proteger e tornar possível a sua realização» (Prado Jr., 2000:235).

É no contexto desta continuidade económica que ocorreriam duas grandes rupturas políticas, ou, como lhes chamaria Florestan Fernandes, dois "ciclos revolucionários". A primeira delas refere-se à emancipação política que resultou na constituição do Estado Nacional Independente. A segunda refere-se à desintegração da ordem social da escravidão e do feudo e à expansão da ordem social competitiva. Os dois «ciclos revolucionários constituem [...] produtos de profundas transformações estruturais da organização da economia e da sociedade» (Fernandes, 1975:156).

Apesar destas rupturas, a nova nação não seria nem livre nem independente, permanecendo na sua condição de parte subordinada de um todo comandado do exterior, em continuidade com a sua posição subordinada de quando era Colónia de Portugal.

Portanto, a nação politicamente independente de inícios do século XIX não alterou em nada as condições de vida do seu povo - fundamentalmente os sobreviventes de seis [6] milhões de africanos introduzidos no Brasil como escravos até 1850 e cinco [5] a oito [8] milhões de indígenas dizimados, escravizados ou dilacerados em etnocídio (Ribeiro, 2012:228). E, como visto acima, são dos inúmeros povos destas duas origens que constituirão a força de trabalho da nova nação que, mesmo após a independência política, permaneceria sem direitos. Vítimas de preconceitos, essas pessoas seriam subjugadas, também a partir de 1822, pelos descendentes de europeus brancos que comandariam os destinos do Brasil independente.

Contudo, a ameaça que os descendentes destes numerosos povos representavam aos interesses da pequena elite branca exigia medidas do governo imperial para reduzir a presença relativa da população não branca. A razão pela qual o Brasil independente continuou a desprezar os descendentes de africanos e indígenas que ali viviam, e que eram explorados como trabalho escravo pela sua pequena elite branca europeia, está relacionada, desde o período colonial, à natureza dos seus laços com o mundo. Esta estrutura se manterá como uma economia colonial mesmo depois de 1822.

Obviamente, o carácter da economia colonial teve sua efetividade vivida de formas específicas nos diversos territórios desta imensa unidade multifacetada, que, consequentemente, se apresenta desigual e desorganizado em termos regionais em meio ao processo de inserção subordinada na economia mundial. Ou seja, diferentemente de uma nação que poderia ser considerada economicamente soberana, a configuração regional independente do Brasil, pela natureza de seus vínculos com o "todo" internacional", responderá não às deman-

das dos "nativos", mas a impulsos externos que, por sua vez, lançam luz sobre as desigualdades e os conflitos sociais que se acumulariam desde o século XVII.

O que mais tarde seria conhecido como "desenvolvimento", processo intimamente relacionado à forma como as forças produtivas se expandem, terá uma característica única no Brasil. O desenvolvimento brasileiro está truncado, é "subdesenvolvimento". Não há soberania econômica, mas sim inserção passiva na economia mundo. A independência política não foi acompanhada pela dissolução do laços econômicos e culturais coloniais. Em termos espaciais, o "desenvolvimento" brasileiro se concentraria em alguns pontos específicos ao longo da extensa costa. A faixa da Bahia a Pernambuco e depois o entorno do Rio de Janeiro serão as primeiras regiões economicamente relevantes, seguidos de São Paulo, que gradativamente assume a condição de polo econômico do país. O avanço das forças produtivas, ao ritmo do desenvolvimento cafeeiro, alcançará espaços interiores, produzindo novas desigualdades e acentuará as disparidades inter-regionais, antes de favorecer a sua resolução (Furtado, [1958] 2012).

Percorrendo o período posterior à proclamação da República até à terceira década do século XX, assistir-se-á a um movimento de descentralização, com a manifestação dos primeiros sinais de polarização, que está ligada, precisamente, ao dinamismo da economia cafeeira. No período seguinte, marcado pelo centralismo do Governo Vargas, houve uma busca de unificação do mercado interno baseada no processo de industrialização. Graças a esse impulso centralizador, o Brasil formaria um mercado interno integrado, capaz de auto-gerar seu crescimento com base na produção industrial. Mas o problema da fragilidade dos laços entre grupos espalhados pelo vasto território nacional, relacionando-se de forma quase autônoma com centros econômicos estrangeiros, não pode ser ignorado. E nem aquele da falta de uma base económica sobre a qual a unidade política possa ser fundada. A política de centralização do governo Vargas responderia a eles. Isto favoreceria a industrialização e a unificação do mercado interno.

Assim, ao conseguir a plena integração das diferentes regiões do país em um único sistema político, a missão do federalismo brasileiro estaria cumprida.É evidente que o complexo processo de formação territorial no Brasil não terminou aí.

Estendeu-se até o século 21 e continua se desdobrando. Contudo, sua adequada apreensão, inspirada em intérpretes representativos do pensamento social brasileiro, pode contribuir para a compreensão de algumas de suas implicações territoriais mais significativas na contemporaneidade. Portanto, o acúmulo de desigualdades e o aparecimento de conflitos serão mencionados na sequência social e, por fim, à inserção do Brasil no sistema mundial moderno.

3 CONFIGURAÇÃO REGIONAL, ACUMULAÇÃO DE DESIGUALDADES E OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS SOCIAIS

Nesta seção apresentaremos e discutiremos as ligações entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e o surgimento de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil. Contudo, primeiro é necessário fazer algumas considerações preliminares. Em primeiro lugar, a configuração regional é entendida como o planeamento do território nacional e o reconhecimento dos espaços que, apesar de interligados, gozam de relativa autonomia.

Não são órgãos político-administrativos porque não são governados como municípios ou estados membros da federação. Em segundo lugar, as desigualdades são aquelas diferenças identificadas entre indivíduos e grupos de indivíduos que não são definidas pela natureza. Ocorrem no processo social como resultado de conflitos sobre recursos culturais (tradições, costumes), recursos políticos (poder de tomada de decisão, garantia de direitos, autonomia) e recursos materiais (econômicos, por exemplo, propriedade do terra, renda). Finalmente, os conflitos sociais significam a disputa que ocorre por recursos culturais, políticos e materiais

entre indivíduos e grupos de indivíduos.

Vimos anteriormente que o território brasileiro se configurou, desde a chegada dos portugueses, como um espaço de produção de "alimentos e matérias-primas tropicais" destinados "aos países e às populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também dos EUA. Este espaço não existia no passado, nem existe agora, principalmente para satisfazer as exigências dos indígenas. Ou seja, a sua produção não tem sido realizada para satisfazer as necessidades da sua população. Foi estabelecido por interesses que se encontram além de suas fronteiras (Prado Jr., 1981).

A região hoje conhecida como Nordeste foi a que inicialmente se integrou à economia mundial que se formaria no século XVI. Portanto, uma primeira regionalização toma o espaço em torno de Pernambuco como a terra onde seriam concentrados os recursos para a produção de açúcar. Portanto, não se deu maior atenção ao que acontecia no sul da Bahia. E ainda assim, tanto São Vicente quanto o Rio de Janeiro faziam parte do território da Colônia. Com a perda de dinamismo econômico no Nordeste, devido à concorrência do açúcar das Antilhas, tornar-se-iam mais relevantes do ponto de vista geoeconômico e geopolítico. Assim, com o declínio da economia açucareira, o Nordeste, como região integrada à economia mundial emergente, também perderia seu status de espaço produtivo de riqueza e, consequentemente, o seu significado político.

O ouro e os diamantes de Minas Gerais farão com que este "novo" espaço da Colônia tenha primazia na geração de riquezas e, com isso, ganhe a correspondente importância política. O esgotamento desta fonte de riqueza, que ocorrerá quando a Colônia se tornará sede da Monarquia, o que fará do Rio de Janeiro, capital do Brasil desde 1763 a 1960, um local onde se concentrariam as decisões econômicas e políticas mais importantes. No entanto, embora o Rio de Janeiro continuasse sendo a capital do Brasil independente até 1960, entre o final do século XIX e o início do século XX, São Paulo abrigaria progressivamente as principais atividades econômicas do país, do café à indústria. Portanto, o atual Sudeste brasileiro se tornará a região economicamente mais dinâmica do país (Furtado, 1977).

Ressalte-se que as regionalizações e o caso específico das regionalizações brasileiras conformes à norma não podem ser dissociados da dinâmica socioeconômica. Ao longo da formação do território, regiões foram criadas a partir de movimentos de ocupação e oportunidades de geração de riquezas. Como já mencionado, uma característica distintiva das regiões brasileiras é que elas tinham pouca ligação entre si, conectando-se essencialmente pelas atividades produtivas que hospedavam com os centros de consumo das formações sociais centrais (Europa, EUA).

As regionalizações do século XX continuariam a ser concebidas da mesma forma. Contudo, estes passaram a ter seu principal divulgador no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], criado em 1934. E o que se sabe desde 1942, ano em que foi anunciada a primeira divisão regional do Brasil, é um esforço considerável que ainda agregará novas regionalizações, publicadas, respectivamente, nos anos de 1970 e 1990 (Contel, 2014). Desde 2017 existe uma "nova" divisão regional, que também emana do IBGE. Irá distinguir Regiões Geográficas Imediatas" de "Regiões Geográficas Intermediárias" (IBGE, 2017).

Com o reconhecimento de uma divisão regional, podem-se verificar desigualdades de vários tipos. Podem, por exemplo, ser traduzidas em termos de disparidades inter-regionais. A questão das desigualdades entre regiões, independentemente da regionalização adotada, refere-se à identificação dos espaços onde se concentram as atividades económicas mais dinâmicas, as decisões políticas mais relevantes, etc. No caso do Brasil, parece não haver dúvidas de que São Paulo como Unidade da Federação e o Sudeste como Macrorregião são os pólos de maior dinamismo econômico e relevância política do país. Por outro lado, as macrorregiões em que as forças produtivas são menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e até Centro-Oeste) tendem a participar da vida económica, política e cultural com recursos mais limitados.

Um Brasil de dimensões continentais pode ser revelado em dados mais precisos. Sua população atingiu

190,7 milhões de habitantes registrados em 2010 (IBGE, 2010a) 210,5 milhões de habitantes estimados em setembro de 2019 distribuídos em uma área de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados (IBGE, 2002). Contudo, esta população está distribuída de forma desigual entre as cinco principais macrorregiões do país. A macrorregião Sudeste concentrava, na década de 2000, mais de 42% da população brasileira; já no início da década de 1990 as regiões com menores populações relativas, Centro-Oeste e Norte, eram as que apresentavam maior aumento populacional entre o início da década de 1990 e o final da década de 2000, em comparação com os outras. No entanto, a densidade populacional nestas regiões permanece baixa.

Isso se deve ao fato de o Norte possuir a maior área do país (mais de 45% do território nacional), e o Centro-Oeste a segunda maior. Em comparação, a população do Sudeste, a maior do país, vive na segunda menor área (menos de 11% do território). Esta última corresponde assim a uma densidade muito elevada em comparação com as outras regiões.

As desigualdades socioeconômicas que se acumularam ao longo da formação territorial do Brasil sempre corresponderam a conflitos (a disputa entre indivíduos e grupos de indivíduos por questões culturais, políticas e materiais). E, tal como as desigualdades, os conflitos também tiveram uma expressão geográfica evidente. Um tema pouco abordado nesta perspectiva refere-se aos principais movimentos de resistência e à identificação dos expirou. Dado o limite deste artigo, o tema não terá aqui um tratamento mais aprofundado.

A hipótese é que os conflitos se desencadeiam contra uma ordem baseada na existência de desigualdades. Ao longo da formação do Brasil, desde os primeiros anos de sua condição de colônia até os dias de hoje, as desigualdades caracterizaram uma sociedade inflexível, complacente e imutável diante das diferenças óbvias que separam um pequeno punhado de privilegiados, elite político-económica branca, da grande massa privada de recursos (políticos e materiais). Porém, ao longo da formação do Brasil, a grande massa, lá nas "regiões econômicas" onde sofreu as atribulações da necessidade e da opressão, também procurou organizar-se e resistir.

No que diz respeito ao período colonial, há abundantes evidências de resistência indígena. Quanto aos negros, o primeiro quilombo conhecido teria surgido em 1575 na Bahia. O mais famoso, Palmares, cuja suposta duração vai do final do século XVI ao início do século XVIII, localizado no atual estado de Alagoas, reunia entre 20 mil e 30 mil pessoas que escaparam da escravidão. A existência de mais de 5 mil auto-declaradas Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil contemporâneo é expressão do volume de movimentos locais de resistência aos processos de opressão histórica e falta de acesso a direitos fundamentais como o acesso à terra. Numerosas outras formas de resistência acabaram por ser organizadas contra o inimigo português antes da independência (Aquino et al., 2015). Depois disso, outros conflitos ocorreram, ameaçando a unidade do território da nação recém-emancipada. Tal como em situações anteriores, as desigualdades no acesso à recursos (culturais, políticos e materiais) impulsionaram movimentos de resistência contra os imperadores ou seus representantes em cada região em conflito, especialmente a Revolução Farroupilha, a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada (Werneck Sodré, 1986).

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente com o café desempenhando um papel importante na obtenção de divisas, levará as relações de produção a um novo nível. A força de trabalho assalariada resultará na organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Nos anos do governo Getúlio Vargas foram feitas concessões: a redução da jornada diária de trabalho para oito horas e a instituição da Carteira de Trabalho em 1932, a introdução do salário mínimo em 1936, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. A partir de então, porém, os sindicatos e partidos políticos que representam os interesses da classe que vive do trabalho começaram a canalizar a resistência da grande massa dos pobres em recursos.

Com o colapso do pacto populista, no início da década de 1960, os conflitos se intensificariam até desembocarem na ditadura militar de 1964-1984. Como mostram as evidências, sua deflagração em uma base republicana de democracia instável e intermitente desde a proclamação da república, se deu através da progressiva

supressão de direitos das mulheres e dos homens que já contavam com poucos recursos e direitos (culturais, políticos e econômicos), tanto através da criminalização dos seus movimentos de resistência como da imposição de limites à atuação de organizações sociais, sindicatos e partidos políticos.

Os acontecimentos mais recentes, relativos ao período subsequente ao golpe parlamentar-legal-midiático (de 2016), ainda requerem uma consideração cuidadosa, e não é possível avançar sobre eles aqui. Em qualquer caso, parece não haver dúvida de que os "vencedores" - a pequena elite político-económica branca - apagam os conflitos ao ignorarem sumariamente os "perdedores", os setores mais frágeis nesta balança sempre desigual de recursos de poder. Ao eliminar os conflitos, os vencedores deslegitimam as desigualdades, incluindo aí as disparidades inter e intra-regionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos reexaminar o desenvolvimento regional no Brasil com vistas à construção de uma interpretação que considere a formação de seu território.

O objetivo do artigo foi realizar uma leitura crítico-alternativa da questão regional a partir do diálogo com intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro. Isso deveria dar origem a uma explicação plausível (a) das regionalizações e (b) dos vínculos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e o aparecimento de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil; e (c) a inserção (econômica, política, cultural, etc.) do Brasil no sistema mundial moderno.

Os resultados, apresentados e analisados na seção anterior, permitem inferir que a configuração regional do Brasil, que não pode ser dissociada do acúmulo de desigualdades e do aparecimento de conflitos sociais ao longo de seu processo histórico colonial de acúmulo progressivo de formas de concentração de recursos de poder e disseminação de negligências quanto aos excluídos destes mesmos recursos.

Sua formação é atribuída à inserção passiva e subordinada do Brasil no sistema mundial moderno. As contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado e Darcy Ribeiro oferecem possibilidades para, a partir de uma leitura alternativa, compreender criticamente o processo de formação territorial no Brasil.

Especialmente no que diz respeito às desigualdades, pode-se demonstrar que elas existiram no passado colonial e foram projetadas em fases subsequentes. Mas é com o avanço das forças produtivas, especialmente depois que o café se tornou a commodity que passou a gerar divisas para o Brasil independente, que as desigualdades se ampliariam. A industrialização irá aguçá-los. Na fase hegemônica do capital financeiro, o Brasil será reconhecido como um dos países mais desiguais do planeta.

É claro que seria um erro considerar que não houve resistência ao processo de sucção da energia humana para a produção e concentração de riquezas. Na verdade, desde o período colonial, grupos indígenas e africanos escravizados levantaram-se contra os responsáveis pelo processo produtivo. Ao longo do século XIX, entre a Independência e a Proclamação da República, os conflitos sociais eclodiram em diferentes regiões do Império. Tanto durante o boom do café como posteriormente, com a industrialização, houve manifestações de resistência, tanto no campo como na cidade. Os conflitos sociais intensificaram-se, por vezes. Mas quando a turma que vive do trabalho conseguiu organizar-se para defender os seus interesses, a pequena elite político-económica branca e os seus governos impuseram a sua ordem, suspendendo inclusive direitos individuais e coletivos.

Por fim, no que diz respeito à inserção do Brasil no sistema mundial moderno, vale ressaltar o que já foi destacado acima: dada a projeção das características fundamentais da economia colonial no Brasil politicamente independente, não poderia ser admitida uma inserção soberana na economia mundial. A submissão do capital brasileiro ao capital estrangeiro é bastante evidente, por isso não deve haver ilusões quanto a uma integração mais autônoma no sistema mundial moderno. As desigualdades sociais, com suas consequências

geográficas, e a correspondente resistência da parte da classe que vive do trabalho, estão indissociavelmente associadas à modalidade de inserção, passiva e subalterna, do Brasil no sistema mundial moderno, definindo sua condição de formação semiperiférica.

Nessa chave, o processo de formação do território brasileiro resultou em uma economia complexa, mas funcional aos interesses de uma pequena fração da sociedade, com o agravamento das desigualdades sociais, por um lado, mas, por outro, com frequentes manifestações de conflitos que indicam a resistência dos grupos socialmente mais fracos à frente, as camadas mais vulneráveis da classe que vive do trabalho.

Ao encerrar este texto, é curioso notar que a questão regional brasileira, mais do que a economia (entendida como um processo sociometabólico) ou a geografia (entendida como um espaço geográfico específico), tem se referido à história (entendida como o fluxo de eventos humanos no tempo). E se ainda for possível invoco-o, então, para reiterar, por um lado, que a história é importante para os derrotados como a história das suas lutas e, por outro, que a história das suas lutas é dirigida contra a própria história hegemônica. Compreender processes históricos permite compreender dimensões fundamentais para buscar avançar para um futuro de plena emancipação humana, diminuindo as clivagens sociais e econômicas, e lançando luz sobre a formação de fronteiras que dividam nações e regiões em termos das suas diferenças, e não da reprodução de desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aquino, R.S.L. et al. (2015). **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro:** Record.

Bloch, E. (1973). Thomas Münzer: **teólogo da revolução.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Bomfim, M. (2013). **O Brasil na América. Rio de Janeiro**: Fundação Darcy Ribeiro. Contel, F.B. (2014). «As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)» Terra Brasilis (nova série), Nº 3, pp. 1–20.

Domingues, J.M. (2012). Desarrollo, periferia e semiperiferia en la terceira fase de la modernidad global. Buenos Aires:

CLACSO. Fernandes, F. (1975). **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. Furtado, C. (1977). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional.

CLACSO (1999). **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CLACSON ([1958] 2012). **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado.

Guerreiro Ramos, A. (1957). **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes. Holloway, J. (2006).

CLACSO (2002). Resolução N. 05, de 10 de outubro de 2002. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CLACSON (2010a). Censo 2010: **população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CLACSON (2010b). **Sistema de contas nacionais,** Brasil, 2004–2008. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CLACSON (2017). **Divisão Regional do Brasil** (em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Lima, P.G.C. (2007). **Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia** Textos de Economia, 10 (2), pp. 58–85. Lourenço, A.L.C. (2005). Semiperiferia: uma hipótese em discussão» Economia e Sociedade, 14 (1), pp. 177–186.

Mariutti, E.B. (2004). **Considerações sobre a perspectiva do sistema–mundo Novos Estudos** CEBRAP, Nº 69, pp. 89–103. Paulani, L. (2008).

Brasil delivery: **servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo. Prado Jr. C. (1981). História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense.
Brasil (2000). **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha.

Ribeiro, D. (2012). **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. Ritsert, J. (1997).

Kleines Lehrbuch der Dialektik. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft. Souza, P.H.G.F. & Medeiros, M. (2017). The concentration of income at the top in Brazil, 2006–2014.

Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth/IPEA. Theis, I.M. (2009).

Galvão et al. (eds), **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, pp. 83–110. Theis, I.M.; Butzke, L.; Mantovaneli Jr. O. (2018).

Desenvolvimento regional, desigualdades socioeconômicas e inserção no sistema–mundo: o caso do Brasil». En: Anais do I Simpósio Latino–Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional. Ijuí: UNIJUÍ, 2018.

Wallerstein, I. (1974). **The modern world–system I:** capitalist agriculture and the origins of the European world–economy in the sixteenth century. Nueva York: Academic Press. Werneck Sodré, N. (1986). As razões da independência. São Paulo: DIFEL.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO; UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS QUE INVESTEM NA ACESSIBILIDADE COMO DIREITO Á EDUCAÇÃO.[1]

Elen Fernanda de Lima[2]
Roberto Tadeu Ramos Morais[3]

RESUMO

O eixo do presente artigo são as políticas públicas de acessibilidade, e a partir delas como se dá a inclusão das Crianças e Adolescentes com deficiência no espaço educacional. Este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa, com análise documental e bibliográfica do seguinte problema de pesquisa; "Em que medida as políticas públicas de acessibilidade garantem a inclusão no território escolar por meio dos programas que viabilizam o direito de crianças e adolescentes com deficiência?" Os resultados da pesquisa apresentam como os entes estatais ofertam o acesso a estas políticas públicas, e como são planejadas as demandas consideradas de acessibilidade, que partem das próprias especificidades que as Crianças e Adolescentes com deficiência apresentam para a adequação do território escolar, para que este território efetive os direitos de acessibilidade. Todos os detalhes das questões de acessibilidade partem do olhar mais próximo das escolas, pois são as instituições que identificam, reconhecem e tratam com as especificidades de seus alunos com deficiência. Portanto a presente pesquisa esclarece como responsabilidade dos entes estatais os programas que financiem acessibilidade no espaço escolar, como também cabe a eles o poder de ampliar o alcance à programas e projetar mais programas que executam a inclusão na sua garantia de direito da criança e adolescente com deficiência.

Palavras chaves: políticas públicas; inclusão, programas.

ABSTRACT

The axis of this article is public accessibility policies, and based on them, how children and adolescents with disabilities are included in the educational space. This article presents qualitative research, with documentary and bibliographic analysis of the following research problem; "To what extent do public accessibility policies guarantee inclusion in the school territory through programs that enable the rights of children and adolescents with disabilities?" The research results show how state entities offer access to these public policies, and how the demands considered for accessibility are planned, which are based on the specificities that Children and Adolescents with disabilities present for the adaptation of the school territory, so that this territory enforces accessibility rights. All the details of accessibility issues come from the schools' closest perspective, as they are the institutions that identify, recognize and deal with the specificities of their students with disabilities. Therefore, this research clarifies the responsibility of state entities for programs that finance accessibility in school spaces, as well as the power to expand the reach of programs and design more programs that implement inclusion in their guarantee of rights for children and adolescents with disabilities. deficiency.

Keywords*: public policies; inclusion, programs.*

1 Pesquisa financiada com bolsa CAPES
2 Mestranda em Desenvolvimento Regional. Faculdades Integradas de Taquara/RS (FACCAT). Projeto desenvolvido com fomente CAPES. Bolsista CAPES. elenlima@soufaccat.br
3 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – PPGDR. Faculdades Integradas de Taquara/RS (FACCAT). masprm@faccat.br

1 INTRODUÇÃO

A inclusão envolve o respeito às diversidades, permitindo que todos compartilhem o mesmo espaço e vivências. Martins (2023, p. 39), afirma que "Existe uma cultura em que as crianças são partícipes e nela há uma estrutura própria que reflete a condição em que as crianças vivem suas infâncias. Reflete sua condição social de sujeito no mundo". Todos têm um espaço e reagem ao espaço que convivem.

Quanto a caracterização da pesquisa esta será básica, exploratória, qualitativa, bem estardará em livros, e nas plataformas de pesquisas, tais como: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. Quanto a pesquisa documental esta será realizada na legislação e em documentos referentes a políticas públicas voltadas à temática. Para responder ao seguinte problema de pesquisa; "Em que medida as políticas públicas de acessibilidade garantem a inclusão no território escolar por meio dos programas que viabilizam o direito de crianças e adolescentes com deficiência?"

A inclusão é direcionada, em sua maioria das vezes, para as pessoas com especificidades relacionadas ao seu quadro de saúde. O Ministério da Saúde, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) "[...] define a Saúde como completo bem-estar, físico, social e mental, e não mais somente como ausência de doenças". O bem-estar é uma condição ampla que envolve a qualidade de vida física, social e mental da pessoa.

As necessidades específicas dessas crianças exigem o uso de tecnologia e o apoio de equipes multiprofissionais, além de uma reorganização das rotinas escolares. Vygotsky (2022. p 325) afirma que:

> No aspecto social, ocorre algo com um serviço recíproco. A criança mais dotada, do ponto de vista intelectual, adquire a possibilidade de manifestar sua atividade social em relação à menos dotada e ativa. Esta última, por sua vez, nas relações sociais com os mais ativos, extrai o que ainda lhe é inacessível, o que, com frequência, é o ideal não conscientizado ao qual aspira a criança com deficiência no aspecto intelectual.

As relações e interações com outras crianças e até mesmo adultos poderá promover vivências significativas para as crianças, e adolescentes com deficiência. Entende-se que a complexidade da deficiência não são as limitações implícitas na condição, ou até as impossibilidades biológicas, e sim as consequências que as crianças e adolescentes com deficiência sofrem pela exclusão social. Sendo este fator, a exclusão social, o principal responsável por essa criança e adolescente não serem admitidas, e por este motivo não serem incluídas no território escolar.

A inclusão das crianças e adolescentes com deficiência é um desafio constante quando espaços coletivos são planejados para crianças com determinadas funcionalidades que não implicam adaptações de acessibilidade. Fundamenta-se programas que viabilizem a acessibilidade nas escolas, para que promovam a inclusão das crianças aos espaços de interação, que naturalmente promovem vivências de aprendizagem com seus pares e com os adultos que convivem. A principal limitação dessas crianças é a deficiência social, já que menores grupos reduzem as oportunidades de interação.

Nesse sentido faz-se necessário pensar no papel da escola referente a inclusão, pois para ela incluir compete planejar e aplicar estratégias; Essas estratégias devem incluir reformulação de currículos, adaptação de recursos, espaços e técnicas, além de avaliações eficazes para todos os alunos, garantindo a inclusão escolar.

Também é papel da escola oportunizar a qualidade em todo seu educar, desde o estrutural físico, de recursos á qualificação e o preparo de cada profissional envolvido nesse processo. Segundo Mantoan (2000, p.6), "A inclusão escolar remete a escola a questões de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel, para um mundo que evolui a "bytes". A escola enquanto espaço de aprendizagem, crescimento e evolução precisa se adaptar as necessidades, especificidades e individualidades dos alunos e alunas com deficiência que dela fazem parte.

Assim, para responder ao problema proposto definiu-se os seguinte objetivos; Analisar como programas que financiam acessibilidade viabilizam a inclusão de criança e adolescente com deficiência nos espaços escolares, direito previsto na lei de acessibilidade. Como também conhecer a organização das políticas públicas de acessibilidade; analisar os programas que efetivam o direito à acessibilidade nas escolas; como se dá a participação das instituições; como acontecem os repasses destes programas e quais referências de cálculo projetados para a execução dos repasses das projeções de acessibilidade.

A estrutura do texto deste artigo é constituída de 3 seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção trata das políticas públicas de acessibilidade. Por fim, ordenamento territorial, na sequência a conclusão e os resultados.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE E DIREITO DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA.

O contraste entre o que é políticas públicas e o que popularmente alguns atores sociais justificam, pode implicar na compreensão das referências da temática, tal como afirma Pierre e

Sureal (2002, p. 11) "Todos nós temos ideia, de modo intuitivo, do que pode ser uma política pública". Cada perspectiva parte de uma vivência, de um ponto de vista.

Políticas públicas muitas vezes são apresentadas pelas pessoas a partir das suas perspectivas socioculturais, independente destas terem limitações ou serem mais complexas, quando limitadas precisam ser quebradas para que essa visão amplie e evolua, e assim compreendam que políticas públicas não são dependentes do que acham ou não referente a um determinado problema, que para ser admitido como tal precisa fazer parte de um processo político. "[...] dinâmica de problematização e de publicização ultrapassa o círculo das pessoas imediatamente envolvidas, para se referir a um maior número de pessoas, ela assume o caráter de um processo político." (CEFAÏ, 2017, p.4)

Lotta e Vaz afirmam (2015, p. 173) ao citarem "[...] arranjos institucionais complexos são compreendidos como as regras e instâncias específicas estabelecidas para definir a forma de coordenação das políticas envolvendo um número significativo e heterogêneo de agentes públicos e privados". Uma definição considerável é de que políticas públicas são arranjos, conjuntos de ações governamentais com a participação dos setores públicos e, ou, privados para garantir a cidadania de cada um, assim trazendo harmonia na equidade dos cidadãos.

Entende-se que políticas públicas são conjuntos, programas, ou arranjos de ações e decisões regidas pelos governos referenciados nas três esferas federal, estadual e municipal nos amplia a visão e percepção das organizações políticas. "Isso faz perceber que os arranjos institucionais complexos precisam ser analisados ao longo da evolução da política e dos requisitos de cada um dos seus momentos". (LOTTA; VAZ, p.181).

> Percebe-se, neste sentido, que os novos arranjos institucionais experimentados têm em comum a busca de integração (de pessoas, organizações ou áreas) motivada por algumas questões: seja a melhoria das relações federativas para temas específicos (como saúde, saneamento, assistência social etc.

Logo, precisam ser compreendidos e acompanhados em todo seu processo, desde o planejamento até a implementação.

Se faz importante compreender a diferença entre políticas públicas e problemas públicos, "Um problema público não ocorre no vazio, ele é pré-formatado por precedentes" (CEFAÏ, 2017, p.7), objetivamente se explica que o problema público é o excesso e, ou a carência que existe na sociedade. Desta forma são as políticas públicas que constroem diretrizes para a resolução de um determinado problema público e são elas que projetam demandas específicas.

A questão fundamental é que as políticas públicas envolvem ricos e pobres, brancos e negros, toda pessoa que vive na sociedade. É possível justificar que a política pública está diretamente ligada a um problema que o estado busca solucionar. Assim, as reflexões ficam acerca do formato desta política pública se ela é paliativa, resolutiva, projetada para curto ou longo prazo e se de fato efetiva-se. Afirma Cefaï (2017, p.196)

> [....] comunidade que se forma está ligada por preocupações comuns (common concerns) em torno de problemas públicos (public issues). Ela requer uma capacidade de sentir em comum (sensus communis) que se realiza por intermédio de uma atividade coletiva.

É importante considerar que as políticas públicas estão diretamente relacionadas com planejamento do setor público, a funcionalidade e eficácia deste planejamento interfere diretamente na qualidade de vida e bem-estar social da população. "O planejamento, mais que predizer o futuro, deve levar em conta que a realidade social é marcada pela complexidade e por conflitos". (ENAP, 2021, P.12). Os programas passam pela etapa do planejamento, naturalmente que o início implica ajustes necessários para alcançar os resultados traçados, quando não os competem no formato inicial.

Mello (2010), afirma que são as leis e documentos oficiais específicos que condicionam as políticas públicas criarem estratégias para ações inclusivas. Se não existissem esta documentação, não existiria a obrigatoriedade da inclusão. Desta forma, o cenário educacional estaria ainda preso em suas projeções, são as leis que direcionam a construção de programas que viabilizem a resolução da efetivação dos direitos regidos por elas.

São as políticas públicas que vão de encontro com a intervenção e promoção dos direitos de todos nas questões sociais. Sem a obrigatoriedade em lei dos direitos, possivelmente não se teriam ações no planejamento estatal que contemplassem esses direitos. Por exemplo uma projeção ao direito à educação, não basta ofertar a escola, esta precisa estar localizada na proximidade de seus alunos, contar com espaço e profissionais que atendam todos os alunos, na garantia de efetivar educação e proporcionar desenvolvimento de todos, "Os métodos tradicionais de planejamento são impotentes para lidar com a complexidade da realidade social, pois observam o futuro como mera consequência do passado […]" (ENAP, 2021, p.12). Se faz necessário, projetar a partir da realidade proximal, para avançar neste cenário de direitos.

As crianças e adolescentes com deficiência têm garantia de direito à educação em escolas regulares, é o que relata o próprio Plano Estadual de Educação, com interesse na supressão da discriminação independente do formato, interesse este que seu documento afirma, Art. 2º São diretrizes do PEE; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. (LEI Nº 14.705/2015).

A Lei de Diretrizes e Bases esclarece que os processos formativos acontecem com as vivências e convivências, mas que a educação escolar deverá ocorrer em instituições próprias projetadas para atender os alunos na educação formal, que para tal competência devem adequarse e organizar-se com referência na Base Nacional Comum Curricular, apontamentos explícitos nos artigos e incisos da lei;

> Art. 1o A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1o Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

A educação se dá em instituições formais, educandários organizados para atender alunos com o ensino organizados de acordo com a Base Nacional Comum Curricular. Portanto, para que a Educação Institucional sejam efetivas nos espaços escolares, estas instituições devem se estruturar na Lei de Diretrizes e Base Nacional de Educação, e os demais documentos que reafirmam o direito à educação como ato constitucional

No Estatuto da Criança e Adolescente, Capítulo I Do Direito à Vida e à Saúde, fala sobre a necessidade das políticas públicas para que se cumpra o acesso ao direito à saúde. Está escrito no Art. 7º que A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

3. ORDENAMENTO TERRITORIAL

As Políticas Públicas de Acessibilidade e Direitos de Inclusão para crianças e
adolescentes com deficiência estão intrinsecamente relacionadas ao ordenamento territorial.
Vamos explorar essa conexão:

Acessibilidade Espacial:

O ordenamento territorial refere-se à organização do espaço geográfico, incluindo a distribuição de recursos, infraestrutura e serviços. Refere-se a instrumentos para a organização deste espaço, possibilitando a organização das pessoas neste espaço, otimizando o desenvolvimento deste território, provendo um equilíbrio nas condições de vida e bem estar.

As políticas de acessibilidade buscam garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam usufruir plenamente do espaço físico. Sem estes instrumentos, os espaços seriam desenvolvidos sinteticamente as pessoas sem deficiência, partindo de uma padronização, que muito ocorre quando não se atentam as necessidades de acessibilidade.

Acessibilidade inclui a criação de rotas acessíveis, rampas, sinalização adequada e eliminação de barreiras arquitetônicas em edifícios públicos, escolas, hospitais e áreas urbanas.

A lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, nas disposições gerais informa em seu Art.1°

> Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Esta lei especifica as adaptações em espaços públicos, podendo ser usada como referência para o planejamento de acessibilidade no território das escolas, pois o território escolar é um espaço público.

Em seu Capítulo IV, que relata sobre o Direito a Educação, da lei 13.146 de 6 de julho de 2015, no Art. 28. especifica responsabilidade do poder público "[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar":

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

O estatuto da pessoa com deficiência é específico no artigo 28, em cada parágrafo. O parágrafo I traz

considerações à inclusão no sistema educacional. O parágrafo II descreve do acesso e permanência, no aprimoramento, acessibilidade dos espaços; III relata sobre atender as especificidades do estudante com deficiência; o parágrafo V destaca a importância da acessibilidade nas medidas individuais e coletivas como favorecimento à inclusão. Assim ficam claras as formas de inclusão e acessibilidade.

Planejamento Urbano e Inclusão

O planejamento urbano é parte integrante do ordenamento territorial. Políticas de inclusão devem ser consideradas no desenvolvimento de cidades e bairros

Desde 1994, a inclusão de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência tem sido motivo de discussões e debates, como é apontado na própria Declaração de Salamanca;

> A inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no sistema regular de ensino tem sido tema de uma série de debates desde que, em 1994, a Declaração de Salamanca foi assinada, divulgando uma série de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais[...]

A redação normativa da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996), na referência aos preceitos contidos na Declaração de Salamanca de 1994, que reforça o direito de toda criança à educação. É outro documento importante que visa validar a inclusão, reafirma a educação como direito de todos. Com todos os importantes documentos, leis que pontuam os direitos, cabe aos entes estatais a oferta e garantia de educação de qualidade para todos.

Participação e Representatividade

O ordenamento territorial deve promover a participação ativa de pessoas com deficiência na tomada de decisões. Incluir representantes desses grupos em conselhos municipais, comissões e órgãos de planejamento é essencial.

As autoras Pires e Schneckenberg (2016, p.4), consideram que o Programa Dinheiro Direto na Escola desenvolvido pelo Ministério da Educação é uma ferramenta importante na participação da gestão escolar;

> "O PDDE Interativo é uma ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Educação – MEC em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação, com o objetivo principal de auxiliar todas as escolas públicas no planejamento participativo da gestão escolar. Sua metodologia tem como base o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola".

Um programa que promove a participação direta na execução do seu planejamento, um repasse direto à instituição lhe oferta autonomia para a organização e efetivação da acessibilidade do espaço escolar.

Quanto aos repasses dos valores do PDDE para as instituições, estes são organizados através de uma base de cálculo; soma do valor fixo, com o valor variável, de acordo com o número de estudantes da instituição declarados no Censo escolar no ano anterior do repasse.

TABELA 1- REPASSES PDDE

INSTITUIÇÃO	VALOR FIXO R$	VALOR PER CAPITA R$
Escola Pública Urbana UEx	1.850,00	20,00
Escola Pública Rural UEx	3.700,00	20,00
Escola Privada de Educação Especial	1.850,00	60,00
Escola Pública Urbana sem UEx	-	40,00
Escola Pública Rural sem UEx	-	60,00
Público alvo da educação especial em escola Pública	-	100,00
Alunos da Escola Pública com atendimento AEE.	-	20,00

fonte FNDE atualizado 26/05/2023

Calcula-se: VALOR TOTAL = VALOR FIXO + VALOR VARIÁVEL; quantidade de alunos Censo x Valor per capita = Valor variável

Valor variável + Valor fixo para escola = Valor total de repasse por ano

Por exemplo: Escola Pública Urbana UEx, Alunos 300 x 20,00 = 6.000,00 + 1.850,00 = 7.850,00

Conhecer a organização das políticas públicas de acessibilidade, esclarecer as estratégias aplicadas para a garantia dos direitos de Crianças e Adolescentes com deficiência através da análise dos programas que viabilizem a acessibilidade no território da escola, pontuar como oportunizam o acesso a estas políticas públicas, e como são planejadas as adaptações e readaptações do espaço institucional para se tornarem acessíveis são vitais para o gestor público, as famílias e sociedade.

Por definição Castro (2017, p. 118) se baseia em Cohen et al.(2017) afirmando que as crianças e adolescentes com condições crônicas complexas (CCC), são crianças e adolescentes que:

> Englobam um conjunto de malformações associadas ou não às síndromes, marcadas por deficiências variadas, e cuja dependência de tecnologia e de equipes multiprofissionais referem uma complexidade de intervenções que muitas vezes restringem essas crianças aos ambientes hospitalares; coloca-se então o desafio de pensar e poder falar sobre o que é saúde.

Em resumo, as políticas de acessibilidade e inclusão devem ser consideradas em todas as etapas do ordenamento territorial, garantindo que o espaço físico, digital e social seja acessível e igualitário para crianças e adolescentes com deficiência.

4. RESULTADOS

Constata-se, como base no que descreve as leis de acessibilidade e inclusão, que é dever do estado garantir a acessibilidade da criança e adolescente com deficiência. Para garantir este compromisso, os entes federados projetam programas de acessibilidade, com planejamentos específicos de investimento que viabilizam políticas públicas de garantia destes direitos.

Os direitos à Educação são firmados desde a Constituição Federal de 1988, perpassam nas configurações estruturais do Estatuto da Criança e Adolescente em 1990, e novamente estes direitos se reafirmam na Lei de Diretrizes e Base em 1996. Nesta perspectiva, a lei 13.146 de 6 de julho de 2015, nomeada como Estatuto da pessoa com deficiência reafirma estas políticas públicas na evidência da inclusão destes alunos.

As bibliografias estudadas consideram que políticas públicas de educação efetivas possibilitam à sociedade uma perspectiva para a igualdade de direitos, e que esta validação à Educação é prioridade de garantia de

direitos básicos através das oportunidades de acesso e permanência no espaço escolar. Para tanto a acessibilidade viabiliza a permanência do educando no espaço escolar. O repasse do PDDE no Programa Escola Acessível viabiliza este direito.

A partir dos direcionamentos que a legislação apresenta referente os direitos à acessibilidade, entende-se que estes direitos são ofertados, e que estes são de responsabilidade da família, da sociedade e do estado.

Contudo, as Políticas Públicas são de responsabilidade e comprometimento das três esferas; municipal, estadual e federal. Onde os direitos das crianças e adolescentes com deficiência não se limitam a cuidados somente, pois as crianças e adolescentes com deficiência como todas crianças e adolescentes independentes de suas condições e individualidades têm direitos que competem a educação, direitos estes já pontuados neste artigo pelas referências citadas da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e Adolescente, das Leis de diretrizes e bases da educação e também do Estatuto da pessoa com deficiência. Nesta perspectiva o estado contempla a inclusão da Criança e Adolescente com deficiência garantindo o que prevê a legislação, mas estas crianças e adolescentes enquanto alunos presentes nos espaços coletivos de educação institucional precisam dos créditos de autonomia ofertados pela acessibilidade.

O direito à Educação é fundamental para o desenvolvimento humano, com a garantia de direito à acessibilidade, possibilitando a inclusão, e bem estar social e cultural. Sendo as Políticas Públicas de acessibilidade importantes para a sociedade, a efetivação destas irão possibilitar o desenvolvimento do bem estar e qualidade de vida da criança e adolescente com deficiência.

A organização dos programas de acessibilidade confirma-se na oferta ao acesso à inclusão na Educação com os seguintes arranjos; a Educação é oportunizada nas instituições se adeptas aos programas de inclusão que viabilizem ofertas que possibilitam a acessibilidade garantindo a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência.

Não é somente um ato social, a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, com base nas leis afirma-se como direito constitucional, dentro da obrigatoriedade dos responsáveis, como direito fundamental, a educação é responsabilidade da família, da sociedade e do estado.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), instituído em 1995, é a modalidade de transferência direta de recursos financeiros para a escola pública, garantindo a autonomia na gestão dos recursos destinados para financiar a execução de políticas educacionais, no estudo presente destacamos as políticas de acessibilidade no território escolar. Este foi o primeiro programa de transferência de recursos financeiros direto da União para as escolas públicas municipais ou estaduais. Com os recursos recebidos do Programa a escola pode realizar manutenção de sua infraestrutura física e pedagógica, podendo realizar despesas de custeios e de capital. Estas duas categorias são definidas no seguinte formato, investimento de custeio são as despesas com material de consumo, enquanto despesas de capital são bens adquiridos, como equipamentos e materiais permanentes.

Com a evolução e ampliação do Programa Dinheiro Direto na Escola ao decorrer dos seus 28 anos de existência, ainda se mantém a responsabilidade de se ter uma Unidade Executora própria, podendo ser representada pelo Conselho Escolar, para aprovação dos investimentos, este formato ainda permanece para a efetivação do programa em receber verba direta da união. Da criação do programa até 2005 eram contempladas escolas por região delimitadas. A partir de 2012 que o alcance do Programa chega a mais escolas de tantas outras regiões.

Até 2005, o Plano de Desenvolvimento da Escola foi destinado exclusivamente às unidades escolares de ensino fundamental localizadas nas chamadas Zonas de atendimento Prioritário (ZAPs) das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com baixos índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A validação dos seus resultados passou a ser base de referência para outros importantes programas com alcance demais regiões. O Programa Escola Acessível viabiliza a acessibilidade ao ambiente físico, à recursos didáticos e pedagógicos,

promovendo um território inclusivo de Crianças e Adolescentes com deficiência. Este Programa integra a plataforma de Programas e Ações do Programa Dinheiro Direto na Escola. As escolas públicas contam com este financiamento para executar as adequações necessárias de acessibilidade, organizacionalmente é uma autonomia com recursos específicos que possibilitam progressos na execução de Políticas Públicas de acessibilidade. Sabe-se que adaptações e readaptações de estrutura física quanto de recursos exigem investimentos que a escola por vezes não encontra somente no caixa da escola.

Uma ferramenta de acesso as informações do Programa é o PDDE INTERATIVO; uma plataforma de suporte às escolas, onde conseguem acesso à referências organizacionais fundamentais para a adesão, implementação e adequação ao Programa Escola Acessível, com importantes e necessárias ferramentas para a efetivação da acessibilidade, nas figuras abaixo é possível conhecer a amplitude com que o Programa incentiva a acessibilidade no território escolar;

Figura 1 pddeinterativo.mec.gov.br/escola-acessivel

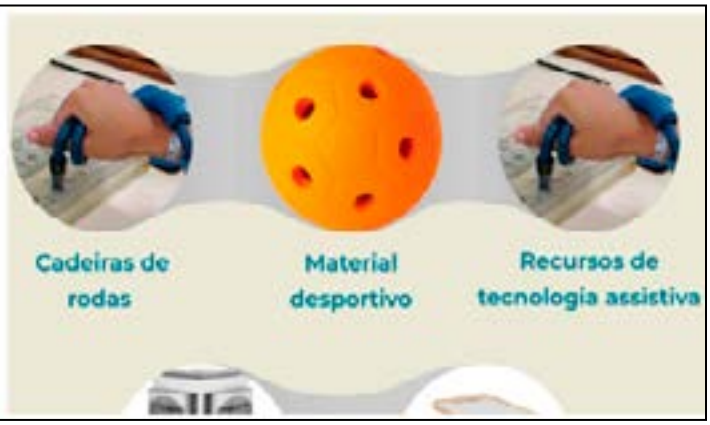


Figura 2 pddeinterativo.mec.gov.br/escola-acessível

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A existência do Programa Escola Acessível, que está dentro do Programa Dinheiro Direto na Escola, representa um suporte que possibilita a efetivação da acessibilidade, promovendo a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no espaço escolar, garantido o direito às Políticas Públicas de Acessibilidade, a garantia do direito à educação, o acesso e permanência nas instituições escolares é um direito descrito em lei, é este que efetiva a inclusão de alunos com deficiência.

É o repasse de valores do programa que auxilia as escolas públicas para a efetivação da acessibilidade, projetado para financiar as Políticas Públicas de acessibilidade, que a partir de então viabilizem a garantia de direitos de inclusão no que se refere ao direito à acessibilidade.

Toda adequação que implica em tornar o espaço escolar acessível, são considerados recursos de acessibilidade, tais como: Rampas, elevadores, banheiros adaptados, pisos táteis, calçada rebaixada, bebedouros. Dentre tantas outras necessidades, são recursos de acessibilidade para a inclusão de estudantes com deficiência, estratégias inclusas no programa de acessibilidade.

Recursos acessíveis é todo serviço utilizado para melhorar, manter ou aumentar as habilidades dos estudantes com deficiência, objetivando a autonomia e qualidade de aprendizagem dos educandos com deficiência.

Existem estágios dentre a realização dos Programas que viabilizem Políticas Públicas de acessibilidade, naturalmente a organização destes, parte da problematização, constatada esta importante e incipiente etapa, ocorre a seguinte sequência; elaboração, implementação e avaliação. "…essas áreas costumam tratar do porquê e do como as ações teriam sido desempenhadas; se as intenções teriam sido cumpridas; que teriam sido as di-

ficuldades para produzir o resultado esperado etc". Segundo ENAP (2019, P. 129) esta estruturação do "porquê e do como" vai direcionando a realização das Políticas Públicas, na implementação destes Programas.

6 CONCLUSÃO

A busca por viabilizar a acessibilidade no território escolar é constante, são as políticas públicas de acessibilidade que garantem a inclusão, transformando em espaços adequados a Educação para crianças e adolescentes com deficiência, o Programa Dinheiro Direto na Escola é uma importante ferramenta que colabora diretamente com a garantia deste direito, seus repasses que viabilizam as adequações planejadas para acessibilidade.

Adesão e participação no programa é organizado por etapas, as instituições têm acesso direto às orientações para adesão, e uso adequado deste recurso. Podendo contar também com um Guia de Execução dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, todo o uso de recursos repassados pelo Programa precisa ser prestado contas, por isso se faz importante cada escola saber como executar as etapas de implantação e desfrute do programa, para funcionalizar esta estratégia.

Partindo da base de cálculo da Tabela 1, identifica-se que os valores repassados pelo Programa não são expressivos, uma vez que toda e qualquer readaptação de estruturação física por vezes exige investimentos onerosos, ainda assim poder contar com um programa organizado e planejado para viabilizar Políticas Públicas de acessibilidade vem de encontro com a garantia e a efetivação de demais direitos como a inclusão por acessibilidade, direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência.

O Estatuto da Criança e Adolescente no Art. 53. A criança e adolescente têm direito à educação, (...) I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Entende-se que não cabe apenas a oferta da vaga na escola para o educando, é frisado a "permanência" na instituição, e esta se dará pelo conforto, bem estar e acesso ao espaço físico e de recursos da escola. Pode ser viabilizado por programas financiados também pelo governo, como o estudo apresenta o Programa Dinheiro Direto na Escola, que projeta um nicho para acessibilidade descrito como "Escola acessível", dentre outras ações do programa.

Apenas um programa que viabilize a acessibilidade com a citada base de cálculo na tabela 1 não garante o direito de inclusão, não é suficiente para contemplar as demandas do território escolar. Sendo responsabilidade dos entes estatais ampliar o alcance à programas e projetar mais programas que executam a inclusão na sua garantia de direito da criança e adolescente com deficiência. Viabilizando o investimento de valores expressivos, que efetivem de fato a acessibilidade no espaço escolar, sendo estas adaptações de alto custo, justamente por estes espaços serem projetados para um público não deficiente, estes padrões não promovem a autonomia de todos os usuários destas instituições, e essas modificações exigem orçamentos específicos, por vezes onerosos.

Entende-se que o Programa não é direcionado somente as necessidades de acessibilidade do espaço, ele contempla todo um planejamento descrito em seu protocolo que descreve adequações arquitetônicas como: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão, sinalização visual, tátil e sonora. E Aquisições: cadeiras de roda, material desportivo, recursos de tecnologia assistiva, dentre tantos recursos. Essas possibilidades estão no Programa Escola Acessível que está dentro do Programa Dinheiro Direto na Escola, que também prevê as demais necessidades da instituição escolar em seu todo, promovendo a funcionabilidade destes territórios. Por conter um cálculo com base em uma renda per capita que transita entre R$20,00 até R$ 60,00, conclui-se uma margem de incentivo singela para um protocolo com tal amplitude e expressividade. Por este viés, conclui-se a necessidade de mais programas que financiem a acessibilidade no território escolar, que efetivem a inclusão como garantia de direito do acesso e permanência do aluno a instituição escolar.

Ainda que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), tem progredido ao longo dos anos desde que fora instituído, é apenas um programa que viabiliza a acessibilidade. Para uma evolução e o desenvolvimento da proposta, e com maior alcance se faz necessário ainda mais programas que financiem a acessibilidade

como garantia de direito a inclusão no território escolar. A base de cálculo deste programa apresenta margens tímidas para adaptações e até mesmo para as alterações de acessibilidade tão expressivas, o que traz à tona a necessidade de mais programas, com investimentos mais expressivos, também seria válido um reajuste de base de cálculo do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Contudo entende-se que a inclusão se dará no território escolar por meio da acessibilidade em seus espaços, acessibilidade compreende-se como autonomia para ocupar este espaço ao qual o estudante pertence. De encontro com esta verdade sugere-se a implementação de mais programas que contemplem esta necessidade, ou seja que financie e promova a acessibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CASTRO, Barbara da Silveira Madeira de. et al Crianças com condições Crônicas Falam Sobre Saúde. **Rev. Polis Psique.** v. 7. n. 3. Porto Alegre. set./dez. 2017. Disponível em: Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238152X2017000300008. Acesso em: 10/02/2024.

CEFAÏ, Daniel. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas… O que nos ensina o pragmatismo** (Parte 1). 2017.

ENAP, Enap Escola Nacional de Administração Pública **Diretoria de Educação Continuada SAIS** - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF. 2021.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, disponível em: https://www.gov.br/fnde/ptbr/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/valores-referencias-de-calculopara-repasses-do-pdde-basico

LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

LEI Nº 14.705, DE 25 DE JUNHO DE 2015. (publicada no DOE n.º 120, de 26 de junho de 2015). **Institui o Plano Estadual de Educação** – PEE

LOTTA, Gabriela Spanghero. VAZ, José Carlos. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no brasil. 2015. Disponível em: http://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/409

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras. **ETD - Educação Temática Digital**. v. 1. n. 3. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10633/ssoar-etd-2000-3-mantoaneducacao_para_todos_desafios.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 de fev. 2024.

MARTINS FILHO, Altino José, **Criança pede respeito**: Docência na Educação Infantil. Ed. 4.Tubarão (SC): Copiart, 2023.

MELLO, Anahi Guedes de Mello. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva.** 2010. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/viewFile/11324/8274

MINISTÉRIO DA SAÚDE. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-querome-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; Lei nº 14.705, de 25 de junho de 2015.

PIERRE, Muller, SUREL, Yves; **A Análise das Políticas Públicas** [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas:Educat, 2002.

PIRES, A. P., SCHNECKENBERG, M. O PDDE INTERATIVO: UMA FERRAMENTA **DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR1 ?** 2016. UFPR Programa Dinheiro Direto na escola interativo, disponível em: https://pddeinterativo.mec.gov.br

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas- Tomo Cinco**: Fundamentos da Defctologia. Tradução do programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especi

DIAGNÓSTICO E RESIGNIFICADO DA DEFESA CIVIL NAS CIDADES BANHADAS PELO RIO PARANHANA[1]

DIAGNOSIS AND RESIGNIFICATION OF CIVIL DEFENSE IN CITIES BEACHED BY THE PARANHANA RIVER

Gerson Lamberti[2]
Carlos Fernando Jung[3]

RESUMO

Impactados pelos resultados do evento climático extremo do ano de 2024 nas cidades banhadas pelo Rio Paranhana, alunos do curso de Engenharia de Produção das Faculdades Integradas de Taquara conduziram um estudo sobre a atuação da Defesa Civil das cidades de Taquara, Parobé, Igrejinha e Três Coroas, comparando o previsto no Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e a realidade apresentada nas corporações. Com base em respostas dadas a questionário encaminhado aos coordenadores, elaboraram um conjunto de recomendações visando o planejamento urbano e ações conjuntas para os municípios, na busca de um crescimento sustentável e de uma região resiliente.

Palavras-chave: Defesa Civil Municipal, planejamento urbano, área vulneráveis, PNPDEC, gestão de riscos.

ABSTRACT

Impacted by the results of the extreme weather event of 2024 in the cities along the Paranhana River, students from the Production Engineering course at the Integrated Colleges of Taquara conducted a study on the performance of the Civil Defense in the cities of Taquara, Parobé, Igrejinha, and Três Coroas, comparing the provisions in the National Plan for Protection and Civil Defense – PNPDEC with the reality presented in the corporations. Based on the responses given to a questionnaire sent to the coordinators, they developed a set of recommendations aimed at urban planning and joint actions for the municipalities, in pursuit of sustainable growth and a resilient region.

Keywords: *Municipal Civil Defense, urban planning, vulnerable areas, PNPDEC, risk management*

1 INTRODUÇÃO

Cidades apresentam um crescimento ao longo do tempo sem poder ampliar a sua rede de infraestrutura urbana, tornando-se vulneráveis a eventos climáticos extremos como inundações urbanas, ondas de calor, enchentes e secas, que estão se apresentando em frequência menor e maior intensidade. Os desafios das administrações perante as mudanças climáticas é adaptar a infraestrutura para a essa nova realidade, que deixa um rastro de danos ambientais, sociais e financeiros tanto em áreas urbanas como na zona rural. A densificação na ocupação do solo e a infraestrutura envelhecida e sucateada expõe as cidades a impactos de crescente magnitude, exigindo uma nova forma de abordagem na gestão do patrimônio público e no ordenamento do crescimento das cidades (Huergo, 2015).

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Engenheiro Civil, Acadêmico do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: gersonlamberti@sou.faccat.br

3 Doutor em Engenharia de Produção, Professor das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: jung@faccat.br

Os planos diretores municipais focados no mercado imobiliário remetem à densificação no uso do solo e uma mobilidade urbana centralizada no automóvel. A combinação desses fatores aliado às mudanças climáticas sobrecarrega a infraestrutura urbana, notadamente na drenagem pluvial e no sistema de transporte. É essencial o exercício de diálogo construtivo na busca de um ambiente urbano mais resiliente, que implique na revisão dos usos do solo, sua densificação e em sistemas de drenagem pluvial resiliente (Silva; Lima; Ribeiro, 2021).

No lado contrário do crescimento ordenado por um plano diretor, as periferias crescem de forma rápida, desordenada e desorganizada. O que, no início, era a solução para lotes baratos agravou e tornou-se fator de exclusão social, ambiental e econômico. No Brasil, além de ocorrências ambientais que testam a resiliência das cidades, temos as consequências dos eventos climáticos extremos associados à ação humana que fez uso de áreas vulneráveis para expansão urbana residencial (Coutinho *et al.*, 2015).

Cidades resilientes é um tema que ganhou importância nesta década, com a ONU definindo como aquelas que possuem a capacidade de sistemas, sociedades ou comunidades enfrentarem os riscos que se estão expostos, possuindo resiliência aos perigos, acomodação, absorção, adaptação, transformação e recuperação dos efeitos sofridos oportunamente e com eficiência, incluindo a preservação e restauração das estruturas básicas vitais e funções por meio de gestão dos riscos (Santos; Castañon, 2022)são aquelas que possuem a capacidade de sistemas, sociedades ou comunidades enfrentarem os riscos que se estão expostos, possuindo resiliência aos perigos, acomodação, absorção, adaptação, transformação e recuperação dos efeitos sofridos oportunamente e com eficiência, incluindo a sua preservação e restauração das estruturas básicas vitais e funções por meio da gestão dos riscos. Objetiva-se com o estudo ressaltar a importância das cidades cada vez mais se tornarem resilientes, elencando-se os principais passos a serem seguidos pelos gestores das cidades, que são baseados nos Dez Princípios de Construção de Resiliência da ONU para o alcance da resiliência. A pesquisa é de tipologia básica, exploratória e qualitativa seguida de Revisão de Literatura que constitui o processo de procura, análise de descrição de uma temática de conhecimento com o objetivo de se identificar quais os passos para o alcance da resiliência. Explorou-se de literaturas nacionais e internacionais, artigos científicos, órgãos nacionais e internacionais, para identificação dos passos necessários para construção de resiliência. Diante do estudo realizado apontou-se como mais adequado para a construção da resiliência a aderência aos Dez Princípios de Construção da Resiliência da ONU, com efetivação dos passos importantes em cada princípio, podendo ser utilizado por gestores públicos para solidificação do desenvolvimento sustentável e o alcance da resiliência.”,”container-title”:”Research, Society and Development”,”DOI”:”10.33448/rsd-v11i17.38994”,”ISSN”:”2525-3409”,”issue”:”17”,”language”:”pt”,”license”:”Copyright (c.

O relacionamento entre o macrozoneamento urbano definido pelos Planos Diretores e áreas de risco vulneráveis ambientais e sociais deve ser estudado sob a ótica da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (Lei 12.608/2012), partindo desse entendimento políticas públicas que enfrentem de forma objetiva o rápido processo de urbanização periférica e irregular em áreas vulneráveis, produzido por uma população carente de recursos financeiros e sociais que as incluam na cidade ordenada e regular (Reani *et al.*, 2020)

No contexto da crescente preocupação global com as mudanças climáticas e impactados pelos eventos extremos que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2023-2024, estudantes do Curso de Engenharia de Produção da FACCAT, na disciplina de Engenharia e Tecnologia Aplicada no segundo semestre do ano de 2024, em conjunto com um mestrando do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da mesma instituição, conduziram um estudo voltado para a prevenção e mitigação dos efeitos climáticos em quatro municípios banhados pelo Rio Paranhana, maior afluente do Rio dos Sinos e que banha as zonas urbanas dos municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha e Três Coroas. O estudo consistia em entender o funcionamento dos departamentos de Defesa Civil, sua atuação frente as catástrofes e papel frente ao crescimento urbano das

cidades, e na proposição de soluções tecnológicas e estratégias regionais alinhadas com o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Promulgada em 10 de abril de 2012, a Lei Federal 12.608 intitui o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC que, dentre as diretrizes listadas no artigo 4º encontramos: (i) atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas; (ii) abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação; (iii) a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres; (iv) adoção da bacia hidrográfica como unidade e análise das ações de prevenção de desastres relacionados à corpos d'água; (v) planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidências de desastres no território nacional e; (vi) participação da sociedade civil.

Em busca realizada para os quatro municípios banhados pelo Rio Paranhana, foi realizada busca no site www.leismunicipais.com.br com a palavra chave "defesa civil" verificando a legislação em vigor que contenha na sua ementa a palavra-chave. Foi desconsiderado o que não está em vigor, decretos que autorizam dotação orçamentária e legislação que não é específica sobre a organização da Defesa Civil.

No município de Taquara, a lei municipal 4758/2011 estrutura o Conselho Municipal de Defesa Civil, a lei municipal 4802/2011 cria o Fundo Municipal de Defesa Civil-FUMDEC e institui o Conselho Gestor e, na sequência, a lei municipal 4827/2011 autoriza o município a receber recursos através da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Após essa sequência, em 2024 foi promulgada a lei municipal 6987/2024 institui a política municipal de prevenção, informações e monitoramento de desastres ambientais e climáticos no município de Taquara.

Realizando a mesma pesquisa para o município de Parobé, a lei municipal 3354/2013 cria e estrutura o Conselho Municipal de Defesa Civil, a lei municipal 3355/2013 cria o Fundo Municipal de Defesa Civil-FUMDEC, a lei municipal 3386/2013 dispõe sobre a inclusão do tema transversal "Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos, nos currículos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Parobé; o Decreto Municipal nº 56/2021 cria o núcleo de atuação para ações de proteção e defesa civil- NAAPDC; a lei municipal 4221/2024 autoriza a abertura de crédito especial por Auxílios e Convênios de recurso do Fundo Estadual de Defesa Civil.

Para o município de Igrejinha, a pesquisa remete para a lei municipal 4320/2011, que cria o Fundo Municipal da Defesa Civil-FUMDEC, não apresentando outro resultado por essa palavra chave.

Três Coroas teve a Comissão Municipal de Defesa Civil criada pela lei 1764/1997, posteriormente regovada e substituída pela Lei Municipal 3326/2013 que instituiu a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. Em 2010, a Lei Municipal 2933 autorizou o município a firmar protocolo de intenções para instituir política de defesa civil na região do Vale do Paranhana e região das Hortências objetivando a instalação de estações meteorológicas e firmar convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O Fundo Municipal de Defesa Civil foi criado pela Lei Municipal 3327/2013 e, em 2020, a Lei Municipal 4119 dispôs sobre o reconhecimento do serviço civil e auxiliar de combate ao fogo, de prevenção de incêndios e de atividades de defesa civil no Município de Três Coroas, de acordo com o Art. 128 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul. O Decreto nº 3270/2021 cria no município o Núcleo de Atuação para ações de Proteção e Defesa Civil-NAAPDC e a lei municipal 4251/2022 reestrutura o Fundo Municipal de Defesa Civil e institui o Conselho Gestor do referido fundo.

QUADRO 1 - LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS REFERENTE A DEFESA CIVIL

Legislação	Municípios			
	Taquara	Parobé	Igrejinha	Três Coroas
Cria o Conselho Municipal de Defesa Civil	LM 4758/2011	LM 3354/2013		LM 4251/2022
Cria o Fundo Municipal de Defesa Civil--FUMDEC	LM 4802/2011	LM 3355/2013	LM 4320/2011	LM 3327/2013
Autoriza receber recursos através da Secretaria Nacional de Defesa Civil	LM 4827/2011			
Institui a política municipal de prevenção, informações e monitoramento de desastres ambientais	LM 6987/2024			
Inclusão do tema transversal "Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos, nos currículos da Rede Pública Municipal de Ensino		LM 3386/2013		
Cria o núcleo de atuação para ações de proteção e defesa civil- NAAPDC		Decreto 56/2021		
Autoriza a abertura de crédito especial por Auxílios e Convênios de recurso do Fundo Estadual de Defesa Civil		LM 4221/2024		
Instituiu a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil				LM 3326/2013
Autoriza o município a firmar protocolo de intenções para instituir política de defesa civil na região do Vale do Paranhana e região das Hortências				LM 2933/2010
Dispõe sobre o reconhecimento do serviço civil e auxiliar de combate ao fogo, de prevenção de incêndios e de atividades de defesa civil no Município				LM 4119/2020

Fonte: Gerson Lamberti (2025)

No quadro resumo, é possível visualizar que ocorreu no início da década de 2010 um movimento de atualização de legislação voltado para criação de fundos municipais, necessários para o recebimento de verbas para reconstrução dos danos gerados por eventos climáticos extremos, como movimento de massa em Igrejinha em 2011 e enchentes em 2013. Em um segundo momento, o município de Taquara institui a política municipal de prevenção, informações e monitoramento de desastres ambientais em meio ao desastre acontecido no ano de 2024 em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

IMAGEM 1 - CABEÇALHO DA PÁGINA DE ATENDIMENTO A DESLIZAMENTO NA CIDADE DE IGREJINHA-RS EM NOVEMBRO/2011

Registro completo

Campo DC	Valor	Idioma
dc.contributor.other	CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL	-
dc.date.available	2018-09-25T12:09:10Z	-
dc.date.issued	2011-11	-
dc.identifier.citation	CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massas e enchentes: Igrejinha, RS. [S.l.]: CPRM, 2011.	pt_BR
dc.identifier.uri	https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/20109.1	-

Fonte: Rigeo – Repositório Institucional de Geociências (2025)

IMAGEM 2 - MANCHETE DISPONÍVEL EM SITE DE NOTÍCIAS

Fonte: Internet (2025)

Desastres naturais de qualquer tipo afetam o desenvolvimento das cidades, comprovando que a omissão dos poderes públicos agravam a situação. Segundo Saleme (Saleme; Bonavides, 2018)instituted by the Law 12,608/2012, established in the National Policy of Protection and Civil Defense PNPDEC. It requires that all municipalities subject to disasters and other natural disasters must have master plans for better risk management. This legal framework has modernized strategies and enables forms of better management of them with the participation of federative entities and society with the leadership of the Union. The method used is the hypothetical-deductive method and the methodology is the bibliographical one.”,”container-title”:”Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade”,”DOI”:”10.26668/IndexLawJournals/2525-989X/2018.v4i2.4884”,”ISSN”:”2525-989X, 2525-989X”,”issue”:”2”,”journalAbbreviation”:”RDUCA”,”language”:”pt”,”license”:”http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0”,”page”:”85”,”source”:”DOI.org (Crossref essa condição perdurará enquanto novas políticas públicas não sejam incorporadas ao planejamento local criando mecanismos para prevenir e mitigar impactos causados por eventos extremos.

Dos municípios banhados pelo Rio Paranhana, Igrejinha e Taquara apresentam em seus mapas interativos disponíveis à população, mapas com manchas de inundação e áreas de deslizamentos, ainda que não esteja claro as condições para novas edificações nesses locais. Segundo Almeida (2025) verifica-se que, apesar de dados disponíveis, existe uma lacuna entre os planos diretores e legislação específica relacionada à prevenção de riscos e desastres com desencadeadores naturais, colocando em risco a população que ocupa áreas vulneráveis .

Cada vem mais se entende que o instrumento do plano diretor de desenvolvimento urbanos da cidade vai além do ordenamento territorial. Documento técnico deve ser um plano que incorpore a cidade informal, os processos de crescimento espontâneos, as construções irregulares e os prejuízos decorrentes dessas situações, sejam sociais, ambientais e econômicos. Nesse sentido, deve incorporar as previsões de desastres, as preparações para emergências, respostas aos desastres e reconstrução após eventos climáticos extremos que levam a desastres (Beppler; Mondini; Mondini, 2018)tanto de origem natural, como de origem antropogênica, e sendo as principais etapas de atuação da Proteção e Defesa Civil o planejamento/prevenção, o Plano Diretor de Proteção e Defesa Civil (PDPDC.

3 PERCEPÇÃO DE GESTORES DE DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS

Para melhor compreensão da situação das defesas civis e dificuldades frente aos impactos climáticos nos municípios do Vale do Paranhana, a metodologia utilizada foi realizar uma pesquisa com os responsáveis dos órgãos de Defesa Civil de Taquara, Igrejinha, Três Coroas e Parobé, no segundo semestre do ano de 2024.

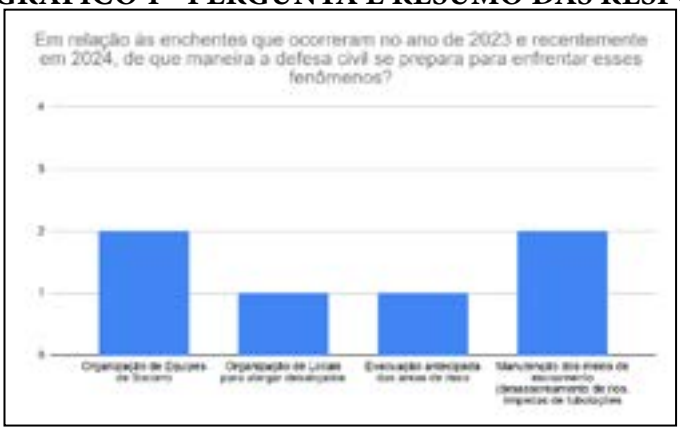
Com quatro respondentes para as questões propostas, foi possível perceber que as principais preocupações demonstradas residem na dificuldade de convencimento das pessoas afetadas pelos desastres, visto que não querem abandonar suas residências muitas vezes por não acreditarem nas informações passadas pela de-

fesa civil; falta de investimentos em equipamentos para auxílio nos resgates na maioria das cidades; prevenção focada principalmente em desassoreamento dos rios, tendo pouca preocupação com medidas de prevenção; pouco treinamento; principal meio de informação sendo via internet, o que pode deixar pessoas de regiões com falta de energia sem informação; e falta de planejamento urbano e falta de planos de conscientização da população para saber como proceder em situações, além de entendimento do risco das áreas em que moram.

Analisando as respostas percebemos que há diversas áreas com possibilidade de atuação, desde medidas de conscientização até opções que envolvem questões burocráticas como aquisição de equipamentos.

Na sequência, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa com os responsáveis pelas Defesas Civis Municipais:

GRÁFICO 1 - PERGUNTA E RESUMO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 1

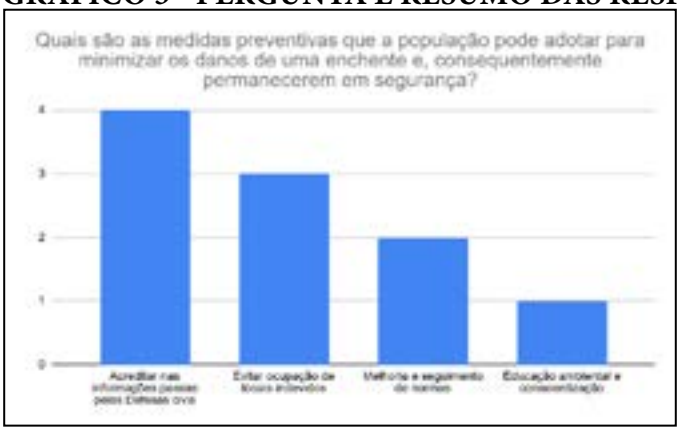


Fonte: os autores (2025)

GRÁFICO 2 - PERGUNTA E RESUMO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 2

Fonte: os autores (2025)

GRÁFICO 3 - PERGUNTA E RESUMO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 3

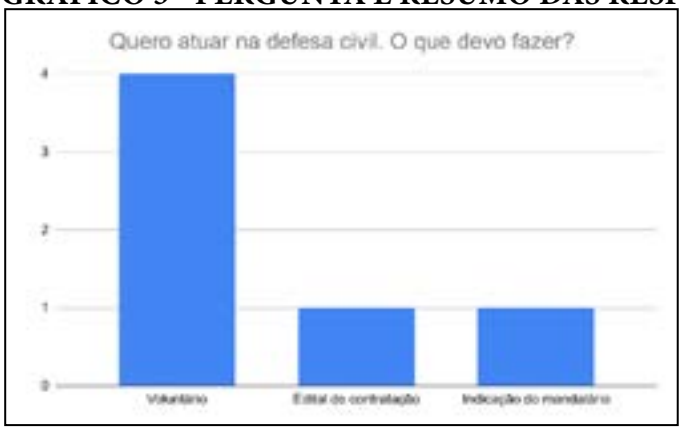


Fonte: os autores (2025)

GRÁFICO 4 - PERGUNTA E RESUMO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 4

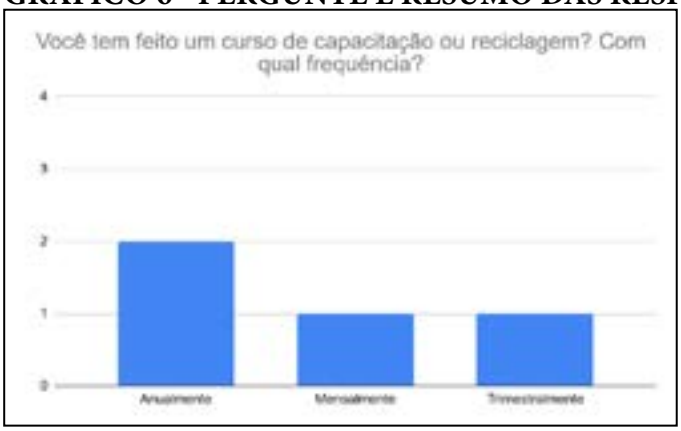
Fonte: os autores (2025)

GRÁFICO 5 - PERGUNTA E RESUMO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 5



Fonte: os autores (2025)

GRÁFICO 6 - PERGUNTE E RESUMO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO 6



Fonte: os autores (2025)

A partir do diagnóstico baseado no questionário, os alunos apresentaram um conjunto de recomendações às administrações municipais, na pessoa dos coordenadores da defesa civil das administrações do período 2025-2028:

1 – Elaboração de Plano Municipal de Drenagem Urbana, obedecendo e compatibilizando com os diagnósticos elaborados quando da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Plano Municipal de Saneamento Básico;

2 – Atualização do Plano Diretor com a mancha de inundação do ano de 2024, com indicação de níveis básicos de construção nessas áreas, como área a ser observada quando da construção de novos empreendimentos;

3 – Apontamento no cadastro imobiliário municipal dos imóveis atingidos por inundações urbanas e enchentes com atualização das matrículas com a averbação desta informação;

4 – Instalação de sistema de alarme sonoro e visual nas áreas passíveis de inundação;

5 – Indicação visual nos quarteirões passíveis de inundação, da altura mínima da soleira das portas, sendo condição obrigatório de ser obedecido quando de novas edificações nos lotes

6 – Sistema de iluminação pública de 12V nas áreas passíveis de inundação, podendo ser portátil

7 – Limpeza e desobstrução das redes de drenagem, bocas de lobo e caixas de inspeção

8 – Adaptação de prédios públicos para acolhimento de famílias desalojadas, principalmente banheiros, cozinhas, refeitórios e divisórias de ambientes

9 – Retirada das famílias em área de risco, demolição das casas e ocupação dos espaços públicos com equipamentos que impossibilitem ou dificultem novas invasões e ocupações

10 – Sinalização vertical com placas indicativas e horizontal na pavimentação com treinamento com famílias que ocupam área de risco de inundação para rota de fuga e direcionamento para os espaços que recebem desalojados

11 – Em projetos de urbanização e pavimentação das ruas da cidade, utilizar Sistemas de Drenagem Urbanas Sustentáveis unindo as disciplinas de mobilidade urbana, drenagem urbana, arborização e serviços urbanos;

12 – Levantamento cadastral da rede de drenagem urbana para elaboração de modelagem hídrica da cidade, de forma a criar condicionantes para as novas edificações quanto ao nível da construção, projeto de pavimentações e de micro e macrodrenagem urbana;

13 – Modelar a rede de macrodrenagem municipal com softwares adequados a partir dos dados obtidos nas estações meteorológicas do município e elaborar projetos para minimizar os efeitos das inundações urbanas;

14 – Equipar e treinar a equipe da Defesa Civil do Município na elaboração de relatórios de atendimentos para gerar dados que serão utilizados para a revisão do Plano Diretor Municipal e elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana;

15 – Incorporar à equipe da Defesa Civil Municipal um Engenheiro de Riscos, que terá a função de identificar e avaliar riscos e, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, propor medidas para minimizar, corrigir ou até mesmo, eliminar;

16 – Criar assento para a Defesa Civil Municipal junto a equipe de acompanhamento e revisão do Plano Diretor, conforme a lei federal 12608/2012 que cria a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

17 – Atualizar o Plano Municipal de Saneamento Básico apresentando o cumprimento das medidas tomadas do plano em vigor, que previam medidas de curto, médio e longo prazo. As medidas e médio prazo finalizam em 2024, conforme cronograma;

18 – Buscar atender a NBR 37123 – Cidades e comunidades sustentáveis – Indicadores para cidades resilientes como forma de melhorar a qualidade de vida dos moradores da cidade;

19 – Revisão do Outorga Onerosa do Direito de Construção previsto no Plano Diretor Municipal, revisando os índices de construção e compatibilizando as "condições e restrições" com o Plano Municipal de Saneamento Básico, Legislação Municipal, Dados da Defesa Civil municipal e modelagem de drenagem urbana;

20 – Incorporar oficinas de meio ambiente nas escolas com a questão de inundações urbanas e drenagem urbana sustentável sob a ótica multidisciplinar da geologia, biologia, engenharia agronômica e civil;

21 – Verificar a possibilidade de recuperação dos cursos d'água ainda não canalizados, com a recuperação das áreas de inundação com possibilidade de uso pela população;

22 – Incorporação dos dados do Observatório Heller & Jung nos estudos municipais para revisão de planos de desenvolvimento do município, principalmente os dados de precipitação pluviométrica e temperatura para monitorar pontos de inundações urbanas e sua ampliação ao longo do tempo;

23 – Treinar equipe de manutenção de rede de drenagem municipal, com ensinamentos sobre a construção de caixas de inspeção, posicionamento de bocas de loco, recuperação de canalizações, emissão de relatórios escritos e fotográficos sobre condições de rede e custos de manutenção efetuada;

24 – Criar banco de dados relacionando dados de chuva, inundações urbanas, atendimento de defesa civil como forma de entender como está funcionando a rede de drenagem urbana e planejar as ações de ampliação do sistema;

25 – Criar banco de dados relacionando malha de drenagem de micro drenagem com custos de manutenção e ampliação para verificar a necessidade de manutenção preventiva ou corretiva;

26 – Consorciar os municípios do Vale do Paranhana na questão de macrodrenagem, visto que as cidades tomam ações isoladas de desassoreamento de rios e cursos d'água que resultam danos em municípios a jusante, com aumento de velocidade no escoamento das águas.

4 CONCLUSÃO

As respostas fornecidas pelos secretários demonstram um sistema ineficiente, com uma estrutura fragilizada, desde os instrumentos até a capacitação da equipe em si. O treinamento e a capacitação da equipe deveriam ocorrer com determinada frequência, num intervalo de tempo menor e, sempre que possível, melhorando a qualidade dos resgates, uma vez que a agilidade é primordial para salvar vidas, em condições de vulnerabilidade climática, num curto espaço de tempo.

Apesar de não ser objeto dos questionamentos, a partir das respostas obtidas é possível verificar que os coordenadores da Defesa Civil municipal desconhecem a função de prevenção de desastres, atuando sempre

na forma emergencial quando da ocorrência dos desastres em conjunto com outros setores das administrações.

Cabe aos gestores municipais incorporar nos seus planos de governabilidade o entendimento de que a defesa civil é estratégica na promoção de políticas públicas que adotem medidas preventivas, preparem as cidades para emergências e que coordenem de forma rápida e eficiente na ocorrência de desastres e recuperação das áreas afetadas, atendendo a Lei Federal 12608/2012 que institui a Política Nacional de Prevenção e Defesa Civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEPPLER, Cleonice Maria; MONDINI, Leandro; MONDINI, Raviane Cristina Werner. PLANOS DIRETORES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL: UM DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ENTRE OS MUNICIPIOS PRIORITÁRIOS. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [*s. l.*], v. 7, p. 367, 2018.

COUTINHO, Marcos Pellegrini *et al.* Instrumentos de planejamento e preparo dos municípios brasileiros à Política de Proteção e Defesa Civil. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [*s. l.*], v. 7, p. 383–396, 2015.

DECRETO 56 2021 DE PAROBÉ RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/parobe/decreto/2021/6/56/decreto-n-56-2021-cria-o-nucleo-de-atuacao-para-acoes-de-protecao-e-defesa-civil-naapdc-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

DECRETO 3270 2021 DE TRÊS COROAS RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/tres-coroas/decreto/2021/327/3270/decreto-n-3270-2021-cria-o-nucleo-de-atuacao-para-acoes-de-protecao-e-defesa-civil-naapdc-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

HUERGO, Maria Carolina Cherchiglia. Diretrizes para inserção de práticas sustentáveis na melhoria da qualidade ambiental dos centros urbanos – Water Sensitive Urban Design: estudo de caso no município de Guaratuba. **Gestão Pública**, [*s. l.*], v. 6, n. 4, 2015. Disponível em: https://www.cadernosuninter.com/index.php/gestao-publica/article/view/555. Acesso em: 24 set. 2024.

LEI FEDERAL 12608 DE 10 DE ABRIL DE 2012. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 2933 2010 DE TRÊS COROAS RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/tres-coroas/lei-ordinaria/2010/294/2933/lei-ordinaria-n-2933-2010-autoriza-o-poder-executivo-a-firmar-protocolo-de-intencoes-para-instituir-politica-de-defesa-civil-na-regiao-do-vale-do-paranhana-e-hortensias-objetivando-a-instalacao-de-estacoes-metereologicas-automaticas-e-firmar-convenio-com-a-ufrgs-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 3326 2013 DE TRÊS COROAS RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/tres-coroas/lei-ordinaria/2013/333/3326/lei-ordinaria-n-3326-2013-institui-a-coordenadoria-municipal-de-defesa-civil. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 3327 2013 DE TRÊS COROAS RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/tres-coroas/lei-ordinaria/2013/333/3327/lei-ordinaria-n-3327-2013-institui-o-fundo-municipal-de-defesa-civil. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 3354 2013 DE PAROBÉ RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/parobe/lei-ordinaria/2013/336/3354/lei-ordinaria-n-3354-2013-cria-e-estrutura-o-conselho-municipal-de-defesa-civil-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 3355 2013 DE PAROBÉ RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/parobe/lei-ordinaria/2013/336/3355/lei-ordinaria-n-3355-2013-cria-o-fundo-municipal-de-defesa-civil-fumdec-institui-o-conselho-gestor-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 4320 2011 DE IGREJINHA RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/igrejinha/lei-ordinaria/2011/432/4320/lei-ordinaria-n-4320-2011-cria-o-fundo-municipal-de-defesa-civil-fumdec. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 4758 2011 DE TAQUARA RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/taquara/lei-ordinaria/2011/476/4758/lei-ordinaria-n-4758-2011-estrutura-o-conselho-municipal-de-defesa-civil-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 4802 2011 DE TAQUARA RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/taquara/lei-ordinaria/2011/481/4802/lei-ordinaria-n-4802-2011-cria-o-fundo-municipal-de-defesa-civil-fumdec-institui-o-conselho-gestor-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 4827 2011 DE TAQUARA RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/taquara/lei-ordinaria/2011/483/4827/lei-ordinaria-n-4827-2011-autoriza-o-municipio-de-taquara-a-receber-recursos-da-uniao-atraves-da-secretaria-nacional-de-defesa-civil-sedec-e-da-outras-providencias. Acesso em: 22 maio 2025.

LEI ORDINÁRIA 6987 2024 DE TAQUARA RS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/taquara/lei-ordinaria/2024/699/6987/lei-ordinaria-n-6987-2024-institui-a-politica-municipal-de-prevencao-informacoes-e-monitoramento-de-desastres-ambientais-e-climaticos-no-municipio-de-taquara-rs. Acesso em: 22 maio 2025.

REANI, Regina Tortorella *et al.* INTERFACES LEGAIS ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES. **Caminhos de Geografia**, [*s. l.*], v. 21, n. 76, p. 116–133, 2020.

SALEME, Edson Ricardo; BONAVIDES, Renata Soares. A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PNPDEC NAS CIDADES BRASILEIRAS. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 85, 2018.

SANTOS, Rosana Campos dos; CASTAÑON, José Alberto Barroso. Construção de Cidades Resilientes: quais os passos a serem seguidos?. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 17, p. e260111738994–e260111738994, 2022.

SILVA, Maycon; LIMA, Daniela; RIBEIRO, Márcia. Governança de água e planejamento urbano: aproveitamento de água de chuva para construção de cidades mais resilientes. **Revista de Gestão de Água da América Latina**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 18–0, 2021.

4 Processos e Manifestações Culturais

OS ODS COMO AGENDA SETTING NA COMUNICAÇÃO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO JORNAL REPERCUSSÃO NO VALE DO PARANHANA, RS[1]

Augusto Rodrigues Parada[2]

RESUMO

Este artigo investiga como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são incorporados como pautas nos veículos de comunicação do Vale do Paranhana, RS, a partir de uma análise do Jornal Repercussão. A pesquisa parte do pressuposto de que a mídia regional tem papel estratégico na comunicação do desenvolvimento territorial, funcionando como mediadora entre as diretrizes globais e a realidade local. Com base na teoria da *agenda setting* e nos estudos sobre comunicação e desenvolvimento, busca-se compreender como o veículo promove a articulação das ODS como parte da narrativa sobre o futuro da região.

Palavras-chave: ODS; agenda setting; comunicação regional; desenvolvimento regional; Vale do Paranhana.

ABSTRACT

This article investigates how the Sustainable Development Goals (SDGs) are incorporated as topics in the communication vehicles of the Vale do Paranhana, RS (state of Rio Grande do Sul, Brazil), based on an analysis of the Jornal Repercussão (Repercussão Newspaper). The research assumes that regional media plays a strategic role in communicating territorial development, functioning as a mediator between global guidelines and local reality. Based on the agenda-setting theory and studies on communication and development, this study seeks to understand how the vehicle promotes the articulation of the SDGs as part of the narrative about the region's future.

Keywords: *SDGs; agenda setting; regional development; sustainable development; Vale do Paranhana.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo explora a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como pautas nos veículos de comunicação do Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, com foco na análise do Jornal Repercussão. O **tema** central reside na investigação do papel da mídia regional na comunicação da agenda global de desenvolvimento sustentável em um contexto local específico. A **justificativa** para esta pesquisa reside na crescente relevância da Agenda 2030 da ONU desde sua adoção em 2015, influenciando diversos setores e demandando mediações locais.

A **mídia local**, dada sua proximidade com as dinâmicas cotidianas das comunidades, atua como mediadora entre os discursos globais e as demandas territoriais, contribuindo para o processo de construção social da realidade. A teoria da *agenda setting*, proposta por McCombs e Shaw (1972), destaca como os meios de comunicação influenciam a percepção pública ao selecionar e hierarquizar temas noticiáveis, moldando o que os públicos consideram relevante. Aplicada ao contexto dos ODS, essa teoria permite compreender como determinados objetivos ganham visibilidade ou permanecem ausentes na esfera pública local. Nos últimos

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Professor(a) das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: aparada@faccat.br.

anos (2019–2024), a presença das ODS no Jornal Repercussão - veículo de comunicação do Vale do Paranhana - revela aspectos importantes da articulação entre comunicação e desenvolvimento regional. Este período corresponde à expansão do jornal para as cidades do Vale do Paranhana – Parobé, Taquara, Rolante, Riozinho, Igrejinha e Três Coroas. Conforme Beltrão (1980), a comunicação é um fator estruturante para o desenvolvimento, especialmente quando compreendida como promotora da cidadania e do engajamento social.

Nessa perspectiva, o jornalismo regional pode ser analisado como espaço de produção discursiva sobre o futuro das comunidades, servindo como instrumento de territorialização de agendas globais. O **problema** de pesquisa investiga como e em que medida os ODS são visibilizados e ressignificados pela mídia regional, considerando sua função como mediadora entre as diretrizes globais e a realidade territorial.

Já o **objetivo geral** desta pesquisa é investigar de que forma os ODS vêm sendo incorporados como pauta nos dois principais veículos de comunicação da região do Vale do Paranhana. E os **específicos** incluem: analisar a presença e a frequência com que os temas vinculados aos 17 ODS são abordados nas publicações do Jornal Repercussão entre 2019 e 2024; identificar como a mídia regional articula os ODS em relação às questões e aos desafios específicos do Vale do Paranhana; e discutir o potencial e as limitações da mídia regional na comunicação do desenvolvimento sustentável no contexto local.

A **metodologia** utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, baseada na análise das publicações do Jornal Repercussão no período de 2019 a 2024, com foco na identificação e interpretação da presença dos temas relacionados aos ODS. Além desta introdução, o artigo se estrutura em seções que abordarão o referencial teórico sobre a Agenda 2030, a teoria do *agenda setting* e a comunicação para o desenvolvimento regional; a descrição dos procedimentos metodológicos adotados na análise do Jornal Repercussão; a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, evidenciando a presença e o tratamento dos ODS no veículo; e, por fim, as considerações finais, que sintetizarão os achados e apontarão para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da presença dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na mídia regional requer um diálogo entre diferentes campos teóricos: os estudos da comunicação e desenvolvimento, a teoria da *agenda setting*, a comunicação pública e o papel da mídia local na mediação discursiva entre agendas globais e realidades regionais.

A **teoria da** *agenda setting*, formulada por McCombs e Shaw (1972), postula que os meios de comunicação não dizem às pessoas *o que pensar*, mas influenciam *sobre o que pensar*. Ou seja, ao priorizarem certos temas, os veículos determinam a relevância desses assuntos na opinião pública. Em contextos locais, essa dinâmica se torna ainda mais relevante, já que os veículos regionais atuam como principais fontes de informação para comunidades específicas. À medida que os ODS se consolidam como uma agenda global, sua apropriação pelos meios locais evidencia a atuação da mídia como agente de definição do que é considerado prioridade em termos de desenvolvimento regional.

A teoria da *agenda setting* foi posteriormente aprofundada com o conceito de **salience**, que se refere ao grau de destaque conferido a determinado tema, e com os estudos de segunda ordem (*second-level agenda setting*), que investigam os atributos mais enfatizados nas coberturas jornalísticas (McCombs, 2004). Aplicada aos ODS, essa perspectiva permite analisar não apenas a frequência com que os objetivos são mencionados na mídia, mas também *como* são representados e *quais aspectos* são destacados ou omitidos nas narrativas locais.

No campo da **comunicação e desenvolvimento**, autores como Luis Ramiro Beltrão (1980) e Rosa María Alfaro (2006) destacam a importância da comunicação como ferramenta de transformação social, ressaltando seu potencial para promover a cidadania e a participação. Beltrão, ao propor o conceito de "comunicação al-

ternativa para o desenvolvimento", aponta a necessidade de formas de comunicação mais próximas das comunidades, que respeitem seus contextos culturais e suas demandas locais. Já Alfaro defende uma comunicação dialógica, horizontal, que estimule processos participativos — especialmente relevante no tratamento de temas como os ODS, que envolvem múltiplos atores sociais.

A **comunicação pública**, por sua vez, oferece outro eixo importante. Segundo Brandão e Castilho (2006), ela envolve os fluxos comunicacionais voltados ao interesse público, sendo essencial para a democratização da informação e o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, a inserção dos ODS no discurso jornalístico regional pode ser analisada como uma prática de comunicação pública que visa engajar os cidadãos com metas coletivas de transformação social e ambiental.

Além disso, o conceito de **glocalização** (Robertson, 1995) — a articulação entre o global e o local — ajuda a compreender como agendas globais como a da ONU são reinterpretadas em contextos territoriais. A atuação de veículos locais como o Jornal Repercussão, nesse sentido, pode ser vista como um processo de tradução midiática da Agenda 2030, em que os ODS são adaptados a partir das urgências e identidades regionais.

Por fim, estudos recentes sobre ODS e mídia no Brasil (Matos, 2021; Silva & Albuquerque, 2022) apontam que, embora a agenda tenha sido institucionalmente difundida por organismos públicos e privados, sua presença na mídia local ainda é desigual e fragmentada, sendo muitas vezes tratada de forma indireta — por meio de pautas sobre educação, saúde ou meio ambiente — sem a devida articulação com o discurso dos ODS enquanto política global.

2.1 A TEORIA DO AGENDA SETTING E SUA APLICAÇÃO À MÍDIA REGIONAL

A teoria da *agenda setting*, formulada originalmente por McCombs e Shaw (1972), propõe que os meios de comunicação exercem influência significativa sobre a opinião pública ao definirem quais temas devem receber atenção. Conforme os autores, a imprensa não dita o conteúdo das opiniões, mas organiza a hierarquia dos assuntos percebidos como importantes: *"a mídia pode não ter sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas é extremamente bem-sucedida em dizer-lhes sobre o que pensar"* (McCombs & Shaw, 1972, p. 177).

No contexto da mídia regional, esse efeito se torna ainda mais visível, pois os veículos locais frequentemente funcionam como principal (ou única) fonte de informação para determinados públicos. Quando um jornal ou uma rádio do interior destaca certos temas — como saneamento básico, acesso à educação ou políticas ambientais — está, de fato, estabelecendo uma agenda que molda o debate público sobre desenvolvimento local. A *agenda setting* regional, portanto, pode refletir tanto as prioridades da gestão pública quanto os interesses comunitários, tensionando-se entre visibilidade institucional e demandas populares.

Com a evolução da teoria, McCombs (2004) desenvolveu a chamada *segunda dimensão da agenda* (*second-level agenda setting*), que trata não apenas da escolha dos temas, mas também da forma como são representados — os atributos que recebem ênfase, os enquadramentos narrativos, as emoções mobilizadas. Esse desdobramento é especialmente útil para analisar como os ODS aparecem na mídia: mesmo quando não nomeados diretamente, seus valores (como equidade, sustentabilidade, inclusão) podem estar presentes de modo implícito nos enquadramentos de certas notícias.

Estudos como os de Gomes (2015) e Albuquerque (2020) já aplicaram essa abordagem para compreender como temas ligados ao desenvolvimento sustentável e à justiça social são tratados na imprensa regional brasileira. Ambos destacam que, muitas vezes, os veículos incorporam discursos relacionados aos ODS sem mencionar explicitamente a Agenda 2030, criando uma espécie de "agenda invisível" que, ainda assim, orienta a percepção pública sobre as questões estruturantes do território.

Nesse sentido, investigar como o Jornal Repercussão constrói sua agenda jornalística nos últimos anos permite não apenas identificar a presença (ou ausência) dos ODS como tópicos diretos, mas também com-

preender os enquadramentos e prioridades que orientam a cobertura do desenvolvimento regional. Trata-se, portanto, de observar como a mídia local define o que é importante saber sobre o próprio território — e como isso pode (ou não) estar alinhado às metas globais da Agenda 2030.

2.2 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A relação entre comunicação e desenvolvimento regional está ancorada na ideia de que o acesso à informação e a construção de narrativas públicas sobre o território são elementos fundamentais para o fortalecimento das comunidades e para a formulação de políticas sustentáveis. Desde os estudos clássicos sobre comunicação para o desenvolvimento (Beltrão, 1980; Servaes, 1999), entende-se que a mídia pode atuar como instrumento de transformação social ao promover visibilidade para demandas locais, articular atores sociais e estimular a participação cidadã.

Segundo Beltrão (1980), a comunicação, quando pensada de forma descentralizada e comprometida com os interesses populares, pode funcionar como "espelho da realidade e agente de mudança" nas regiões periféricas do sistema informacional. Isso é especialmente relevante em territórios como o Vale do Paranhana, cuja complexidade econômica, social e ambiental exige formas específicas de mediação e escuta. Ao tornar visíveis temas como mobilidade urbana, saneamento, educação ou empreendedorismo local, a mídia contribui para o fortalecimento da identidade regional e para a mobilização de recursos simbólicos e institucionais.

Além disso, autores como Rosa María Alfaro (2006) e Martín-Barbero (2004) destacam a importância da comunicação participativa e dialógica como pilar para um desenvolvimento mais justo e sustentável. A comunicação regional, ao funcionar como espaço de produção de sentidos compartilhados, colabora para a construção do "sentimento de pertencimento" ao território e amplia o potencial de cooperação entre cidadãos, organizações e gestores públicos.

No Brasil, estudos recentes (Brandão, 2017; Silva, 2021) têm reforçado que o desenvolvimento regional não se realiza apenas por meio de infraestrutura ou investimento econômico, mas também pela valorização da cultura local, da memória coletiva e da circulação de informações que reflitam os desafios e potencialidades de cada território. Nesse contexto, o papel da mídia local ganha centralidade, não apenas como transmissora de informações, mas como formadora de imaginários sociais sobre o que é "desenvolver" uma região.

A presença ou ausência dos ODS nas pautas da comunicação regional, portanto, não é neutra: ela revela como o desenvolvimento é compreendido e representado em nível local. Quando os veículos de imprensa abordam temáticas como saúde pública, educação de qualidade ou igualdade de gênero sem conectar esses temas à linguagem institucional da Agenda 2030, deixam de explorar uma oportunidade de articulação com políticas públicas globais. Por outro lado, quando a mídia regional adota os ODS como horizonte discursivo, ela se insere num circuito mais amplo de desenvolvimento que transcende o imediato e o pontual, promovendo uma visão mais estratégica e integrada do território.

2.3 OS ODS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),** estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2015 como parte da Agenda 2030, representam um marco na tentativa de orientar o desenvolvimento global por meio de metas mensuráveis e integradas, envolvendo dimensões econômicas, sociais, ambientais e institucionais. Embora concebidos em uma escala global, os ODS dependem fundamentalmente de sua **implementação em nível local** — o que implica adaptações territoriais, articulação com políticas públicas regionais e, sobretudo, a mobilização de atores sociais e institucionais situados nos contextos específicos.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2018) enfatiza que os ODS somente

podem ser efetivamente alcançados com o envolvimento direto dos governos locais e das comunidades, considerando que as desigualdades socioeconômicas, os desafios ambientais e as carências de infraestrutura se manifestam de forma mais concreta no território. Assim, a ideia de **desenvolvimento regional** no contexto da Agenda 2030 ultrapassa uma lógica centrada apenas no crescimento econômico, incluindo elementos como equidade, inclusão social, participação cidadã e sustentabilidade cultural e ambiental.

Nesse sentido, o território deixa de ser visto apenas como um espaço físico-administrativo e passa a ser compreendido como **espaço simbólico e político**, onde se definem prioridades, se organizam resistências e se constroem sentidos sobre o que significa progredir. Para Costa (2019), a territorialização dos ODS exige a criação de políticas públicas coerentes com as necessidades locais e uma rede de comunicação capaz de dar visibilidade a essas iniciativas. A mídia regional, portanto, desempenha um papel crucial nesse processo ao informar, traduzir e contextualizar os objetivos globais para os públicos locais.

Estudos como os de Silva e Albuquerque (2022) apontam que, nos meios de comunicação locais, os ODS muitas vezes aparecem de maneira fragmentada — associados a reportagens sobre educação, saúde, segurança alimentar ou meio ambiente — mas sem que haja uma referência direta à Agenda 2030. Isso indica um **descompasso entre o discurso institucional das ODS e a prática comunicativa cotidiana,** o que limita a possibilidade de engajamento da população com essa agenda de futuro.

Assim, investigar como os ODS são comunicados por veículos locais como o Jornal Repercussão contribui não apenas para entender a presença da agenda global no cenário regional, mas também para avaliar de que forma o desenvolvimento é discursivamente construído a partir de referências que dialogam (ou não) com os princípios da sustentabilidade, da equidade e da participação social.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise de conteúdo (Bardin, 2011) e na teoria da *agenda setting* (McCombs, 2004), para investigar como os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** são comunicados no **Jornal Repercussão**, com ênfase nas relações entre os ODS e o desenvolvimento regional do Vale do Paranhana. A pesquisa se concentrou no período de 2019 a 2024, com o objetivo de identificar como os temas dos ODS aparecem nas pautas jornalísticas e a relevância dessas questões para a região.

Fundado em 2013, o Jornal Repercussão se estabeleceu como uma das principais fontes de informação no Vale do Paranhana, abrangendo municípios como Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho, sendo escolhido para esta pesquisa devido à sua relevância regional e abordagem de temas ligados aos ODS, como desenvolvimento econômico, educação, infraestrutura e meio ambiente. Sua presença impressa e digital amplia seu alcance, facilitando a disseminação de informações. A análise qualitativa dos títulos das matérias, focada no período de 2015 a 2024, buscou identificar as temáticas e as relações entre o Desenvolvimento Regional e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa utilizou a busca por termos relacionados aos municípios para identificar matérias relevantes, disponíveis na página da internet https://www.jornalrepercussao.com.br.

Por fim, a adoção da análise de conteúdo (Bardin, 2011) - técnica que visa analisar a comunicação de forma sistemática, organizando as informações para identificar padrões, temas e significados. Na pesquisa, a análise de conteúdo foi utilizada para classificar e categorizar os títulos das matérias encontradas nos termos de busca, com base em categorias temáticas previamente estabelecidas. Tal análise foi organizada em categorias baseadas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, relacionados ao termo **Desenvolvimento Regional**. As categorias foram: O ODS 1, Erradicação da Pobreza, com títulos sobre ações de combate à pobreza e inclusão social, enquanto o ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável, com menções às políticas

agrícolas e segurança alimentar. Questões de Saúde e Bem-estar (ODS 3) com referências em relação ao acesso à saúde e investimentos na área. A Educação de Qualidade (ODS 4) com programas educacionais e inclusão, enquanto a temática da Energia Acessível e Limpa (ODS 7) sugeria iniciativas de energia renovável. O Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) explorava títulos de matérias sobre empreendedorismo e geração de empregos.

Infraestrutura, Inovação (ODS 9) sugeriam pautas em relação ao desenvolvimento urbano e tecnologia. Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) abordaram planejamento urbano e preservação ambiental. A Ação contra a Mudança Global do Clima (ODS 13) tratava de iniciativas de preservação e mitigação. Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16) discutia políticas de segurança e combate à corrupção. Por fim, o ODS 17, Parcerias e Meios de Implementação, evidenciava sobre colaborações para o desenvolvimento sustentável na região do Vale do Paranhana.

4 RESULTADOS

Os seis municípios que compõem o Vale do Paranhana, Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho, demonstram uma expressiva presença midiática, conforme o levantamento de títulos de matérias publicadas. Quando analisados à luz da presença de termos que remetam aos ODS, Taquara e Parobé lideram em número de ocorrências noticiadas, com 85 e 91 matérias respectivamente, evidenciando uma maior atenção da mídia para eventos e acontecimentos nessas localidades. Igrejinha também se destaca com um total de 74 matérias, indicando uma cobertura significativa. Em contraste, Três Coroas e Rolante apresentam um número consideravelmente menor de matérias, com apenas 5 cada, enquanto Riozinho possui a menor representatividade, com apenas uma matéria contabilizada. Apesar de algumas matérias abordarem múltiplos municípios simultaneamente, o total geral de 261 matérias sublinha a dinâmica informativa da região.

Entre 2019 e 2025, foram identificadas 261 matérias nos 6 municípios do Vale do Paranhana, abordando principalmente temas como segurança pública, mobilidade, saúde, educação e trabalho, os quais se alinham a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora o jornal analisado não nomeie explicitamente os ODS em suas publicações, a categorização qualitativa revelou uma clara presença temática de pelo menos 9 dos 17 objetivos estabelecidos pela ONU.

A análise da categorização dos títulos das matérias revela o destaque de alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na cobertura jornalística do Vale do Paranhana. O ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, lidera expressivamente com 126 matérias, indicando uma forte atenção da mídia para temas relacionados à segurança pública, sistema prisional, investigações e debates políticos na região. Em seguida, Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) aparece com 40 matérias, focando em mobilidade urbana, segurança viária e obras de infraestrutura. O ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, também apresenta relevância com 30 matérias, abordando vagas de emprego, desenvolvimento econômico e eventos de cooperação.

Outros ODS identificados, embora com menor frequência, demonstram a diversidade de temas presentes na cobertura. Educação de Qualidade (ODS 4) e Saúde e Bem-estar (ODS 3) contaram com 22 e 18 matérias, respectivamente, sinalizando a importância dada a essas áreas. A Ação contra a Mudança Global do Clima (ODS 13) e Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17) registraram 10 matérias cada, enquanto a Redução das Desigualdades (ODS 10) foi menos evidente, com apenas 5 matérias. Essa distribuição quantitativa sugere uma hierarquização de temas na agenda midiática regional, com forte ênfase em segurança e desenvolvimento urbano.

5 DISCUSSÃO

A análise dos 261 títulos de matérias publicadas pelo *Jornal Repercussão* entre os anos de 2019 e 2025 evidencia como a mídia regional atua como mediadora entre as diretrizes globais e as dinâmicas locais, confirmando o papel estratégico apontado por Beltrão (1980) e Alfaro (2006) no campo da comunicação para o desenvolvimento. Embora a maior parte das matérias não mencione explicitamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), há forte incidência de temas que dialogam com essa agenda, o que corrobora a noção de uma "agenda invisível" (Gomes, 2015; Albuquerque, 2020) presente na imprensa regional.

A predominância de matérias vinculadas ao ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (90 registros) – revela um claro direcionamento editorial para pautas relacionadas à segurança pública, criminalidade, atuação das forças policiais e governança institucional. Esse recorte reforça a teoria da *agenda setting*, sobretudo em sua segunda dimensão (McCombs, 2004), pois demonstra que o veículo não apenas escolhe os temas, mas também enfatiza determinados atributos – como o sensacionalismo, a insegurança ou a violência – que moldam a percepção pública sobre as prioridades locais.

Em seguida, destacam-se as matérias relacionadas às categorias *Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8),* com 40 e 30 ocorrências, respectivamente. Essas matérias abordam temas como mobilidade urbana, infraestrutura, empregabilidade, feiras e programas de desenvolvimento econômico. Tal ênfase reforça o papel da mídia local na construção discursiva do "desenvolvimento", não apenas como progresso econômico, mas como melhoria das condições urbanas e produtivas, ainda que de forma fragmentada e nem sempre alinhada às terminologias da Agenda 2030.

Outro ponto relevante é a presença expressiva, embora mais modesta, de conteúdos vinculados à saúde (ODS 3), educação (ODS 4), parcerias institucionais (ODS 17) e mudanças climáticas (ODS 13). A cobertura de temas como atendimento oncológico regional, ações educacionais da FACCAT e campanhas de alerta da Defesa Civil exemplifica como a territorialização dos ODS acontece de maneira indireta, por meio de ações concretas que traduzem os valores da agenda global em práticas locais (Costa, 2019; Robertson, 1995).

Entretanto, categorias fundamentais para a promoção da equidade e da justiça social – como *Redução das Desigualdades (ODS 10)* – aparecem de forma marginal, com apenas 5 matérias relacionadas. Esse dado indica uma lacuna importante na representação midiática das vulnerabilidades sociais da região, o que limita o potencial da comunicação como promotora de cidadania e inclusão.

Em suma, os dados evidenciam que, embora o *Jornal Repercussão* atue como agente de construção da agenda pública no Vale do Paranhana, a incorporação dos ODS ainda é desigual e pouco articulada como um horizonte discursivo estruturante. A cobertura privilegia temas com forte apelo noticioso e institucional, o que reafirma a lógica da visibilidade imediata em detrimento da construção de uma narrativa estratégica e integrada sobre o desenvolvimento sustentável. Este cenário reforça a necessidade de ações formativas e editoriais que estimulem uma apropriação mais consciente e crítica da Agenda 2030 no contexto da comunicação regional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a visibilidade dos ODS no Jornal Repercussão (2019-2025) parcialmente confirmou a hipótese de que a mídia regional contribui para a comunicação do desenvolvimento, embora de forma implícita e fragmentada, revelando lacunas na articulação global-local. O jornal desempenha um papel relevante na mediação das agendas, mas prioriza eventos negativos em detrimento de boas práticas e iniciativas alinhadas à Agenda 2030, corroborando diagnósticos sobre a incorporação indireta dos valores dos ODS e a ausência de pautas propositivas. Essa concentração em notícias negativas pode limitar o engajamento cidadão e perpetuar um discurso de estagnação.

Conclui-se que a presença dos ODS no jornalismo do Vale do Paranhana é inicial e sua qualificação demanda um ecossistema comunicacional que integre informação, participação e desenvolvimento. A territorialização da Agenda 2030 exige narrativas inspiradoras e a articulação entre o local e o global. As l**imitações da pesquisa** incluem o foco em um único veículo e a análise qualitativa, que embora aprofundada, pode não representar a totalidade da mídia regional. **Pesquisas futuras** poderiam ampliar a análise para outros veículos da região, quantificar a presença dos ODS, investigar a percepção do público sobre a cobertura e analisar o papel de outros atores na comunicação da Agenda 2030 no Vale do Paranhana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARO, Rosa María. *Cidadania comunicativa: participação popular nos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Jornalismo, cidadania e espaço público: o papel da mídia na democracia contemporânea*. São Paulo: Summus, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, Luís Ramiro. *A comunicação e o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

BRANDÃO, Eduardo. *Mídia local e políticas públicas: desafios e possibilidades para a comunicação regional*. In: Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2017.

CASTILHO, Flávio; BRANDÃO, Eduardo. *Comunicação pública e democracia: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulus, 2006.

COSTA, Sérgio. *Territorialização dos ODS: políticas públicas, comunicação e desenvolvimento local*. Brasília: Ipea, 2019.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, democracia e o espaço público: ensaios de teoria e crítica*. São Paulo: Paulus, 2015.

MATOS, Heloísa. *Comunicação e ODS no Brasil: desafios da apropriação institucional e midiática da Agenda 2030*. In: Revista Comunicação & Sociedade, v. 43, 2021.

McCOMBS, Maxwell. *Setting the agenda: the mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press, 2004.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.

ROBERTSON, Roland. *Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity*. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S.; ROBERTSON, R. (Org.). *Global modernities*. London: Sage, 1995. p. 25–44.

SERVAES, Jan. *Communication for development: one world, multiple cultures*. Cresskill: Hampton Press, 1999.

SILVA, Júlia Ribeiro da. *A presença dos ODS no jornalismo local: estudo de caso em jornais do interior paulista*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021.

SILVA, Júlia Ribeiro da; ALBUQUERQUE, Afonso de. *ODS e jornalismo no Brasil: representações midiáticas da Agenda 2030*. In: Anais do XXX Congresso da Intercom, 2022.

O HAITI COMO CATALISADOR DAS LUTAS POR LIBERDADE NO MUNDO COLONIAL[1]

Daniel Alexandre Nunes[2]
Daniel Luciano Gevehr[3]
Dieila dos Santos Nunes[4]

RESUMO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a Revolução Haitiana, o primeiro movimento sociorracial no mundo escravista do século XIX, e suas repercussões em outras colônias americanas onde o regime escravocrata ainda era vigente. Para tanto, abordamos os reais pretextos das primeiras expedições colonizadoras nesses territórios e o encontro das populações locais com esse mundo ao molde europeu, que passou a legitimar a dominação por meio de condutas severas, institucionalizando a escravidão e reduzindo essas populações à condição de propriedade. Destacamos também o papel fundamental da população negra no processo libertário haitiano, atuando como agente mobilizador da independência. Por fim, analisamos as repercussões da revolução haitiana na América escravista, com ênfase em Cuba, Estados Unidos e Jamaica. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, fundamenta-se em autores como Marco Morel (2017), Cyril L. R. James (2010), Susan Buck-Morss (2017), entre outros. Os resultados indicam que o legado da primeira nação negra independente, forjada por uma revolta de pessoas escravizadas, repercutiu intensamente no imaginário dos senhores de escravizados e serviu de inspiração para movimentos abolicionistas e de autonomia político-social em outras regiões da América Latina.

Palavras-chave: Haiti; revolução; abolição; América.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the Haitian emancipation process, the first socio-racial movement in the slave-owning world of the 19th century, and its repercussions in other colonies in the Americas where the slave regime was still in force. To this end, we present the real pretexts of the first expeditions of colonizers in these territories and the encounter of these populations with a world modeled after Europe, which, from that moment on, began to legitimize their actions with severe models of conduct, institutionalizing slavery and taking these populations as their property. In addition, we highlight the importance of black people in the libertarian process of Haiti as a mobilizing agent of the Haitian independence process. Finally, we observe the Haitian independence process and its repercussions in slave-owning America, especially Cuba, the United States and Jamaica. We draw on the work of several authors who address the topic, such as Marco Morel (2017), Cyril L. R. James (2010), Susan Buck-Morss (2017), among others. Our analysis is bibliographical and qualitative. The results demonstrate that the Haitian legacy of the first independent black nation, built by a revolt organized by enslaved people, gained legitimacy in the colonial world and began to plague the imagination of slave owners. We conclude that abolitionist tendencies can be found in Haiti, which influenced other Latin American countries to seek their political and social autonomy.

Keywords: *Haiti; revolution; abolition; America.*

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Faccat/RS. E-mail: danielnunes@sou.faccat.br.
3 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: danielgevehr@faccat.br
4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Faculdades Integradas de Taquara. Email: dieilanunes@faccat.br.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A derrubada do regime escravocrata da colônia francesa de Santo Domingos e a instauração da primeira nação negra independente na América, em 1804, marcou significativamente o período Contemporâneo, pois configurou-se na luta de distintas classes sociais, fator determinante para pessoas escravizadas expulsarem os colonizadores indesejáveis e conquistarem sua autonomia política. Em se tratando da maneira que sucedeu e pela sua desenvoltura, os acontecimentos no Haiti deram voz aos negros, que ecoaram por outras nações, e estas viam nessas informações um perigo iminente perante sua autonomia política. Dessa maneira, "[...] o que era 'coisa', o que era 'propriedade' transforma-se em agente, de modo que o que era mero objeto apareça agora como sujeito" (Buck-morss, 2017, p.11 - grifo da autora).

Conforme narra o historiador Cyril Lionel Robert James (2010), a Revolução Haitiana é um dos acontecimentos mais espetaculares da modernidade. Diante dessa perceptível averiguação, a insurgência haitiana integraria o rol de revoluções europeias, tendo a mesma relevância aos acontecimentos que levaram a fundação dos Estados Unidos da América, entre outros que marcaram o período de constantes revoluções. Entretanto, foi possível constatar com as pesquisas realizadas até o presente momento que existe uma lacuna referente ao movimento abolicionista haitiano e ao tema escravidão nos registros historiográficos. Até mesmo Hobsbawm (2016), em "A Era das Revoluções", apresenta de maneira sucinta questões que envolvem escravidão e abolicionismo, o Haiti revolucionário, bem como os líderes insurgentes são mencionados pouquíssimas vezes na obra.

São raros estudos direcionados ao movimento abolicionista haitiano, assim como há escassez de bibliografia sobre o haitianismo – medo por parte da elite senhorial que a insurgência haitiana influenciasse outros movimentos abolicionistas pelo mundo a fora. Dessa forma, esta pesquisa pode contribuir para ampliar discussões sobre essa temática, visto que os trabalhos acadêmicos e artigos produzidos sobre a Independência do Haiti são ínfimos.

A metodologia deste estudo é de caráter bibliográfico e qualitativo, fundamentando-se em uma análise interpretativa de obras relevantes que abordam o processo emancipacionista haitiano e suas repercussões. Entre os autores consultados, destacam-se Marco Morel (2017), Cyril L. R. James (2010) e Susan Buck-Morss (2017), cujas contribuições oferecem perspectivas históricas e teóricas sobre a Revolução Haitiana e seus impactos. Assim, investigamos o papel do negro como agente central no processo libertário do Haiti, bem como a disseminação das ideias abolicionistas nas Américas. A pesquisa, ao adotar esse método, busca compreender como o movimento haitiano influenciou a luta por autonomia político social em outras regiões.

O texto está organizado em seis seções: a primeira, introdutória, tem como objetivo iniciar a reflexão sobre o tema; a segunda busca desenvolver um arcabouço teórico, proporcionando uma análise aprofundada e reflexiva; a terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados neste estudo; já a quarta e quinta seções destinam-se, respectivamente, a apresentar os resultados e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da ocupação e colonização do Haiti caracteriza-se por práticas e discursos políticos impostos, em um primeiro momento, pelos colonizadores espanhóis, e, posteriormente, pelos franceses, que instituem modelos eurocêntricos de controle e punição da população que ocupava os territórios da América Latina. Podemos perceber um choque étnico entre esses dois mundos, do Europeu "civilizado", que se utiliza da racionalidade eurocêntrica, com a finalidade de moldar o comportamento do colonizado, conceito esse definido por Aníbal Quijano (2005) como Colonialidade do Poder. Isso ocorreu por meio da exploração, do abuso físico e da expropriação cultural, tendo como argumento central a questão biológica, da raça, para justificar a superio-

ridade que os colonizadores tinham perante essas populações e, assim, criar uma imagem de inferioridade dos nativos, para explorá-los moral e economicamente.

Dessarte, percebemos nos discursos ideológicos dos colonizadores mecanismos de manipulação que foram inseridos nos processos de dominação, desde a colonização até o expansionismo contemporâneo, e, com isso, criaram-se pretextos ideológicos "[...] com mitos do bom selvagem (os "índios" do "Novo Mundo")", (Buck-Morss, 2017, p. 50).

Diante dessa imposição violenta dos colonizadores em controlar a população, foi adotado a encomenda, medida que buscava controlar esses povos. Consolidou-se como um mecanismo extremamente autoritário, que foi institucionalizado também pelos espanhóis e justificava o trabalho compulsório nas colônias, desde que os nativos fossem bem tratados e evangelizados – uma sarcástica tentativa de legitimar a escravidão pela imposição da fé católica. Essa imposição ocorreu na ilha Ayiti,[5] renomeada por Colombo como Hispaniola, em homenagem aos espanhóis que custeavam essas expedições.

O repartimento substituiu a encomenda, ainda que ela tenha subsistido ao seu lado por muito tempo. Foi um mecanismo espanhol que oficializou a escravidão na América, pois era um método que consistia em se apoderar de uma maneira extremamente cruel dos nativos da região e os colocar para trabalhar na extração de ouro e minérios. Nesse sentido, segundo Macleod (1990, p. 153), "a encomenda foi para a elite um meio para controlar e distribuir o principal recurso, a mão de obra, então os repartimientos forçosos foram o modo de racionar a oferta de trabalho cada vez mais escassa". Dessa forma, os colonizadores perceberam que colonizar era mais lucrativo do que eliminar esses indígenas e, a partir disso, oficializaram a escravidão nessas colônias, a fim de controlar os nativos e usufruir de sua mão de obra.

O desenvolvimento das plantações de café, algodão, índigo e, principalmente, do açúcar, foi fortalecido pela importação de escravizados provenientes das ilhas britânicas, comercializados para as colônias francesas. Conforme James (2010), o estabelecimento britânico de pessoas escravizadas nas possessões francesas colocou o comércio europeu sobre o mando da França, que despontou como a maior produtora de açúcar do mercado internacional, conhecida como a Pérola das Antilhas[6].

Assim como os espanhóis, os franceses também desenvolveram métodos, a fim de assegurar a hegemonia da colônia, a mão de obra escrava era o coração das possessões francesas. Os programas de aculturação dos franceses, segundo a visão do europeu, buscavam civilizar os cativos, ensinando-os aptidões necessárias ao trabalho, agricultura e religião. Eram, de fato, instituições de controle que empreenderam uma desaculturação nos colonizados, estabelecendo padrões de vida, por meio de uma economia de violência e repressão, pela qual as pessoas escravizadas deveriam se adaptar. Segundo o sociólogo Paul Gilroy (2005), a biopolítica foi a técnica de controle utilizada para separar e centralizar dois mundos divergentes: de um lado, o branco civilizado e culto; de outro, o negro, selvagem e sem história.

Desse modo, ocorreram os contatos entre dois mundos totalmente diferentes. De maneira violenta, os nativos tornaram-se objetos dos colonizadores, que perceberam que eles poderiam ser dominados e utilizados para produzir riqueza à metrópole. O controle empreendido, desde a chegada dos primeiros colonizadores, por intermédio do trabalho forçado, até a erradicação de códigos de condutas que validaram a escravidão, assegurava aos colonizadores a legalidade sobre as pessoas escravizadas como propriedade privada dos seus senhores.

Ser negro e escravizado, nessas circunstâncias, era viver sob a égide do Code Noir, código legislativo que legitimou na teoria a escravidão, o "[...] tratamento de seres humanos como propriedade móvel, mas também

5 "Primeiros registros de população indígena, do grupo Taino (arawak), que chama o local de Haiti (montanhoso)" (Morel, 2017, p. 43).

6 "Os franceses converteram Saint-Domingue em uma das colônias mais ricas do mundo e a mais lucrativa do Caribe. Em 1789, 75% da produção de açúcar do mundo vinha de Saint-Domingue, assim como grande parte da riqueza e glória da França. A chamada 'pérola das Antilhas' produzia também café, tabaco, cacau, algodão e índigo, chegou a liderar a produção de cada um desses cultivos em um momento ou outro durante o século 18". Disponível em: Haiti: a multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência - BBC News Brasil. Acesso em 22 de abril. 2025.

a marcação a ferro, a tortura, a mutilação física e o assassinato de escravos que procurassem questionar sua condição desumana" (Buck-morss, 2017, p. 51).

O código negro foi um documento que na teoria buscava mostrar uma ilegítima indignação dos franceses quanto à escravidão e, assim, assegurar as pessoas escravizadas algum tratamento humano. Porém, na prática, suas reais intenções eram legitimar a escravidão, por meio de um código com fins disciplinares, que validou o açoite dos escravizados e estabeleceu a religião católica como a única a ser proferida pelos cativos, com o intuito de assegurar o bem-estar econômico da metrópole.

A recusa dos escravizados do Haiti contra esse sistema opressor abriu caminho para a única revolta sociorracial bem-sucedida da história. Contudo, o caminho para abolir esse sistema preponderante por séculos foi lento e violento, e as pessoas escravizadas utilizaram-se de diferentes formas para rebelar-se contra a dominação dos europeus. Algumas experimentavam o "[...] suicídio individual e coletivo, sabotagem, táticas de incêndio, de envenenamento, uso do aborto" (Seguy, 2014, p. 234).

Para o sociólogo Touraine (2006), o modelo eurocêntrico reproduzido pelos colonizadores nas Américas tinha por finalidade dominar esses territórios, a fim de extrair suas riquezas e instrumentalizar-se da mão de obra escrava para adquirir capital. O protótipo europeu institucionalizado nessas colônias começou a perder força quando os dominados se voltaram contra os seus opressores e organizaram movimentos de resistência. Por conseguinte, deixaram de ser vítimas de um sistema dominador, apoderaram-se de uma percepção de mundo que não poderia ser mais vista a partir da violência, da conquista, e imputaram para si uma subjetividade, na qual os oprimidos tinham total capacidade de contestar a humilhação, a injustiça e a opressão de um sistema soberano.

Dessa forma, podemos ver que essa produção de sujeito para Touraine é vista como uma forma de resistência, a partir de um ator social que se transforma em um sujeito de direitos contra um sistema de dominação, a fim de reconhecer sua dignidade. Tanto Touraine (2006) como Foucault (1996) seguem a mesma linha de pensamento de que a produção do sujeito "[...] aparece como uma condição de resistência política que permite ao sujeito uma afirmação de si e de sua própria identidade" (Furlin, 2012, p. 299).

A construção de sujeito que a socióloga Nivea Furlin (2012) afirma, está interligada ao envolvimento e engajamento social nos movimentos articulados pelos negros, numa tentativa de desconstruir o modelo estereotipado de selvagem estabelecido pelos colonizadores, que buscavam justificar a conquista e apropriação do negro como propriedade privada, "[...] visto como "uma coisa"; "coisidade" é a essência da consciência escrava - como havia sido a essência de sua situação jurídica sob o Code Noir" (Buck-Morss, 2017, p. 86). Essa busca do negro pelo reconhecimento como sujeito social transformou o sistema colonial no Haiti, em razão de que as pessoas escravizadas passaram a reivindicar sua autonomia política e, assim, construir um projeto de liberdade universal.

De fato, os negros assumiram algum protagonismo, ao passo que muitos pereciam e outros se erguiam a favor da sua liberdade. Mackandal foi um líder africano vindo da Guiné que suscitou medo nos colonialistas, buscando unir os negros e banir os brancos da colônia por meio do envenenamento. No entanto, Mackanddal, Toussaint Louverture, Dessalines e outros líderes insurgentes, que se levantaram contra a imposição dos colonizadores, revelaram-se para o mundo colonial como eficientes estrategistas, os quais mobilizaram as pessoas escravizadas com um discurso de convencimento (Morel, 2017).

As manifestações dos escravizados contra o sistema escravista alcançariam maiores proporções, ao passo que alguns revoltosos fugiram e estabeleceram-se nas montanhas do Haiti. Conhecidos como Marrons, organizaram pequenos quilombos em locais de difícil acesso, formando uma sociedade alternativa, que praticava a agricultura de subsistência e cultivava seus rituais religiosos. A marronnage desafiou as autoridades coloniais com esse modelo de resistência muito parecido com os quilombos do Brasil, pois conseguiu unir e estruturar

os cativos nas montanhas.

Conforme a história possibilita-nos observar, prosperidade econômica não é garantia de estabilidade social, e o historiador Cyril Lionel Robert James (2010) afirma que foi a prosperidade do Haiti que levaria esse país à revolução. De fato, nenhuma colônia "[...] do globo produziu, em proporção com as suas dimensões, tanta riqueza quanto a colônia de São Domingos" (James, 2010, p. 56). O comércio de negros e o modelo cruel de produção estabelecido pelos franceses estavam fortemente ligados à ascensão econômica da metrópole no século XVIII.

Analisando a conjuntura socioeconômica que se estabeleceu no Haiti pré-revolucionário, temos um contexto favorável para uma eclosão social. Somaram-se, então, o aumento expressivo do tráfico negreiro para a colônia e o descontentamento dos escravizados com o sistema violento determinado por parte das elites. Para tal, é necessário esclarecer que a revolução do Haiti foi integralmente programada pelos escravizados. Logo, foram usadas diferentes táticas de resistência e a preparação não foi um ato impensado.

É importante salientar que "[...] foi em meio à proibição religiosa e ao silenciamento imposto que o grito da revolução ganhou fôlego durante as madrugadas no interior das montanhas de São Domingos" (Dalberto, 2015, p. 26). No dia 22 de agosto de 1791, em um ritual de vodu, no alto de uma montanha o juramento de liberdade tinha sido oficializado, e o plano libertário que inspirou a maior luta da história haitiana seria colocado em prática.

Os conflitos no Haiti passaram de rebelião à revolução a partir do momento em que os negros tomaram as ações pela emancipação de forma organizada. Com isso, os embates alcançaram proporções de uma guerra civil entre "[...] opressores e a dos oprimidos: uns lutavam para manter a escravidão, outros para erradicá-la"(Morel, 2017, p. 92). De fato, os franceses não imaginaram que pudessem ter tamanho insucesso contra os rebelados no levante organizado por Bouckman, que provocou "[...] uma mudança na percepção dos europeus sobre as revoltas de escravos, não mais vistas como uma sucessão de rebeliões de cativos, mas como uma extensão da revolução europeia" (Buck-morss, 2017, p. 58).

O legado haitiano de "primeira nação negra independente", construída a partir de uma revolta organizada diretamente por pessoas escravizadas, ganhou legitimidade no mundo colonial e passou a assolar o imaginário dos senhores de escravizados. De fato, a Revolução Haitiana abriu caminho para outros movimentos abolicionistas por toda América Latina, seja de forma gradual, por meio de concessões e acordos entre colonos e escravizados, seja de forma inesperada e violenta, como foi o caso do Haiti. Além disso, "[...] mencionar ou ouvir o nome do Haiti no Atlântico durante a era revolucionária implicava em se referir a uma vasta gama de possibilidades: revolução, violência, extermínio, vingança, liberdade" (Ferrer 2012, p. 39).

Em relação à Revolução Haitiana e suas reproduções em outras sociedades coloniais, é importante analisar o texto redigido pelo padre Grégoire, em 1791, "[...] que um dia nas costas das Antilhas o sol só iluminará homens livres e que os raios do astro que espalha a luz não cairão mais sobre ferros e escravos" (Grégoire, 1791 apud Morel, 2017, p. 144). Percebemos nas narrativas do padre francês um prelúdio aos acontecimentos do Haiti, que desencadeariam na independência da colônia e seriam difundidas pela América colonial. Contudo, cabe analisar que tais narrativas passam a ser vistas pelos senhores como "[...] "ideias perigosas" que chegavam da Europa e do Caribe por meio de Caiena, referentes sobretudo à Revolução Francesa, à Revolução de São Domingos" (Gomes; Soares, 2002, p. 133).

Conforme o sociólogo Paul Gilroy (2001), os episódios em São Domingos agitaram o mundo colonial e criaram possibilidades de implantar as ideologias sediciosas por toda a América. Segundo o autor, foi a partir da exportação de ideias e experiências transatlânticas e interculturais, analisado como Atlântico negro, que as pessoas escravizadas articularam visões de liberdade ligando a Europa, América e África, entre os séculos XVI e XIX. Era um período no qual "[...] periódicos ainda eram poucos, mas as fofocas muitas, o Haiti frequentou

as manchetes e as boticas - local dileto para difusão das últimas novas. Comentavam-se à solta as rebeliões escravas que assolavam a ilha" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 189).

A existência de um Haiti independente no contexto que vigorava na América Latina escravocrata traria implicações à ordem dominante das nações imperialistas. Como ocorreu nos Estados Unidos, que recusaram aceitar o Haiti como nação independente, além de coibirem o comércio marítimo do país, por meio da Lei do Embargo. Em se tratando dos norte-americanos, alguns pesquisadores têm defendido que o "[...] medo causado pela revolução do Haiti ajudou a acabar com o comércio de escravos para aquele país, enquanto para Cuba, insiste-se que, apesar do medo, a revolução levou a um aumento do tráfico negreiro" (Dubois, 1954 *apud* Ferrer, 2012, p. 39).

A sublevação no Haiti provocou profundas mudanças na economia da região e da América Latina. Dentro desse contexto, Cuba forneceu bases fecundas para tal análise, devido à sua proximidade geográfica, "[...] ali tinha-se pleno conhecimento da revolução. O ponto mais a leste da ilha ficava a apenas oitenta quilômetros do Haiti" (Ferrer, 2012, p. 39). Portanto, em Cuba, a Revolução Haitiana foi vista como um perigo imediato, não só pela iminência geográfica, ou pelo fato de estar na rota de migração, mas, sobretudo, pelo projeto econômico desenvolvido no Haiti ser muito semelhante ao reproduzido em Cuba, o que poderia refletir no projeto escravista da colônia.

No entanto, os impactos da Revolução Haitiana nas possessões inglesas tiveram reflexos distintos, como foi visto anteriormente em Cuba, as produções de açúcar e café aumentaram, em virtude de uma maior demanda do mercado mundial. Era desse modo que as elites inglesas ambicionavam reproduzir em Cuba uma colônia aos moldes de São Domingos. Todavia, na Jamaica – uma das colônias inglesas mais prósperas no Caribe – os rendimentos diminuíram consideravelmente, tendo em vista que, após a insurgência haitiana, os impactos no comércio açucareiro foram múltiplos, pois "[...] influiu sobre os preços do açúcar e gerou um grande medo de que uma insurreição daquela escala acontecesse em outros lugares da América escravista" (Nascimento, 2008, p. 126).

Com base nos acontecimentos do Haiti, os movimentos contra a escravidão multiplicaram-se por toda a América. O historiador Eugene Genovese (1983) analisa que, a partir do século XVIII, o conteúdo histórico das revoltas de pessoas escravizadas alterou a configuração, deixando de lado as tentativas de assegurar a liberdade, para exterminar por completo a escravidão no mundo colonial. O autor analisa a revolta dos Estados Unidos, que ficou conhecida como Gabriel's Rebellion, evento este liderado por "[...] Gabriel Prosser e Denmark Versey, respectivamente em 1800 e 1822, quando voltaram do Haiti, se inspiravam nos acontecimentos de lá para as suas próprias ações" (Logis, 2015, p. 29). Entretanto, a revolta foi descoberta mesmo antes que ocorresse, e os líderes insurgentes foram punidos para que outros movimentos não fossem influenciados, externando o medo que as elites coloniais tinham do Haiti revolucionário.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico, qualitativa descritiva, com uma análise interpretativa de obras e autores que abordam a Revolução haitiana, seus impactos, e principalmente suas repercussões em outras colônias em que o sistema escravagista ainda era existente. Desse modo, os resultados a serem apresentados e discutidos neste corpus são provenientes de uma análise qualitativa de fontes históricas de informação do espaço-temporal pesquisado, isto é, de fontes primárias.

No que tange ao universo desta investigação, propusemos a analisar obras acadêmicas, artigos científicos e documentos históricos relevantes ao tema da Revolução Haitiana, à formação do movimento abolicionista e à construção do conceito de subjetividade no contexto da resistência escravista. Como amostra, foram

selecionados autores reconhecidos na área de história, sociologia e teoria social, incluindo Marco Morel, Cyril L. R. James, Susan Buck-Morss, Michel Foucault e Alain Touraine, cuja produção oferece subsídios teóricos e analíticos essenciais para a compreensão do objeto de estudo.

Quanto a metodologia utilizada na análise interpretativa e na revisão bibliográfica, buscamos relacionar teorias e conceitos que envolvam a formação do sujeito social e principalmente as repercussões políticas da Revolução Haitiana em outros territórios. A abordagem privilegia a leitura crítica de obras teóricas e históricas, identificando conexões entre os eventos históricos e as propostas de formação de sujeitos de direitos, além de considerar as nuances discursivas e ideológicas presentes nos materiais consultados. Esta estratégia visa fundamentar a discussão acerca do impacto do movimento haitiano na construção de uma nova percepção de identidade e autonomia dos sujeitos afrodescendentes no contexto atual.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a Revolução Haitiana representa um marco singular na história mundial, sendo reconhecida como a primeira nação negra a conquistar sua independência mediante uma insurreição organizada por pessoas escravizadas. Tal movimento não apenas desafiou o sistema colonial e escravocrata vigente na época, mas também instaurou um precedente de resistência e autodeterminação que reverberou por toda a América. Como apontam os autores consultados, especialmente Buck-Morss (2017) e James (2010), o protagonismo negro neste processo foi fundamental para sua legitimação, deslocando a narrativa tradicional eurocêntrica e reforçando o papel ativo das populações escravizadas na construção de suas próprias histórias.

Os dados revelam ainda que o impacto da Revolução Haitiana ultrapassou os limites do território, influenciando diretamente movimentos abolicionistas em outras regiões das Américas, tais como Cuba, Estados Unidos e Jamaica. A mobilização negra, enquanto agente central dessa transformação social, conseguiu romper com a condição de objeto de dominação e reivindicou sua condição de sujeito político e social, contribuindo para a construção de uma identidade de resistência e liberdade.

Na análise interpretativa, observa-se que a Revolução Haitiana foi carregada de simbolismos de liberdade, violência, vingança — elementos que assustaram as elites coloniais e imperialistas. Como discutido por Touraine (2006) e outros autores, a resistência organizada das populações negras desafiou o modelo eurocêntrico de dominação, promovendo uma reconfiguração das percepções de subjetividade e autoridade. A construção do sujeito de direitos, como aponta o autor, surge como uma estratégia de resistência política, fundamental para a afirmação da identidade negra e para a transformação das estruturas de poder.

Entretanto, a análise também evidencia as limitações do conhecimento atual sobre essa temática, especialmente no que diz respeito ao movimento abolicionista organizado por pessoas escravizadas e ao fenômeno do haitianismo, ainda pouco explorado pela historiografia. Mesmo após 137 anos da abolição da escravidão, as mazelas deixadas por esse passado permanecem ativas na sociedade brasileira, cuja estrutura se sustentou, por muito tempo, na exploração da mão de obra dessas populações.

Por fim, observa-se que a Revolução haitiana não foi apenas um episódio de guerra e liberdade, mas uma expressão de resistência identitária e de afirmação de direitos humanos, cujo legado permanece como um marco na história das lutas contra a opressão e o colonialismo. Assim, nossa tentativa de buscar as raízes discriminatórias é para entender o passado e relacionar com o tempo presente, bem como dialogar com a sociedade a respeito da temática, pois, como explica a historiadora Mary Del Priore, "longe de esconder os conflitos, nós os levamos para a praça pública a fim de encontrar soluções para a violência e para a desigualdade, soluções em que o grito seja substituído pelo diálogo e a concorrência, pela colaboração" (2020, p. 9).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é premissa desta discussão teórica preservar na memória as raízes culturais das pessoas escravizadas, que, por intermédio de uma revolta sociorracial bem-sucedida, estabeleceram-se no cenário internacional como a primeira nação negra independente das Américas. Sendo assim, cabe elucidar que o levante revolucionário da antiga colônia francesa foi de caráter inaugural no sistema escravista mundial, pois não houve outra insurreição semelhante, uma vez que as classes oprimidas assumiram o protagonismo, alcançaram o poder político da ilha, e, principalmente, o sistema escravista foi suprimido. Contudo, o legado de nação independente é marcado por períodos de recessos diplomáticos e frequente investidas dos franceses, ingleses e dos americanos, tal como a inserção de outros mecanismos de controle que visavam reinventar valores coloniais e deslegitimar a hegemonia de civilidade do Haiti pós independente.

A negativa em admitir o Haiti como uma nação independente expôs a inabilidade dos franceses em aceitar a derrota. Consequentemente, a aceitação da ex-colônia francesa como um estado independente viria no ano de 1825, mediante altas taxas de juros. A política de entrincheirar o Haiti também foi colocada em prática pelos Estados Unidos, que o viam como um mau exemplo a ser seguido, em razão de que em muitos dos Estados norte-americanos, a escravidão ainda era empregada. Em se tratando dos norte-americanos, alguns pesquisadores têm defendido que o "[...] medo causado pela revolução do Haiti ajudou a acabar com o comércio de escravos para aquele país, enquanto para Cuba, insiste-se que, apesar do medo, a revolução levou um aumento do tráfico negreiro" (Dubois, 1954 apud Ferrer, 2012, p. 39).

Sendo assim, é importante pontuar que as reações da Revolução Haitiana em outros territórios em que a escravidão ainda era vigente foram distintas, como foi visto em Cuba, as produções de açúcar e café aumentaram, em virtude de uma maior demanda do mercado mundial. Todavia, na Jamaica uma das colônias inglesas mais prósperas no Caribe, os rendimentos diminuíram consideravelmente, tendo em vista que, após a insurgência haitiana, os impactos no comércio açucareiro foram múltiplos, visto que o preço do açúcar desvalorizou e o medo de que uma insurreição aos moldes da haitiana acontecesse em outros lugares da América. Entretanto, independentemente das questões econômicas enfrentadas pelo Haiti pós revolucionário, inúmeras transformações no âmbito social da América Latina foram conduzidas a partir desse movimento sociorracial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade:** os desafios e as possibilidades da transição demográfica no Haiti (2015). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150622105955/artigo_final.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. In: **Almanack**. Guarulhos, n.03, p.37-53, 1o semestre de 2012 Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/alm/n3/2236-4633-alm-03-00037.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola.1996.**

FURLIN, Neiva. É possível uma Sociologia do Sujeito? uma abordagem sobre as Teorias de Foucault e Touraine. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta (org.). **Sociedade Educação:** dilemas contemporâneos. Porto Alegre: Ufrgs, 2012. p. 274 - 311.

GENOVESE, Eugene D. **Da rebelião** à **revolução**. São Paulo, SP: Global, 1983.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

GILROY, Paul. **O atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil: outras margens do atlântico negro. **Novos Estudos, CEBRAP**, v. 63, 2002.
HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções, 1789-1848. 36a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros.** Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

LAS CASAS, Bartolomé de. **O paraíso destruído:** a sangrenta história da conquista da América Espanhola. Porto Alegre: LP&M, 1996.

LOGIS, Berno. **A Revolução do Haiti de 1791-1804: Influências e impactos sobre as outras colônias nas Américas, o caso do Brasil.** 2015. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual de Campinas - SP, 2015. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=001063965&opt=1. Acesso em set. 2024.

MARTINS, Dayqueline Cortez Gomes. **Haiti no contexto regional e geopolítico:** uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado Nacional e a Minustah (2017) - Foz do Iguaçu, PR, 2019.

MACLEOD, Mudo J. Aspectos de la economia interna de la América Española colonial: fuerza de trabalho, sistema tributario, distribución e intercambios. In: BETHELL, Leslie. **História de América Latina.** 3. América Latina Colônia: Economia. Barcelona: Cambridge University Press/Editorial Crítica, 1990.

MOREL, Marco. **A revolução do Haiti e o Brasil escravista:** o que não deve ser dito. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

NASCIMENTO, Washington Santos. **"São Domingos, o grande São Domingos": repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791– 1840).** Dimensões. Vol. 21 – 2008. p. 125 –142. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2015/08/Batalha-Haiti.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024.

PÉROLA DAS ANTILHAS. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129. Acesso em: 22 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2005. p. 107-126.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **Brasil, uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti**. 2014. 399 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do atlântico negro. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 63, p. 131-144, jul. 2002.

TOURAINE, Alain. **Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje**. 3a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

OS DIFERENTES GRUPOS ÉTNICOS EXISTENTES ANTES E APÓS A CRIAÇÃO DA COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO LEOPOLDO NO SÉCULO XIX[1]

Rodrigo Luis dos Santos[2]

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo trazer algumas considerações sobre a presença de diferentes grupos étnicos na região que compreende o atual Vale do Rio dos Sinos, que a partir de 1824 integrou grande parte da Colônia Alemã de São Leopoldo, posteriormente elevada ao status de Município. Tanto no período anterior quanto na fase de implementação e consolidação da Colônia/Município, a dinâmica de relações étnicas e sociais foi bastante intensa, marcada por conflitos e aproximações.

Palavras-chave: grupos étnicos; relações sociais; conflitos.

ABSTRACT

This paper aims to bring some considerations about the presence of different ethnic groups in the region that comprises the current Vale do Rio dos Sinos, which from 1824 integrated a large part of the German Colony of São Leopoldo, later elevated to the status of Municipality. Both in the period before and in the phase of implementation and consolidation of the Colony/Municipality, the dynamics of ethnic and social relations were quite intense, marked by conflicts and approchements.

Keywords: *ethnic groups; social relations; conflicts.*

1 INTRODUÇÃO

Falar da história da grande região de São Leopoldo não é algo tão simples, como podemos relativamente pensar. É preciso, primeiramente, destacar que que ao falarmos de São Leopoldo, estamos abordando o projeto de colonização implementado pelo Império do Brasil, através da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Evidentemente, a região que abarca esse empreendimento imperial tinha uma importante história anterior – e posterior –, com outros personagens sociais envolvidos. E é sobre eles, esta diversidade de etnias, que queremos contemplar ao longo deste texto. Cabe destacar, também, que a versão original deste texto, com o título *As muitas etnias na Colônia*, foi publicada no livro *Colônia Alemã de São Leopoldo: 200 anos de História (1824-2024) - Um Almanaque*[3], obra de caráter comemorativo e rememorativo, com percepções críticas do ponto de vista historiográfico acerco do processo da Imigração Alemã para o Sul do Brasil. Deste modo, o trabalho aqui presente não é inédito, mas recebeu algumas complementações, especialmente no que compete ao embasamento teórico e um breve discussão historiográfica sobre o assunto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor da Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul – UCS, atuando no Curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: rlsantos4@ucs.br.

3 Obra oficialmente lançada em novembro de 2024, cuja referência completa se encontra arrolada ao final deste trabalho.

A historiografia acerca da imigração alemã, por um período considerável de tempo, omitia a relação interétnica, social, política e econômica que havia entre imigrantes alemães e negros. Assim como ocorria com outros grupos, se estabelecia uma espécie de barreira em torno do imigrante. Essa barreira era construída por meio do estabelecimento de determinadas qualificações. Estas qualificações, por sua vez, além do caráter enaltecedor, buscavam diferenciar o imigrante, neste caso, de origem alemã, dos demais grupos constituintes da sociedade brasileira. Essa diferenciação contribuiu para a afirmação de critérios de superioridade e de inferioridade. Ou seja, quando se qualifica exageradamente o imigrante como ordeiro, pacífico, apolítico, acaba por, mesmo que subjetivamente, dar conotações de inferioridade aos demais agentes sociais, conferindo-lhes atributos como desordeiros, ociosos, interesseiros. Nessa historiografia, por exemplo, a relação escravocrata no meio imigrante foi praticamente apagada ou, no mínimo, abrandada. Em suas pesquisas, Magda Gans nos assevera que

> no campo da historiografia apologética, Hunsche afirmou que teuto-brasileiros não possuíam escravos porque tinham uma mentalidade moralizadora que regeneraria a ideia de trabalho desmoralizada por uma mentalidade lusa, colonialista e escravista [...]. Esta tese da nobilitação do trabalho pelos alemães, também defendida por Oberacker [...] é tributária, penso, de noções próprias de laboriosidade, cidadania e progresso que surgiram entre os teuto-brasileiros ao longo da segunda metade do século XIX, em grande parte forjada pelos intelectuais teuto-brasileiros daquele período, e que se difundiram amplamente na comunidade teuta, tornando-se senso comum e influenciando grande parte da historiografia da imigração do século XX (GANS, 2004, p. 98).

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, dentro do discurso construído e ainda apregoado, se fala do *isolamento* do grupo imigrante, o que teria contribuído para sua conformação diferenciada diante da sociedade receptora brasileira. Esse isolamento, não tangenciaria apenas o aspecto geográfico e de acessibilidade, mas, por conta destes, seria notadamente cultural e sociopolítico. Dois autores, ao abordarem a questão da organização comunitária dos imigrantes, acabaram por defender essa perspectiva. Jean Roche, por seu turno, afirmava que

> reunidos nos núcleos de povoamento homogêneo [...], sentindo-se superiores aos aborígenes, os imigrantes alemães e seus descendentes constituíram colônias, isto é, grupos de estrangeiros, na região onde residiam, isolados pela língua, pela fidelidade às tradições da mãe-pátria e, por vezes, pela religião (ROCHE, 1969, p. 3).

Lembramos que Roche corrobora para perpetuação de um discurso esquadrinhado dentro do estratagema apologético e germanófilo. Por outro lado, mesmo autores que embasam suas pesquisas em outras concepções políticas ou ideológicas, acabam caindo na areia movediça do discurso do isolamento. É o caso de Janaína Amado que, mesmo delineando sua análise pelo viés marxista, reforça a ideia de uma comunidade isolada da sociedade receptora. Amado afirma que os imigrante e descendentes "agarraram-se, com todas as forças à sua fatia de terra e deixaram o mundo girar lá fora. Respeitavam o Imperador, a Imperatriz, as autoridades constituídas, porque esta era a tradição e assim os pais e avós lhes haviam ensinado" (2002, p. 52). O direcionamento historiográfico de Janaína Amado não leva em conta as complexidades sociais, assim como padroniza o grupo imigrante de forma homogênea, colaborando para a alocução dos qualificativos ordeiro, pacífico e apolítico.

Contudo, a tese de isolamento cultural e sociopolítico já não encontra parâmetros que o fundamentem. Os estudos calcados em forte análise empírica, conceitual e metodológica, desconstruíram essa admoestação fortemente replicada.

De certa forma, se criou uma imagem *mítica*, ressaltando a benevolência do imigrante alemão, confrontando-o com a própria figura do luso-brasileiro, demarcando um diferencial entre ambos. Teoricamente, podemos nos ancorar nas perspectivas analíticas acerca da construção de identidades étnicas e das fronteiras

entre indivíduos e grupos étnicos e culturais, levando-se em conta também as relações sociais como uma forma de delimitação de espaço. Segundo o historiador Marcos Justo Tramontini

> [...] considerou-se fundamental incluir como elemento determinante da constituição dessa "comunidade étnica" a tensa, mas real e concreta, relação com o mundo social, econômico e jurídico brasileiro. Assim, manteve-se como panorama de fundo, nestes primeiros anos da colonização, o choque com uma natureza e um clima desconhecidos, com novas técnicas de trabalho, com um novo sistema de relações econômicas, sociais políticas e administrativas [...] (TRAMONTINI, 2003, p. 396-397).

Dentro do conceito de identidade étnica, um dos pontos importantes em seu processo de fomento é o fato de ser um conceito "construído". Ou seja, se trata de uma identidade construída ao longo de processos históricos, aglutinando fatores diversos, como interesses sociais, políticos, religiosos, econômicos, entre outros. Em formulações, como de Fredrik Barth (2000) e Abdelmalek Sayad (1998), a identidade étnica é construída também em situações de conflito e confronto, embora não apenas nestas. Assim, ela adquire mais doque um caráter de aproximação entre pares, uma conotação de distanciamento e diferenciação em relação a outro grupo.São as chamadas *fronteiras étnicas*. Fronteiras estas que, conforme a necessidade ou os objetivos, podem ser ultrapassadas, ou melhor, negociadas. Temos assim um aspecto importante dentro da conceituação que Fredrik Barth faz dos grupos étnicos: seu caráter relacional e, por que não dizer, até mesmo estratégico. Conforme define Barth,

> a atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos (BARTH, 2000, p. 32).

Deste modo, tanto na historiografia mais tradicional sobre a imigração alemã quanto no senso comum, ainda existente em muitas comunidades e instituições, permeadas por um discurso étnico, é constante a utilização de termos e conotações que, subjetivamente e objetivamente, visam uma separação de identidades, o estabelecimento de uma fronteira entre este grupo e aqueles que, por suas características culturais, sociais ou de origem, se encontram em uma outra esfera.

3 DESENVOLVIMENTO

Retomando a análise empírica relacionada com os diferentes grupos étnicos e sociais que habitavam a região do Vale do Rio dos Sinos antes de recebe esta denominação e antes da criação da Colônia de São Leopoldo, iniciaremos trazendo algumas considerações sobre os povos originários ali presentes. Sobre as populações indígenas da região do Vale do Rio dos Sinos – constituida pela grande São Leopoldo de outrora –, estudos arqueológicos ocorridos na década de 1980, coordenados pelo Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), de São Leopoldo, e Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), instalado na cidade de Taquara, apontam que, há aproximadamente 10.500 anos, indígenas da chamada Tradição Umbu, durante seu processo migratório em busca de alimentos, ocuparam a região dos atuais municípios de Ivoti, Estância Velha e Dois Irmãos. Estes indígenas tinham uma característica nômade, em decorrência de buscar aproveitar o máximo os recursos alimentares, tendo as mudanças das estações climáticas como fator de orientação. Assim, estes não se fixaram apenas na região hoje conhecida como Encosta da serra, mas também migraram rumo ao centro-sul, nordeste e litoral do Rio Grande do Sul, além de Santa Catarina.

Esse processo migratório favoreceu a chegada de indígenas de outras tradições, sendo que, na época

da chegada dos primeiros imigrantes alemães, em 1824, os principais grupos que habitavam a região eram os Kaingang, Charrua, Minuano e Guarani. Contudo, as escala populacional indígena nessa região já havia sido acentuadamente reduzida. Habitando fixamente na região, poucos grupos eram encontrados. Por conta do processo migratório de aproveitamento de recursos alimentares, estes grupos, sobretudo o Kaingang, naquele momento, estabelecidos na região do chamado *Campo dos Bugres* (atual Caxias do Sul), vinham até o Vale dos Sinos fazer a coleta de alimentos.

A instalação de imigrantes alemães na Colônia de São Leopoldo e sua relação com a presença indígena não foi, por seu turno, totalmente pacífica e livre de conflitos interétnicos. Inclusive com registros de violência envolvendo os dois grupos. Documentos e correspondências encontradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), localizado em Porto Alegre, evidenciam que entre 1829 e 1832, ataques indígenas aos colonos ocorreram na região, com destaque para a área da chamada Picada de São Miguel de Dois Irmãos, ao norte da sede da Colônia.

Não podemos pensar estes conflitos partindo da velha percepção de "bandidos" e "mocinhos". Tantos indígenas quanto colonos se consideravam donos das terras, lutando para defender seu espaço de inimigos em potencial. Se tivermos que apontar algum "culpado", esta pode recair sobre as autoridades governamentais, que não levaram em conta – ou agiram de forma proposital – possíveis atritos que poderiam haver entre ambos os agentes sociais envolvidos. Na atualidade, há um aldeamento Kaingang – *Aldeia Por Fi Ga* – instalado em São Leopoldo, na Estrada do Quilombo, no bairro Feitoria. E veremos que o nome desta localidade tem relação com a presença de outro grupo étnico na região da Colônia de São Leopoldo.

Retomemos nossa narrativa histórica ao último quartel do século XVIII. Em 1783, na localidade de Canguçu Velho – correspondente aos territórios das atuais cidades de Canguçu, Pelotas e Turuçu –, ao sul do Rio Grande do Sul, foi instalada a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu. Estas feitorias eram empresas estatais do Império Português, destinadas à produção de linho cânhamo, planta cujo uso têxtil era empregado na produção de cordeis e velas para embarcações. Segundo alguns relatos, em decorrência da pouca qualidade do solo, houve a necessidade de transferência da Real Feitoria para uma área mais fértil. Em 1788, quando o Rio Grande do Sul ainda possuia o status de Capitania, era governador interino o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Por determinação sua, a Real Feitoria do Linho Cânhamo foi transladada para o denominado Faxinal do Courita – região essa que abarca parte dos atuais municípios de São Leopoldo, Portão e Estância Velha.

E quem eram os trabalhadores da Real Feitoria do Linho Cânhamo? Aqui adentra na história um novo grupos étnico: um grupo de negros que eram escravizados pela Coroa Portuguesa. Conforme alguns estudos, se acredita que em torno de 41 escravos[4] atuaram na Real Feitoria, cuja sede ficava localizada na região que hoje dá nome ao bairro homônimo, em São Leopoldo. Como lembrança materializada deste período, temos ainda presente a chamada Casa da Feitoria, também conhecida como Casa do Imigrante, que integrava a estrutura da Feitoria.

A Real Feitoria do Linho Cânhamo esteve em funcionamento na região entre 1788 e março de 1824, quando foi desativada, já com o Brasil independente e com um Governo Imperial no poder nacional. Era presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, naquele momento, José Feliciano Fernandes Pinheiro, que futuramente receberia o título de Visconde de São Leopoldo. Com a desativação da Feitoria, os negros escravizados foram, segundo informações, encaminhados para o Rio de Janeiro, para outra propriedade governamental. Entretanto, a presença negra na estrutura da Colônia Alemã de São Leopoldo permaneceu.

Estudos como os realizados por Tramontini (2003), Moreira e Mügge (2014) e Witt (2015) deixam bas-

4 Outras fontes, como a mencionada no site da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, informam que o número de escravos na Real Feitoria, em seu momento de maior sucesso produtivo, chegou a 300.

tante claro que, dentre os próprios colonos de origem alemã, ao longo do século XIX, alguns foram proprietários de escravos. E isso ocorreu por conta de uma característica marcante da sociedade brasileira daquele período: para ter destaque e se inserir de forma mais intensa na mesma, possuir escravos e terras eram pontos de grande importância. Em resumo, podemos dizer que estes colonos agiram conforme as regras sociais da sociedade brasileira que os recebiam.

Por volta de 1850, documentos encaminhados pelas autoridades locais ao Governo Provincial demonstram que, na sede da já elevada Vila de São Leopoldo – fato que ocorreu em 1846, quando evoluiu do status de Colônia – e nos distritos da Feitoria e Dois Irmãos, há um número expressivo de colonos proprietários de escravos. Em 1869, quando São Leopoldo já havia sido elevada à condição de Município (em 1864), um novo relatório destinado ao presidente da Província confirma a presença de uma população negra calculada em 1.532 pessoas. Isso em um quadro populacional de aproximadamente 24 mil pessoas. Deste modo, não podemos considerar que a presença negra na área da grande São Leopoldo do século XIX fosse numericamente inespressiva. E, após 1888, com a abolição do regime escravo no Brasil, essa população continuou residindo na região, buscando integrar-se naquela sociedade, agora na condição de libertos – e que também se mostrou um processo bastante complexo.

Até o momento, analisamos aspectos da presença do elemento indígena e negro na Colônia de São Leopoldo, em diferentes graus numéricos e de participação no cotidiano colonial. E agora falaremos de um outro grupo, cuja denominação pode até causar certa estranheza, quando encontramos a expressão em documentos da época: os nacionais.

Mas quem eram estes sujeitos? Resumidamente, podemos dizer que era a população de origem luso-brasileira, que ocupava diferentes áreas desta região do Rio Grande do Sul desde, pelo menos, meados do século XVIII. Alguns destes foram proprietários de terras, vizinhos de áreas estatais da Coroa Portuguesa. Um destes proprietários de terras foi José Leite de Oliveira, que criava gado em sua fazenda.[5] Quando houve a transferência da Real Feitoria do Linha Cânhamo, em 1788, Oliveira já havia falecido. E boa parte de sua antiga propriedade foi utilizada pela Coroa para, juntamente com a área do Faxinal do Courita, receber o empreendimento estatal vindo do Rincão do Canguçu. Grande parte das terras que foram vendidas pelos herdeiros de José Leite de Oliveira constituiram a Real Fazenda da Estância Velha, que abastecia a Real Feitoria do Linho Cânhamo com a carne e o couro bovino. Contudo, conforme relatório datado de 1798[6], aquela área de terras já era ocupada por moradores locais. A Coroa Portuguesa necessitou ordenar a desocupação das mesmas, exigindo que os luso-brasieleiros ali residentes se dirigissem à Vila de Rio Grande e, de posse de seus títulos de terra, retirassem o valor das devidas indenizações junto ao Governo da Capitania do Rio Grande do Sul.

Embora com registros mais escaços, também é apontada a presença de famílias de origem açoriana na região. Por volta de 1822, um grupo de nove casais de origem açoriana deveriam ser alocados no território de Santa Catarina. Contudo, acabaram por serem instalados no Rio Grande do Sul, sendo encaminhados para a Real Feitoria do Linho Cânhamo, mais precisamente no local hoje denominado Rincão dos Ilhéus, bairro do município de Estância Velha.

Diante deste panorama, percebemos que nos anos anteriores à criação e implementação na Colônia de São Leopoldo, já havia uma estrutura populacional e social em desenvolvimento na região. Mas, sem querer gerar aqui polêmicas, é preciso novamente destacar que, na prática, São Leopoldo surgiu a partir de uma política de colonização capitaneada pelo Governo Imperial, tendo em imigrantes de origem alemã o grupo

5 As terras de José Leite de Oliveira, genro de Jerônimo de Ornellas - sesmeiro que possuía a posse de grande parte do território que hoje corresponde ao município de Porto Alegre -, iniciavam próximo do Rio dos Sinos, onde hoje está localizado o bairro Campina, em São Leopoldo, se dirigindo para o norte, ocupando áreas dos atuais município de Portão, Estância Velha e São José do Hortêncio. Aliás, este Hortêncio que contribuiu para a formação do nome da localidade era neto de José Leite de Oliveira, sendo filho de Luiz Leite de Oliveira.

6 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Real Feitoria do Linho Cânhamo. Maço único. Relatório produzido pelo Inspetor Antonio José Machado Moraes Sarmento. 20 de fevereiro de 1798.

populacional eleito.

Ainda no século XIX – assim como ao longo do século XX e agora no XXI –, outros grupos étnicos foram se inserindo no ambiente local, como é o caso de italianos, japoneses, entre outros. E, embora não adentremos aqui nesse aspecto, também não podemos esquecer das migrações internas ocorridas, com grupos diversos oriundos de diversas regiões no Rio Grande do Sul e do Brasil, ao longo deste período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as palavras iniciais deste pequeno texto, abordar a questão da formação social e populacional de São Leopoldo, especialmente em sua fase colonial ao longo do século XIX, é algo complexo. Aqui, nosso objetivo foi, de uma forma mais simples e objetiva, trazer alguns detalhes sobre diferentes grupos étnicos que, historicamente, estiveram – e estão – relacionados com o processo de constituição da região que hoje equivale ao Vale do Rio dos Sinos, e que no passado formou a Grande São Leopoldo. Muito mais – e com mais profundidade – foi, é e será escrito por essa temática. Mas, aqui, trazemos um panorama que nos ajuda a compreender que, São Leopoldo, historicamente, é resultado de uma formação social intensa e de múltiplas faces e sujeitos envolvidos.

Doravante, não se busca o que podemos definir como *sacralização* ou *demonização* dos diferentes grupos étnicos e agentes históricos envolvidos. Busca-se, por meio da discussão e do diálogo, calcado em uma análise crítica, estabelecer uma compreensão das dimensões, dos processos, dos contextos, das mudanças e dos avanços decorrentes do estabelecimento de uma multifacetada estrutura cultural e étnica, tal como é a que temos no Brasil. Deste modo, a cooperação dos historiadores não se restringe apenas (e não menos importante) ao estudo do passado, mas coerentemente oferece explicações e possibilidades para as questões atuais. Pode inferir novas perspectivas em concepções já obsoletas e ampliar a capacidade de diálogo, que muitas vezes se perde em discursos baseados em tentativas de edificação ou de marginalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. **A revolta dos Mucker**. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

DORNELLES, S. S. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011.

DREHER, Martin Norberto; MÜGGE, Erny (orgs.). **Colônia Alemã de São Leopold**o: 200 anos de História (1824-2024) - Um Almanaque. São Leopoldo: Oikos, 2024.

GANS, Magda. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul** (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜGGE, Miquéias Henrique. **Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022.
SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Organização Social dos Imigrantes: A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

WITT, Marcos Antônio. Em Busca de um Lugar ao Sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX). 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.

ENTRE SOM, CORPOREIDADES E TERRITORIALIDADES: RITUAIS TRANCE, MÚSICA ELETRÔNICA E ESPIRITUALIDADE CONTEMPORÂNEA NO RIO GRANDE DO SUL[1]

Raphael da Cunha Rosa[2]
Olavo Ramalho Marques[3]

RESUMO

A pesquisa parte de uma abordagem etnográfica para investigar de que maneira os festivais *trance* realizados no Rio Grande do Sul se constituem como rituais contemporâneos de reconfiguração identitária, territorial e espiritual, articulando dinâmicas globais em âmbitos locais. Considerando tais eventos como espaços performativos de reinvenção cultural e subjetiva, busca-se compreender os elementos simbólicos, estéticos e sonoros que compõem a experiência ritual *trance* e os sentidos de pertencimento e espiritualidade atribuídos pelos participantes. A pesquisa tem como objetivo geral compreender como esses festivais operam enquanto rituais sensíveis e coletivos que entrelaçam corporeidade, espiritualidade e territorialidade, contribuindo para a construção de identidades, modos de habitar e práticas alternativas de relação com o corpo e a natureza. Especificamente, pretende-se: investigar os elementos rituais presentes nos festivais, como música, dança, cenografia e práticas de cuidado coletivo; identificar os sentidos atribuídos pelos participantes às experiências vividas; analisar as relações entre juventude e território; relacionar a cena *trance* local com movimentos globais de espiritualidade alternativa e culturas eletrônicas; classificar formas de subjetividade e coletividade emergentes; e exemplificar, por meio de etnografias sensíveis, como os corpos são atravessados por experiências estéticas, emocionais e espirituais nesses contextos. A metodologia selecionada é qualitativa, fundamentada em referenciais etnográficos, fenomenológicos e musicológicos, e se vale de observação participante, entrevistas semiestruturadas, além de análise documental e sonora. O referencial teórico mobiliza autores como Victor Turner (ritual e communitas), Rodrigo Haesbaert (multiterritorialidade), Tim Ingold (envolvimento), Stuart Hall e Homi Bhabha (identidade e cultura como processos híbridos). Destaca-se também a contribuição de Fontanari, ao compreender os festivais de música eletrônica como espaços de ritualização contemporânea, onde o DJ figura como um xamã condutor de experiências de transcendência. À luz das reflexões de Boltanski e Chiapello, são analisadas ainda as tensões entre autenticidade e mercantilização das experiências alternativas. O estudo encontra-se em fase de qualificação no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Sociedade, Natureza e Cultura. Com esta investigação, busca-se contribuir para a compreensão de novos fenômenos socioculturais que entrelaçam o global e o local, instaurando territórios efêmeros de experimentação sensível, reconexão espiritual e reinvenção cultural no cotidiano urbano-capitalista.

Palavras-chave: Música eletrônica; Territorialidades; Rituais; Corporeidades.

ABSTRACT

This research project adopts an ethnographic approach to investigate how trance festivals held in Rio Grande do Sul constitute contemporary rituals of identity, territorial, and spiritual reconfiguration, articulating global dynamics within local contexts. Considering these events as performative spaces of cultural and subjective reinvention, the study seeks to understand the symbolic, aesthetic, and sonic elements that shape the trance ritual experience, as well as the meanings of belonging and spirituality attributed by participants. The general objective is to

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Acadêmico do Programa de Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDREDES/UFRGS – *E-mail*: raphael.rosa@ufrgs.br
3 Professor do Programa de Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDREDES/UFRGS *E-mail*: olavo.marques@ufrgs.br

understand how these festivals operate as sensitive and collective rituals that intertwine corporeality, spirituality, and territoriality, contributing to the construction of identities, ways of inhabiting, and alternative forms of relating to the body and nature. Specifically, the research aims to: investigate the ritual elements present in the festivals, such as music, dance, scenography, and collective care practices; identify the meanings participants assign to their lived experiences; analyze the relationships between youth and territory; relate the local trance scene to global movements of alternative spirituality and electronic cultures; classify emerging forms of subjectivity and collectivity; and illustrate, through sensitive ethnographies, how bodies are traversed by aesthetic, emotional, and spiritual experiences in these contexts. The methodology is qualitative, grounded in ethnographic, phenomenological, and musicological frameworks, employing participant observation, semi-structured interviews, as well as documentary and sonic analysis. The theoretical framework draws on authors such as Victor Turner (ritual and communitas), Rodrigo Haesbaert (multiterritoriality), Tim Ingold (being-involved), Stuart Hall and Homi Bhabha (identity and culture as hybrid processes). The work of Fontanari is also highlighted, as he understands electronic music festivals as spaces of contemporary ritualization, where the DJ acts as a shaman guiding experiences of transcendence. In light of Boltanski and Chiapello's reflections, the research also addresses the tensions between authenticity and the commodification of alternative experiences. The study is currently undergoing qualification at the Graduate Program in Regional Dynamics and Development at the Federal University of Rio Grande do Sul, within the research line Society, Nature, and Culture. With this investigation, the aim is to contribute to the understanding of new socio-cultural phenomena that intertwine the global and the local, creating ephemeral territories of sensitive experimentation, spiritual reconnection, and cultural reinvention within urban-capitalist daily life.

Keywords: *Electronic music; Territorialities; Rituals; Corporealities.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo integra uma pesquisa em andamento que busca compreender os festivais de *trance* no Rio Grande do Sul como rituais contemporâneos. A escolha por esta temática surge da vivência do autor enquanto integrante da comunidade *trance* e da percepção de que tais eventos extrapolam o caráter meramente recreativo. Os festivais de *trance* articulam dimensões simbólicas, espirituais, corporais e territoriais, e configuram experiências de mundo que merecem ser estudadas com rigor e profundidade.

A música eletrônica, particularmente o *trance*, surgiu nas últimas décadas como uma forma de expressão artística que não apenas rompe com convenções musicais, mas também se integra a rituais e práticas espirituais, criando uma experiência imersiva que vai além da simples apreciação sonora. Nesses espaços longes da metrópole, os eventos de *trance* têm se consolidado como lugares de resistência cultural e criação de identidade, especialmente entre jovens que buscam alternativas às estruturas sociais estabelecidas. Ao mesmo tempo, esses eventos se associam a práticas ritualísticas que envolvem a conexão com a natureza, a vivência comunitária e até o xamanismo, criando um cenário onde as fronteiras entre arte, espiritualidade e cultura se tornam fluidas.

A atualidade do tema não se limita à expansão da música eletrônica enquanto fenômeno global, mas se enraíza na forma como essa expressão sonora é territorializada e ressignificada em contextos locais. No Rio Grande do Sul, a cultura trance configura-se como um campo simbólico onde diferentes escalas se entrelaçam: sons produzidos por tecnologias de ponta ecoam em clareiras naturais, reativando arquétipos rituais ancestrais. O trance, nesse sentido, opera como um vetor de transferência temporal, fundindo o primitivo e o tecnológico em experiências sensoriais que desafiam a linearidade do tempo moderno. Mais do que festas, os festivais tornam-se enclaves de resistência à homogeneização cultural, espaços onde identidades são corporificadas por meio da música, da dança e do reencontro com a terra. É nesse entrelaçamento de fluxos globais e práticas locais que se produz um modo singular de existir, onde o som age como mediador entre mundos, tempos e escalas distintas.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: de que maneira os festivais de *trance*, enquanto rituais

contemporâneos, articulam espiritualidade, corporeidade e territorialidade?

O objetivo geral é analisar os festivais de *trance* no Rio Grande do Sul como práticas culturais rituais que atualizam formas de viver, sentir e se relacionar com os territórios e com o sagrado.

Os objetivos específicos são: (a) compreender como os participantes atribuem sentidos às experiências nesses eventos; (b) mapear os elementos simbólicos e estéticos que compõem o ritual *trance*; e (c) identificar como se articulam os discursos sobre natureza, ancestralidade e pertencimento territorial.

A importância deste estudo é tanto acadêmica quanto social. No âmbito acadêmico, amplia a compreensão sobre as interações entre música, cultura e ritual em espaços não urbanos, fornecendo uma contribuição significativa para a etnografia da música eletrônica. No plano social, reconhece e valoriza uma cultura que, apesar de crescente, ainda enfrenta desafios no reconhecimento e na visibilidade dentro do campo cultural mais amplo. A proposta aqui não é apenas analisar um fenômeno, mas dar visibilidade a uma cena que resiste, cria e reinventa sentidos no cotidiano e que, muitas vezes, é marginalizada e invisibilizada pelos espaços culturais tradicionais, ao mesmo tempo que se torna um campo de resistência e inovação cultural.

Embora a literatura sobre música eletrônica venha crescendo nas últimas décadas, ainda é escassa a produção que articula esses eventos com questões de identidade territorial, ritualidade e espiritualidade em contextos não urbanos. Pesquisadores como Fontanari (2021) fornecem instrumentos para pensar a corporeidade e a religiosidade na atualidade. Contudo, ainda há lacunas em análises situadas que abordam a experiência trance fora dos grandes centros urbanos, especialmente nas regiões do Sul do Brasil.

De tal modo a pesquisa se justifica ainda por sua potência inovadora no campo dos estudos culturais e das ciências sociais aplicadas. Ela propõe um deslocamento de olhar: ao invés de focar nas grandes metrópoles ou nos centros culturais legitimados, volta-se para os interstícios, para as margens, onde o novo frequentemente emerge. Ao valorizar os modos de vida que se desenham nesses territórios, a investigação contribui para a ampliação do repertório epistemológico e político das ciências sociais, oferecendo uma perspectiva enraizada na vivência local, mas articulada com debates globais.

Portanto a relevância social desta pesquisa reside no reconhecimento e visibilização de uma cena cultural muitas vezes marginalizada pelo discurso institucional ou pela mídia hegemônica. O estudo pode contribuir para políticas públicas culturais mais sensíveis às práticas juvenis alternativas e aos modos não convencionais de produzir cultura e viver o território. Em um país profundamente desigual e marcado por assimetrias territoriais, compreender as formas de resistência simbólica e de reinvenção comunitária que emergem da periferia pode ser, também, um ato de afirmação política e epistêmica.

Em suma, este estudo reside na necessidade de compreender práticas culturais contemporâneas que escapam às classificações tradicionais. Os festivais *trance* operam como zonas de contato entre múltiplos saberes, práticas e territórios, sendo, portanto, espaços fecundos para a pesquisa no campo dos estudos culturais, da antropologia da performance e do desenvolvimento regional. A pesquisa é qualitativa, com inspiração etnográfica e musicológica, sendo aprofundada em campo no festival Earthdance, previsto para setembro de 2025.

O artigo encontra-se organizado da seguinte forma: após esta introdução, desenvolve-se o referencial metodológico, seguido pela fundamentação teórica e uma reflexão preliminar sobre o objeto de estudo. Por fim, apresenta-se a conclusão com considerações finais e desdobramentos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão dos festivais *trance* como rituais contemporâneos exige uma abordagem teórica interdisciplinar, articulando autores que pensam cultura, identidade, performance e território.

Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), ao analisarem o novo espírito do capitalismo, apontam como a

lógica cultural e artística foi absorvida pelos discursos gerenciais. Nesse sentido, os festivais *trance* podem ser entendidos como espaços tensionados entre as promessas de autonomia criativa e os imperativos da produtividade. Ao mesmo tempo, articulam formas de resistência simbólica ao proporem outras temporalidades e modos de vida.

Tratando de territorialidades, corpo, música e ritual na cultura trance, é imprescindível que olhemos para os seus ritos e seus processos. A cultura trance é derivada de muitas outras e tem a capacidade ‘’antropofágica”.

Levando isso em consideração, entendemos que:

> Os ritos só podem ser definidos e distinguidos das outras práticas humanas, notadamente das práticas morais, pela natureza especial de seu objeto. Com efeito, uma regra moral, assim como um rito, nos prescreve maneiras de agir mas que se dirigem a objetos de um gênero diferente. Portanto, é objeto do rito que precisaríamos caracterizar o próprio rito. Ora, é na crença que a natureza especial desse objeto se exprime. Assim, só se pode definir o rito após se ter definido a crença. (Durkheim, 1996, p. 19).

Afirmado isso, concluímos que o rito só pode ser definido a partir da identificação das crenças. Dessa forma, surge a necessidade de entendermos as crenças existentes dentro da cultura trance. Dentre elas, a mais marcante é a do P.L.U.R. Essa ‘’regra” que delimita os ideais morais dentro destes ambientes, posicionando o movimento cultural no direcionamento da paz, amor, união e respeito.

Os ritos têm sua diversidade, mas algumas características são comuns ao serem observadas de forma mais abrangente. Para Turner (1948, p. 6) o “[...] Processo Ritual é uma tentativa de compreender algo desse processo social total de interação e interdependência, bem como das disjunções, às vezes frutuosas, entre acontecimentos ordenados de onde se origina o pensamento independente”.

Assim, analisar o ritual implica em entender as estruturas sociais que organizam determinadas ações que envolvem símbolos oriundos de uma produção identitária derivada de ritos e rituais. Ao analisar o povo nyakyusa, da Tanzânia, Monica Wilson publicou notáveis investigações sobre rituais as quais afirma ver no “[...] estudo dos ritos a chave para compreender-se a constituição essencial das sociedades humanas” (Wilson, 1954, p. 241).

Utilizando os ritos como chave para interpretar a constituição de determinado ritual, devemos levar em consideração os principais elementos do evento trance tais como: Música, Paisagem, Corpo, Movimento e a interação entre estes elementos. Ao encontro disso, Ferreira (2007) traça um paralelo entre DJs e Xamãs ao assimilar os atributos semelhantes.

> Retomemos os dois grupos de casos em que as tecnologias xamânica e moderna se relacionam de maneira reveladora. De uma perspectiva mais (1) geral e cosmológica, segundo o discurso indígena o branco e suas tecnologias foram criados no tempo mítico junto com todos os outros grupos humanos e suas respectivas tecnologias, o contato histórico com eles sendo, por isso, vivido como um retorno do tempo mítico: um período de transição cheio de perigos e promessas entre uma velha e uma nova ordem que ameaça se consumar em uma ruptura análoga à primordial (tendências milenaristas e messiânicas).

> De uma perspectiva mais (2) particular e ritológica, constata-se que o contato com o branco tende a gerar uma intensificação do xamanismo e que os xamãs, por sua vez, tendem a incorporar máquinas e tecnologias modernas em seus rituais em seu esforço tradicional de "domar" as forças cósmicas liberadas pelo retorno descontrolado do tempo mítico. A maneira como essa incorporação é feita, no entanto, sugere que as técnicas xamânicas, antes concentradas no corpo do xamã, passam a ser exteriorizadas na forma de máquinas,19 e que o xamanismo contemporâneo se distingue do tradicional pelo deslocamento da ênfase, do controle individual das potências sobrenaturais através de relações com os seres da floresta, para o controle distribuído das potências sobrenaturais através de relações com as máquinas. (Ferreira, 2007, p. 10)

Dessa forma podemos dizer que os instrumentos de um ritual Trance são em parte os mesmos de um ritual xamânico.

Tendo em vista que DJ é o responsável por "guiar" o ritual através da escolha das músicas, e da modificação de suas propriedades tais como: tempo, altura, tom, e intensidade, utilizando destes elementos para causar experiências com intuito de estimular sensorialmente o corpo para alcançar este estado de transe.

"Transe", no sentido literal, de acordo com o dicionário Caldas Aulete[1], pode ser entendido como:

> [...] 1.Estado de alteração da consciência motivado por rituais religiosos, estímulo psicológico ou sensorial, ingestão de drogas etc.: Entrou em transe durante a cerimônia. 2.Estado, causado por euforia ou angústia, em que a pessoa assume um comportamento anormal.

3 ESTADO DE PROFUNDA ABSTRAÇÃO E ABSORÇÃO [...]

A partir disso, podemos identificar estas intervenções do DJ no som como "a intensidade sonora, que produz um ambiente imersivo e vibratório, as frequências, que trabalham as densidades relativas desse ambiente, e a velocidade, que

Victor Turner (2005), em sua teoria da performance e do liminar, é referência central para compreender o caráter ritual desses festivais. A ideia de communitas, que emerge na suspensão das estruturas sociais convencionais, ressoa fortemente nos ambientes *trance*, onde há uma ênfase na horizontalidade, na partilha e na vivência intensa do presente.

Rodrigo Haesbaert (2004; 2007) contribui com sua noção de

multiterritorialidade, útil para entender como os festivais criam territórios efêmeros, onde se articulam pertencimentos diversos e subjetividades nômades. Tais eventos não apenas ocupam um espaço físico, mas o transformam simbólica e afetivamente.

Tim Ingold (2015), ao pensar a vida como wayfaring (caminhar em meio aos fluxos), ajuda a compreender a corporeidade nos festivais *trance* como uma experiência de imersão sensorial e cinestésica, em que o corpo sente, reage e se transforma ao ritmo do som, da paisagem e das interações sociais.

Finalmente, Stuart Hall (2003) e Homi Bhabha (2007) e Fontanari orientam a análise das identidades e pertencimentos nos festivais, entendendo-os como construções híbridas e processuais, marcadas pela articulação de diferenças culturais. As comunidades *trance* operam frequentemente em uma lógica diaspórica, reunindo pessoas de distintas origens, saberes e trajetórias, em um espaço-tempo de invenção compartilhada.

4 METODOLOGIA

A pesquisa será construída por meio de múltiplos procedimentos metodológicos que, articulados, permitirão uma escuta aprofundada e situada da cultura trance. Dentre eles, destaca-se a análise documental, a realização de entrevistas semiestruturadas, a observação participante e a escuta sensível do acontecimento musical.

Para tal se adota uma abordagem qualitativa, uma vez que visa compreender os sentidos atribuídos pelos

sujeitos às suas práticas culturais, sociais e simbólicas. Conforme Silveira e Córdova (2009, p. 31), a pesquisa qualitativa busca a apreensão de significados, e não a quantificação de dados, sendo especialmente adequada para o estudo de grupos sociais, suas interações e suas formas de expressão.

Opta-se, portanto, por uma metodologia que articula etnografia, fenomenologia e etnomusicologia. A inspiração etnográfica permite uma imersão prolongada nos contextos investigados, o que é essencial para captar as nuances das práticas rituais e das experiências coletivas. A fenomenologia, por sua vez, contribui com a atenção às vivências e percepções dos participantes, valorizando sua dimensão subjetiva. A etnomusicologia entra como ferramenta crucial para a compreensão da música não apenas como trilha sonora, mas como elemento estruturante das atmosferas e significados rituais (Merriam, 1964; 1977).

A pesquisa é desenvolvida em três grandes frentes: (1) análise documental, de materiais disponíveis nas redes sociais dos eventos e dos artistas (vídeos, fotografias, faixas musicais, capas de álbuns, flyers); (2) realização de entrevistas semiestruturadas com cinco integrantes da comunidade *trance* no RS, buscando diversidade de gênero, tempo de participação e vínculo territorial; e (3) observação participante no festival Earthdance, com registro de vivências, performances e ambiências.

A observação participante será guiada pelos princípios da "participação observante" (Wacquant, 2002), em que o pesquisador se reconhece como parte do campo, implicado, mas reflexivo, atento às suas próprias projeções e limites. Pretende-se participar de, ao menos, dois eventos com duração superior a 24 horas, realizados em ambientes naturais, com artistas locais e produção autoral, que manifestem a espiritualidade difusa e a estética ritualística características da cultura *trance*.

Dito isso, compreende-se que as abordagens metodológicas complementam-se valorizando e favorecendo a pesquisa ao realçar diferentes dimensões da realidade. As narrativas orais e a memória coletiva oferecem uma sensibilidade mais contextualizada pelos acontecimentos, resgatando vozes e percepções que frequentemente escapam dos documentos oficiais. A pesquisa documental fornece fundamento empírico à análise, traduzindo-se em cruzamentos entre as fontes textuais, arquivos e outros materiais do tipo. Por tanto, o uso de imagens amplia o horizonte da investigação, oferecendo evidências visuais que podem ser lidas independentemente ou em diálogo com outras fontes. Assim, torna-se evidente que a combinação dessas abordagens fortalece a construção de um conhecimento mais plural e crítico.

No contexto da pesquisa científica, o uso de imagens como instrumentos de análise exige uma abordagem metodológica cuidadosa, pois as imagens, ao contrário dos textos, podem ser interpretadas de múltiplas formas e têm um impacto visual direto que pode influenciar a percepção do espectador. Como salienta Loizos (2002), ao serem integradas à pesquisa, as imagens oferecem uma dimensão empírica que dialoga com outras fontes de dados, enriquecendo a análise e ampliando a compreensão do tema. Assim, o estudo de imagens, sejam elas fotográficas, cinematográficas ou de vídeo, se insere no campo da pesquisa qualitativa, permitindo uma leitura crítica da realidade através de diferentes lentes.

As imagens desempenham um papel fundamental na construção da memória e no registro histórico, funcionando como documentos que não apenas retratam eventos, mas também influenciam a forma como esses eventos são lembrados e interpretados. De acordo com Loizos (2002), as imagens têm a capacidade de fixar momentos no tempo de maneira única, permitindo que experiências passadas sejam revividas e transmitidas de geração em geração. Nesse sentido, as imagens além de testemunhos visuais, são responsáveis pelo trabalho de construção da memória coletiva. Elas desempenham um papel vital na maneira como as sociedades se lembram de acontecimentos históricos, pessoais ou culturais, ajudando a moldar a narrativa de uma época ou de um grupo social, muitas vezes consolidando ou contestando as versões oficiais e dominantes da história.

Além disso, as imagens podem registrar aspectos da realidade que escapam à escrita, trazendo um suporte mais físico e sentido ao passado. As imagens, tornam-se de certa forma, "documentos vivos" na manutenção

da memória e da história de um povo ou comunidade.

4.1 AS IMAGENS COMPLEMENTAM OUTRAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS.

As imagens atuam como um recurso adicional a outras estratégias metodológicas, enriquecendo a análise ao adicionar uma dimensão visual e sensorial que outras fontes de dados, como textos ou entrevistas, não conseguem capturar de maneira completa. Quando integradas à pesquisa, as imagens servem para contextualizar informações e fornecer uma compreensão mais integral dos fenômenos em estudo. Muitas vezes, elas podem ratificar ou contestar informações coletadas por outros meios e funcionam como um "reflexo" visual das narrativas que foram construídas por meio de palavras. Um caso que vale ser notado é quando, em estudos sociológicos, as imagens de um protesto podem oferecer uma perspectiva emocional e visual dos acontecimentos, e, ao mesmo tempo, a análise textual explica as motivações e objetivos dos manifestantes. Portanto, ao serem utilizadas juntamente com entrevistas, documentos e outros dados, além de expandirem o alcance da pesquisa, as imagens também possibilitam um repertório mais amplo das informações.

De forma geral, a análise será orientada por uma abordagem hermenêutica, inspirada na noção de "descrições densas" de Geertz (1989), que busca interpretar os significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas práticas e narrativas. Considera-se que a construção do conhecimento não se dá por abstração neutra, mas como uma mediação sensível e situada entre pesquisador e campo.

4.2 HIPÓTESE

A hipótese que orienta este estudo é de que os festivais *trance* funcionam como rituais contemporâneos, nos quais se performam novos modos de subjetivação, produzindo vínculos comunitários, reconfigurações de territorialidade e experiências sensíveis de espiritualidade não institucionalizada. Esses eventos são compreendidos como práticas culturais híbridas, que tensionam a lógica produtivista da modernidade e criam espaço-tempo de comunhão, fluxo e intensidade afetiva.

Assim, a hipótese não busca apenas descrever os festivais como manifestações culturais alternativas, mas compreendê-los como expressões de uma ontologia relacional que tensiona a hegemonia da razão instrumental e propõe formas de vida ancoradas na presença, na escuta e na transversalidade entre humano, natureza e tecnologia. Estes rituais contemporâneos seriam, portanto, indícios de uma "espiritualidade pós-moderna" resultante de uma tecnodiversidade não institucionalizada, rizomática e muitas vezes sincrética que reencanta o cotidiano através de experiências liminares onde a subjetividade é menos um dado e mais um devir. Nessa chave, os festivais não apenas refletem, mas prefiguram mundos possíveis, abrindo brechas no tecido capitalista para experimentações estéticas, políticas e ontológicas que escapam, ao menos momentaneamente, das formas hegemônicas de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os festivais *trance* como rituais contemporâneos é reconhecer sua potência enquanto práticas culturais que articulam espiritualidade, corporeidade e territorialidade de maneira singular. Longe de serem apenas festas, esses eventos criam ecologias simbólicas onde se experimentam novos modos de estar no mundo.No contexto sul-rio-grandense, esses festivais ganham contornos próprios, influenciados por paisagens naturais específicas, redes comunitárias locais e formas alternativas de produção cultural. Observa-se uma tensão permanente entre o desejo de autonomia e os desafios impostos pelas lógicas do mercado, pela burocratização e pela mercantilização da experiência.

A pesquisa ainda está em curso, e os próximos passos envolvem o aprofundamento da análise empírica

com base nas observações e entrevistas. Espera-se, ao final, contribuir para uma compreensão mais complexa das práticas culturais contemporâneas, valorizando formas de resistência simbólica e invenção coletiva que emergem nas margens do sistema hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. ***O local da cultura***. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. ***O novo espírito do capitalismo***. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERREIRA, Pedro Peixoto. **Um duplo devir: quando a música eletrônica de pista encontra o xamanismo e o xamanismo encontra as máquinas.** In: Anais da XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas en América Latina: Religiones/Culturas, 2007. Disponível em <https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/01/ferrei ra200 7_duplodevir.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2025.

GEERTZ, Clifford. ***A interpretação das culturas*.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, Rodrigo. ***O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, **Rodrigo.** ***Territórios alternativos***. São Paulo: Contexto, 2007.

HALL, Stuart. ***A identidade cultural na pós-modernidade***. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

INGOLD, Tim. ***Os mundos da vida: antropologia da linha***. São Paulo: Bazar do Tempo, 2015.

LOIZOS, P. **Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa.** In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis (RJ):Vozes; 2002. p.137-155.

MERRIAM, Alan P. ***The anthropology of music*.** Evanston: Northwestern University Press, 1964.

MERRIAM, Alan P. ***Ethnomusicology of the Flathead Indians***. Chicago: Aldine Publishing Co., 1977.

PINTO, Tiago de Oliveira. **Etnomusicologia: o som como objeto de estudo da antropologia.** In: FREITAS, André Diniz; GONÇALVES, Francisco (org.). *Música e cultura: ensaios de etnomusicologia*. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 15–34.

QUEIROZ, M.I.P. **Relatos Orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: VON SIMSON, O.M. (Org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 15-43.

SILVEIRA, Dante P.; CÓRDOVA, Fernando P. ***Metodologia da pesquisa científica*.** São Paulo: Atlas, 2009.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

VICTORIA, C. V.; KNAUTH, D. R.; HASSEM, M. A. **A pesquisa qualitativa e a abordagem etnográfica.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 109–124.

WACQUANT, Loïc. ***Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*.** São Paulo: Relume Dumará, 2002.

JUVENTUDE RURAL: REALIDADE E RELEVÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PALMARES DO SUL[1]

RURAL YOUTH: REALITY AND RELEVANCE IN THE MUNICIPALITY OF PALMARES DO SUL

Aline Cardoso de Araujo Teixeira[2]
Jaqueline Mallmann Haas[3]

RESUMO

Este artigo analisa especificamente a realidade da juventude rural do município de Palmares do Sul, localizado no litoral norte do Rio Grande do Sul, suas vivências e necessidades, destacando a importância social, cultural e econômica desse grupo social para o progresso da cidade e região. Metodologicamente é uma pesquisa bibliográfica somada a observação participante. Partindo da compreensão de que a juventude é plural e heterogênea, seja ela urbana ou rural, o texto aponta os desafios enfrentados, no contexto do município em estudo, a falta de oportunidades de trabalho, formação técnica e acesso à tecnologia, além de apresentar possíveis ações para fortalecer o protagonismo juvenil. Salienta-se a relevância da permanência dos jovens no meio rural, a partir da realidade observada junto a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Albano Alves, a fim de contribuir para o desenvolvimento através de recursos inovadores, preservar a cultura e a tradição das comunidades e impulsionar a economia local de Palmares do Sul. Conclui-se que, para assegurar um futuro promissor nas áreas rurais, é necessário que ações inclusivas e igualitárias sejam desenvolvidas pelas políticas públicas, de modo a transformar a realidade e qualidade de vida da juventude rural.

Palavras-chave: juventude; jovens rurais; Palmares do Sul.

ABSTRACT

This article specifically analyzes the reality of rural youth in the municipality of Palmares do Sul, located on the northern coast of Rio Grande do Sul, their experiences and needs, highlighting the social, cultural and economic importance of this social group for the progress of the city and region. Methodologically, it is a bibliographical research combined with participant observation. Based on the understanding that youth is plural and heterogeneous, whether urban or rural, the text points out the challenges faced in the context of the municipality under study, the lack of job opportunities, technical training and access to technology, in addition to presenting possible actions to strengthen youth protagonism. The relevance of keeping young people in rural areas is highlighted, based on the reality observed at the Escola Estadual de Ensino Médio Professor Albano Alves, in order to contribute to development through innovative resources, preserve the culture and tradition of communities and boost the local economy of Palmares do Sul. It is concluded that, in order to ensure a promising future in rural areas, it is necessary that inclusive and egalitarian actions be developed by public policies, in order to transform the reality and quality of life of rural youth

Keywords: *Youth; Rural Youth; Palmares do Sul.*

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Aluna especial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDREDES, E-mail: aline-cteixeira@educar.rs.gov.br

3 Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDREDES, E-mail: jaquelinehaas@ufrgs.br.

1 INTRODUÇÃO

A juventude rural desempenha um papel fundamental na preservação das práticas agrícolas e na sustentabilidade das comunidades do campo. Esses jovens são atores sociais importantes para dar continuidade à vida na zona rural, bem como à cultura e à manutenção da própria estrutura social, perpetuando tradições e saberes. Como coloca Bourdieu (1974), a reprodução social é um processo em que as estruturas e relações sociais, incluindo a cultura, são perpetuadas através das gerações, frequentemente pela influência de instituições como a escola, que evidencia a diversidade de pensamentos, crenças e culturas, proporcionando espaço para refletir sobre ações futuras de desenvolvimento. Dessa forma, reconhecer a importância desse grupo social denominado juventude é o primeiro passo para garantir que a sucessão geracional aconteça no campo.

Nesse contexto, esse artigo tem por tema a análise da realidade da juventude rural em Palmares do Sul, município localizado no litoral norte do Rio Grande do Sul, conhecido por suas belezas naturais, como praias e áreas de preservação ambiental. No entanto, a população jovem enfrenta dificuldades, como o êxodo rural, o envelhecimento da população e a falta de perspectivas de crescimento local. As atividades econômicas rurais dependem da participação e do envolvimento efetivo dos jovens, garantindo continuidade, produtividade e a preservação da cultura da comunidade local.

Ainda que os desafios sejam imensos, os jovens rurais trazem vitalidade e novas ideias. Eles possuem amplas habilidades, além de capacidades tecnológicas e inovadoras que precisam ser aprimoradas para aumentar a produtividade de forma mais eficiente e sustentável, além de elevar a competitividade no campo. Diante desse contexto, é necessária a implementação de políticas públicas voltadas para os jovens, com práticas inclusivas, capacitações e programas de crédito que proporcionem oportunidades e garantam equidade a esse público. Por sua vez, a relevância dessa categoria e seu protagonismo são indispensáveis para o multiculturalismo econômico, o empreendedorismo e novos caminhos que promovam o desenvolvimento das cidades e da região.

O presente estudo tem como objetivo discutir as principais perspectivas para jovens e a juventude do pequeno município de Palmares do Sul. Especificamente, as interpretações ocorrem a partir da interação com a realidade de jovens vinculados a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Albano Alves, escola essa localizada no meio urbano, mas responsável por receber e atender os alunos de toda a área rural do município.

Metodologicamente o trabalho é alicerçado em uma pesquisa bibliográfica, acerca dos temas jovens, juventude e jovens rurais, somada a observação participante. Esta última sendo uma técnica de pesquisa qualitativa onde o investigador se integra a um grupo ou contexto social e observa as interações e comportamentos dos participantes, ao mesmo tempo que também participa ativamente nas suas atividades.

Para tanto, este trabalho está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução, que apresenta os objetivos e metodologia do trabalho. Na segunda seção são apresentados e debatidos conceitos e abordagens sobre os termos Jovem, Juventude e, também, Juventude Rural. Na terceira seção apresenta-se o contexto dos jovens rurais no município de Palmares do Sul. Em sequência, na quarta seção, debate-se a relevância das perspectivas da juventude rural de Palmares do Sul. Por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na construção do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão abordados os principais conceitos do referencial teórico, bem como os assuntos relacionados ao tema em estudo.

2.1 JUVENTUDES: ATITUDE E PERSPECTIVA DE VIDA

Partimos da compreensão de que não existe apenas um conceito, nem mesmo uma única perspectiva sobre a juventude. As diferentes abordagens sobre a definição dos termos "Jovem", "Juventude" e "Juventude Rural" permitem concluir sua relevância na construção do futuro, nas atitudes no presente e no respeito ao passado.

Jovem se refere a uma pessoa que está em um estágio intermediário de desenvolvimento humano, geralmente compreendido entre a infância e a vida adulta. É uma fase caracterizada por intensas transformações físicas, emocionais, sociais e cognitivas (OMS, 1965). É frequentemente visto como um sujeito em processo de formação de identidade, inserção social e busca de autonomia (CASTRO, 2009). Mas existem, basicamente, cinco principais abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude, quais sejam, faixa etária; ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida; e representação social, conforme sistematizam Troian e Breitenbach (2018, p. 791):

QUADRO 1 – SÍNTESE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA DEFINIÇÃO DE JUVENTUDE COM BASE EM DIFERENTES ABORDAGENS

Abordagens de Juventude	Definição de juventude e critérios de categorização
Faixa Etária	O critério é a idade dos pesquisados, indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais.
Ciclo de Vida	Período de transição, fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. Perspectiva adotada pela UNESCO.
Geração	Jovens são inerentemente contestadores, essa rebeldia é necessariamente transitória, como a juventude. Juventude passa a ser vista a partir de seus potenciais de mudança, pela sua capacidade criadora e inventiva.
Cultura ou Modo de Vida	Definida por critérios culturais, destacando-se a importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. Estreita relação com a mídia, essa juventude está ligada à sociedade de consumo, vestimentas, acessórios, linguagem particulares.
Representação Social	Condição juvenil como uma posição hierárquica social fundada em representações sociais, ou seja, na busca de responder aos significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural.

Fonte: Troian e Breitenbach (2018, p. 791).

Juventude consiste no coletivo e não somente na faixa etária. Está dentro do contexto no qual esses indivíduos estão inseridos, reconhecendo a importância dessa fase para o progresso social e econômico. Período de transição marcado por descobertas, desenvolvimento de habilidades e definição de objetivos de vida, considerando aspectos como cultura, economia, educação e participação política (DAYRELL, 2003). Categoria estratégica para políticas públicas, com enorme potencial para transformação social e desenvolvimento de um território (TROIAN, 2014).

A complexidade em torno dos estudos sobre jovens e juventude aumenta quando o enfoque se dá no âmbito do rural. De forma geral, a juventude rural representa o grupo de jovens que compartilham experiências e dificuldades em localidades rurais. Atribuições socioculturais que incluem as expectativas, vivências e papéis desempenhados pelos jovens no campo (CARNEIRO, CASTRO, 2007). Carrega tradições e conhecimentos locais, como técnicas agrícolas, festividades e práticas culturais que são passadas de geração em geração. Essa categoria é fundamental para a continuidade das atividades produtivas, bem como inovação e diversificação de

culturas num dado lugar (TROIAN, 2014). Esse grupo tem maior facilidade em inserir tecnologias modernas e práticas sustentáveis que contribuem para o crescimento de suas propriedades.

O termo "juventudes" reflete diferentes abordagens para o desenvolvimento regional, mas converge em um mesmo sentido: a relevância de sua atuação para o fortalecimento das comunidades, luta por maior inclusão social, acesso a direitos básicos e reconhecimento como protagonistas no desenvolvimento rural (OLIVEIRA, 2013).

Nesta perspectiva, enfatiza-se a maneira como alguns autores definem esse grupo social, de modo a contribuir para os questionamentos e a necessidade de visibilizar os jovens rurais como atores sociais indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade.

Para Bourdieu (1984) a fronteira entre juventude e maturidade é, em todas as sociedades, um jogo de lutas, na medida em que as divisões, seja em classes de idade ou em gerações, são variáveis e um jogo de manipulações; quer dizer, não são dadas, são construídas socialmente. Neste contexto, o autor coloca a relação entre o ator social e a sociedade como construtores de um campo social legítimo. Além disso, o *habitus*, como classifica Bourdieu, é fortemente influenciado na perspectiva do jovem no meio rural: "o *habitus* nunca tem maior domínio prático do seu campo de ação do que quando está completamente habitado pelo campo de forças, porque suas estruturas são o produto deste campo" (Bourdieu, 1989). Isto é, a maneira como as vivências são repassadas de uma geração à outra, transforma e modifica a forma de vida nas comunidades e essas experiências são base para as ações que influenciam nas escolhas tanto individuais quanto coletivas.

Para Castro (2009, p. 6), "Juventude Rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de Juventude", fator primordial para a redução das desigualdades sociais e êxodo rural. Rodrigues (1993 apud Redin, 2014, p. 38) complementa dizendo que "(...) as políticas deveriam ser integrais no sentido de encarar a problemática da juventude em todos os seus componentes e com uma perspectiva de conjunto, no marco das estratégias globais de desenvolvimento". Carneiro (1998 apud REDIN, 2014, p. 39) afirma que "os jovens rurais filhos de agricultores ficam preenchendo o vazio estatístico composto pelos que ainda não ingressaram na vida ativa, esperando atingir a maioridade para se tornarem visíveis à sociedade". Cassol (1984, p. 35) coloca que:

> [...]existe a necessidade de intervenção Estatal, pois é fundamental a necessidade de conscientização das partes político-partidárias para que se possa elaborar um plano global, sem paternalismo e sem demagogia. Almeja-se caminhos que se inclinem a soluções urgentes, a fim de evitar que futuras gerações se desprendam totalmente da terra, o que representaria o caos de uma Nação em desenvolvimento, tendo sua economia e a sua salvação justamente na produção agropecuária.

Percebe-se que as diferentes abordagens sobre o público jovem rural retratam a carência de políticas e ações efetivas direcionadas para contemplar as suas necessidades, gerando desinteresse por parte dessa categoria na permanência em suas propriedades.

3 RESULTADOS

3.1 O CONTEXTO DOS JOVENS RURAIS EM PALMARES DO SUL

Conforme o Censo Demográfico de 2022, o município de Palmares do Sul tinha em sua população 1.460 jovens entre 15 e 24 anos, sendo 762 homens e 698 mulheres, de um total de 12.844 habitantes. O município é dividido em cinco distritos rurais e dois urbanos. Em suma a economia local é diversificada, com destaque para a agricultura e pecuária, e o turismo também tem ganhado importância, especialmente nas temporadas

de verão, atraindo visitantes às suas praias. As regiões rurais do município, que são o motor econômico, são baseadas principalmente na plantação de arroz, soja, pecuária de corte, pesca e florestamento. São localidades distantes da sede e com péssimas condições de acesso, ao ponto de que em épocas de chuvas intensas não há transporte público, ficando as estradas existentes intrafegáveis. Tal situação, além de impossibilitar a mobilidade das comunidades, impacta diretamente a qualidade de vida e o acesso a serviços de saúde, educação, crescimento econômico e social.

Os jovens rurais em Palmares do Sul são fundamentalmente oriundos de famílias de produtores rurais, de pequenas e grandes propriedades, e enfrentam muitos desafios, entre eles o acesso limitado à educação técnica e graduação, infraestrutura deficiente e poucas oportunidades de emprego fora das atividades agrícolas tradicionais.

Este contexto retratado é cotidianamente vivenciado no âmbito da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Albano Alves, escola essa localizada no meio urbano, mas responsável por receber e atender os alunos de toda a área rural do município, os quais se deslocam dos distritos para a cidade diariamente, via transporte escolar ofertado pelo município . Esta instituição de ensino atende cerca de 450 alunos e dispõe de 40 profissionais da educação, sendo 35 professores e os demais especialistas em educação.

Caracterizada como uma instituição pública de ensino médio, a Escola Professor Albano Alves Pereira oferece uma variedade de modalidades educativas, incluindo o Ensino Médio EJA (Educação de Jovens e Adultos) e o Ensino Fundamental - Anos Finais. Situada no centro da cidade, os alunos têm acesso a diversas instalações, como biblioteca com sala de leitura, auditório, laboratório de ciências e quadra de esportes. A escola também promove uma alimentação saudável por meio de um refeitório, garantindo qualidade nutricional. Com foco em tecnologia e sustentabilidade, a escola dispõe de internet de banda larga e iniciativas de separação de resíduos. O corpo docente é formado por profissionais capacitados, incluindo assistentes pedagógicos e de segurança alimentar, que visam a excelência no aprendizado.

O município de Palmares do Sul não dispõe de diversidade de empresas e ofertas de trabalho. Na região central da cidade há empresas de metalurgia, comércio de alimentos e vestuário, no entanto, com vagas limitadas e que não suprem a necessidade dos habitantes. Desta forma, a geração de renda está voltada principalmente para atividades agrícolas, embora a falta de investimentos em tecnologias e capacitações dificultem a modernização das práticas produtivas, o que poderia tornar o campo mais atrativo e rentável para as novas gerações, evitando assim a saída dessas pessoas.

> A principal causa do êxodo rural é a modernização do processo produtivo no campo. Com o advento da Revolução Verde em meados do século XX, um grande número de novas tecnologias foi incorporado nas cadeias produtivas agropecuárias, o que condicionou a transformação do perfil de mão de obra empregada, que passou a exigir maior qualificação e também a substituição de postos de trabalho pelos maquinários. Com isso, muitas pessoas que perderam os seus trabalhos emigraram para os centros urbanos em busca de emprego e um recomeço. [...] A busca de melhores condições compreende as razões pelas quais o êxodo rural acontece, e não se trata apenas de uma questão financeira, mas também de acesso a serviços básicos, que muitas vezes não abrangem a zona rural, como saneamento e hospitais. Entretanto, nem sempre o cenário que esses indivíduos encontram nas cidades é o mais favorável (GUITARRARA, 2025, p. 2).

Frequentemente os jovens do sexo masculino caminham para seguir as atividades desenvolvidas por suas famílias, sem qualificação profissional ou aperfeiçoamento, reproduzindo suas técnicas, muitas vezes já desatualizadas, desconexas com a tecnologia e com a modernização das atividades no campo. Já as jovens rurais tendem a sair de suas propriedades em busca de melhores condições de vida e emprego. Em sua maioria, no município de Palmares do Sul, enxergam o meio rural como trabalho para o público masculino e não perseveram no campo, assim como já concluem diversos autores sobre esta problemática do contexto rural:

> Com a continuidade do processo, as consequências são bem previsíveis como a masculinização e o envelhecimento no campo, cujo pode ser limitante para a retomada da proporcionalidade dos sexos no meio rural. Em 1950, havia mais moças que rapazes no meio rural em contrapartida em 1996 o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos já superou 14%, o número de moças (Camarano; Abramovay, 1999). A inclusão da dimensão da questão de gênero no desenvolvimento local também se depara crucial para a análise do rural e deve ser considerada, especialmente, pela ocorrência do processo de masculinização do campo (Carneiro; Castro, 2007, p. 29).

Em suma, evidencia-se que a masculinização no meio rural tem gerado uma série de consequências significativas para as comunidades e para o próprio desenvolvimento agrícola. A predominância masculina nas atividades rurais muitas vezes resulta na marginalização das mulheres, que, apesar de desempenharem papéis cruciais na produção e na gestão das propriedades, são frequentemente excluídas dos processos de tomada de decisão e do acesso a recursos e tecnologias. Essa dinâmica não apenas limita o potencial econômico das comunidades, mas também perpetua desigualdades de gênero que afetam a coesão social. Além disso, a falta de diversidade nas vozes que participam do desenvolvimento rural pode levar a uma visão estreita sobre as práticas agrícolas e a inovação, dificultando a adoção de soluções sustentáveis e inclusivas que beneficiem todos os membros da comunidade. Portanto, é essencial promover a igualdade de gênero no campo, valorizando o papel das mulheres e garantindo sua participação ativa nas dinâmicas rurais.

4. RELEVÂNCIA DAS PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE RURAL DE PALMARES DO SUL

Para Palmares do Sul, apesar dos desafios, esse grupo social é essencial para o progresso do município pois, sabiamente, os jovens trazem vitalidade e novas ideias, além de combater o envelhecimento da população rural, garantindo que as tradições e saberes sejam passados adiante.

Como definem Delgado e Leite (2011, p. 90) o território é caracterizado como "um espaço físico, geograficamente definido, contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por: ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições". Nesse contexto, os jovens são agentes fundamentais para a transformação de um lugar, são aptos a integrar as vivências tradicionais às inovações tecnológicas, modernizando as produções de forma mais vantajosa e sustentável, compreendendo as necessidades do campo e da cidade em diversas perspectivas.

O conhecimento empírico das antigas gerações fortalece a base para que os membros menos experientes das famílias possam partir de um ponto e buscar novas alternativas de vida. A renovação de métodos e capacitação em cursos possibilita desenvolver e aprimorar o conhecimento nas comunidades, assim como criar outras possibilidades de renda extra como o turismo rural, passeios turísticos guiados no Rio Palmares e em lagoas da região, e ainda pesca artesanal, resultando em aumento de renda às famílias. Estas são algumas possibilidades apontadas pelos estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Albano Alves.

Para que isso aconteça é crucial definir e implementar políticas públicas voltadas a atender às necessidades do público jovem, o que reduziria a migração para centros urbanos, visto que o êxodo rural enfraquece a economia local e impacta negativamente a preservação das tradições culturais do município.

Através de iniciativas e políticas públicas que favoreçam o protagonismo juvenil em diversos âmbitos, acredita-se que algumas ações podem ser implementadas, tais quais são resumidos no quadro a seguir:

QUADRO 1 – SÍNTESE DE POSSÍVEIS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PALMARES DO SUL

Políticas Públicas	Ações
Capacitação	- oferta de educação técnica agrícola, com foco em práticas modernas e inovação; - parcerias e incentivos fiscais para instalações de novas empresas, a fim criar oportunidades de emprego.
Ambiental	- aprofundamento de conhecimentos em agroecologia e ações agrícolas sustentáveis; - turismo sustentável.
Empreendedorismo	- incentivo à fundação de cooperativas, fortalecendo a produção e o crédito; - gestão de negócios.
Inclusão Digital	- criação de plataformas digitais para visibilizar os produtos produzidos, bem como aumentar suas vendas.
Participação Social	- ações de motivação aos jovens a participar de associações e movimentos representativos na comunidade: sujeitos críticos, líderes e agentes de transformação.
Cultural	- incentivo à promoção e participação em eventos que respeitem e mantenham a cultura da comunidade, combinando inovação e tradição.

Fonte: Elaboração dos autores

Ações fundamentadas possibilitam mudanças significativas na vida dos jovens e transformam o ambiente de forma positiva, desde que sejam incentivadas e apoiadas pelas famílias e poder público, pois os jovens tendem a se envolver mais em iniciativas comunitárias, promovendo logo um senso de pertencimento e colaborando com projetos que visam melhorias na infraestrutura, educação e saúde.

De acordo com Redin (2014, p. 43), "evidentemente, é necessário, relevante e fundamental a formulação e aplicação de políticas para a permanência dos jovens rurais, contudo, independente desta acredita-se que é necessário algo mais para a sua permanência", o que se percebe na necessidade de atitudes mais inclusivas, abrangentes e igualitárias.

As perspectivas da juventude rural em Palmares do Sul são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a revitalização das comunidades locais. Essa faixa etária traz consigo novas ideias, inovações e uma visão renovada sobre as práticas agrícolas e sociais, contribuindo para a modernização do campo. A valorização das experiências e conhecimentos dos jovens permite a construção de soluções que respeitam as tradições enquanto incorporam tecnologias sustentáveis. Além disso, ao incentivar a participação ativa dos jovens em processos de tomada de decisão, fortalece-se o sentimento de pertencimento e responsabilidade com o futuro da região. Assim, as perspectivas da juventude rural não apenas promovem um crescimento econômico mais inclusivo, mas também fomentam a coesão social e a preservação da cultura local, assegurando um futuro promissor para Palmares do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é possível afirmar que a juventude é plural e heterogênea, seja ela urbana ou rural. Entretanto, especificamente os jovens rurais são peças-chave para o progresso social, econômico e ambiental, contribuindo significativamente para um futuro mais próspero e sustentável dos municípios.

Nesse sentido, o desenvolvimento do município de Palmares do Sul perpassa por diversos fatores, e inevitavelmente um deles está no modo como seus habitantes se apresentam, de acordo com suas culturas, diferentes formas de vida, características etárias e necessidades. No entanto, além das ações exemplificadas neste texto, é crucial oferecer oportunidades de emprego, renda e investimento educacional e socioeconômico

à população, que propiciem melhores condições de vida aos moradores. A valorização e conscientização dos governantes em desenvolver e implantar essas ações são fundamentais e determinantes para reduzir o êxodo rural e atrair os jovens para suas localidades.

À medida que os desafios são superados, com a união de redes colaborativas, as tecnologias e a inclusão digital são utilizadas e integradas às tradições, proporcionando novas possibilidades para as atividades agrícolas. Assim, o crescimento econômico ocorre nas comunidades, fortalecendo e tornando o rural mais competitivo e sustentável.

Investir na juventude rural não é simplesmente garantir crescimento econômico, mas também promover a participação social e construir comunidades fortes, capazes de transformar realidades e produzir muitos frutos a partir de suas terras, costumes e tradições.

Reconhecer, estimular e valorizar o protagonismo dos jovens rurais significa garantir um presente alicerçado e um futuro promissor para Palmares do Sul. A participação ativa dessa faixa etária consolida o desenvolvimento econômico, social e cultural, tornando o campo atrativo, produtivo, inovador e, sobretudo, possibilitando melhores condições e qualidade de vida para a cidade e região.

Em síntese, o fortalecimento da juventude rural em Palmares do Sul é um passo decisivo para a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável. Ao integrar os jovens nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do município, não apenas se promove o desenvolvimento local, mas também se garante que as tradições e saberes ancestrais sejam respeitados e revitalizados. Portanto, é imperativo que todos os stakeholders, incluindo governantes, sociedade civil e instituições educacionais, unam forças para criar um ambiente propício ao crescimento e à inovação. Com isso, a juventude rural não será apenas uma promessa de transformação, mas um motor ativo na busca por soluções que beneficiem toda a comunidade, assegurando que Palmares do Sul se torne um exemplo de resiliência e progresso no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil:** Panorama nos últimos 50 anos. 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0621.pdf. Acesso em 27 fev. 2025.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASSOL, A. L. **Êxodo rural** (colonização e ecologia). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud,** 2009. v. 7, p. 179 -208.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DELGADO, N. G. e LEITE, S. P.. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial In: LEITE, S. P. et al. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011.

GUITARRARA, P. "Êxodo rural"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/exodo-rural.htm. Acesso em 21 de maio de 2025.

IBGE. Palmares do Sul. [*s. d.*]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/palmares-do-sul/panorama. Acesso em: 25 fev. 2025.

OLIVEIRA, L. V. N. Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013. Organização Mundial da Saúde. Problemas de la salud de la adolescencia. Informe de un comité de expertos de la O.M.S (**Informe técnico n° 308**). Genebra. 1965

REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. **INTESA**, Pombal, PB, v. 8, n. 1, p. 37-43, jan./dez. 2014.

RODRÍGUEZ, E. Los desafios de fin de siglo y la problemática juvenil rural en América Latina. 1993. In: CEPAL (Org.) **Juventude Rural:** Modernidad y democracia en América Latina, Santiago de Chile:Naciones Unidas, UNICEF e OIJ, 1996. p.33-54.

TROIAN, A. Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS. 2014. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações** (Campo Grande), 19(4), 2018. P. 789–802.

PARA ALÉM DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ: TERRITÓRIOS NEGROS DA CIDADE DE TAQUARA/RS[1]

Eduarda Farias da Silva[2]
Dieila dos Santos Nunes[3]

RESUMO

Este artigo, recorte de uma pesquisa mais ampla, investiga os territórios negros em Taquara/RS — espaços de resistência, identidade e sociabilidade onde comunidades afrodescendentes construíram vínculos materiais e simbólicos. O objetivo deste estudo é apresentar o conceito de territórios negros e identificar seus locais no município: o Quilombo do Paredão, a Vila África e os clubes sociais negros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, a fim de evidenciar como esses locais emergiram como respostas à exclusão estrutural e ao racismo, sendo invisibilizados pela narrativa oficial. Conclui-se, a partir das análises empreendidas da literatura científica existente sobre o tema, que é urgente reconhecê-los como parte da história do município, possibilitando um reconhecimento desse grupo para o desenvolvimento de uma historiografia que busque evidenciar todos os grupos formadores do município de Taquara.

Palavras-chave: territórios negros; Taquara; Quilombo do Paredão; Vila África; Clubes Negros.

ABSTRACT

This article, part of a broader research project, examines Black territories in Taquara/RS—spaces of resistance, identity, and sociability where Afro-descendant communities have forged both material and symbolic ties. The objective of this study is to introduce the concept of Black territories and identify their locations within the municipality: the Paredão Quilombo, Vila África, and Black social clubs. This is a qualitative bibliographic research study aimed at demonstrating how these spaces emerged as responses to structural exclusion and racism while being erased from the official narrative. Based on an analysis of existing scientific literature on the subject, the study concludes that it is urgent to acknowledge these territories as part of the municipality's history, ensuring recognition of this group and contributing to the development of a historiography that highlights all the formative groups of Taquara.

Keywords: *Black territories; Taquara; Paredão Quilombo; Vila África; Black Clubs.*

1 INTRODUÇÃO

A história do município de Taquara/RS, localizado na região do Vale do Paranhana, como a de muitos municípios brasileiros, foi tradicionalmente narrada a partir da perspectiva da colonização europeia, silenciando o papel fundamental das populações afrodescendentes em sua formação, como aponta Gevehr, Corrêa e Facio (2021) e Bardoni (2016). Este artigo, que parte de um projeto maior, busca auxiliar no preenchimento da lacuna historiográfica deixada por essa perspectiva eurocêntrica ao identificar os territórios negros no município.

Partindo do conceito de terrtiório e espaço apresentado por Raffestin (2011) e Haesbaert (2010), unido ao conceito de territórios negros abordado a partir da perspectiva de Vieira (2021), Leite (1991) e Rolnik

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.
2 Acadêmica do curso de História das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: eduardafarias@sou.faccat.br.
3 Professora das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: dieilanunes@faccat.br.

(1989), o estudo expõe três manifestações desses territórios: o Quilombo do Paredão, a Vila África e os clubes sociais negros, a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito regional por Bardoni (2016), Gevehr, Corrêa e Facio (2021), Ramos e Smaniotto (2014), Azevedo (2010), Lopes (2020), Ramos e Araújo (2020) e Gevehr e Santellano (2018).

A pesquisa adota abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, para refletir sobre como esses territórios desafiaram a invisibilização imposta por uma elite local que se autodefine pela identidade germânica. A pesquisa intenta demonstrar que sua existência confronta não apenas o racismo estrutural, mas também a "amnésia oficial" explicitada por Bardoni (2016) que naturaliza hierarquias raciais na memória urbana. Ao apontar essas territorialidades, o artigo tem potencial de contribuir para uma historiografia crítica, que reconheça os afrodescendentes como agentes ativos na construção e no desenvolvimento do município de Taquara/RS.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Após a introdução, apresentada na primeira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na terceira seção, são mobilizados os pressupostos teóricos que fundamentam as reflexões desenvolvidas ao longo do estudo. Em seguida, apresentam-se os resultados e a discussão, culminando, por fim, nas considerações finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada é um recorte do projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso que, por sua vez, adotou uma abordagem qualitativa, combinando métodos descritivos e exploratórios. Prodanov e Freitas (2013) afirmam que a pesquisa descritiva se caracteriza pelo registro e análise dos fatos observados, com o objetivo de descrever as particularidades de uma população, fenômeno ou a relação entre variáveis. Já a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, servindo como base para investigações mais aprofundadas.

Logo, mescla essas abordagens ao apresentar o conceito de territórios negros de forma contextualizada, considerando suas dimensões históricas, sociais e culturais, sem interferir nos fenômenos observados, como aponta Prodanov e Freitas (2013). A revisão bibliográfica será fundamental para revisar fontes primárias, como livros, artigos e teses, que abordem como tema os territórios negros dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul e estudos de história regional. Para elaboração do conceito-chave desta pesquisa - território negros, torna-se necessário compreender previamente os conceitos de território e espaço. Para isso, recorrem-se às contribuições de Raffestin (2011) e Haesbaert (2010), autores considerados fundamentais para a compreensão e a construção dessas definições.

No que se refere ao território negro, busca-se sustentação nas ideias de Vieira (2021), Leite (1991) e Rolnik (1989), procurando articular autores fundamentais sobre esse conceito com pesquisas mais recentes que vêm ganhando espaço e destaque no debate. Por fim, os estudos regionais como os de Bardoni (2016), Gevehr, Corrêa e Facio (2021), Ramos e Smaniotto (2014), Azevedo (2010), Lopes (2020), Ramos e Araújo (2020) e Gevehr e Santellano (2018), contribuem para a compreensão da história do município de Taquara/RS em si, bem como do modo como esses territórios são percebidos pela comunidade e pela historiografia local.

Nesta pesquisa, adotar-se-á o método dialético, definido por Prodanov e Freitas (2013) como uma abordagem que permite uma compreensão dinâmica e abrangente da realidade, partindo do princípio de que os fenômenos sociais não podem ser analisados de forma isolada, mas em articulação com seus contextos políticos, econômicos, culturais e históricos. Essa perspectiva será basilar para a análise das contradições presentes na memória oficial, que privilegia a colonização alemã em detrimento da visibilidade dos territórios negros. A dialética também se mostra adequada para compreender esses territórios como espaços de resistência e de

apropriação simbólica.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender o território negro é preciso inicialmente entender o conceito de território. Raffestin (2011) destaca a importância de distinguir os conceitos de espaço e território, enfatizando que são termos não equivalentes, apesar de serem ocasionalmente utilizados de forma intercambiável. O espaço precede o território e representa o campo de possibilidades no qual atores podem projetar suas intenções, configurando um programa ou projeto com metas a serem alcançadas por meio de ações. O território, segundo o autor (2011), surge a partir desse espaço, resultando de ações conduzidas por atores que implementam um programa com objetivos em diversos níveis.

Haesbaert (2010) contribui ao afirmar que a apropriação do território pode ocorrer de duas maneiras principais: para dominação, em que o espaço é visto como posse e propriedade, e como apropriação simbólica, relacionada ao vínculo emocional e simbólico com o espaço. O referido autor destaca a multiterritorialidade, que reconhece a multiplicidade e complexidade do território, desdobrando-se desde a dominação política e econômica até a apropriação subjetiva e cultural-simbólica.

Nesse contexto, os territórios negros emergem como espaços de afirmação identitária, resistência e sociabilidade, marcados por práticas culturais e relações comunitárias específicas (Vieira, 2021). A compreensão do grupo negro neste estudo segue a perspectiva da mesma autora, que abrange suas múltiplas tonalidades - de pardos a pretos - oriundos tanto de famílias negras quanto de relacionamentos interraciais. Consideram-se negros, neste contexto, aqueles que apresentam características fenotípicas associadas à afrodescendência.

Leite (1991) ressalta que tais territórios não se limitam à resistência política, mas abrangem formas complexas de apropriação, podendo ser classificados em:

Territórios residenciais: locais de habitação e subsistência coletiva (ex.: quilombos) (Leite, 1991).

Territórios interacionais: espaços de sociabilidade não fixos, como clubes, terreiros e praças, onde se desenvolvem práticas culturais (rodas de samba, bailes, religiões de matriz africana) (Leite, 1991).

Embora presentes em diversos espaços, Vieira (2021) ressalta que certos locais tornaram-se emblemáticos dessa população, seja pela concentração residencial, pelo uso laboral ou pela prática de manifestações culturais específicas. Tais espaços, marcados na memória urbana como territórios negros, deram origem ao que se denomina "territorialidades negras".

Vieira (2021) afirma que atos aparentemente simples, como dar nomes ou marcar espaços em um mapa, constituem formas de criar territórios, é preciso compreender que o espaço está sujeito a relações de poder que o moldam, expressando-se na forma de territórios que podem ser observados e cartografados.

Para Leite (1991), esses territórios negros se apresentam como espaço necessário à sobrevivência dessegrupo, como espaços de resistência no interior da sociedade branca racista. Contudo o autor salienta que reduzir os territórios negros a partir da ótica de resistência como forma de defesa organizada numa situação de conflito, de tensão étnica e social e principalmente como suporte sob o qual se assentam atitudes coletivas de enfrentamento, reduz a complexidade das formas de apropriação dos espaços por esses grupos, simplificando situações complexas.

Para além de espaço físico e apenas funcional, como analisa Vieira (2021), homens e mulheres negros imprimiam nesses locais práticas sociais específicas, construíam laços de pertença e estabeleciam conexões com instituições comunitárias. Essa construção simbólica contrasta radicalmente com sua ausência nas narrativas oficiais no município de Taquara, resultando na invisibilização progressiva desses territórios historicamente ocupados.

Apesar de os negros estarem presentes nos mais diversos espaços havia espaços que eram característicos da população negra, seja pela concentração de negros residentes, pelo uso frequente para o trabalho ou para a realização de práticas culturais. Esses espaços acabaram marcados na memória da cidade como territórios negros, devido à concentração de negros e ao seu uso singular a frequente. Nesse contexto, tais práticas configuram-se com o que se denomina territorialidades. Quando associadas à presença negra e a elementos da cultura negra, são chamadas de territorialidades negras - como, por exemplo, rodas de samba, carnaval, batuque, saraus de poesia negra, etc. (Vieira, 2021).

A pesquisa de Freitas (2019) evidencia a expressiva presença africana e afrodescendente na formação histórica da cidade. O estudo identificou, por meio da análise de inventários *post-mortem*, a existência de 767 africanos e afrodescendentes escravizados na região - entre homens, mulheres e crianças, revelando a dimensão e a complexidade da presença negra no contexto local. O sistema escravista na região caracterizava-se por pequenas escravarias, com média de cinco cativos por proprietário, sendo a maior delas pertencente a José Martins Pires, em 1882. Essa configuração difere do modelo das grandes plantations, mas não diminuiu a importância da mão de obra escrava na formação socioeconômica local.

Rolnik (1989) destaca que a própria senzala,concebida pelos senhores como espaço de confinamento e controle, foi ressignificada, contra a vontade dos opressores, como um território negro. Nesses locais de reclusão, floresceu uma resistência silenciosa: laços de solidariedade e estratégias de preservação cultural transformaram um grupo de indivíduos, unidos apenas por sua ancestralidade africana, em uma verdadeira comunidade. O pátio da senzala, símbolo extremo da segregação, converteu-se, paradoxalmente, em terreiro - espaço de celebração e de manutenção das tradições. Assim, o terreiro emergiu como elemento central na constituição dos territórios negros urbanos, originando espaços de samba, candomblé, jongo e outras expressões culturais que passaram a compor a paisagem das cidades brasileiras.

Conforme demonstra Bardoni (2016), a narrativa histórica existente marginaliza completamente o papel fundamental da população negra escravizada que já habitava a região antes da chegada dos imigrantes europeus. Esses trabalhadores africanos e afrodescendentes foram responsáveis por atividades essenciais como a agricultura, pecuária e construção das primeiras estruturas físicas da região.

Esse cenário evidencia a presença de africanos e afrodescendentes desde os primórdios da formação territorial de Taquara. Essas pessoas não desaparecem da paisagem urbana; ao contrário, deslocam-se e reorganizam-se dentro do espaço, dando origem aos chamados territórios negros. A reflexão de Hall (2011) contribui para compreendermos como o caso taquarense ilustra o caráter historicamente situado e não neutro dos processos identitários, pois, ao privilegiar as contribuições de imigrantes europeus e silenciar o legado afrodescendente, a memória oficial da cidade reproduz estruturas de poder que naturalizam hierarquias raciais e consolidam desigualdades simbólicas.

Não há vias, monumentos ou placas que homenageiam personalidades negras relevantes para a história local, evidenciando um apagamento sistemático destes grupos na paisagem simbólica da cidade (Bardoni, 2016). Gevehr, Corrêa e Facio (2021) complementam ao afirmar que, para evitar ou reduzir a ocorrência desses fenômenos, é necessário depurar memórias, revisitar o passado e refazer a construção de suas narrativas, considerando os espaços vazios do discurso e as possíveis motivações para o silenciamento. A seguir, serão apresentados brevemente alguns desses territórios presentes tanto na área urbana quanto na área rural.

Localizada no Distrito da Fazenda Fialho, na Zona Rural do município de Taquara/RS, a Comunidade Remanescente Quilombola do Paredão Baixo, a região foi gradualmente ocupada por descendentes de pessoas escravizadas. O nome "Paredão" vem do terreno íngreme onde os quilombolas se estabeleceram, próximo à divisa com Gravataí. Acredita-se que o quilombo surgiu logo após a abolição, quando pessoas escravizadas da antiga Fazenda Fialho fugiram para evitar a recaptura; contudo, não são muitos os registros da história do

Quilombo Paredão Baixo (Ramos;Smaniotto, 2014).

Com o processo de urbanização, como afirma Azevedo (2010), alguns desses ex-escravizados continuaram trabalhando para os seus senhores, ao mesmo tempo em que buscavam novos espaços para garantir a própria subsistência. Ao migrar para a zona urbana, encontravam na força braçal uma forma de sobrevivência. O autor complementa que diante da necessidade de ter um lugar para morar o negro para a constituir suas moradias em lugares pouco requisitados para a sociedade da época. Assim, surgiu em Taquara a "Vila África", que era constituída pela Rua Pinheiro Machado e Miguel Bauer - antiga Travessa Bauermann.

Lopes (2020) aponta a existência de três espaços chamados Vila África, os quais foram reorganizados pelos próprios moradores em decorrência da construção da ERS-115, nos anos 1960, sendo uma rodovia que liga Taquara aos municípios de Canela e Gramado. A primeira Vila África remonta ao período anterior à década de 1960, associada à chegada de trabalhadores ferroviários; já a segunda (localizada na rua Pinheiro Machado) e a terceira (na rua Miguel Bauer) surgiram em áreas próximas, para onde os residentes se mudaram após as desapropriações causadas pelas obras viárias.

Conforme análise de Gevehr, Corrêa e Facio (2021), o período entre as décadas de 1950 e 1970 foi marcado por intensa segregação racial em Taquara, com espaços sociais e eventos restritos à população branca. Bardoni (2016) exemplifica que funcionavam na cidade durante este período a Sociedade Atiradores, Clube dos Ferroviário - com frequentadores da classe mais baixa - o Clube 5 de Maio - destinado à classe média de descendência Germânica - e o Clube Comercial - destinado a elite de alto poder aquisitivo.

A primeira organização documentada foi a Sociedade 13 de Maio, fundada em abril de 1908 na área que hoje corresponde a Parobé, como apontam Ramos e Araújo (2020). Uma segunda sociedade homônima foi estabelecida no centro de Taquara em 1918, conforme Gevehr, Corrêa e Facio (2021), as duas entidades funcionaram como co-irmãs até 1930, quando se fundiram, apesar da dissolução formal da agremiação, como registram Ramos e Araújo (2020), manteve-se a tradição dos bailes em seu salão, que se tornou conhecido como "Salão do Figueira".

Em 1948, surgiu a Sociedade Recreativa União da Mocidade, popularmente chamada de "Sociedade dos Morenos", como aponta Ramos e Araújo (2020) e em 1956 foi fundada a Sociedade Recreativa Flor do Sul como aponta os estudos de Gevehr, Corrêa e Facio (2021) e Ramos e Araújo (2020), popularmente conhecida como Salão da Dona Palmira, que se tornou um espaço fundamental de sociabilidade e afirmação cultural da população negra em Taquara.

Como demonstra Bardoni (2016) por meio de relatos de frequentadores, esses clubes representavam importantes pontos de referência para a juventude negra, funcionando como locais de convivência onde podiam socializar entre pares, longe das tensões raciais presentes em outros espaços da cidade. Esses ambientes configuram-se como "territórios negros", nos quais se desenvolveram relações comunitárias específicas e um *ethos* cultural singular, construindo um estilo de vida.

Vale ressaltar que os territórios negros, como aponta Rolnik (1989), nunca foram espaços exclusivamente de convivência de pessoas negras. Desde o período colonial, eles coexistiram com outros grupos marginalizados nas cidades, como as pessoas pobres. No entanto, isso não apaga o fato de que existiram, e ainda existem, comunidades afro-brasileiras com forte identidade coletiva, que moldaram e continuam a moldar territórios próprios, carregados de história e significado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica aqui utilizada teve como método de busca artigos com a temática condizente com o objetivo proposto, principalmente a partir do indexador "territórios negros". Além disso, foram consultados

estudos de história regional que abordassem, por meio de diferentes descritores, como "Quilombo do Paredão", "Vila África" e "clubes negros", a realidade do município de Taquara/RS. Outro critério adotado foi a temporalidade das publicações, com prioridade para estudos mais recentes. A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com o resumo dos artigos encontrados na pesquisa.

QUADRO 1 - ARTIGOS ENCONTRADOS PARA ANÁLISE

Título do Artigo	Autor(es)	Ano	Principais conclusões
Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS	Ramos e Smaniotto	2014	Tem como objetivo documentar a história de resistência da comunidade quilombola Paredão Baixo em Taquara/RS. Conclui que a comunidade enfrentou desafios para manter suas terras e tradições, destacando a importância da luta por direitos quilombolas, evidência também a falta de pesquisas sobre o local que gera uma lacuna historiográfica.
Flor do Sul e a amnésia cultural: um clube de negros, uma geração e o esquecimento - Taquara/RS - 1975/2014	Bardoni	2016	O artigo aponta que o Clube Flor do Sul teve um papel fundamental na resistência cultural negra, mas foi marginalizado na memória coletiva, refletindo um apagamento histórico, apontado pela autora como uma amnésia cultural.
A "Vila África" na perspectiva de mulheres negras: território, racialização e memória em Taquara (RS) (Da década 1960 ao tempo presente)	Lopes	2020	Busca analisar a memória da Vila África, comunidade negra em Taquara/RS, a partir das narrativas de mulheres negras. Demonstra que a Vila África foi um espaço de resistência negra, mas seu apagamento histórico reflete processos de racialização e marginalização.
Origens do Carnaval em Taquara	Ramos e Araujo	2020	Investiga as origens do carnaval em Taquara a partir dos clubes sociais da cidade, incluindo a participação da população negra e seus clubes. Evidencia que o Carnaval em Taquara tem influência afro-brasileira, e a participação dos clubes negros no carnaval.

A partir desta análise bibliográfica, foi possível compreender que os territórios negros em Taquara - o Quilombo Paredão Baixo, a Vila África e os clubes sociais - revelam padrões comuns de formação e desenvolvimento. Em primeiro lugar, todos surgiram como respostas a contextos de exclusão e segregação, seja no período pós-abolição (no caso do quilombo), seja durante o processo de urbanização (no caso da Vila África e dos clubes). Em segundo lugar, todos desenvolveram formas específicas de organização comunitária e práticas culturais que reforçam os laços identitários. Por fim, todos enfrentaram processos de invisibilização na historiografia local e não são reconhecidos por grande parte da comunidade.

Essa análise permite compreender como os territórios negros em Taquara representam muito mais que simples espaços físicos - são, antes de tudo, expressões concretas de resistência cultural e afirmação identitária. Nesses territórios, a comunidade negra desenvolveu não apenas estratégias de sobrevivência, mas todo um universo simbólico e relacional que marcou profundamente sua experiência na região.

Assim, sua reconstituição histórica se faz essencial tanto para resgatar uma memória apagada quanto para compreender as dinâmicas sociais e espaciais que continuam a moldar a cidade hoje. É importante ressaltar que os espaços aqui citados são apenas fragmentos desses territórios; há muitos outros terrtirórios negros no município que carecem de reconhecimento, pesquisa e registro, como os locais de práticas religiosas africanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, recorte de um estudo maior, teve como objetivo apresentar e refletir sobre o conceito de territórios negros, aqui compreendidos como espaços de resistência, identidade e sociabilidade, nos quais comunidades afrodescendentes constroem vínculos materiais e simbólicos (Leite, 1991; Vieira, 2021). Buscou-se, ainda, identificar locais no município de Taquara/RS que se enquadram nessa categoria. Foram analisados três eixos principais: o Quilombo Paredão Baixo, como território residencial; a Vila África, como ocupação urbana de caráter residencial; e os clubes sociais negros, Salão da Figueira, Sociedade Recreativa União da Mocidade e Sociedade Recreativa Flor do Sul, enquanto espaços interacionais de afirmação cultural.

Os achados desta pesquisa reforçam a tese de que os territórios negros emergiram como respostas à exclusão estrutural. Conforme destacam Gevehr e Santellano (2018), o preconceito racial no Rio Grande do Sul, enraizado em uma narrativa histórica eurocêntrica, contribuiu para a invisibilização da presença negra, marginalizando sua história e suas contribuições. A elite local, autodefinida pela identidade germânica (Gevehr, Corrêa e Facio, 2021), perpetuou uma memória seletiva que omitiu o papel dos afrodescendentes na construção do município. O surgimento desses territórios pode ser compreendido como uma resposta à exclusão desse grupo da sociedade, que enfrentaram o racismo por intermédio desses locais, tornando-se "lugares de memória" (Nora, 1993) contra a amnésia oficial.

Como aponta Bardoni (2016), memórias dolorosas são frequentemente suprimidas por incomodarem as estruturas de poder. A historiografia taquarense, ao privilegiar uma narrativa branca e colonizadora, silenciou as contribuições negras, reforçando estereótipos que associam os afrodescendentes ao atraso. Para reverter esse cenário, é essencial documentar, valorizar e proteger esses espaços – não como meros vestígios do passado, mas como fundamentos de uma identidade plural.

Cabe destacar que a análise do conjunto de artigos selecionados evidenciou a escassez de estudos voltados aos territórios negros no contexto específico de Taquara/RS, o que reforça a relevância e a originalidade desta investigação. A limitada produção acadêmica sobre o tema demonstra uma lacuna no campo dos estudos regionais e das relações étnico-raciais, assim como o silenciamento histórico que ainda persiste em torno da presença negra no sul do Brasil.

A luta por visibilidade é, também, uma luta pelo direito à memória. Afinal, como afirmam Gevehr, Corrêa e Facio (2021), apenas uma história que inclua as vozes silenciadas pode ser verdadeiramente fidedigna. Este estudo, portanto, não se encerra aqui: ele é um convite à reflexão sobre como Taquara pode ressignificar sua história por meio desses territórios, contribuindo para o desenvolvimento desses lugares, de suas histórias e de suas identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Marcos Aurélio. **Conhecendo, registrando e preservando a cultura musical do negro no município de Taquara-RS (1888-1940).** 2010. 71p. f.

BARDONI, Ediane E. Azevedo. Flor do Sul e a amnésia cultural: um clube de negros, uma geração e o esquecimento - Taquara/RS - 1975/2014. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, 2016, v.41, p.03-15. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2468. Acesso em: 27 nov. 2024.

GEVEHR, Daniel Luciano; CORRÊA, Diogo da Silva; FACIO, Mônica Juliana. EM TERRAS DE ALEMÃES TAMBÉM TEM FESTA DE NEGROS: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (TAQUARA, RIO GRANDE DO SUL). Fênix - **Revista de História e Estudos Culturais**, *[S. l.]*, v. 18, n. 1, p. 258–274, 2021. DOI: 10.35355/revistafenix.v18i1.1060. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1060. Acesso em: 17 maio. 2025.

GEVEHR, Daniel Luciano; SANTELLANO, Greice Caroline. Memórias, registros biográficos e percursos de vida: os afrodescendentes no Vale do Paranhana (RS/Brasil). **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, Ivoti, RS, v. 6, n. 1, p. 104–112, 2018. Disponível em: https://old.licenciaeacturas.com.br/index.php/licenciaeacturas/article/view/144. Acesso em: 19 maio. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531. Acesso em: 25 maio 2025.
HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOPES, Tatiane Naressi. **A "VILA ÁFRICA" NA PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS:** TERRITÓRIO, RACIALIZAÇÃO E MEMÓRIA EM TAQUARA (RS) (Da década 1960 ao tempo presente). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 139 p. 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220590#:~:text=de%20suas%20refer%C3%AAncias.-,A%20Vila%20%C3%81frica%20existiu%20na%20d%C3%A9cada%20de%201960%20se%20configurando,ERS%2D115%20na%20regi%C3%A3o%2C%20precisou. Acesso em: 28 maio. 2025.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 1993, v.10. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 2011, p. 128-46.

RAMOS, Andrea Regina; SMANIOTTO, Elaine. Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS. Universo Acadêmico, Taquara, v. 7, n. 1, p. 216-230, jan./dez. 2014. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/12_quilombos.pdf. Acesso em: 28 maio. 2025.

RAMOS, Jéssica. ARAUJO, Júlio Bartzen de. **Origens do Carnaval em Taquara.** Taquara, 2020.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 17, p. 1-17, 1989. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf. Acesso em: 29 maio. 2025.
VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre (1800-1970):** geografia histórica da presença negra no espaço urbano**.** São Paulo: Hucitec, 2021.

IDENTIDADE, TERRITÓRIO E AS DANÇAS TRADICIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

IDENTITY, TERRITORY AND TRADITIONAL DANCES OF RIO GRANDE DO SUL

Mateus Fernandes de Souza

RESUMO

O artigo discute a profunda conexão entre identidade, território e as danças tradicionais do Rio Grande do Sul. A dança é apresentada como uma forma simbólica de comunicação e representação social, que articula aspectos históricos, espaciais e identitários. As danças gaúchas não são somente expressões artísticas, mas elementos cruciais na formação da identidade regional, revelando nuances de espaços, historicidades e vivências locais. A abordagem do desenvolvimento territorial é expandida para além do crescimento econômico, englobando dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas. A valorização de manifestações culturais locais, como as danças, é vista como essencial para a coesão social, o fortalecimento da identidade e a promoção de um desenvolvimento sustentável. O texto define território como um espaço geográfico apropriado por relações de poder e ação humana, enquanto a territorialidade refere-se às práticas e sentimentos ligados a esse espaço. A dimensão cultural do desenvolvimento territorial, incluindo o patrimônio imaterial, é destacada por moldar narrativas e o senso de pertencimento. O texto analisa ainda o mapeamento geográfico das danças, relacionando sua origem com antigos caminhos tropeiros e a formação territorial do estado. Danças tradicionalistas são um patrimônio cultural valioso, mantido vivo pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). Elas fomentam o capital social, laços comunitários, inclusão social e intergeracionalidade. Economicamente, impulsionam o turismo cultural e uma cadeia produtiva local, atuando como ferramenta de marketing territorial. As danças também desempenham um papel educativo, desenvolvendo habilidades e transmitindo conhecimento histórico-cultural. Para um desenvolvimento sustentável, é fundamental integrar as danças às políticas públicas, assegurar investimentos, inovar sem perder a essência e garantir a participação das comunidades. Conclui-se que as danças gaúchas são um ativo cultural inestimável para o desenvolvimento próspero e culturalmente rico do estado.

Palavras-chave: Geografia da dança; Danças Tradicionais Gaúchas; Identidade; Território.

ABSTRACT

The article discusses the deep connection between identity, territory and traditional dances of Rio Grande do Sul. Dance is presented as a symbolic form of communication and social representation, which articulates historical, spatial and identity aspects. Gaucho dances are not only artistic expressions, but crucial elements in the formation of regional identity, revealing nuances of spaces, historicities and local experiences. The approach to territorial development is expanded beyond economic growth, encompassing social, cultural, environmental and political dimensions. The appreciation of local cultural manifestations, such as dances, is seen as essential for social cohesion, the strengthening of identity and the promotion of sustainable development. The text defines territory as a geographic space appropriated by relations of power and human action, while territoriality refers to the practices and feelings associated with this space. The cultural dimension of territorial development, including intangible heritage, is highlighted for shaping narratives and the sense of belonging. The text also analyzes the geographic mapping of dances, relating their origin to ancient cattle trails and the territorial formation of the state. Traditional dances are a valuable cultural heritage, kept alive by the Gaucho Tradition Centers (CTGs). They foster social capital, community ties, social inclusion and intergenerationality. Economically, they boost cultural tourism and

a local production chain, acting as a territorial marketing tool. Dances also play an educational role, developing skills and transmitting historical and cultural knowledge. For sustainable development, it is essential to integrate dances into public policies, secure investments, innovate without losing the essence and guarantee the participation of communities. It is concluded that Gaucho dances are an invaluable cultural asset for the prosperous and culturally rich development of the state.

Keywords: *Geography of dance; Traditional Gaucho Dances; Identity; Territory.*

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul possui uma rica e singular herança cultural, fortemente marcada pelas tradições gaúchas. Dentre as diversas manifestações culturais, as danças tradicionais ocupam um lugar de destaque, representando não apenas uma forma de expressão artística, mas também um elemento central na construção e manutenção da identidade regional .

A dança, como expressão cultural, é uma forma de interpretação e de representação, de comunicação simbólica que se produz através de corporeidades, em performances que envolvem musicalidade, ritmicidade e gestos compassados. Do mesmo modo, as danças revelam nuances sobre espaços, territórios, historicidades, temporalidades e identidades locais , seja na pesquisa de campo para registro dos modos de dançar, no registro destas expressões por parte de pesquisadores e folcloristas, na inscrição destas danças em livros e manuais e, enfim, nas performances em apresentações ou concursos.

O conceito de desenvolvimento territorial, que se distancia de abordagens puramente economicistas, ganha cada vez mais relevância no contexto contemporâneo. Busca-se compreender as dinâmicas de desenvolvimento a partir de uma perspectiva multidimensional, que engloba aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Nesse sentido, a valorização das manifestações culturais locais, como as danças tradicionais, pode desempenhar um papel fundamental no processo de desenvolvimento territorial, contribuindo para a coesão social, o fortalecimento da identidade e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a relação entre o conceito de desenvolvimento territorial e as danças tradicionais do Rio Grande do Sul.

As Danças Tradicionais Gaúchas indicam retratos de determinados espaços, suas dimensões sociais e temporais. Alguns pontos nortearão esse trabalho: mapear onde as danças foram recolhidas (em trabalho de campo por parte de pesquisadores folcloristas, em geral), descobrir dados espaciais e sociais dessas localidades e realizar uma análise e tecer comparações e/ou divergências.

Este trabalho problematiza um hiato em publicações revelando um novo sentido em dança e pesquisa social, partindo da dança como grande difusor de conhecimento social. Estes estudos vinculando espaço, território, identidade e dança, como uma articulação temática pouco analisada, nos conduz a um levantamento bibliográfico. Desde as danças tradicionais enraizadas em territórios específicos até as formas contemporâneas de expressão corporal nas paisagens urbanas, a relação entre dança e espaço geográfico tem sido um campo de investigação rico e diversificado.

Ao longo deste artigo, exploraremos as dinâmicas do conceito de desenvolvimento territorial, o significado cultural e simbólico das danças tradicionais gaúchas, sua contribuição para o desenvolvimento territorial e os desafios e potencialidades para um desenvolvimento sustentável através da valorização dessas manifestações culturais.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE

O conceito de território é fundamental e multifacetado, variando sua interpretação conforme a perspec-

tiva disciplinar. De maneira geral, podemos entender o território como um espaço geográfico apropriado, delimitado e significado por relações de poder. Essa apropriação pode ser de natureza política, econômica, cultural ou social, e a delimitação se manifesta através de fronteiras, sejam elas físicas, administrativas ou simbólicas.

Claude Raffestin (1993), define o território como "o espaço apropriado e usado". Essa definição enfatiza a ação humana na construção do território, através do trabalho e da projeção de poder sobre o espaço. O território não é apenas um dado físico, mas uma produção social. Nessa perspectiva o território é fundamentalmente "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder".

Rogério Haesbaert da Costa (2002), no livro "Territórios Alternativos", expande a noção de poder, afirmando que o território envolve tanto o poder de dominação (explícito) quanto o poder de apropriação (implícito ou simbólico). Para o autor, o território é um espaço de identidade e pertencimento, construído através de relações sociais.

A territorialidade pode ser entendida como o conjunto de práticas, representações e sentimentos que os indivíduos e grupos sociais desenvolvem em relação a um território. É a maneira como o território é vivido, usado, significado e transformado pelas pessoas. Saquet (2009), amplia a compreensão da territorialidade como "todos os processos espaço-temporais e territoriais inerentes à nossa vida na sociedade e na natureza".

As novas territorialidades criadas a partir de semelhanças, afinidades e conformidades socioculturais de uma região tornaram o território um objeto de estudo, também das ciências sociais que tem nas particularidades das interações sociais os focos de pesquisa (ABRAMOVAY, 2007). É no território, que para Lefebvre (2006) a territorialização exerce a dominação e apropriação do espaço, durante a produção desse espaço, tanto material quanto simbólico.

Haesbaert (2021) reflete se há territorialidade sem território ou território sem territorialidade. Segundo ele, a territorialidade é a diferenciação de um espaço e distinção entre seus ocupantes, o que o torna exclusivo, expressando o vivido territorial por uma coletividade. Dessa forma, na concepção do autor, os territórios-rede se configuram como descontínuos, dinâmicos, móveis e suscetíveis a sobreposições e que, na lógica do desenraizamento, sobrepõem os territórios-zona, mais tradicionais e associados à continuidade/contiguidade espacial de áreas e fronteiras demarcadas e com grupos enraizados.

3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O conceito de desenvolvimento territorial surge como uma alternativa às abordagens tradicionais de desenvolvimento, que se concentravam principalmente no crescimento econômico. O desenvolvimento territorial busca compreender as dinâmicas de desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais ampla, que considera as especificidades de cada território e a inter-relação entre seus diversos aspectos.

Segundo Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial pode ser definido como um processo de construção social que envolve a mobilização dos recursos locais de um território específico, visando a melhoria das condições de vida de sua população. Esse processo é caracterizado por sua natureza endógena, ou seja, parte das dinâmicas e potencialidades internas do próprio território, e pela participação ativa dos atores locais na definição de seus rumos.

O desenvolvimento territorial se distingue do desenvolvimento econômico por sua ênfase na multidimensionalidade. Além da dimensão econômica, que se refere à geração de renda e emprego, o desenvolvimento territorial abrange as outras dimensões, como o social, ambiental, a dimensão política e a dimensão cultural.

A Dimensão Cultural envolve a valorização do patrimônio cultural material e imaterial, a promoção da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade territorial. As manifestações culturais, as histórias contadas e as representações simbólicas constroem narrativas e imaginários sobre o território. Essas narrativas moldam a percepção que os próprios moradores e os visitantes têm do lugar, influenciando o turismo, os

investimentos e o senso de identidade.

A identidade territorial, entendida como o conjunto de valores, símbolos, tradições e representações que caracterizam um território, e o capital social, que se refere às redes de relações e à confiança entre os atores locais, são considerados vetores fundamentais do desenvolvimento territorial. A valorização das manifestações culturais locais, como as danças tradicionais , pode contribuir para o fortalecimento da identidade territorial e do capital social, impulsionando o desenvolvimento.

4 AS DANÇAS TRADICIONALISTAS GAÚCHAS: PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE TERRITORIAL

As danças tradicionalistas gaúchas representam uma das mais ricas e expressivas manifestações culturais do Rio Grande do Sul. Sua origem remonta aos tempos da formação da sociedade gaúcha, influenciada por elementos culturais indígenas, africanos, europeus e de outros povos que contribuíram para a construção da identidade regional. Reafirmamos que as danças são tradicionalistas, pois retém-se ao Movimento Tradicionalista Gaúcho como grande territorialidade.

Ao longo das últimas décadas, pesquisadores têm explorado como a dança pode refletir e moldar as dinâmicas sociais, culturais e territoriais em diferentes contextos. Ao longo dos séculos, as danças tradicionalistas se consolidaram como uma forma de expressão artística que reflete os costumes, as narrativas históricas e as relações sociais do povo gaúcho. Cada dança possui sua própria coreografia, música, e uma série articuladas de significados simbólicos.

Dentre a diversidade de danças do Rio Grande do Sul, destacam-se o chote, a vanera, o bugio, o chamamé como folclore vigente, e as danças tradicionalistas como pezinho, queromana, pau de fitas e sarrabalho como danças de projeções folclóricas, cada qual com suas particularidades e estilos. Essas danças são praticadas em diversos espaços sociais, principalmente nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), os rodeios, os fandangos e os festivais de dança, reunindo pessoas de diferentes idades e classes sociais em torno da celebração da cultura gaúcha.

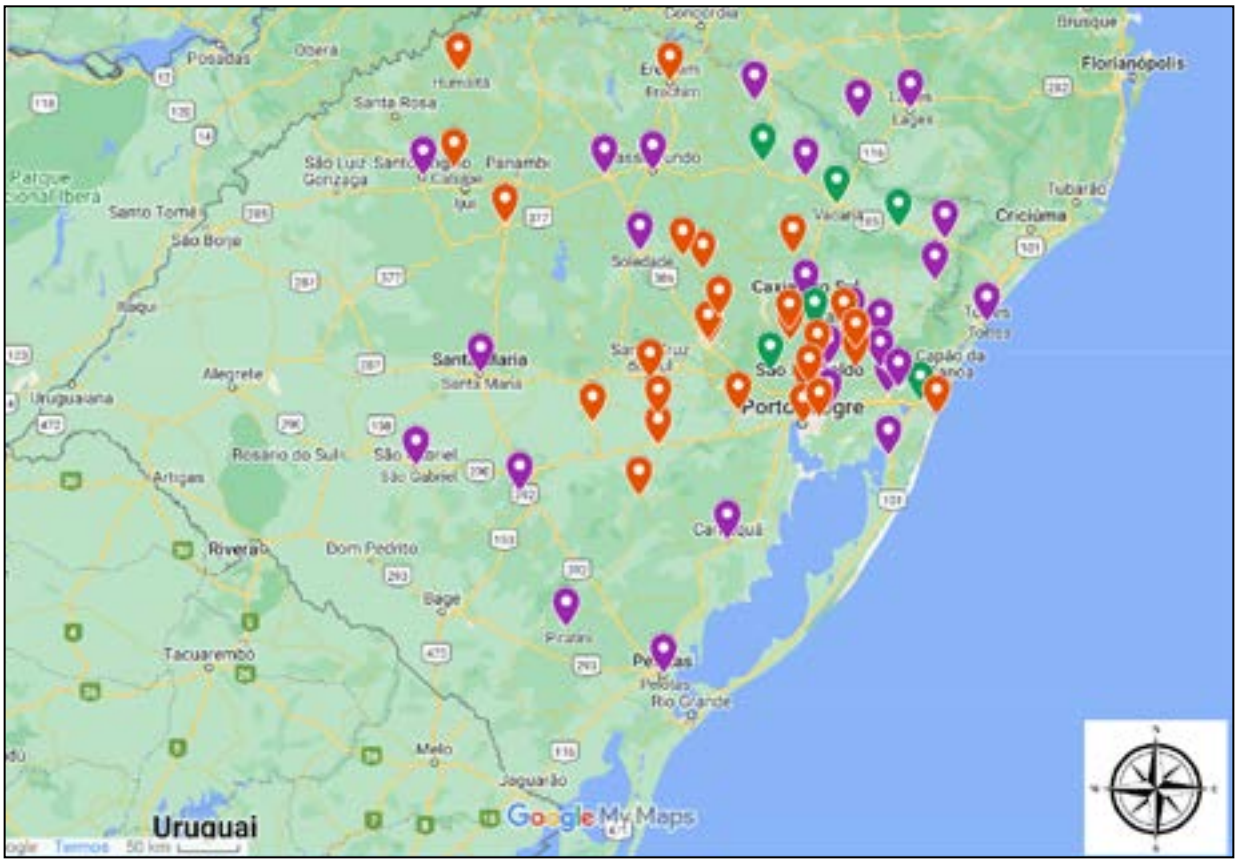
Os CTGs desempenham um papel fundamental na preservação, ensino e difusão das danças tradicionalistas. Nessas entidades, as danças são transmitidas de geração em geração, através de oficinas, ensaios e apresentações, mantendo viva a tradição e garantindo sua continuidade. Além disso, os CTGs promovem eventos que valorizam as danças, como os rodeios artísticos e as invernadas de dança, estimulando a prática e o aprimoramento dos dançarinos.

A Lei Estadual Nº 12.372, de 16 de novembro de 2005, reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado, as danças tradicionais gaúchas e respectivas músicas e letras.

5 MAPEAMENTO DAS DANÇAS TRADICIONALISTAS GAÚCHAS

Ao todo foram 60 municípios citados, tendo como as com maiores citações de origem das danças os municípios de Osório, na Região do Litoral Norte, e Vacaria, na Região Serrana. Foram recolhidos a partir de 24 livros, sendo os principais autores Moacir Gomes dos Santos e Paixão Côrtes. Cada ponto é um município onde contém o relato de uma dança, onde então a coloração alaranjada são danças pesquisadas por Moacir Gomes dos Santos, as roxas danças pesquisadas por Paixão Cortes, e os verdes municípios que ambos recolheram informações sobre danças.

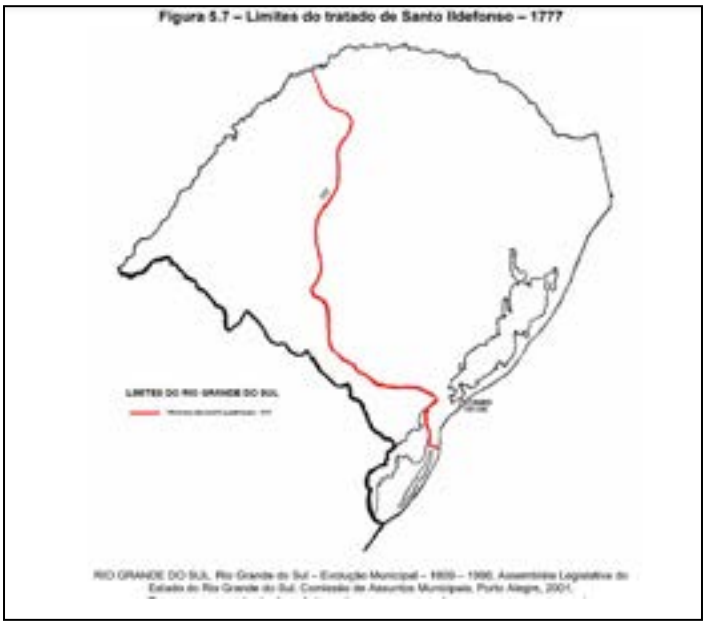
FIGURA 1 - MAPA COM AS LOCALIDADES ONDE FORAM ENCONTRADAS DANÇAS.



Fonte: Os Autores, 2024.

O Tratado de Santo Ildefonso foi um acordo assinado entre Portugal e Espanha em 1777, com o objetivo de definir as fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas na América do Sul. O mapa produzido acima assemelha-se aos limites do Tratado de Santo Ildefonso, curioso ou não, levando a crer que a expansão do estado do Rio Grande do Sul se deu entre o Litoral e a Serra, por influência dos portugueses e imigrantes adjacentes, com esse aspecto refletido pelas danças.

FIGURA 2 - TRATADO DE SANTO ILDEFONSO - 1777.



Fonte: ALRGS, 2001.

FIGURA 3 - SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS.

Fonte: Os Autores, 2024.

Tal comparação merece mais estudo, para melhor compreensão, mas nos aponta que possivelmente que algumas danças, que foram recolhidas em virtude dos tropeiros, entre as cidades de Rolante, Santo Antônio da Patrulha, Taquara e Vacaria. O Caminho da Vacaria dos Pinhais segue o fluxo de algumas danças, que foram recolhidas da Vacaria, passando por Muitos Capões, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Carazinho e Cruz Alta. Esse trecho do Caminho da Vacaria dos Pinhais hoje é a BR-285. O Caminho de Cristóvão Pereira de Abreu, que descia a Serra do Mar, hoje é composto pela BR-116, RS-115 e RS-020, de Vacaria até o Litoral. Pela BR-116 e a RS-115 acompanha os municípios de imigração Alemã, que são Dois Irmãos, Sapiranga, Campo Bom, Três Coroas, Igrejinha e Taquara. E pela RS-020, passa por São Francisco de Paula, Rolante, Caraá, Santo Antônio da Patrulha, Osório, e a cidade onde fomos pesquisar o Pezinho, Palmares do Sul.

FIGURA 4 - CAMINHO DAS TROPAS.

Fonte: Gazeta do Povo, 2024.

Os caminhos dos tropeiros, que vinham de Sorocaba até o Rio Grande do Sul, no Brasil Colônia, serviu de via de hibridização cultural, que é alicerce da formação da sociedade brasileira. O principal nome no Rio Grande do Sul, sobre tropeirismo, é Cristóvão Pereira de Abreu (que acredito ser a origem do sobrenome das informantes, mas preciso me informar mais), figura fundamental na história do Rio Grande do Sul, sendo considerado um dos mais importantes tropeiros do Brasil. Sua trajetória está intrinsecamente ligada à expansão territorial e ao desenvolvimento econômico da região sul. Foi pioneiro na abertura de novas rotas comerciais, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo através da Serra do Mar.

6 A CONTRIBUIÇÃO DAS DANÇAS TRADICIONALISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As danças tradicionalistas do Rio Grande do Sul, para além de seu valor artístico e cultural, podem desempenhar um papel significativo no processo de desenvolvimento territorial, contribuindo para o fortalecimento das dimensões cultural, social e econômica do território.

As danças tradicionalistas contribuem para o desenvolvimento territorial ao fortalecer o capital social e os laços comunitários. A prática e a participação nas danças promovem a interação entre os indivíduos, estimulando a criação de redes de relacionamento e a construção de um senso de pertencimento. Os CTGs, enquanto espaços de encontro e convívio, desempenham um papel fundamental nesse processo, reunindo pessoas de diferentes origens em torno de um objetivo comum: a celebração da cultura gaúcha.

Além disso, as danças tradicionalistas promovem a inclusão social e a intergeracionalidade. A prática das danças envolve pessoas de todas as idades, desde crianças até idosos, proporcionando um espaço de aprendizado e troca de experiências entre as diferentes gerações. Essa interação contribui para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, bem como para a transmissão de valores culturais e históricos para as novas gerações.

A preservação e a valorização do patrimônio cultural imaterial, do qual as danças tradicionalistas fazem parte, representam um ativo territorial importante. O patrimônio cultural contribui para a construção da identidade local, diferencia o território de outros e atrai visitantes e investimentos, impulsionando o desenvolvimento. As danças, enquanto expressão viva desse patrimônio, desempenham um papel fundamental na sua promoção e divulgação.

As danças tradicionalistas também podem contribuir para o desenvolvimento econômico do território, especialmente através do turismo cultural. Os eventos relacionados às danças, como os rodeios, os festivais e os fandangos, atraem visitantes de outras regiões e estados, gerando renda para o setor de serviços, como a hotelaria, a gastronomia e o transporte.

Além disso, as danças tradicionalistas movimentam uma cadeia produtiva que envolve a produção de trajes típicos, instrumentos musicais e outros artigos relacionados à cultura gaúcha. Essa cadeia produtiva gera emprego e renda para os artesãos, os músicos e outros profissionais envolvidos na produção e comercialização desses produtos.

As danças também podem ser utilizadas como elemento de diferenciação e marketing territorial. A singularidade e a beleza das danças gaúchas podem ser exploradas para promover o território, atraindo investimentos e valorizando os produtos e serviços locais.

7 DIMENSÃO EDUCACIONAL E DE FORMAÇÃO

O ensino das danças tradicionalistas nas escolas e nos CTGs contribui para a formação integral dos indivíduos, desenvolvendo habilidades sociais, como a disciplina, o trabalho em equipe, a coordenação motora

e a expressão corporal. Além disso, o aprendizado das danças proporciona o conhecimento sobre a história, a geografia e os costumes do Rio Grande do Sul, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento dos jovens.

As danças também podem ser integradas a projetos educativos e culturais em nível local, promovendo a valorização da cultura gaúcha e o desenvolvimento de atividades que envolvam a participação da comunidade.

8 DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA UM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DAS DANÇAS

Apesar do potencial das danças tradicionalistas para o desenvolvimento territorial, existem desafios a serem superados para que essa relação se fortaleça de forma sustentável. Um dos principais desafios é a articulação entre as manifestações culturais e as políticas de desenvolvimento territorial. É necessário que os gestores públicos e os atores sociais reconheçam o valor das danças e as integrem de forma efetiva nas estratégias de desenvolvimento.

Além disso, é fundamental que haja investimento e apoio para a preservação e promoção das danças tradicionalistas. Os CTGs, enquanto principais agentes de preservação, necessitam de recursos para manter suas atividades e para investir na formação de novos dançarinos. Também é importante que sejam criados espaços e eventos que valorizem as danças e as tornem acessíveis a um público cada vez maior.

Outro desafio é o de inovar e adaptar as danças a novos contextos e públicos, sem perder sua essência e seu significado cultural. É possível explorar novas formas de apresentação, utilizar novas tecnologias e dialogar com outras manifestações artísticas, buscando atrair o interesse de jovens e de pessoas de outras culturas.

Para que o desenvolvimento territorial através das danças seja sustentável, é fundamental que as comunidades tradicionalistas participem ativamente da formulação de estratégias e ações. Seus conhecimentos, experiências e valores devem ser considerados na definição dos rumos do desenvolvimento, garantindo que ele esteja alinhado com os interesses e as necessidades da população local.

CONCLUSÃO

As danças tradicionalistas do Rio Grande do Sul representam um patrimônio cultural de valor inestimável, capaz de impulsionar o desenvolvimento territorial do estado. Ao fortalecer a identidade territorial, o capital social e os laços comunitários, as danças contribuem para a construção de uma sociedade mais coesa, inclusiva e participativa. Além disso, seu potencial turístico e econômico pode gerar renda e emprego, diversificando a economia local e promovendo o desenvolvimento sustentável.

No entanto, para que essa relação entre danças e desenvolvimento se concretize plenamente, é necessário que haja um compromisso por parte dos gestores públicos, dos atores sociais e das comunidades tradicionalistas em valorizar, preservar e promover essa rica manifestação cultural. É preciso investir na formação de novos dançarinos, criar espaços e eventos que divulguem as danças, inovar e adaptá-las a novos contextos e públicos, e garantir a participação das comunidades na formulação de estratégias de desenvolvimento.

Ao reconhecer o papel central das danças na construção da identidade e no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, estaremos dando um passo importante para a construção de um futuro mais próspero, justo e culturalmente rico para o estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In, Ortega, Almeida Filho, N.(org.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** Niterói/EdUFF e São Paulo/Contexto,2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense, 2021.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000) 2006.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo / SP. Ática. 1993.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n° 12.372, de 16 de novembro de 2005.** Reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado, as danças tradicionais gaúchas e respectivas músicas e letras. Porto Alegre, RS, 2005.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Mateus Fernandes de. **As territorialidades nas danças tradicionais riograndenses:** da invenção à representação. 2024.

5 Saúde e Desenvolvimento

ESTADO LAICO, LIBERDADE RELIGIOSA E AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA COMO RESISTÊNCIA DECOLONIAL[1]

Maria Paula Lopes Antunes[2]
Patricia Minini Wechinewsky Guerber[3]
Daniel Luciano Gevehr[4]

RESUMO

O presente resumo expandido tem como objetivo analisar as religiões de matriz africana no Brasil enquanto expressões de resistência decolonial, no contexto constitucional do Estado laico. A pesquisa problematiza as tensões entre o princípio da laicidade e a marginalização institucional de tradições afro-brasileiras no espaço público. Com abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada no método dialético, busca-se compreender como essas religiões operam como epistemologias próprias, articuladas à ancestralidade, corporeidade e espiritualidade comunitária. Os resultados apontam que a liberdade religiosa, embora garantida juridicamente, não é plenamente efetivada, revelando a persistência de práticas de exclusão e epistemicídio. Conclui-se que as religiões de matriz africana podem ser compreendidas como formas de resistência e propõem alternativas ontológicas e epistêmicas diante da hegemonia cristã-ocidental.

Palavras-chave: Candomblé; Umbanda; laicidade; decolonialidade; ancestralidade.

ABSTRACT

This research analyzes Afro-Brazilian religions as expressions of decolonial resistance within the constitutional framework of a secular state. The study explores the tensions between the principle of secularism and the institutional marginalization of Afro-Brazilian traditions in the public sphere. Using a qualitative, bibliographic, and documentary approach based on the dialectical method, the research examines how these religions function as distinct epistemologies, rooted in ancestry, corporeality, and community-based spirituality. The results show that, although the law guarantees religious freedom, its practical implementation remains limited, revealing ongoing exclusionary practices and epistemicide. The study concludes that Afro-Brazilian religions actively resist Western-Christian hegemony and offer alternative ontological and epistemic worldviews.

Keywords: *Candomblé; Umbanda; secularism; decoloniality; ancestry.*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por intensa diversidade religiosa e cultural, resultado de um processo histórico de colonização, diáspora africana e resistência de povos originários. A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio do Estado laico e da liberdade religiosa, assegurando a neutralidade do Estado diante das manifestações de fé. No entanto, observa-se uma assimetria na aplicação desse princípio, evidenciada na marginalização

1 Resumo expandido apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Contestado – UNC campus Mafra. E-mail: maria.antunes@aluno.unc.br.
3 Professora do curso de Direito da Universidade do Contestado – UNC campus Mafra. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da UNC campus Canoinhas. Mestre em Direito das Relações Internacionais e Integração da América Latina. E-mail: patricia.mw@professor.unc.br.
4 Pós-doutor em História e professor do PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: danielgevehr@faccat.br.

das religiões afro-brasileiras.

Este trabalho busca responder à seguinte problemática: de que forma as religiões de matriz africana se configuram como práticas de resistência decolonial frente à colonialidade do saber, do poder e do ser no Brasil contemporâneo? O objetivo é analisar como religiões como o Candomblé e a Umbanda afirmam-se como formas legítimas de espiritualidade e conhecimento, desafiando as lógicas excludentes do pensamento ocidental e cristão-hegemônico.

A pesquisa articula fundamentos jurídicos do Estado laico com os pressupostos das epistemologias decoloniais, a fim de evidenciar o papel das religiões afro-brasileiras como espaços de produção de saber, ancestralidade e identidade comunitária.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição de 1988 estabelece a laicidade como um dos pilares da democracia brasileira, por meio do artigo 19, I, que veda qualquer forma de aliança entre o Estado e instituições religiosas. Trata-se de um modelo de laicidade colaborativa, que, embora permita ações conjuntas entre poder público e instituições religiosas, exige imparcialidade, impessoalidade e respeito à pluralidade (CANOTILHO; MENDES; SARLET, 2018).

Apesar desse marco jurídico, a laicidade no Brasil ainda se revela seletiva. As religiões de matriz africana seguem sendo alvos de criminalização simbólica, intolerância religiosa e invisibilização institucional (BARROSO, 2013). O Estado, ao favorecer práticas cristãs, reproduz hierarquias herdadas do colonialismo.

A perspectiva decolonial, conforme autores como Quijano (2005), Mignolo (2007) e Rufino (2019), propõe uma crítica ao eurocentrismo enquanto regime hegemônico de produção de conhecimento. A "colonialidade do saber" marginaliza formas não ocidentais de epistemologia, relegando ao plano da superstição ou do folclore tradições como o Candomblé e a Umbanda.

As religiões afro-brasileiras, nesse sentido, funcionam como sistemas complexos de pensamento, articulando espiritualidade, oralidade, corporeidade, natureza e ancestralidade. Segundo Rufino (2019), essas práticas constituem uma "pedagogia das encruzilhadas", na qual saberes são gerados pela experiência, pela multiplicidade e pelo trânsito entre mundos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adota o método dialético, por compreender que as relações entre Estado, religião e colonialidade constituem processos históricos dinâmicos, atravessados por contradições, disputas de poder e práticas de resistência. A abordagem adotada é qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A análise se baseia em autores da teoria constitucional contemporânea, das epistemologias decoloniais e dos estudos sobre religiosidade afro-brasileira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora o princípio do Estado laico esteja consolidado juridicamente, sua efetivação é comprometida por práticas institucionais que favorecem a tradição cristã em detrimento de outras manifestações religiosas. Os terreiros, enquanto espaços de fé, cultura e resistência, continuam sendo alvos de repressão, intolerância e invisibilidade (RUFINO, 2019; CARNEIRO, 2023).

A atuação do Estado brasileiro revela uma laicidade seletiva, que tolera e até promove valores cristãos em políticas públicas, ignorando as contribuições das religiões afro-brasileiras. Segundo Camurça, Silveira e Andrade Júnior (2020), há uma disputa simbólica e normativa no campo religioso, com forte presença de setores conserva-

dores na tentativa de influenciar esferas como educação e saúde com base em princípios morais cristãos.

4.2 AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS COMO RESISTÊNCIA EPISTÊMICA

O Candomblé e a Umbanda representam formas de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2005). Seus ritos, cosmologias e organizações comunitárias preservam saberes ancestrais e modos alternativos de viver e compreender o mundo.

No Candomblé, a circularidade do tempo, a centralidade do corpo, e a mediação com a natureza por meio dos orixás são formas de pensamento que escapam à lógica racionalista ocidental (PRANDI, 2005). A Umbanda, por sua vez, expressa um sincretismo plural, que mescla tradições africanas, indígenas e espíritas, resultando em um sistema de cura, acolhimento e espiritualidade comunitária (CUMINO, 2024).

Essas tradições desafiam o epistemicídio e reivindicam o reconhecimento de seus espaços — os terreiros — como lugares de produção de saber, cuidado e cidadania. Essas práticas encarnam uma pedagogia da encruzilhada, em que a multiplicidade, a travessia e a ancestralidade são princípios constitutivos do conhecimento. A intolerância contra as religiões afro-brasileiras não se resume a um problema moral ou social, mas expressa a aniquilação dos saberes, promovida pelo Estado moderno, que ignora múltiplas formas de espiritualidade oriundas da diáspora africana. A defesa da laicidade, portanto, exige mais do que a neutralidade formal do Estado, demanda o reconhecimento e a proteção dos terreiros como espaços legítimos de produção de conhecimento, fé e resistência (Rufino, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstrou que as religiões de matriz africana no Brasil, como o Candomblé e a Umbanda, constituem formas legítimas de resistência decolonial frente à hegemonia cristã-ocidental que ainda estrutura as instituições estatais e sociais. Embora o Estado brasileiro se defina como laico desde a Constituição de 1988, a efetividade desse princípio é comprometida por práticas excludentes que privilegiam determinadas expressões religiosas em detrimento de outras.

As religiões afro-brasileiras, ao articularem espiritualidade, ancestralidade, corpo e natureza, produzem epistemologias próprias que resistem ao epistemicídio promovido pela colonialidade do saber. Seus ritos, cosmologias e pedagogias não apenas preservam identidades afro-diaspóricas, como propõem alternativas ontológicas e cognitivas ao modelo racionalista e eurocentrado que domina o pensamento moderno.

Conclui-se, portanto, que a plena realização da liberdade religiosa no Brasil exige mais do que neutralidade estatal formal. Implica o reconhecimento institucional das tradições afro-brasileiras como sistemas complexos de pensamento, espiritualidade e organização comunitária. A afirmação dessas religiões no espaço público representa uma desobediência epistêmica que desafia os marcos coloniais da legalidade, da ciência e da fé, constituindo uma poderosa forma de resistência e reexistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luiz Roberto. **O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da Constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena; ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião.** v. 18, n. 57, p. 975-1001, set./dez. 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9580123 Acesso em 06 abr 2025.

CANOTILHO, José Joaquim G.; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; et al. Série IDP - **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. E-book. p.279. ISBN 9788553602377. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553602377/. Acesso em: 01 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda: Uma religião brasileira**. 5° edição. São Paulo, Madras, 2024.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 164p.

CONEXÕES PROTETIVAS NA ESCOLA E NA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL[1]

PROTECTIVE CONNECTIONS AT SCHOOL AND IN THE FAMILY: CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY TO REGIONAL DEVELOPMENT

Camila Roberta Lahm-Vieira[2]
Fernanda Grasiele da Silva[3]
Patrícia Manozzo Colossi[4]

RESUMO

O presente artigo aborda a violência nos contextos familiar e escolar, buscando possibilidades interventivas para Psicologia no âmbito do Desenvolvimento Regional na Região do Paranhana/RS. A partir do modelo bioecológico de Bronfenbrenner, objetivou-se refletir acerca de estratégias para promoção de saúde, prevenção e enfrentamento da violência na escola e na família, fortalecendo práticas protetivas, considerando a interconexão entre os referidos contextos. Iniciando com aporte bibliográfico, esta pesquisa-ação perpassou as fases de planejamento, intervenção e avaliação dos resultados, ainda que parciais. O arcabouço teórico aliado às demandas da região, deram sustentação às práticas extensionistas junto ao PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara. Conclui-se com o arranjo de conexões protetivas no âmbito social comunitário para promoção de saúde, inicialmente junto ao espaço escolar, planejando e conduzindo ações de extensão na região, apresentando um diálogo entre o Desenvolvimento Regional e as ações de cuidado propostas pela Psicologia. Ademais, a realização das práticas de extensão comunitária, brevemente apresentadas neste trabalho, constituem os resultados parciais e apontam para a necessidade de novas ações, evidenciando a viabilidade e relevância de intervenções na comunidade com a contribuição da Psicologia para o desenvolvimento da região, em suas pessoas, grupos e instituições.

Palavras-chave: Promoção de saúde; Psicologia; Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The aim of the present article is present the violence in family and school contexts, seeking intervention possibilities for Psychology in the scope of Regional Development in Paranhana Region/RS. Based on Bronfenbrenner's bioecological model, the objective was to thinking and highlights on strategies for health promotion, prevention and deal with the violence in schools and families, strengthening protective practices, considering the interconnection between the aforementioned contexts. Starting with bibliograph support, this action research went through the planning, intervention and evaluation phases of the results, even if partial. The theoretical framework combined with the demands of the region supported the extension practices with the PPGDR of Faculdades Integradas de Taquara. It concludes with the set of protective connections in the community social scope for health promotion,

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Psicóloga, Mestranda e Bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/ RS. E-mail: camilavieira@sou.faccat.br

3 Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/ RS. E-mail: fernanda@sou.faccat.br

4 Psicóloga, Doutora em Psicologia (Unisinos), Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: patriciacolossi@faccat.br

initially in the school space, promoting and conducting extension actions in the region, presenting a dialogue between Regional Development and the care actions proposed by Psychology. Furthermore, the implementation of community extension practices, briefly presented in this work, specific to the partial results and point to the need for new actions, highlighting the prediction and relevance of instructions in the community with the contribution of Psychology for the development of the region, in its people, groups and institutions.

Keywords: *Health promotion; Psychology; Regional Development.*

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia enquanto ciência abarca possibilidades de atuação em diversos espaços e contextos, trabalhando com sujeitos, famílias, comunidades, grupos e instituições. Repercute assim, no desenvolvimento humano e social, elementos imprescindíveis para o Desenvolvimento Regional (DR), ampliando a perspectiva para proposições de projetos e ações que reverberam no bem-estar de modo amplo, para além dos aspectos econômicos e políticos de uma região (Oliveira; Lima, 2003).

Neste sentido, a violência em seus diferentes contextos tem sido tema de estudos ao redor do mundo, tanto por suas diversas formas de expressão, quanto pelas consequências para os envolvidos nos contextos violentos (Dahlberg; Krug, 2007; Porter; López-Ângulo, 2022; Silva, Valadares; Souza, 2013). A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta a gravidade da questão e aponta a importância de uma articulação interdisciplinar e intersetorial a fim de prevenir e tratar os envolvidos nesse fenômeno (Dahlberg; Krug, 2007; OMS, 2019).

Ainda que intervenções pontuais e/ou individuais possam ser utilizadas como forma de trabalhar com as pessoas que integram, de alguma forma, contextos violentos, a abordagem da saúde pública à violência, preconizada pela OMS está caracterizada sobretudo, por sua ênfase em prevenção, baseada em quatro requisitos, quais sejam: 1) exame de conhecimentos básicos sobre o tema da violência e os aspectos que a envolvem; 2) investigação dos motivos para sua ocorrência, possíveis variáveis associadas ao aumento ou redução dos seus índices e possibilidades de intervenção; 3) exploração de estratégias de prevenção da violência que envolvem do planejamento execução, monitoramento e avaliação, 4) multiplicação das intervenções positivas, disseminando boas práticas de prevenção primária, secundária e/ou terciária (OMS, 2019).

A literatura evidencia, desde muito tempo, que práticas parentais disfuncionais ou negligentes podem contribuir para o surgimento de dificuldades comportamentais e emocionais em crianças e adolescentes, incluindo a propensão a comportamentos agressivos e baixa capacidade de regulação emocional (Lawrenz et al., 2020; Pinto; Colossi, 2017). Os mesmos autores referem que é possível, inclusive, que as crianças que vivenciam situações adversas e disfuncionais no contexto familiar possam replicar, no contexto escolar, práticas relacionais agressivas ou antissociais.

Nesta perspectiva, é crescente a relevância da discussão dos aspectos psicossociais das relações interpessoais que envolvem a comunidade escolar e suas relações com seu entorno (Baia; Machado, 2021). Desta forma, este trabalho tem como tema a promoção de saúde mental e prevenção da violência, delimitado à promoção de saúde mental e prevenção de violência nos espaços escolares, intervindo também junto às famílias, constituindo estratégias de desenvolvimento regional na Região do Paranhana.

A partir de um método qualitativo e com delineamento de pesquisa-ação, teve como problema de pesquisa o questionamento acerca de quais estratégias de cuidado e promoção de saúde mental podem ser engendradas a partir do contexto escolar contribuindo para o desenvolvimento das relações na escola, na família e na sociedade Objetivou-se refletir acerca de estratégias eficazes para prevenção da violência e de outras vulnerabilidades nas escolas, fortalecendo relações sociais saudáveis, promovendo a saúde mental a partir do

contexto escolar. Mais especificamente, buscou desenvolver e testar intervenções psicossociais para melhorar a qualidade das relações na escola, reverberando na família, de forma recursiva. O estudo centra-se no enfoque bioecológico (Bronfenbrenner, 2002), que oferece uma visão sistêmica e contextualizada das interrelações entre indivíduos e os ambientes nos quais estão inseridos. A escolha do tema se deve à relevância de articular o desenvolvimento de sujeitos para o desenvolvimento de uma região.

O referencial teórico serviu de suporte ao delineamento de ações que compõem as práticas extensionistas integradas ao projeto "Conexões Protetivas: Promoção da Saúde Mental e Prevenção da Violência na Família, na Escola e no Trabalho", desenvolvido junto ao PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). O texto está organizado a partir de uma introdução que apresenta teoricamente o fenômeno em estudo, seguido da fundamentação teórica, detalhando a seguir, os procedimentos metodológicos da pesquisa-ação, os resultados parciais obtidos e sua discussão e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E FAMILIAR

A violência nas escolas e as dificuldades nas práticas parentais são fenômenos amplamente reconhecidos como problemas sociais e de saúde pública que se inter-relacionam e se retroalimentam (Kappel, Gontijo, Medeiros, Monteiro, 2014). Nos últimos anos, o aumento de comportamentos violentos no ambiente escolar tem sido motivo de preocupação não somente de educadores, alunos e suas famílias, mas também de gestores públicos; sobretudo devido às suas implicações no desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes, interferindo no bem-estar individual e comunitário dos envolvidos (Abramovay, 2021).

A violência em espaços de socialização como a escola constitui um importante fator de risco, já que vulnerabiliza alunos em espaços que se espera que sejam de proteção e promotores de saúde e desenvolvimento. Experiências de violência ao longo do desenvolvimento infantil e adolescente podem acarretar consequências psicológicas, prejuízos ao curso desenvolvimental e à diminuição da autoestima (Carmo; Guizardi, 2018). Assim, se por vezes, a escola pode ser o local onde surgem os conflitos; pode representar também, um espaço por excelência de prevenção, proporcionando reflexão sobre os direitos infanto-juvenis e fomentando ações para intervenção com foco na mediação e resolução de conflitos (Poletto; Souza; Koller, 2013).

A violência escolar é um fenômeno multifatorial que pode ser entendido a partir das interações entre aspectos individuais, familiares, escolares e comunitários (Abramovay, 2002). Além das práticas parentais, fatores como a baixa qualidade do clima escolar, a ausência de políticas de mediação de conflitos e a falta de espaços de escuta para estudantes contribuem para o aumento de comportamentos violentos (UNESCO, 2020). A literatura refere que crianças e adolescentes que vivenciam situações de estresse no núcleo familiar ou em outros contextos de socialização estão mais suscetíveis a apresentar comportamentos agressivos ou de retraimento social na escola (Conceição; Magrini, 2020). Nesse sentido, as mesmas autoras referem que a promoção de competências socioemocionais no ambiente escolar e o fortalecimento da relação entre família e escola são considerados estratégias-chave para a prevenção da violência (Conceição; Magrini, 2020).

O impacto da escola precisa ser analisado num contexto sociocultural mais amplo, considerando que os sujeitos se inserem neste espaço com suas diferentes práticas culturais e vivências familiares. Estes sujeitos, imersos na rede de histórias que compõem o ambiente escolar, constroem vínculos, podendo tanto edificar novas construções afetivas quanto gerar adversidades intra e interpessoais (Carvalho; Oliveira; Cárita, 2016). Diante disso, a temática da violência apresenta-se como um importante fenômeno a ser compreendido e contextualizado, na correlação entre os sistemas familiar e escolar.

Neste sentido, as práticas parentais desempenham um papel central na formação de competências so-

cioemocionais e na regulação comportamental de crianças e adolescentes (Weisleder; Fernald, 2013). Já na década de 1960, o interesse pelo estudo das práticas parentais e a sua relação com o comportamento de crianças e adolescentes se mostrava relevante (Baumrind, 1966). Desde então, novos estudos foram realizados e ratificam que práticas parentais autoritárias ou negligentes estão associadas a maiores níveis de comportamento agressivo, problemas de disciplina e baixa autorregulação emocional (Baptista et al., 2016; Lansford et al., 2021, Lawrenz et al, 2020).

Por outro lado, o estilo autoritativo – marcado pelo equilíbrio entre afeto e limites claros – favorece o desenvolvimento da empatia, da comunicação assertiva e da capacidade de resolver conflitos de maneira não violenta (Machado, et al, 2025). Essas habilidades são essenciais não somente para o desenvolvimento saudável de seres humanos mais preparados para a vida em sociedade, como para a prevenção da violência em diferentes contextos. De modo particular, na infância e adolescência, a prevenção se dá também nas escolas, uma vez que jovens com melhor regulação emocional e com maior apoio parental tendem a lidar de forma mais saudável com as tensões e adversidades do ambiente escolar (Durlak et al., 2011; Machado et al., 2024). Contudo, nenhum pai, mãe ou cuidador nasce sabendo como cuidar e educar uma criança. É possível que precisem ser auxiliados para que desenvolvam estratégias parentais e coparentais assertivas, e consequentemente possam favorecer o desenvolvimento de crianças e adolescentes para uma vida adulta emocionalmente saudável (Mossmann et al., 2018). Referimo-nos aqui ao exercício parental e práticas coparentais, pois, a coparentalidade vai além da parentalidade, indicando como o cuidado com a criança e/ou adolescente é realizado pelos seus cuidadores, independente do seu estado civil (Lamela; Figueiredo, 2020).

Ao abordar temas referentes ao desenvolvimento humano, não se pode deixar de percorrer discussões acerca dos contextos históricos, sociais e culturais que constituem os cenários em que o desenvolvimento se dá e, para tanto, é necessário também sistematizar a compreensão que se tem sobre as pessoas que estabelecem interações dentro desses contextos, ou seja, como está configurado o sistema familiar. Nos últimos anos surgiram esforços e questionamentos mais amplos que podem vir a contribuir com a produção de conhecimento a respeito do impacto das crenças, atitudes, envolvimento e práticas parentais para o desenvolvimento humano. Nesse viés, estão sendo delineados no cenário científico investigações para compreensão de questões que envolvem os relacionamentos familiares e os contextos de desenvolvimento, como aquele que transcorre no percurso da vida escolar (Bossardi; Vieira, 2010).

Neste sentido, a compreensão integrada das práticas parentais e da violência nas escolas exige uma abordagem teórica que abarque as múltiplas influências sobre o desenvolvimento humano e as dinâmicas sociais, como forma de favorecer o Desenvolvimento Regional a partir do desenvolvimento de pessoas, grupos e instituições. Para isso, este trabalho centrou-se na perspectiva do modelo bioecológico do desenvolvimento humano, proposto por Bronfenbrenner (2002), por oferecer uma visão sistêmica e contextualizada das inter-relações entre indivíduos e os ambientes nos quais estão inseridos.

2.2 O MODELO BIOECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Investigações de perspectiva biológica, psicológica e social se valem do modelo bioecológico do desenvolvimento humano para a explicação de diferentes fenômenos, dentre os quais a violência. Este modelo teórico estuda o desenvolvimento de acordo com a interação do processo pessoa-contexto-tempo, podendo ser utilizado para compreender o desenvolvimento de crianças e jovens e, por conseguinte, o fenômeno da violência, pois permite analisar os fatores de risco e de proteção ao mesmo tempo que averigua as suas relações e interações (Lopes; Anastácio, 2021). Bronfenbrenner (2002) propôs a compreensão do desenvolvimento humano ocorrendo a partir da interação contínua entre a pessoa e os diferentes sistemas em que está inserida: o microssistema (família, escola, trabalho), o mesossistema (interações entre esses ambientes), o exossistema (contextos

que afetam o indivíduo indiretamente) e o macrossistema (cultura, políticas públicas, valores sociais). Sob essa perspectiva, fatores relacionados às interações familiares (microssistema familiar) podem influenciar o desempenho e o comportamento dos filhos em outro microssistema, o escolar.

O modelo inicial proposto por Bronfenbrenner centrava sua atenção no papel do ambiente no desenvolvimento, dispensando menor atenção aos processos individuais;ao passo que o atual modelo, conhecido como Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT) contribuiu com inovações teóricas em sua forma e conteúdo, valorizando as relações dinâmicas e interativas entre estes aspectos. O mesmo autor (2002) refere que apesar dos processos serem considerados motores do desenvolvimento, eles são movidos por fontes profundas, relacionadas às experiências subjetivas de cada pessoa. Bronfenbrenner afirma que para o desenvolvimento de crianças e adolescentes é necessária uma interação com outras pessoas com as quais estabeleçam um apego mútuo, emocional e forte. Estas pessoas devem estar comprometidas com o desenvolvimento e bem-estar infanto-juvenis (Poletto; Souza, 2013). Reside aí, a importância de intervenções junto às pessoas que são referência para crianças e jovens: suas famílias, seus educadores, o que reforça a importância desta proposta de extensão comunitária.

Compreender a complexidade do ser humano na perspectiva bioecológica possibilita o desenvolvimento de uma práxis transformadora em contextos de atuação diante da demanda de cuidados à pessoa que vivencia violências. Considera-se que esta teoria abarca em sua estrutura elementos constituintes das inter-relações da pessoa com o ambiente ao seu entorno, como fatores determinantes na formação do indivíduo. Assim, ao se apropriar deste modelo, a área da Saúde amplia o seu olhar sobre a multidimensionalidade humana, o que pode refletir no cuidado perante as situações de violência (Batista et.al., 2013).

2.3 A PSICOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Apesar da ampla produção acadêmica sobre cada uma dessas dimensões isoladamente, observa-se uma importante lacuna na literatura no que diz respeito aos estudos que articulem de maneira intersetorial as relações entre as práticas parentais e a vivência escolar dos filhos. Essa ausência de abordagens integradas limita a efetividade de políticas públicas e ações comunitárias que visem à promoção da saúde mental e à prevenção da violência nas escolas.

Nesse sentido, para formulação de estratégias que promovam saúde mental e o fortalecimento das competências parentais na construção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, parte das estratégias a serem implementadas pela presente pesquisa pretende envolver as famílias, impactando a dinâmica no espaço escolar e reverberando na comunidade como um todo. Falar em desenvolvimento regional é considerar, mais do que grandes escalas econômicas, as particularidades de contextos específicos de uma sociedade, suas conformações geográficas e humanas, sua história, a formação de seu povo, suas características, suas relações e tudo o que os constitui. Neste sentido, há que se considerar as variáveis endógenas, que são, por definição, variáveis socioculturais, que não podem ser negligenciadas nas políticas de desenvolvimento socioeconômico (Oliveira; Lima, 2003).

As relações interpessoais na escola são um elemento importante na constituição do desenvolvimento local, por serem reveladoras da dinâmica territorial. Os problemas de relacionamento que afetam a convivência na escola e o desenvolvimento local se originam primordialmente na estrutura social. A violência e a intolerância, independente do grau de manifestação, afetam os direitos humanos e as possibilidades da inclusão social pela educação (Baia; Machado, 2021). As crianças e adolescentes de hoje demandam novos olhares e novas práticas clínicas, educativas e parentais. Assim, antes de sugerir causalidade ou "eleger" culpados, deve-se pôr o tema em pauta e estimular pesquisas sobre o assunto (Wendt; Lisboa, 2013).

De modo amplo, quando consideramos o desenvolvimento de pessoas, grupos e/ou instituições, pro-

move-se o desenvolvimento comunitário e de uma região, já que quando referimos desenvolvimento regional, não referimos somente marcadores econômicos, mas também indicadores humanos e sociais (Oliveira; Lima, 2003). Considerando esses fatores, é fundamental investigar de maneira integrada as relações entre as práticas parentais e a violência escolar, já que faltam estudos que investiguem esses aspectos em uma perspectiva sistêmica e com foco em ações que visem o desenvolvimento regional.

3 METODOLOGIA

Delineamento

A pesquisa-ação combina a teoria e a prática, dadas suas características da pesquisa científica e também da intervenção (Silva; Oliveira; Ataídes, 2021; Thiollen, 2018), oportunizando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O recorte deste trabalho está sendo desenvolvido junto a comunidades escolares e será ampliado com a proposição de ações envolvendo as famílias dos estudantes e outras iniciativas junto à rede de Assistência Social e da Saúde na Região do Paranhana (RP)/RS, abarcando os municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha,Três Coroas, Rolante e Riozinho.

Participantes

Os participantes desta primeira etapa de intervenção (ação) no contexto escolar foram todos os 110 professores do Ensino Médio e Técnico de uma escola da Rede Estadual do RS, localizada em uma cidade da região do Paranhana. A faixa etária e sexo/gênero não foram considerados e não foram utilizados critérios de exclusão já que a demanda de intervenção se deu a partir da equipe diretiva da referida escola e tinha como objetivo intervir com todo o corpo docente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo procurou articular as evidências existentes sobre os contextos escolar e familiar, no que tange ao fenômeno da violência (Cabral; Mendonça; Rodrigues, 2021; Bandeira, 2021), ancorando-se na abordagem teórica do modelo bioecológico de Bronfenbrenner (2002), que compreende o desenvolvimento humano como resultante da interação entre múltiplos sistemas, dentre os quais o familiar e o escolar. As atividades extensionistas realizadas e apresentadas no presente estudo surgiram da demanda da escola na qual a intervenção teve início, que apresentava dificuldades de lidar com diferentes expressões de violência no contexto escolar. Depois da primeira ação, outras escolas tomaram conhecimento e fizeram solicitação semelhante, o que suscitou a necessidade de conduzir um trabalho interventivo na Região.

Esta proposta nos conduziu a conectar possíveis estratégias de cuidado na família e na escola como forma de promover o desenvolvimento de pessoas e das relações estabelecidas entre elas. Isto se deu na perspectiva de entendimento de que ao buscar desenvolver sujeitos e os diferentes subsistemas dos quais fazem parte, contribui-se, com o desenvolvimento de comunidades e de uma região (Oliveira; Lima, 2003). A base teórica foi desenvolvida considerando a proposição de um plano interventivo que abarcasse conexões protetivas no âmbito social comunitário da região do Paranhana, respondendo às demandas regionais, explicitadas pelos atores sociais. Assim, busca-se a promover saúde no que tange ao desenvolvimento socioemocional, sendo possível estabelecer um diálogo entre o Desenvolvimento Regional e as ações de cuidado propostas pela Psicologia. Com a presente pesquisa, apresenta-se a importância da articulação entre escola, família e desenvolvimento, no que tange ao trabalho de prevenção da violência nos referidos contextos. Ainda, a aplicação do modelo bioecológico de Bronfenbrenner(2002) permite compreender que os comportamentos violentos no ambiente escolar não podem ser explicados exclusivamente por fatores individuais ou institucionais, mas podem resultar

da sua interação, além de outros aspectos e contextos. Investigações sobre comportamentos agressivos enquanto desafios para educação contemporânea destacam que quanto mais positivo for o clima social de uma escola, maior será sua função de proteção, reforçando a capacidade de seus membros para lidar com as adversidade (Wendt; Campos; Lisboa, 2013). Assim, a compreensão e o fomento de um clima social escolar saudável podem funcionar como um modelo de intervenção constante, que se reinventa e se atualiza, representando um movimento contínuo de produção de uma cultura de paz e de resolução não-agressiva de conflitos, permitindo a compreensão da dinâmica bioecológica que existe no contexto escolar (Wendt; Campos; Lisboa, 2013).

Se é fato que a violência é um fenômeno caracterizado por múltiplos fatores inter-relacionados (psicológicos, biológicos, sociais e ambientais), então, as abordagens para prevenção e enfrentamento desta problemática precisam abarcar intervenções voltadas para crianças, jovens, incluindo seus adultos referência (família e professores). Para além disso, deve abranger as comunidades em que estão inseridos, envolvendo também os variados setores do contexto comunitário onde se dá o desenvolvimento desses sujeitos. Destaca-se a consideração da escola como instituição capaz de motivar e agir a favor da transformação social e do desenvolvimento local (Baia; Machado, 2021).

Diante do exposto, e de uma demanda regional identificada, no que se refere à intervenção junto aos profissionais da educação, tem-se como resultado a elaboração de um projeto de extensão, vinculado ao PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara, que contempla além de práticas de pesquisa básica no âmbito acadêmico da pós-graduação, também práticas extensionistas que já estão sendo realizadas junto às comunidades escolares. Igualmente relevantes se mostram ações sequenciais a serem realizadas junto aos pais dos alunos, a partir da necessidade apontadas pelos professores, como novas iniciativas que estão sendo ofertadas junto à Rede de Assistência Social e de Saúde, do âmbito regional do Paranhana. A intervenção consistiu, inicialmente, em um momento de acolhimento e *brainstorming* para identificação das dificuldades encontradas pelos educadores em suas práticas docentes. As falas dos professores revelou o desejo de capacitação técnica sobre as possibilidades de atuação com o público discente e sinalizou a necessidade do envolvimento de suas famílias. Os participantes se mostraram cientes da responsabilidade de engajar-se nos processos de prevenção primária e secundária ao longo da vida escolar dos alunos, além de convocar suas famílias, representadas pelos seus cuidadores coparentais com vistas a tornar o contexto escolar seguro para todos os envolvidos. O conhecimento das diferentes expressões da violência bem como dos atores implicados nesse fenômeno e o papel desempenhado por cada um, amplia a compreensão relacional e bioecológica bem como favorece a qualificação das possibilidades de intervenção com os alunos, mitigando os aspectos relacionais disfuncionais.

Se é fato que o desenvolvimento regional diz respeito, também, ao desenvolvimento de pessoas (Oliveira; Lima, 2003), relações mais saudáveis nos sistemas familiar e escolar, reverberam positivamente na comunidade, e assim, a funcionalidade das relações em diferentes contextos promoverá potencialmente a qualidade de vida dos indivíduos, possibilitando crescimento em diferentes aspectos da região. Esta proposta mostra-se articulada com a atuação comunitária, já que pretende seguir propondo intervenções junto a educadores e gestores escolares, além de pais/cuidadores que exercem cuidados parentais e coparentais com crianças e adolescentes. Ainda, pretende-se estender também, o viés de ação para toda rede de assistência e cuidado em saúde promovendo, assim, o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e contribuindo para o desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender ecologicamente o desenvolvimento humano, permite que a atenção investigativa e de intervenções não sejam apenas dirigidas para a pessoa e/ou para os seus ambientes imediatos. Para além disso, são consideradas as interações em outros contextos mais distantes (Poletto; Souza, 2013). Assim, ao revisitar

o problema definido para este estudo, sobre as possíveis estratégias de cuidado e promoção de saúde mental a ser engendradas a partir do contexto escolar, contribuindo para o desenvolvimento das relações na escola, na família e na sociedade, conclui-se que intervenções como as práticas extensionistas aqui descritas, abarcam esta articulação e promovem saúde no âmbito regional. Ainda, destaca-se a pertinência deste material para o seguimento de ações extensionistas posteriores, junto ao PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara na Linha de Pesquisa Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-Estar, confirmando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão comunitária. O presente trabalho apresenta como limitação os resultados ainda parciais, mas sugere a continuidade e a atualização constante da identificação de demandas da região e, consequentes intervenções que valorizem as experiências e necessidades dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento da região do Paranhana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Escola e violência.** 2.ed. Brasília: UNESCO, 2021. 154p.

BAIA, Samira Fakhouri; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Relações interpessoais na escola e o desenvolvimento local. **Interações** (Campo Grande), v. 22, n. 1, p. 177–193, 2021.
BANDEIRA; Glaucio Martins da Silva. Diálogo entre família e escola: necessidade ou entrave? **Ensino em Perspectivas Fortaleza**, v.2, n.2, p. 1-16, 2021.

BATISTA, Helder Henrique Viana Santos; Noronha, Ana Paula Porto; Reppold,Caroline Tozzi. Associações entre forças de caráter e estilos parentais em adultos. **Psicologia em Pesquisa**, v.16, e32840, p.1-24, 2022.

BATISTA, Janete Maria da Silva. et al.. O modelo bioecológico: desvendando contribuições para a práxis da enfermagem diante da violência doméstica. **Reflexão: Escola Anna Nery**, v. 17, n. 1, p. 173–178, 2013.

BAUMRIND, Diana. Effects of authoritative control on child behavior. **Child Development,** v.37, p.887-907, 1966.

BOSSARDI, Carina Nunes; VIEIRA, Mauro Luis. Cuidado paterno e desenvolvimento infantil. **Revista de Ciências Humanas**, v.44, n.1, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Metodologias para o cuidado de crianças, adolescentes e famílias em situação de violências / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86 p.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados** (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed. (Original publicado em 1979), (2002).

CABRAL, João Victor Batista Cabral; MENDONÇA, Dannielle Espíndola de Melo; RODRIGUES, Francielly Karine. Violência na infância e adolescência: uma discussão necessária. **Holos**, Ano 37, v.1, e5877, 2021.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos De Saúde Pública**, v.34, n.3, 2018.

CARVALHO, Maria das Graças de; OLIVERA, Gislene F. de, CARITA, Ana. Representações da Violência por Professores **Id on Line Revista de Psicologia**, v.10, n.29. p.07- 22, 2016.

CONCEIÇÃO, Silvano; MAGRINI, Elisabete. Os caminhos do comportamento agressivo no cotidiano escolar. **Educere et Educare**, v. 3, n. 6, p. 101-118, 2020.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(Sup), p. 1163-1178, 2007.

DURLAK, Joseph A. et al. The Impact of Enhancing Students Social and Emotional Learning: A Meta-Analysis of School-Based Universal Interventions. **Child Development**, v.82. n.1, p. 405-432, 2011.

KAPPEL, Verônica Borges; GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo; MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. **Interface**, v.18. n.51, p.723-735,2014.

LAMELA, Diogo; FIGUEIREDO, Bárbara. Coparenting after marital dissolution and children's mental health: a systematic review. **Jornal de Pediatria**, v. 92, n. 4, p. 331-342, 2016.

LANSFORD, Jennifer E., et al. Culture and Social Change in Mothers' and Fathers' Individualism, Collectivism and Parenting Attitudes. **Social Sciences**, v.10, n.459, p.1-20, 2021.

LAWRENZ, Priscila et al. Estilos, práticas ou habilidades parentais: como diferenciá-los? **Rev. bras.ter. cogn.**, v.16, n.1, p.02-09, 2020.

LOPES, Elisabete; ANASTÁCIO, Zélia Caçador. A importância da teoria bioecológica na compreensão e diagnóstico do fenómeno dos maus tratos infantis. **Revista INFAD de Psicología**. International Journal of Developmental and Educational Psychology., [S. l.], v. 1, n. 2, p. 369–376, 2021.

MACHADO et al. Parenting styles and their influences on cognitive and emotional developmentin children and adolescentes. **Cuadernos de educación y desarrollo**, v.16, n.12, p. 01-04, 2024.

MOSSMANN, Clarisse; et al. Filhos com Sintomas Psicológicos Clínicos: Papel Discriminante da Conjugalidade, Coparentalidade e Parentalidade. **Trends in Psychology**, v. 26, n. 1, p. 429-442, 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, v.6, n.2, p.29-37, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Annual Report of the Director 2019: Advancing the Sustainable Health Agenda for the Americas 2018-2030, 2019.

POLETTO, Michele, SOUZA, Ana Paula Lazzaretti de. Koller, Silvia H. (Orgs) **Direitos Humanos, prevenção à violência contra crianças e adolescentes e mediação de conflitos:** manual de capacitação para educadores. 1ª ed. Porto Alegre: Editora IDEOGRAF, 2013.

PORTER, Bárbara; LÓPEZ-ANGULO, Yaranay. "Violencia vicaria en el contexto de la violencia de género: un estudio descriptivo en Iberoamérica", **CienciAmérica**, v. 11, n. 1, p. 11, 2022.

PINTO, Luízha Asmuz Pereira de Aguiar; COLOSSI, Patrícia Manozzo. Percepção materna acerca das práticas educativas coercitivas e a transmissão de modelos familiares. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v.10,n. 2, p. 157-171, 2017.
REPETTI, Rena.; WANG, Shu-wen. Effects of job stress on family relationships. **Current Opinion in Psychology**, 2017, v.13, p.15–18.

SILVA, Anair Araújo De Freitas; OLIVEIRA, Guilherme Saramago De; ATAÍDES, Fernanda Barros. **Pesquisa-Ação:** Princípios e Fundamentos. Prisma, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021.

SILVA, Juliana Guimarães;VALADARES, Fabiana Castelo; SOUZA, Edinilsa Ramos de. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. **Interface**, v.17, n.46, p. 535-547, 2013.

UNESCO. Global Education Monitoring Report. 2020.

WENDT, Guilherme Welter; CAMPOS, Débora Martins de; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. Agressão entre pares e vitimização no contexto escolar: bullying, cyberbullying e os desafios para a educação contemporânea. **Cad. psicopedag.**, v. 8, n. 14, p. 41-52, 2013.

WEISLEDER, Adriana; FERNALD, Anne. Talking to children matters: Early language experience strengthens processing and builds vocabulary. **Psychological Science**, v. 24, n. 11, p. 2143-2152, 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortês, 2018.

DIÁLOGO E DESENVOLVIMENTO: A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO POTENCIAL TRANSFORMADOR NO AMBIENTE DE TRABALHO[1]

DIALOGUE AND DEVELOPMENT: NONVIOLENT COMMUNICATION AS A POTENTIAL TRANSFORMATION IN THE WORKPLACE

Ketlin da Silva Viana[2]
Patrícia Manozzo Colossi[3]

RESUMO

Este estudo investigou a aplicação da Comunicação Não Violenta (CNV) no ambiente de trabalho, com o objetivo de analisar seu potencial no aprimoramento da interação entre colaboradores, reduzindo conflitos e promovendo um clima organizacional mais saudável. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, realizada com sete trabalhadores de uma fábrica de calçados do Vale do Paranhana, Rio Grande do Sul. Os participantes foram selecionados por conveniência, e os dados coletados por meio de um questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas, analisadas segundo a técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a CNV favorece a empatia, a escuta ativa e a transparência na comunicação, fortalecendo as relações interpessoais e contribuindo para um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo. Além dos benefícios organizacionais, identificou-se que tais práticas comunicacionais podem impactar positivamente o desenvolvimento regional, ao promover o bem-estar dos trabalhadores, melhorar a retenção de talentos e fortalecer o tecido socioeconômico local. A CNV constitui-se então, uma estratégia relevante para a construção de ambientes laborais mais humanos e sustentáveis, com potencial para influenciar positivamente o contexto regional em que se insere.

Palavras-chave: Comunicação Não Violenta, Trabalho, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This study investigated the application of Nonviolent Communication (NVC) in the workplace, with the aim of analyzing its potential to improve interaction between employees, reduce conflicts and promote a healthier organizational climate. This is a qualitative, descriptive study conducted with seven workers from a shoe factory located in Vale do Paranhana, Rio Grande do Sul. Participants were selected by convenience, and data were collected through a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews, analyzed using the content analysis technique. The results indicated that the practice of NVC favors empathy, active listening and transparency in communication, strengthening interpersonal relationships and contributing to a more collaborative and productive work environment. In addition to the organizational benefits, it was identified that such communication practices can positively impact regional development by promoting worker well-being, improving talent retention and strengthening the local socioeconomic fabric. It is concluded that CNV constitutes a relevant strategy for the construction of more humane and sustainable work environments, with the potential to positively influence the regional context in which it is inserted.

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial, desenvolvido nos estudos do Grupo da Linha de Pesquisa Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-Estar.

2 Psicóloga Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS.PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: ketlinviana@sou.faccat.br

3 Psicóloga, Doutora em Psicologia (Unisinos), Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: patriciacolossi@faccat.br

Keywords: *Nonviolent Communication, Work, Regional Development.*

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional está diretamente ligado ao engajamento da comunidade local no planejamento sustentável do território e na distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo crescimento econômico (Oliveira; Souza Lima, 2003). Nesse contexto, a indústria coureiro-calçadista tem desempenhado um papel fundamental no dinamismo econômico dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) Vale do Rio dos Sinos (Consinos) e Vale do Paranhana-Encosta da Serra (Coredepes), sendo um dos setores mais tradicionais e estruturados do Brasil. Esse polo produtivo reúne fabricantes de calçados e artigos de couro, além de instituições que operam em diversas etapas da cadeia produtiva, contribuindo significativamente para a geração de emprego, renda e exportações no estado (COREDE, 2022; Abicalçados, 2024).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), o estresse é um fator prevalente no ambiente de trabalho, potencializado por conflitos com colegas, chefias, exigências de produtividade e instabilidades econômicas. Tais fatores, somados a falhas na comunicação, impactam negativamente a cultura organizacional e o clima laboral, podendo desencadear sintomas como ansiedade, desmotivação e estresse (Bittencourt et al., 2014). Além disso, as práticas violentas de comunicação experimentadas na sociedade, com julgamento, repressão e competição, reflete nas relações profissionais e na forma como os conflitos são tratados (Pelizzoli, 2012).

Nesse cenário, a Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg (2021), surge como uma abordagem eficaz para transformar a qualidade das interações humanas. A CNV promove uma escuta empática e uma expressão clara e honesta das necessidades, contribuindo para a resolução de conflitos de forma respeitosa e colaborativa, favorecendo o bem-estar no trabalho. Essa prática se alinha, ainda, às diretrizes da Norma Regulamentadora nº 1 (NR 1), que estabelece parâmetros para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), incluindo os riscos psicossociais, e à recente Lei 14.831/2024, que institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental (BRASIL, 2024). Assim, buscou-se compreender como a CNV influencia as relações no ambiente laboral como estratégia de desenvolver sujeitos, grupos e instituições/organizações, favorecendo o desenvolvimento regional. Especificamente, buscou-se: *(a)* identificar os principais conflitos comunicacionais percebidos pelos trabalhadores; *(b)* analisar os impactos da comunicação violenta nas relações interpessoais e no clima organizacional; e *(c)* refletir sobre a CNV como estratégia de promoção da saúde mental e do bem-estar no trabalho.

A escolha do tema se justifica pela relevância da saúde mental no ambiente organizacional, pela importância do setor calçadista no desenvolvimento regional da Região do Paranhana/RSe pela necessidade de práticas comunicacionais mais humanizadas, que favoreçam ambientes laborais saudáveis e produtivos. A pesquisa teve método qualitativo e delineamento descritivo, com base na análise de conteúdo (Bardin, 2016) de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores de uma indústria calçadista da região. A análise foi guiada pelos princípios da CNV e da psicodinâmica do trabalho. Ainda, refere-se que o presente artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico acerca do desenvolvimento regional, saúde mental e CNV no contexto laboral. Em seguida, detalham-se os procedimentos metodológicos, os resultados obtidos e por fim, discutem-se os achados e são apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES

O ambiente de trabalho é passível de demandas relacionadas ao estresse, diversidade cultural e geracionais (Falconi, 2004). As metas impostas pelo mercado, muitas vezes inatingíveis, são, entre outros fatores, aspectos que favorecem os conflitos nas organizações. Além disso, entende-se que por mais diversificado e inovador que sejam os processos produtivos em uma organização, as pessoas que estão inseridas nesses ambientes estão sujeitas ao envolvimento nos conflitos, já que cada indivíduo traz consigo uma seus próprios valores, ideias, cultura e formas de comunicação (Grube; Trevelin, 2019).

Existem aspectos positivos e negativos na existência dos conflitos nas organizações. Décadas atrás, a presença de um conflito era vista como impedimento ao bom desempenho e por consequência, algo a evitar (Cá, 2017). A mesma autora explica que desde a década passada, sabe-se que a sua existência é saudável, desde que se mantenha dentro de determinados "limites". Se as organizações conseguirem estipulá-los e mantê-los na ocorrência de conflitos, estarão a contribuir para o desenvolvimento dos profissionais e da empresa como um todo, já que o debate de opiniões é importante para que surjam novos métodos de comunicação e relacionamentos na empresa (Cá, 2017).

No contexto organizacional, o processo de negociar é uma ferramenta importante que pode, e deve, ser usada para promover a qualidade de convivência dos colaboradores, e desempenho da empresa. Para o sucesso no processo de negociação são fundamentais habilidades como falar e ouvir atentamente, foco nas ideias centrais, objetividade, separar os âmbitos pessoal e profissional e boa capacidade na tomada de decisão (Satler, 2018). Neste sentido, Rosenberg (2021) destaca a CNV como uma forma de comunicação que evita reações repetitivas e ações automáticas que traz à interação, a manifestação da atenção respeitosa e empática, passando a expressar com clareza e sinceridade com o outro.

2.2 COMUNICAÇÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES

Segundo o dicionário, comunicar é: "fazer saber, participar, informar; pôr em contato ou ligação, unir, etc" (Ciranda Cultural, 2017, p. 69). A partir disso, pode-se afirmar que a comunicação é fundamental a qualquer tipo de atividade social. De Oliveira (2018) refere que a felicidade no trabalho promove felicidade pessoal. Embora essa seja subjetiva, considera-se importante a aplicação desta cultura nas empresas, já que cidadãos felizes e realizados, na maioria das vezes, promovem empresas de sucesso, economia, melhor e maior produção (Oliveira, 2018).

Assim, cabe ressaltar a importância da comunicação organizacional, já que essa tem como objetivo passar informações, tomadas de decisão e desenvolvimento de relacionamentos que integrem a organização. É percebido que o comportamento humano nas empresas tem influências pessoais dos envolvidos, como: personalidade, interesses, objetivos, expectativas, etc, mas também sofre com influências ambientais, tais como: cultura, condições, ambiente de trabalho e relacionamentos. A partir disso, entende-se que cada pessoa objetiva fazer parte de um grupo e ser aceita por ele, influenciando, e sendo influenciado, pelo sistema no(s) qual(is) está inserido. A compreensão dessas relações funcionais ou não contribui para o todo da empresa, considerando que o colaborador se sinta à vontade para expressar-se junto a colegas e líderes (de Souza, *et al*., 2009).

2.3 COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NAS ORGANIZAÇÕES

Tendo compreensão das dificuldades de comunicação enfrentadas pelas organizações, o aumento no nú-

mero de afastamentos por motivo de saúde no Brasil, os diferentes conflitos na comunicação e as práticas abusivas que ocorrem nas organizações, é importante refletir sobre formas alternativas de favorecer as interações, favorecendo o bem-estar no contexto laboral. Neste sentido, a CNV propõe falar e ouvir levando à condução de uma conexão consigo mesmo e com os outros. Rosenberg (2019) refere três fatores que são estimulados desde a infância, e influenciam no modo como os indivíduos reagirão às mensagens emitidas pelos outros; se com compaixão, ou com violência, que se referem à linguagem usada, como se pensa e às estratégias usadas para influenciar. A partir daí, o mesmo autor desenvolveu o método "integrando o tipo de linguagem, o tipo de pensamento e as formas de comunicação" (Rosenberg, 2019, p. 10) para gerar uma conexão compassiva. A CNV é, portanto, uma combinação de linguagem verbal e corporal, aliada a uma forma de repensar as habilidades comunicativas, abrangendo todas as competências utilizadas no processo de comunicação. Assim, o desenvolvimento dessa proposta de comunicação e dá com o apoio de três componentes: 1) processo de observação dos fatos, sem julgamento, 2) análise dos sentimentos gerados por meio da observação e 3) a necessidade que trouxe à tona o sentimento.

No ambiente de trabalho, durante o processo de observação, é essencial que os eventos e os objetos envolvidos sejam registrados de forma imparcial, sem qualquer tipo de julgamento, independentemente da posição hierárquica. Os acontecimentos devem ser relatados de maneira objetiva, evitando o uso de linguagem exagerada. Generalizações ou palavras que demonstrem avaliação/julgamentos devem ser evitadas ao se referir às pessoas envolvidas, já que "o líder precisa administrar suas avaliações de forma imparcial, pontuando as situações de maneira a não generalizar e estereotipar o funcionário" (Correa, 2006, p.119). Após o processo de observação inicia-se o segundo passo, detectar os sentimentos.

Nesta fase da CNV, a consciência e a expressão, assim como a disposição para compreender os sentimentos dos outros, são fundamentais. No entanto, em algumas culturas organizacionais, essa consciência frequentemente é negligenciada, e as formas de comunicação tendem a ser mais propensas à agressividade. A "dificuldade de identificar e expressar sentimentos é comum" (Rosenberg, 2006, p.65). O mesmo autor refere que, em sua experiência, "é especialmente comum entre advogados, engenheiros, policiais, executivos e militares de carreira, pessoas cujo código profissional as desencoraja a manifestar emoções" (Rosenberg, 2006, p.65). Assim, quanto maior o nível hierárquico em uma organização, maior a dificuldade de abrir-se e conseguir expressar suas emoções.

Por fim, a CNV explica sobre a necessidade que traz à tona os sentimentos. Necessidades não atendidas, como condições inadequadas de trabalho, excesso de horas extras, pausas insuficientes para almoço, baixa remuneração, falta de segurança, isolamento social, dificuldades de relacionamento com colegas, ausência de reconhecimento e de oportunidades de promoção, frequentemente contribuem para discursos e comportamentos agressivos nas organizações. A comunicação clara dessas necessidades ajuda a prevenir reações defensivas e interpretações equivocadas que possam ser percebidas como críticas, promovendo uma aproximação mais compassiva entre os envolvidos. Ainda que seja corriqueiro o requerimento de necessidades de modo inconsciente e, muitas vezes, incompreensível, é importante saber reconhecer essas necessidades, que estão por trás dos sentimentos e assumir a responsabilidade sobre eles, "o que os outros fazem pode ser o estímulo para nossos sentimentos, mas não a causa" (Rosenberg, 2006, p.79).

Considerando que empresas têm papel estratégico no contexto local onde estão inseridas, é possível afirmar que suas práticas organizacionais reverberam no desenvolvimento regional. Isso porque, ao adotarem abordagens como a Comunicação Não Violenta, promovem não apenas ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos, mas também impactam positivamente a qualidade de vida de seus trabalhadores e, por consequência, da comunidade local. O setor calçadista, por exemplo, é um dos principais pilares econômicos do Vale do Paranhana, empregando grande parcela da população e influenciando diretamente os indicadores

sociais e econômicos da região. Assim, investir em estratégias de promoção do bem-estar e da saúde mental dos trabalhadores é também uma forma de fomentar um desenvolvimento regional mais sustentável, inclusivo e humano.

3 MÉTODO

3.1 DELINEAMENTO, PARTICIPANTES E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa tem método qualitativo e delineamento descritivo. Participaram do estudo sete líderes de seção de uma empresa calçadista no Vale do Paranhana/RS, com idades entre 31 e 57 anos, que atenderam aos critérios de inclusão: estarem há pelo menos um ano no cargo e serem maiores de idade. Foram excluídos indivíduos sem contrato formal em regime de CLT (Lei nº 5.452 conhecida como Consolidação das Leis Trabalhistas). Foram utilizados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, que teve duração de aproximadamente uma hora, elaborados para a presente pesquisa com base na literatura acerca do tema.

3.2 PROCEDIMENTOS ÉTICOS, DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo atendeu à Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para pesquisa com seres humanos. Após aprovação do Comitê de Ética das Faculdades Integradas de Taquara (CAAE: 82321724.4.0000.8135), os participantes foram convidados à participação de forma presencial. Após o aceite, consentimento e assinatura do TCLE, foi aplicado o questionário e realizada a entrevista, em sala reservada. As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), permitindo identificar categorias e significados

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram classificados em 30 unidades de sentido, organizadas em 6 subcategorias, que originaram 2 categorias.

QUADRO[4] 1 - UNIDADES DE SENTIDO, SUBCATEGORIAS E CATEGORIAS

UNIDADES DE SENTIDO	SUBCATEGORIAS	CATEGORIAS
Urgência	Tempo e agilidade na transmissão de informações	Qualidade da Comunicação Interna e Clareza de Informações
Prazo		
Imediatismo		
Atraso		
Pontualidade		
Clareza	Consistência e coerência das informações	
Coerência		
Entendimento		
Distorção		
Detalhamento		
Respeito	Empatia e Escuta Ativa	Práticas de Comunicação Não Violenta para a Resolução de Conflitos e Suporte
Cuidado		
Empatia		
Compreensão		
Acolhimento		
Independência	Mediação Colaborativa de Conflitos	
Segurança		
Autossuficiência		
Mediação		
Solução		
Suporte	Suporte entre Pares e Cuidado Mútuo	
Intermediação		
Neutralidade		
Apoio		
Orientação		

As unidades de sentido e subcategorias fundamentaram a construção de duas categorias principais. A primeira, "Qualidade da comunicação interna e clareza de informações", reúne as subcategorias: *tempo e agilidade na transmissão de informações*, *consistência e coerência das informações* e *acessibilidade e alinhamento entre hierarquias*. A segunda, "Práticas de Comunicação Não Violenta para a resolução de conflitos e suporte", inclui: *empatia e escuta ativa*, *mediação colaborativa de conflitos* e *suporte entre pares e cuidado mútuo*. Essas categorias sustentam as interpretações e objetivos do estudo, refletindo os significados extraídos da análise dos dados (Quadro 2).

QUADRO 2 - CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. Qualidade da Comunicação Interna e Clareza de Informações	1.1 Tempo e agilidade na transmissão de Informações
	1.2 Consistência e coerência das Informações
2. Práticas de Comunicação Não Violenta para a Resolução de Conflitos e Suporte	2.1 Empatia e Escuta Ativa
	2.2 Mediação Colaborativa de Conflitos
	2.3 Suporte entre Pares e Cuidado Mútuo

4 Todos os quadros apresentados nos Resultados foram elaborados pela primeira autora.

QUADRO 3 - CATEGORIA 1 / SUBCATEGORIA 1.1

CATEGORIA: 1. Qualidade da comunicação interna e clareza de informações
SUBCATEGORIA: 1.1 Tempo e agilidade na transmissão de Informações
FRAGMENTO DOS DISCURSOS E1: "Às vezes, sinto que as informações chegam incompletas, e isso acaba gerando dúvidas. Ou, ainda, chega primeiro nos colaboradores e nós ficamos sem saber o que responder". E3: "Gosto quando explicam bem o que é esperado da gente, ajuda a gente a entender onde a empresa quer chegar e de que forma o meu trabalho pode contribuir, ainda estamos seguindo para isso". E5: "Esses dias deram uma notícia para o setor de costura sem avisar os demais, quando a informação chegou no nosso setor, os meus colaboradores pararam de trabalhar revoltados, isso nos deixa de mãos atadas".

A subcategoria "Tempo e agilidade na transmissão de informações" (Quadro 3) evidencia o impacto negativo do senso de urgência no ambiente de trabalho, especialmente quando há falhas na comunicação interna. A pressão por respostas imediatas gera ansiedade, estresse e insegurança, podendo levar a sintomas físicos e emocionais, como fadiga, dores de cabeça, burnout e depressão.

A ausência de comunicação clara compromete a motivação, dificulta a tomada de decisões, gera posturas passivas e amplia o sentimento de frustração entre os colaboradores. Nesse contexto, destaca-se a importância do suporte oferecido por colegas e gestores, que contribui para o enfrentamento de situações desafiadoras. Palavras de incentivo e reconhecimento também se mostram fundamentais para promover bem-estar e engajamento no trabalho (Duarte, 2015).

QUADRO 4 - CATEGORIA 1 / SUBCATEGORIA 1.2

CATEGORIA: 1. Qualidade da Comunicação Interna e Clareza de Informações
SUBCATEGORIA: 1.2 Consistência e coerência das Informações
FRAGMENTO DOS DISCURSOS E2: "Cada gerente de setor fala uma coisa diferente. Fica difícil saber a orientação correta, acredito que a comunicação deveria ser mais alinhada entre eles, isso gera problemas indevidos". E4: "Eu sinto que o meu gerente não filtra a informação correta e suficientemente antes de me passar, ou seja, chega informação confusa, aí eu tento ir atrás da informação completa antes de repassar aos meus liderados, mas isso é trabalho dobrado e tempo perdido" E6: "Quando a informação vem completa, da mesma forma e no mesmo turno, fica mais fácil para compreendermos e repassarmos para que a equipe entenda e siga o que foi pedido."

A subcategoria "Consistência e coerência das informações" (Quadro 4) foi destacada pelos participantes como essencial para o engajamento no trabalho. A ausência de mensagens claras e alinhadas gera confusão, conflitos, atrasos nas entregas e desmotivação, além de comprometer a confiança na liderança e elevar o estresse entre os colaboradores.

Informações contraditórias prejudicam a produtividade e afetam negativamente o clima organizacional, podendo aumentar a rotatividade e enfraquecer a imagem da empresa perante clientes e parceiros. Valorizar a comunicação clara e estratégica é, portanto, fundamental para fortalecer a cooperação, estimular a proatividade e consolidar a credibilidade institucional (Jesus, 2021).

QUADRO 5 - CATEGORIA 2 / SUBCATEGORIA 2.1

CATEGORIA: 2. Práticas de Comunicação Não Violenta para a Resolução de Conflitos e Suporte
SUBCATEGORIA: 2.1. Empatia e Escuta Ativa
FRAGMENTOS DOS DISCURSOS E3: "Gosto quando escutam o que temos a dizer antes de dar uma resposta e assim estou tentando fazer com a minha equipe, na minha época era sofrido, tudo era motivo de grito e não podíamos opinar". E7: "Já mudou e evoluiu bastante, mas ainda, podemos evoluir, nem sempre conseguimos entender o que cada colaborador está enfrentando, são muitas funções no trilho, falta um pouco de tempo para a escuta na produção, sei disso".

Após a definição da categoria "Qualidade da Comunicação Interna e Clareza das Informações", foi estabelecida a categoria "Práticas de Comunicação Não Violenta para resolução de conflitos e suporte", com o intuito de analisar como a liderança adota, ainda que de forma intuitiva, elementos da CNV. Três subcategorias emergiram das entrevistas: *empatia e escuta ativa*, *mediação colaborativa de conflitos* e *suporte entre pares e cuidado mútuo*. A subcategoria "Empatia e escuta ativa" permitiu uma análise aprofundada das relações entre líderes e liderados (Quadro 5).

Essas habilidades são fundamentais para fortalecer vínculos de confiança, prevenir conflitos e promover um ambiente colaborativo. A escuta ativa valoriza a participação dos colaboradores, aumentando o engajamento e a satisfação no trabalho. Já a empatia por parte da liderança demonstra respeito às necessidades e emoções da equipe, contribuindo para um clima organizacional mais positivo.

Diante de um mercado instável e em constante transformação, o líder precisa equilibrar clareza nas orientações e sensibilidade nas relações humanas. Combinar escuta ativa com empatia, colocando-se no lugar do outro sem julgamentos é essencial para uma comunicação eficaz. Embora desafiadora, essa postura requer prática e comprometimento para ir além do discurso e gerar mudanças reais no ambiente de trabalho (Oliveira, et al, 2024).

QUADRO 6 - CATEGORIA 2 / SUBCATEGORIA 2.2

CATEGORIA: 2. Práticas de Comunicação Não Violenta para a Resolução de Conflitos e Suporte
SUBCATEGORIA: 2.2. Mediação Colaborativa de Conflitos
FRAGMENTO DOS DISCURSOS E1: "Todo trabalho tem alguns momentos de conflito, mas, no meu setor pelo menos, buscamos analisar a situação, respirar e depois conversar, geralmente a coisa melhora". E7: "Tenho sim, momentos de conflitos no trabalho, geralmente conseguimos resolver com diálogo, preferencialmente de forma individualizada, se não der, tentamos com o apoio da gerência, um olhar de fora faz diferença no meio da confusão".

A subcategoria "Mediação colaborativa de conflitos" (Quadro 6) explora como a CNV pode contribuir para a resolução de conflitos no ambiente de trabalho. Os relatos mostram que, embora os conflitos sejam inevitáveis, a busca por diálogo e compreensão mútua tem sido uma estratégia adotada pelas lideranças, ainda que de forma não sistematizada.

A mediação colaborativa permite que as partes envolvidas expressem suas percepções de forma respeitosa, com escuta ativa e empatia, promovendo soluções que considerem os interesses de todos. Essa abordagem fortalece os relacionamentos interpessoais, melhora o clima organizacional e transforma os conflitos em oportunidades de aprendizado e crescimento coletivo.

Líderes que adotam essa postura promovem uma cultura baseada na comunicação aberta, participação ativa e suporte mútuo. Investir em estratégias de mediação, bem como em capacitação profissional, é essencial para enfrentar os desafios do ambiente organizacional e consolidar práticas de convivência mais

saudáveis (Oliveira, et al, 2024).

QUADRO 7 - CATEGORIA 2 / SUBCATEGORIA 2.3

CATEGORIA: 2. Práticas de Comunicação Não Violenta para a Resolução de Conflitos e Suporte
SUBCATEGORIA: 2.3. Suporte entre Pares e Cuidado Mútuo
FRAGMENTO DOS DISCURSOS E3: "Posso dizer por mim, o nosso setor é um pouco desintegrado, a gente sente falta de um apoio maior entre as equipes, de trocas de apoio, às vezes parece que cada um está por si". E4: "Muitas vezes parece que para fugir da responsabilidade os colegas saem culpando o setor alheio, sinto falta deste apoio". E7: "Quando vejo alguém precisando de ajuda, principalmente aqui no nosso setor e eu não estou tão atarefado, eu vou lá e tento ajudar, pois quando precisei também fui ajudado, eu acredito que isso ajuda a manter o nosso ambiente de trabalho com harmonia".

A subcategoria "Suporte entre pares e cuidado mútuo" revela que a colaboração entre colegas ainda é percebida como limitada em alguns setores, gerando sentimentos de isolamento e falta de apoio. Os participantes relataram a ausência de integração entre equipes e a tendência de responsabilizar outros setores por falhas, o que enfraquece o senso de cooperação.

Por outro lado, também foram destacadas atitudes de solidariedade e ajuda mútua, especialmente em situações de sobrecarga, demonstrando o valor de relações baseadas na reciprocidade. Esse cuidado entre pares fortalece vínculos, reduz o estresse e contribui para um ambiente mais harmonioso e produtivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a (CNV) constitui uma abordagem eficaz para qualificar as interações no ambiente organizacional, favorecendo a construção de relações interpessoais mais respeitosas, colaborativas e empáticas. As análises indicaram que práticas como escuta ativa, empatia e mediação de conflitos contribuem significativamente para a redução de tensões no ambiente de trabalho, para o fortalecimento da coesão entre equipes e para a promoção do bem-estar dos colaboradores.

Destaca-se que a clareza, a consistência e o alinhamento das informações transmitidas pela liderança exercem papel central no engajamento dos trabalhadores e na eficácia das atividades organizacionais. A ausência desses elementos tende a comprometer a confiança institucional, elevar os níveis de estresse e dificultar a cooperação entre os membros da equipe.

Para além dos benefícios internos, os achados deste estudo também apontam para a relevância da CNV no contexto do desenvolvimento regional. Ao promover ambientes laborais mais saudáveis, as organizações contribuem para a valorização do capital humano, a retenção de talentos e o fortalecimento dos vínculos sociais no território em que estão inseridas. Tais práticas, ao impactarem positivamente a qualidade de vida dos trabalhadores e suas relações comunitárias, repercutem na construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e humanizado, especialmente em regiões cuja economia é fortemente sustentada por polos industriais, como é o caso do Vale do Paranhana.

Sugere-se, portanto, que as organizações adotem políticas institucionais voltadas à formação continuada em CNV, por meio de oficinas, treinamentos e práticas sistematizadas no cotidiano das equipes. A criação de espaços de escuta, mediação e diálogo, aliados ao fortalecimento da comunicação interna, pode representar um diferencial estratégico para a promoção da saúde mental no trabalho, de modo especial no contexto calçadista da Região do Paranhana, favorecendo o desenvolvimento regional. Tais ações não apenas qualificam as relações organizacionais, mas também contribuem para o fortalecimento de práticas sustentáveis de desenvolvimento regional, centradas no respeito à dignidade humana e na valorização do trabalho como vetor de

transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS (ABICALÇADOS). Relatório Setorial da Indústria de Calçados 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; [1977] 2016.

BITTENCOURT, Dênia Falcão de. et al. **Processos da Gestão de Pessoas:** livro didático. Santa Catarina: Palhoça Unisul Virtual, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da União: Brasília, 24 de maio de 2016, Seção 1, p.44-46.

BRASIL, **Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024.** Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 60, p. 1, 28 mar. 2024.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego.** Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Atualizada pela Portaria MTP nº 1.419, de 27 de agosto de 2024. Diário Oficial da União.

CÁ, Marcelino Vieira. **Conflitos e gestão de conflitos nas organizações**. 2017. Tese de Doutorado.

COREDE – CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO. **Informações institucionais e regionais.** 2022. Disponível em: https://www.corederes.rs.gov.br. Acesso em: 22 abr. 2025.

CORREA, Vivian. "A importância do diálogo e da comunicação não-violenta no desenvolvimento do líder." FACULDADE CÁSPER LÍBERO. Comunicação com Líderes e Empregados–Artigos de alunos e convidados da Pós-Graduação em Comunicação Corporativa e Relações Públicas da Faculdade Cásper Líbero. Jundiaí-SP. Editora: In House (2016).

DUARTE, Margarida da Silva Carmo. **A Comunicação Interna e o Stress dos colaboradores**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).

FALCONI, Vicente. **Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-Dia.** Nova Lima: INDG TecS, 2004.

GASKELL G. **Entrevistas individuais e grupais.** In: Bauber MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; 2003.p. 64-89.

GRUBE, Geyson; TREVELIN, Ana Teresa Colenci. Gestão de conflitos nas organizações: o papel do líder na resolução de conflitos. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 1, p. 291-301, 2019.

JESUS, David José Ferreira. **Impacto da comunicação interna na satisfação dos polícias no trabalho**. 2021. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2021.

Minidicionário escolar: língua portuguesa. Ciranda cultural. 2. ed, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, v. 6, n. 2, p.29-37, 2003.

OLIVEIRA, Filipa Neiva Santos de. Comunicação das Organizações: Um olhar sobre a importância da Comunicação Interna. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 33, p. 61-74, 2018.

OLIVEIRA, Alexsandro Narciso de, et al. estratégias de melhoria da convivência interprofissional em equipes de saúde: práticas de liderança colaborativa e resolução de conflitos. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 8, p. 1-15, 2024.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Faça o que importa em tempos de estresse:** guia ilustrado - Versão adaptada para o Brasil: OMS, 2022.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

ROSENBERG, Marshall. **Vivendo a comunicação não violenta:** como estabelecer conexões sinceras e resolver conflitos de forma pacífica e eficaz. Tradução Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta**, Nova edição. BOD GmbH DE, 2021.

SOUZA, Bruno Rodrigo de, et al. **A importância da comunicação nas organizações**. 2009.

PELIZZOLI, Marcelo L. "Introdução à Comunicação Não Violenta (CNV)-reflexões sobre fundamentos e método." **Diálogo, mediação e justiça restaurativa**. Recife: Edufre, 2012.

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO AGRÁRIO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA NO CONTEXTO BRASILEIRO[1]

Patricia Minini Wechinewsky Guerber[2]
Daniel Luciano Gevehr[3]
Jairo Marchesan[4]

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise do conceito de Patrimônio Agrário a partir da perspectiva decolonial, reconhecendo que a atividade agrária é universal e que sempre acompanhou a história da sociedade humana, assumindo sentidos e perfis em distintos contextos socioterritoriais. A pesquisa investiga como epistemologias locais, especialmente como as que estão presentes em comunidades indígenas, quilombolas, camponesas e caboclas, podem contribuir para ressignificar o conceito de patrimônio agrário no Brasil. Adotando abordagem qualitativa e método dialético, o estudo revela que a concepção tradicional de patrimônio agrário, baseada em categorias eurocêntricas, é insuficiente para abranger e possibilitar a compreensão das concepções e relações simbólicas, culturais e espirituais com a terra e presentes em tais comunidades. Conclui-se que decolonizar o conceito de Patrimônio Agrário não implica rejeitar os fundamentos europeus, mas, possibilitar reconhecer, compreender e valorizar as epistemologias e saberes plurais.

Palavras-chave: Patrimônio Agrário; Decolonização; Eurocentrismo; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This research presents a critical analysis of the concept of Agrarian Heritage from a decolonial perspective, recognizing that agrarian activity, although universal, takes on different meanings across diverse socio-territorial contexts. The study examines how local epistemologies—particularly those rooted in Indigenous, Quilombola, peasant, and caboclo communities—can help reinterpret and reconstruct this concept in Brazil. Using a qualitative approach and the dialectical method, the research shows that the traditional understanding of heritage, grounded in Eurocentric categories, fails to encompass the symbolic and spiritual relationships with the land that these communities sustain. The study concludes that decolonizing the concept of Agrarian Heritage does not mean rejecting European foundations, but rather expanding them through plural forms of knowledge, fostering an epistemic shift that aligns with Brazil's complex and diverse realities.

Keywords: *Agrarian Heritage; Decolonization; Eurocentrism; Cultural Heritage.*

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Patrimônio Agrário tem suas raízes na Europa sendo formalmente introduzido pela Carta de Baeza (Ruiz, 2013). Apesar dessa iniciativa, o conceito de Patrimônio Agrário ainda não se consolidou de forma definitiva em nenhuma parte do mundo, permanecendo em construção, tanto do ponto de vista teórico quanto jurídico.

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Mestre em Direito das Relações Internacionais e Integração da América Latina. Doutoranda em Desenvolvimento Regional – PPGDR UNC. Docente do curso de direito da UNC – Universidade do Contestado campus Mafra. E-mail: patricia.mw@professor.unc.br.
3 Pós-doutor em História e professor do PPGDR das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat/RS. E-mail: danielgevehr@faccat.br
4 Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade do Contestado (UNC). E-mail: jairo@unc.br

No Brasil, onde o processo de ocupação do território e a construção das paisagens agrárias foram marcados pelo colonialismo, pautado no latifúndio, pela monocultura, intenso extrativismo e na violenta exploração humana por meio do trabalho escravo, a trajetória do uso da terra, dos modos de cultivo e das relações sociais refletem além das práticas agrárias[5], disputas de poder, resistência e exclusão de saberes tradicionais. Diante desse contexto, questiona-se: de que maneira uma abordagem decolonial pode contribuir para a construção do conceito de Patrimônio Agrário considerando a perspectiva brasileira?

Ao adotar uma perspectiva decolonial, busca-se problematizar a forma como o Patrimônio Agrário tem sido concebido, ampliando sua compreensão e rompendo com a dependência de referências europeias ao incorporar as experiências e conhecimentos dos povos brasileiros tradicionais. Dessa forma, esta investigação pretende contribuir para um debate mais amplo e dialético sobre a colonialidade e perspectivas de superação das condições eurocêntricas e antropocêntricas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A valorização do patrimônio cultural está diretamente ligada à capacidade de um grupo social de apropriar-se de tal condição e de lhe atribuir sentido ou significado. O patrimônio cultural constitui-se como expressão da trajetória histórica, da memória coletiva e das práticas socioculturais que configuram os modos de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos em suas relações de comunidade. Engloba tanto manifestações imateriais quanto os elementos materiais (Miranda, 2021).

Nessa perspectiva, destaca-se o conceito de paisagem cultural, que se refere à configuração simbólica e material contida nos territórios resultante da interação histórico-cultural entre os grupos humanos e o meio natural. Tais paisagens são carregadas de significados, práticas sociais e memórias, sendo fundamentais na construção e apropriação identitária de comunidades e para o reconhecimento da diversidade cultural e ambiental (Pisón, 2016).

Em relação ao patrimônio agrário, sua complexidade exige compreensões ampliadas de suas múltiplas expressões, sobretudo quando estas se manifestam em contextos nos quais a interação entre práticas agrárias, socioculturais e o ambiente natural é constitutiva da própria dinâmica comunitária. Nessas situações, os modos de vida, as técnicas tradicionais e os saberes transmitidos entre gerações se entrelaçam a elementos materiais e simbólicos do território, configurando um tecido cultural que ultrapassa classificações rígidas, individualizadas ou presas a determinadas racionalidades hegemônicas e demandam por formas integradas para o reconhecimento e proteção.

O Patrimônio Agrário constitui uma dimensão singular e estratégica do patrimônio cultural, por reunir em seu bojo protetivo elementos materiais, imateriais e paisagísticos que expressam a relação histórica entre comunidades e o território que habitam e o transformam. Seu conceito é […] el conjunto de bienes naturales y culturales, materiales e inmateriales, generados o aprovechados por la actividad agraria a lo largo de la historia" (Ruiz, 2013).

2.1 DECOLONIALISMO

A imposição de visões de mundo, com características únicas — racionais, utilitaristas, eurocêntricas e antropocêntricas — provocou certo "esvaziamento do sentido da vida", substituindo modos plurais de existência por uma noção de humanidade idealizada, centrada nos valores do Ocidente moderno. O decolonialismo, portanto, apresenta-se como um processo de reconexão com outras formas ancestrais de saber e viver, que

5 Na perspectiva do conceito de Patrimônio Agrário, o termo "práticas agrárias" deve ser compreendido como qualquer atividade agrícola, pecuária ou florestal.

resistem ao apagamento e oferecem alternativas radicais à lógica dominante do progresso e da produtividade (Krenak, 2019).

Ademais, a colonialidade transcende o colonialismo formal ao constituir um padrão global de poder que organiza as relações de produção e trabalho, fundamentando-se em uma classificação social hierárquica baseada na ideia de raça. Essa lógica associa identidades racializadas a formas subordinadas de trabalho, ao mesmo tempo em que vincula o controle do conhecimento a uma visão eurocêntrica, que marginaliza saberes locais e invalida práticas tradicionais (Quijano, 2005).

Nesse sentido, o decolonialismo, enquanto perspectiva crítica, propõe a superação dos paradigmas epistemológicos, políticos e culturais herdados da colonização. Ele se concentra na crítica às estruturas de poder, saber e ser que continuam operando sob a lógica colonial, mesmo após o fim da colonização formal. Trata-se, portanto, de um esforço por desnaturalizar a hegemonia do pensamento ocidental moderno, considerado universal, e abrir espaço para outras formas de existência e conhecimento historicamente subalternizadas (Mignolo, 2005).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem teórico-qualitativa, de natureza interpretativa e crítica, com base no método dialético. A escolha desse caminho metodológico, justifica-se pela necessidade de compreender as contradições históricas e epistêmicas presentes na construção do conceito de patrimônio agrário no Brasil, à luz de uma perspectiva decolonial.

4 RESULTADOS

A agricultura é uma das práticas mais antigas das experiências, presente desde os primeiros grupos quando deixaram o nomadismo e passaram a se organizar em torno da permanência no território. Apesar dessa universalidade, as atividades agrárias não se manifestam de forma homogênea em todas as regiões. Assim, o conceito de Patrimônio Agrário, ao proteger os valores simbólicos, produtivos e culturais da agricultura, deve respeitar e refletir essa pluralidade.

No entanto, as formulações mais difundidas sobre o Patrimônio Agrário (Ruiz, 2013) tendem a se apoiar em paradigmas eurocentrados de paisagem, técnica agrária e memória territorial. Esses paradigmas, ainda que pensados com intenção universal, projetam uma ideia de patrimônio que reflete a história agrária europeia.

A partir de uma perspectiva decolonial, é fundamental reconhecer e valorizar que a agricultura praticada pelos povos indígenas, quilombolas, comunidades camponesas e tradicionais no Brasil não compartilham desses pressupostos. Seus sistemas agrários são orientados por outros valores — como o cuidado coletivo, o pertencimento ao território, a circularidade do tempo e a relação espiritual com os elementos da natureza. Por isso, decolonizar o conceito de patrimônio agrário significa reformular, senão, refundar os próprios critérios conceituais, reconhecendo que o que é considerado patrimônio não pode ser universalizado a partir de modelos externos.

Portanto, é necessário repensar, senão, reformular criticamente esse conceito, considerando que sua base normativa e simbólica abarque a toda pluralidade de cada local e sistema cultural estudado. A colonialidade do saber perpetua a ideia de que apenas determinadas formas de conhecimento — técnico, científico, institucional — são válidas para definir o que é patrimônio Quijano (2005). Assim, práticas ancestrais, cosmologias e vínculos territoriais não-hegemônicos ainda permanecem marginalizados ou traduzidos em termos que não lhes pertencem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta constatou que o conceito de Patrimônio Agrário, não pode ser transferido de forma acrítica para outros contextos sem que se revelem seus limites epistemológicos e culturais. Ao ser aplicado de maneira genérica, ignora os modos próprios de relação com a terra cujos vínculos envolvem ancestralidade, espiritualidade, coletividade e outras especificidades.

A partir da perspectiva decolonial, compreende-se que não se trata de rejeitar os fundamentos europeus, mas de reposicionar o conceito a partir de epistemologias plurais e locais. Conhecer e reconhecer os saberes locais como legítimos permite repensar o Patrimônio Agrário de forma mais inclusiva, alinhada à diversidade dos modos de vida e resistência que moldam o Brasil agrário. Trata-se de uma mudança ontológica e epistemológica que recoloca no centro do debate a escuta ativa das territorialidades brasileiras e de seus modos próprios de viver os vínculos entre terra, cultura, identidade e resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2021. 320p.

PISÓN. Eduardo Martínez de. **Miradas sobre el paisaje.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2016. 288p

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

RUIZ. José Castillo (dir.). **Carta de Baeza sobre patrimonio agrario**. Sevilla: UNIA, 2013. Disponível em http://hdl.handle.net/10481/36377 Acesso em 18 mar 2025.

6 Tecnologia e Inovação

SUPERANDO A DESIGUALDADE TERRITORIAL ATRAVÉS DA INOVAÇÃO: AS LIÇÕES APRENDIDAS DO PROCESSO DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA (PDE) NO FRAMEWORK ESTRATÉGIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PARA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)

OVERCOMING TERRITORIAL INEQUALITY THROUGH INNOVATION: LESSONS LEARNED FROM THE ENTREPRENEURSHIP DISCOVERY PROCESS (EDP) IN THE RESEARCH AND INNOVATION STRATEGY FOR SMART SPECIALIZATION (RIS3) FRAMEWORK

Gabriel Schmitt Morais
Moema Pereira Nunes
Roberto Tadeu Ramos Morais

RESUMO

Este artigo explora o papel do Processo de Descoberta Empreendedora Territorial (PDET) no âmbito da Estratégia de Pesquisa e Inovação para Especialização Inteligente (RIS3) como ferramenta para promover a integração regional e o desenvolvimento impulsionado pela inovação. Avança, neste sentido, a compreensão teórica do PDET integrando aspectos da teoria institucional, geografia econômica evolucionária e governança da inovação, algo antes fragmentado em diferentes estudos. Ao identificar e sistematizar dimensões analíticas – capacidade de governança, desenho de processos, mecanismos de engajamento e adaptabilidade territorial –, oferece uma abordagem estruturada por meio da qual trajetórias regionais podem ser interpretadas e comparadas.

Palavras-chave: Pesquisa e Inovação para Estratégia de Especialização Inteligente, Processo de Descoberta Empreendedora Territorial, Inovação, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This article explores the role of the Territorial Entrepreneurial Discovery Process (PDET) within the Research and Innovation Strategy for Smart Specialization (RIS3) as a tool to promote regional integration and innovation-driven development. In this sense, the theoretical understanding of PDET advances by integrating aspects of institutional theory, evolutionary economic geography and innovation governance, something previously fragmented in different studies. By identifying and systematizing analytical dimensions – governance capacity, process design, engagement mechanisms and territorial adaptability – it offers a structured approach through which regional trajectories can be interpreted and compared.

Keywords: *Research and Innovation for Smart Specialization Strategy, Territorial Entrepreneurial Discovery Process, Innovation, Regional Development.*

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, cresce o número de regiões que adotam estratégias de desenvolvimento baseadas em conhecimento, inovação e especialização inteligente. Essa transição demanda abordagens mais complexas do Processo de Descoberta Empreendedora (PDE), que exigem tanto capacidade analítica quanto mobilização de conhecimento local e engajamento de múltiplas partes interessadas (KROLL, 2015; ORTEGA-ARGILÉS, 2012; COFFANO; FORAY, 2014). Em regiões marcadas por desigualdades e baixa institucionalidade, esses desafios são ainda mais acentuados.

A inovação regional, segundo a literatura, emerge principalmente de interações locais sustentadas por conhecimento tácito, confiança e valores compartilhados (BATHELT et al., 2004; BOSCHMA, 2005). A proximidade espacial e institucional é vista como essencial para a aprendizagem coletiva (MORGAN, 2001; AMIN; THRIFT, 1995; ASHEIM, 1999), mas não suficiente. Mudanças estruturais requerem uma governança multinível que integre diferentes escalas e setores (CLAR; SAUTTER, 2014).

Embora aspectos como governança, aprendizagem e capacidade institucional do PDET sejam amplamente discutidos (SANTINI et al., 2016; GIANELLE et al., 2016; ROMAN et al., 2018), o conhecimento permanece disperso entre disciplinas, dificultando seu uso teórico e prático. Este artigo, portanto, busca organizar e sintetizar criticamente esse corpo de conhecimento no contexto da RIS3.

Adotou-se a metodologia de revisão sistemática conforme Tranfield, Denyer e Smart (2003), com foco em estudos indexados na base Scopus entre 2009 e 2024, nas áreas de negócios, economia e ciências sociais. Foram incluídas publicações em inglês, revisadas por pares, que abordassem RIS3, PDET, inovação regional, governança territorial ou desenvolvimento baseado em especialização inteligente. A busca, realizada em 5 de abril de 2025, resultou em 238 documentos, dos quais 84 foram selecionados por relevância temática. A análise qualitativa organizou os achados em quatro dimensões do PDET: governança, design estratégico, engajamento e especificidades territoriais, com síntese em tabelas temáticas com autores e contribuições.

Este artigo se estrutura em torno de três eixos centrais: (i) os fundamentos conceituais do PDET no contexto da RIS3; (ii) os principais obstáculos à sua implementação em territórios desiguais; e (iii) proposições para ampliar sua aplicabilidade, com base nas lições aprendidas. Ao final, o artigo discute as implicações desses achados.

2 VANTAGEM COMPETITIVA REGIONAL: UM PROCESSO CONTÍNUO DE INOVAÇÃO

A Estratégia de Especialização Inteligente (EEI), conforme proposta pela Comissão Europeia (2012), visa estabelecer Vantagem Competitiva Regional (VCR) ao alinhar capacidades de pesquisa e inovação com necessidades empresariais, explorando oportunidades emergentes e evitando esforços duplicados. Seu objetivo é orientar regiões em trajetórias de transformação econômica – por meio de modernização, diversificação, transições adaptativas ou mudanças radicais – incentivando experimentação e flexibilidade estratégica (FORAY et al., 2013).

Segundo Aranguren, Morgan e Wilson (2023), a EEI prioriza intervenções em áreas com potencial competitivo regional, inclusive em setores não intensivos em tecnologia. Essas decisões devem se basear em ativos locais reais, promovendo a integração da economia regional em cadeias de valor globais e a construção de conexões externas (ARMILLEI, GOEDEGEBUURE, RICHARDS, 2024). Ao focar no futuro competitivo em vez de vantagens passadas, a EEI estimula abordagens tecnológicas que conectam setores relacionados, promovendo estratégias experimentais e adaptativas por meio do Processo de Descoberta Empreendedora (PDE) (SABEL, ZEITLIN, 2012; FORAY, 2019).

O PDE é um processo coletivo de autodescoberta no qual as partes interessadas regionais identificam

oportunidades emergentes para inovação, em que os mercados são vistos como sistemas em evolução impulsionados por ações empreendedoras (BENNER, 2019; KIRZNER, 1997). Nesse modelo, as partes interessadas colaboram para gerar informações sobre atividades transformadoras, com o governo validando e escalando iniciativas promissoras (FORAY, 2014; HAUSMANN, RODRIK, 2003; MCCANN, ORTEGA-ARGILÉS, 2014).

O Processo de Descoberta Empreendedora (PDE), ao ser adaptado aos contextos locais, promove cooperação multissetorial, governança participativa e inteligência territorial, articulando os atores da Hélice Quádrupla (ARMILLEI et al., 2024; GUZZO; GIANELLE, 2021; HÉRAUD, 2021). Além do impacto econômico, contribui para a aprendizagem institucional e construção de confiança (MARINELLI; PERIANEZ FORTE, 2017). Contudo, limitações políticas e operacionais dificultam sua implementação, e persistem desafios na inclusão de atores em regiões com baixa capacidade institucional (FORAY, 2023; KROLL, 2017; LARANJA et al., 2020; MARINELLI; PERIANEZ FORTE, 2017).

3 O PROCESSO DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA: LIÇÕES APRENDIDAS

Os processos anteriores de inovação regional baseavam-se na colocalização de atores fortemente interligados (SIMMIE, 2006). No entanto, o PDE não requer a formação de agrupamentos, embora seja essencial para a implementação das EEI (BENNER, 2014). Em contextos geográficos variados, é importante considerar as configurações espaciais e relacionais para fomentar o PDE. O conceito de variedades regionais, destacado por Cooke (2016), argumenta que a diversidade regional é fundamental para o desenvolvimento da variedade relacionada, em que atores regionais facilitam a diversificação (ASHEIM, BOSCHMA, COOKE, 2011).

O processo de aprendizagem contínua permite que as regiões "aprendam o que sabem produzir" (HAUSMANN, RODRIK, 2003), com os formuladores de políticas utilizando evidências qualitativas e quantitativas para definir prioridades (FORAY, 2013). O PDE também favorece a inovação descentralizada, que pode ser detectada e consolidada pela estrutura das EEI (NAVARRO *et al.*, 2012; DEL CASTILLO *et al.*, 2015; DEL CASTILLO *et al.*, 2013). O primeiro aspecto a discutir é, portanto, a sua governança.

3.1 GOVERNANÇA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL EM CONTEXTOS DE PEQUENA ESCALA

Em regiões periféricas, os processos de EEI são fortemente moldados por laços sociais e contextos locais. A atuação de gestores inseridos no território, como intermediários entre políticas e comunidades, é essencial para gerar confiança (RADOVANOVIC, BOLE, 2023). Nesses contextos, uma governança flexível e baseada em coordenação informal e comunicação aberta mostra-se eficaz, mesmo com fraca institucionalização (REIMERIS, 2016).

Dessa forma, os governos devem transitar de uma postura centralizadora para o papel de facilitadores, promovendo uma governança mais horizontal e inclusiva, que envolva empresas, universidades, sociedade civil e instituições intermediárias (FORAY, 2017; MARINELLI; PERIANEZ-FORTE, 2017). Esse tipo de engajamento enfrenta obstáculos adicionais em regiões periféricas, exigindo o fortalecimento de capacidades técnicas locais, a mobilização de atores externos e o estabelecimento de plataformas de confiança e diálogo (RODRÍGUEZ-POSE; WILKIE, 2017). Embora autores como Foray (2014) e Gianelle et al. (2016) proponham estruturas normativas para a inclusão de stakeholders, evidências empíricas apontam desigualdades persistentes na representação e influência, especialmente em territórios com baixa institucionalização (LARANJA et al., 2020; PINTO, 2024).

TABELA 1 - LIÇÕES APRENDIDAS DO PROCESSO DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA TERRITORIAL: GOVERNANÇA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Lições aprendidas	Descrição	Autores-chave
A governança inclusiva e multissetorial é essencial	Os governos devem garantir legitimidade, confiança e envolvimento	Foray (2017); Marinelli, Perianez Forte (2017)
As fragilidades institucionais devem ser abordadas precocemente	Regiões periféricas muitas vezes não têm capacidade para o PDET e precisam de apoio de intermediários ou atores externos	Rodríguez-Pose, Wilkie (2017)
Adaptabilidade institucional é necessária	As instituições devem dar suporte ao RIS3, evitando rigidez e facilitando o desenvolvimento baseado na aprendizagem.	Rodríguez-Pose (2013); Grillitsch, Nilsson (2015); Gong, Hassink (2019)
Estruturas formais por si só não são suficientes	Um PDET eficaz requer mudanças culturais e ambientes de aprendizagem informais.	Papamichail, Rosiello, Wield (2023)
Contexto institucional molda o sucesso do PDE	Instituições fortes, flexíveis e adaptáveis facilitam a descoberta; instituições rígidas e fragmentadas dificultam o aprendizado, a adaptação e o engajamento.	Grillitsch, Nilsson (2015), Gong, Hassink (2019), Rodríguez-Pose (2013), Capello, Lenzi (2016)
O empreendedorismo institucional impulsiona a implementação	A capacidade de certos agentes de promover mudanças estruturais no ambiente institucional permite a implementação de novas estratégias ou políticas.	Nieth et al. (2018)
Os empreendedores institucionais são essenciais para romper a dependência do caminho	Atores institucionais que empreendem podem desencadear novos caminhos de desenvolvimento por meio da reflexão e da mobilização.	Sotarauta, Pulkkinen (2011), Edquist (2005), Garud et al. (2007)

Fonte. Elaborado pelos autores (2025)

A liderança, por sua vez, desempenha um papel crucial, com empreendedores institucionais sendo essenciais para mobilizar redes e introduzir novas ideias no sistema regional (BEER, CLOWER, 2014; NIETH et al., 2018). Contudo, a personalização do sucesso ou fracasso recai sobre os gestores locais, que assumem responsabilidades sob o olhar crítico da comunidade. Isso aumenta a legitimidade, mas também o risco pessoal. Assim, é crucial oferecer suporte institucional e emocional para mitigar os impactos de possíveis fracassos (ARMILLEI, GOEDEGEBUURE, RICHARDS, 2024).

A eficácia da EEI exige alinhamento estratégico entre os setores público e privado, promovendo aprendizado conjunto e compensando a limitação do Estado em captar informações de mercado em tempo real (RODRIK et al., 2004). Esses processos ajudam a identificar barreiras, explorar oportunidades e corrigir falhas de mercado. Embora o PDE tenha natureza ascendente, a atuação descendente dos formuladores de políticas é indispensável para garantir sua continuidade e estruturação, evitando que seja apenas consultivo (BIRKNER; MÉSZÁROS; SZABÓ, 2021). Isso demanda validação metodológica, comunicação clara e atenção a generalizações indevidas.

3.2 O PAPEL DO DESIGN DE PROCESSOS E A FLEXIBILIDADE ESTRATÉGICA

A especialização inteligente busca descobrir e viabilizar domínios de inovação por meio de autodescoberta colaborativa, com a descoberta empreendedora orientando a priorização de investimentos (MASCARENHAS, 2021; GIANELLE *et al.*, 2016). Os formuladores de políticas devem apoiar descobertas orientadas pela demanda, indo além da inovação tecnológica (GRILLITSCH, 2016), enquanto a governança da RIS3 se adapta às especificidades territoriais, com algumas regiões necessitando de mecanismos personalizados (KARO, KATTEL, 2015; KROLL, 2015).

TABELA 2 - LIÇÕES APRENDIDAS DO PROCESSO DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA TERRITORIAL: DESIGN DE PROCESSOS E FLEXIBILIDADE ESTRATÉGICA

Lições aprendidas	Descrição	Autores-chave
O PDET deve ser contínuo	A priorização deve ser iterativa e responsiva às mudanças na dinâmica regional, não um exercício único.	Foray, Goenaga (2013)
O equilíbrio entre as abordagens de baixo para cima e de cima para baixo é crucial	Combinar insights de base com coordenação estratégica evita fragmentação ou bloqueio.	Coffano, Foray (2014)
A Especialização Inteligente requer prioridades revisitáveis	As prioridades devem ser revisitadas conforme necessário, continuamente.	Foray, Goenaga (2013); Foray (2015)
A complexidade deve ser gerenciada, e não evitada	A complexidade favorece o surgimento de inovações inexploradas e inovadoras.	Estensoro, Larrea (2016)
A implementação efetiva do PDE requer ferramentas de reflexão	A decisão baseada em dados e com capacidade analítica é fundamental.	Gheorghiu et al. (2016), Virkkala et al. (2017), Roman et al. (2018)

Fonte. Elaborado pelos autores (2025).

A eficácia do PDET depende não apenas do engajamento das partes interessadas e da prontidão institucional, mas também de um design de processo e da adaptabilidade estratégica (FORAY, GOENAGA, 2013). Deve, portanto, abranger iteração, reflexão e aprendizado contínuo em resposta à evolução das condições territoriais (FORAY, 2015).

Equilibrar a coordenação de cima para baixo com a percepção de baixo para cima garante legitimidade e coerência, enquanto a manutenção de prioridades flexíveis incentiva a inovação e a capacidade de resposta (COFFANO, FORAY, 2014). É importante ressaltar que gerenciar a complexidade inerente do RIS3 é essencial; tentativas de simplificar excessivamente o processo correm o risco de minar seu potencial transformador (ESTENSORO, LARREA, 2016). Assim, equipar as regiões com ferramentas de capacidades reflexivas torna-se vital para a tomada de decisões informadas e a construção de estratégias resilientes.

3.3 ENGAJAMENTO, CONFIANÇA E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

No PDE, tanto a proximidade cognitiva quanto geográfica são essenciais para promover a variedade regional relacionada (ROMAN, NYBERG, 2017; RODRÍGUEZ-POSE, WILKIE, 2017). A inovação e a aprendizagem interorganizacional não dependem apenas de proximidade geográfica, mas de um processo contínuo de descoberta (FORAY, 2016; COOKE, 2016). A colaboração entre formuladores de políticas, empreendedores e outros atores é fundamental para criar "microssistemas de inovação" (PERIÁNEZ-FORTE *et al.*, 2016), com a aprendizagem sendo um componente-chave desse processo (TODEVA, KETIKIDIS, 2017). Neste sentido, regiões podem se beneficiar de estruturas baseadas na aprendizagem regional e governança multinível, como as Regiões de Aprendizagem, que enfatizam a colaboração e o intercâmbio interregional (BOEKEMA *et al.*, 2000; GONZÁLEZ-LÓPEZ, 2019).

Três percepções chave emergem sobre os desafios de engajamento regional: (1) o raciocínio efetivo é seletivo, em contraste com o planejamento causal; (2) processos institucionais específicos são necessários para permitir esse raciocínio; e (3) a liderança regional é crucial (GRILLITSCH, SOTARAUTA, 2018). Assim, construir confiança e alcançar consensos iniciais não são apenas fatores de apoio, mas também pré-condições essenciais para a cocriação e o envolvimento significativo das partes interessadas. Quando os participantes reconhecem o valor público de seu engajamento, a motivação e a colaboração aumentam significativamente (MÄENPÄÄ, 2018; POIKELA *et al.*, 2023). Além disso, o PDET pode servir como um veículo para a aprendizagem e a coesão social, particularmente em regiões fragmentadas ou multilocais, incentivando a visão com-

partilhada e a compreensão mútua (FORAY *et al*., 2021; MIEDZINSKI *et al*., 2022).

TABELA 3 - LIÇÕES APRENDIDAS DO PROCESSO DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA TERRITORIAL: ENGAJAMENTO, CONFIANÇA E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Lições aprendidas	Descrição	Autores-chave
Infraestruturas suaves permitem confiança e legitimidade	Redes informais e defensores locais são essenciais para o engajamento onde as instituições formais são fracas.	Armillei et al. (2024)
Mecanismos suaves permitem o envolvimento em regiões de baixa capacidade	Abordagens baseadas em confiança, como diálogo flexível e infraestruturas flexíveis, dão suporte à inclusão das partes interessadas.	Reimeris (2016), Armillei et al. (2024), Lepore, Spigarelli (2018)
A construção de confiança e o consenso precoce são pré-requisitos para uma PDE completa	Os PDEs exigem legitimidade e cultura de co-criação desde o início, construídas por meio de engajamento precoce.	Foray, Eichler, Keller (2021), Miedzinski et al. (2022), Wojnicka-Sycz (2020)
A lógica de valor público melhora o envolvimento das partes interessadas	O engajamento melhora quando as partes interessadas percebem um valor público claro na participação.	Mäenpää (2018), Poikela et al. (2023)
A PDE promove a aprendizagem social e a coesão interlocal	Os PDEs podem superar divisões em regiões multilocais promovendo uma visão compartilhada.	Foray et al. (2021), Miedzinski et al. (2022)

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A proximidade organizada, que vai além da simples colocalização geográfica, é fundamental para a inovação interorganizacional (BOSCHMA, 2005; BROEKEL, BOSCHMA, 2012). O PDE enfatiza a importância de processos de descoberta, ao invés de apenas promover a variedade relacionada, e as dinâmicas emergentes entre proximidades cognitivas e geográficas (COOKE, 2016). O País Basco, por exemplo, criou "espaços de descoberta empreendedora" para facilitar trocas entre múltiplos atores e setores (ASHEIM et al., 2011). Esses elementos, em conjunto, criam um ambiente propício para estratégias regionais de inovação transformadoras.

3.4 ESPECIFICIDADES TERRITORIAIS E ADAPTAÇÃO MULTIESCALA

Os indivíduos e organizações com conhecimento interdisciplinar desempenham um papel central na mediação de interações intersetoriais e no rompimento da inércia institucional (FORAY *et al.*, 2012). Para promover a inovação regional, os governos devem abandonar modelos hierárquicos em favor de modelos colaborativos e baseados em redes (ESPARZA-MASANA, 2021). A colaboração entre o setor público e privado, assim como a construção de redes de atores territoriais, é crucial para a inovação e transformação econômica (RODRIK, 2007; MÜÜR, 2022).

No entanto, a implementação de RIS3 enfrenta desafios relacionados à formação e capacidade das administrações públicas (KROLL et al., 2014), e a governança multiescala é necessária para envolver todos os níveis de governo na formulação e execução das políticas (ESTENSORO, LARREA, 2016). Contudo, a inovação pública por si só não é suficiente para desbloquear o potencial da especialização inteligente; a formulação colaborativa de políticas e o fomento a sistemas de governança abertos são essenciais (MORGAN, 2017; CARAYANNIS, RAKHMATULLIN, 2014).

TABELA 4 - LIÇÕES APRENDIDAS DO PROCESSO DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA TERRITORIAL: ESPECIFICIDADES TERRITORIAIS E ADAPTAÇÃO MULTIESCALA

Lições aprendidas	Descrição	Autores-chave
Contextos fracos precisam de ferramentas para ativação do PDET	Regiões de baixa capacidade precisam de intervenções direcionadas e ferramentas de governança.	Vallance et al. (2018); McCann, Ortega-Argilés (2019)
A proximidade e a inserção sub-regionais são importantes	A sub-regionalização é uma ferramenta crucial para fortalecer identidades locais	Radovanovic, Bole (2023), Armillei et al. (2024)
Escala e agilidade são vantagens e desafios	Regiões menores são ágeis, mas têm recursos limitados, exigindo suporte personalizado.	Armillei et al. (2024), Radovanovic, Bole (2023)
O RIS3 não se trata de clusters ou de escolher vencedores	O RIS3 se concentra em capacidades sistêmicas, não na proteção de setores pré-definidos.	Boschma (2014), Foray (2013), McCann, Ortega-Argilés (2014)
A inclusão da hélice quádrupla permanece inconsistente	A sociedade civil e as PMEs ainda estão sub-representadas devido a lacunas de capacidade e governança.	Kroll (2015), Aranguren et al. (2019), Kangas, Ryynänen (2022)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Ressalta-se a necessidade de adaptar o PDET às especificidades territoriais. Em regiões periféricas, é crucial construir estruturas por meio de governança e apoio direcionado para viabilizar o processo de descoberta. Nesses contextos, a proximidade e a inserção local podem suprir lacunas institucionais, onde a agilidade representa tanto um potencial quanto um desafio.

4 CONCLUSÕES

A implementação do Processo de Descoberta Empreendedora Territorial (PDET) no âmbito da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) é apresentada como um processo dinâmico, adaptativo e profundamente contextualizado. Vai além da simples definição técnica de prioridades, exigindo a compreensão das especificidades territoriais, das dinâmicas institucionais e dos mecanismos de aprendizagem social. O artigo enfatiza que a descoberta empreendedora é uma prática iterativa e relacional, que demanda estruturas institucionais capazes de sustentar a experimentação e a construção coletiva de visões de futuro.

Para isso, a governança do PDET deve se basear na confiança, transparência e engajamento contínuo dos atores regionais, com o Estado atuando como facilitador do aprendizado coletivo e mediador de interesses. Em regiões com baixa densidade institucional, destaca-se a importância de mecanismos de apoio sob medida e da mobilização de atores externos, a fim de evitar exclusões e capturas do processo por grupos já estabelecidos.

A abordagem ascendente — central para captar o conhecimento local — precisa ser complementada por instrumentos analíticos, coordenação estratégica e visões sistêmicas, que assegurem coerência e evitem a fragmentação. Modelos híbridos de governança, que combinem inteligência territorial, simulações prospectivas e deliberação participativa, são tidos como mais promissores.

Embora ofereça contribuições relevantes, o estudo se limita a uma revisão teórica, sem incorporar dados empíricos, o que restringe a generalização dos achados. Sugere-se que pesquisas futuras adotem métodos mistos, como análise bibliométrica e triangulação com evidências primárias, além de explorar o papel de tecnologias emergentes, a trajetória de empreendedores institucionais e práticas de aprendizagem estratégica em contextos voláteis.

Por fim, o artigo avança teoricamente ao integrar o PDET com marcos da teoria institucional, da geografia econômica evolucionária e da governança da inovação. Propõe quatro dimensões analíticas — governança, desenho de processos, engajamento e adaptabilidade territorial — como uma estrutura útil para comparar

trajetórias regionais e diagnosticar desafios e potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. Institutional issues for the European regions: from markets and plans to socioeconomics and powers of association. **Economy and society**, v. 24, n. 1, p. 41-66, 1995.

ARANGUREN, Mari Jose; MORGAN, Kevin; WILSON, James R. The institutional challenges of dynamic regional innovation strategies. **Regional Studies**, v. 57, n. 1, p. 72-83, 2023.

ARANGUREN, Mari José et al. Governance of the territorial entrepreneurial discovery process: Looking under the bonnet of RIS3. **Regional Studies**, v. 53, n. 4, p. 451-461, 2019.

ARMILLEI, Riccardo; GOEDEGEBUURE, Leo; RICHARDS, Alyce. Multilevel Governance and Smart Specialisation Strategy: The case of the Swifts Creek district in Gippsland. **Australian and New Zealand Journal of European Studies**, v. 16, n. 1/2, 2024.

ASHEIM, Bjørn T. Interactive learning and localised knowledge in globalising learning economies. **GeoJournal**, v. 49, p. 345-352, 1999.

ASHEIM, Bjørn T.; BOSCHMA, Ron; COOKE, Philip. Constructing regional advantage: Platform policies based on related variety and differentiated knowledge bases. **Regional studies**, v. 45, n. 7, p. 893-904, 2011.

BATHELT, Harald; MALMBERG, Anders; MASKELL, Peter. Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. **Progress in human geography**, v. 28, n. 1, p. 31-56, 2004.

BEER, Andrew; CLOWER, Terry. Mobilizing leadership in cities and regions. **Regional Studies, Regional Science**, v. 1, n. 1, p. 5-20, 2014.

BENNER, Maximilian. Smart specialization and institutional context: The role of institutional discovery, change and leapfrogging. **European Planning Studies**, v. 27, n. 9, p. 1791-1810, 2019.

_____. From smart specialisation to smart experimentation: Building a new theoretical framework for regional policy of the European Union. **Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie**, v. 58, n. 1, p. 33-49, 2014.

BIRKNER, Zoltán; MÉSZÁROS, Ádám; SZABÓ, István. Lessons Learnt: Changes in the Methodology of the Entrepreneurial Discovery Process in Defining the Priorities of Hungarian Smart Specialisation Strategies. **Sustainability**, v. 13, n. 22, p. 12695, 2021.

BOEKEMA, Frans et al. **Knowledge, innovation and economic growth**. Edward Elgar Publishing, 2000.

BOSCHMA, Ron. Constructing regional advantage and smart specialisation: Comparison of two European policy concepts. **Scienze regionali: Italian Journal of regional Science: 13, 1, 2014**, p. 51-68, 2014.

_____. Does geographical proximity favour innovation?. **Économie et institutions**, n. 6-7, p. 111-128, 2005.

BROEKEL, Tom; BOSCHMA, Ron. Knowledge networks in the Dutch aviation industry: the proximity paradox. **Journal of economic geography**, v. 12, n. 2, p. 409-433, 2012.

CAPELLO, Roberta; LENZI, Camilla. Innovation modes and entrepreneurial behavioral characteristics in regional growth. **Small Business Economics**, v. 47, p. 875-893, 2016.

CARAYANNIS, Elias G.; RAKHMATULLIN, Ruslan. The quadruple/quintuple innovation helixes and smart specialisation strategies for sustainable and inclusive growth in Europe and beyond. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 5, p. 212-239, 2014.

CLAR, Günter; SAUTTER, Björn. Research Driven Clusters at the Heart of (Trans-) Regional Learning and Priority-Setting Processes: The Case of a Smart Specialisation Strategy of a German "Spitzen" Cluster. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 5, p. 156-180, 2014.

COFFANO, Monica; FORAY, Dominique. The centrality of entrepreneurial discovery in building and implementing a smart specialisation strategy. **Scienze regionali: Italian Journal of regional Science: 13, 1, 2014**, p. 33-50, 2014.

COOKE, Philip. The virtues of variety in regional innovation systems and entrepreneurial ecosystems. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 2, n. 3, p. 1-19, 2016.
DEL CASTILLO HERMOSA, Jaime; ELORDUY, Jonatan Paton; EGUÍA, Belen Barroeta. Smart specialization and entrepreneurial discovery: Theory and reality. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n. 39, p. 5-22, 2015.

DEL CASTILLO, Jaime; PATON, Jonatan. Las estrategias regionales de innovación y especialización inteligentes (RIS3), nueva etapa de la política regional europea en el apoyo a la innovación empresarial. **P3T. Journal of Public Policies and Territory**, v. 2, n. 4, p. 17-23, 2013.

EDQUIST, Charles; HOMMEN, Leif. Comparing national systems of innovation in Asia and Europe: theory and comparative framework. **Small country innovation systems. globalization, change and policy in Asia and Europe**, p. 1-28, 2008.

ESPARZA-MASANA, Ricard. Towards smart specialisation 2.0. Main challenges when updating strategies. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 13, n. 1, p. 635-655, 2022.

ESTENSORO, Miren; LARREA, Miren. Overcoming policy making problems in smart specialization strategies: Engaging subregional governments. **European Planning Studies**, v. 24, n. 7, p. 1319-1335, 2016.

EUROPEAN COMMISSION. *Guide for research and innovation strategies for smart specialization (RIS3)*. Brussels: European Commission, 2012.

FORAY, D. Innovation policy and directionality-a case for policy engineering. **European Commission, Seville, Spain**, 2023.

_____. In response to 'Six critical questions about smart spezialisation'. In: **Rethinking Clusters**. Routledge, 2021. p. 188-200.

FORAY, Dominique; EICHLER, Martin; KELLER, Michael. Smart specialization strategies—insights gained from a unique European policy experiment on innovation and industrial policy design. **Review of Evolutionary Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 83-103, 2021.

FORAY, D. On sector-non-neutral innovation policy: towards new design principles. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 29, n. 5, p. 1379-1397, 2019.

_____. The economic fundamentals of smart specialization strategies. In: **Advances in the theory and practice of smart specialization**. Academic Press, 2017. p. 37-50.

_____. On the policy space of smart specialization strategies. **European Planning Studies**, v. 24, n. 8, p. 1428-1437, 2016.

_____. **Smart specialisation: Opportunities and challenges for regional innovation policy**. Routledge, 2014.

FORAY, Dominique; GOENAGA, Xabier. The goals of smart specialisation. **S3 policy brief series**, v. 1, p. S3, 2013

FORAY, Dominique et al. Guide to research and innovation strategies for smart specialisations. 2012.

GARUD, Raghu; HARDY, Cynthia; MAGUIRE, Steve. Institutional entrepreneurship as embedded agency: An introduction to the special issue. **Organization studies**, v. 28, n. 7, p. 957-969, 2007.

GHEORGHIU, Radu; ANDREESCU, Liviu; CURAJ, Adrian. A foresight toolkit for smart specialization and entrepreneurial discovery. **Futures**, v. 80, p. 33-44, 2016.

GIANELLE, C., KYRIAKOU, D., COHEN, C., & PRZEOR, M. Implementing smart specialisation: A handbook. **Brussels: European Commission***, EUR 28053 EN, 2016.* https://doi.org/10.2791/53569.

GONG, Huiwen; HASSINK, Robert. Co-evolution in contemporary economic geography: Towards a theoretical framework. **Regional Studies**, v. 53, n. 9, p. 1344-1355, 2019.

GONZÁLEZ-LÓPEZ, Manuel. Understanding policy learning in regional innovation policies: lessons from the Galician case. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 32, n. 1, p. 104-118, 2019.

GRILLITSCH, Markus. Institutions, smart specialisation dynamics and policy. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 34, n. 1, p. 22-37, 2016.

GRILLITSCH, Markus; NILSSON, Magnus. Innovation in peripheral regions: Do collaborations compensate for a lack of local knowledge spillovers?. **The annals of regional science**, v. 54, p. 299-321, 2015.

GRILLITSCH, Markus; SOTARAUTA, Markku. Regional growth paths: From structure to agency and back. **Papers in Innovation Studies**, v. 1, p. 1-23, 2018.

GUZZO, Fabrizio; GIANELLE, Carlo. **Assessing smart specialisation: Governance**. Joint Research Centre, 2021.

HAUSMANN, Ricardo; RODRIK, Dani. Economic development as self-discovery. **Journal of development Economics**, v. 72, n. 2, p. 603-633, 2003.

HÉRAUD, Jean-Alain. A new approach of innovation: From the knowledge economy to the theory of creativity applied to territorial development. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 12, n. 1, p. 201-217, 2021.

KANGAS, Henna Riikka; RYYNÄNEN, Sanna Pauliina. Fostering smart specialisation: the emergence of guided self-organisation at the regional level. **Urban, planning and transport research**, v. 10, n. 1, p. 110-130, 2022.

KARO, Erkki; KATTEL, Rainer. Economic development and evolving state capacities in Central and Eastern Europe: can "smart specialization" make a difference?. **Journal of Economic Policy Reform**, v. 18, n. 2, p. 172-187, 2015.

KIRZNER, Israel M. Entrepreneurial discovery and the competitive market process: An Austrian approach. **Journal of economic Literature**, v. 35, n. 1, p. 60-85, 1997.

KROLL, Henning. Smart specialization policy in an economically well-developed, multilevel governance system. In: **Advances in the theory and practice of smart specialization**. Academic Press, 2017. p. 99-123.

_____. Efforts to implement smart specialization in practice—leading unlike horses to the water. **European Planning Studies**, v. 23, n. 10, p. 2079-2098, 2015.

KROLL, Henning et al. Bringing owls to Athens? The transformative potential of RIS3 for innovation policy in Germany's Federal States. In: **Regional Innovation Strategies 3 (RIS3)**. Routledge, 2018. p. 67-85.

LARANJA, Manuel et al. Implementation of smart specialisation strategies in Portugal: An assessment. **Luxembourg, Publications Office of the European Union**, 2020.

LEPORE, Dominique; SPIGARELLI, Francesca. Opportunities and challenges in a collaborative governance for Smart Specialization Strategies-A systematic review of the literature. **Economia Marche-Journal of Applied Economics**, v. 37, n. 2, 2018.

MARINELLI, Elisabetta; PERIANEZ-FORTE, Inmaculada. Smart Specialisation at work: The entrepreneurial discovery as a continuous process. **Luxemburg: Publications office of the European Union**, 2017.

MÄENPÄÄ, Antti; TERÄS, Jukka. In search of domains in smart specialisation: Case study of three Nordic regions. 2018.

MASCARENHAS, Carla et al. The influence of research and innovation strategies for smart specialization (Ris3) on university-industry collaboration. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 7, n. 1, p. 82, 2021.

MCCANN, Philip; ORTEGA-ARGILÉS, Raquel. 2. Perspectives on smart specialisation policies in lagging regions. **Regional Studies Policy Impact Books**, v. 1, n. 2, p. 17-27, 2019.

_____. Smart specialisation in European regions: Issues of strategy, institutions and implementation. **European Journal of Innovation Management**, v. 17, n. 4, p. 409-427, 2014.

MIEDZINSKI, Michal et al. **Enhancing sustainability dimension in Smart Specialisation strategies: a framework for reflection**. Joint Research Centre, 2022.

MORGAN, Kevin. Nurturing novelty: Regional innovation policy in the age of smart specialisation. Environment and Planning C: Politics and Space, v. 35, n. 4, p. 569-583, 2017.

_____. The exaggerated death of geography: localised learning, innovation and uneven development. **Technology**, v. 20, p. 23, 2001.

MÜÜR, Jaanus. Intermediating smart specialisation and entrepreneurial discovery: The cases of Estonia and Helsinki-Uusimaa. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 13, n. 1, p. 541-573, 2022.

NAVARRO, Mikel et al. Regional benchmarking in the smart specialisation process: Identification of reference regions based on structural similarity. **Institute for Prospective and Technological Studies, Joint Research Centre**, 2014.

NIETH, Lisa et al. Embedding entrepreneurial regional innovation ecosystems: reflecting on the role of effectual entrepreneurial discovery processes. **European Planning Studies**, v. 26, n. 11, p. 2147-2166, 2018.
ORTEGA-ARGILÉS, Raquel. Economic transformation strategies: Smart specialisation case studies. **S3 Smart Specialisation Platform**, 2012.

PAPAMICHAIL, George; ROSIELLO, Alessandro; WIELD, David. Addressing public policy implementation challenges in lagging regions through the analytical lens of smart specialisation. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 14, n. 1, p. 356-381, 2023.

PERIAÑEZ FORTE, I.; MARINELLI, E.; FORAY, D. The entrepreneurial discovery process (EDP) cycle: from priority selection to strategy implementation. **Implementing Smart Specialisation Strategies: A Handbook**, p. 12-35, 2016.

PINTO, Hugo; LARANJA, Manuel; UYARRA, Elvira. Smart specialization, public authorities, and innovation intermediaries in developing regions. Regional Sustainability, v. 5, n. 4, p. 100175, 2024.

POIKELA, Riikka; MÄENPÄÄ, Antti; LAAKKONEN, Mika-Petri. Why caring counts: Public value creation in smart specialisation through partnerships for regional innovation (PRI). 2023.

RADOVANOVIC, Nikola et al. Methodological guidelines for qualitative analysis of economic, innovation and scientific potential in the EU enlargement and neighbourhood. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2023.

REIMERIS, Ramojus. Modeling of creative clusters governance under the Smart specialization. 2016. Tese de Doutorado. Vilnius: Mykolo Romerio universitetas.
RODRIK, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind; TREBBI, Francesco. Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development. Journal of economic growth, v. 9, p. 131-165, 2004.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; WILKIE, Callum. Institutions and the entrepreneurial discovery process for smart specialization. Governing smart specialisation, p. 34-48, 2017.

ROMAN, Mona; NYBERG, Timo; FELLNHOFER, Katharina. Smart Specialisation in Finnish Regions: How to facilitate Continuous Entrepreneurial Discovery Process?. In: International Conference on Management of Technology. University of Aston, 2018. p. 1-16.

ROMAN, Mona; NYBERG, Timo. Openness and continuous collaboration as the foundation for entrepreneurial discovery process in Finnish regions. Management Dynamics in the Knowledge Economy, v. 5, n. 4, p. 517-531, 2017.

SABEL, Charles F.; ZEITLIN, Jonathan. Experimentalism in the EU: Common ground and persistent differences. Regulation & Governance, v. 6, n. 3, p. 410-426, 2012.

SANTINI, Cristina et al. Reducing the distance between thinkers and doers in the entrepreneurial discovery process: An exploratory study. Journal of Business Research, v. 69, n. 5, p. 1840-1844, 2016.

SIMMIE, James. Do clusters or innovation systems drive competitiveness?. In: Clusters and regional development. Routledge, 2006. p. 164-187.

SOTARAUTA, Markku; PULKKINEN, Riina. Institutional entrepreneurship for knowledge regions: In search of a fresh set of questions for regional innovation studies. Environment and Planning C: Government and Policy, v. 29, n. 1, p. 96-112, 2011.

TODEVA, Emanuela; KETIKIDIS, Panagiotis. Regional entrepreneurship and innovation management: actors, helices and consensus space. Management Dynamics in the Knowledge Economy, v. 5, n. 1, p. 57-76, 2017.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence- informed management knowledge by means of systematic review. British journal of management, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

VALLANCE, Paul et al. Smart specialisation in regions with less-developed research and innovation systems: A changing role for universities?. Environment and Planning C: Politics and Space, v. 36, n. 2, p. 219-238, 2018.

VIRKKALA, Seija; MÄENPÄÄ, Antti; MARIUSSEN, Åge. A connectivity model as a potential tool for smart specialization strategies. European Planning Studies, v. 25, n. 4, p. 661-679, 2017.

WOJNICKA-SYCZ, Elżbieta. Smart specializations and regional development in Poland. 2020.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SCHUMPETER E DOS NEOSCHUMPTERIANOS[1]

PILLARS OF DEVELOPMENT: AN ANALYSIS BASED ON SCHUMPETER AND THE NEOSCHUMPTERIANS

Ivonei Sozio[2]
Alex Alexandre Mengel[3]

RESUMO

Este artigo busca compreender e delimitar o conceito de desenvolvimento, bem como refletir a respeito dos elementos necessários para tal processo de transformação. Para tanto, utiliza-se como referencial teórico a abordagem de desenvolvimento de Joseph Schumpeter bem como as contribuições de autores neoschumpterianos. Como método buscou-se realizar uma reflexão teórica, a partir da realidade brasileira, evidenciando a importância de elementos como crédito, atuação do empreendedor, arranjos inovativos, gestão de demanda, bem como a importância explicativa das instituições pelo papel que desempenham na conformação da ação social. No artigo, argumenta-se que determinados elementos necessários ao processo de desenvolvimento só podem ser adequadamente geridos a partir da perspectiva de nação, sendo necessário articulá-los a uma abordagem regional para maiores probabilidades de sucesso.

Palavras-chave: Schumpeter; Desenvolvimento; Inovação; Arranjos inovativos.

ABSTRACT

This article aims to understand and delineate the concept of development, as well as to reflect on the elements necessary for such a transformative process. To this end, it adopts Joseph Schumpeter's development approach as its theoretical framework, along with contributions from neo-Schumpeterian authors. The methodology employed consists of a theoretical reflection grounded in the Brazilian context, highlighting the importance of elements such as credit, entrepreneurial activity, innovative arrangements, demand management, and the explanatory relevance of institutions due to the role they play in shaping social action. The article argues that certain key elements necessary for the development process can only be effectively managed from a national perspective, while also emphasizing the need to articulate these elements within a regional approach to increase the likelihood of success.

Keywords:*Schumpeter; Development; Innovation; Innovative arrangements.*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Observa-se, com certa frequência, em amplas arenas de debates, inclusive acadêmicas, o uso indiscriminado do termo desenvolvimento, sendo este atribuído para uma miríade de sinônimos e associações. Tal fato prejudica a compreensão de sua definição, profundidade, complexidade e correta aplicação no meio acadêmico, inclusive considerando seus reflexos em outras arenas.

1 Artigo científico apresentado ao III Congresso Internacional e V Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional - Desafios do Desenvolvimento Regional e Territorial.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – PGDREDES/CLN/UFRGS. E-mail: ivonei.sozio@ufrgs.br.

3 Professor do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte - UFRGS. Dr. em Ciência Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Ms.C. pela mesma instituição. Eng. Agrônomo pela UFSM. E-mail: alex.mengel@ufrgs.br

Deste modo, este artigo busca compreender o conceito de desenvolvimento, bem como identificar quais são os elementos e instrumentos fundamentais para a transformação social denominada como desenvolvimento. Para isso, parte da abordagem de desenvolvimento de Joseph Schumpeter (1997; 1961) e a relaciona com autores considerados neoschumpeterianos, como Dosi (1982;1988), Dosi e Nelson (2009), Dosi, Freemann e Fabiani (1994) e Dosi, Napoletano, Roventini e Treibich (2014) e Dosi, Fagiolo e Roventini (2010). Nessa linha, com o artigo, será possível melhor compreender a delimitação proposta ao conceito de desenvolvimento, bem como arquitetar uma estrutura conceitual básica sobre os elementos que devem ser articulados para a ocorrência deste fenômeno multifacetado.

O trabalho está estruturado em cinco partes, a primeira, sendo esta introdução, apresenta e delimita o tema que será abordado, bem como os principais autores e teorias adotadas, além de apresentar a estrutura geral. A segunda define e delimita o alcance do conceito de desenvolvimento, tendo como base Schumpeter (1997; 1961) com contribuições de Bresser-Pereira (2003; 2015). A terceira parte reflete a respeito dos elementos necessários ao processo de desenvolvimento a partir da obra de Schumpeter (1997; 1961). A quarta parte tratará das contribuições dadas pelos autores neoschumpeterianos, presentes nas obras dos autores citados no parágrafo anterior, à compreensão do desenvolvimento e seus elementos condicionantes fundamentais. Por fim, na quinta parte serão traçadas as conclusões obtidas a partir da reflexão proposta no artigo.

2 O DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é transformação, e não deve ser entendido como mero sinônimo de crescimento econômico, mesmo que, na maioria dos casos, o crescimento econômico possa ser um dos reflexos ou resultados esperados dos processos de desenvolvimento realizados em determinado território. Desenvolvimento é um conceito complexo, abrangente e profundo, Bresser Pereira (2003, p. 31) afirma que "O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social", explica que trata "de um processo social global", pois realiza "profundas transformações" nas estruturas econômicas, políticas e sociais de uma nação.

O autor afirma que não existe desenvolvimento "apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social", erro comum observado em certas arenas de debates e que pode levar à uma compreensão equivocada de sua importância e impacto, tendo, por vezes, sua relevância - acadêmica e aplicada – minimizada. É necessário compreender que, dado o enraizamento da economia na sociedade, a transformação econômica sempre será transformação social. Outrossim, Bresser-Pereira (2003) adverte que ações econômicas que não causem transformações econômicas ou sociais, não podem ser entendidas como desenvolvimento. Em Bresser-Pereira (2015) observa-se que essas transformações tendem a ocorrer na direção do aumento do padrão de consumo de uma nação, bem como na incorporação de progresso técnico que leva ao aumento da produtividade, além da contínua sofisticação de sua estrutura produtiva, observados no aumento da industrialização e dos serviços com tecnologia altamente sofisticada.

Bresser-Pereira (2003; 2015), portanto, dialoga com Weber (2009) pois considera que a ação econômica é uma ação social, mesmo tendo um objetivo econômico, só é compreendida como parte de uma realidade social maior, sendo dependente das demais relações sociais que só têm sentido no interior daquela sociedade. Dialoga, também, com Polanyi (2012) para quem o sentido da ação humana não é econômico e por isso a ação dos seres humanos na economia só serão compreendidos se considerar o conjunto das relações onde os indivíduos em estudo estão inseridos.

Sobre o enraizamento da economia na sociedade, Bresser Pereira (2003, p. 31) explica que "Um sistema social é constituído de relações tanto econômicas como sociais e políticas", afirma que essas relações não são isoladas, mas sim interdependentes, ou seja, quando algum segmento do sistema sofre alterações "as outras

receberão necessariamente as influências das modificações". Deste modo, conclui que quando ocorrer reais modificações na estrutura econômica, elas irão, obrigatoriamente, repercutir nas estruturas política e social, por isso conclui que, "O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global" e integrado.

Nessa linha, destaca-se a teoria de desenvolvimento proposta por Schumpeter (1997). Schumpeter considera o desenvolvimento como objeto da história econômica, que por sua vez é parte da história geral, e que a economia está enraizada na sociedade, ou seja, a transformação econômica também é transformação social. Para o autor, a situação tanto econômica quanto social de uma população emerge da situação total precedente, o que significa que o autor destaca a importância da compreensão da dependência da trajetória, onde pode-se observar que a dinâmica de desenvolvimento atual terá como base as estruturas do desenvolvimento anterior. Afirma que não se deve compreender desenvolvimento como crescimento econômico - medidos pelo crescimento de população e riqueza, por exemplo -, destaca que desenvolvimento é inovação e transformação.

3 JOSEPH SCHUMPETER E OS PRÉ-REQUISITOS PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Em Schumpeter (1997), observa-se a inovação como a principal chave explicativa para a compreensão do processo conceituado como desenvolvimento, pois é a inovação a geradora de transformação econômica e social. Quanto ao conceito e amplitude do conceito de inovação, constata-se que o autor o compreende em sentido amplo, ou seja, este conceito pode ser entendido como: 1) fazer um novo bem para a indústria ou para o consumidor final; 2) desenvolver um novo método de produção com os fatores já existentes; 3) abrir um novo mercado, seja ele doméstico ou externo; 4) descobrir uma nova matéria prima ou, inclusive, um bem semimanufaturado e; 5) desenvolver uma nova forma de organizar o sistema produtivo.

Inovação significa, para o autor, realizar novas combinações econômicas e tecnológicas a partir dos fatores de produção já existentes, ou seja, a inovação não está, necessariamente, ligada à criação de tecnologia nova, mas sim em dar novos usos aos fatores e tecnologias existentes. A inovação transforma a maneira com que os seres humanos se relacionam com a natureza, transforma os usos do trabalho, as ferramentas de trabalho, portanto transforma a maneira com que as pessoas trabalham e, assim, transformam a maneira com que as pessoas se relacionam. É neste sentido que a inovação, elemento causador do desenvolvimento, transforma não só a economia, mas toda a sociedade, e é a chave para compreender as mudanças produtivas, de maneira restrita, e sociais de maneira ampla. Nessa linha, Kalecki (1977, p. 187) afirma que, no longo prazo, as economias capitalistas precisam de determinados fatores de desenvolvimento, e destaca que "Entre esses fatores apontamos as inovações em seu sentido mais amplo como o fator mais importante para promover o desenvolvimento."

Outrossim, em Schumpeter (1961), observa-se a importante contribuição da ideia de destruição criativa para a compreensão do conceito de desenvolvimento. Deve-se considerar que, dado o processo de inovação, que gera transformação econômica e social, acontecerá a destruição das estruturas antigas para o advento de novas estruturas mais adequadas às dinâmicas conformadas pela inovação atual. Ou seja, a transformação oriunda da inovação irá substituir, reposicionar ou destruir as estruturas anteriormente válidas, deste modo, compreende-se a destruição criativa como uma consequência cíclica do processo de inovação. Schumpeter (1961, p. 488) afirma que este processo "revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos."

A ideia de destruição criativa evidencia o amplo alcance do conceito de inovação, pois ela não modifica a maneira de acumular capital, de forma isolada, e sim gera transformações sociais de maneira ampla. Necessita a criação de novos conhecimentos, novas profissões, torna obsoletos conhecimentos e atividades até então fundamentais, necessita novas formas de atuação do Estado, destrói fortunas, reposiciona países na divisão internacional do trabalho, entre outros, de modo que não é imposta de fora para dentro, mas sim surge no âmago

da esfera econômica – que, mais uma vez relembrando, é social. Destaca-se, entretanto, a partir de Schumpeter (1997) que adaptações gradativas e contínuas, como mudanças em pequenas etapas ou apenas mudança no gosto dos consumidores, não é desenvolvimento, mas sim mudança de dados. A inovação schumpeteriana, mudança radical, destruidora e recriadora não ocorre a partir do gosto do consumidor, mas sim a parte do produtor, a partir da indústria e do comércio, a mudança é tão significativa que é impossível os consumidores saberem da sua possibilidade, o desenvolvimento é uma mudança descontínua, perturba o equilíbrio anterior.

Tal processo é realizado por quem Schumpeter (1997) conceituou como empreendedor. O autor, diferente do senso comum - que associa o termo empreendedor ao empresário, dono de uma firma privada – define empreendedor como aquele que faz a transformação acontecer de fato, seja ele, ou não, um dono de firma, empreendedor, para Schumpeter, é um tipo ideal. A partir deste tipo ideal que lidera um processo de mudança amplo na economia, portanto na sociedade, pode-se deduzir que o empreendedor pode ser um indivíduo socializado em uma realidade ou uma organização. Observa-se também a diferenciação entre o empreendedor Schumpteriano e o capitalista, compreendido aqui como o detentor do capital.

Schumpeter (1997) destaca a importância do empreendedor ao afirmar que este atua em um ambiente de grande incerteza, sendo sempre pressionado a lutar contra os hábitos e pensar de forma diferente, e tendo a reação contrária do meio, que, inicialmente, age contra a inovação, por meios legais, políticos e condenação de conduta, as instituições, neste sentido, sempre dificultam o processo de mudança que leva a inovação (Veblen, 1965). Afirma que novas combinações geralmente são feitas por empresas novas, visto que iniciativas inovativas recebem pressões de resistência por parte de empresas consolidadas, que são ameaçadas pela inovação e se beneficiam do ordenamento estrutural atual. Como exemplo, afirma que não é o dono da empresa de diligências que irá se arriscar no negócio de construir estradas de ferro.

Os bancos, por sua vez, possuem importância nessa teoria pela sua função de crédito, ou ao conceito de banqueiro usado pelo autor, que define como uma espécie de "éforo das economias de trocas", visto que têm poder de decisão sobre qual projeto financiar, sendo fundamental no processo de efetivação das novas combinações. O banqueiro, por meio de sua função crédito viabiliza o investimento, é responsável por ser o intermediário entre os detentores de capital e os tomadores (ou empreendedores), que são os geradores da transformação a partir da inovação

Deste modo, conclui-se que em Schumpeter (1961;1997) a chave explicativa para o processo de desenvolvimento é a inovação, em seu conceito amplo, que consequentemente irá gerar transformação econômica e social, que também pode ser entendida como um processo de destruição criadora. Esse processo é realizado pelo empreendedor Schumpteriano, que por sua vez, necessita de crédito para realizar novas combinações e inovações.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DOS NEOSCHUMPETERIANOS

Outra reflexão importante, que retoma a reflexão schumpeteriana mas destaca outros elementos como a importância das instituições e dos arranjos institucionais são os trabalhos de Dosi (1982, 1988) e Dosi e Nelson (2009). Estes afirmam que os processos evolutivos e de desenvolvimento econômico estão relacionados com uma qualificada rede de complexa interação entre organizações, como empresas, industriais, universidades, centros de pesquisa, agências do governo e estrutura institucional.

Essa rede de complexa interação deve ser compreendida como um sistema de inovação, e nesse sentido, os autores destacam a necessidade das relações entre: 1) empresas e industriais, que atuam através de seus esforços em pesquisa e desenvolvimento, aprendizagem interna e na busca por lucro e novos mercados; 2) universidades e institutos de pesquisa, por produzirem e acumularem conhecimentos que devem ser transferidos

ao sistema produtivo; 3) e governo, através de suas agências, políticas públicas, projetos de desenvolvimento e gestão fiscal, cambial e monetária, delineando da forma mais adequada possível a estrutura institucional de incentivos e restrições, aqui podendo ser compreendidos a partir de North (2018).

Nessa mesma linha, destaca-se Etzkowitz e Leydesdorff (1995), e a abordagem conhecida como hélice tríplice, que afirma a importância da interação entre universidades (compreendendo inclusive centros de pesquisa), indústria (representando as empresas e organizações do setor privado), e governo (através de incentivos, pressão e participação). A compreensão é de que a colaboração ativa entre esses três setores (hélices) é essencial para o desenvolvimento, pois é a sua interação que potencializa as possibilidades de geração de inovação. Os autores destacam, inclusive, a existência de um novo contrato social envolvendo a Universidade e a sociedade. Nele não se espera apenas contribuições de ampliação do conhecimento acadêmico, mas sim contribuições diretamente no processo de transformação socioeconômico, como na formação de empresas, contratos de pesquisa e conhecimento aplicado diretamente no processo produtivo. Afirmam que o surgimento de Startups são um resultado comum dessa integração entre os três setores, surgindo de grupos de pesquisa, laboratórios governamentais e de grandes corporações.

Para além da atuação articulada e próxima desses atores, em Dosi, Freemann e Fabiani (1994) observar-se que as questões institucionais, de conformação, adaptação e mudança devem ser entendidas a partir da forma como as empresas são organizadas e geridas, leis vigentes e organização do mercado de trabalho, visto que devem ser adequadamente estruturadas de forma a promover e incentivar a inovação. Observa-se também a importância dada aos investimentos em infraestrutura educacional, treinamento interno, Pesquisa & Desenvolvimento e outras atividades científicas, que devem estar adaptadas aos novos paradigmas tecno-econômicos, para a criação e aquisição de novas tecnologias e inovações.

Dosi, Freemann e Fabiani (1994) afirmam que atividades técnicas e científicas, de Pesquisa & Desenvolvimento, devem ser realizadas dentro da própria indústria ou comércio. Para tal efetivação, demonstram a importância de adequados incentivos governamentais e apresentam exemplos de fracasso em tentativas de promover a inovação em países onde as atividades técnicas e científicas eram separadas das atividades de produção, e onde os sistemas de gestão não ofereciam incentivos à inovação. Os autores destacam a importância da atuação do Estado, para além dos exemplos de adequadas políticas públicas, leis e regras corretamente moldadas, citando a importância do sistema educacional e demais serviços públicos de natureza técnica e científica, como, por exemplo, informações técnicas, banco de dados, bibliotecas científicas, consultoria e assessoria, associações de pesquisa e escritórios de patentes.

Nessa linha, afirmam que a inovação depende de questões internas a empresa, aprendizagem a partir de uma gama de fontes externas e redes formais e informais. Concluem reforçando a importância da infraestrutura nacional e do sistema nacional de inovação, além do investimento em infraestrutura, que é visto como essencial. Entretanto, alertam que este investimento deve ser em áreas dinâmicas e com potencial de avanços inovativos e tecnológicos.

Neste ponto, é importante compreender que a mera existência das organizações no território, seja nacional ou regional, não garante a dinâmica de ação inovativa do arranjo, faz-se mister uma grande articulação e desenho institucional de forma que: 1) a Universidade efetivamente se aproxime do sistema produtivo e que este tenha os regramentos e incentivos adequados; e 2) que o governo gerencie questões relacionadas à política fiscal, cambial e monetária, subsídios, leis e incentivos de forma a induzir e facilitar a criação e manutenção de arranjos inovativos. Esses detalhes podem ser observados em casos de sucesso, como do sistema nacional de inovação da China, a partir do trabalho de Mitsuse e Bittencourt (2018), e com base na história do Vale do Silício, região localizada nos Estados Unidos da América, conforme Takeuchi e Nonaka (2008), FIA (2022), Horn (2024) e Gala (2024).

Essa leitura se estende ao crédito/investimento, e sua relação com os arranjos, visto que para ser elemento chave da transformação não basta apenas ser aplicado a estruturas existentes, mas desarticuladas e conformadas de forma inadequada, não orientadas e articuladas para promover a inovação e a transformação. Observa-se que o investimento em infraestrutura educacional e outros serviços de natureza técnica e científica, além de mudanças e estruturações institucionais nesse contexto, devem ser feitas com o objetivo de articular as estruturas dos arranjos inovativos da forma mais eficiente possível. O investimento em educação deve estar adequadamente alinhado aos objetivos de desenvolvimento, para que assim, estando próximo da estrutura produtiva, e já fazendo parte dos arranjos, viabilize o desenvolvimento de capacidades inovativas e tecnologias de ponta.

Essa compreensão também é observada em Chang (2013), quando destaca que apenas investimentos com foco em aumentar o nível de educação não garantem o desenvolvimento. O autor evidencia que é necessário dar especial atenção à construção de instituições e organizações adequadas, de forma que estimulem o investimento e a assunção de riscos, promovam a proteção aos projetos nascentes, tenha capital paciente para o investimento com retorno á longo prazo e uma boa política de subsídios e regulamentação em Pesquisa & Desenvolvimento. Além de apoio ao empreendedor que assume riscos, através de uma boa lei de falência, e apoio aos trabalhadores, por meio de um adequado Estado de bem-estar social.

Por sua vez, Mazzucato (2014) aborda a importância do Estado no processo de desenvolvimento e apresenta o conceito de Estado empreendedor ao destacar que o empreendedor Schumpeteriano também pode ser o Estado. Para além da atuação no planejamento e na construção de políticas públicas, a atuação do Estado se dá participando dos arranjos inovativos de forma executiva, através de Universidades, centros de pesquisa, organizações e empresas públicas, na promoção da inovação que leva à mudança e a transformação. Ademais, o Estado pode assumir a função do banqueiro Schumpeteriano, com capital paciente, que financia a inovação, seja através de recursos do tesouro, ou através de bancos de investimento que são capitalizados pelo Estado, sejam eles de escopo e abrangência internacional, nacional ou regional, a exemplo do Novo Banco de Desenvolvimento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Regional de Desenvolvimento Econômico ou Banco do Nordeste.

Neste ponto, cabe destacar a interpretação feita a partir de Bresser-Pereira (2015) sobre os elementos necessários ao desenvolvimento. Para o autor, elementos como educação, progresso técnico, inovação, investimentos em infraestrutura, crédito e instituições adequadamente conformadas representam os fatores do lado da oferta. Entretanto, e contando com as contribuições de Dosi, Napoletano, Roventini e Treibich (2014) e Dosi, Fagiolo e Roventini (2010), observa-se a importância da percepção dos elementos do lado da demanda, visto que, para Bresser-Pereira (2015), aqui residem pontos de estrangulamento importantes. Destaca-se a importância do acesso à demanda interna e externa, que geram as oportunidades de investimentos lucrativos para as empresas.

Para o autor, o acesso à demanda interna se dá a partir dos salários, que devem crescer na mesma proporção da produtividade, aliados ao fato de que as rendas de juros e aluguéis devem ser as menores possíveis. Quanto à demanda externa, ela deve ser acessada através da neutralização da doença holandesa, que se dá quando a taxa de câmbio está no nível de equilíbrio industrial, fato que torna as empresas nacionais competitivas no mercado global.

A partir de Dosi, Fagiolo e Roventini (2010) e Dosi, Napoletano,Roventini e Treibich (2014), observa-se a conclusão de que o chamado "motor Schumpeteriano" sozinho não consegue sustentar alto crescimento e pleno emprego, eles destacam que o motor endógeno da inovação só consegue fazer isso na presença de elementos keynesianos de geração de demanda, destacando as políticas públicas fiscais. Com a gestão da demanda, no curto prazo, observa-se efeitos positivos no desemprego e na estabilização da produção, assim como benefícios no longo prazo, com crescimento mais alto, e também desbloqueio de economias estagnadas. Por outro lado,

observa-se que medidas de austeridade fiscal apresentam efeitos prejudiciais no desempenho macroeconômico tanto no curto quanto longo prazo.

Os autores destacam a importância de políticas de gestão de demanda, afirmando que quando tais políticas não estão ativas, o crescimento de longo prazo entra em colapso, mesmo diante de outros elementos Schumpeterianos de desenvolvimento, como um alto grau de oportunidades tecnológicas e capacidades de pesquisa empresarial.

Com isso, percebe-se que a contribuição dos neoschumpeterianos à abordagem de desenvolvimento a partir de Schumpeter se dá no entendimento de que são nos contextos sociais onde há uma institucionalidade, onde existem arranjos inovativos mais bem conformados, que surgem as inovações, é aí que surge a atuação do empreendedor Schumpeteeriano e, portanto, a transformação socioeconômica, em outras palavras, o desenvolvimento. Para além disso, detalham e explicam o que são e como se conformam as estruturas desses arranjos. Deste modo, os arranjos inovativos construídos através de múltiplos atores e a gestão da demanda somam-se aos pilares empreendedor Schumpeteriano e crédito, possibilitando a inovação e destruição criadora, portanto a transformação, como os elementos estruturantes fundamentais ao processo de desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a complexidade da dinâmica necessária para tecer a conformação adequada ao processo de inovação, observa-se a relevância da atuação do Estado de forma articulada com a estrutura produtiva, tanto nos níveis nacional, regional e local. Deve-se superar a visão dicotômica existente em muitas arenas, inclusive na acadêmica, onde estes são contrapostos, o que por muitas vezes acaba por inviabilizar a construção de institucionalidades e arranjos inovativos corretamente conformados para o surgimento do processo de desenvolvimento.

O crédito necessário às novas combinações deve ser conformado através de uma adequada política monetária, reduzindo custos para os tomadores e incentivando o investimento privado na estrutura produtiva, e não no rentismo passivo. Isso se dá mantendo a taxa referencial de juros em níveis baixos, contribuindo, inclusive, e juntamente com a valorização dos salários, para a gestão de demanda interna. Quanto ao acesso à demanda externa, manifesta a partir da política cambial, que se dá a nível nacional, assim como a monetária, deve ser manejada de forma a neutralizar a doença holandesa, na busca pelo câmbio de equilíbrio industrial, pois este viabiliza maior competitividade a estrutura produtiva nacional no contexto da divisão internacional do trabalho, tornando, deste modo, o investimento em estrutura produtiva mais atrativo ao capital privado. A política fiscal deve ser adequadamente gerida, de forma coordenada com as políticas cambial e monetária, e considerando a importância de medidas contracíclicas, investimento público em educação de alta qualidade, incentivos e investimentos em infraestrutura física.

Conclui-se constatando que, muitas das estruturas que compõem os arranjos necessários ao processo de desenvolvimento são construídas e só podem ser alteradas a partir da perspectiva da nação. Como exemplo, citamos as questões relacionadas á política monetária, fiscal e cambial, atualmente estruturadas a partir do tripé macroeconômico (Câmbio flutuante, metas de inflação e equilíbrio fiscal). Assim como outros elementos estruturantes, como é o caso da legislação trabalhista, administrativa, previdenciária, civil, entre outras, inclusive parte da legislação tributária. Ou seja, são elementos fundamentais à conformação das instituições e construção dos arranjos inovativos, e que não estão na alçada de poder de decisão e influência de atores que atuam exclusivamente no alcance regional. Deste modo, necessitam ser adequadamente geridos a partir da perspectiva de nação, com vistas à articulá-los a uma abordagem regional para maiores probabilidades de sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora 34. 2003.

_____. **A Construção política do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora 34. 2015.
CHANG, H-J. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. In: **Research Policy**. V. 11. 1982. P. 147-162.

_____. The nature of innovative process. In: DOSI, G, Et al (orgs.). **Technical change and economic theory**. 1. ed. London: Pinter, 1988. p. 221-238.

DOSI, G; FREEMANN, C; FABIANI, S. **The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions**. Industrial and Corporate Change, v. 3, n. 1, 1994.

DOSI, G; NELSON, R.R. **Technical Change and Industrial Dynamics as Evolutionary Processes**. LEM Working Paper Series. 2009. Disponível em < https://www.sssup.it/UploadDocs/5580_2009_07.pdf>. Acessado em 06/08/2024.

DOSI, G; NAPOLETANO M; ROVENTINI, A; TREIBICH, T. **Micro and macro policies in the Keynes + Schumpeter evolutionary models**. 2014. ffhal-03429896. Disponível em <https://sciencespo.hal.science/hal-03429896/document>. Acessado em 04/04/2025.

DOSI, G; FAGIOLO, G, ROVENTINI, A. Schumpeter meeting Keynes: A policy-friendly model of endogenous growth and business cycles. **Journal of Economic Dynamics & Control.** Vol. 34 , p. 1748–1767. 2010. Disponível em <Schumpeter meeting Keynes A policy-friendly model of endogenous growth and business cycles>. Acessado em 04/04/2025.

ETZKOWITZ, H; LEYDESDORFF, L**.** The Triple Helix — University-Industry-Government Relations: A Laboratory for Knowledge-based Economic Development. **EASST Review.** Vol. 14, nr. 1, p. 14-19. 1995. Disponível em < https://ssrn.com/abstract=2480085>. Acessado em 04/02/2025.

FIA. **Vale do Silício: história, principais empresas e curiosidades**. 2022. Disponível em <https://fia.com.br/blog/vale-dosilicio/#:~:text=É%20impossível%20desassociar%20tecnologia%20e,Stanford%2C%20Berkeley%20e%20Santa%20Cruz . Acessado em 08/11/2024.

GALA, P. **A história do Vale do Silício**. 2024. Disponível em https://www.paulogala.com.br/a-historia-do-vale-do-silicio/. Acessado em 08/11/2024.

HORN, G. O casamento perfeito entre universidades e empresas. Época negócios. Brasil. 2024. Disponível <https://epocanegocios.globo.com/colunas/ruptura/coluna/2024/08/ocasamento-perfeito-entre-universidades-e-empresas.ghtml>. em Acessado em 08/11/2024.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Nova Cultural. 1977.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin. 2014.

MITSUSE, J. L. A; BITTENCOURT, P. F. Estado e catching up: 40 anos de mutação estratégica estatal e seus resultados ao sistema nacional de inovação da China. **Revista Catarinense De Economia**. VOL. 2 N. 2. 2018. P. 186-216.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas. 2018.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Eselvier (2ª ed.), 2012.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultura. 1997.

_____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman. 2008.

VEBLEN, Thorsten. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Pioneira, 1965.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade - Volume 1**. Brasília. Editora UnB. 2009.

FRANQUIAS COMO OPORTUNIDADE DE INOVAÇÃO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FRANCHISING AND INNOVATION AS PROMOTERS OF REGIONAL DEVELOPMENT

Michely Pereira David Zanelatto [1]
Moema Pereira Nunes[2]

RESUMO

Este estudo explora a conexão entre o desenvolvimento regional e a inovação, destacando como as estratégias inovadoras contribuem para desenvolvimento de uma região por meio do modelo de negócio de franquias. A abordagem adotada foi qualitativa por meio de uma revisão de literatura. Os resultados indicam o papel fundamental que a inovação desempenha na transformação econômica e social das regiões, ressaltando a importância de uma visão multidisciplinar que leve em conta as especificidades locais, sendo necessário o trabalho conjunto de empresas, universidades e órgãos governamentais para criar um ambiente favorável à inovação. O estudo também aponta que regiões que investem em modelos de negócio de franquias fortalecem sua competitividade, promovem inclusão social e geração de empregos. Dessa forma, a pesquisa reforça a ideia de que a inovação, quando alinhada a uma gestão adequada e às particularidades de cada localidade, é importante para alcançar um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Palavras-chaves: desenvolvimento regional, inovação, franquias

ABSTRACT

This study explores the connection between regional development and innovation, highlighting how innovative strategies aimed at developing a region through the franchising business model. The approach adopted was qualitative through a literature review. The results indicate the fundamental role that innovation plays in the economic and social transformation of regions, highlighting the importance of a multidisciplinary vision that takes into account local specificities, requiring joint work by companies, universities and government agencies to create an environment favorable to innovation. The study also points out that regions that invest in franchising business models strengthen their competitiveness, promote social inclusion and job creation. In this way, the research reinforces the idea that innovation, when aligned with adequate management and the particularities of each location, is important to achieve sustainable and balanced development.

Keywords: *regional development, innovation, franchising*

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional é um processo complexo que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, podendo ocorrer avanços ou retrocessos simultaneamente e variando conforme os grupos sociais. Estudar esse processo é importante para entender como as regiões se formam e influenciam seu próprio crescimento e transformação (Mattedi, 2015). No contexto nacional, para promover o desenvolvimen-

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Faculdades Integradas de Taquara – Faccat, michelyzanelatto@faccat.br
2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Faculdades Integradas de Taquara – Faccat, moemanunes@faccat.br

to sustentável do Brasil, o país depende da sua capacidade de inovação, sendo essencial adotar estratégias para o desenvolvimento regional, considerando as características específicas de cada região e estado do país (Almeida; Silva; Oliveira, 2014). A franquia é reconhecida como uma das estratégias de marketing mais eficazes a nível mundial, promovendo inovação organizacional, crescimento econômico e expansão de mercados. Esse modelo de negócio contribui para a geração de empregos, incentiva o empreendedorismo e a inovação, além de fomentar o desenvolvimento econômico por meio da colaboração entre empresas de diferentes tamanhos (Lewandowska, 2014).

Este artigo busca entender como a inovação, especialmente por meio dos modelos de negócio de franquias, pode contribuir para o desenvolvimento regional. A motivação para este estudo nasce da percepção de que a inovação não é apenas uma ferramenta para aumentar a competitividade, mas um elemento importante para transformar realidades locais, gerando novas oportunidades.

O principal objetivo desta pesquisa é explorar a relação entre desenvolvimento regional e inovação, destacando como as franquias podem atuar como um mecanismo que potencializa o crescimento econômico em diversas áreas do país. Para atingir esse propósito, os objetivos específicos incluem: contextualizar o papel da inovação no desenvolvimento regional; conceituar o papel das franquias enquanto modelo de negócio; discutir a importância de uma abordagem que envolve desenvolvimento regional e franquias no contexto da inovação.

Este estudo é um ensaio teórico, que foi fundamentado em uma revisão de literatura que abrange publicações acadêmicas e livros relevantes nas áreas de desenvolvimento regional, inovação e franquias, considerando o contexto nacional e mundial. A amostra incluiu estudos de caso e literatura que abordam iniciativas de franquias e inovação em diferentes contextos regionais, selecionados por sua relevância e contribuição para o tema, incluindo experiências de sucesso e políticas públicas voltadas à promoção da inovação regional. A coleta de dados foi realizada por meio de uma busca abrangente em bases de dados acadêmicos como *Scopus*, *Research Gate*, *Mendeley* e *Google Scholar*, utilizando palavras-chave como "desenvolvimento regional", "inovação" e "*franchising*", o que permitiu identificar estudos pertinentes à interseção desses temas.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, apresenta-se uma fundamentação teórica; na seção 3, descreve-se franquia como estratégia para o desenvolvimento regional; na seção 4, são apresentadas as considerações finais, abordando a importância da inovação e das franquias para um desenvolvimento regional mais sustentável.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INOVAÇÃO

Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento têm reconhecido cada vez mais a importância da dimensão territorial nos processos de desenvolvimento. O território pode ser entendido como uma totalidade contraditória, marcada por conflitos e divergência. Nesse contexto, as regiões surgem a partir de arranjos sociais e espaciais específicos que são alocados para a formação dessas áreas. Essas diferenças se desenvolvem ao longo do tempo e variação de uma parte para outra, formando um cenário diversificado e em constante transformação (Etges, 2022). O processo de desenvolvimento das regiões é multifacetado, abrangendo dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Seu avanço ou retrocesso pode acontecer ao mesmo tempo e variar de acordo com o grupo social considerado. Estudar o desenvolvimento regional é fundamental para gerar conhecimentos que ajudem a entender como as regiões se formam e de que maneira elas influenciam o próprio processo de crescimento e mudança (Mattedi, 2015).

O desenvolvimento regional está relacionado aos avanços no setor industrial, com ênfase nos aspectos econômicos. Contudo, precisa estar alinhado às questões sociais, garantindo resultados positivos na comu-

nidade. É fundamental que o desenvolvimento regional seja abordado sob uma perspectiva multidisciplinar, considerando diferentes áreas de conhecimento para uma compreensão mais completa (Da Silva; Kovaleski; Pagani, 2019). A capacidade de desenvolvimento de uma região depende da habilidade de equilibrar ações políticas que promovam o crescimento econômico com as metas específicas da comunidade. Assim como a organização social local pode transformar os efeitos do crescimento, muitas vezes influenciados por fatores externos, em benefícios concretos, essa dinâmica mostra a importância de uma gestão consciente (Oliveira; Lima, 2003). O desenvolvimento regional não é algo externo ou fixo; ele está presente nas ações, ideias e na interpretação do mundo ao redor. Essa perspectiva mostra aspectos importantes sobre a sociedade e envolve uma relação complexa entre o que as pessoas pensam e comunicam, a forma como esse desenvolvimento é representado na ciência e a influência mútua entre esses fatores (Mattedi, 2015).

O avanço sustentável do Brasil está diretamente ligado à capacidade de inovação. Somente por meio de processos inovadores será possível alcançar um desenvolvimento mais sólido, que permita ao país sair da condição de nação em desenvolvimento e atingir o status de país desenvolvido. Essa evolução deve envolver estratégias voltadas para a inovação, especialmente no âmbito do desenvolvimento regional, levando em consideração as particularidades de cada região e estado brasileiro, com o objetivo de criar oportunidades que atendam às diferentes características e potencialidades de cada uma (Almeida; Silva; Oliveira, 2014). Cada região tem características próprias, o que torna inviável a adoção de um modelo único de inovação. É necessário que políticas e estratégias sejam elaboradas levando em conta as particularidades de cada local. Diversas formas de arranjos inovadores foram adotadas ao redor do mundo para o desenvolvimento regional, como incubadoras de empresas, parques tecnológicos e arranjos produtivos locais. Essas iniciativas, em sua maioria, são voltadas para atividades urbanas, como setores industriais e de serviços, com menor ênfase na agricultura (Diniz, Crocco; 2006).

Países em diferentes estágios de desenvolvimento apresentam variações significativas de crescimento, tornando difícil estabelecer padrões comuns. Algumas nações que adotaram o empreendedorismo e a inovação, mesmo que com tecnologias simples, conseguiram promover mudanças econômicas e distribuir riqueza, desde que tenham condições estruturais específicas, como boa governança e acesso a recursos. O crescimento acelerado de países como a China está relacionado ao investimento estrangeiro, mas o desenvolvimento sustentável depende também de fatores locais, como um ambiente criativo e a capacidade de inovação para atrair talentos e tecnologias globais (Mitra, 2019).

No Brasil, o rápido processo de urbanização nas últimas décadas levou à concentração populacional em algumas metrópoles, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, enquanto o Centro-Oeste, Norte e Nordeste permaneceram com regiões pouco povoadas ou com cidades de estrutura fragilizada. Além disso, a urbanização extensiva integrou cidade e campo, tornando o urbano mais central na dinâmica regional. Diante disso, o planejamento deve focar na rede de cidades médias e grandes, buscando melhorar infraestruturas e oportunidades, para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável do território nacional (Diniz, Crocco; 2006). Normalmente, o responsável por investir nas mudanças na economia é o empresário, que tem papel importante na formação dos consumidores, impulsionando-os a desejar a inovação ou a ampliar as possibilidades de uso de produtos e serviços que já lhe são familiares (Schumpeter, 1997).

Com as rápidas mudanças tecnológicas, a velocidade com que as inovações surgem tornou-se mais importantes do que nunca. Numa sociedade onde o conhecimento é fundamental, os benefícios tradicionais, como recursos naturais ou espaço físico, passam a dar lugar às vantagens que advêm do desenvolvimento de novas ideias e tecnologias. Nesse cenário, a capacidade das empresas e das mudanças regionais de se adaptarem às tecnologias e de gerar novos conhecimentos é essencial para manter a competitividade (Diniz, Crocco; 2006). Regiões que demonstram maior resiliência conseguem se adaptar com mais facilidade às mudanças,

além de apresentarem uma maior capacidade de aprender e inovar. Essas áreas tendem a ser menos vulneráveis diante de situações adversárias, como desastres naturais, crises econômicas ou mudanças políticas. Também possuem uma maior compensação para absorver impactos, manter sua estabilidade e, em certos casos, até aproveitar momentos de crise para gerar disrupções ou mudanças que possam contribuir para sua sustentabilidade no longo prazo (Santos, 2009). Movimentos contrários podem interromper o desenvolvimento, forçando uma reestruturação do sistema econômico, o que resulta em um novo ciclo de crescimento, diferente do anterior, com condições e aspectos distintos (Schumpeter, 1997).

Uma questão relevante na criação de estratégias de desenvolvimento regional é como estabelecer uma vantagem competitiva para a região. Contudo, antes de tudo, é importante questionar se a própria região é uma unidade adequada para usar conceitos como competitividade. O nível regional tem se tornado cada vez mais importante para avaliar o crescimento econômico e a adaptação social e institucional. Muitos estudos destacam que o ambiente de negócios local é fundamental para o sucesso das empresas, já que elas estão profundamente inseridas nesse contexto social e institucional, o que influencia diretamente sua capacidade de competir (Harmaakorpi, 2006). O desempenho competitivo de uma região está relacionado a fatores locais, como recursos sociais, culturais e institucionais, que afetam sua capacidade de inovação e se destacam. Nesse contexto, o ambiente social e cultural, além das redes de cooperação e do aprendizado colaborativo, são essenciais, destacando a importância de uma abordagem que valorize a interação entre os atores locais e o desenvolvimento de habilidades inovadoras (Diniz, Crocco; 2006).

O ambiente regional de apoio ao empreendedorismo é explicado por teorias como a dos "derramamentos de conhecimento", que ressaltam a importância da proximidade entre empresas, universidades e instituições para acelerar a inovação. Além disso, fatores sociais, financeiros e institucionais também são essenciais para promover ambientes criativos e voluntários ao crescimento econômico, evidenciando uma forte ligação entre comunidades criativas e desenvolvimento econômico (Mitra, 2019). A velocidade com que ocorre o aprendizado e a inovação influencia diretamente o ciclo de vida dos produtos, exigindo respostas rápidas e eficientes. Dessa forma, o processo de inovação torna-se uma variável fundamental para a competitividade tanto de empresas quanto de regiões (Diniz, Crocco; 2006).

Avaliar individualmente cada região é fundamental para desenvolver políticas de inovação eficientes, já que não existem fórmulas universais, devido às trajetórias específicas de cada uma. Para manter a competitividade, as regiões precisam focar em suas vantagens, baseadas em recursos únicos que devem ser constantemente renovados. Nesse contexto, as capacidades dinâmicas, como inovação, aprendizagem, *networking*, liderança e previsão, desempenham papel essencial, permitindo que as regiões ajustem suas competências e aproveitem oportunidades em ambientes de mudança e incerteza (Harmaakorpi, 2006). O avanço na inovação e no conhecimento é fundamental para a o empreendedorismo, que desempenha papel relevante no desenvolvimento regional. Com as oportunidades trazidas pela tecnologia, é importante que as regiões foquem em estratégias baseadas no conhecimento para apoiar empresas locais e permitir que novas empresas regionais se destaquem em um mercado cada vez mais globalizado. Em vez de dividir esforços entre ecossistemas tradicionais e emergentes ou entre modelos de negócios antigos e inovadores, as políticas locais devem estimular um ambiente empreendedor que aproveite ao máximo as potencialidades existentes na área (Kraus *et al.,* 2021).

2.2 FRANQUIAS E INOVAÇÃO

Os modelos de negócio de franquias têm se consolidado e sido amplamente difundidos ao redor do mundo, em países tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, contribuindo para estimular o empreendedorismo, o crescimento econômico, facilitar a transferência de conhecimentos e gerar oportunidades de emprego

(Wet; Bick; Abratt, 2021). Esse sistema atua como um acelerador para o desenvolvimento econômico sustentável, promovendo a geração de empregos, melhorando a qualidade de vida e estimulando o empreendedorismo em diversas regiões do mundo (Shumba *et al*., 2017).

A franquia é um modelo de governança organizacional que combina contratos formais e relacionais, possibilitando que franqueadores e franqueados trabalhem juntos de forma colaborativa para alcançar um desempenho superior ao que pudesse obter de maneira individual (Perrigot; López-Fernández; Basset, 2020). Empreendedores de varejo e serviços que optam pela adoção da estratégia de franquias, podem atuar de duas formas: como construtores de rede, combinando lojas próprias e franqueadas, ou como fornecedores de oportunidades de negócios sem possuírem lojas. Para que essa estratégia seja bem-sucedida, os franqueadores precisam oferecer recursos que a sustentem. A construção de rede é utilizada para equilibrar padronização e inovação, promovendo confiança e compartilhamento de conhecimento entre franqueadores e franqueados (Gillis; Combs, 2009).

O sucesso de uma franquia é impulsionado por sete fatores essenciais: a força e o suporte oferecido pela marca, a confiança e o compartilhamento entre franqueador e franqueado, o foco no atendimento ao cliente, o compromisso com o desenvolvimento do franqueado, a qualidade do relacionamento, a consistência na operação e a ressonância da marca no mercado (Wet; Bick; Abratt, 2021). Ao comprar em uma loja, a maioria dos clientes não consegue saber se um ponto de venda é uma filial de propriedade do franqueado ou do franqueador, o que na visão de franqueados e franqueadores é uma situação positiva, pois indica que o franqueador conseguiu transferir sua marca de forma bem-sucedida ao franqueado (Burkle; Posselt, 2008). À medida que os franqueados nos setores de varejo e serviços ganham mais experiência e conhecimento sobre o mercado local, eles geralmente passam a gerenciar diversas unidades franqueadas (Koh; Rojas, 2022).

A estratégia de expansão por meio de franquias tem sido adotada com o objetivo de aproveitar o conhecimento especializado e a marca, possibilitando que tanto o empreendedor quanto o franqueador obtenha vantagens econômicas a partir de ativos intangíveis (Ramirez Denis *et al.,* 2022), pois a franquia consiste em uma parceria colaborativa entre franqueadores e franqueados, facilitando o alcance de objetivos estratégicos em um mercado altamente competitivo. Conhecida como uma das estratégias de *marketing* mais eficazes mundialmente, essa abordagem representa uma inovação organizacional que fomenta o crescimento econômico e a expansão de mercados. Esse modelo de negócio também contribui para a redução do desemprego, incentiva o empreendedorismo e a inovação, e cria oportunidades de desenvolvimento econômico por meio da cooperação entre empresas de diferentes tamanhos (Lewandowska, 2014).

O segmento de franquias exige um elevado grau de segurança e dedicação, uma vez que a geração de valor para a empresa é fundamental em qualquer estratégia de franquia. Entre os fatores essenciais para o sucesso, destacam-se a habilidade do franqueador, a conexão contínua com os franqueados e a inovação constante. Esses aspectos indicam que há potencial para uma expansão ainda maior no setor e que a franquia representa uma alternativa viável e promissora (Hizam-Hanafiah *et al.,* 2022).

No setor de varejo, a estratégia predominante dos franqueadores tem sido a expansão do número de lojas como forma de ampliar sua participação no mercado e obter maior lucratividade (Wu *et al*., 2009). A proporção de unidades franqueadas em uma rede pode variar de acordo com o tamanho do sistema no momento da implementação, o investimento inicial realizado e a distribuição geográfica das unidades. Além disso, o tempo de existência da rede pode influenciar essa relação, ocorrendo como um fator moderador entre a proporção de unidades franqueadas e os demais aspectos mencionados (Chu; Yoon, 2020). No entanto, apenas aumentar a quantidade de unidades não garante necessariamente uma vantagem competitiva frente à concorrência. Como alternativa, a inovação nos serviços oferecidos passou a ser uma tática relevante para manter a liderança no mercado (Wu *et al*., 2009).

A franquia mantém sua relevância como estrutura organizacional na oferta de serviços, geração de empregos e oportunidades de trabalho independentes (Gandolfo *et al*., 1996). Em vários países, os franqueadores estão lidando com uma concorrência crescente e uma saturação do mercado. E, para se destacar, diferenciar suas ofertas e garantir a sobrevivência, uma abordagem eficaz é investir em inovação (Perrigot; Martinez-Ribes, 2008). Portanto, à medida que os contextos se tornam mais complexos e dinâmicos, a inovação torna-se essencial para aprimorar a eficiência operacional, promover a renovação ou o desenvolvimento das fases do ciclo de vida das empresas e garantir uma maior compatibilidade entre as organizações e as demandas do mercado (Gandolfo *et al*., 1996).

A busca por soluções inovadoras e revolucionárias no âmbito dos sistemas de franquia é desafiadora devido à natureza dos relacionamentos envolvidos (Ziółkowska; Erceg, 2016). Em diversos cenários empresariais, na estrutura de franquias, existe uma dependência desigual entre as partes, pois o modelo impõe restrições contratuais específicas aos parceiros, uma vez que os franqueados devem operar dentro das diretrizes definidas pelos franqueadores. Diante disso, a franquia apresenta um ambiente interessante para entender como as relações e estruturas organizacionais podem influenciar as iniciativas de inovação (Watson; Senyard; Dada, 2020). A inovação ganha destaque mundial, sendo essencial tanto para empresas individuais quanto para organizações em rede. Ela é necessária para estimular o crescimento do mercado, fortalecendo a posição competitiva das empresas. Na economia global contemporânea, as organizações buscam constantemente inovações, em alguns casos formando parcerias em redes para potencializar recursos e conhecimentos, pois o sucesso no mercado está relacionado à frequência e à dedicação na busca por inovações em diferentes áreas, tornando a inovação um dos maiores desafios do futuro (Ziółkowska; Erceg, 2016).

Por sua própria natureza de replicação, o modelo de franquias, enfrenta desafios na promoção e gestão da inovação. Isso ocorre porque os franqueadores muitas vezes tendem a limitar as ações inovadoras dos franqueados para garantir a consistência e a identidade da rede como um todo (Watson; Senyard; Dada, 2020). Geralmente, as inovações nesse setor tendem a ser graduais em vez de radicais. Além disso, muitas dessas inovações são adaptadas de outros mercados internacionais, de redes não franqueadas ou de setores diferentes da indústria. A franquia, por sua vez, constitui uma estratégia de crescimento relevante nas economias desenvolvidas, na qual a inovação desempenha um papel importante para que as empresas possam se destacar na concorrência global (Ziółkowska; Erceg, 2016).

A implementação da franquia em uma economia regional é relevante devido ao seu potencial de cumprir várias funções essenciais, como propostas o crescimento de negócios locais, gerar empregos, incrementar a arrecadação de impostos nos municípios e estimular o desenvolvimento de produtores regionais em diversos setores, contribuindo para os agrupamentos econômicos da região (Korsak, 2014). As mudanças impulsionam a necessidade de desenvolver novas formas de interação entre os agentes econômicos do mercado, promovendo o desenvolvimento sustentável dos territórios. Nesse contexto, a franquia se destaca como uma das modalidades mais flexíveis de relacionamento em pequenas empresas. As tendências apontam para uma integração crescente entre a produção de bens, o comércio e a oferta de serviços, o que evidencia a necessidade de mecanismos inovadores capazes de atender às demandas do mercado contemporâneo (Ganebnykh *et al.*, 2018).

3 FRANQUIAS COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os resultados desta pesquisa destacam a capacidade que a inovação, aliada ao modelo de franquias, pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento regional. Essa ideia é sustentada por estudos que enfatizam que ambiente regional que apoia o empreendedorismo destaca a importância da proximidade entre empresas, universidades e instituições para contribuição para a inovação, além de fatores sociais, financeiros

e institucionais, que promovem o desenvolvimento de regiões e o crescimento econômico. Essa conexão entre comunidades criativas e o desenvolvimento indica que a velocidade no aprendizado e na inovação influencia diretamente o ciclo de vida dos produtos, sendo um elemento fundamental para a competitividade de empresas e regiões (Mitra, 2019; Diniz e Crocco, 2006).

O estudo também aponta que inserir as franquias em uma economia regional potencializa o crescimento de negócios locais, gerando empregos, arrecadações e estimulando o desenvolvimento regional (Korsak, 2014), impulsionando assim a interação entre os atores da economia e promovendo um desenvolvimento sustentável nas regiões, corroborando com a ideia de que a inovação é necessária no contexto contemporâneo (Ganebnykh *et al.*, 2018).

Para manter a competitividade, é fundamental a habilidade das empresas e das transformações regionais de se ajustar às tecnologias e de gerar novos conhecimentos (Diniz, Crocco; 2006). A resiliência é uma característica que se destaca nas regiões que demonstram maior facilidade de se adaptar as mudanças, pois se mostram mais capazes de inovar. Com isso, correm menos riscos em situações adversas, conseguindo manter sua estabilidade em momentos de crise, tornando-se assim disruptivas e sustentáveis (Santos, 2009). Se o franqueador apresenta habilidade, conexão com os franqueados e inovação constante ele aumenta seu potencial de expansão e se mostra como um modelo de negócio viável e promissor (Hizam-Hanafiah *et al.,* 2022).

A elaboração de políticas de inovação eficazes para cada região é fundamental, pois não há soluções universais, dado que cada uma possui trajetórias próprias. Para manter sua competitividade, as regiões devem aproveitar suas vantagens específicas. Nesse processo, habilidades como a inovação desempenha um papel importante (Harmaakorpi, 2006). Mitra (2019), destaca que um ambiente criativo e inovador é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Alguns obstáculos no processo de inovação das franquias foram identificados, como a dependência desigual devido as restrições impostas pelos franqueadores mas que, em contrapartida, provoca as partes a ter olhar de entendimento das relações e estruturas organizacionais, e sua influência em iniciativas de inovação (Watson; Senyard; Dada, 2020). A inovação se mostra necessária para o crescimento, fortalecimento e competitividade do mercado tanto individual quanto de redes, tornando-se um dos maiores desafios do futuro (Ziółkowska; Erceg, 2016).

Os resultados reforçam a ideia de que, quando bem integrados, a inovação e as franquias são relevantes para o desenvolvimento regional. Políticas públicas que incentivam a inovação, combinadas com a estruturação de redes de franquias bem planejadas, são essenciais para a contribuição do desenvolvimento econômico e social em diferentes regiões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta que as franquias podem promover a inovação regional ao introduzir modelos de negócios bem-sucedidos que incentivam o desenvolvimento da região. A colaboração entre franqueadores e franqueados facilita a troca de conhecimento e a adaptação de práticas inovadoras às particularidades locais, promovendo experimentação e soluções inovadoras para desafios regionais.

As franquias mostram potencial de acelerar o processo de desenvolvimento regional ao contribuir para a economia local por meio da geração de empregos e do estímulo ao empreendedorismo. Ao estabelecer uma rede de franqueados, esse modelo de negócio atrai investimentos e incentiva o consumo local, promovendo o crescimento econômico. As marcas reconhecidas e a padronização dos serviços aumentam a confiança dos consumidores e elevam a qualidade, tornando o mercado mais competitivo.

Ao adotar esse modelo de negócio, o território passa a ser beneficiado pela criação de uma infraestrutura

comercial mais robusta, a geração de empregos e o fortalecimento da rede de comércio local. A colaboração entre franqueadores e franqueados fomenta o desenvolvimento de habilidades, contribuindo para a capacitação da força de trabalho e para o fortalecimento da economia regional.

Ainda assim, este estudo apresenta algumas limitações, como a existência de poucas pesquisas específicas que investiguem a relação entre franquias e desenvolvimento regional de maneira integrada. E a dependência de dados secundários pode restringir a profundidade da análise, limitando a compreensão completa das dinâmicas, o que sugere a necessidade de mais estudos de caso que explorem diferentes contextos do desenvolvimento regional, aliado a franquias e inovação. Futuros estudos podem explorar a adaptação de modelos de franquias a mercados emergentes e culturais diversos, aprofundando o entendimento do desenvolvimento regional de pequenas e médias regiões. Na área de inovação, novas linhas de pesquisa podem investigar o impacto de tecnologias como digitalização e automação na transformação das franquias e no desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. L.; SILVA, J. L. G.; OLIVEIRA, E. A. A inovação como fator de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 2014.

BURKLE, T.; POSSELT, T. Franchising as a plural system: A risk-based explanation☆. **Journal of retailing**, v. 84, n. 1, p. 39–47, 2008.

CHU, Y.; YOON, W. The imprinting effect of initial conditions on the configuration of dual distribution in franchising companies. **Journal of innovation & knowledge**, v. 5, n. 3, p. 176–179, 2020.

DA SILVA, V. L.; KOVALESKI, J. L.; PAGANI, R. N. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO. **Baru**, v. 5, n. 2, p. 199, 2019.

DINIZ, C.; CROCCO, M. **Economia regional e urbana contribuições: teóricasrecentes**. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2006.

ETGES, V. Desenvolvimento Regional-A região importa. In: **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**. [s.l: s.n.].

GANDOLFO, A. et al. Business format franchising: innovation and creativity or replication and conformity? **Franchising research**, p. 29–39, 1996.GANEBNYKH, E. et al. Franchising technologies for sustainable economic development. **MATEC web of conferences**, v. 170, p. 01044, 2018.

GILLIS, W. E.; COMBS, J. G. Franchisor strategy and firm performance: Making the most of strategic resource investments. **Business horizons**, v. 52, n. 6, p. 553–561, 2009.

HARMAAKORPI, V. Regional Development Platform Method (RDPM) as a tool for regional innovation policy1. E**uropean planning studies**, v. 14, n. 8, p. 1085–1104, 2006.

HIZAM-HANAFIAH, M. et al. Critical success factors of franchising firms: A study on franchisors and franchisees. **Administrative sciences**, v. 13, n. 1, p. 8, 2022.

KOH, J. H.; ROJAS, C. Multi- unit ownership and market power: A study of the lodging industry in Texas. **Managerial and decision economics: MDE**, v. 43, n. 8, p. 4087–4105, 2022.

KORSAK, V. I. Franchising como ferramenta para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista de Pesquisa Socioeconômica Aplicada**, n. 2, p. 94–99, 2014.

KRAUS, S. et al. The role of innovation and knowledge for entrepreneurship and regional development. **Entrepreneurship and regional development**, v. 33, n. 3–4, p. 175–184, 2021.

LEWANDOWSKA, L. Franchising as a way of creating entrepreneurship and innovation. **Comparative Economic Research**, v. 17, n. 3, p. 163–181, 2014.

MITRA, J. **Entrepreneurship, innovation and regional development: An introduction**. 2. ed. London, England: Routledge, 2019.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE. Curitiba, v**, v. 6, n. 2, p. 29–37, 2003.

PERRIGOT, R.; LÓPEZ-FERNÁNDEZ, B.; BASSET, G. "Conflict-performance assumption" or "performance-conflict assumption": Insights from franchising. **Journal of retailing and consumer services**, v. 55, n. 102081, p. 102081, 2020.

PERRIGOT, R.; MARTINEZ-RIBES, L. **Innovation in Franchising**. 7th International Congress, Marketing trends Venise, Italie. Anais...2008.

RAMIREZ DENIS, C. A. et al. Estructura para la valoración de franquicias: aproximación mediante opciones reales. **Contaduría y administración**, v. 67, n. 3, p. 345, 2022.

SANTOS, F. T. DOS. Resiliência Estratégica para um Desenvolvimento Regional Sustentável. **Revista portuguesa de estudos regionais**, n. 20, p. 29–40, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo : Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

SHUMBA, K. et al. Challenges faced by franchise entrepreneurs operating in a volatile business environment: a case of the fast food industry in Harare, Zimbabwe. **Problems and perspectives in management**, v. 15, n. 2, p. 436–444, 2017.

WATSON, A.; SENYARD, J.; DADA, O. (LOLA). Acts of hidden franchisee innovation and innovation adoption within franchise systems. **Industrial marketing management**, v. 89, p. 431–445, 2020.

WET, S. D.; BICK, G.; ABRATT, R. Factors that drive the perceived success of franchises in South Africa. **International journal of business and emerging markets**, v. 13, n. 1, p. 52, 2021.

WU, S.-H. et al. Service innovation in franchising convenience store: an exploratory study. **Int. J. Electron. Bus. Manag.,** v, v. 7, n. 2, p. 137–148, 2009.

ZIÓŁKOWSKA, M.; ERCEG, A. Innovation in franchising systems—stories of Poland and Croatia. **China-USA Business Review**, v. 15, n. 5, 2016.